



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ROSEMARY APARECIDA CARDOSO

**RESISTÊNCIA INDÍGENA NA CAPITANIA PERNAMBUCO: Estudo sobre o
Contato através da Tecnologia Cerâmica na Sesmária Jaguaribe no Litoral Norte**

Recife
2018

Jul 2018

ROSEMARY APARECIDA CARDOSO

RESISTÊNCIA INDÍGENA NA CAPITANIA PERNAMBUCO: Estudo sobre o Contato através da Tecnologia Cerâmica na Sesmaria Jaguaribe no Litoral Norte

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Arqueologia.

Área de concentração: Diásporas, contatos e Mudança Cultural

Orientadora: Prof^a. Dr^a Cláudia Alves de Oliveira.

Coorientadora: Prof^a. Dr^a Bartira Ferraz Barbosa.

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB4-1689

C268r Cardoso, Rosemary Aparecida.
Resistência indígena na capitania de Pernambuco : estudo sobre o contato através da tecnologia cerâmica na Sesmaria Jaguaribe no Litoral Norte / Rosemary Aparecida Cardoso. – 2018.
364 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Alves de Oliveira.
Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Bartira Ferraz Barbosa.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Recife, 2018.
Inclui referências e apêndices.

1. Arqueologia. 2. Colonização. 3. Sesmarias. 4. Índios – Cerâmica. 5. Sítios arqueológicos. I. Oliveira, Cláudia Alves de (Orientadora). II. Barbosa, Bartira Ferraz (Coorientadora). III. Título.

930.1 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-055)

ROSEMARY APARECIDA CARDOSO

**RESISTÊNCIA INDÍGENA NA CAPITANIA PERNAMBUCO: Estudo sobre o
Contato através da Tecnologia Cerâmica na Sesmária Jaguaribe no Litoral Norte**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e concentração em Patrimônio Cultural do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Arqueologia.

Aprovada em: 20/08/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cláudia Alves de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Bartira Ferraz Barbosa (1º Examinador Interno – Coorientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Lucila Ester Prado Borges (2º Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcus A. G. M. de Albuquerque (3º Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Scott Joseph Allen (4º Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Carlos Alberto Etchevarne (1º Examinador Externo)
Universidade Federal da Bahia

Em 2011 iniciei o mestrado em arqueologia e em seguida me aventurei no doutorado, desde então me estabeleci no Recife; com isto, muitos amigos e familiares partiram sem que eu pudesse me despedir... Em 2018, no final desta jornada de estudo, queria registrar nesta singela dedicatória as saudades e o amor que sinto por todos eles. Faço minhas as palavras de Santo Agostinho (apud, CHAUI, 2000, p. 158): “A angústia de ter perdido não supera a alegria de ter possuído!” E como descreve sabiamente um poeta desconhecido “A vida me ensinou a dizer adeus às pessoas que amo, sem tirá-las do coração”.

In memoriam... A todos meus familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me consentido o Dom da vida e por me auxiliar, demasiadamente, a realizar os meus mais singelos e os difíceis sonhos!

A minha orientadora prof. ^a Dra. Cláudia Alves Oliveira por me conduzir na lógica objetiva da academia. Minha imensa gratidão pelos diversos momentos, em que meio ao caos destes últimos anos, eu pude contar com tua amizade. Igualmente grata sou a minha Coorientadora a prof. ^a Dra. Bartira Ferraz Barbosa pelas leituras atentas e pelas profícuas sugestões.

A CAPES, pela concessão de uma Bolsa de Doutorado, que possibilitou a realização desta pesquisa.

Minha eterna gratidão às todas pessoas que contribuíram na realização deste trabalho acadêmico e nesta constante caminhada rumo ao meu crescimento pessoal. A todos agradeço pelas orações, pelas conversas e principalmente pelas horas que se dedicaram a simplesmente me ouvir.

A realização deste trabalho seguramente não teria sido possível sem a colaboração de algumas pessoas, assim cabe aqui prestar os sinceros agradecimentos aos professores e funcionários Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE. Em especial agradeço, ao prof. Dr. Henry Lavalle pelo apoio nas análises de fluorescência de raios X, ao prof. Dr. Grégoire van Havre pelo auxílio com a elaboração dos mapas, a Ana Cláudia Sales pelo auxílio com a reconstituição das formas das vasilhas de cerâmica, a Vanessa Silva pelas conversas sobre as “louças do Jaguaribe”, aos alunos da graduação, em especial os que tive a oportunidade de conviver durante as análises realizadas nos laboratórios da UFPE: Túlio, Lunara, Tales e as estagiarias Laura e Natália; e a todas pessoas que participaram das campanhas arqueológicas na Sesmaria Jaguaribe.

Falando sobre as campanhas arqueológicas na Sesmaria Jaguaribe, não pode deixar de agradecer aos moradores desta área, ao Seu Galego (proprietário do lote próximo do sítio São Bento), ao Sr. Antônio Mauricio (proprietário do lote onde está situado o sítio Engenho Jaguaribe), ao Sr. Edvaldo José de Oliveira ou simplesmente Seu Novo (proprietário do lote onde está situado o sítio Tamanduá). Bem como não poderia deixar e expressar meus agradecimentos a empresa ARQUEOTEC pelo apoio financeiro nas atividades de campo.

Aos colegas da graduação e pós-graduação em arqueologia, com quem compartilhei o processo de aprendizagem, pelas infinitas e acaloradas discussões acadêmicas ocorridas, antes,

durante e depois das aulas, momentos em que partilhamos leituras, experiências, aflições, angústias e conquistas. Agradeço à Pâmara pelas inúmeras conversas e por sempre me apoiar. Obrigada!

Agradeço à minha família pelo amor e apoio incondicional, em especial aos pais: Lourdes e Valdi; aos meus irmãos: Wanderson e Claudirene que depositaram confiança e credibilidade em meus projetos, possibilitando de diferentes formas a realização dos meus sonhos; e aos meus sobrinhos: José Augusto, Lucas, João Pedro, Rodrigo e Maria Eduarda, agradeço pelo apoio e compreensão, agradeço o carinho e o incentivo da minha família Bonsanto e da minha família Cardoso. Amor eterno!!!

Agradeço à minha grande família adquirida e fortalecida pelos laços do coração, comumente chamados de amigas e amigos; me recuso a citar nomes, pois sei precisaria de um livro inteiro (e não umas poucas laudas) para expressar a minha gratidão e o meu amor por cada um de vocês. Cada um de vocês estarão sempre registrados no livro da minha vida!

Meus agradecimentos aos amigos e conselheiros Ana Paula e Carlos (In memoriam) e Luciane por me apresentar o encantador universo arqueológico e por me apoiar e incentivar neste processo de amadurecimento acadêmico e pessoal. Gratidão eterna!

Aos meus familiares que partiram nestes últimos anos, a quem dedico este trabalho, especialmente, às minhas avós, “Sá Irene - Vó de baixo e Dona Lurde - Vó de cima”; duas mulheres que foram e sempre serão exemplos de força, dedicação e amor. Obrigada por tudo, saudades eternas...

A minha sogra Neuza Fernandes Amaral (In memoriam) que me deu em vida, seu maior patrimônio, Alencar. Ao educar seu filho transmitiu a ele, mais que educação e cultura, mas todas as inúmeras boas qualidades que mantinha no seu coração e utilizava no dia-a-dia. Mesmo que me falte as palavras, mesmo que eu não sabia me expressar, sabia que serei eternamente grata por nossas vidas terem se encontrado pelos caminhos do amor e da felicidade.

Ao meu eterno enamorado Alencar pelo apoio incondicional e pela compreensão nos momentos mais difíceis, e por me conduzir nos caminhos de crescimento pessoal e por me conduzir nos caminhos do amor e da felicidade. Na filosofia tem quem afirme que não há definição para o amor: “O amor não se define; sente-se” (SÊNECA, apud, CHAUI, 2000, p. 471), mas existe alguns que se arriscam em defini-lo: “Amar é... sorrir por nada e ficar triste sem motivos, é sentir-se só no meio da multidão, é o ciúme sem sentido, o desejo de um carinho, é abraçar com certeza e beijar com vontade, é passear com a felicidade, é ser feliz de

verdade” (ALBERT CAMUS, 1942, p.73), mas o que eu sinto por você abrange muitas definições e ao mesmo tempo é descritível.

Muitas pessoas, grandes amigos e familiares contribuíram, direta e indiretamente, para a realização desta pesquisa, me apoiando, estimulando e orientando nas várias etapas de minha formação. Assim, agradeço a todos que sempre estão presentes, de uma forma ou de outra, na minha vida. Aproveito a oportunidade para me desculpar pela ausência e distanciamento nestes últimos anos.

A todos meus amigos e familiares gostaria de dizer que: Em cada pequena ou grande conquista, sinto o teu amor e a força da tua amizade, por este motivo, sempre agradecerei, muito obrigada!!!

No momento em que aumentam as nossas descobertas arqueológicas fica evidente que o Brasil tem um enorme passado pela frente. Ou um enorme futuro por detrás, se preferem (MILLÔR FERNANDES, 2002, p.30).

É necessário, sublinhar com clareza, contra o senso comum, que a fórmula “ser livre” não significa “obter o que se quis”, mas sim “determina-se por si mesmo a querer (no sentido lato de escolher)”. Em outros termos, o êxito não importa em absoluto à liberdade. A discussão que opõe o senso comum aos filósofos provém de um mal-entendido: circunstâncias históricas, políticas e morais, equivale à “faculdade de obter os fins escolhidos”. O conceito técnico e filosófico de liberdade, o único que consideramos aqui, significa somente: autonomia de liberdade. É preciso observar, contudo, que a escolha, sendo idêntica ao fazer, pressupõe um começo de realização, de modo a se distinguir do sonho e do desejo (SARTRE, 2005, p.595).

RESUMO

A presente tese tem como foco analisar as relações de contato e suas influências nas técnicas de produção cerâmica dos grupos indígenas que habitaram a Sesmaria Jaguaribe, um importante polo produtivo do período colonial localizado no litoral norte de Pernambuco, onde a mão de obra indígena foi empregada até início do século XIX. Assim, buscamos compreender se as relações estabelecidas entre os grupos autóctones e os colonizadores influenciaram o perfil técnico cerâmico indígena, e discutir se a manutenção, ou não, do perfil técnico cerâmico exemplificaria uma situação de resistência ou de submissão aos padrões coloniais. Para tanto, analisamos o acervo cerâmico de dez sítios localizados na área da Sesmaria Jaguaribe, tendo sido realizada a classificação tecnotipológica para definição dos perfis técnicos, análises arqueométricas para datação e caracterização elementar dos artefatos (fluorescência de raio X, TL e LOE), visando estabelecer se há contemporaneidade e emprego das mesmas fontes de matéria prima e o tratamento estatístico dos dados (teste de similaridade e análise de cluster através do coeficiente de Jaacard) para identificação dos índices de similaridade entre as coleções cerâmicas. De modo geral, observamos que mesmo com a introdução de novas técnicas de produção e de novos tipos de objetos advindos da cultura europeia, as oleiras mantiveram um modo próprio de produção dos vasilhames cerâmicos, demonstrando a manutenção dos mecanismos de transmissão de conhecimentos e valores compartilhados pelos grupos indígenas da região que resistiram às pressões coloniais. Deste modo, a resistência ao projeto colonizador foi materializada através do modo de produção da cerâmica.

Palavras-Chave: Sesmaria Jaguaribe. Colonização. Contato. Resistência Cultural. Tecnologia cerâmica indígena.

ABSTRACT

In this thesis we analyze the relations of contact and their influence over the methods of ceramic production by indigenous people living in the Jaguaribe Sesmaria. Jaguaribe was an important production center during the colonial era in the north of Pernambuco. There, indigenous labor has been forced until the beginning of the XIXth century. We look to understand if the relations established between local groups and the colonizers had an influence over the technical profile of indigenous ware. We also discuss if, and how, the continuity of such profile could be associated to a context of resistance or submission to colonial patterns. We studied ceramics from ten sites located in the sesmaria. We proposed a technical and typological classification to define their profile, and obtained dating through archaeometric analyses and elementary characterization of the artefacts (X-ray fluorescence, TL and LOE), in order to establish the contemporaneity and use of the same raw material. Statistics (similarity tests and cluster analysis with Jacard coefficient) were used to identify the similarity between the different collections. We observed that, despite the introduction of new techniques and new types of objects coming from a European context, the local ceramists retained their own way to produce ware, demonstrating that they were sharing and passing knowledge and values in the region, resisting the colonial pressure. Their resistance to the colonial enterprise can thus be traced to the mode of producing ceramics.

Keywords: Jaguaribe Sesmaria. Colonization. Contact. Cultural Resistance. Indigenous ceramic technology.

RÉSUMÉ

Nous analysons dans cette thèse les relations de contact et leur influence sur les modes de production céramique par les populations indigènes qui ont habité la Sesmaria Jaguaribe. Celle-ci a été un important centre de production au cours de la période coloniale, dans le nord de Pernambuco, et des indigènes y ont été enrôlés de force jusqu'au début du XIX^{ème} siècle. Nous avons donc cherché à comprendre si les relations établies entre les groupes locaux et les colons ont eu une influence sur le profil technique des céramiques indigènes. Nous nous sommes aussi intéressés à la question de savoir si, et à quel point, la continuité de ce profil pourrait être associée à un contexte de résistance ou de soumission au modèle colonial. Nous avons étudié les céramiques de dix sites localisés dans la sesmaria. Nous avons élaboré une classification technique et typologique pour en définir le profil, et nous avons obtenu leur datation par des méthodes archéométriques et une analyse élémentaire des artefacts (fluorescence de rayons-X, TL et LOE), de façon à établir leur contemporanéité et l'utilisation de sources communes de matières premières. Les statistiques (tests de similarity et analyse de cluster avec le coefficient de Jacard) ont permis d'identifier le degré de similarité entre les différentes collections. Nous avons ainsi observé que, malgré l'introduction de techniques nouvelles et d'objets nouveaux, issus d'un contexte européen, les céramistes locaux ont maintenu leur propre manière de produire la céramique, démontrant de cette manière qu'ils partageaient leur savoir-faire et leurs valeurs dans la région, et résistaient à la pression coloniale. Leur résistance à l'entreprise coloniale peut donc être tracée jusque dans les modes de production de la céramique.

Mots-clés: Sesmaria Jaguaribe. Colonisation. Contact. Résistance culturelle. Technologie céramique autochtone.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Mapa de Localização da Sesmaria Jaguaribe em Pernambuco	39
Figura 2-	Prancha com os mapas da Fazenda São Bento de Jaguaribe	66
Figura 3-	Prancha com as imagens do Sítio Timbó: Forno de Cal	68
Figura 4-	Mapa da classificação dos solos do Litoral Norte de Pernambuco	74
Figura 5-	Mapa dos tipos de solo de Abreu e Lima	76
Figura 6-	Mapa Geológico dos municípios: Abreu e Lima, Igarassu e Paulista	78
Figura 7-	Mapa Brasil de Giacomo Gastaldi – 1556	83
Figura 8-	Mapa do Grupo das Pequenas Bacias Litorâneas - GL1	87
Figura 9-	Prancha de imagens de fragmentos de formas de pão de açúcar	136
Figura 10-	Prancha com fragmentos de cerâmica com tonalidades avermelhadas	137
Figura 11-	Prancha com fragmentos de cerâmica pedrada de Machico	140
Figura 12-	Imagem aumentada 30 vezes com microscópio digital ISM-PRO. Possível identificar os grãos de quartzo e feldspato	148
Figura 13-	Imagem aumentada 30 vezes com microscópio digital ISM-PRO; detalhe dos grãos de bolo de argila e caco moído	148
Figura 14-	Imagem aumentada 30 vezes com microscópio digital ISM-PRO; detalhe do grão de quartzo	149
Figura 15-	Imagem aumentada 30 vezes com microscópio digital ISM-PRO; detalhe do bolo de argila	150
Figura 16-	Imagem aumentada 30 vezes com microscópio digital ISM-PRO; detalhe do caco moído	150
Figura 17-	Tonalidade da pasta	151
Figura 18-	Prancha com as imagens do procedimento do teste índice de porosidade	159
Figura 19-	Pranchas com imagens das Leiras	166
Figura 20-	Prancha com imagens dos impactos gerados pelo crescimento urbano na área pesquisada	167

Figura 21-	Prancha com as imagens da “Capelinha” de madeira utilizada para celebração da missa, construída próximo a ruínas da Capela São Bento	168
Figura 22-	Prancha com imagens da Casa Grande do Engenho Jaguaribe	169
Figura 23-	Mapa de localização dos sítios arqueológicos pesquisados	171
Figura 24-	Sítio Engenho Jaguaribe: Mapa de localização da Casa Grande, Capela e da Moita	173
Figura 25-	Prancha com imagens do Engenho Jaguaribe	174
Figura 26-	Prancha com imagens do troco de árvore com correntes ao lado da casa do engenho	175
Figura 27-	Prancha com imagens do Engenho Jaguaribe	176
Figura 28-	Prancha com imagens de fragmentos cerâmicos coloniais do Engenho Jaguaribe	178
Figura 29-	Prancha com fragmentos cerâmicos coloniais localizado em superfície no Engenho Jaguaribe	178
Figura 30-	Prancha com fragmentos associados a tecnologia colonial do sítio Engenho Jaguaribe	179
Figura 31-	Prancha com imagens da Igreja São Bento	182
Figura 32-	Mapa de localização dos sítios: São Bento, São Bento II, São Bento III e São Bento VI	184
Figura 33-	Prancha com imagens do material arqueológico do sítio São Bento	186
Figura 34-	Prancha com imagens de fragmentos cerâmicos coloniais do sítio São Bento: área da Igreja	188
Figura 35-	Prancha com imagens de fragmentos associados ao perfil técnico colonial do sítio São Bento: Casa dos monges	190
Figura 36-	Prancha com imagens do material cerâmico do sítio São Bento: Área das senzalas	193
Figura 37-	Prancha com imagens de cerâmica associada ao perfil técnico colonial do Sítio São Bento: Suposta senzala	196
Figura 38-	Prancha do material cerâmico do sítio São Bento: Suposta casa de farinha	198
Figura 39-	Prancha de imagens do Sítio São Bento II	199

Figura 40-	Fragmentos cerâmicos do Sítio São Bento II	200
Figura 41-	Fragmentos cerâmicos do Sítio São Bento II	202
Figura 42-	Prancha com imagens do Sítio São Bento III	205
Figura 43-	Prancha com imagens do material cerâmico do Sítio São Bento III	205
Figura 44-	Prancha com fragmentos associado ao perfil técnico indígena do Sítio São Bento III	207
Figura 45-	Prancha com imagens do Sítio São Bento IV	209
Figura 46-	Prancha com imagens de fragmentos cerâmicos do Sítio São Bento IV	210
Figura 47-	Prancha com fragmentos cerâmicos do Sítio São Bento IV	211
Figura 48-	Prancha com imagens da área do sítio Tamanduá	213
Figura 49-	Mapa de localização do sítio: Tamanduá	215
Figura 50-	Prancha com imagens do sítio Tamanduá: Área com maior concentração de material cerâmico	216
Figura 51-	Prancha com imagens dos fragmentos cerâmicos do sítio Tamanduá	216
Figura 52-	Prancha com imagens da área escavada: Setores 25, 29 e 30	218
Figura 53-	Prancha com imagens de material cerâmico evidenciado durante a escavação	219
Figura 54-	Prancha com fragmentos cerâmicos do Sítio Tamanduá	221
Figura 55-	Prancha com imagens do Sítio Alto dos Macacos I	223
Figura 56-	Mapa de localização dos sítios: Alto dos Macacos I, Alto dos Macacos II, Alto dos Macacos III e Alto dos Macacos IV	225
Figura 57-	Prancha com imagens dos vestígios arqueológicos do sítio Alto dos Macacos I	226
Figura 58-	Prancha com imagens dos vestígios cerâmicos do sítio Alto dos Macacos I	228
Figura 59-	Prancha com imagens do Sítio Alto dos Macacos II e do Material cerâmico	231
Figura 60-	Prancha com imagens do perfil estratigráfico Sítio Alto dos Macacos II e do Material cerâmico	232

Figura 61-	Prancha com imagens da área mais preservada do Sítio Alto dos Macacos II	233
Figura 62-	Prancha do material cerâmico do Sítio Alto dos Macacos II	234
Figura 63-	Prancha de imagens do Sítio Alto dos Macacos III	237
Figura 64-	Prancha de imagem do material cerâmico do sítio Alto dos Macacos III	238
Figura 65-	Prancha com material cerâmico do sítio Alto dos Macacos III	240
Figura 66-	Prancha de imagens do Sítio Alto dos Macacos IV e material arqueológico evidenciado em superfície	242
Figura 67-	Prancha de fragmentos cerâmicos evidenciados em superfície, Sítio Alto dos Macacos IV	244
Figura 68-	Prancha de imagens da vasilha evidenciada no perfil do talude, Sítio Alto dos Macacos IV	245
Figura 69-	Prancha de fragmentos cerâmicos do Sítio Alto dos Macacos IV	247
Figura 70-	Prancha com imagens de fragmentos de forma de açúcar dos sítios da Sesmaria Jaguaribe	251
Figura 71-	Prancha com imagens de fragmentos cerâmicos com tonalidades vermelha e preta do sítio São Bento	253
Figura 72-	Fragmento de cerâmica pedrada do sítio Tamanduá	254
Figura 73-	Fragmentos de cerâmica com espessura fina do sítio São Bento	255
Figura 74-	Prancha com imagens de fragmentos cerâmicos associados ao perfil técnico indígena da Sesmaria Jaguaribe	257
Figura 75-	Dendograma da análise de cluster do teste de similaridade tendo como variável os tipos de pasta	260
Figura 76-	Dendograma da análise de cluster do teste de similaridade tendo como variável os tipos de manufatura	261
Figura 77-	Dendograma da análise de cluster do teste de similaridade tendo como variável os tipos de Queima	263
Figura 78-	Dendograma da análise de cluster do teste de similaridade tendo como variável os tipos de borda e lábio	264

Figura 79- Dendograma da análise de cluster do teste de similaridade tendo como variável os tipos de acabamento de superfície interno e externo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Índice de Porosidade: quantificação dos fragmentos cerâmicos analisados	160
Tabela 2-	Relação de amostras e sítios submetidos a datação por LOE e TL	162
Tabela 3-	Relação de fragmentos submetidos à Fluorescência de Raios X	163
Tabela 4-	Modo de Produção da cerâmica do Sítio Engenho Jaguaribe	180
Tabela 5-	Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio Engenho Jaguaribe	180
Tabela 6-	Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio Engenho Jaguaribe	181
Tabela 7-	Espessuras das partes morfológicas da cerâmica do Sítio Engenho Jaguaribe	181
Tabela 8-	Relação de Total e localização no Sítio São Bento	188
Tabela 9-	Modo de Produção da cerâmica do Sítio São Bento: Área da igreja	189
Tabela 10-	Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio São Bento: Área da igreja	189
Tabela 11-	Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio São Bento: Área da igreja	190
Tabela 12-	Espessuras das partes morfológicas da cerâmica do Sítio São Bento: Área da igreja	190
Tabela 13-	Modo de Produção da cerâmica do Sítio São Bento: Área da casa dos religiosos	191
Tabela 14-	Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio São Bento: Área da casa dos religiosos	191
Tabela 15-	Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio São Bento: Área da casa dos religiosos	192
Tabela 16-	Espessuras das partes morfológicas da cerâmica do sítio São Bento: Área da casa dos religiosos	192

Tabela 17-	Modo de Produção da cerâmica do Sítio São Bento: Área da Senzala	195
Tabela 18-	Acabamento de superfície da cerâmica do Sítio São Bento: Área da Senzala	195
Tabela 19-	Espessuras das partes morfológicas da cerâmica do Sítio São Bento: Área da Senzala	195
Tabela 20-	Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio São Bento: Área da Senzala	196
Tabela 21-	Modo de Produção da cerâmica do Sítio São Bento: Área da suposta Senzala	197
Tabela 22-	Acabamento de superfície da cerâmica do Sítio São Bento: Área da suposta Senzala	197
Tabela 23-	Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio São Bento: Área da suposta Senzala	197
Tabela 24-	Espessuras das partes morfológicas das cerâmicas do São Bento: Área da suposta senzala	198
Tabela 25-	Modo de Produção da cerâmica do Sítio São Bento II	203
Tabela 26-	Acabamento de superfície da cerâmica do Sítio São Bento II	203
Tabela 27-	Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio São Bento II	204
Tabela 28-	Espessuras das partes morfológicas da cerâmica do Sítio São Bento II	204
Tabela 29-	Modo de Produção da cerâmica do Sítio São Bento III	207
Tabela 30-	Acabamento de superfície da cerâmica do Sítio São Bento III	208
Tabela 31-	Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio São Bento III	208
Tabela 32-	Espessuras das partes morfológicas das cerâmicas do Sítio São Bento III	208
Tabela 33-	Modo de Produção da cerâmica do Sítio São Bento IV	212
Tabela 34-	Acabamento de superfície da cerâmica do Sítio São Bento IV	212
Tabela 35-	Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio São Bento IV	213

Tabela 36-	Espessuras das partes morfológicas das cerâmicas do Sítio São Bento IV	213
Tabela 37-	Modo de Produção da cerâmica do Sítio Tamanduá	222
Tabela 38-	Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio Engenho Tamanduá	222
Tabela 39-	Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio Tamanduá	223
Tabela 40-	Espessura das partes morfológicas das cerâmicas do Sítio Tamanduá	223
Tabela 41-	Modo de Produção da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos I	222
Tabela 42-	Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos I	230
Tabela 43-	Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio Alto dos Macacos I	230
Tabela 44-	Espessuras das partes morfológicas das cerâmicas do Sítio Alto dos Macacos I	230
Tabela 45-	Modo de Produção da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos II	235
Tabela 46-	Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos II	235
Tabela 47-	Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio Alto dos Macacos II	236
Tabela 48-	Espessuras das partes morfológicas das cerâmicas do Sítio Alto dos Macacos II	236
Tabela 49-	Modo de Produção da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos III	241
Tabela 50-	Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos III	241
Tabela 51-	Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio Alto dos Macacos III	241
Tabela 52-	Espessuras das partes morfológicas das cerâmicas do Sítio Alto dos Macacos III	242
Tabela 53-	Modo de Produção da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos IV	248
Tabela 54-	Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos IV	248

Tabela 55-	Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio Alto dos Macacos IV	249
Tabela 56-	Espessuras das partes morfológicas das cerâmicas do Sítio Alto dos Macacos IV	249

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Índice de Porosidade: Tipo de Pasta e Perfil técnico	289
Gráfico 2-	Índice de Porosidade: Perfil técnico, tipos de Queimas e tipos de Pasta	290
Gráfico 3-	Escores dos componentes majoritários das amostras do sítio Engenho Jaguaribe	294
Gráfico 4-	Escores dos componentes majoritários das amostras do sítio São Bento	295
Gráfico 5-	Escores dos componentes majoritários das amostras do sítio São Bento II	297
Gráfico 6-	Escores dos componentes majoritários das amostras do sítio São Bento IV	299
Gráfico 7-	Escores dos componentes majoritários das amostras do sítio Tamanduá	300
Gráfico 8-	Escores dos componentes majoritários das amostras do sítio Alto dos Macacos I	301
Gráfico 9-	Escores dos componentes majoritários das amostras do sítio Alto dos Macacos II	303
Gráfico 10-	Escores dos componentes majoritários das amostras do sítio Alto dos Macacos III	305
Gráfico 11-	Escores dos componentes majoritários das amostras do sítio Alto dos Macacos IV	306

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	28
2	COLONIZAÇÃO DO LITORAL NORTE PERNAMBUCANO E DA SESMARIA JAGUARIBE	35
2.1	HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DO LITORAL NORTE PERNAMBUCANO	40
2.2	HISTÓRIA DA SESMARIA JAGUARIBE E DO ENGENHO JAGUARIBE	54
2.3	HISTÓRIA DA FAZENDA SÃO BENTO DE JAGUARIBE	61
3	CONTEXTUALIZAÇÃO AMBIENTAL: DO AMBIENTE AOS USOS	72
3.1	PEDOLOGIA E GEOLOGIA: AGRICULTURA, PLANTATION E PRODUÇÃO DO AÇÚCAR	73
3.2	EXPLORAÇÃO E IMPORTAÇÃO DA VEGETAÇÃO: A PRIMEIRA FONTE DE RECURSOS	81
3.3	RECURSOS HÍDRICOS: SUA IMPORTÂNCIA PARA A SUBSISTÊNCIA E PARA ECONOMIA	86
4	APORTES TEÓRICOS SOBRE A CERÂMICA ARQUEOLÓGICA: DAS CATEGORIZAÇÕES À POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS	92
4.1	TRANSMISSÃO CULTURAL E CONTATO	92
4.2	CONTATO CULTURAL: DA ANTROPOLOGIA À ARQUEOLOGIA	94
4.3	O CONTATO CULTURAL E AS CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS NAS PESQUISAS BRASILEIRAS	101
4.4	RESISTÊNCIA CULTURAL: UMA RESPOSTA AO CONTATO	116
5	ESTADO DA ARTE DA CERÂMICA ARQUEOLÓGICA: CERÂMICA TUPIGUARANI E CERÂMICA PORTUGUESA	123
5.1	SISTEMA TÉCNICO E PERFIL TÉCNICO	124

5.2	CERÂMICA INDÍGENA DO LITORAL NORTE PERNAMBUCANO: TUPIGUARANI	126
5.3	CERÂMICA PORTUGUESA	132
5.3.1	Formas de açúcar	133
5.3.2	Cerâmica Comum: Cerâmica Vermelha e Cerâmica Preta	137
5.3.3	Cerâmica Pedrada	139
5.3.4	Cerâmica Fina	140
6	APORTES METODOLÓGICOS APLICADOS AO ESTUDO DO MATERIAL CERÂMICO: ANÁLISES DOS ELEMENTOS DO PERFIL TÉCNICO E ARQUEOMÉTRICAS	142
6.1	PARÂMETROS PARA CARACTERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DO PERFIL TÉCNICO DO MATERIAL CERÂMICO	142
6.1.1	Técnicas de Manufaturas: Modelado, Moldado, Acordelado ou Roletado e Torneado	144
6.1.2	Pasta	147
6.1.3	Queima	150
6.1.4	Acabamento de Superfície	152
6.1.5	Morfologia dos fragmentos	153
6.1.6	Espessura	153
6.2	RECONSTITUIÇÃO HIPOTÉTICA DOS VASILHAMES CERÂMICOS: AS FORMAS	154
6.3	TESTE DE SIMILARIDADE	155
6.4	ÍNDICE DE POROSIDADE	156
6.5	MÉTODOS DE DATAÇÃO LUMINESCENTE: LUMINESCÊNCIA TERMICAMENTE ESTIMULADA (TL) E LUMINESCÊNCIA OPTICAMENTE ESTIMULADA (LOE)	160
6.6	PROCEDIMENTOS ARQUEOMÉTRICOS: FLUORESCÊNCIA DE RAIOS X.	162
7	SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA ÁREA DE ESTUDO E SEU ACERVO CERÂMICO	164

7.1	ÁREA DA SESMARIA JAGUARIBE: UMA HISTÓRIA EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO	164
7.2	CARACTERIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E ANÁLISES DO MATERIAL CERÂMICO	169
7.2.1	Sítio Engenho Jaguaribe	172
7.2.1.1	<i>Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio Engenho Jaguaribe</i>	178
7.2.2	Sítio São Bento	181
7.2.2.1	<i>Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio São Bento: Casa dos religiosos, Igreja, Senzala, suposta senzala e suposta casa de farinha</i>	187
7.2.2.2	<i>Caracterização dos elementos técnicos do material cerâmico do Sítio São Bento – Área da Igreja</i>	188
7.2.2.3	<i>Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio São Bento – Casa dos religiosos</i>	190
7.2.2.4	<i>Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio São Bento – Área da Senzala</i>	192
7.2.2.5	<i>Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio São Bento – Área da Suposta Senzala</i>	196
7.2.2.6	<i>Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio Bento – Área da Suposta casa de farinha</i>	198
7.2.3	Sítio São Bento II	199
7.2.3.1	<i>Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio São Bento II</i>	201
7.2.4	Sítio São Bento III	204
7.2.4.1	<i>Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio São Bento III</i>	206
7.2.5	Sítio São Bento IV	208
7.2.5.1	<i>Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio São Bento IV</i>	211
7.2.6	Sítio Tamanduá	213
7.2.6.1	<i>Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio Tamanduá</i>	220

7.2.7	Sítio Alto dos Macacos I	223
7.2.7.1	<i>Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio Alto dos Macacos I</i>	228
7.2.8	Sítio Alto dos Macacos II	230
7.2.8.1	<i>Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio Alto dos Macacos II</i>	233
7.2.9	Sítio Alto dos Macacos III	236
7.2.9.1	<i>Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio Alto dos Macacos III</i>	239
7.2.10	Sítio Alto dos Macacos IV	242
7.2.10.1	<i>Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio Alto dos Macacos IV</i>	246
7.3	PERFIL TÉCNICO CERÂMICO DOS SÍTIOS DA SESMARIA JAGUARIBE E AS SEMELHANÇAS COM AS CERÂMICAS PORTUGUESAS E CERÂMICA TUPIGUARANI	249
7.3.1	Perfil Técnico cerâmico dos sítios da Sesmaria Jaguaribe e as semelhanças com as cerâmicas portuguesas	251
7.3.1.1	<i>Formas de Açúcar</i>	251
7.3.1.2	<i>Cerâmica Comum: Cerâmica Vermelha e Cerâmica Preta</i>	252
7.3.1.3	<i>Cerâmica Pedrada</i>	253
7.3.1.4	<i>Cerâmica Fina</i>	254
7.3.2	Perfil Técnico cerâmico dos sítios da Sesmaria Jaguaribe e as semelhanças com as cerâmicas Tupiguarani	255
8	ANÁLISES DO ACERVO CERÂMICO DA SESMARIA JAGUARIBE: TESTE DE SIMILARIDADE, RECONSTITUIÇÃO, POROSIDADE E FLUORESCÊNCIA DE RAIOS X	258
8.1	TESTE DE SIMILARIDADE: ANÁLISE DE CLUSTER	258
8.2	DIVERSIDADE MORFOLÓGICA DA CERÂMICA ARQUEOLÓGICA DA SESMARIA JAGUARIBE	268
8.3	ÍNDICE DE POROSIDADE	288
8.4	FLUORESCÊNCIA DE RAIOS X	292

9	CONCLUSÃO	308
	REFERÊNCIAS	316
	APÊNDICE A- RELAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EVIDENCIADOS NA ÁREA DA SESMARIA JAGUARIBE	341
	APÊNDICE B- RELAÇÃO DE MATERIAL ARQUEOLÓGICO DO SÍTIO SÃO BENTO	342
	APÊNDICE C- TABELA ÍNDICES DE SIMILARIDADE DA PASTA	343
	APÊNDICE D- TABELA ÍNDICES DE SIMILARIDADE DA MANUFATURA	344
	APÊNDICE E- TABELA ÍNDICES DE SIMILARIDADE DA QUEIMA	345
	APÊNDICE F- TABELA ÍNDICES DE SIMILARIDADE DA MORFOLOGIA (BORDA LÁBIO)	346
	APÊNDICE G- TABELA ÍNDICES DE SIMILARIDADE DO ACABAMENTO DE SUPERFÍCIE	347
	APÊNDICE H- VALORES DA MÉDIA E DESVIO PADRÃO DA CONCENTRAÇÃO DOS ELEMENTOS MAJORITÁRIOS DAS AMOSTRAS	348
	APÊNDICE I- MATRIZ DE CORRELAÇÃO DOS ELEMENTOS MAJORITÁRIOS DAS AMOSTRAS	350
	APÊNDICE J- VARIÂNCIA TOTAL ENTRE OS COMPONENTES MAJORITÁRIOS DAS AMOSTRAS (MÉTODO DE EXTRAÇÃO: PCA)	353
	APÊNDICE K- PRANCHA COM IMAGENS DE FUSOS, CACHIMBOS, E APÊNDICES DO PERFIL TÉCNICO INDÍGENA DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA ÁREA DA SESMARIA JAGUARIBE	355
	APÊNDICE L- PRANCHA COM IMAGENS DE FUSOS, CACHIMBOS, E APÊNDICES DO PERFIL TÉCNICO	

**COLONIAL DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA
ÁREA DA SESMARIA JAGUARIBE**

357

1 INTRODUÇÃO

No Brasil pode-se, porém, afirmar que nas áreas mais características o sistema da grande plantação foi, desde os primeiros anos de colonização, misto: pré-capitalista e capitalista, feudal e comercial. E também: criador de valores ao mesmo tempo que devastador do solo e dos homens (FREYRE, 2002:72).

Fazer e utilizar são ações que quando se referem à vasilha cerâmica revelam características alusivas ao modo de vida de seus fabricantes e/ou usuários, abarcando motes que vão além da produção, perpassando assim, por aspectos sociais e culturais. Com o advento do contato intercultural propiciado pela ação colonizadora que almejava implantar novos modelos culturais, sociais e econômicos, a produção e por consequências, suas técnicas, que já simbolizavam tais aspectos tornou-se, para os grupos autóctones, uma maneira simbólica de expressar seu posicionamento sobre o projeto colonizador. Isto é um fato que vem sendo constatado por diversos arqueólogos que, hodiernamente, pesquisam temas correlacionados ao contato.

Propondo a refletir sobre estas questões, nossa pesquisa tem como foco o material cerâmico, ou melhor, a tecnologia de utilização e/ou produção cerâmica indígena dos grupos que habitaram a área da Fazenda São Bento e seu entrono, situada na Sesmaria Jaguaribe que por sua vez está localizada na região metropolitana do Recife, na parte norte do litoral pernambucano, especificamente no município de Abreu e Lima. A Sesmaria Jaguaribe foi palco importante no processo de implantação e desenvolvimento do sistema colonial na Capitania de Nova Lusitânia, e como discutiremos ao longo deste trabalho, esse processo certamente influenciou o modo de vida dos grupos indígenas que lá habitavam.

Doado a Vasco Fernandes em 24 de julho de 1540 (LIVRO DO TOMBO DO MOSTEYRO DE OLINDA, 1946/47:17), a Sesmaria Jaguaribe é um modelo exemplar das expectativas e ações econômicas nas terras do Novo Mundo durante os primórdios da colonização. A coleta do “pau-de-tinta”, subsidiou a posterior implantação da fábrica de açúcar, que foi denominada de Engenho Jaguaribe (ROCHA, 1948). E apesar dessa área estar intrinsecamente associada a economia açucareira até os idos dos séculos XIX, a presença dos monges beneditinos e a implantação da Fazenda São Bento em 1660, complexifica o panorama socioeconômico local. E, não obstante, a presença dos religiosos nesta área por quase três séculos, são poucas as informações sobre sua relação

com as comunidades indígenas que ali viveram até, pelo menos, o século XIX, como informa Henry Koster (2002).

Assim, as fontes historiográficas indicam que entre os séculos XVI a XIX a Sesmaria Jaguaribe, incluindo a área da Fazenda São Bento, foi um importante polo produtivo da colônia portuguesa. Além disso, ou em consequência deste contexto, suas terras foram o cenário para o desenrolar dos contatos interculturais entre indígenas, senhores de engenhos, religiosos e escravos. Certamente esta interação se deu a partir de uma lógica própria, da qual podemos ter inferências através das fontes históricas e arqueológicas.

Como veremos no decorrer deste trabalho, o processo de colonização promoveu inúmeras influências na organização social, política e econômica dos povos indígenas. O contato instigado pelo colonizador europeu pressupunha a imposição de uma nova lógica de propriedade, trabalho, tempo, espaço e família aos grupos indígenas, que nem sempre aceitaram tudo de forma passiva e resignada. Todavia, as transformações ocorridas no modo de vida das comunidades são inegáveis, podendo (ou não) este contato ocasionado no decorrer da colonização da Sesmaria Jaguaribe, e em especial na área da Fazenda São Bento, ser um catalisador para mudanças na produção cerâmica dos grupos que utilizavam e/ou produziam cerâmica com a tecnologia indígena que ali viveram.

O contexto arqueológico desvelado (OLIVEIRA, 2005, 2007, 2011, 2016; MEDEIROS, 2005; ANDRADE, 2006; SILVA, 2006; SANTOS, 2009; SILVA, 2017), bem como os dados históricos sobre a área da Fazenda São Bento indicam a viabilidade da análise dos reflexos ou consequências, do contato sobre a cultura material dos grupos envolvidos, especialmente sobre o indígena. E, apesar deste latente potencial analítico, os sítios arqueológicos da área e o material arqueológico a eles associados não foram analisados com o intuito de compreender as relações estabelecidas entre os grupos autóctones e os colonizadores, e as possíveis influências/reflexos deste contato nos sistemas tecnológicos.

O breve panorama acima apresentado demonstra que o contexto arqueológico da Sesmaria Jaguaribe oferta a possibilidade não apenas do levantamento de novos dados sobre este tema, como também a análise dos reflexos, ou consequências, desta situação de contato sobre a cultura material dos grupos envolvidos. As pesquisas arqueológicas realizadas na área apontam a possibilidade da superação desta lacuna, bem como a necessidade de uma investigação arqueológica direcionada especificamente a este tema.

Assim, objetivando focar nossas análises nas relações sociais entre os grupos que utilizavam e/ou produziam cerâmica com a tecnologia indígena e colonizadores, delimitamos nosso recorte espacial, na área da Fazenda São Bento e seu entorno, visto que este perímetro concentra o maior número de sítios multicomponenciais, associados aos processos socioeconômicos do período colonial, sendo eles: Sítio Engenho Jaguaribe, Sítio São Bento (capela, casa dos monges e senzalas), Sítio São Bento II, Sítio São Bento III, Sítio São Bento IV, Sítio Tamanduá, Sítio Alto dos Macacos I, Sítio Alto dos Macacos II, Sítio Alto dos Macacos III e Sítio Alto dos Macacos IV.

A presente pesquisa almeja identificar e compreender se e como as relações estabelecidas entre os grupos autóctones e os colonizadores influenciaram o sistema tecnológico indígena para a produção dos vasilhames cerâmicos. Assim, buscamos ao logo deste trabalho problematizar se, tal como apregoado por Orser (1992) as mudanças socioeconômicas geradas pelo contato e a expansão do sistema mercantil/colonial promoveram transformações no modo de produção do material cerâmico indígena dos grupos que ocuparam os limites de fazenda São Bento? Além disso, a manutenção, ou não, do perfil técnico cerâmico exemplificaria uma situação de resistência ou de submissão aos padrões coloniais?

Partimos, *a priori*, da hipótese de que a interação social oriunda das relações socioeconômicas implementadas na Fazenda São Bento e seu entorno teve impacto no perfil técnico cerâmico indígena, todavia, não houve a simples substituição do perfil técnico tradicional pelo perfil técnico colonial, havendo sim o desenvolvimento de um novo perfil tecnológico que incorpora elementos de mais de um perfil técnico.

Sendo assim, o contato não promoveu o imediato e completo abandono das técnicas indígenas de produção da cerâmica produzido e/ou utilizado na área da Fazenda São Bento, todavia, engendrou o surgimento ou inserção de novos elementos técnicos e morfológicos. Sugerimos ainda, que durante o período colonial, os grupos que ocuparam a área da Fazenda São Bento elaboraram e mantiveram mecanismos próprios de transmissão cultural. E assim sendo, a permanência de elementos técnicos indígenas no material cerâmico produzido e/ou utilizado na área no decorrer dos séculos seria um indício das estratégias de resistência, e/ou resiliência, ao julgo colonial. Ou no mínimo demonstraria que esses grupos não foram totalmente despojados de seus preceitos culturais, nem incorporaram incondicionalmente os modelos implementados pela ação colonizadora.

Nesse sentido, entre os objetivos que permeiam a pesquisa em tela estão: analisar as consequências das interações interculturais ocorridas nas terras da Sesmaria Jaguaribe entre colonizadores e grupos que utilizavam e/ou produziam cerâmica com a tecnologia indígena a partir do perfil técnico cerâmico; perquirir o processo de integração da Sesmaria Jaguaribe, desde a fundação do Engenho Jaguaribe até a instalação e funcionamento da Fazenda São Bento no sistema socioeconômico colonial, com vista a compreender a participação das comunidades que utilizavam e/ou produziam cerâmica com a tecnologia indígena neste processo; estabelecer o perfil técnico dos materiais cerâmicos dos sítios da área; investigar as modificações ocorridas no perfil técnico cerâmico indígena localizado na área da Sesmaria Jaguaribe; problematizar as relações de contato, transmissão cultural e resistência cultural que ocorreram na Sesmaria Jaguaribe durante o processo colonial.

Como dito anteriormente, para concretização destas metas e discussões, optamos em centrar nossos esforços na análise de um conjunto de dez sítios inseridos nos limites da Fazenda São Bento e em seu entorno. Assim, através do escrutínio do cenário histórico e do contexto arqueológico da área almejamos contribuir para ampliação da miríade de conhecimentos sobre a colonização do litoral norte pernambucano e do contato intercultural ali ocorrido; dando especial atenção as consequências deste processo na vida e no sistema técnico, especificamente no perfil técnico cerâmico indígena dos grupos que lá viviam.

Com o intuito de abarcar essas questões o texto foi organizado em sete capítulos, focados em debater elementos específicos, e ao mesmo tempo, inter-relacionando os pontos centrais de nossa tese. Nesse mister, o primeiro capítulo, intitulado “Colonização do litoral Norte Pernambucano e da Sesmaria Jaguaribe”, terá por objetivo apresentar, resumidamente, a história da colonização de Pernambuco, enfatizando o litoral norte e, em especial, a área da Sesmaria Jaguaribe. Esta contextualização se faz necessária para situar historicamente a área de estudo, apresentando tanto elementos comuns e recorrentes à implementação do sistema colonial na “Terra de Santa Cruz”, quanto às especificidades regionais e locais desse processo. Auxiliando-nos, deste modo, a compreender o cenário no qual foram estabelecidas as relações entre indígenas e colonizadores.

Desta forma, o mesmo será dividido em três tópicos. No primeiro tópico “História da colonização do Litoral Norte Pernambucano”, é narrado, de forma sucinta, como ocorreu à implantação do sistema de Capitânicas Hereditárias, e simultaneamente, o cenário geral da ocupação do território português no Novo Mundo. No segundo tópico “História da

Sesmaria Jaguaribe e do Engenho Jaguaribe”, é descrito a história da Sesmaria Jaguaribe e do Engenho Jaguaribe, focando no processo socioeconômico fomentado pela produção açucareira, bem como, nas atividades socioculturais desenvolvidas ao longo dos séculos XVI a XIX pelos colonizadores. Por fim, no terceiro tópico “História da Fazenda São Bento” é apresentado, de forma breve e sucinta, a história e o papel dos religiosos beneditinos no período colonial, bem como, a história da Fazenda São Bento de Jaguaribe, focando na análise de suas funcionalidades socioreligiosas e econômicas.

No segundo capítulo, intitulado “Contextualização Ambiental: Do ambiente aos usos”, realizaremos é realizado breve descrição das características ambientais da área de estudo, dando prioridade a identificação dos recursos naturais disponíveis no território da Sesmaria Jaguaribe. Este capítulo também será dividido em três tópicos. O primeiro tópico “Pedologia e Geologia: Agricultura, plantation e produção do açúcar” é abordado as principais características pedológicas e geológicas da área destacando a importância das mesmas para as atividades produtivas. O segundo tópico “Exploração e exportação da vegetação: A primeira fonte de recursos” destacaremos como a Sesmaria Jaguaribe propiciava abundantes recursos naturais, seja para os grupos autóctones ou para os colonizadores, demonstrando que desde os primeiros momentos da ocupação portuguesa até o auge da produção açucareira a vegetação desta área foi um elemento favorável para a escolha do local pelos colonizadores. O terceiro tópico “Recursos Hídricos: Sua importância para a subsistência e para economia” é exposto os recursos hídricos da área da Sesmaria Jaguaribe, bem como, analisou-se sua importância para a subsistência e para economia durante o período colonial.

Enfim, estes dois primeiros capítulos forneceram informações a partir de fontes históricas sobre a Sesmaria Jaguaribe, em especial, sobre a área da Fazenda São Bento e seu entorno, narrando sua ocupação e utilização pelos povos indígenas e colonizadores portugueses.

Já o terceiro capítulo intitulado “Aportes teóricos sobre a cerâmica arqueológica: Das categorizações á possibilidades interpretativas” será dedicado a discussão e apresentação dos aportes conceituais que subsidiarão nossas análises. Para tanto, o mesmo será dividido em quatro tópicos. No primeiro tópico “Transmissão Cultural e Contato” é apresentado uma breve definição de transmissão cultural. No segundo “Contato Cultural: Da Antropologia à Arqueologia” analisou-se o conceito de contato cultural, tanto nas pesquisas antropológicas quanto nas perspectivas arqueológicas. No terceiro tópico “O Contato Cultural e as Cerâmicas Arqueológicas nas pesquisas

brasileiras” é abordado as pesquisas arqueológicas que, no contexto brasileiro, discutiram-se as mudanças ocorridas cerâmica produzida em cenários de contato intercultural. Por fim, no quarto tópico “Resistência Cultural: Uma resposta ao contato” é apresentada uma breve discussão, embasada em reflexões históricas e arqueológicas sobre a resistência cultural.

No quarto capítulo, intitulado “Estado da Arte da Cerâmica Arqueológica: Cerâmica Tupiguarani e Cerâmica Portuguesa”, é apresentado os apontamentos da bibliografia especializada sobre as características técnicas e morfológicas da cerâmica comumente associada aos grupos indígenas e aos colonizadores portugueses. Além disso, esta breve explanação terá caráter metodológico e conceitual, fornecendo subsídios que nos auxiliarão, posteriormente, a discutir e compreender se e como as interações interculturais ocorridas nas terras da Sesmaria Jaguaribe influenciaram o modo de produção dos artefatos cerâmicos.

Sendo assim, o quarto capítulo será composto por três tópicos “Sistema Técnico e Perfil Técnico; Cerâmica Indígena do litoral norte Pernambucano: Tupiguarani e Cerâmica Portuguesa”, todos dedicados a expor os atributos tecnopológicos e morfológicos da cerâmica associada aos grupos indígenas e aos colonizadores. No caso da cerâmica indígena nos ateremos aos estudos referentes ao litoral norte de Pernambuco, em especial aos trabalhos dedicados aos ceramistas Tupiguarani. E quanto a cerâmica portuguesa, privilegiamos a produção oleira em Portugal, bem como a utilização e a replicação destas técnicas e objetos nas colônias.

O quinto capítulo intitulado “Aportes metodológicos aplicados ao estudo do material cerâmico: Análises tecnopológicas e arqueométricas” demonstra os parâmetros e variáveis adotados na análise tecnopológica dos fragmentos cerâmicos, no cálculo do índice de porosidade, nos testes de similaridade e na reconstituição hipotética das formas. Além de abordar os processos adotados para a datação (Termoluminescência - TL e Luminescência Opticamente Estimulada - LOE) e caracterização físico-química dos artefatos (fluorescência de raios X).

O sexto capítulo nomeado “Sítios arqueológicos da área de estudo e seu acervo cerâmico”, expõe um panorama geral sobre o contexto arqueológico da área de estudo, e será composto por três tópicos. No primeiro tópico “Área da Sesmaria Jaguaribe: Uma história em constante construção” apresenta uma breve descrição do contexto histórico contemporâneo da área, com o intuito de demonstrar as transformações que estão ocorrendo nos sítios arqueológicos e seu entorno. No segundo tópico “Caracterização dos

sítios arqueológicos e análises do material cerâmico” expõe os antecedentes das pesquisas arqueológicas, objetivando expor, brevemente, os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas até o momento, apresentando e caracterizando os sítios arqueológicos abordados nesta pesquisa e mostrando os resultados da análise do material cerâmico. Por último, no terceiro tópico “perfil técnico cerâmico dos sítios da Sesmaria Jaguaribe e as semelhanças com as Cerâmicas Portuguesas e Tupiguarani” serão apresentados em subtópicos as características dos perfis técnicos evidenciados na Sesmaria Jaguaribe, bem como, serão expostas as principais semelhanças identificadas entre as Cerâmicas Portuguesas e Tupiguarani entre o material cerâmico dos sítios arqueológicos analisados nesta pesquisa.

No último capítulo intitulado “Análises do acervo cerâmico da Sesmaria Jaguaribe: Teste de similaridade, Porosidade, Reconstituição e Fluorescência”, abordar os resultados da análise do acervo cerâmico, problematizando como e se a interação social ocorrida nas terras da Sesmaria Jaguaribe contribuiu para a definição das diferentes características dos objetos cerâmicos fabricados e/ou usados na área. No primeiro tópico “Teste de similaridade: Análise de cluster” demarcou-se os principais atributos que compõe os perfis técnicos encontrados na área, e examinaremos como os testes estatísticos revelam uma baixa similaridade entre a cerâmica indígena e a colonial. O tópico seguinte “Diversidade morfológica da cerâmica arqueológica na Sesmaria Jaguaribe” será dedicado a análise da diversidade morfológica do acervo, além de apresentação dos tipos de forma passíveis de reconstituição, discutindo se essas formas são exclusivas de algum dos perfis técnicos identificados. Os dois últimos tópicos “Índice de Porosidade” e “Fluorescência de Raios X” explorarão as propriedades físicas dos artefatos. Inicialmente compararemos os índices de porosidade para investigar se a cerâmica colonial apresentaria uma “vantagem” funcional que se justifica o abandono das técnicas indígenas; e depois, analisaremos, com o auxílio da fluorescência de raios x, se artefatos com perfis técnicos diferentes podem ter sido confeccionados com a mesma matéria prima.

Por fim, no epílogo do texto é formulado nossas conclusões. Nosso intuito será discutir como as informações levantadas ao longo do trabalho nos permitiram consolidar, ou refutar, a hipótese apresentada; além de contribuírem para a ampliação de nosso entendimento sobre as relações de contato e os mecanismos de transmissão cultural e resistência cultural que ocorreram na Sesmaria Jaguaribe durante o período colonial.

2 COLONIZAÇÃO DO LITORAL NORTE PERNAMBUCANO E DA SESMARIA JAGUARIBE

A sesmaria foi o primeiro caminho para se constituir poderes privados sobre a terra no Brasil (BENATTI, 2005:39)

Antes de iniciar este capítulo se faz necessário ressaltar que o recorde temporal da área pesquisada se centra no período colonial. Está ressalva é importante, pois do ponto de vista teórico-metodológico, este estudo será embasado pelos princípios da arqueologia histórica, que por sua vez investiga, no cenário nacional, as ações, os costumes, os comportamentos e as contribuições de cada grupo sociocultural na constituição do Brasil enquanto uma nação e sociedade fruto deste devir histórico.

A arqueologia histórica tem em seu cerne especificidades diretamente correlacionadas com seu objeto de estudo e/ou seu recorte cronológico. Portanto, mais do que uma definição unitária e consensual, o que temos é a multiplicidade de propostas fomentadas no decorrer do desenvolvimento da disciplina. Assim, dentre os diversos autores que buscaram definir o campo de atuação da arqueologia histórica, temos Schuyler – que a considerava como o estudo dos remanescentes materiais de qualquer período histórico, Hume – que propunha que a arqueologia histórica se dedicava a pesquisa dos vestígios materiais do passado remoto e recente em relação a história documental e a estratigrafia em que se encontram; Deetz (1977) – que defendia que a arqueologia histórica era o ramo da arqueologia dedicado a investigar o impacto e dispersão do pensamento europeu sobre as culturas indígenas desde o século XV, e Orser (2000) – que reconhece a arqueologia histórica como a investigação arqueológica de qualquer cultura do passado que desenvolveu uma tradição literária, ou ainda, como o estudo das condições históricas e culturais que modelaram “mundo moderno” desde aproximadamente 1415 A.D (Conquista de Ceuta).

Segundo Deagan (1998, 2008), estas definições são divididas entre aquelas que enfatizam em maior ou menor grau a presença do registro documental como o traço distintivo da arqueologia histórica. Todavia, nos últimos anos, diversos autores (LITTLE, 1996; JOHNSON 1997; ZARANKIN, 2008), buscam destacar que, para além das diferenças crono-espaciais e metodológicas, os trabalhos desenvolvidos em arqueologia histórica possuem em comum a preocupação de entender os contextos locais considerando as forças mais amplas que moldaram o mundo moderno.

Ultimamente, observa-se no cenário da arqueologia histórica a coexistência de temas voltados à análise do comportamento de consumo, relações de poder, afirmação de status social, preservação histórica¹. De acordo com Little, essas abordagens têm em comum a preocupação em entender os contextos locais em função de uma perspectiva macro, considerando as relações desses contextos com as forças mais amplas que moldaram o mundo moderno. Tais abordagens podem ser rotuladas como Arqueologias do Capitalismo², que como enfatizaram Zarankin e Senatore (1996), tem sido um dos temas de maior interesse na arqueologia histórica no continente Sul Americano.

Dentro da Arqueologia do Capitalismo, os estudos sobre “poder” demonstram a heterogeneidade inerente a esta temática, chamando a atenção tanto para os tipos variados de poder (econômico, militar, social, de gênero, etc), como para temas como a dominação, resistência e estratificação social. A dominação pode ser realizada através da coerção, legitimação ou de uma combinação das duas. Mas se o capitalismo pode ser opressor e destruidor; a resistência ao capitalismo pode ocorrer de forma simples ou complexa, evidente ou obscuro, “pacífica” ou violenta (armada ou não) e nas ações corriqueiras do cotidiano ou pouco frequentes (LITTLE, 2014:140). Segundo Deagan, a arqueologia histórica tem um potencial pouco explorado, porém largamente reconhecido, para a teorização, análise e descrição das estratégias de poder, das expressões de todos os níveis de ideologia e interações dinâmicas entre os que tentam dominar e os que tentam resistir.

Ontologicamente vinculadas as discussões sobre ideologia e poder estão as análises sobre as relações transculturais, seja através das tentativas de imposição dos padrões

¹ Segundo Little, nos EUA o desenvolvimento inicial da Arqueologia Histórica está associado aos projetos de “preservação histórica” entre 1920 e 1930, sendo caracterizada como “Arqueologia de sítios históricos”, pois o estudo centrava-se em locais tidos como relevantes para a história norte-americana. Assim, os “grandes personagens ou fatos históricos” tornaram-se o foco das pesquisas em contexto histórico que abarcaram sítios como, fortificações, missões espanholas e os entrepostos comerciais. Uma perspectiva que marcou a prática inicial da arqueologia histórica nos EUA, e também no Brasil, foi a arqueologia da restauração ou reconstrução, que tem entre seus marcos os trabalhos desenvolvidos nas cidades de Williamsburg e Jamestown (EUA), focados nos critérios arquitetônicos com o objetivo de fundamentar a restauração ou auxiliar na reconstrução de casarios do séc. XVII. No Brasil, segundo Tânia Andrade Lima, esta postura se evidencia nos trabalhos realizados entre 1960 e 1980, que privilegiam as “construções de pedra e cal” do período colonial (fortes, igrejas, palácios e prédios públicos).

² Little (1996) refere-se a eixos temáticos gerais que têm sido abordados na Arqueologia do Capitalismo: ideologia e poder; contato transcultural; e consumo e industrialização. Poder e ideologia referem-se aos modos complexos pelos quais as ideologias atuam na manutenção da estrutura social hierárquica, ou mesmo aos modos que caracterizam o capitalismo. A pesquisa transcultural refere-se aos encontros coloniais entre povos europeus e não europeus, focalizando o papel da cultura material nesses processos de interação e conflito. Consumo e industrialização dizem respeito às mudanças culturais que acompanham as transformações sociais na organização do trabalho, conectando as condições de produção com as circunstâncias do consumo. Segundo Little (1994:11), as pesquisas sobre Ideologias e o Poder procuram interpretar os valores simbólicos atribuídos a determinados artefatos e como agem as ideologias através destes, suas estratégias e como estas se naturalizam.

européus a grupos indígenas e africanos (e afrodescendentes) escravizados, seja pelas formas de resistência destes grupos.

Uma das abordagens mais recorrentes foi o estudo dos processos de aculturação promovido entre indígenas e europeus, na América do Norte. Os arqueólogos históricos abraçaram a etnicidade como um assunto pelo qual a disciplina poderia fazer grandes contribuições a antropologia. Muitas pesquisas foram orientadas para elucidar esse processo devido à vantagem de se encontrar artefatos de presença europeia em sítios indígenas. Alguns estudos se centraram na aculturação através das relações de escambo, comércio, na conversão dos nativos às práticas religiosas dos colonizadores, e em uniões consensuais entre culturas distintas (LITTLE, 1996; DEAGAN 2008).

Em nosso país os temas e abordagens da arqueologia histórica também englobam entre suas áreas de interesse a análise dos percalços e consequências da expansão europeia em território brasileiro, o impacto causado sobre grupos autóctones e povos africanos, o processo de (trans)formação da sociedade brasileira e desenvolvimento urbano. Como discutido por Lima (1993), a arqueologia histórica, não apenas contribui com novos subsídios para a história nacional, mas também a reescreve, inserindo novos elementos e perspectivas ausentes nas fontes escritas e na historiografia oficial.

No Brasil, um dos temas fulcrais da arqueologia histórica nos últimos anos perpassa pelo escrutínio dos efeitos, no além-mar, da implantação da lógica mercantilista e, posteriormente, capitalista. Como defendido por Orser (1992:23), a arqueologia histórica deve ser compreendida enquanto um instrumento de análise e problematização “[d]os aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje”. Neste contexto, a Sesmaria Jaguaribe é palco para acompanharmos as transformações socioeconômicas decorrentes da empresa colonizadora; e discutirmos como esses processos influenciaram a vida e a cultura material dos grupos que utilizavam e/ou produziam cerâmica com a tecnologia indígena que ali habitavam.

Costa (2013) destaca que, por abranger diversas temáticas e ter muitos objetos de investigação a arqueologia histórica tornou-se uma área dinâmica e interdisciplinar de estudo. A pesquisa interdisciplinar é para arqueologia um procedimento que viabiliza utilizar o arcabouço teórico e metodológico de outras ciências, em prol de um objeto ou tema de pesquisa, possibilitando abordá-lo, simultaneamente, de forma mais ampla e minuciosa. A pesquisa bibliográfica e documental é um destes procedimentos

interdisciplinares que para a arqueologia histórica e seus propósitos se torna uma ferramenta tão importante quanto à própria pesquisa arqueológica de campo. Como afirmado por Lima (2002), o debate entre o registro histórico e o registro arqueológico é o que caracteriza o campo de atuação da arqueologia histórica:

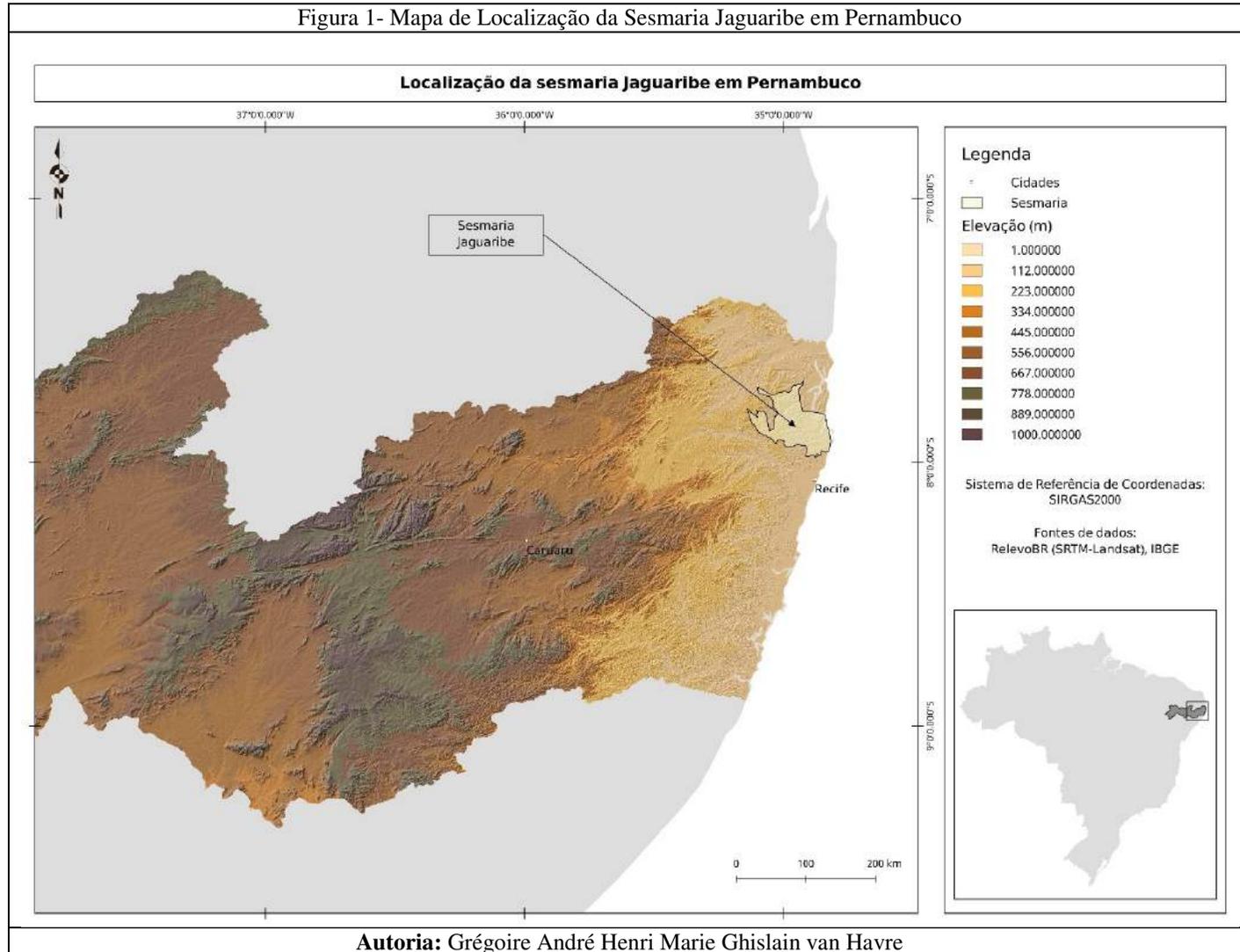
Grande parte do fascínio e da magia da arqueologia histórica reside justamente nas múltiplas possibilidades que os registros arqueológicos apresentam de complementar, confirmar, mas, sobretudo, de contradizer os registros documentais e, ao fazê-lo, gerar um terceiro nível de informação, nem propriamente arqueológico, nem propriamente histórico, mas profundamente fecundo. E nesse plano que deve atuar a arqueologia histórica sempre que possível, para se exercer de fato como ciência social (LIMA, 2002:12).

Por tudo que foi exposto, no desenvolvimento do presente estudo lançamos mão da pesquisa bibliográfica³ e documental⁴, o que nos permitirá fazer uso de dados e informações acumulados sobre o tema. Ao trabalharmos com fontes documentais, mantendo uma visão crítica sobre tais fontes. Nem tudo que está escrito no documento ou representado na imagem, deve ser imediatamente interpretado como verdade, pois muitos fatos são omitidos intencionalmente ou não; e um acontecimento é sempre narrado a partir do ponto de seu narrador. É preciso que o pesquisador analise o que está nas entrelinhas do documento, construindo um conhecimento crítico sobre o assunto, cruzando, combinando e compondo as informações históricas (PESAVENTO, 2003).

Agora sim, adentrando ao cerne deste capítulo, vale destacar que o objetivo do mesmo é apresentar a história da colonização de Pernambuco, especificamente no litoral norte, tendo como foco central a área da Sesmaria Jaguaribe, atualmente inserida nos limites dos municípios Paulista, Igarassu e Abreu e Lima (Fig. 1). Esta contextualização se faz necessária para situar historicamente a área e objeto de estudo, apresentando tanto elementos comuns e recorrentes à implementação do sistema colonial na “Terra de Santa Cruz”, quanto às particularidades regionais e locais desse processo, auxiliando-nos, deste modo, a compreender o cenário no qual foram estabelecidas as relações entre indígenas e colonizadores.

³ A pesquisa bibliográfica deve anteceder todos os tipos de pesquisas. Esta pesquisa é feita a partir de material escrito: livros, artigos, internet, revistas, jornais e anais (SANTOS, 2002:33).

⁴ A Pesquisa Documental é o emprego de qualquer suporte que contenha informação registrada, que possa servir para estudo ou prova. Incluindo os documentos, impressos, manuscritos, atas, dados arquitetônicos, registros de compra e venda, inventários, relatos de viajantes, registros audiovisuais e sonoros, imagens, independentemente do período decorrido desde a primeira publicação (ABNT, NBR 6023, 2000).



De modo geral, a história da Sesmaria Jaguaribe começou a ser narrada e registrada pelos cronistas, viajantes e colonizadores no século XVI, e hodiernamente, vários pesquisadores estudam a área discutindo as idiossincrasias locais.

2.1 HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DO LITORAL NORTE PERNAMBUCANO

He o Paiz de Pernambuco dos mais abundantes, amenos e ricos do Brafil. Os feus Engenhos dao o mais fino affucar, as fuas matas as mais preciofas madeiras, o feu terreno os mais deliciofos frutos. Criao os feus campos todos os géneros de gado, de caças admiraveis; os feus mares, rios, mais regalados pefcados e marifcos. Acha-fe no feu clima o temperamento mais faudavel; as arvores, plantas, frutas naturaes, cultas, filveftres, mais faborofas, e algumas efrangeiras no mefmo grao perfeitas. Em fim, he hum compendio de tudo o que póde fazer grande hum Reyno (ROCHA, 1730:107).

Para narrarmos o processo de colonização da Sesmaria Jaguaribe, se faz necessário, primeiramente, apresentar, de forma sucinta, como ocorreu à implantação do sistema de Capitánias Hereditárias, e simultaneamente, o cenário geral da ocupação do território português no Novo Mundo. Neste capítulo, abordaremos as primeiras ações colonizadoras expondo como se tornaram os “senhores” do litoral pernambucano.

A partir de meados do século XIV e no século XV, Portugal vivencia uma crise econômica ocasionada pelas guerras e pela peste negra que afligia principalmente a população que se aglomerava nas cidades, propiciando assim, o alastramento da doença. Este cenário obrigou o Rei de Portugal, D. Fernando I, a tentar reverter a situação a partir da reorganização política e social. Para tanto, El’Rei ordenou que as terras ermas portuguesas fossem cultivadas, assim, haveria alimentos para todos. O Rei estava convencido que a adoção de uma política severa de aproveitamento do solo para a cultivo ajudaria a sanar a crise econômica e abasteceria a população (COSTA PORTO, 1965:33).

Emerge assim, no ano de 1375, em Santarém, a Lei das Sesmarias em Portugal. Esta legislação instituiu a obrigatoriedade do cultivo do solo, tendo em vista o interesse coletivo. Por meio do Instituto da Sesmaria era concedido terras portuguesas incultas, por tempo determinado e gratuito a todos aqueles que quisessem cultiva-las, então, o senhor da terra poderia trabalhar diretamente ou transferir o domínio a outro mediante aforamento. Quando não ocorria exploração total das terras concedidas, as terras excedentes eram confiscadas pelo sesmeiro, ou seja, o repartidor e distribuidor de terras, que as arrendavam a terceiros para cultiva-las. O cultivo obrigatório era agendado e calculado em cinco anos, garantindo-lhe a posse. Por fim, vale destacar que no meado do

século XV, o disciplinamento do modelo de sesmaria português, que se fazia através de instruções reais, assumiu nova feição e obteve um alcance maior, ao ser codificado nas Ordenações do Reino (VIDAL & MALCHER, 2009:18-24).

Sem dúvidas, o modelo de sesmarias empregado em Portugal serviu como base para as ordenanças sobre a ocupação das terras do Novo Mundo, todavia, novas motivações, objetivos e procedimentos são próprios do contexto brasileiro. Ainda, no século XVI a coroa portuguesa reconhece a necessidade de efetivar a ocupação das terras recém-descobertas para garantir sua posse, visto que a mera instalação de feitorias⁵ ao longo da costa não impedia a atuação dos corsários estrangeiros. Como narrado por Ayres de Cazal (TOMO I, 1818:54):

Vendo El-Rey Dom Joam o Terceiro que os Castelhanos se achavam estabelecidos sobre o rio Paraguay, e que os Francezes pretendiam estabelecer-se em Pernambuco, e na Bahia de Todos os Santos, rezolveu povoar o Continente; e para facilitar a colonização, determinou repartillo em porções extraordinárias de cinquenta léguas de Costa, com regalias lizonjeiras, e nome de *Capitanias*, que deu de juro, e herdade a vassallos benemeritos pelos serviços, que tinham feito a Coroa; os quaes deviam hir, ou mandar povoallas, com gente, e navios á sua custa, dentro de certo tempo, antes que as outras nações alli se assentassem (AYRES DE CAZAL, Tomo I, 1818:54).

A tarefa não era tão simples, visto que, se tratava de criar e implementar uma atividade econômica, que a longo prazo, não deveria se pautar exclusivamente numa simples apropriação das riquezas naturais existentes. Em outras palavras, urgia iniciar uma produção que exigia o emprego de capitais tendo em vista um retorno futuro. Neste cenário, em 1530, D. João III atribuiu, através de uma Carta Régia, a Martim Afonso de Souza, a faculdade de distribuir as terras do além mar. Martim Afonso de Souza, recebeu, assim, o título de Capitão Mor das terras do Brasil (BERCOVICI, 2005:120). Mas, somente em 1534 o sistema de capitanias hereditárias foi literalmente implantado no

⁵ A exemplo do que podia ser verificado na Índia e África, as feitorias portuguesas no Novo Mundo funcionavam como verdadeiros entrepostos comerciais e militares; destinados a arrecadação, armazenamento e remessa dos recursos disponíveis nas colônias (especiarias, drogas, metais, madeiras, escravos, etc.) para a metrópole; e garantir a posse das terras descobertas bem como o monopólio de sua exploração. O controle e a exploração das feitorias geralmente eram realizados por membros da nobreza ou comerciantes que recebiam a autorização real para implementação desta empresa. Deste modo, a coroa não investia seu erário no processo inicial de posse das novas terras, e ainda garantia sua arrecadação através da taxa (o quinto e o dízimo) das mercadorias exploradas. O cristão novo Fernando (N)Loronha comandou um consócio de comerciantes que conseguiu a primeira autorização (e monopólio) de exploração da colônia entre 1500 e 1505, obrigando-se a mandar seis navios por ano e construir uma feitoria na costa. Entretanto, apesar das viagens esporádicas a feitoria não foi construída, na costa e sim na ilha afastada do litoral. A primeira feitoria real a ser implantada nas terras continentais foi a Feitoria de Cristovão Jaques, instalada em 1516 nas praias de Itamaracá/PE, tendo perdurado até 1535 (chegada de Duarte Coelho). Nesta área foi construída uma estrutura fortificada para devesa contra-ataques de indígenas inimigos e invasores franceses; e principalmente para viabilizar o “trato do pau de tinta”.

Brasil, com o objetivo de ocupar e fazer produtivas as terras (PEREIRA, 2011), seguindo o modelo já experimentado em outras colônias, na África, em Madeira e Açores (VIDAL & MALCHER, 2009:39).

As doações das capitânias hereditárias forneciam assim, o provimento de terras e poder aos donatários, membros de uma pequena nobreza, que recebia a função de prover a prosperidade das capitânias doadas, buscando simultaneamente beneficiar a Coroa. O estabelecimento das Capitânias Hereditárias no Brasil tinha vários objetivos: o povoamento, a implantação de uma economia rentável, a colonização, o oferecimento de terras a “homens bons”, que seriam donatários e exerceriam autoridade sobre o novo território (VIDAL & MALCHER, 2009:39). Sobre a atuação dos donatários Capistrano de Abreu (1998) destaca:

Para os donatários poderem sustentar seu estado e a lei de nobreza, eram-lhes concedidas dez léguas de terra ao longo da costa, de um a outro extremo da capitania, livres e isentas de qualquer direito ou tributo exceto o dízimo. [...] Os donatários seriam de juro e herdade senhores de suas terras; teriam jurisdição civil e criminal, com alçada até cem mil-réis na primeira, com alçada no crime até morte natural para escravos, índios, peões e homens livres, para pessoas de mor qualidade até dez anos de degredo ou cem cruzados de pena; na heresia (se o herege fosse entregue pelo eclesiástico), traição, sodomia, a alçada iria até a morte natural, qualquer que fosse a qualidade do réu, dando-se apelação ou agravo somente se a pena não fosse capital. [...] Os donatários poderiam fundar vilas, com termo, jurisdição, insígnias, ao longo das costas e rios navegáveis; seriam senhores das ilhas adjacentes até distância de dez léguas da costa; os ouvidores, os tabeliões do público e judicial seriam nomeados pelos respectivos donatários, que poderiam livremente dar terras de sesmarias (CAPISTRANO DE ABREU, 1998:48).

Assim, o sistema de Capitânias Hereditárias promovia uma relação *sui generis* entre rei e donatário, sendo o último investidor, produtor e ocupante das terras doadas pela graça real. Mas, o poder e o controle não saíam do domínio régio, como deixavam claras as observâncias contidas nas cartas de doação e nos forais⁶. Os capitães donatários não podiam vender as terras sob sua posse, mas tinham o direito de repassá-las a seus descendentes. Entre os direitos dos donatários estavam o de ser sesmeiro, ou seja, implantar o sistema sesmarial, repartindo e doando terras, geralmente não cultivadas, a quem lhe aproovesse, desde que estes fossem cristãos. Todas as normas e dispositivos legais constavam nas Ordenações e nos decretos emanados da Metrópole. E os que

⁶ A Carta de Doação estabelecia que a Coroa cedia o uso de uma gleba e ela não poderia ser negociada sob hipótese nenhuma. O Foral estabelecia os direitos e as obrigações do beneficiado, inclusive as funções que poderia exercer (VIDAL & MALCHER, 2009:68).

recebessem as terras, ou seja, as sesmarias deveriam pagar o dízimo a Deus dos frutos da terra, o dízimo seria entregue ao Rei (VIDAL & MALCHER, 2009:67).

Com isto, os interesses particulares dos colonos e as vontades políticas e econômicas da Coroa se amalgamavam para ditar os caminhos da colonização (FERRAZ, 2008:61). Portanto, a criação das capitâneas hereditárias contribuiu para a ocupação portuguesa do Novo Mundo, fomentando o projeto de exploração e transferência de riquezas naturais para o continente europeu; como por exemplo a utilização do solo e do clima para produção de artigos valiosos, como o açúcar de cana, que era um dos itens atrativos aos investidores mercantilistas. Assim, nos primeiros momentos da colonização do Brasil, as nuances e interesses dos cenários local e internacional levaram as tentativas de estabelecer um projeto que garantisse tanto o povoamento da nova colônia quanto o domínio do território ocupado.

Inicialmente, o território brasileiro foi repartido em doze capitâneas hereditárias⁷, embora divididas em maior número de lotes. Começavam todas à beira-mar e prosseguiram com a mesma largura inicial para o ocidente, até a linha divisória das possessões portuguesas e espanholas acordada em Tordesilhas (CAPISTRANO DE ABREU, 1998:50). Segundo Varnhagen (1999) as capitâneas hereditárias tinham milhares de léguas quadradas, e não possuíam necessariamente o mesmo tamanho; sendo organizadas com base administrativa local em vilas, com um porto, numa baía ou estuário.

Duarte Coelho foi um dos primeiros donatários⁸ a receber o beneplácito do soberano português em reconhecimento aos serviços prestados a Coroa⁹. Denominando sua Capitania como Nova Lusitânia, devido a pretensão inicial de “criar um outro Portugal” naquela localidade. Porém, desde ao menos 1549, ocorreu a substituição do nome “Nova Lusitânia” por “Pernambuco”¹⁰, o que simbolizava toponimicamente a

⁷Capitania de Pernambuco, Capitania de Itamaracá, Capitania da Baía de Todos os Santos, Capitania de Ilhéus, Capitania do Maranhão, Capitania de Porto Seguro, Capitania do Ceará, Capitania do Rio Grande, Capitania do Espírito Santo, Capitania de São Tomé, Capitania de São Vicente, Capitania de Santo Amaro e Capitania de São Vicente.

⁸ Os donatários das capitâneas hereditárias eram: 1º - Duarte Coelho, doze milhares; 2º - Pero Lopes, sete e meio; 3º - Francisco Pereira, sete milhares; 4º - Figueiredo, quase o mesmo; 5º - Tourinho, seis milhares e meio; 6º e 7º - Barros e Cunha, quase o mesmo cada um; 8º - Vasco Fernandes Coutinho, cinco milhares e meio; 9º - Martim Affonso, pouco mais de dois e meio; 10º - Pero de Góes, menos de dois; 11º - Fernand' Alvares, menos de milhar e meio; 12º - Antônio Cardoso, pouco mais de seiscentas léguas (VARNHAGEN, 1999).

⁹ “Duarte Coelho Pereyra, em prêmio de ter expulsado os Francezes do rio de Santa Cruz, restabelecido a Feitoria por elles alli demolida, e doutros serviços à Coroa, obteve a Capitania de Pernambuco, cuja carta de doação lhe foi exarada em mil quinhentos trinta e quatro: e passou a povoalla com sua mulher, e várias familias no anno seguinte” (AYRES DE CAZAL, Tomo II, 1818:153).

¹⁰A historiada Bartira Barbosa (2007:60) apresenta a seguinte definição e origem para Paranambuco (Pêra-Nambuco, Paranã-puko ou Paranãnbuco), um termo em língua Tupi, ou como escreveu Gabriel Soares de

mutação que viria a sofrer o programa do primeiro donatário, em breve pervertido pelas circunstâncias da colonização (SALVADOR, 1965:95). De acordo com Capistrano de Abreu (1998):

Na capitania de Pernambuco, depois de estabelecido Igarauçu, Duarte Coelho passou algumas léguas mais ao sul e assentou a capital de seus domínios em Olinda. O porto de somenos capacidade bastava às pequenas embarcações. A vizinhança dos tabajaras (tupiniquins) compensava as investidas constantes dos petiguares (tupinambás). A energia do donatário continha a turbulência dos colonos. Nas várzeas surgiam canaviais e engenhos; a lavoura de mantimentos aproveitou os altos: pau-brasil existia no litoral e no sertão; e estando esta capitania, de todas a mais oriental, a menor distância do Reino, aqui mais que alhures frequentavam os navios de além-mar, e prosperava o comércio. Os mares piscosos traziam a fartura e alentavam a costagem; caravelões espantavam os franceses, que desde então começaram a evitar aquelas paragens. O nome de Nova Lusitânia dado pelo donatário à sua colônia, se por um lado figura esperanças de futuro, simbolizava por outro o orgulho da própria obra. Nas armas concedidas por D. João III em 6 de junho [de] 1545 cinco castelos representavam os cinco centros de povoações criadas por Duarte Coelho. Infelizmente conhecemos só Igarauçu, Olinda e, quiçá, Paratibe (CAPISTRANO DE ABREU, 1998:54).

Socorro Ferraz (2008:62) destaca que a capitania de Duarte Coelho passou a ser o centro de irradiação colonizadora da região. Tal capitania detinha o principal porto do Brasil¹¹, sendo sua área territorial equivalente a sessenta léguas de terras costeiras, entre o rio São Francisco e o rio Igarauçu, e a mesma largura se estendendo pelas vastidões dos Sertões, ou seja, na direção oeste até esbarrar nas fronteiras previstas pelo Tratado de Tordesilhas. Portanto, a capitania de Pernambuco incluía o que hoje conhecemos como Alagoas. Vale frisar que, as famílias¹² beneficiadas com sesmarias na Capitania de

Souza no século XVI “[...] porto que se diz de Pernambuco, por uma pedra que junto dele está furada no mar, que quer dizer pela língua do gentio, mar furado”, era uma expressão simbólica para uma conjunção de fatores naturais que incluíam a erosão causada pela força das águas salgadas e as doces em parte dos arrecifes. Em Barléu (1940:127) vemos que pedra furada se via perto da ilha de Itamaracá, banhada em baixo pelas águas. O nome paranambuca era comum na costa do Norte, no trecho dela tomado pelos recifes, e o sentido que os índios lhe davam era o de furo, entrada, passagem natural aberta na muralha do Recife. No tupi do Norte, no Nheengatú, *paranã-mbuca* quer dizer jorro do mar alusão à embocadura por onde ele se escapa.

¹¹ “Nenhuma provincia tem tão grande número de portos; ainda que pela maior parte só capazes de recolher sumacas. Os principaes san o mencionado Catuâma; o Recife, que descreveremos juntamente com a Povoação do mesmo nome; Tamandaré, que he o melhor de todos, em forma de bahia, dentro do rio do seu nome, seguro, defendido por um grande Forte, com capacidade para recolher uma Armada, quatro e cinco braças na entrada, e até seis dentro [...]” (AYRES DE CAZAL, Tomo II, 1818:169).

¹² “Filipe Bandeira de Melo e sua mulher Maria Maciel Andrada; Pedro Bandeira de Melo; João Gomes de Melo casado com D. Ana de Holanda. Deste casamento surge a família Melo da Casa de Trapiche do Cabo de Santo Agostinho; Arnau de Holanda, natural de Utrecht, sobrinho do papa Adriano VI, casou-se com D. Brites Mendes de Vasconcelos, natural de Lisboa, filha de Bartolomeu Rodrigues, camareiro-mor do Infante D. Luís, filho do Rei D. João III. Desse matrimônio, origina-se a família Holanda, entrelaçada com a família Cavalcanti de Albuquerque; Antonio Bezerra Felipa, nobre, provavelmente de origem italiana, fez alianças com famílias consideradas distintas, na Capitania; Jerônimo de Albuquerque, cunhado de **Duarte Coelho**, casado com Filipa de Melo, com quem teve vários filhos. Deste casamento surge a família

Pernambuco são quase todas ligadas à parentela do Donatário, ou articuladas com investidores estrangeiros que aplicaram capitais na instalação dos engenhos¹³.

Os sesmeiros recebiam propriedades que poderiam ser exploradas diretamente por eles ou em parceria com outras pessoas. Além de possuírem o monopólio do comércio de alguns produtos¹⁴, aos sesmeiros foi dado o direito de implantar moendas e engenhos, e fundar, sob sua responsabilidade financeira, povoados (VIDAL & MALCHER, 2009:41). Assim, com a partilha das sesmarias, os primeiros núcleos de povoamento foram gradativamente sendo formados.

O primeiro núcleo de povoamento da capitania de Pernambuco foi instalado com a chegada do donatário Duarte Coelho em 1535, na região denominada Igarassu (*Igara – Açu* - barco grande, segundo o Tupi). Posteriormente, o donatário fundou Olinda, que durante várias décadas foi a capital da Nova Lusitânia (SILVA, 2004:64). Em 1573, a Capitania já apresentava estrutura administrativa e produzia açúcar. Habitavam na Capitania cerca de setecentas famílias, de origem portuguesa; e a mão de obra utilizada nos engenhos era composta por escravos indígenas e africanos. Os escravos africanos eram trazidos de Guiné e Angola desde 1539, impulsionando o lucrativo “Trato dos

Albuquerque Melo e Cavalcanti de Albuquerque. De suas uniões extraconjugais surgiu a família Albuquerque Maranhão. Jerônimo teve filhos legítimos, legitimados e ilegítimos; Sibaldo Lins e Cristóvão Lins, fidalgos alemães, chegaram ao final do século XVI. Sibaldo Lins casou-se com D. Brites de Albuquerque, viúva do Donatário e Cristóvão Lins com D. Adriana Holanda, filha de Arnau de Holanda; Dom Felipe de Moura chegou a Pernambuco em 1556, sobrinho de D. Brites de Albuquerque, que em nome do seu filho, o segundo donatário, governava a Capitania, Dom Felipe de Moura casou-se duas vezes: a primeira com uma mulher da família Albuquerque e a segunda com uma mulher da família Cavalcanti; João Paes Barreto, natural de Viana, Portugal, pertencia à nobre estirpe dos Morgados de Bilheiras, chegou a Pernambuco em 1557, casou-se com D. Inês Guardéz, filha de Francisco de Carvalho Andrade e de sua mulher Maria Tavares Guardéz, senhores do Engenho São Paulo, na Várzea do Capibaribe. Daí provém a família Paes Barreto; Gonçalo Mendes Leitão, irmão do Bispo do Brasil, Pedro Leitão, casou-se com Antonia de Albuquerque, filha de Jerônimo de Albuquerque com a índia Maria do Espírito Santo Arcoverde, recebendo em dote as terras de Paratibe, onde fundou um grande engenho de açúcar; Filipe Cavalcanti, fidalgo florentino, já residia em Pernambuco desde 1556. Casou-se com D. Catarina de Albuquerque, filha de Jerônimo de Albuquerque com a índia Maria do Espírito Santo Arcoverde, legitimada por concessão régia. Desta união provém a família Cavalcanti de Albuquerque; Brás Barbalho Feio, fidalgo, casou-se com uma filha de Francisco Carvalho de Andrade, fidalgo da Casa Real e senhor do engenho São Paulo da Várzea. Álvaro Fragoso, natural de Lisboa, fidalgo da câmara do Rei D. Sebastião, veio para Pernambuco e aqui casou-se com D. Joana de Albuquerque, filha legitimada de Jerônimo de Albuquerque; José Peres Campelo chegou a Pernambuco em 1680, recebeu sesmaria, fundou engenho que deu o nome de Peres, junto engenho Jiquiá, em Afogados. É o tronco da família Peres Campelo; Luis do Rego Barreto, segundo consta é de família nobre, em 1596, seu nome já está registrado em livros da Câmara de Vereadores de Olinda, como um deles. Casou-se com uma das filhas de Arnau de Holanda, de cujo consórcio se origina as famílias Rego Barros e Barros Barreto; Gaspar de Souza Uchoa, era militar e Capitão General em 1638, em Pernambuco, casou-se com uma filha de Marcos André, senhor de engenho da Torre. Desse matrimônio originou-se a família Uchoa” (COSTA, 1953).

¹³ Entre as primeiras cotas de terra distribuídas por Duarte Coelho está a Sesmaria Jaguaribe, doada a Vasco Fernandes de Lucena em 1540 (COSTA, 1953), cuja ocupação detalharemos posteriormente.

¹⁴ A Coroa, em contrapartida, possuía o monopólio das especiarias; além de recolher os impostos da Alfândega; o quinto dos metais preciosos e o dízimo eclesiástico.

Viventes”¹⁵ (ALENCASTRO, 2000); todavia, os escravos indígenas, “esses desconhecidos” (MONTEIRO, 1998) somavam um grande número de pessoas (FERRAZ, 2008:62).

Gradativamente, o processo de povoamento do litoral de Pernambuco consolidou-se com a doação de novas parcelas de terras, onde foram erigidas várias fábricas de açúcar e vivendas. Como apresentado, a distribuição de sesmarias, de certo modo, favoreceu a produção açucareira, visto que a doação das terras se inseria numa lógica político-econômica pautada no protecionismo e na transformação das colônias em centros fornecedores de mercadorias valiosas (AZEVEDO, 1990). Assim, como o território da Nova Lusitânia tinha grande extensão e características ambientais adequadas ao desenvolvimento da lavoura açucareira, a Coroa e os colonos se empenharam no estabelecimento das plantações e engenhos¹⁶ valendo-se do conhecimento prévio acumulado em decorrência da ocupação das ilhas da Madeira e Açores.

Segundo Varnhagen (1975:92), a gênese da indústria açucareira no Brasil remonta aos primórdios da colonização, como indicaria um alvará de 1516, referente à construção de um engenho. Entretanto, seu apogeu ocorreu entre o período de 1600 a 1700, quando se multiplica o número de engenhos e a produção açucareira assume o papel de destaque na economia luso-brasileira.

Inicialmente os engenhos¹⁷ eram pequenos ou de porte médio (CALADO, 1648: 648), movidos a tração animal, e posteriormente, a água. Como narrado por Cardim (1925), os engenhos movidos por tração animal, também conhecidos como, trapiches, engenhos de besta ou enghocas, eram menores e tinham uma capacidade produtiva limitada. Todavia, exigiam um menor custo para a sua instalação, mas alto custo de

¹⁵ “Não é possível o fabrico do açúcar sem o auxílio dos negros, que de Angola e outros portos da África se transportam em grande número para o Brasil. Dos livros da alfândega consta que, nos anos de 1620, 1621, 1622 e 1623, num quadriênio, só do porto de Angola foram levados para a capitania de Pernambuco, com gordo lucro para o rei da Espanha, 15.430 peças” (BARLÉU, 1940:42).

¹⁶ Paulo Jorge Morgado (2009:05) relata que na primeira década de 1500, já se produziria açúcar no Brasil e que o açúcar era vendido em Antuérpia. Contudo, foi sob o domínio dos donatários, em 1534, a indústria açucareira desenvolveu, e em 1540 já havia inúmeros engenhos ao longo da costa. Para construir os engenhos vieram técnicos, essencialmente, da Madeira e das Canárias, e os capitais também vinham da Europa. Por exemplo, em Pernambuco, o donatário Duarte Coelho, em 1542 solicita ao rei, autorização para importar escravos africanos, ao mesmo tempo, procurava investidores em Portugal e trazia artesãos e especialistas das ilhas Atlânticas.

¹⁷ “Para esta indústria há por toda a parte oficinas a que os portugueses chamam ENGENHOS, porque tais maquinismos e construções foram inventadas por engenhos agudos, e contam-se entre as novidades dos últimos séculos. Desses engenhos tira o mercador ativo, com o trabalho dos negros, o máximo lucro, e anualmente vende, na Europa inteira e por muito dinheiro, o açúcar que as naus atulhadas dele transportam” (BARLÉU, 1940:22).

funcionamento¹⁸, possibilitando que os investidores iniciassem a produção e acumulassem capital para, posteriormente, aprimorar e ampliar a produção. Já os engenhos cuja moenda era movida por força hidráulica, denominados engenhos d'água, copeiros ou rasteiros¹⁹, possuíam grandes dimensões e capacidade produtiva, como sugerem as obras de Franz Post, mas, estavam sujeitos a disponibilidade da água²⁰. A necessidade de serem instalados próximos aos cursos de água estimulou que, em Pernambuco, esses engenhos estivessem localizados próximos a rios navegáveis ou a beira-mar, facilitando o escoamento da grande produção que subsidiava a primazia do poder econômico e político desta capitania (SILVA, 1997).

E mesmo após as tentativas da Coroa de centralizar política e administrativamente, através da instalação do Governo Geral e promulgação do “Regimento de Tomé de Souza²¹, os rumos da colonização, para como isso estimular o desenvolvimento de todas as capitanias, Pernambuco ainda se destacava como a mais próspera dentre aquelas implantadas no Brasil”²². Assim, nos idos de 1580, Pernambuco era a principal produtora de açúcar do Brasil, contando com 66 engenhos moentes. E trinta anos depois, o jesuíta

¹⁸ “Tornando aos engenhos cada um delles é uma machina e fabrica incrível: uns são de água rasteiros, outros de agüia copeiros, os quaes moem mais e com menos gastos; outros não são d'agua, mas moem com bois, e chamam-se trapiches; estes têm muito maior fabrica e gasto, ainda que moem menos, moem todo o tempo do anno, o que não têm os d'agua, porque ás vezes lhes falta... Os trapiches requerem sessenta bois, os quaes moem de doze em doze revezados; começa-se de ordinário a tarefa à meia noite, e acaba-se ao dia seguinte ás tres ou quatro horas depois do meio dia” (CARDIM, 1925:320).

¹⁹ “Os engenhos copeiros são aquelles cuja roda se move com água, que cáe de cima nos cubos mais altos; rasteiros, também chamados meio-copeiros, quando a roda, toma a água pelo meio, abaixo do eixo; trapiches são os de almanjarras, de tracção animal” (CARDIM, 1925:384).

²⁰ “O anno de 1583 houve tão grande secca e esterilidade nesta província (cousa rara e desacostumada, porque é terra de contínuas chuvas) que os engenhos d'agua não moeram muito tempo. As fazendas de cannaviais e mandioca muitas se seccaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco” (CARDIM, 1925:331).

²¹ O Regimento era um instrumento legal que regulariza a distribuição de terras, permanecendo a ausência de foro, exceto o dízimo da Ordem de Cristo; a concessão das sesmarias passa às mãos do Governador Geral, que age em nome do Rei; os capitães mores também exercerão essa função em nome do Rei. Cabe ao Governador a confirmação da doação que tem como exigência a delimitação das terras doadas, condição de difícil cumprimento pelo elevado custo e falta de técnicos para sua execução. O Regimento também estabeleceu cargos: ouvidor-mor, na Fazenda, provedor-mor, na Defesa, capitão mor. Todos esses cargos eram dotados de regimentos internos no campo restrito de suas competências. Dessa forma, esvaziava-se juridicamente a supremacia do donatário. No entanto, a resistência dos donatários à ingerência dos funcionários reais nas capitanias e vilas permanece no decorrer do tempo. O conflito entre o poder real e o local se dá em torno de questões como a escravização indígena, a cobrança dos tributos reais e o controle das operações militares. Os problemas fundiários passaram então ao controle dos governadores e conforme o povoamento se expandiu, a distribuição de glebas e sua fiscalização ficaram a cargo das autoridades locais (VIDAL & MALCHER, 2009:67).

²² “É tão poderosa esta capitania quo ha n'ella mais de cem homens que tem de mil até cinco mil cruzados de renda, o alguns de oito, dez mil cruzados. D'esta terra sahiram muitos homens ricos para estes reinos que foram a ella muito pobres, com os quaes entram cada anuo d'esta capitania quarenta e cincoenta navios carregados de assucar e pao-brazil” (SOUZA, 1985:35).

Jácome Monteiro, registra em sua “Relação da Província do Brasil”, que Pernambuco possuía 120 engenhos instalados (SILVA, 2004).

Todavia, o sucesso inicial da empresa colonizadora em Pernambuco, e nas demais possessões portuguesas na América, estava atrelado às relações estabelecidas com as comunidades indígenas locais. Pois além de serem uma reserva fundamental de mão de obra, os indígenas também poderiam representar um obstáculo a implantação dos engenhos e ampliação das lavouras²³. Não por acaso Duarte Coelho buscava estabelecer alianças com os indígenas de sua capitania²⁴; entretanto, uma convivência amistosa e pacífica nem sempre foi possível, especialmente à medida que aumentam a demanda colonizadora sobre o trabalho e a terra indígena.

Nas últimas décadas, o protagonismo indígena na história do Brasil, e em especial nas etapas iniciais da colonização, vem sendo discutido por diferentes autores (ALMEIDA, 2000; CARNEIRO DA CUNHA, 1992; MONTEIRO, 1994, 2001; POMPA, 2001; PUNTONI, 2002; VAINFAS, 1999), que tem demonstrado como as relações estabelecidas entre as comunidades nativas e os colonizadores europeus influenciaram aspectos econômicos, sociais, políticos e religiosos tanto na colônia quanto na metrópole²⁵.

²³ “[...] o gentio Pitagoar andava mui levantado contra os moradores da capitania de Tamaracá e Pernambuco com o favor dos Francezes, com os quaes fizeram n'estas capitánias grandes damnos queimando engenhos e outras muitas fazendas, em que mataram muitos homens brancos e escravos [...]” (SOARES DE SOUZA, 1938:28).

²⁴ Domingo Loreto Couto (1981:23) relata um dos primeiros contatos de Duarte Coelho com os Tupinambá: “Foy Duarte Coelho recebido dos Topinambás (que assim se chamavão os Gentios que habitavão este monte, e suas ribeiras) com demonstrações gratas, respondendo n'elles o contentamento a grandeza do beneficio para que os convidava o Capitão Mor, ofiferecendo se-lhes companheiro, se invadidos de outras nações, necessitassem da assistência das nossas armas. Como os nossos forão tratados do mayoral com mimos de hospedes, e dos mais com agasalho de companheiros, pode sem contradição levantar Duarte Coelho huã torre, ou Castello de pedra e cal, (de que ainda aparessem ruínas), para nelle viver com a sua familia, e ao pê delle huã povoação em que assestisse a sua gente. Algum tempo se conservou em boa correspondência, e paz com os Topinambás, que alterou a desconfiança dos Gentios, parecendo lhes que mais que sociedade, era industria, com que os Portuguezes pertendião, com aparências de amigos, não só apoderar-se de suas terras mas violentar-lhes a liberdade; suspeita, que fomentavão os Francezes, que naquelle tempo arribarão em alguns portos, levados da, cobiça. Com este receyo tomarão as armas, e de repente assaltarão a nossa povoação. Os nossos, creando alentos nos brios, forças na desesperação, se avançarão a encontrar a vanguarda do inimigo, aonde o estrago igualou o valor com que nos receberão firmes, sustentando a peleja com esforço, não so natural, mas adquirido nos affectos do odio, e no receio da escravidão”.

²⁵ No tocante a historiografia recente sobre as relações entre os índios e a sociedade envolvente no âmbito da Colonização, o que tem sido colocado em análise é a participação do índio no cenário do Brasil colonial, a partir de vieses que priorizam suas táticas de sobrevivência e negociação, em outras palavras, a resistência frente ao processo colonizador. Um dos pesquisadores mais comprometidos com esta abordagem foi John Manuel Monteiro, que afirma existir uma série de imagens a respeito do índio na representação de nosso passado que precisam ser desconstruídas, justamente por serem carregadas de etnocentrismos. Para o pesquisador, trata-se de buscar uma reinterpretação de processos históricos que envolveram essas populações, bem como de reavaliar a construção, pelos índios, de um espaço político pautado na rearticulação de identidades, que provocaram a sua inserção - ou não - nas estruturas do espaço colonial.

Essa relevância também se faz notar nas letras e imagens de cronistas e viajantes dos séculos XVI, XVII e XVIII, que dedicaram partes importantes de suas obras para tratar das idiossincrasias dos “selvagens” do Brasil. De modo geral, podemos identificar dois eixos temáticos principais sobre as narrativas construídas a respeito dos habitantes do Novo Mundo.

Há, por um lado, o interesse de descrever o modo de vida, os costumes e a cultura material dos indígenas; destacando-se, primordialmente, seu caráter exótico e selvagem. Nesse mister, os rituais antropofágicos são temas constantes nos textos e desenhos dos autores dos séculos XVI e XVII; e a imagem do canibal selvagem e impiedoso povoava o imaginário europeu a respeito dos indígenas (BETTENCOURT, 1998; BELLUZZO, 1998).

Concomitantemente, existe a preocupação de identificar e classificar as diferentes “nações indígenas”. Compreender a diversidade sociocultural existente não era parte da agenda destes autores, assim, as comunidades indígenas foram consideradas como pertencentes a dois grupos diferentes e, em certa medida, antagônicos. Os Tupi, eram os “senhores do litoral”, falavam a “língua geral” e viviam em grandes aldeias. Já os Tapuia dominavam os vastos sertões do Brasil, formando uma verdadeira barreira a interiorização da colonização; falavam “línguas travadas” e vagavam “em curso” pelos matos.

Para além dessa classificação geral, o objetivo era diferenciar os aliados e os inimigos da Coroa portuguesa. O status de aliado ou inimigo, na maioria dos casos, foi algo fugaz e transitório; alterando-se constantemente em decorrência tanto dos interesses indígenas, mas principalmente, das vontades dos colonizadores. Apesar de volátil, o papel de amigo ou inimigo, em certa medida, influenciava as políticas indigenistas a serem implementadas. Aos aliados eram previstos a “liberdade e direito a terra”, embora sujeitos a um regime de trabalho, descimentos e reduções; sendo considerados súditos reais aos quais deveriam ser levados, através da atuação dos missionários, os ideais cristãos de fé, família, trabalho e propriedade. Já aos inimigos impunha-se a “guerra justa”, a escravidão e o extermínio.

Na Capitania de Pernambuco, como não poderia deixar de ser, essa lógica dualista foi empregada para descrever os grupos indígenas locais. Como discutido por Medeiros (2000), as diferentes “nações indígenas” dos sertões Pernambucanos foram genericamente tratadas como Tapuias, majoritariamente bravios e inimigos dos colonizadores. Já entre os Tupi, merecem destaque os Potiguara, Caeté, e Tabajara, que

dominavam amplos territórios²⁶ nas “Capitanias do Norte”, tendo sido protagonistas tanto de alianças quanto de “cruentas guerras” aos portugueses²⁷.

Silva (2004:74) resume a posições dos grupos indígenas frente a colonização da seguinte forma: Os Potiguara oscilaram entre o papel²⁸ de aliados e inimigos dos portugueses. Inicialmente, foram aliados dos franceses, dificultando a expansão portuguesa no litoral das capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Todavia, após anos de oposição à Coroa Portuguesa, os Potiguara, a partir do acordo de paz firmado em 1599, ressignificam seu papel no jogo colonial; passando a serem vistos, apesar das desconfianças, como índios pacificados e aliados imprescindíveis ao avanço luso para o Norte. Entretanto, durante a ocupação holandesa, esses índios mais uma vez assumem posição contrária aos portugueses, levando à declaração da “guerra justa” que culmina com o “Massacre da Baía da Traição” em 1625. Os Caeté ocuparam, principalmente, o papel de inimigos da Coroa. O episódio com o bispo Sardinha engendrou uma guerra justa e a declaração da escravidão perpétua a este grupo, sendo que, em Pernambuco a guerra contra os Caeté de Sirinhaem durou até a década de 1570, e somente após a submissão destes inimigos a empresa colonial pôde chegar até Porto Calvo, em Alagoas. Já os Tabajara foram aliados dos colonos, sendo por eles considerados guerreiros respeitados, leais e valentes. Imagem essa reforçada, sobretudo, por Jerônimo de Albuquerque, o “Adão pernambucano”, que se casou e teve extensa prole com a índia Muira Ubi, posteriormente batizada com o nome de Maria do Espírito Santo Arcoverde, filha de um respeitado líder Tabajara conhecido como Arcoverde.

As alianças matrimoniais e guerreiras entre colonizadores e indígenas, também conhecidas pelo epíteto de cunhadismo²⁹, foi uma constante no Brasil colônia, sendo

²⁶ Os Potiguara, possuíam um território de domínio que compreendia desde a costa da capitania do Rio Grande ao rio Paraíba. Os Tabajara habitavam as mediações do rio São Francisco. Os Caeté, eram senhores das terras costeiras que iam da boca do Rio de São Francisco até o rio Paraíba (SALVADOR, 1965:182).

²⁷ Por exemplo, nas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, em 1553, houve uma onda de ataques indígenas que destruiu completamente os engenhos Camaragibe e Igarassu, e danificou o engenho Inhamã (Cartas de Duarte Coelho a El Rei. Nota 56, pg. 114).

²⁸ Esta oscilação entre aliados e inimigos não foi uma atitude exclusiva dos Potiguara, como relata Parellada (2014:51): “Entretanto, à medida que a colônia espanhola se afirmava, a relação com a sociedade Guarani mudava de sentido: da relativa amizade e aliança, que sempre foram muito ambíguas, passou-se à situação de conflito e à reação indígena. Existem alguns fatores que aceleraram estes conflitos [...] que fizeram com que houvesse, por parte dos Guarani, uma maior consciência indígena no sentido de identidade étnica e resistência cultural aos europeus”.

²⁹ Darcy Ribeiro sugere que o cunhadismo foi um sistema elaborado pelos indígenas com o intuito de criar vínculos de parentescos ou consanguinidade em troca de favores e bens materiais. Para Darcy Ribeiro (1995:81): “A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo. Isso se alcançava graças ao sistema de parentesco classificatório dos índios, que

observada inclusive em nossa área de estudo. Pois, o donatário da Sesmaria Jaguaribe, Vasco Fernandes de Lucena, teria se casado com a filha de um “principal” das aldeias da área; o que lhe garantiu apoio para a manutenção de suas terras, e um papel de destaque na defesa de Olinda contra os ataques dos Caeté e franceses³⁰ (COUTO, 1981).

Além das oposições Tupi/Tapuia, aliado/inimigo, outro importante binômio acerca dos indígenas no período colonial foi aquela existente entre aldeados e não aldeados, como discutido por Almeida (2000). De fato, essas classificações acabam se confundindo e se sobrepondo ao longo tempo, e neste sentido, índio aldeado torna-se sinônimo de índio aliado, um súdito “cristão” da Coroa provavelmente falante da língua Tupi.

Com o avanço da colonização, já não interessava aos portugueses que os indígenas fossem apenas parceiros no escambo de pau-brasil, mas sim mão de obra para as empresas coloniais; assumindo tanto a função de soldados quanto a de trabalhadores. Constata-se ainda que com a introdução da atividade agrícola e pastoril na Colônia, os índios passam a ser um obstáculo na ocupação das terras e, ao mesmo tempo, a mão de obra necessária para colonizá-la. De modo que a sujeição do nativo, sua escravização ou sua assimilação, tornou-se um problema para a Coroa portuguesa.

Nesse sentido, a atividade missionária desponta como um elemento imprescindível aos objetivos da Coroa, pois se apresentava como uma alternativa viável para a pacificação dos índios, garantindo ainda uma justificativa espiritual ao processo de

relaciona, uns com os outros, todos os membros de um povo. Assim é que, aceitando a moça, o estranho passava a ter nela sua temericó e, em todos os seus parentes da geração dos pais, outros tantos pais ou sogros. O mesmo ocorra em sua própria geração, em que todos passavam a ser seus irmãos ou cunhados. Na geração inferior eram todos seus filhos ou genros. Nesse caso, esses termos de consangüinidade ou de afinidade passavam a classificar todo o grupo como pessoas transáveis ou incestuosas. Com os primeiros devia ter relações evitativas, como convém no trato com sogros, por exemplo. Relações sexualmente abertas, gozosas, no caso dos chamados cunhados; quanto à geração de genros e noras ocorria o mesmo”.

³⁰ Segundo o Frei Vicente Salvador (1965:118): “Era Vasco Fernandes estimado entre os Gentios. O principal se honrava de ò ter por seu genro, e os mais o temião, porque o supunhão feiticeyro. Como virão que os Portuguezes, apezar do cerco mais apertado, se conservavão mais vigorosos se resolverão, a darlhes hum forte asalto. Temerão os nossos a sua ultima ruína, o que vendo Vasco Fernandes sahio fora, e na lingoa Brasflica, que entendia, e fallava bem, lhes disse que os apertos do cerco os não tinha posto em fraqueza, antes sim com mais força para a resistênciã. Que soubessem que os Francezes que o persuadião, erão os que os enganavão, e os trasião aly para serem mortos, e destruídos, para assim ficarem senhores das suas terras. Que sò cuidassem em serem amigos dos Portuguezes, pois os Portuguezes o erão seos. E logo fes um risco na terra com o bordão que trazia; dizendo lhes que aquelle que temerário intentasse passar aquella raya para acometer a Fortaleza, infalivelmente morreria. Zombarão os índios do ameaço, e oito se lançarão sobre ô Lucena para o matarem; mas apenas derão os primeiros passos alem daquelle sinal cahirão mortos. O que visto pelos mais levantarão o cerco, e se puzerão em fugida. Naquelle lugar onde Vasco Fernandes fes aquelle risco se edificou depois hum sumptuoso Templo dedicado ao Salvador do mundo, que foy Igreja Matriz da Villa, e hoje é a cathedral de Olinda, aonde se celebrão os officios divinos com muita pompa e solenidade. E assim sò se deve attribuir este cazo a divina providencia, que quiz com este prodígio sinalar o sitio, e immuniidade do seu Templo, e acodir por este modo aos apertos em que se vião aquelles sitiados”.

colonização. Assim, os aldeamentos missionários foram de suma importância para a viabilidade do projeto de colônia portuguesa, visto que, a conversão dos índios à fé católica e sua inserção ao mundo cristão garantia acesso a um vasto contingente de terras e mão de obra.

Na busca de sucesso nessa empreitada, juntamente com Tomé de Souza, chegaram ao Brasil em 1549 os primeiros missionários da Companhia de Jesus, sob o comando do padre Manuel de Nóbrega. Após observar a inviabilidade da catequese itinerante, Nóbrega atentou-se para a necessidade de adotar uma estratégia que permitisse a presença constante dos jesuítas entre os índios. Desse modo, a partir de 1553 foram erigidas pequenas aldeias próximas aos polos de colonização. O objetivo era criar aldeias independentes, que não se confundissem com as aldeias originais fundadas pelos próprios índios. Uma espécie de povoado onde a igreja ocuparia o lugar central, e os índios ficariam sob a vigilância contínua dos missionários. Com a proximidade dos padres, Nóbrega esperava que os índios abandonassem suas práticas culturais e costumes ancestrais e, também, que a paz necessária ao desenvolvimento da Colônia fosse mantida com mais facilidade.

Assim, a política de aldeamentos é posta em prática no Brasil, promovendo o “descimento” das populações indígenas de seus territórios para aldeias fundadas pelos jesuítas. Em termos gerais, transfere-se a catequese do território indígena para o território cristão, mais favorável, segundo a ótica jesuítica, a uma assimilação da fé e dos costumes cristãos pelos indígenas, que deveriam abandonar suas práticas culturais e tradições ancestrais. Deste modo, apesar de seu caráter eminentemente proselitista, os aldeamentos missionários também se configuram enquanto espaços para a “catequese” das concepções coloniais de família, espaço, trabalho, propriedade, etc. A formação de aldeias era demasiadamente importante para a instalação do modelo socioeconômico colonial, para tanto, o auxílio da igreja veio de várias congregações religiosas:

Na capitania de Pernambuco existiam cinquenta e quatro aldeias, dezessete de língua geral, seis misturadas, as outras de língua travadas administradas por jesuítas, franciscanos, teresianos, carmelitas, beneditinos, capuchinhos, italianos ou não, oratorianos e sacerdotes do hábito de S. Pedro (CAPISTRANO DE ABREU, 1998:180).

Não nos aprofundaremos na prolífera discussão historiográfica sobre os entraves causados pela administração jesuítica das terras e do trabalho dos índios aldeados; mas vale a pena ressaltar que essa situação, quase sempre, colocava os missionários em

confronto direto com os interesses dos colonos. Para todos os efeitos, esse quadro político teve o seu ponto de inflexão na segunda metade do século XVII, com a instauração das reformas pombalinas e do “Diretório dos índios”. De modo geral, as medidas promulgadas pelo Marques de Pombal visavam retirar dos clérigos o controle temporal sobre os aldeamentos, transferindo a administração das terras e do trabalho dos índios para os representantes civis de El’Rei. Assim, foram lançadas as bases de uma política assimilacionista, que tinha a intenção de transformar os aldeamentos em vilas e lugares portugueses, e os índios, idealmente mais miscigenados, em vassalos da Coroa.

Contudo, o que se observou foi, em certa medida, o insucesso da política de Pombal no que diz respeito à assimilação dos índios. Estes, por mais miseráveis e misturados que pudessem estar, permaneceram nas áreas dos antigos aldeamentos em situação distinta da dos demais moradores, como problematizado por Almeida (2000). Assim, a mesma autora destaca que mesmo sendo descritas como decadentes e miseráveis, os aldeamentos, mesmo que transformados em vilas após as medidas pombalinas, ainda pareciam cumprir para os índios sua função essencial. Qual seja, garantir-lhes um mínimo de proteção e segurança no caótico mundo colonial. Misturados e transformados, os índios identificavam-se a partir das aldeias³¹ em que viviam, mantendo-se como grupo específico que lutava para garantir os direitos que a lei lhes concedera na condição de índios aldeados. Contudo, se para os colonizadores os aldeamentos tinham significados e objetivos específicos, para os índios aldeados havia outras conotações, como ressalta Siering (2008:17):

[...] a resistência indígena se fez em diversas frentes. Uma dessas frentes foram os aldeamentos, onde as várias formas de resistência tiveram visibilidade por estarem inseridas na sociedade colonial. O resultado dessa convivência administrada foi um conjunto de estratégias indígenas de camuflar a sua luta e resistência, dando aos administradores a falsa ideia de que os índios aldeados estavam efetivamente englobados pelo mundo colonial e fadados ao fim enquanto unidades culturais autônomas. Mas, o que se constata é que esses aldeados, apesar de administrados, transformaram as reduções em novos espaços de vivência nos quais a resistência podia aflorar num processo religioso, nas fugas para o sertão e na luta pela manutenção do território do aldeamento contra as pressões dos sesmeiros e seus apaniguados.

³¹ Maria Alegre a partir de seu estudo sobre o censo ocorrido entre 1770 a 1782, observa que alguns grupos indígenas da região do Nordeste insistiram permanecer no seu local de origem, mesmo desprivados. “Apesar do esvaziamento progressivo das aldeias ... uma parte dos índios do Nordeste permaneceu nelas e buscou formas de preservar sua unidade, agindo em determinados momentos com eficácia e apoiando-se em sua condição étnica, para continuar a viver nas suas terras, pelo menos até meados do século XIX, quando novas pressões ameaçaram extinguir definitivamente a maioria das aldeias” (ALEGRE, 1992:17).

Independente disto, sem dúvidas, as transformações socioeconômicas engendradas durante o Brasil Colônia, bem como aquelas promovidas durante o Império e a República, promoveram mudanças consideráveis no modo de vida das sociedades indígenas. Todavia, a despeito desse quadro, a geração de índios que se criou no século XIX, como apresentado por Almeida, e no século XX e XXI, como discutido João Pacheco de Oliveira, utilizaram do sentimento de pertencer a um grupo e ocupar um território como catalizadores para manutenção, ou construção, de uma identidade própria e distinta dos demais grupos sociais.

Após este breve prognóstico, vale ressaltar que a presença indígena em nossa área de estudo se faz visível tanto pelas fontes documentais, quanto pelos contextos arqueológicos. Ambos trazem dados sobre as relações estabelecidas com os indígenas na Sesmaria Jaguaribe, entretanto, como almejamos apresentar ao longo deste trabalho, as fontes arqueológicas são mais prolíferas em informações sobre as consequências destas relações no modo de vida e na cultura material destas pessoas.

2.2 HISTÓRIA DA SESMARIA JAGUARIBE E DO ENGENHO JAGUARIBE

Pelos meados de maio mudei-me para o Jaguaribe. [...], encontrei aspectos que seriam sempre deliciosos, mas o país de tal forma está cheio dessas magnificências, que apenas tive um breve sentimento de admiração. Confesso que as vantagens oferecidas por esse terreno para as plantações, ocupavam maior espaço que suas belezas (KOSTER, 2002:367).

Como dito anteriormente, o donatário Duarte Coelho doa a Sesmaria Jaguaribe³² ao feitor, cavaleiro da Casa Real e almoxarife-mor da fazenda real, Vasco Fernandes de Lucena, em 12 de junho de 1540. Sendo as terras repartidas entre Vasco Fernandes, sua esposa Beatriz Dias e seus filhos Sebastião Fernandes, Francisco Fernandes e Clara Fernandes (PEREIRA DA COSTA, vol. I, 1983:403).

Situada ao norte de Olinda, a Sesmaria Jaguaribe³³ possuía uma légua³⁴ de comprimento por uma légua de largura ao norte de Olinda, cabendo a Vasco Fernandes de

³² A denominação de Jaguaribe vem do termo de origem indígena “Yaguár-y-pe”, que significa “no rio do jaguar, da onça”. O rio Jaguaribe é um braço do rio Maria Farinha (PEREIRA DA COSTA, vol. I, 1983:405). Vale destacar também, que ao longo da história, a palavra Jaguaribe foi escrita nas seguintes formas: Iaguarĩ, Jeguriby, Jaguarabe, Jegoaribi e Jeguaribi (MELLO, 2012:87).

³³ Hodiernamente, a área da antiga Sesmaria Jaguaribe corresponde a região metropolitana do litoral norte do Estado de Pernambuco, especificamente ao território dos municípios Igarassu, Paulista e Abreu e Lima (nossa pesquisa abordará uma área situada nesta cidade).

³⁴ Segundo Guimarães (1999:33) uma “légua antiga” equivale a 3000 braças 6.600m e uma “Légua portuguesa” (em 1855) equivale a 5000 m. Segundo Simonsen (1977) uma légua de sesmaria equivale a

Lucena e sua esposa um quarto destas terras. O restante foi distribuído entre os três herdeiros do casal, pertencendo a cada um deles uma gleba com as mesmas proporções (LIVRO DO TOMBO DO MOSTEYRO DE OLINDA, 1948:17).

Como podemos perceber, os ritos do direito fundiário português foram, neste caso, aplicados em consonância com os objetivos previstos com a instauração do sistema de Capitâneas, entregando “terras incultas” a grupos familiares portugueses de reconhecido “valor e préstimos a Coroa”, que deveriam assenhorar destas novas possessões. E apesar do pouco interesse ou preocupação com os indígenas que ocupavam anteriormente aquelas áreas, a presença destas pessoas é inegável, como indicam os registros beneditinos em 1764.

A qual terra ahi demarcada o dito Vasco Fernandes a repartirá pelo seus ditos filhos, como verdadeiro pai, Para que não tenham nenhuma barralhas huns com os outros, a qual se demarcará na maneira seguinte a saber da feitiçaria dos Índios direito aonde se mette o rio que se chama Aymã e pelo Ayamã a riba, athe a riba da casa velha que foi de Christovam Indio e outra casa velha, que foi de hum índio, que se chama Aberana, onde estam dous cajuz muito grandes, dahi vay direito a hum outeiro grande, que esta ao sudueste, que se chama Miarubi Poema, e dali corre direito a hum outeiro, que esta ao susudueste, e correndo deste dito outeiro ao sudeste, e a quarta sul, todas as agoas vertentes para a banda do Leste ficam na dita terra e vay correndo para o sueste e a quarta do sul athe hum rio que se chama Merueira, onde se acaba a dita Legoa, e dali toma ao nordeste, e a quarta do norte a entestar nas ditas Feitiçarias, onde se acaba a dita demarcação, a qual terra assim demarcada como dito he (LIVRO DE TOMBO DO MOSTEYRO DE SÃO BENTO DE OLINDA, 1948:288).

Embora tenha recebido suas terras em 1540, oito anos depois Vasco Fernandes de Lucena, por questões financeiras, ainda não havia edificado um engenho em sua sesmaria. Na tentativa de angariar capitais para impulsionar sua produção açucareira, Vasco Fernandes solicita o auxílio régio, que é mediado por Duarte Coelho, em carta dirigida a D. João III, em 22 de março de 1548:

[...] por ele querer fazer um engenho em uma ribeira, e em um pedaço de terra que lhe dei, pede a V. Alteza por ajuda de o fazer, lhe faça mercê de lhe dar licença para poder mandar algum brasil de cá para isso, o que irá fazer à costa onde não faça dano nem prejuízo, certo, Senhor, que ele disse e de toda outra mercê é merecedor e a mim, Senhor, a fará fazendo a ele, pois a mercê, e ele escreve a V. Alteza sobre isso por um seu filho (PEREIRA DA COSTA, vol. I, 1983:403).

3000 braças 6.600m e uma légua quadrada de sesmaria equivale a 43.560.000 m² (www.ifch.unicamp.br). Segundo Costa (2010), uma légua 3.000 braças e uma légua de sesmaria equivale a 9.000.000 de braças quadradas.

Assim, o problema da falta de recursos desta “pequena nobreza” que se aventura nas lonjuras do além-mar, a exploração das “riquezas da terra” se apresenta como remédio mais imediato. Essa estratégia foi amplamente empregada para viabilizar o início do projeto colonizador, sendo também importante para a ocupação da Sesmaria Jaguaribe, pois, somente após receber a autorização para comercializar o pau-brasil Vasco Fernandes de Lucena consegue fundos para construir o Engenho Jaguaribe (ROCHA, 1948).

São parcas as informações sobre os anos iniciais do Engenho Jaguaribe, a maior parte dos autores (COSTA PORTO, 1965; PEREIRA DA COSTA, 1983; ROCHA, 1948) destaca apenas que o mesmo teria sido fundado em 1548, figurando entre as primeiras fábricas de açúcar a serem instalada em Pernambuco³⁵. As fontes consultadas sugerem que o engenho deve ter permanecido com a família de Vasco Fernandes até os primeiros anos do século seguinte, sendo este um período de reconfiguração das propriedades fundiárias nesta área³⁶.

Sabe-se que a partir de 1609 diversos proprietários administravam o Engenho Jaguaribe, que funcionava como um “Engenho d’água”, segundo Cabral de Mello (2012):

Em 1609, seu proprietário era Gaspar Fernandes Anjo, que em 1600-2 fora mercador e contratador dos dízimos de Pernambuco. Em 1623, pertencia a Francisco Gomes Flores, produzindo 3,2 mil arrobas. Quando da ocupação holandesa, pertencia à viúva de Francisco, Jerônima Cabral Távora, estando arrendado a Antônio da Rocha Bezerra. Este Antônio da Rocha ou homônimo fora em 1593 senhor de engenho na freguesia, exercendo o cargo de provedor dos Defuntos e escrivão da Fazenda de Sua Majestade. O engenho moía em

³⁵ Há uma divergência entre alguns autores, sobre quais seriam os primeiros engenhos de Pernambuco. As obras de Costa Porto (1965) Pereira da Costa (1983) sugerem que o primeiro engenho foi o Engenho Salvador, pertencente ao donatário Duarte Coelho, construído em local ignorado, mas no Beberibe; o segundo engenho era o de Jerônimo de Albuquerque, de invocação de N. Senhora da Ajuda, chamado também de Engenho Beberibe, ou Engenho Velho que funcionou pouco tempo, trocando-se a cultura da cana pela exploração de cal, onde hoje está instalada a “Fosforita Olinda”; o terceiro teria sido um engenho que Afonso Gonçalves começara a construir em Igarassu; o quarto engenho era o Engenho de Santiago em Olinda, pertencente a Diogo Fernandes, marido da famosa Branca Dias, conhecido como o Engenho de Igarassu; finalmente, o quinto engenho seria o Engenho Jaguaribe fundado em 1548, sob a invocação São Antônio (PEREIRA DA COSTA, vol. I, 1983:226). Já de acordo com as notas de José Antônio Gonçalves Mello e Cleonir Xavier Albuquerque (1997:110), seriam os seguintes engenhos: o Engenho Nossa Senhora da Ajuda (também conhecido como engenho Velho) de Duarte Coelho, implantado até o ano de 1542, fundado por Jerônimo de Albuquerque cunhado do capitão Duarte Coelho; o Engenho de Igarassu, onde foi fundada a primeira vila de Pernambuco, de Afonso Gonçalves; o Engenho Camaragibe, que já estava erguido antes de 1549, por um grupo associado a Diogo Fernandes; e o Engenho Inhamã. Para os fins desta pesquisa, é indiferente se o engenho Jaguaribe é o quinto ou o sexto engenho instalado na capitania de Pernambuco, o que é de extrema importância é o período de sua fundação, em 1548.

³⁶ Por exemplo, em 1600, terras próximas a área da Sesmaria Jaguaribe, com extensão de cerca de 800 braças, foram doadas por Antônio Jorge e Maria Fernanda Farinha, proprietários do Engenho Inhamã, aos Jesuítas do Colégio de Olinda (BARRÊTO, 2009). Acredita-se que a área foi inicialmente utilizada para criação de gado, pois, somente em 1666, há relatos sobre o Engenho Monjope (MESQUITA, 2005), que nos anos seguintes (1692) chegou a possuir cerca de cem escravos, e produzir (em 1742) cerca de vinte e duas caixas de açúcar (PEREIRA, 2012:07).

1637 e 1639. O relatório de Van der Dussen contou-o duplamente sob os números 78 e 85 evacuado em 1646. Em 1647, o engenho pertencia a Paulo de Almeida de Souza (LIVRO DO TOMBO DO MOSTEYRO DE SÃO BENTO DE OLINDA, 1948:293-294), que vendeu um partido³⁷ de cana do dito engenho à Ordem beneditina (CABRAL DE MELLO, 2012:76).

Assim, ao longo do século XVII a área da Sesmaria Jaguaribe, e seu entorno, se consolida enquanto unidade produtiva atinente às expectativas do projeto colonizador português. As fazendas e engenhos ali erigidos estimulam a formação de pequenos povoados, e até mesmo um presídio³⁸ chega a ser construído na área (PEREIRA DA COSTA, vol. I, 1983:405).

Entretanto, as fontes indicam que o papel do Engenho Jaguaribe na cadeia produtiva do açúcar teria se deslocado, gradativamente a partir de 1647, do beneficiamento do produto final para o cultivo da matéria prima. Assim, em 1671 as terras do Engenho Jaguaribe se dilatavam, todavia, como se vê na verba 28 do testamento do mestre de campo João Fernandes Vieira que neste ano compra as ditas terras, neste período já não havia mais fábrica alguma, estando tudo por terra. No local do engenho só restariam algumas ferragens, cobres miúdos, duas tachas, um paiol e outras miudezas de ferramenta, estando tudo declarado na referida verba (PEREIRA DA COSTA, vol. I, 1983:404).

Apesar das lacunas nos dados disponíveis sobre a configuração do Engenho Jaguaribe ao longo do século XVIII, consideramos plausível sugerir que a área em questão tenha continuado vinculado à economia açucareira. Já que, o viajante inglês Henry Koster relata ter tomado posse, em princípio de abril de 1812, de um engenho que “estava provido por muitos escravos, boi, maquinário, acessórios capacitando os novos senhores a um trabalho imediato” (KOSTER, 2002:365), sendo que em outubro do mesmo ano os trabalhos de moagem foram iniciados com a realização dos devidos rituais religiosos³⁹.

³⁷ Segundo Alves (1981), um partido de cana pode significar uma parcela da produção associada ao primeiro corte da plantação em um ciclo produtivo; sendo a soca formada por uma segunda produção (2^o corte).

³⁸ Em Jaguaribe houve um presídio militar, que foi mandado extinguir pela carta régia de 12 de março de 1707 (PEREIRA DA COSTA, Vol. I, 1983-1987:405).

³⁹ “Fizemos os preparativos do mês de outubro para movimentar o engenho. Em muitos pontos da região as canas-de-açúcar não tinham a grossura ordinária e as minhas eram ainda menores por tê-las plantado tardiamente. Tudo fico pronto pelo fim do mês e mandei buscar um padre para benzer o engenho. Sem que essa cerimônia seja realizada nenhuma pessoa empregada no engenho, seja homem livre ou escravo, quer começar sua tarefa, e se algum acidente sobrevém, é explicado como justo castigo do céu pela falta da observância religiosa. O padre veio e disse a missa, depois da qual almoçamos e fomos para o engenho. O feitor e muitos outros homens livres e negros estavam ao pé da máquina, e certa quantidade de cana-de-açúcar estava prestes a ser levada aos cilindros, e quatro negros, encarregados dessa operação, estavam a postos. Duas velas acesas foram colocadas perto dos cilindros sobre a plataforma que sustenta a cana, e foi

Vale lembrar que, o dito engenho arrendado por Koster, foi o Jaguaribe, que teve sua estrutura física e organização espacial descrita pelo inglês em algumas passagens do seu livro “Viagens ao Nordeste do Brasil”⁴⁰. Além de informações sobre a estrutura produtiva e organização espacial do Engenho Jaguaribe, a obra de Koster (2002) traz dados importantes sobre a presença de indígenas na área.

Assim, sabemos que até 1812 o acesso à mão de obra indígena era algo relevante para a manutenção da indústria açucareira em Pernambuco. Entretanto, como revelado por Koster (2002), essa reserva de mão de obra⁴¹ tornava-se cada vez mais dispendiosa, visto que os próprios indígenas passam a negociar e valorar sua força de trabalho, como indica a transcrição abaixo:

Fiquei apenas dois dias em Goiana, onde realizei o objetivo de minha viagem, que era obter vinte indígenas trabalhadores de Alhandra. Voltando para o Jaguaribe, tomei a velha estrada. [...] Pela manhã subsequente, os índios vieram de Alhandra mas estavam cheios de notícias estranhas sobre a riqueza do

disposta entre elas uma pequena imagem do Nosso Salvador na cruz. O padre tomou seu breviário e leu várias orações e, em certos momentos, com um ramo de arbusto, preparado para esse gesto, mergulhado n'água benta, aspergia o engenho e os presentes. Alguns negros se precipitavam para frente no desejo de receberem uma boa quantidade desse líquido santificado. Depois o mestre das caldeiras levou-nos para a seção do engenho que ele dirigia, e aí houve nova aspersão. Quando voltamos à parte do engenho onde ficam os cilindros, o padre tomou uma grande cana e eu outra, e a um sinal combinado a porta d'água foi aberta e a roda começou a mover-se e segundo a tradição, as duas canas que o padre e eu segurávamos na mão, foram as primeiras esmagadas. Ouvira falar muito dessa cerimônia pelas pessoas da região, e confesso que, mesmo que algumas pessoas encontrassem qualquer cousa de ridículo, só a vi como digna de muito respeito” (KOSTER, 2002:411).

⁴⁰ “[...] Diante de mim estava a casinha, com suas senzalas, rodeadas de bananeiras e situada na projeção da colina.[...] Fique na necessidade de alojar-me na sacristia da Capela porque a casa-grande ainda estava ocupada. [...] certamente eu não estava confortavelmente instalado na sacristia, consistindo num só cômodo, com uma porta para a campina e a outra para a capela. Essa última não fechava e a capela, inacabada, era uma assembleia de morcegos e corujas.[...] A casa, antes aludida, situava-se num prolongamento da colina olhando o vale, e logo ficou sem moradores, podendo eu ir ocupá-la. Era espaçosa, mas o solo não estava tijolado e as paredes interiores não possuíam pintura ou teriam sido branquejadas há muito tempo” (KOSTER, 2002:367-368). “Tomei posse da casa onde era usualmente habitada pelo proprietário ou pelo rendeiro. Era uma casa longa e baixa, de taipa, coberta de telhas, branca de cal por dentro e por fora, tijolada mas sem forro. Tinha dois aposentos, com dimensões toleráveis, vários quartinhos e uma cozinha. A entrada principal era numa espécie de praça, formada por muitas construções pertencentes ao engenho, e as senzalas, uma fila de pequenas moradas tendo a aparência de asilo, sem o asseio desses edifícios, na Inglaterra. A direta, o engenho movido a água e o armazém onde o açúcar passa pelo processo de clarificação. Juntem-se ao quadro os currais para o gabo, os carros, madeiras de construção, um pequeno lago onde corria a água que rodava o engenho. Por trás da casa havia um grande terreno aberto no fim do qual estava a represa do engenho, casinhas, roças de mandioca e arvores ao longo do vale ladeado de colinas escarpadas revestidas de vegetação densa e verde” (KOSTER, 2002:376).

⁴¹ Em Pernambuco, no final século XVIII havia 14 vilas que eram “unidades mais simples de organização administrativa, isto é, antigos aldeamentos missionários fundados e controlados, em sua maioria, pelos jesuítas que atuaram na ocupação dos territórios indígenas do Nordeste”, denominadas “vilas de índios”; sendo elas: Limoeiro, Escada, vila de Atalaia, Porto Real, vila de Águas Belas, vila de Simbres, vila de Assunção, vila de Santa Maria e vila de Alhandra (grifo nosso); e havia ainda 3 “lugares de índios”, ou seja, pequenos núcleos de população indígena que não foram elevados a vila com as reformas de Pombal. No período entre 1777-1782 realizaram um censo que constatou que na Vila de Alhandra tinha 1659 indígenas (ALEGRE, 1992).

inglês, e o chefe da malta me disse que eu era muito rico e que só trabalhariam por um jornal mais elevado que para os demais. Procurei dissuadi-los dessas histórias a meu respeito, mas não consegui. Ofereci o pagamento usualmente feito na região por tarefa, mas a característica obstinação os dominava e preferiram regressar a fazer o menor abatimento do preço pedido, cerca de 25 *per cent* mais alto que qualquer pessoa estava habituada a dar pelo dia de serviço. Jantaram, e sacudindo os bisacos ao ombro partiram. Um dos meus criados, vendo-os desaparecer, subindo a colina, disse-me: Era mais fácil trabalharem para qualquer outro pela metade do salário, do que baixar no que pediram ao senhor! (KOSTER, 2002:371)

Mas, apesar de Koster não entrar em acordo com esses índios vindos da Paraíba, provavelmente, Potiguara, outros trechos de seu livro revelam a presença indígena no Engenho Jaguaribe. Portanto, trabalhadores indígenas estavam integrados às diferentes atividades cotidianas desta propriedade, e além de realizar as atividades braçais na lavoura, também participavam das festas e novenas que aconteciam na área.

A festa de São Bento devia ser celebrada pelo fim do ano na propriedade próxima, pertencente a esses frades, de quem é o santo patrono. [...] Tudo se passou tranquilamente em três noites porque o mulato feitor proibira a venda de aguardente, mas, na quarta noite, alguma bebida desgraçadamente apareceu no alto da colina, e Nicolau, o feitor correu a avisar-me que vários indígenas meus estavam em ponto de discussão com seus homens. Levantei-me da esteira onde estava sentado e, seguido pelos meus guarda-costas, corri até o campo da disputa onde verifiquei que a batalha começara e a persuasão seria descabida. Felizmente meus negros, empregado o cabo dos chuços derribaram um indígena ao chão e o entreguei a Simão, um dos meus companheiros, e mandei que dois escravos ajudassem aos negros de São Bento. Provara, desta forma que não defenderia minha gente quando essa se portasse irregularmente, e tudo findou com o melhor êxito, havendo apenas contusões e uma cabeça partida, o indígena foi levado para sossega-lo (Grifo nosso). Não houve mais questões porque esse desgostara ambos os lados contendores. Pela manhã o indígena recobrou a liberdade e voltou ao trabalho, sem palavras (KOSTER, 2002:378).

Todavia, esta aparente integração não subentende que essas pessoas não buscavam maneiras de escapar das relações de trabalho e da escravidão por dívida as quais estavam submetidas⁴² ou abandonassem suas festas ou costumes, como indica o próprio Koster:

⁴² “Pouco tempo depois do gado ir para Maranguape, contratei um indígena para ficar e vigiar esse ponto. O homem era meu devedor por fazendas e uma cadeia de ouro que levava para a mulher. Veio a mim, poucos dias depois da sua mudança, dizendo pedir licença para regressar ao seu antigo pouso, que era a pouca distância, e ir buscar a família. Compreendi seu plano. Nunca mais apareceria, e lhe respondi que podia ir onde quisesse, mas deixasse uma garantia para o pagamento de sua dívida. Prometeu.[...] Ao entardecer, meia hora antes do fim do dia, o feitor veio informar-me que Francisco José, o indígena que me era devedor, atravessava a campina seguido por sua mulher, Júlio e outros indígenas. Tinham decidido viajar desafiando todos os direitos que eu podia ter aos seus serviços ou ao pagamento do que me devia pela violação aos compromissos assumidos há poucas horas comigo. Vários outros trabalhadores deviam-me, e se esse homem se fosse com seu proposto, permitindo todos os seus desejos, não sei quanto o exemplo seria desafiativo. Mandei selar meu cavalo, fiz um sinal a Manuel, meu companheiro constante, e chamando alguns homens livres que, voltando do trabalho estavam conversando em grupo, disse: “Quem quer acompanhar-me.” Um carpinteiro negro, um pedreiro branco, o carreiro mulato, um trabalhador da mesma cor, assim, como um escravo, adiantaram-se. Acompanhado por seis homens robustos inclusive Manuel,

Os índios que estavam em meu serviço solicitavam algumas vezes permissão para dançar ante minha residência e eu consentia, divertindo-me muito. Acendia uma enorme fogueira para que melhor fosse visto o que ia acontecer, e para que a noite fosse mais agradável convidava os meus vizinhos. A dança começava com dois homens andando para frente e volteando, num círculo que abrangia poucas jardas. Um deles contava, ou melhor, recitava com voz baixa, algum canto em seu idioma, e o outro tocava uma flauta de som agudo, e ambos, em certo intervalos, pulavam sobre um pé e outro, e depois uma mulher se reunia a eles, seguindo toda a marcha, e logo outro homem vinha, e mais outro, até que o círculo se formava, ficando o ritmo mais vivo. Tinha anteriormente preparado bebidas, como era de costume, e quando um deles desejava beber, saía da roda e voltada depois de haver bebido. Continuavam dançando quanto tempo a bebida durasse. As mulheres apreciavam aguardente tanto quanto os homens, inspirando-se com ela, e quando a consumação crescia, cantavam novos cânticos e seus movimentos eram mais rápidos (KOSTER, 2002:407).

Portanto, apesar de submetidos a uma nova realidade socioeconômica que os obrigava a um regime de trabalho opressor, os indígenas que habitavam o Engenho Jaguaribe mantinham suas danças, e faziam suas flautas e bebidas. Sendo essas últimas, provavelmente fermentadas em algum vasilhame cerâmico por eles confeccionados, e cujos fragmentos são hoje encontrados nos sítios arqueológicos da área.

As informações sobre as populações indígenas da área, ou sobre o funcionamento do Engenho Jaguaribe cessam após Henry Koster mudar-se para Itamaracá em novembro de 1813. Mas como seus relatos sugerem, o engenho prosseguia em funcionamento (KOSTER, 2002:416), e provavelmente, o labor indígena continuou sendo utilizado nos anos seguintes, quando a produção açucareira ainda era uma atividade relevante.

No século seguinte, a área passou por uma série de transformações, especialmente em decorrência da expansão urbana na década de 1940. Atualmente, as ruínas da “casa grande”, da capela e partes da moita dividem espaço com as novas construções e moradias implantadas na área. Esses remanescentes arquitetônicos integram o chamado Sítio

que iam todos a pé parti a cavalo, em passo apresado, sabendo eu ao subir a colina eles me passariam. A colina foi vencida, continuei subindo a outra e logo que cheguei ao declive rápido que domina o canal do Inhaman avistei os três homens e ouvi sons agudos da flauta indígena. Voltei-me e vi apenas o carpinteiro e o pedreiro que haviam andado velozmente, como eu, e notei que eram robustos quanto pudessem ser. Gritei então: “Aqui estão os fujões!” No momento, Monte, o pedreiro, saltou agilmente pela ladeira abaixo, passando meu cavalo e descemos na direção dos homens, mas ficamos decepcionados descobrindo que, embora fossem indígenas, não eram aqueles que procurávamos. Esperamos pelo resto da nossa tropa e, chegada que foi, retomamos para casa, tranquilamente, por outro caminho. Quando chegamos ao portão do Jaguaribe, fui avisado que o grupo fugitivo estava acampado num canto do campo, perto da cabana de um outro indígena e para esse ponto dirigimos nossos passos. Francisco José veio falar comigo, e vários outros se postaram perto dele. Fiquei montado durante a entrevista, minha gente ficou ao meio lado, até que Antônio, o mulato carreiro (o que tinha sido acatado há tempos) voltou-se e, apoiando-se no pescoço do cavalo, ficou entre o indígena e eu. Observei depois que ele notara ter Francisco José uma faca na mão, e Antônio julgou que era intenção atacar-me ou ao cavalo, esperando o indígena ferir-me e muito possivelmente fugir. Várias pessoas pertencentes à propriedade juntaram-se-nos e tudo terminou por se ter o indígena deixado prender sem resistência e metido a ferros” (KOSTER, 2002:407).

Arqueológico Engenho Jaguaribe, que foi cadastrado junto ao IPHAN, e nos últimos anos tem sido o foco de uma série de ações e pesquisas coordenadas pela arqueóloga Claudia Alves de Oliveira.

2.3 HISTÓRIA DA FAZENDA SÃO BENTO DE JAGUARIBE

Em nosso país há mais de três e meio séculos vivem os filhos de São Bento a praticar os ensinamentos do seu Patriarca. [...] Multiplicaram os seus cenóbios, foram grandes amanhadores de terras e grandes catequistas de numerosa gentilidade, grandes edificadores de monumentos arquitetônicos e grandes propagadores da instrução e da cultura (LUNA, 1947:08).

Como mencionado anteriormente, além de engenhos e canaviais, as terras da Sesmaria Jaguaribe também abrigaram uma “fazenda” dos monges beneditinos. Esta propriedade geralmente é descrita como responsável pelo fornecimento de víveres que abasteciam o mosteiro instalado em Olinda. Assim sendo, pouca atenção é dada à atuação catequizadora dos religiosos responsáveis pela fazenda, e raras são as informações sobre as relações estabelecidas com as comunidades que ocupavam a área. Todavia, o histórico da atuação dos Monges de São Bento em diferentes regiões do país durante o período colonial demonstra sua correlação como o projeto colonial para “civilização e catequização” dos índios.

A atuação da Ordem Beneditina superava os meros interesses proselitistas, e exercia uma verdadeira missão civilizatória, voltada para implementação e controle dos modelos cristãos de família, educação, trabalho e propriedade⁴³. Neste mister, a necessidade da divulgação, senão da imposição, destes preceitos aos indígenas do Novo Mundo foi o mote principal para justificar a vinda dos beneditinos para o Brasil⁴⁴.

⁴³ A Ordem Beneditina foi instituída na Itália por São Bento, em 529. Em 537 foi fundado um mosteiro em Portugal e, com o decorrer dos séculos, os beneditinos ganharam notoriedade por suas atividades financeiras, religiosas e educativas (SOUZA, 2011:39). No Brasil Colônia, uma das incumbências dos monges era instruir os filhos da terra lecionando latim; posteriormente, a Ordem Beneditina fundou colégios, em vários locais do país, como por exemplo, no Rio de Janeiro onde o colégio de São Bento foi inaugurado em 1858 (LUNA, 1947); já em Olinda os religiosos ministravam, desde 1827, Cursos Jurídicos no Mosteiro da cidade (BARDI, 1986:42).

⁴⁴ Os interesses dos beneditinos no Brasil são expostos de forma clara, em 13 de fevereiro de 1575, em reunião do Mosteiro de Tibães, quando o padre geral informou que: “era importunado por cartas de muitas pessoas das partes do Brasil que lhes mandassem da nossa Congregação alguns religiosos que pudessem lá entender na conversão da gentilidade e ordenar mosteiros por serem mui devotos do nosso glorioso Padre São Bento e aceitarem quase todos a irmandade da dita Ordem” (Bezerro I. Mosteiro de Tibães, 13 de fevereiro de 1575. f. 35 v., apud SOUSA, 2011:51). É notório que o interesse em fundar mosteiros é claramente atribuído aos que se encontravam na América portuguesa, com a devida justificativa da conversão dos gentios e da existência de devotos do patriarca (SOUZA, 2011:51).

Assim, em 1579, o Fr. Pedro de S. Bento Ferraz⁴⁵ aportou em Salvador com o objetivo de investigar a conveniência de se fundar mosteiros naquelas paragens (ENDRES, 1980). Em 1581 teriam sido realizadas as primeiras visitas à Capitania de Pernambuco, entre 1590 e 1592, os monges se instalam em Olinda, com intermédio do donatário Jorge de Albuquerque Coelho (LUNA, 1947:18). Entretanto, antes de nos atermos especificamente à atuação beneditina em Pernambuco e na Sesmaria Jaguaribe, gostaríamos de traçar um breve panorama que ilustra tanto as idiossincrasias da ação beneditina no Brasil, quanto seu alinhamento com o projeto colonizador.

De modo geral, as atividades desenvolvidas pelos monges beneditinos no Brasil colônia podem ser classificadas como internas e externas. As atividades internas seriam as obrigações da vida monástica, tais como o estudo da Sagrada Escritura, as meditações, os exercícios de austeridade e as mortificações. Já as atividades externas seriam as obrigações concernentes ao apostolado, tais como a cura de almas, a vida paroquial, a educação da juventude, a vida missionária e a catequese dos índios. Outra atividade classificada como externa seria a gestão das inúmeras propriedades e bens acumulados pela Ordem na colônia (LUNA, 1947:77).

A prosperidade econômica da Ordem levou seus monges a se responsabilizarem pela administração de fazendas, fábricas e engenhos, que ampliavam os lucros e prestígio destes religiosos⁴⁶. Em Pernambuco, o patrimônio beneditino era composto por igrejas, mosteiros, lotes, prédios, terreos, sobrados, engenhos⁴⁷, gado e fazendas. As fazendas eram consideradas importantes, pois através delas os beneditinos:

Com a cultura das terras e cura das almas entre o pessoal das suas lavouras e catequese dos índios da vizinhança, prestaram não só ao bem das almas, como também ao progresso material dessas regiões em que se achavam situadas, e mesmo ao bem do país em geral (LUNA, 1947:82).

⁴⁵ Fr. Pedro de S. Bento Ferraz foi um dos três jovens nascidos no Brasil que em 1575 fizeram a profissão de fé para ingressar na Ordem de São Bento, manifestando sempre o desejo de ver a Ordem atuar em sua terra natal (PREVIATELLI, 2005).

⁴⁶ Por exemplo, em São Paulo, no século XVII, os beneditinos eram donos das fazendas São Caetano e Tijucuçu onde eram cultivados feijão, milho, mandioca para farinha, hortaliças, banana e laranja; sendo parte da plantação irrigada por canais (CARVALHO, 2007:13). Na Fazenda de São Caetano, também era realizada a extração de pedra para cantaria, e haviam duas olarias e fornos, produzindo telhas e tijolos, (MARTINS, 1994).

⁴⁷ Os Beneditinos, em Pernambuco, eram proprietários dos seguintes engenhos: **Engenho Mussurepe**, as margens do rio Capibaribe, já estava em produção em 1620, produzia aguardente e açúcar no século XVII, e correspondia a cerca da metade dos recursos anuais do mosteiro, era um engenho pequeno para os padrões da época, e tinha apenas 82 escravos em 1663. **Engenho São Bernardo**, um engenho d'água, as margens do rio Capibaribe. **Engenho Goita** construído em 1700, estava a 12 km do São Bernardo. **Engenho São Bento**, em São Lourenço da Mata e o **Engenho Mussurepe** localizado também em São Lourenço da Mata (BARDI, 1986). Os engenhos beneditinos pernambucanos foram lucrativos até o século XIX, custeavam, assim o mosteiro de São Bento de Olinda (SCHWARTZ, 1983:30).

Assim, as atividades econômicas promovidas pela Ordem de São Bento eram entendidas como uma contribuição para o bem-estar e progresso da Colônia, fomentando a produção agrícola tanto de gêneros para o abastecimento do mercado interno, quanto de produtos a serem exportados para Europa, ou negociado no “trato dos viventes” da África.

Dom Joaquim de Luna (1947) em seu livro “Os monges beneditinos no Brasil” faz uma descrição de como seriam as fazendas beneditinas, ressaltando que algumas delas, principalmente as próximas aos mosteiros, estruturavam-se como grandes unidades produtivas, possuindo olarias, engenhos de açúcar, casas de farinha, oficinas de carpintaria, etc. Nas fazendas distantes dos mosteiros, além da infraestrutura de produção, eram comuns uma casa espaçosa, que servia como residência dos religiosos encarregados pela administração da fazenda, e a igreja para os cultos. Assim, os beneditinos “estendiam o apostolado aos habitantes dos arredores das fazendas e mesmo aos índios das vizinhanças” (LUNA, 1947:82).

O zêlo apostólico que impulsionou os beneditinos a cuidarem do bem espiritual dos habitantes dos lugares, em que se estabeleceram no Brasil, os levou a cuidarem igualmente dos nossos pobres indígenas. Esse trabalho, no entanto, onde mais se acentuou foi nas fazendas da Ordem, por estarem geralmente situadas em lugares mais próximas dos índios (LUNA, 1947:79).

Neste mister, é importante frisar que, apesar dos beneditinos não serem personagens tradicionalmente presentes nas obras que se dedicam a analisar as missões do período colonial, sua atuação entre os indígenas foi relevante. Sem dúvidas, os monges de São Bento não se especializaram na formação de grandes aldeamentos e/ou reduções tal como os padres da Companhia de Jesus (HOORNAERT, 1979:57). Entretanto, as fazendas beneditinas cumpriam os mesmos propósitos das demais missões, adequando-se ao projeto colonial, anteriormente apresentado, de transformação da cultura indígena e apropriação de suas terras e força de trabalho.

Nas fazendas beneditinas a catequização dos gentios estava simbioticamente associada às atividades socioeconômicas. A divulgação da nova fé associa-se e confunde-se com a instauração de novos valores morais e de outra lógica de produção⁴⁸ que era

⁴⁸ Vale frisar que neste trabalho não pretendemos fazer uma discussão teológica, moral, nem tão pouco ética sobre a atuação missionária no período colonial. Reconhecemos as consequências nefastas destas práticas na sobrevivência física e cultural de diferentes comunidades indígenas, todavia, entendemos que as atitudes da igreja católica no que tange as missões coloniais para catequização dos índios, são frutos do contexto histórico, socioeconômico, filosófico e teológico vivenciado naquele momento. Contudo, apesar de reconhecer e defender a necessidade deste tipo de reflexão, a mesma precisa ser profundamente fundamentada em pilares teóricos que fogem dos objetivos desta pesquisa.

imposta tanto as comunidades indígenas locais, como aos escravos africanos e seus descendentes nascidos no Brasil.

Assim, durante todo o período colonial e imperial, os monges beneditinos estabeleceram suas fazendas junto a comunidades indígenas, utilizando ainda a mão de obra dos escravos africanos⁴⁹ e seus descendentes para a manutenção de suas propriedades. Segundo Endres (1980:124) os monges do mosteiro de São Bento de Olinda atendiam sete ou oito aldeias de gentios, que estavam sob sua obediência; possuindo também um grande “*plantel*” de escravos negros, que na concepção freireana, já amplamente discutida e questionada, eram “muito bem tratados”⁵⁰.

Assim, a presença e atuação dos irmãos da Ordem de São Bento na Capitania de Pernambuco está vinculada tanto à gestão do Mosteiro e Colégio de Olinda, espaços associados principalmente a uma elite colonial branca, detentora de privilégios econômicos e políticos. Quanto aos engenhos, fábricas e fazendas; onde negros e indígenas contribuíam para a prosperidade e continuidade da obra beneditina, e tinham a “oportunidade” de abandonar seus “vícios ancestrais” e abraçar a fé e os preceitos cristãos que lhes eram ensinados pelos monges. Dentre esses locais, merece destaque em nossa pesquisa a Fazenda São Bento, instalada nas terras de Jaguaribe e palco de intensas relações entre indígenas e religiosos, como sugerem as fontes históricas e o contexto arqueológico desvelado. Passemos então à uma breve descrição sobre a história da Fazenda São Bento em Jaguaribe.

Segundo nos informam as fontes historiográficas (ANUNCIAÇÃO, 1940), no final do século XVI, em 1598, parte da Sesmaria Jaguaribe foram doadas à Ordem de São Bento. Anunciação (1940), transcreve algumas partes do Livro de Tombo do Mosteiro (folha 26, folha 152 e 162) São Bento:

⁴⁹ “Aqui viverão estes Monges.... do-se dos frutos da terra, q’ lhes plantavao alguns escravos, q’ com sigo tinhao das Fazendas de Jagoribe e Mossurepe, e de algumas esmolas q’ lhes davao os fies christaós” (ANUNCIAÇÃO, 1940:29).

⁵⁰ “Deve-se observar, de passagem, que os frades da Ordem a que pertenceu D. Domingos - a de São Bento - e também do Carmo, foram no Brasil grandes proprietários de terras e de escravos. Frades senhores de engenho. Os de São Bento tratando muito bem os seus negros; deixando os molequinhos brincar a maior parte do dia, cuidando dos negros velhos, arrumando os casamentos entre as raparigas de quatorze e quinze anos e os rapazes de dezessete ou dezoito; facilitando a alforria aos diligentes. Os do Carmo parece que nem sempre primaram pelo bom tratamento dispensado aos escravos; um deles, na Bahia, acabou assassinado de modo bárbaro: cortado em pedacinhos pelos negros” (FREYRE, 2002:279-280). Vale frisar que ao realizar tal comentário, Gilberto Freyre estava somente comparando como cada “senhor” tratava seus escravos. Neste comentário o autor não minimiza a escravidão independente da forma que os escravos eram tratados.

No seo mesmo governo, e em 29 de junho do ano de 1598 fez doação Mel. Godinho ao Mostr.^o de huma sorte de terra, em q' hoje temos a fazd.^a de Jagoraribe com obrigam. De lhe-fazermos por huma vez dois officios de nove licçoens cada hum, e dois trintarios de missas por sua alma, e de sua mulher, e assim mais setenta Missas rezadas por cada hum (ANUNCIAÇÃO, 1940:40). Em a fazd.^a de Jagoraribe, q' dista tres legoas desta cide. Comprou por cem mil rs. Hum partido de canas a Paulo de Almd.^a Snr.' q' era do Eng.^o de Jagoribe; e se passou a escritura em 26 de 9br.^o de 1647. Na d.^a escritura se declara, q' as terras acabaó onde onde começo as do Eng.^o do Inhamam. Rmo. Pe. Me. Fr. Bernardo de Braga, (q' hê qm. Lhe- succedeo no lugar de Abbe. Foi ... ajustou esta compra, e fez passar a escritura em virtude da procuram. ... Prelado, q' entao residia me Mossure., como ele mmo. Anno mandou lançar nas notas as Verbas do testam.^o de Ignez de Olivr.^a, q' nos-deixára certos Legados e o seo sitio em Jagoribe contiguo ás terras do Mostr.^o Saó as memmorias, q' achei deste governo (ANUNCIAÇÃO, 1940:63).

Segundo nos informam as fontes historiográficas (ROCHA, 1948), no século XVII partes da Sesmaria Jaguaribe foram doadas, e/ou compradas⁵¹, pela Ordem de São Bento. Assim, em 1660 os beneditinos já eram donos de uma extensa área, onde foi implantado o complexo arquitetônico da fazenda, composto pela casa dos monges, a igreja e senzalas. E posteriormente, a partir de 1734 os monges já haviam construíram a casa de farinha⁵² (ANUNCIAÇÃO, 1940:104).

Pereira da Costa apesar de omitir a presença das senzalas⁵³, confirmadas pelas descrições de Henry Koster (2002), traz importantes informações sobre os processos de formação da propriedade, além de suas atividades:

[...] um pedaço de terra em Jaguaribe, doado por Manuel Godinho e sua mulher Maria Fernandes, por escritura de 18 de julho de 1598; uma ilha situada entre o rio Jaguaribe e o Aiamá, chamado hoje rio Inhaman, vendida por Braz Correia de Abreu e sua mulher, em 7 de maio de 1615; um partido de canas vendido por Paulo de Almeida em 26 de novembro de 1647; e um Sítio de terras em Jaguaribe, doado por disposição testamentária de d. Inês de Oliveira, do qual tomou posse o mosteiro em 7 de janeiro de 1660. Todas estas terras, reunidamente, constituem uma grande, importante e rendosa propriedade, com uma capela, casas de vivenda, vastos campos de cultura, e fornos de fabricação de cal (PEREIRA DA COSTA, vol. I, 1983:404).

⁵¹ Essas doações estão registradas no livro de Tombo do Mosteyro de São Bento de Olinda (1948): Tombo Velho folha 140, Tombo Fol. 80; Tombo Fol. 84; Tombo Fol. 85; Tombo Fol. 88; Tombo Fol. 90; Tombo Fol. 92; Gav. II- Maço A n.º. I; Gav. II- Maço A n.º. 3; Gav. II- Maço A n.º. 6.

⁵² O frei Fr. Miguel Arcanjo da Anunciação destaca que na Fazenda São Bento, em 1743, havia um engenho de farinha: “Na Fazd.^a de Jagoar.^c fez hum Eng. □ com sua caza p.^amodid.^c de... fazer far.^a.” (ANUNCIAÇÃO, 1940:116).

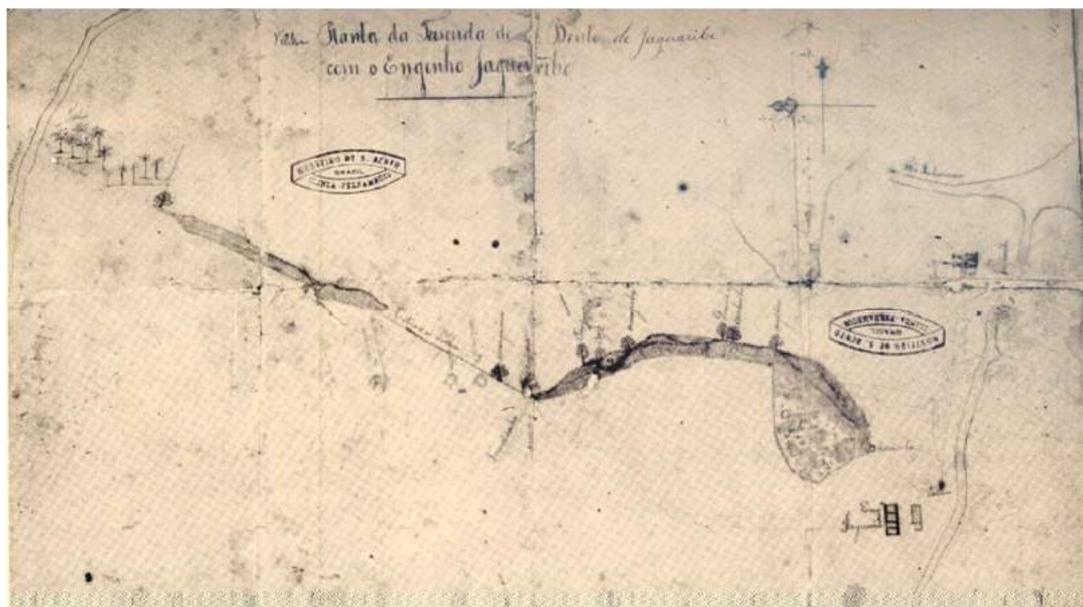
⁵³ Contudo, Frei Miguel Arcanjo da Anunciação (1940) ressalta que pelo menos duas reformas foram realizadas nas “casas de escravos”, a primeira ocorreu entre 1753 a 1756 e a segunda entre 1757 a 1760. Entre os anos de 1753 a 1756: “Em Jagoar.^c concertou as cazas de vivenda, fez cazas p.^a escr.os, meteo allgu.. paramentou a Capella com alguma alfaias assentou-lhe hum pulpiito com grades de jacarandá torneado e poz hum pe.uená Imagem de S. Jozê com seo resplendor d. p...a” (ANUNCIAÇÃO, 1940:125/126). Entre os anos 1757 a 1760: “Em Jaguar.^c mandou fazer cazas p.^a escravo. . a.....tou . da farinha, e formou o copiar da caza de vivenda, q' estava ame..ando ruina; fez roda nova p.^a moer mondioca; e comprou seis cavalos p.^a o serviço desta fazenda” (ANUNCIAÇÃO, 1940:133).

Ao longo dos anos, os religiosos da Ordem São Bento vão adquirindo lotes de terras na antiga área da Sesmaria Jaguaribe, em 1666 a ampliaram com mais alguns lotes foram doados à Ordem, como ilustra o Livro do Tombo do Mosteyro de São Bento de Olinda (1948).

[...] a terra que está de longo do rio jaguaribe da banda do Norte nas derradeiras dadas, que agora ao presente estam dadas, a qual terra tem de testada de longo nas derradeiras dadas quatrocentoas braças, as quaes bracas sam craveiras de dez almos de vara e de cumprido de longo do rio outras quatro centas braças da mesma sorte, a qual terra arte da banda de leste com terras que já estam dadas, e da banda do Sul com o dito rio, e da banda do Loeste com que de direito deva partir, a qual terra sera em quadra tanto de largo, como de cumprido (LIVRO DO TOMBO DO MOSTEYRO DE OLINDA, 1948:290).

Em um lote próximo ao local do Engenho Jaguaribe, numa parte alta da área, foi instalado o complexo arquitetônico da Fazenda beneditina, como demonstrada a gravura (Fig. 2) reproduzida no livro “Beneditinos em Olinda – 400 anos” (BARDI et al, 1986).

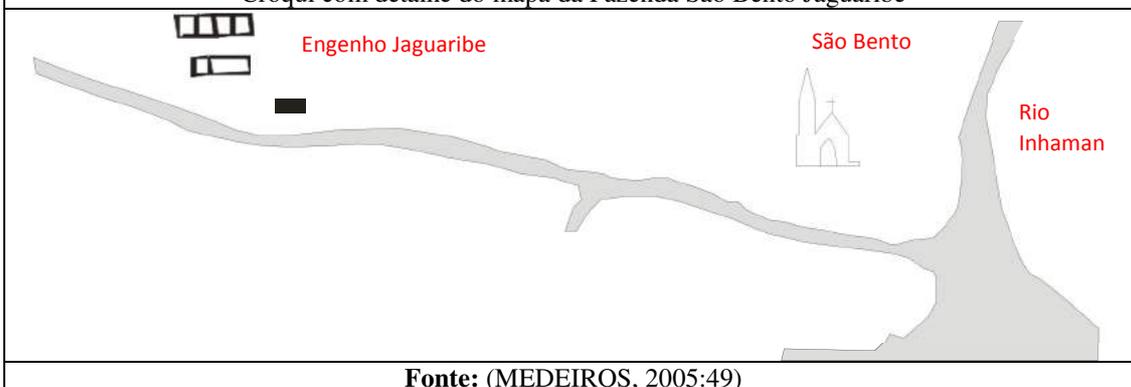
Figura 2- Prancha com os mapas da Fazenda São Bento de Jaguaribe





Fonte: Beneditinos em Olinda – 400 anos (BARDI et al, 1986)

Croqui com detalhe do mapa da Fazenda São Bento Jaguaribe



Fonte: (MEDEIROS, 2005:49)

De modo geral, uma das principais finalidades da Fazenda São Bento era prover alimentos⁵⁴ para os religiosos do Mosteiro de Olinda; deste modo, a maior parte das terras era destinada as atividades agrícolas (ROCHA, 1948). Assim, Henry Koster (2002:367) descreve a Fazenda de São Bento como “terras de mandioca e de milho”, onde também se cultivava “arroz e outros mantimentos para suprir o convento” (KOSTER, 2002:378).

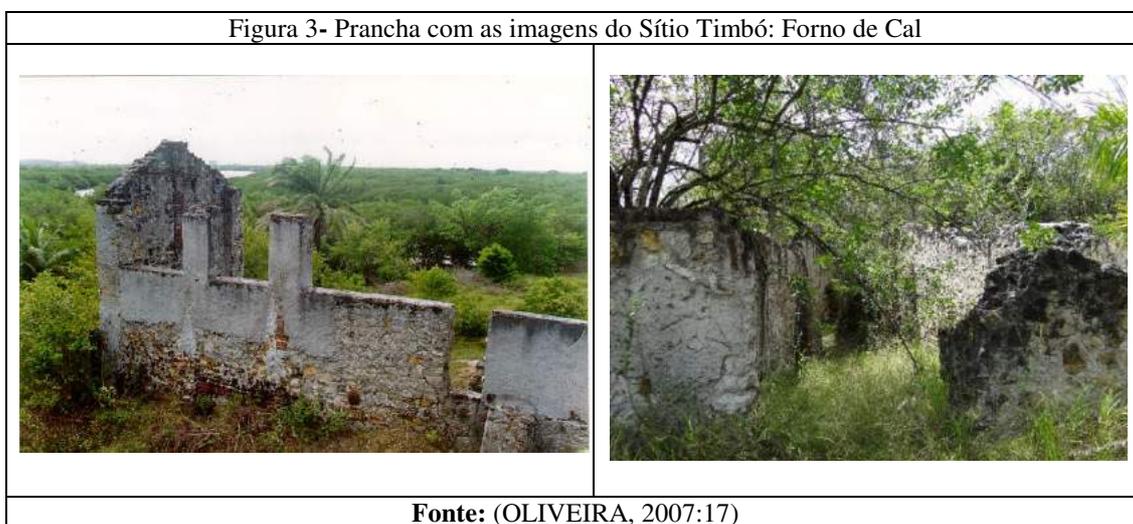
Como discutido por Gilberto Freyre (2002), em Pernambuco a monocultura açucareira contribuiu para que até o início do século XIX houvesse pouca oferta de cereais, legumes, frutas e verduras frescas, no comércio dos centros urbanos⁵⁵. Por isso,

⁵⁴ Em seu livro, *Anunciação* (1940:118) destaca uma informação, do século XVIII (entre os anos de 1746 a 1750), do Livro de Tombo do Mosteiro São Bento de Olinda, onde é ressaltado que a extensão das terras do Jaguaribe são insuficientes para as roças: “Conhecendo a pouca extensaó de terras, q’ temos em Jagoar.º, e a insufficiencia delas p.ª roças, . passao ... far.ª, q’ chegue p.ª o gasto do Mostr. □ ...”.

⁵⁵ “Não só na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão como em Sergipe del-Rei e no Rio de Janeiro verificou-se com maior ou menor intensidade, através do período colonial, o fenômeno, tão perturbador da eugenia brasileira, da escassez de víveres frescos, quer animais quer vegetais. Mas talvez em nenhum ponto tão agudamente como em Pernambuco. Nessa capitania por excelência açucareira e latifundiária, onde ao findar o século XVIII e principiar o XIX, calculava-se a melhor terra agrícola, vizinha do mar, no domínio

a disponibilidade destes produtos dependia tanto das hortas e pomares cultivados nos quintais urbanos, quanto nas chácaras e fazendas instaladas próximas as cidades.

Além da produção de alimentos, a área da fazenda abrigava uma olaria, casa de farinha⁵⁶ (ANUNCIACÃO, 1940) e fornos de cal; o que indicaria a diversificação das atividades econômico-produtivas realizadas no local (OLIVEIRA, 2011). Até o momento, os levantamentos arqueológicos realizados na área, e as informações coletadas com a população local⁵⁷ tendem a corroborar com esse cenário, todavia, apenas a infraestrutura associada à produção de cal tem visibilidade nas fontes escritas e arqueológicas⁵⁸ (Fig. 3).



de 08 ou 10 senhores de engenho para duzentos vizinhos, "entre duzentos vizinhos, oito ou dez proprietários" que de ordinário só permitiam aos rendeiros "plantar canna para ficarem com a meação", a carestia de mantimentos de primeira necessidade se faz sentir às vezes angustiosamente entre os habitantes. Debalde tentara o conde de Nassau no século XVII dar jeito a semelhante desequilíbrio na vida econômica da grande capitania açucareira. E como na Bahia e Pernambuco, também no Rio de Janeiro o gado não chegou nunca para "o consumo dos açougues e serviço dos engenhos", evitando-se a sua presença nas plantações de cana e mesmo a sua proximidade; e tanto quanto naquelas capitanias do Norte estiveram sempre as terras no Rio de Janeiro concentradas nas mãos de poucos: grandes latifundiários plantadores de cana, inclusive os frades do mosteiro de São Bento. Sob semelhante regime de monocultura, de latifúndio e de trabalho escravo não desfrutou nunca a população da abundância de cereais e legumes verdes" (FREYRE, 1986:51-52).

⁵⁶ No Livro de Tombo do Mosteiro São Bento de Olinda consta quatro reformas, concertos e aquisição de material para a casa de farinha: entre os anos de 1734 a 1736 concertou-se a roda de moer mandioca, entre os anos de 1739 a 1743 fizeram uma prensa para fábrica de farinha, entre os anos de 1743 a 1746: "Na Fazd.^a de Jagoar.^o fez hum Eng. □ com sua caza p.^a modid.^o de... fazer far.^a" (1940:116) e entre os anos 1757 a 1760 fizeram nova roda para moer mandioca (ANUNCIACÃO, 1940).

⁵⁷ Entrevistas realizadas pela Professora Cláudia Alves de Oliveira em 2005, com moradores da área próxima ao complexo arquitetônico da Fazenda São Bento, revelam que próximo à área da senzala havia ruínas de uma casa de farinha, contudo, até o presente momento, as pesquisas arqueológicas ainda não avançaram o suficiente para confirmar ou negar esta informação (Comunicação oral).

⁵⁸ A 900 metros da antiga sede da Fazenda São Bento, próximo às margens do rio Timbó, estão localizadas as ruínas dos fornos de cal, que foram cadastradas junto ao IPHAN com o nome Sítio Arqueológico Timbó. Até o momento, não foi realizada nenhuma campanha arqueológica interventiva neste local, não existindo acervo ou coleção arqueológica advinda deste sítio.



Autoria: Rosemary Cardoso

Na Fazenda São Bento de Jaguaribe, a produção de cal foi realizada entre o início do século XVI até a segunda metade do século XX (OLIVEIRA 2007:22); pautando-se na exploração e queima das rochas calcárias existentes na região⁵⁹. Pereira da Costa (Vol. I, 1983:404) descreve a cal de São Bento como de “excelente qualidade conhecida no mercado como por cal de São Bento, cuja indústria se empregavam grande número de escravos pertencentes à ordem”.

Durante todo o período colonial, mas especialmente nos primeiros séculos, a aquisição e produção da cal adquiriu acima de tudo um valor estratégico⁶⁰, visto que era indispensável à implantação do modelo construtivo português de fortalezas, igrejas, casas, etc. Além disso, a produção de cal⁶¹ se apresentava como uma alternativa altamente rentável, de baixo custo, e sem a necessidade de mão de obra especializada.

Não por acaso, os documentos e fontes historiográficas revelam a ampla utilização da mão de obra escrava nas possessões beneditinas em Jaguaribe. Koster (2002:378) afirma que “a escravaria dos Beneditinos atinge a uns cem homens, de todas as idades, mas o último africano morreu durante a minha permanência [...] e o feitor é um mulato”. Assim, observa-se que, mesmo antes das pressões advindas com a promulgação da “Lei Eusébio de Queiros”, que proibia o comércio escravagista transatlântico, os beneditinos

⁵⁹ Frei Vicente Salvador (1965:75) narra que no Brasil: “Faz-se também muita cal, assim de pedras do mar como da terra, e de cascas de ostras”.

⁶⁰ No litoral norte pernambucano as principais áreas produtoras de cal do período colonial foram Itamaracá; Caieiras, em Igarassu; e em Jaguaribe, ou melhor, a Fazenda São Bento de Jaguaribe (OLIVEIRA 2007:18).

⁶¹ Pereira da Costa (1983), ao se referir a produção de cal no engenho Nossa Senhora da Ajuda, afirma que ela substituiu a fabricação do açúcar pois relata essa atividade era “menos trabalhosa e de mais compensadoras vantagens”. Além disso, o autor afirma que: “dispunha a propriedade dos necessários elementos, abundantes jazidas de excelente pedra calcária, fartura de água potável e extensas florestas para o fornecimento da lenha necessária aos fornos de calcinação.”

de Jaguaribe tinham seu plantel constituído majoritariamente por escravos nascidos no Brasil. Como relatado por Koster, os monges estimulavam o casamento e a formação de famílias entre seus escravos, prometendo-lhes constantemente a possibilidade da conquista da alforria. “Assim, todos aspiram ser o próprio amo e é este o sentimento que estimula ao negro de São Bento dar todas as suas forças, para libertar-se” (KOSTER, 2002:380).

Neste mister, tal como as demais propriedades rurais do Brasil Colônia, a Fazenda São Bento era altamente dependente da mão de obra escrava. Talvez por isso, vários autores sugerem que, associada às medidas pombalinas⁶², a legislação antiescravagista gera um impacto negativo na prosperidade da Ordem beneditina⁶³, contribuindo para o abandono das atividades em Jaguaribe. Assim, Rocha (1948) argumenta que a alforria de todos os escravos da Fazenda São Bento de Jaguaribe, que somavam em 1888 um total de 37 pessoas, prejudicou a produtividade da propriedade, inviabilizando, pouco tempo depois, a continuidade da atuação beneditina nesta área.

Apesar da importância fulcral da mão de obra escrava sabemos que, nas palavras de Koster (2002:378), outros personagens das “classes inferiores” também atuavam no palco das relações sociais, religiosas e econômicas da Sesmaria Jaguaribe. Portanto, indígenas e homens livres de cor ou mestiços, também integraram, pelo menos até o princípio do século XIX, o caleidoscópio sociocultural desta área. Todavia, a presença e o protagonismo indígena na Fazenda São Bento de Jaguaribe não ganha visibilidade na documentação oficial da Congregação Beneditina⁶⁴, sendo as fontes arqueológicas a

⁶² A proibição pombalina à recepção de noviços pelas corporações monásticas de Portugal e do Brasil, teria, entre os beneditinos, causado a falta de religiosos em seus conventos; comprometendo o ritmo de vida regular, a manutenção e a administração das propriedades da Ordem (ABREU, 2004). Vale a pena comentar que em 1825 os beneditinos do Brasil viram a possibilidade de restabelecer os seus claustros iniciando um processo de separação da Congregação Beneditina Portuguesa. O Frei Antônio do Carmo, um ano após assumir a função de abade do mosteiro do Rio de Janeiro, redigiu um requerimento para o Imperador D. Pedro I solicitando a organização dos claustros brasileiros. Em 1827, a Santa Sé, em Roma, autorizou a desvinculação (GALVÃO, 1879:81). Contudo, apenas em 1835 o Governo Imperial concedeu às ordens religiosas um ato adicional de Constituição, autorizando a admissão de 30 noviços em cada uma das ordens de São Bento, São Francisco e Nossa Senhora do Carmo (PACHECO, 2013). No entanto, vinte anos depois foi decretado o Aviso do Ministro da Justiça, José Thomaz Nabuco de Araújo, que cassava as licenças outorgadas e tinha caráter definitivo: “S. M. o Imperador há por bem cassar as licenças concedidas para a entrada de noviços nessa Ordem Religiosa até que seja resolvida a Concordata que à Santa Sé vai ao Governo Imperial propor” (BETTENCOURT, 1991:9-10).

⁶³ Bardi (1986:42) afirma que, um dia após a promulgação da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro 1871, os mosteiros beneditinos do Brasil teriam libertado cerca de 4000 escravos; gerando considerável impacto nos cofres da Ordem, e dificultando a manutenção de suas propriedades rurais.

⁶⁴ O Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, traz informações sobre a escravaria negra alocada na Fazenda São Bento, contudo não aponta a presença de indígena livre ou cativa (ROCHA, 1948).

melhor opção para as tentativas de compreender as relações estabelecidas entre os monges e os índios que ali habitaram.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO AMBIENTAL: DO AMBIENTE AOS USOS

A paisagem perde a sua dimensão estática e torna-se num espaço dinâmico em constante interligação dialética com a ação humana. É uma presença permanente não só nas atividades diárias, mas também no imaginário e na consciência social. A paisagem é composta por lugares nomeados (sejam eles espaços naturais ou artificialmente modificados), associados às memórias que os humanizam e aculturam, conjugando a topografia, as árvores, as pedras, os rios, os pássaros e os animais com padrões de intencionalidade humana (TILLEY, 1994:23).

Neste capítulo, realizamos uma breve descrição das características ambientais da área de estudo, dando prioridade a identificação dos recursos naturais disponíveis no território da Sesmaria Jaguaribe. Como discutido anteriormente, ao longo dos séculos, essa área foi palco para diversas atividades econômicas, voltadas tanto para extração quanto produção de riquezas associadas ao contexto geoambiental local. Assim, optamos por abordar as singularidades deste contexto geoambiental compreendendo-as também enquanto uma construção social da paisagem⁶⁵, que engloba ações e expectativas econômicas, territoriais e políticas dos povos que ali se instalaram (BOADO & VAZQUEZ, 1998:01).

Neste mister, coadunamos com as ideias de Bertrand (2004), que sugere que a paisagem é resultado da interação entre o potencial ecológico (combinação dos fatores geomorfológicos, climáticos e hidrológicos), a exploração biológica (conjunto dos seres vivos e o solo) e a ação antrópica. Nesse sentido, a paisagem pode ser considerada como espaços regidos pelos sistemas sociais, econômicos, culturais, políticos e religiosos.

Portanto, a paisagem analisada pelo arqueólogo não é apenas o ecossistema, mas, sim, um lugar pleno de assinaturas antrópicas que se sucedem no tempo (MORAIS, 2007:104). E são justamente essas assinaturas que nos possibilitariam perceber o meio ambiente enquanto um produto cultural e histórico de um dado grupo (MORALES, 2006:84). Como discutido por Criado Boado (1993), os grupos humanos criam a partir

⁶⁵ Como sabemos, ao longo dos anos, o conceito de paisagem recebeu diferentes definições, que visavam atender as necessidades específicas das mais variadas ciências, e suas múltiplas opções teóricas e metodológicas. Assim, por exemplo, a paisagem foi definida como “uma porção do espaço de um determinado grupo” pela Geografia Tradicional. O alemão Gerhard Hard apresentou 11 tipologias de paisagem, que a definem como: “quadro paisagístico do vivenciado ou vivido, fisionomia de espaços terrestres ou aspectos fisionômicos de micro-espaços, espaços paisagísticos, espaço terrestre com o conjunto dos elementos que o constitui, estrutura espacial ordenada; ecossistema, meio dos organismos, as relações geográfico-naturais espaciais como adversárias dos grupos humanos, as constantes históricas de recortes espaciais ou espaço terrestre com constantes históricas características, sistemas limitados de interações sociais, e, por último, a fenomenalidade de uma expressão agradável” (ROCHA, 2008:20).

do espaço físico uma nova realidade; isto é, o espaço social (humanizado, econômico, agrário, habitacional, político e territorial).

Deste modo, nosso foco não está somente voltado para a descrição do meio ambiente estático. O que almejamos é compreender as características ambientais da área de estudo enquanto um espaço dinâmico em constante interligação com as ações humanas, tal interligação desempenha um papel ativo na mediação de relações socioeconômicas (KNAPP & ASHOMORE, 1999).

Logo, abordar as características ambientais da área da Fazenda São Bento nos possibilita compreender os meios utilizados pelos grupos pretéritos (indígenas e colonizadores) para construção deste espaço. Revelando como eles se apropriaram ativamente da paisagem em função de necessidades socioculturais e econômicas que foram sendo delineadas ao longo do processo histórico de ocupação da área. De modo geral, para alcançar tais metas, focaremos na análise da geologia, geomorfologia, vegetação e hidrografia desta área.

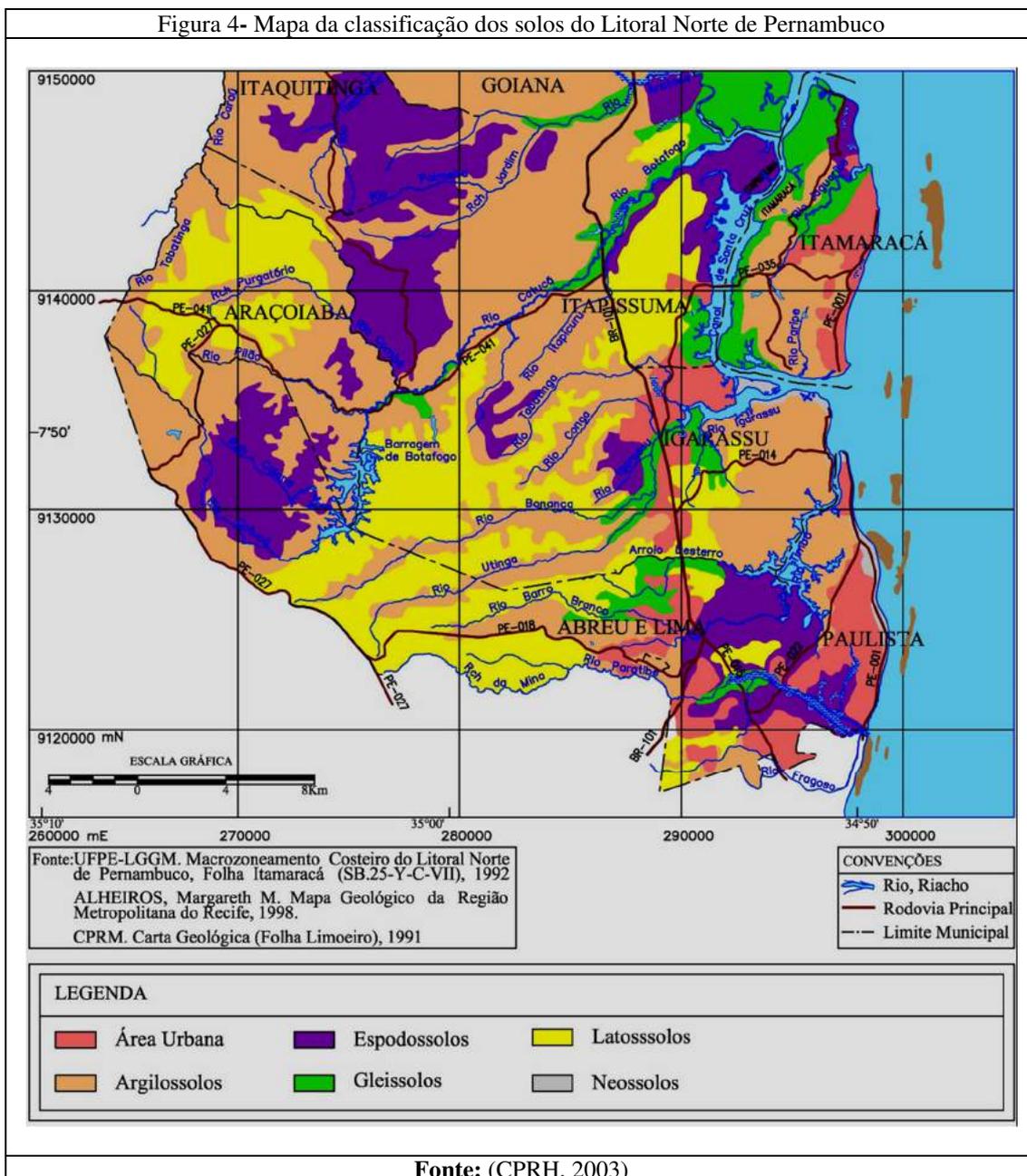
3.1 PEDOLOGIA E GEOLOGIA: AGRICULTURA, PLANTATION E PRODUÇÃO DO AÇÚCAR

Pernambuco alegra-se com a sucessão de montes e vales. É feracíssimo de cana doce e de pau-brasil (BARLÉU, 1940:43).

Como discutido por Le Couteur e Burreson (2006), desde o primeiro desembarque nas terras de “Vera Cruz” os portugueses se encantaram pela qualidade dos solos, “*onde se plantando tudo dá*”, e logo perceberam que as terras da nova colônia seriam ideais para o cultivo da cana-de-açúcar. Do mesmo modo, a fertilidade do solo pernambucano e sua aptidão natural à agricultura é propagandeada por Gaspar Barléu que afirma que “o solo da província de Pernambuco não cede a palma em fertilidade a nenhum lugar do mundo” e seus “campos, quando cultivados, são feracíssimos” (BARLÉU, 1940:333).

Como sabemos, as crônicas coloniais tendiam a ressaltar, e em alguns casos supervalorizar, as qualidades das novas possessões portuguesas com o intuito de atrair investimentos e garantir as benesses reais. Entretanto, os estudos realizados pela Embrapa no litoral Norte de Pernambuco, tendem a confirmar tanto a diversidade, quanto a aptidão agrícola dos solos da região. No litoral Norte de Pernambuco, a lavoura canavieira foi

implementada, sobretudo, em áreas com solos dos tipos latossolo⁶⁶ vermelho-amarelo e argissolo vermelho-amarelo⁶⁷ com tendência a acidez (Fig. 4).



⁶⁶ Os latossolos são produto da remoção de sílica e bases do perfil de solo com aumento de óxido e hidróxido de alumínio e ferro. Trata-se de solos bem desenvolvidos, profundos sem grandes diferenciações de horizontes, quimicamente pobres com valores baixos para a capacidade de troca de cátions e de saturação de bases e pH variável, é ácido e sua textura varia de média a argilosa (OLIVEIRA, L, 2003:44).

⁶⁷ Os Argilossolos Vermelho-Amarelos são solos desenvolvidos do Grupo Barreiras de rochas cristalinas ou sob influência destas; apresentam horizonte de acumulação de argila, B textural, com cores vermelho-amareladas devido à presença da mistura dos óxidos de ferro hematita e goethita. São solos profundos e muito profundos; estruturados e drenados. Predomina o horizonte superficial A do tipo moderado e proeminente, apresentando principalmente a textura média/argilosa, podendo ocorrer em menor frequência a textura média/média e média/muito argilosa. Apresentam também baixa a muito baixa fertilidade natural, com reação fortemente ácida (www.agencia.cnptia.embrapa.br Acessado em 05/09/2017).

A cana-de-açúcar é bastante tolerante a acidez e alcalinidade, podendo ser cultivada em solos com pH entre 4 e 8,5, sendo ideal o pH de 6,5 (EMBRAPA, 1999). Análises físico-químicas realizadas em amostras de solos da Zona da Mata pernambucana apresentaram ampla variação quanto ao pH (H²O) (3,8 a 8,6), demonstrando uma tendência à acidez dos solos, que, apesar disso, não inviabiliza o cultivo da cana-de-açúcar (NASCIMENTO, 2000:681).

Um contexto similar é desvelado na nossa área de estudo. Apesar da diversidade pedológica existente nos limites do atual município de Abreu e Lima⁶⁸ (Fig. 5), na área da Sesmaria Jaguaribe predominam os Latossolos e Podzólicos⁶⁹, que localmente destacam-se por serem férteis e úmidos (consequência do nível sub-superficial do lençol freático); sendo os topos dos tabuleiros, como discutido posteriormente, largamente utilizados nos últimos séculos para o cultivo da cana-de-açúcar, e de outros víveres como mandioca, milho, feijões, etc. (OLIVEIRA, 2011:28).

As características edáficas da Sesmaria Jaguaribe, associadas ao clima quente e úmido⁷⁰, com chuvas regulares, cumpriam todos os requisitos necessários para a implantação das plantations canavieiras. Assim, além da fertilidade, os solos locais apresentavam umidade e temperatura⁷¹ ideais tanto para o desenvolvimento quanto para alta produtividade da lavoura de cana.

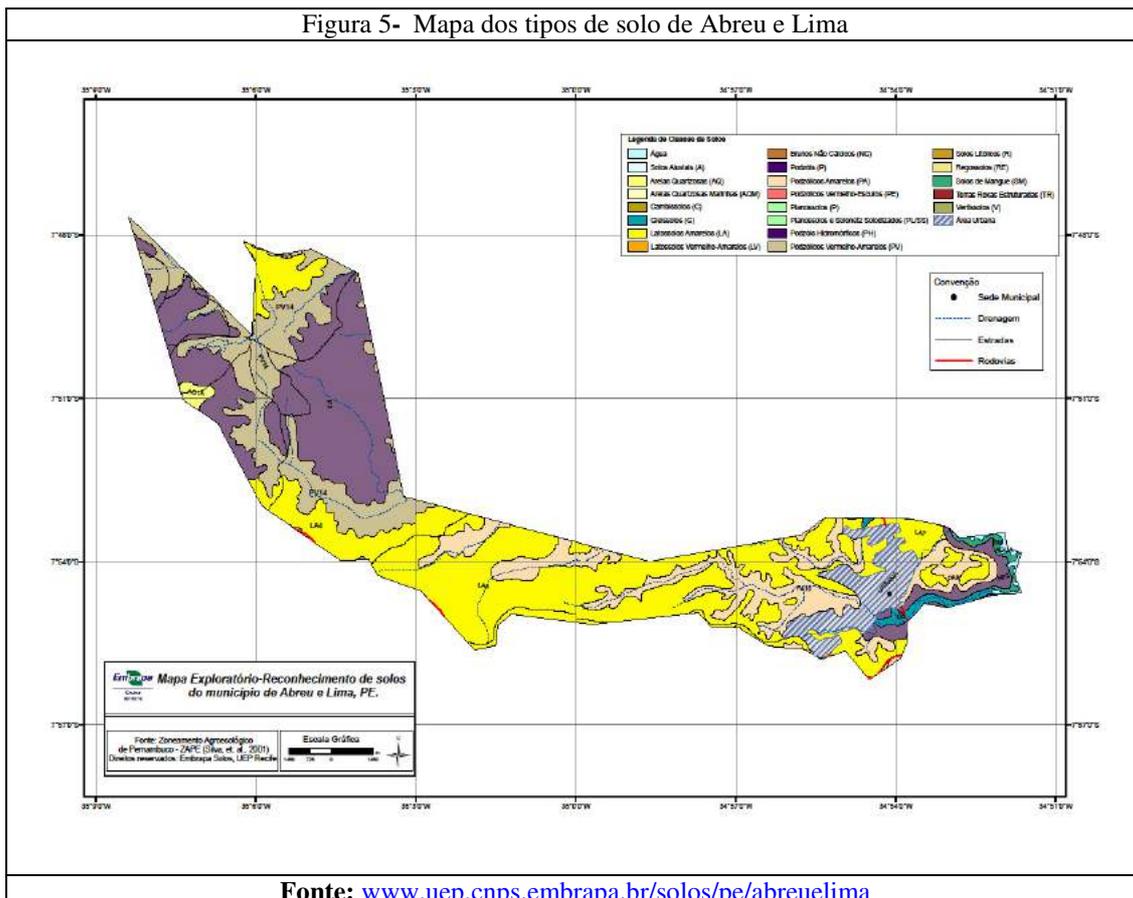
⁶⁸ Através do mapeamento de solos desenvolvido pela embrapa, nota-se que os solos que predominam em Abreu e Lima são o latossolo amarelo, podzólico amarelo e vermelho-amarelo, podzol, solos de mangue, gleysolos, solos aluviais e areias quartzosas. Solos do tipo vertissolos se desenvolvem sobre os materiais carbonáticos (OLIVEIRA, L, 2003:43).

⁶⁹ Solos podzólicos se desenvolvem sobre o substrato cristalino e a Formação Barreiras, são originados pela podzolização que é a translocação do material do horizonte A para o horizonte B textural. Trata-se de um solo bem desenvolvido, física e quimicamente bem mais diversificado que os latossolos. Quando associados aos latossolos da Formação Barreiras, diferem pelo horizonte B textural, apresentando as mesmas características químicas e qualitativamente a mesma mineralogia (OLIVEIRA, L, 2003:44).

⁷⁰ Atualmente, a área da Sesmaria Jaguaribe apresenta, segundo a classificação de Köppen, um clima tropical úmido, do tipo As', ou pseudo-tropical, influenciado por massas tropicais marítimas. Essa região apresenta altas temperaturas com média anual das máximas de 29,1°C e média anual das mínimas de 21,9°C (OLIVEIRA, 2011:29).

⁷¹ A temperatura ideal de solo para o brotamento dos toletes da cana-de-açúcar é de 32° a 38°C (Celsius) e para um crescimento ideal, forte e vigoroso que garanta alta produção e rendimentos de açúcar, a temperatura média durante o dia deve ser entre 22° a 30° C. A temperatura mínima para o ótimo desenvolvimento vegetativo deve ser de aproximadamente 20° C. Abaixo disso, a produção é prejudicada (EMBRAPA, 2006).

Figura 5- Mapa dos tipos de solo de Abreu e Lima



Portanto, é factível afirmar que as características ambientais desta área iam ao encontro das expectativas econômicas dos colonizadores. Contribuindo para que, ao longo do período colonial, a construção da paisagem da Sesmaria Jaguaribe estivesse ontologicamente associada a produção açucareira. Como descrito por Koster (2002), os imensos canaviais predominavam nos horizontes de Jaguaribe, até mesmo a igreja e as roças de mantimentos nas terras dos beneditinos compunham uma paisagem coerente e contextual com os engenhos, casas grandes, senzalas e casebres que se espalhavam pela área. Assim, a aptidão do solo ao cultivo da cana-de-açúcar, associado ao papel desta mercadoria no cenário econômico e produtivo do período colonial, balizam a nova formatação que é dada a paisagem local.

Formatação essa que, sem dúvida, era muito diferente da empregada pelas comunidades indígenas que habitaram essa área antes da invasão portuguesa. E, mesmo que a fertilidade do solo, possivelmente, também tenha sido um critério levado em consideração pelos indígenas para instalação das suas aldeias, durante o período colonial essa lógica tradicional teve que se adequar ao novo contexto socioeconômico que regia a construção das paisagens. As grandes aldeias rodeadas por matas com abundância de caça

e produtos para coleta, e farta disponibilidade de terras para o cultivo dos roçados, são gradativamente substituídas pela lavoura e infraestrutura do colonizador.

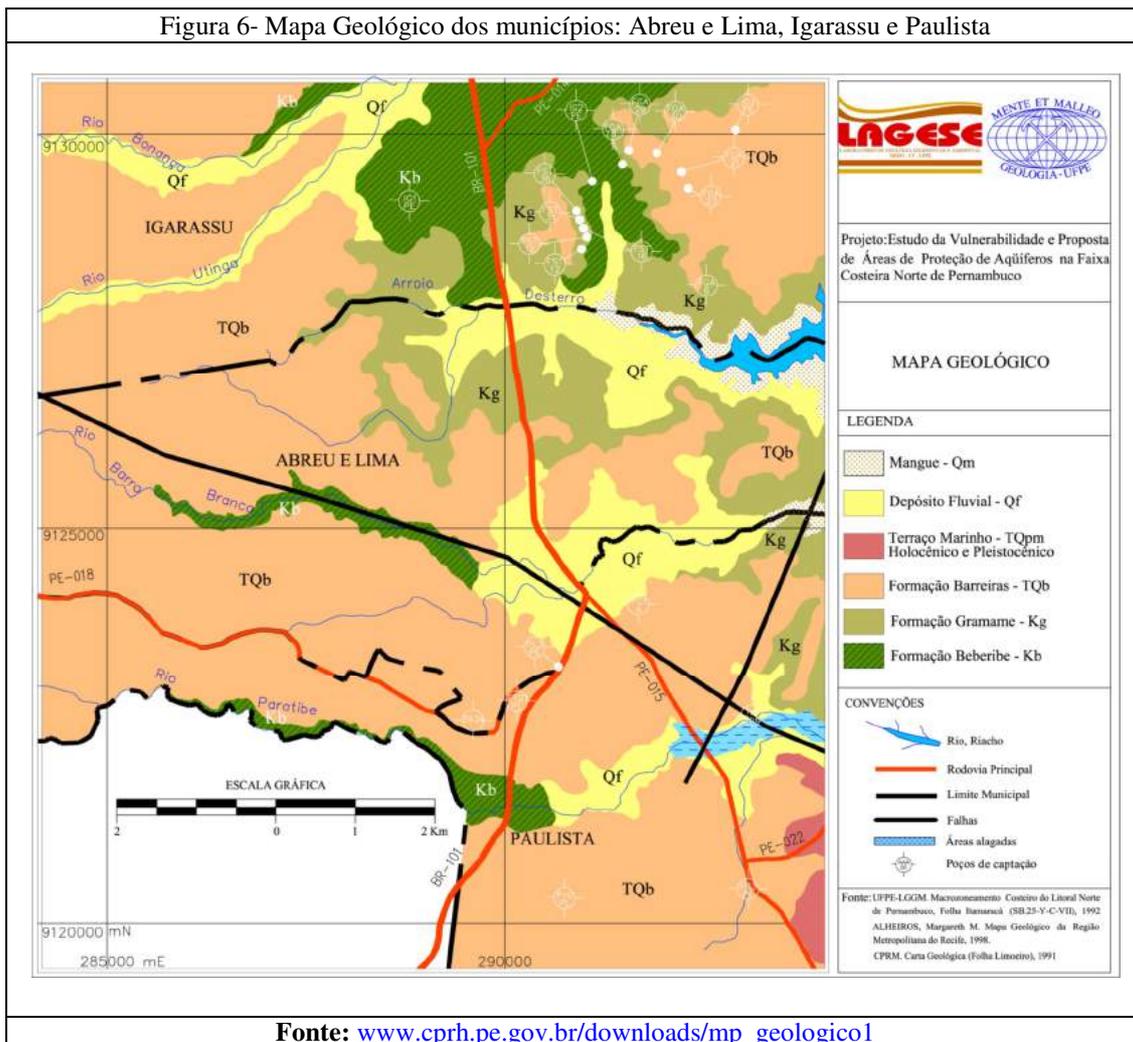
Todavia, como apresentado no relato de Koster (2002), apesar das profundas alterações desencadeadas pela colonização, o indígena continuou sendo um agente ativo na apropriação e construção da paisagem da Sesmaria Jaguaribe. Suas moradas coexistiam com os engenhos, senzalas, capelas e casas grandes; os seus roçados, provavelmente, se espremiavam entre os canaviais ou integravam as roças dos beneditinos.

As danças que ocorreram anteriormente nos centros das aldeias ou no interior das grandes malocas (LÉVI-STRAUSS, 1979), também aconteciam na frente da casa dos senhores de engenho (KOSTER, 2002:403); e isto é uma clara demonstração tanto da mudança de uma lógica espacial quanto da agência indígena, pois essas pessoas continuam a significar a paisagem a partir de preceitos próprios. Visto que a narração dos mitos e a execução dos ritos, ou até mesmo o simples ato de dançar e festejar teria a capacidade de unir os planos sagrados e profanos, permitindo que o tempo e o espaço dos ancestrais sejam novamente acessados, tornando momentaneamente a paisagem local no mundo primordial que foi criado e transformado pela ação dos seres sobrenaturais (ELIADE, 1994).

Portanto, é importante termos em mente que, apesar das feições geoambientais da área de estudo influenciarem seu processo de ocupação, os grupos humanos que ali se instalaram ao longo do tempo se apropriam tanto do espaço quanto dos recursos disponíveis a partir de critérios e processos próprios, que são histórica e culturalmente construídos. Desde modo, as características geológicas e geomorfológicas do litoral Norte de Pernambuco, também oferecem uma importante gama de relações sobre a paisagem da Sesmaria Jaguaribe.

O mapa apresentado na figura 6 disponibiliza informações geológicas dos municípios, Abreu e Lima, Igarassu e Paulista, ou seja, especificamente da área da antiga Sesmaria Jaguaribe. De modo geral, a área de estudo está localizada nos limites da Sub-Bacia Olinda, que integra a chamada Bacia Sedimentar Pernambuco-Parafba, ou seja, situa-se entre o Lineamento Pernambuco, ao sul, e a Falha de Goiana, ao norte (SILVA, 2006).

Figura 6- Mapa Geológico dos municípios: Abreu e Lima, Igarassu e Paulista



As pesquisas realizadas por Barbosa (2004) indicam que na área da sub-bacia Olinda, ocorrem depósitos Argiloarenosos Continentais (terciário-quadernário), associados a Formação Barreira⁷²; depósitos de Calcários e Margas (campaniano-mastrichtiano), que integram a Formação Gramame⁷³; depósitos de Arenitos Calcíferos

⁷² “Os sedimentos deste grupo formam, tabuleiros com superfícies planas, que capeiam várias outras formações subjacentes desde o Pré-cambriano. As fácies conglomeráticas da Formação Barreiras foram depositadas em forma de lençóis de cascalho, resultando numa estratificação gradativa. A segunda fase de acumulação de sedimento grosseiro sobre os depósitos da primeira fase, resultou numa estratificação gradativa inversa. A fase areno-argilosa é interpretada o resultado de fluxo de lama, originado de transporte dos sedimentos coesivos na presença de água. Como exemplo pode-se citar o afloramento da Formação Barreiras, localizado na Ilha de Itamaracá, onde se verificou a presença de pequena estrutura de canal, com cerca de 2 a 3m de largura, tendo na base uma predominância de material arenoso, em algumas porções alternadas com material argiloso, e no topo a presença de laminações” (CPRH, 2005:10/11). “[...] sob a formação Barreiras aparece uma argila caulínica, sempre de coloração clara uniforme, com espessura às vezes de vários metros, geralmente onde o substrato está representado pelas rochas do embasamento cristalino” (OLIVEIRA, L, 2003:38).

⁷³ “[...] considera-se a Formação Gramame como formada por calcários margosos a argilosos, de coloração cinza, sedimentologicamente muito uniforme e de conteúdo fossilífero variado. Margas e argilas mais puras geralmente são bioturbadas perdendo seu aleitamento, porém nos poucos lugares que existe vestígio de acamamento aparece uma certa ciclicidade irregular. Nas camadas inferiores, o teor de dolomita é alto. A

(campaniano), constituintes da Formação Itamaracá⁷⁴; e depósitos de Arenitos Continentais (santoniano - campaniano), associados a Formação Beberibe⁷⁵ (BARBOSA, 2004:26); além dos depósitos fluviais.

Como podemos observar, mais uma vez, as características dos solos locais adequam-se a produção de açúcar, visto que a disponibilidade de boas fontes de argila também era um elemento importante para a instalação e funcionamento dos engenhos. Isto porque, a argila era utilizada tanto para a fabricação das formas de pão de açúcar⁷⁶, quanto para o processo de purga⁷⁷.

associação de argilo-minerais mostra uma dominância de caulinita (até 50%), montmorilonita e illita. Em superfície a seqüência pode assumir uma coloração creme, devido à oxidação” (OLIVEIRA, L, 2003:36).

⁷⁴ “A Formação Itamaracá é constituída por arenitos calcíferos cinza a creme, de caráter marinho (com cimento apresentando quantidades variáveis de matéria carbonática, sendo o teor de carbonato de Cálcio crescente da base para o topo), medianamente compactos a duros, e bem selecionados, com grãos clásticos mais arredondados, médios a finos argilosos e por vezes com fragmentos de organismos não mais reconhecíveis, com alto conteúdo em fosfato. A matéria calcárea parece ser de origem organógena. Ocasionalmente estes arenitos tornam-se calcarenitos quartzosos friáveis, e intercalados neste pacote podem aparecer camadas calcárias mais puras. No caso do calcário ser margoso a argila presente é a montmorilonita com traços de illita e caulinita” (OLIVEIRA, L, 2003:34).

⁷⁵ “Neste trabalho será considerado como Beberibe a fácies de arenitos friáveis não calcíferos e Microclásticos, sugeridas por Mabesone (1991). Trata-se de arenitos continentais friáveis, cinzentos a cremes, ou ainda avermelhados e granulometria grossa a fina, ou seja, mal selecionados (podendo ocorrer siltes, argilas, folhelhos e até conglomerados com matriz microclástica), cuja granulação média varia entre 0,35 mm a 0,80 mm, com coeficiente de uniformidade em torno de 2. Na base podem aparecer leitos conglomeráticos e intercalações de níveis argilosos, sendo comum a presença de quartzo esfumado e róseo e, feldspato. Para cima dominam os arenitos médios a finos intercalados com camadas silticoargilosos, com restos fossilíferos. Menor et al, (1977) relata a presença de restos vegetais carbonizados intercalados com as camadas siltico-argilosas. A fração argila dos arenitos às vezes transformando-se em cimento. Os grãos arenosos são angulosos a sub-angulosos, com esfericidade relativamente alta e seleção fraca a má. A fácies de microclásticos encontra-se de forma intermediária entre as formações Beberibe e Itamaracá, aparecendo nas duas. Trata-se de sedimentos silticos arenosos ou argilosos, mal selecionados. Os componentes argilominerais são illita ou sericita, esta última indicando uma diagênese mais avançada” (OLIVEIRA, L, 2003:33).

⁷⁶ “São as formas do açúcar uns vasos de barro queimado na fornalha das telhas, e têm algumas semelhanças com os sinos, altas três palmos e meio, e proporcionadamente largas, com maior circunferência na boca, e mais apertadas no fim, aonde são furadas, para se lavar e purgar o açúcar por este buraco” (ANTONIL, 1967:50).

⁷⁷ O sumo extraído da cana era levado para as caldeiras e posteriormente para a casa de purgar e neste local, o açúcar era disposto em formas perfuradas (forma de açúcar) na parte inferior, para que o açúcar pudesse ser depurado. A parte exposta dessas formas (a boca) era coberta com barro e permanecia nesse estágio por algum tempo. Depois de certo período o açúcar era desenformado. Quanto mais próximo da parte inferior, aquela que escorria todo líquido a ser purgado, mais escuro e viscoso era o açúcar. Eram separadas as diversas partes do “pão de açúcar”. As partes mais claras, que possuíam um maior valor comercial.

De modo geral, durante o período colonial a fabricação do açúcar atinha-se a realização de três processos: moagem⁷⁸, cozimento⁷⁹ e purgação⁸⁰. A atividade de purga era de extrema importância, contando com espaço próprio e escravos especializados neste procedimento⁸¹.

Assim, “carece de admiração o ser o barro, que da sua natureza é imundo, instrumento de purgar o açúcar com suas lavagens” (ANTONIL, 1967:72). E por isso, como descrito no Capítulo IV da obra de Antonil, os senhores de engenho deviam se ater tanto a qualidade “do barro que se bota nas formas do açúcar”, quanto ao processo de “como se há de amassar” a argila, para assim garantirem a qualidade da purga e, por conseguinte, produzirem um açúcar de melhor qualidade (ANTONIL, 1967:69-70).

Além disso, a disponibilidade de argila era de extrema importância para os indígenas que se apropriavam desse recurso para produção dos vasilhames cerâmicos. Portanto, é plausível sugerir que a disponibilidade de “bons barros”, tanto para fabricação de vasilhames quanto para a purga do açúcar, foi um fator relevante na apropriação da paisagem da Sesmaria Jaguaribe durante o período colonial.

Do mesmo modo, a presença de arenitos calcíferos que possibilitavam a produção da cal também teve importante papel, como apresentado anteriormente, na diversificação das atividades econômicas implementadas na área. Contribuindo igualmente para a

⁷⁸ “Arrancadas as canas e limpas das fôlhas, cortam-se em pedaços de um palmo de comprimento. Assim cortadas, são espremidas numa prensa, recebendo-se o sumo numa caldeira de cobre. Diluído êle em água, ferve durante número certo de horas e vai-se escumando. Evaporada a água, despeja-se nuns vasos de barro, as fôrmas, que teem o feitio de meda ou pirâmide, e aí cristaliza como sal. O buraco dessas fôrmas, a princípio tapado, conserva o açúcar coalhado e úmido; abrindo-se depois, deixa passar o mel para purgar o açúcar. Depois cobre-se de barro a cara da fôrma, porque se acredita que, repetindo-se várias vezes esta operação, se expelem mais completamente as impurezas, e o açúcar clareia mais. Este é o primeiro trabalho que êle reclama. Entretanto, há mister novas manipulações e cozeduras para se obter um açúcar mais puro e clarificado. Assim, derrama-se no açúcar mais impuro uma lixívia de cal viva e claras de ovo, e, mexendo-se sem parar, escuma-se o caldo, limpando-o das impurezas, e, quando êle, fervendo, ameaça entornar-se, impede-se isto com deitar-se-lhe um pouco de manteiga” (BARLÉU, 1940:92).

⁷⁹ Após o cozimento do caldo de cana, o mesmo passa por um processo para limpar e purificar o caldo nas caldeiras e no parol de coar, até passar para os tachos, do modo de cozer e bater o melado nestes, das três têmperas que este sofre, da passagem do açúcar para as formas, do tendal para a casa de purgar (ANTONIL, 1967).

⁸⁰ Após o cozimento, o caldo de cana era resfriado naturalmente e em seguida era despejado em formas cónicas de cerâmica, as quais eram colocadas em prateleiras na casa de purga. O açúcar remanescente na fôrma cristalizava e, depois de dois meses, era desenformado e colocado para secar numa grande plataforma elevada. Sob a supervisão de duas escravas, as “mães do balcão”, eram separados os pães de açúcar. O açúcar branco, de melhor qualidade, era separado do mais escuro, o muscavado, de qualidade inferior. (SCHWARTZ, 2004).

⁸¹ “Trabalham na casa de purgar quatro escravas, e são as que entaipam e botam barro nas formas do açúcar e lhe dão suas lavagens. No balcão de mascavar assistem duas negras das mais experimentadas, que chamam mães do balcão, e com outras o mascavam e apartam o inferior do melhor uns negros, que trazem e aventam as formas e tiram delas os pães de açúcar, e o amassador do barro de purgar, que é também outro negro” (ANTONIL, 1967:69).

formatação da paisagem local durante o período colonial, postergando para a posteridade, por intermédio das ruínas dos fornos que atualmente integram o sítio Timbó, a importância da produção da cal para a ocupação daquela área.

Dada a importância do material cerâmico para o funcionamento dos engenhos, é de se esperar ter uma olaria na área, o que é sugerido pela bibliografia consultada, ao narrar sobre a existência de uma olaria existente na Fazenda São Bento (OLIVEIRA, 2007:21), contudo, as pesquisas arqueológicas realizadas até o momento não identificaram nenhum vestígio que comprove a existência de tal fábrica.

3.2 EXPLORAÇÃO E IMPORTAÇÃO DA VEGETAÇÃO: A PRIMEIRA FONTE DE RECURSOS

O solo da província de Pernambuco não cede a palma em fertilidade a nenhum lugar do mundo. [...] Os campos, quando cultivados, são feracíssimos. Nas matas é muito lucrativa a caça de aves e animais bravios, e nos rios o é a pesca. A região dá também copiosamente bálsamos de várias espécies, óleos, ervas e raízes [...] (BARLÉU, 1940:333).

Originalmente, a cobertura vegetal da Sesmaria Jaguaribe, assim como em outras áreas do Litoral Norte de Pernambuco, era formada por um mosaico de espécies. E apesar da Mata Atlântica ter predominado no bioma local, a área também apresentava vegetação típica das praias, restingas e mangues, que até hoje podem ser encontradas ao longo do estuário do Rio Timbó e do Canal de Santa Cruz⁸² (CPRH, 1998; OLIVEIRA, 2007).

Atualmente, devido ao intenso processo de ocupação e urbanização da área, apenas sobejos da Mata Atlântica⁸³ são encontrados nas encostas de tabuleiros e morros com alta

⁸² Oliveira (2011:29) ressalta que: Merecem destaque na área os estuários e manguezais do Rio Timbó e do Canal de Santa Cruz, ambos protegidos por legislação estadual como áreas de proteção ambiental (Lei 9.931/86). O Estuário do Rio Timbó é marcado por paisagens distintas. Suas margens são dominadas por extensos manguezais e rica fauna. Entre as espécies da fauna associadas ao manguezal, encontram-se os socós, o martim-pescador grande, as garças, as saracura-três-potes, o martim-pescador pequeno, além das várias espécies de crustáceos, moluscos e peixes. A área estuarina do Canal de Santa Cruz é um braço de mar que separa a Ilha de Itamaracá do continente, de significativa beleza cênica e diversidade animal. Ao longo de seu percurso deságuam vários rios, dos quais se destacam ao norte o Catuama e o Carrapicho, a noroeste, o Botafogo e o Arataca, e ao sul, o Igarassu e o Maniquara. A sua vegetação se apresenta com restos de Mata Atlântica nas encostas de tabuleiros e morros com alta declividade, contando ainda com manguezais, praias e restingas.

⁸³ No território da Sesmaria Jaguaribe e em seu entorno foram criadas algumas unidades de conservação estaduais como Reservas Ecológicas pela Lei Estadual Nº 9.989/87. São elas: Mata do Janga (constitui um dos últimos remanescentes de mata de restinga do Estado de Pernambuco), Mata de Jaguarana e Estação Ecológica de Caetés, localizadas no Município de Paulista, Mata da Usina São José, situada no município de Igarassu, em Abreu e Lima existem duas reservas ecológicas com remanescentes da Mata: Matas de Miritiba e Matas São Bento, nestas Reservas Ecológicas há remanescentes da Mata Atlântica e restinga que compõe a região (OLIVEIRA, 2007).

declividade e, em menor proporção, nas colinas com declividade suave. Nestas áreas, ainda é possível localizar espécies como: Barbatimão (*Abarema cochliocarpos*), Cabotã-leite (*Thyrsodium schomburkianum*), Cajueiro (*Anacardium occidentale*), Camaçari (*Caraipa densifolia*), Cupiúba (*Tapirira guianensis*), Embaúba (*Cecropia adenopus*), Embiriba (*Eschwehlera ovata*), Embiridiba (*Buchenavia capitata*), Ingá (*Ingá spp*), Louros (*Ocotea spp*), Munguba (*Bombax gracilipes*), Murici da mata (*Byrsonima sericea*), Paquevira (*Heliconia angustifolia*), Pereira da Mata (*Luchea Ochrophylla*), Pau d'arco (*Tabebuia sp*), Sucupira branca (*Bowdichia virgiloides*) e Visgueiro (*Parkia pendula*) (CPRH, 1998; MEDEIROS, 2005). Sendo está uma ínfima parcela das diversas espécies vegetais que outrora povoavam a paisagem da Sesmaria Jaguaribe⁸⁴.

A grande disponibilidade de riquezas naturais é, constantemente, ressaltada pelos cronistas que descrevem a região; sendo a exuberante vegetação um dos recursos mais aclamados. Ao longo dos séculos a vegetação vinha sendo utilizada e apropriada pelos grupos indígenas que se espalhavam pelo litoral Norte de Pernambuco. O conhecimento destes grupos autóctones sobre os diversos aspectos da paisagem local os possibilitava usufruir dos recursos vegetais para alimentação, construção de habitações e objetos, tratamento de doenças, etc.

Essa versatilidade dos recursos vegetais disponíveis no Novo Mundo, e seu uso por indígenas e colonizadores, é amplamente abordada nos “Tratados da terra e a gente do Brasil”. Nesta obra Cardim (1925) busca ressaltar a diversidade:

[...] das ervas que dão frutos e se comem [...] das árvores de frutos [...] tão importantes para o sustento dos indígenas e portugueses [...] das ervas que servem para mezinhas [...] árvores que servem para medicinas, úteis para o tratamento de feridas ou mazelas como os corrimentos, boubas, e mais doenças de frialdade [...] da árvore que tem agua, que pode salvar a vida daqueles que se aventuram pelos sertões [...] das árvores que produzem os óleos de que usam os índios para se untarem [...] das ervas cheirosas, usadas cotidianamente [...] das árvores que servem para madeira, tão grandes e grossas que possibilitam a construção de canoas que levam de 20 a 30 remeiros, e tão incorruptíveis que

⁸⁴ Numa breve descrição da “fytologia” da Província de Pernambuco, Ayres de Casal (Tomo II, 1817:163) relata a presença das seguintes plantas: “Cedro, pau d'arco, vinhatico de várias cores; o amarello, e o escuro sam os mais estimados: condurú, que he vermelho; barabú macho, e fêmea mais ou menos roxo; pau-santo, violête ondeado; sucupira e brahuna ambos anegreados; sapucaya, que dá bons mastros para baixeis menores, e da sua casca estopa aos calafates: camaçary avermelhado; pau-d'alho, maçaranduba, angico, coração de negro, cujo âmago he anegreado, e rijíssimo, e outras muitas madeiras de construcção. O páu brasil vem já de trinca léguas de terra dentro. Nota-se ainda a cannanstula, a carahiba, cuja flor amarella, e um pouco grande, he delicioso pasto dos veados, que a procuram debaixo da arvore, onde os caçadores os esperam, e matam. Entre as arvores e arbustos frutíferos dos bosques nomea-se o ambuzeiro, o cajueiro, o araçazeiro, a jabuticabeira, o mandupussá, cujo fructo he amarello, e também ã roda do tronco, como o da precedente: o muricy; o cambuhy, arvore grande, cujo fructo do tamanho de ginja he ou vermelho ou roxo”.

metidos na terra não apodrecem, e outros metidos n'agua cada vez são mais verdes, e rijos (CARDIM, 1925:57-79).

Descrições semelhantes também podem ser encontradas nos escritos de Gabriel Soares de Souza (1938), Gaspar Barléu (1940), Pero de Magalhães Gandavo (1576), Manuel Ayres de Casal (1818), dentre outros. Assim, a identificação e extração dos recursos vegetais teve um papel de destaque nos primórdios da colonização, sendo a primeira porta de entrada para a cooptação e inserção dos indígenas nas atividades socioeconômicas impetradas pelos colonizadores (SIMONSEN, 1969).

Esta realidade é ilustrada no mapa produzido em 1556 por Giacomo Gastaldi (Fig. 7), no qual é retratada a participação indígena na extração do pau-brasil na costa das Capitanias do Norte; o escambo realizado com os europeus; e a frota náutica incumbida do traslado da mercadoria.

Figura 7- Mapa Brasil de Giacomo Gastaldi – 1556



Fonte: www.cartografiahistorica.usp.br

Como discutido por Raymundo Faoro (2000:122): “O selvagem americano devia ser subjugado, para se integrar na rede mercantil, da qual Portugal era o intermediário. Sem essa providência, perder-se-ia o pau-brasil”. Deste modo, a extração desta madeira

foi a primeira forma de “exploração econômica e social do Brasil” (FAORO, 2000:125), e a defesa do monopólio desta mercadoria, que era “cobiçado belicosamente pelos franceses”, foi “o mais importante aspecto do comércio da coroa” nos primórdios da colonização⁸⁵ (FAORO, 2000:124).

Como aludido por Gadavo⁸⁶ e Varnhagem⁸⁷, a importância desta espécie vegetal para o processo de ocupação das terras do além-mar foi tamanha que até mesmo o nome da nova colônia portuguesa fazia referência a essa mercadoria. Na Capitania de Pernambuco, que contava com uma “sucessão de montes e vales” “feracíssimo de pau-brasil” (BARLÉU, 1940:42), a extração de madeira também teve um papel de destaque, pois havia “muito páo brazil, que com pouco trabalho se pôde carregar” (SOARES DE SOUZA, 1938:42).

O corte dessas árvores deve ter gerado uma importante transformação na paisagem do litoral Norte de Pernambuco, pois, a quantidade de madeira transportada na década de 1580 era enorme, como revelam os relatos de Gabriel Soares de Souza:

[...] entram cada anno d'esta capitania quarenta e cincoenta navios carregados de assucare páo-brasil, o qual é o mais fino que se acha em toda a costa; e importa tanto este páo a S. Magestade, que o tem agora novamente arrendado por tempo de dez annos por vinte mil cruzados cada anno (SOARES DE SOUZA, 1938:35).

Nos séculos seguintes, o volume de madeira extraído e o retorno financeiro auferido, também eram expressivos. Segundo Barléu (1940:201), a diminuição da extração do pau brasil, decorrente das ações promovidas pelos portugueses na tentativa de recuperar a possessão da Capitania de Pernambuco, prejudicava os lucros da Companhia das Índias Ocidentais. Todavia, o mesmo autor informa que durante o governo de Nassau o trato com o pau brasil teria movimentado 2.593.630 libras, demonstrando a relevância econômica desta atividade extrativista (BARLEU, 1940:346).

⁸⁵ O grande interesse pelo pau de tinta fez com que a Coroa Portuguesa regulamentasse sua exploração, tendo sido promulgado em 1605 o “Regimento do pau-brasil”, que estabelecia penas severas para aqueles que cortassem a madeira sem licença real. Assim, com o intuito de regulamentar, controlar e monopolizar o comércio do pau-brasil, a coroa sancionou diversas leis suplementares, cartas régias, alvarás, provisões e avisos reais (WAINER, 1993:199).

⁸⁶ “[...] depois que o pao da tinta começou de vir a estes Reinos. Ao qual chamaram brasil por ser vermelho & ter semelhança de brasã, & daqui ficou a terra com este nome de Brasil” (GANDAVO, 1576: capit. 1).

⁸⁷ “Terra do Brazil ou somente Brazil foi o nome dado pelos Portuguezes á parte mais oriental do novo-continente, em virtude de haverem ahi encontrado, em abundância, certo lenho, que subministrou ao commercio uma tinta vermelha análoga á que até então, com esse nome, a Europa importava da Ásia. O novo páu-brasil, que neste novo paiz era conhecido com o nome de ibira-pitanga ou páu-vermelho, achase classificado pelos botânicos no gênero caesalpinia” (VARNHAGEM, 1975:839).

Já Varnhagem (1975:839) destaca que no início do século XVIII o “pau-brasil rendia em Pernambuco quarenta e oito contos”.

Tais atividades de extração contribuíram para a devastação das florestas que outrora cobriam as terras próximas ao litoral (SIMONSEN, 1969:59), como é o caso da Sesmaria Jaguaribe. E em pouco tempo, a diversidade da flora e da fauna local estavam comprometidas, e essas áreas já não eram capazes de suprir a demanda de pau brasil, que gradativamente devia ser procurado nas brenhas dos sertões, como informam as cartas de Duarte Coelho encaminhadas a El Rei⁸⁸, e os relatos de Barléu⁸⁹.

Como mencionado no capítulo anterior, em 1548 Vasco Fernandes solicitou autorização régia para retirar pau brasil de suas terras, e com isso financiar a construção de um engenho. Deste modo, visto que a autorização foi outorgada, é factível acreditar que esse tenha sido um marco na transformação da paisagem da Sesmaria Jaguaribe, especialmente no que tange a sua cobertura vegetal. Pois, a partir deste momento intensificasse a derrubada das matas locais, que inicialmente deveriam fornecer o valioso pau de tinta, e em seguida ceder lugar as plantações de cana, além das outras espécies de madeira serviam de combustível para as fornalhas em que o açúcar era preparado⁹⁰.

Assim, com o avanço da plantation açucareira, uma nova configuração florística passa a compor a paisagem da Sesmaria Jaguaribe. Grandes áreas que abrigavam centenas de diferentes espécies vegetais típicas da Mata Atlântica; são substituídas pela monocultura da cana. O verde, em alguns momentos, ainda continuava dominando o cenário, todavia, este era constantemente alterado em consonância com nova cadeia produtiva que se instala. Deste modo, assim que maduras as canas eram cortadas, transfigurando novamente os horizontes em Jaguaribe; que, momentaneamente, ficavam descobertos de uma manta vegetal, até que a nova lavoura de cana germinasse.

⁸⁸ “Já tenho escrito a Vossa Alteza e lhe fiz saber por outras que lhe tenho que escrito, que uma das cousas que mais prejudica ao bem e aumento destas terras é fazer-se pau-brasil mesmo a vinte léguas das povoações que se começam a formar, em especial nesta Nova Lusitânia, porque o brasil, Senhor, está muito longe pelo sertão a dentro e é muito trabalhoso e perigoso de obter, e muito custoso, e os índios fazem-no de má vontade” (Carta de Duarte Coelho ao Rei, 20.12.1546. In: MELLO & ALBUQUERQUE, 1997:99).

⁸⁹ “O sertão do Brasil, a dez ou doze léguas da costa, produz pau brasil, não em matas inteiras e cerradas, mas esparsamente, de mistura com outras árvores. Ocupam-se os negros em cortá-lo nas suas folgas e nas horas vagas. Tiram-lhe a casca mais grossa, que não é propriamente vermelha, mas branca, com três dedos de espessura, nodosa, áspera, nem leve, nem glabra. A árvore é frondosa, com folhas miúdas e muito agudas, verde-escuras, as quais pendem, umas após outras, de ramozinhos delgados. Diz-se que esta árvore não dá nem flor, nem fruto, de modo que é veríssimo propagar-se pelas raízes” (BARLÉU, 1940:134).

⁹⁰ “O alimento do fogo é a lenha, e só o Brasil, com a imensidade dos matos que tem, podia fartar, como fartou por tantos anos, e fartará nos tempos vindouros, a tantas fornalhas, quantas são as que se contam nos engenhos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, que comumente moem de dia e de noite, seis, sete, oito e nove meses do ano” (ANTONIL, 1967:60).

Destarte, podemos perceber que ao longo do período colonial o frondoso dossel de matas que cobria as terras de Jaguaribe começa a ser rompido. O primeiro golpe, desferido pela extração do pau brasil, já causa danos significativos à população de determinadas espécies vegetais (especialmente o pau brasil e outras “madeiras de lei”). E abre caminhos para que o antigo mosaico vegetal seja despedaçado e suprimido pela hegemonia da cana, cujo ciclo vegetativo, em associação com a cadeia produtiva do açúcar, passa a ditar as particularidades da paisagem da Sesmaria Jaguaribe. Algo que também é favorecido pela fertilidade dos férteis solos locais, como veremos a seguir.

3.3 RECURSOS HÍDRICOS: SUA IMPORTÂNCIA PARA A SUBSISTÊNCIA E PARA ECONOMIA

A água extraordinária, a água que surpreende o viajante, as aventuras que
querem geográficas. Se ela é matéria fundamental para o inconsciente, então
deve comandar a terra. É o sangue da Terra. A vida da Terra.
É a água que vai arrastar toda a paisagem para o seu próprio destino
(BACHELARD, 1998).

No litoral de Pernambuco os recursos hídricos superficiais estão constituídos pelos cursos d’água que integram as bacias hidrográficas dos rios Goiana, Botafogo-Arataka, Paratibe, Igarassu, Timbó, Itapessoca, Jaguaribe e pelo Canal de Santa Cruz. Bem como pelas microbacias cujos rios principais nascem à retaguarda das praias ou da planície costeira e deságuam no Oceano Atlântico ou no Canal de Santa Cruz. Das bacias hidrográficas mencionadas, apenas a bacia do rio Goiana é translitorânea e tem a maior parte de seu território fora da área objeto deste estudo. As demais (Fig. 8) compõem o Grupo das Pequenas Bacias Litorâneas - GL1⁹¹ (CPRH, 2003).

No município de Abreu e Lima se concentra a bacia dos rios Botafogo⁹²-Arataka⁹³, esta bacia limita-se, ao norte, com a bacia do rio Goiana ao sul, com a do rio Igarassu a

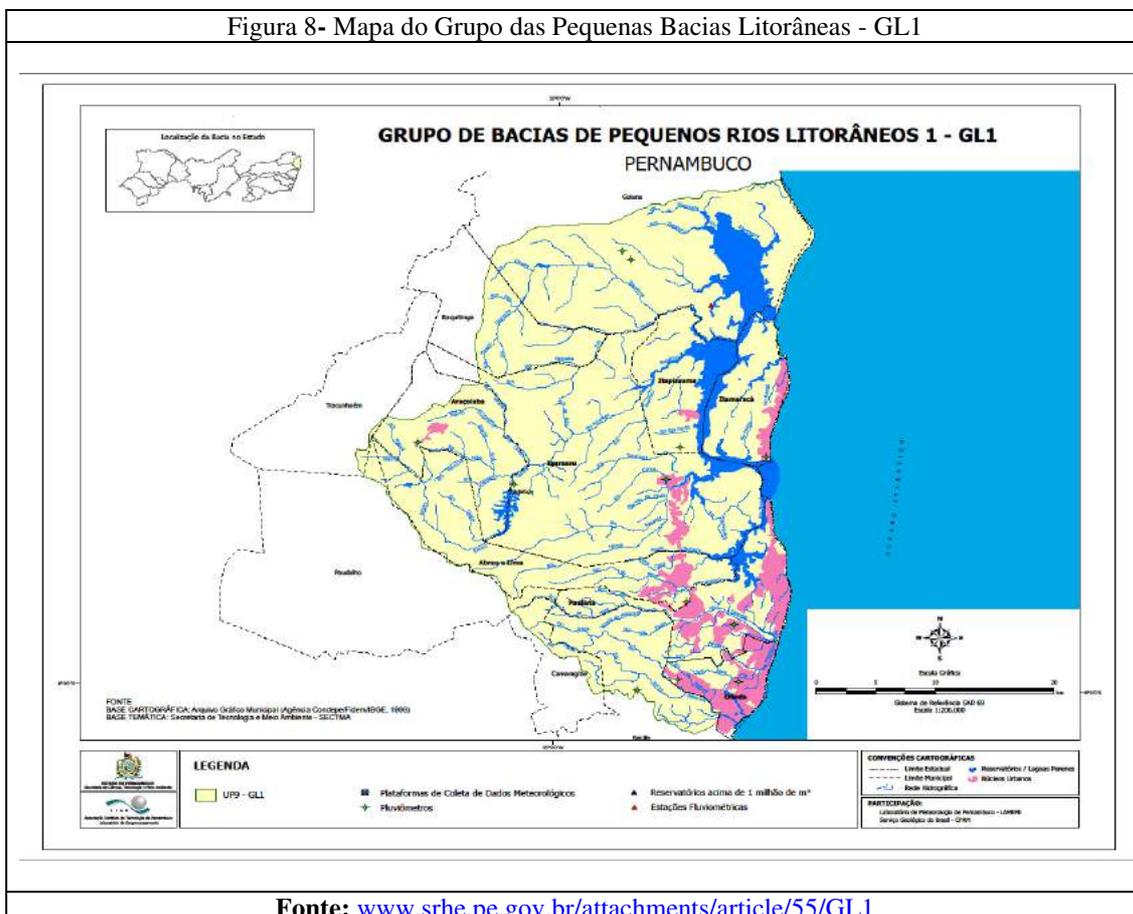
⁹¹ O grupo de bacias GL1 possui uma área de 1.188,11 km² estando totalmente inserida no Estado, cujo percentual da bacia corresponde a 1,21% do total do Estado de Pernambuco. O GL1 abrange 13 municípios, dos quais 3 estão inseridos totalmente (Itamaracá, Itapissuma e Paulista), 4 municípios com sede na GL1 (Abreu e Lima, Araçoiaba, Igarassu e Olinda), e 6 estão parcialmente inseridos (Camaragibe, Goiana, Itaquitanga, Paudalho, Recife e Tracunhaém) (www.apac.pe.gov.br Acessado em 09/09/2017).

⁹² O rio Botafogo nasce no município de Araçoiaba e segue em direção sudeste no trecho entre a nascente e a Barragem do Botafogo, desenvolvendo a maior parte desse percurso, que vai até a desembocadura do Canal de Santa Cruz, em terrenos do Embasamento Cristalino até o Canal de Santa Cruz, esse rio apresenta várzea relativamente larga, ladeada por sedimentos oriundos da Formação Barreiras, até as proximidades do estuário, onde cede lugar ao arenito que aflora da Formação Beberibe (OLIVEIRA, 2007:15).

⁹³ O rio Arataka nasce em Igarassu, com o nome de riacho Jardim, segue para o estuário no Canal de Santa Cruz, perpassando por áreas da Formação Barreiras segue até os arenitos próprios da Formação Beberibe. Possui como principais afluentes o rio Itapirema, rio Palmeira e o riacho Guandu (OLIVEIRA, 2007:15).

oeste, com a sub-bacia do Tracunhaém e a bacia do Capibaribe, e, a leste com a bacia do rio Itapessoca e o Canal de Santa Cruz (CPRH, 2003).

Figura 8- Mapa do Grupo das Pequenas Bacias Litorâneas - GL1



O rio Timbó está localizado⁹⁴ entre os municípios de Abreu e Lima, Paulista e Igarassu, perpassando, também, pelas seguintes áreas de proteção permanente, Mata de Congaçari, Mata de Jaguarana e Mata de São Bento. O rio nasce no Tabuleiro de Araçá (em Abreu e Lima) com o nome de Barro Branco, que se mantém até atingir o estuário em Paulista, quando passa a denominar-se rio Timbó. Da nascente, segue em direção oeste-leste, tomando a direção nordeste até a desembocadura, entre Nova Cruz e a praia de Maria Farinha. Seus principais constituintes são o rio Barro Branco, Arroio Caetés e Arroio Desterro pela margem esquerda e pela margem direita, um pequeno riacho próximo de sua nascente (NASCIMENTO, 2009).

⁹⁴ Limita-se ao norte com a bacia do rio Igarassu e a microbacia do rio Engenho Novo, ao sul com a bacia do rio Paratibe, a oeste com a junção das bacias dos rios Igarassu e Paratibe, e a leste com microbacias que banham a planície costeira (NASCIMENTO, 2009). O rio Timbó é um afluente da margem direita do rio Jaguaribe.

A rede hidrográfica do rio Timbó tem como principal formadora o rio Barro Branco, encaixado em vale profundo e estreito no seu alto curso, onde a partir daí, se desenvolve o Arroio Desterro, formando assim o sistema fluvial do estuário, apresentando aproximadamente 15km de vias navegáveis em preamar, com profundidades mínimas de 2,0 indo até 8,0m, e com uma largura no baixo e médio curso variando de 250 a 300m. Ao penetrar na área estuarina, o rio Timbó divide-se em vários braços, espreado-se entre o terraço marinho a leste e as colinas que circundam a planície costeira ao norte, ao sul e a oeste. Seu estuário medindo, aproximadamente, 1.397 hectares, abriga expressiva vegetação de mangue (NASCIMENTO, 2009).

Como vimos, o rio Timbó perpassa por todo o território da antiga área da Sesmaria Jaguaribe, e sua proximidade com a área dos sítios arqueológicos abordados nesta pesquisa, sugere que este rio poderia ser utilizado tanto para fornecer água e alimentos (seja para os indígenas seja para os colonizadores), quanto para transporte de mercadoria, o rio Timbó está a aproximadamente 1300 metros do sítio Engenho Jaguaribe, a 900 metros do sítio São Bento, bem como dos sítios São Bento II, São Bento III e São Bento IV, a 1800 metros do sítio Tamanduá e a 2600 metros dos sítios Alto dos Macacos.

A literatura histórica e arqueológica é profusa em exemplos sobre a importância da disponibilidade de recursos hídricos para a implantação dos assentamentos indígenas, seja no período anterior ou após a colonização. Rios e lagos, além de fornecerem a água consumida nas aldeias, eram vias privilegiadas de deslocamento, e uma fonte importante de alimentos.

Assim, diversos autores tendem a concordar que um dos elementos recorrentes no “padrão de assentamento” das comunidades indígenas que ocupavam a grande parte da faixa litorânea do Brasil no momento da chegada dos portugueses é a proximidade com os cursos de água. Haveria uma preferência por locais com abundantes recursos hídricos, sendo que a ubiquação das antigas aldeias, majoritariamente, não distaria mais de 300m de grandes rios, lagoas ou do oceano (BROCHADO, 1980:52).

Para Prous (1992:373) as comunidades indígenas que ocupavam a faixa litorânea, tendiam a privilegiar regiões em zonas da mata com cursos d’água navegáveis. Sendo recorrente que as antigas aldeias ocupassem “a parte superior das encostas de morros que dominam um rio principal navegável, geralmente, nas imediações das habitações, passa um córrego ou rio menor que fornece água potável. O rio maior, neste caso, costuma distar centenas de metros até um quilômetro” (PROUS, 1992:376).

De certo modo, o cenário acima descrito aproxima-se do contexto de implantação dos sítios localizados na área da Sesmaria Jaguaribe. Indicando que, possivelmente, a disposição dos recursos hídricos foi algo levado em consideração pelas comunidades indígenas que se apropriaram daquela paisagem. Novamente a disponibilidade de recursos naturais vai ao encontro dos anseios e necessidades dos atores sociais que ao longo dos séculos moldaram a paisagem da área de estudo. Assim, os rios e regatos locais foram um importante recurso, econômico e provavelmente simbólico, tanto para os indígenas quanto para os colonizadores que ali estabeleceram seus engenhos.

Sabemos que, durante o período colonial, um dos elementos essenciais à cadeia produtiva que impulsionava o desenvolvimento econômico das sesmarias instaladas no litoral norte de Pernambuco foram, sem dúvida, os recursos hídricos. Como descrito anteriormente, a grande disponibilidade de rios e canais nesta área, possibilitava a irrigação da lavoura, o escoamento da produção, o transporte de pessoas e mercadorias, e até mesmo a geração de força motriz para a moenda dos engenhos.

Para se obter uma boa plantação e por consequência uma cana de qualidade, a irrigação dos canaviais era e é uma das atividades mais importante no processo de produção, pois para o crescimento da cana é preciso a umidade adequada do solo⁹⁵. Rocha Pita (1730:20), em História da América Portuguesa, destaca como a qualidade do solo e a proximidade dos rios influenciava o cultivo da cana, dizia ele:

[...] porque as canas, que se moem próprias ou obrigadas, e se cultivam em terras de massapé mais legítimo, ou se plantam de novo em outras menos cansadas e mais distantes das praias (causa por que lhes chamam propriedades do mato, por diferença das outras, que se dizem da beira mar) são maiores no cumprimento, grossura, e distancias dos nós, e teem mais succo, que nascem em terrenos de muitos annos cultivados, como são todas as fazendas, que ficam perto dos rios, e pela sua vizinhança [...] (ROCHA PITA, 1730:20).

Gomes (1998), ao descrever os parâmetros para escolha, durante o período colonial, dos locais onde seriam construídos os engenhos ressalta que, para implantação das fábricas de açúcar três fatores eram essenciais. A proximidade com as plantações de cana, que garantiam a oferta de matéria prima, a disponibilidade de florestas para extração de

⁹⁵ As necessidades hídricas da cana-de-açúcar vão de 1.500 a 2.500 milímetros, que devem ser distribuídos de maneira uniforme durante o período de desenvolvimento vegetativo, conforme dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Entretanto, estudos recentes têm mostrado que a quantidade de água necessária para a cultura atingir seu máximo potencial é em torno de 1.200 a 1.300 milímetros (EMBRAPA,1999).

madeira, combustível para as fornalhas, e estar perto de um curso de água navegável, que facilita o transporte e pode ser usado como fonte de energia.

Neste mister, Gabriel Soares de Souza (1938:33) informa que entre as quatro léguas que vão do “rio de Igaruçu ao porto da villa de Olinda”, e que englobam nossa área de pesquisa, navegavam diversos “caravellões e barcos”, e “naos da ribeira que vem do engenho de Jeronymo de Albuquerque: tambem se mettem n'este rio outras ribeiras por onde vão os barcos dos navios a buscar os assucares”. Assim, as vias fluviais possibilitavam o emprego de “caravelões e barcas para serviço dos engenhos” (SOARES DE SOUZA, 1938:56); sendo as “barcas dos engenhos” tão relevantes para a economia açucareira que, ao se referir aos engenhos da Bahia, Gabriel Soares Souza (1938:156) é categórico em afirmar que “não ha engenho que não tenha de quatro embarcações para cima; e ainda com ellas não são bem servidos”.

Além de proporcionarem rotas eficazes para o abastecimento e escoamento da produção dos engenhos, os cursos d'água também forneciam a energia necessária para o funcionamento das moendas. Desde 1452 a força hidráulica já era utilizada para mover a engrenagens dos engenhos (YOSHINAGA, 2006). O engenho movido à água, chamado de engenho real, impunha maior velocidade e regularidade à moagem, aumentando a escala de produção. Como nos esclarece Antonil (1955):

Dos engenhos uns se chamam reais, outros inferiores vulgarmente engenhocas. Os reais ganharam êste apelido, por terem tôdas as partes, de que se compõem, e tôdas as oficinas perfeitas, cheias de grande número de escravos, com muitos canaviais próprios, e outros obrigados à moenda: e principalmente por terem a realeza de moerem com água, à diferença de outros, que moem com cavalos, e bois, e são menos providos, e aparelhados: ou pelo menos com menor perfeição e largueza, das oficinas necessárias, e com pouco número de escravos, para fazerem, como dizem, o engenho moente e corrente (ANTONIL, 1955:01).

Se por um lado a instalação dos engenhos d'água estava pautada na disponibilidade dos recursos hídricos e na ampliação da capacidade produtiva; também é preciso reconhecer que esta escolha também era influenciada por questões políticas, atinentes às tentativas da Coroa Portuguesa em garantir seu domínio sobre o território da colônia. Assim, como os rios de maior volume eram propriedades Del' rei, os engenhos reais que aproveitavam suas águas dependiam de concessão régia para funcionarem. Fomentando a manutenção das redes de vassalagens, pautadas na doação/recebimento de privilégios, que garantiam o controle tanto das terras quanto dos rios (PEREIRA, 2009:33).

A concessão de uso das águas outorgada aos engenhos reais era uma iniciativa excludente. Na prática, inviabilizava outras atividades econômicas nas margens dos rios, que eram tomadas pelos canaviais. No entanto, como se observa em documentos régios do século XVI, essa prerrogativa era parte dos objetivos da Coroa. Nas instruções de Dom João III a Tomé de Souza no Regimento de 17 de dezembro de 1548, que Calmon (1943), no título de sua obra, chama de “Primeira Constituição do Brasil”, o rei ordena que, nas doações de sesmarias próximas às margens dos rios, fosse concedida prioridade àqueles que tivessem condições de construir engenhos de açúcar (PEREIRA, 2009:34).

Como mencionado anteriormente, as fontes indicam que em 1609 o Engenho Jaguaribe era movido a água (CABRAL DE MELLO, 2012:76), e as plantações de cana ocupavam a maior parte das várzeas da região; estando, portanto, em consonância com o modelo produtivo almejado pela Coroa. Assim, apenas nos morros do São Bento, mais distantes das margens do rio Timbó, o cultivo de tubérculos, legumes e cereais era levado a cabo de forma mais constante. Este cenário fomenta alguns questionamentos: Será que, durante o período colonial, a predileção da lavoura canavieira pelas várzeas fluviais teria levado as comunidades que utilizavam e/ou produziam cerâmica com a tecnologia indígena que viviam na Sesmaria Jaguaribe a ocuparem os “topos dos morros”, e, deste modo, se aproximarem das áreas controladas pelos beneditinos? Ou a ocupação dos “topos dos morros” já seria costume dos grupos indígenas, como ocorreu no litoral sul pernambucano.

Mesmo que a resposta para estes questionamentos não possa ser alcançada de forma definitiva ao longo desta pesquisa; é importante reconhecer que o panorama desvelado sugere que diferentes fatores podem ter promovido múltiplas transformações no cotidiano, na espacialidade, na cultura material das pessoas que viveram na área da Sesmaria Jaguaribe. Assim, acreditamos que a contextualização histórica e as informações sobre o uso dos recursos naturais apresentados até o momento, são subsídios relevantes em nossa tentativa de identificar e entender essas transformações.

4 APORTES TEÓRICOS SOBRE A CERÂMICA ARQUEOLÓGICA: DAS CATEGORIZAÇÕES ÀS POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS

As teorias têm pouco valor até serem aplicadas a situações do mundo real. O processo de aplicação inevitavelmente leva a modificações na formulação original, já que conceitos e suposições que pareciam ótimos na teoria deixam de explicar adequadamente o que é encontrado na prática. As teorias devem então ser reformuladas para melhor explicar essas anomalias (SCHORTMAN & URBAN, 2015:107).

Este capítulo é dedicado a discussão dos conceitos e aportes teóricos que norteiam a presente pesquisa, formando assim o referencial teórico que fornecem os parâmetros basilares para a tese. Versando sobre temas como cultura, contato cultural, interação social, cultura material, transmissão cultural, que subsidiam nossas reflexões sobre as mudanças e continuidades no modo de produção do material cerâmico localizado na área pesquisada; bem como, nos leva a refletir sobre outros conceitos, termos e temas que envolvem, embasam e se correlacionam com a temática do contato cultural e resistência como veremos a seguir.

4.1 TRANSMISSÃO CULTURAL E CONTATO

A transmissão cultural, ou simplesmente a transmissão, é a passagem de informações de um indivíduo para outro [...] A transmissão implica o contato entre indivíduos e pode ser de natureza direta, como uma mãe que ensina sua filha a fazer cerâmica, ou indireta, por um indivíduo criando uma embarcação esvaziada após observar uma em um mercado (COCHRANE, 2004:93).

É notório que, de todos os termos e conceitos que embasam a pesquisa arqueológica, certamente, o conceito de contato é, um dos mais recorrentes e polissêmicos. Entre tantas definições pensadas, formuladas e repensadas no decorrer dos séculos, este conceito vem, dentro da arqueologia, sendo discutido em um eterno diálogo interdisciplinar, sobretudo com as ciências sociais, especialmente com a antropologia.

O contato entre distintos grupos humanos envolvem questões como cultura, interação social, continuidade, mudança e variabilidade⁹⁶, podendo promover alterações

⁹⁶ Schiffer e Skibo (1997) relatam que a variabilidade é definida tanto pelo conhecimento do artesão, que é vinculado a individualismo, aprendizagem, agência, transmissão cultural e tradição tecnológica, bem como, por aspectos contingenciais, atrelados à procura de matéria prima, manufatura, uso, entre outros. Em seus estudos Silva (2009:33) pondera que a variabilidade pode ser relacionada a aspectos como socialização, organização da produção, utilização e distribuição dos bens materiais, ressaltando ainda que as análises arqueológicas devem observar a dialética entre continuidade e mudança, que acontece dentro de um

nos sistemas socioculturais (BINFORD, 1965; JONES, 1997). E tais conceitos trazem uma complexidade ainda maior para as discussões sobre o contato na arqueologia.

Sobre a interação social é importante frisar que foi a partir da arqueologia processual, e seu enfoque sistêmico, que ocorreram as maiores divergências referentes aos fatores regentes da mudança sociocultural. Neste cenário houve também um grande interesse pela compreensão da diversidade cultural e, deste modo, as discussões ficaram cada vez mais complexas⁹⁷, com a defesa do princípio de que os sistemas socioculturais não são fechados, fazendo parte, em graus variados, de sistemas de interação social (GUIMARÃES, 2007:82/83). Neste mister, Trigger (2004:323) conclui que as sociedades não são sistemas fechados e isto possibilita o estudo das influências da rede social da qual estas sociedades fazem parte.

Coadunando com essas premissas, Cochrane (2004:93) define transmissão cultural⁹⁸ como sendo a passagem de informações de um indivíduo para outro, sendo que cada passagem de informação constitui uma única geração de transmissão. Assim, a transmissão implica o contato entre indivíduos, e pode ser de natureza direta, quando um indivíduo ensina o outro é transmissão cultural, pois ocorre transferência de informações entre indivíduos (categoria ideacional). Ou a transmissão cultural pode ser de natureza indireta, quando um indivíduo observa o outro a produzir algo, ou observa o objeto e tenta reproduzi-lo (categoria empírica) (LYMAN & O'BRIEN, 2003).

Portanto, se o processo de transmissão cultural está diretamente vinculado a uma forma de interação social⁹⁹, por sua vez, a interação social contém em si, a ideia central de indivíduos agindo uns sobre os outros, seja através de comunicação de ideias, movimento de pessoas e materiais, troca de artefatos e companheiros, guerra, relações de

processo histórico de longa duração. Mageste (2017:89) em seu doutoramento discute como nos últimos anos, os arqueólogos buscaram entender variabilidade por meio do conceito de estilo tecnológico.

⁹⁷ Robrahn-González (1998), por exemplo, ao estudar o conceito de interação social, percebe que Caldwell (1964) desenvolve o conceito de esferas de interação, no qual a importância reside na inserção da interação social em um contexto inter-regional do desenvolvimento de sociedades locais, enquanto Lamberg-Karlovsky (1985), introduz na discussão sobre interação social, o conceito de longa duração, com o objetivo de realizar uma distinção entre processos gradualmente cumulativos e período de alternância de forças centrípetas e centrífugas.

⁹⁸ “Cultural transmission, or simply transmission, is the passage of information from one individual to another. Each passage of information constitutes a single transmission generation. Transmission implies contact between individuals and could be of a direct nature, such as a mother teaching her daughter to make pottery, or indirect, by an individual creating a spouted vessel after observing one at a market. As transmission implies contact, many archaeologists would likely place transmission as related to, but more exclusive than, the concept interaction” (COCHRANE, 2004:93).

⁹⁹ “The concept interaction has been employed in many ways by archaeologists (e.g., Caldwell 1964; see Hegmon [1992] and Plog [1983]), but all uses of the concept contain the central idea of individuals acting upon each other, whether this is through communication of ideas, movement of materials, exchange of mates, warfare, power relationships, or some other action” (COCHRANE, 2004:93).

poder, etc. Assim a interação social está intimamente vinculada a transmissão cultural (COCHRANE, 2004:93). Para este autor “o processo de transmissão é uma forma de interação, de transferência de informações entre indivíduos” (COCHRANE, 2004:94). Deste modo, Silva (2009) em suas análises sobre transmissão cultural defende que o conhecimento tecnológico é passado de geração para geração no interior de um grupo, ao mesmo tempo em que se encontra sujeita a pressões externas.

Vale por fim expor, mesmo que resumidamente, a importância da transmissão cultural, nas palavras de Eerkens e Lipo, (2007:01):

A transmissão cultural está implícita em muitas explicações sobre a mudança de cultura. Os modelos formais de transmissão cultural foram definidos por antropólogos há 30 anos e tem sido objeto de pesquisa ativa nas ciências sociais nos anos seguintes [...] a pesquisa arqueológica fornece uma excelente fonte de dados para explorar processos de transmissão cultural. Revisamos a pesquisa de transmissão cultural nas ciências antropológicas e descrevemos os benefícios e desvantagens deste quadro teórico para o estudo da cultura material. Nós argumentamos que a transmissão cultural pode lançar muita luz sobre a nossa compreensão de por que a tecnologia material muda ao longo do tempo, incluindo explicações de taxas diferenciais de mudança entre as diferentes tecnologias. Além disso, argumentamos que os processos de transmissão são muito afetados pelo conteúdo, contexto e modo de transmissão e estrutura fundamentalmente a variação na cultura material. A inclusão de ideias da transmissão cultural pode proporcionar um maior contexto para explicar e entender mudanças na variação de artefatos ao longo do tempo (EERKENS & LIPO, 2007:01).

4.2 CONTATO CULTURAL: DA ANTROPOLOGIA À ARQUEOLOGIA

O estudo atento do encontro das culturas revela que este encontro se realiza segundo modalidades muito variadas e leva a resultados extremamente contrastados, segundo as situações de contato (CUCHE, 1999:13).

Ao refletir sobre contato, e por consequência sobre transmissão cultural, é preciso analisar as relações estabelecidas entre arqueologia e antropologia, principalmente no tocante aos seus aspectos teóricos. Conforme nos informa Renfrew e Bahn (2005) a antropologia, em sua definição mais geral, pode ser considerada o estudo do homem, levando em consideração suas características físicas como animais e os traços únicos, ou seja, os traços culturais.

Por este motivo, foi e é na teoria antropológica que alguns arqueólogos buscam fundamentos para suas pesquisas sobre o contato. Entretanto, antes de adentrarmos nas discussões arqueológicas, teceremos algumas laudas sobre o conceito de contato e outros conceitos que empregaremos de forma correlata a partir da perspectiva antropológica.

A arqueologia, quando se desvincula dos antiquários e dos estudos amadores para ser “desenvolvida de forma científica”, aproxima-se dos estudos antropológicos. Um dos primeiros movimentos nesse sentido foi a adoção do incipiente conceito de cultura, ainda no século XIX, sob o viés da cultura material.

A primeira definição de cultura foi estabelecida por Edward Tylor (1876/78), na metade do século XIX. Pelo termo inglês “culture”, Tylor compreendia todo um complexo que incluía conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e outras capacidades adquiridas pelo homem enquanto membro de uma sociedade (LARAIA, 1986:25). No mesmo período, foi também apresentada à primeira noção para expressão cultura material (BUCCAILLE & PESEZ, 1989).

As pesquisas de Gustaf Kossinna realizadas no final do século XIX, no cenário europeu, talvez tenham sido uma das primeiras a incorporar o conceito de cultura material na arqueologia¹⁰⁰. Em seu trabalho, observa-se a preocupação em associar vestígios arqueológicos, agrupados sob o conceito de cultura arqueológica e grupos étnicos¹⁰¹ (SCHIAVETTO, 2003:32).

No decorrer dos anos e no avançar das pesquisas, a cultura material foi adquirindo vários significados. Para alcançar o objetivo desta tese adotamos a definição de Hodder (1986), onde a cultura material é considerada não como um reflexo passivo de estruturas sociais e econômicas, mas como um elemento ativo, utilizado para produzir e reproduzir

¹⁰⁰ Mais tarde, Gordon Childe redimensionou tal conceito, compreendendo a cultura arqueológica como o conjunto de artefatos armas, ornamentos, casas, objetos funerários e rituais, que reincidem repetidamente, sendo a expressão concreta de tradição social comum, que liga as pessoas em conjunto (SCHIAVETTO, 2003:32).

¹⁰¹ Segundo Trigger (2004:159): “O alemão Gustaf Kossinna (1858-1931), imbuído de um fanatismo patriótico e nacionalista, interessando-se pela origem dos povos que falavam indoeuropeu e, por extensão, dos próprios alemães, utilizou sistematicamente do conceito de cultura nos seus estudos. As culturas eram entendidas como “um reflexo inevitável da etnicidade, argumentando que as semelhanças e as diferenças na cultura material podiam correlacionar-se com as semelhanças e as diferenças na etnicidade”. Como resumido por Amaral (2015:77/78), Kossinna “foi um dos primeiros arqueólogos a defender que, mapeando as distribuições de tipos de artefatos característicos de determinados grupos étnicos, seria possível determinar onde eles tinham vivido em diferentes períodos da pré-história. Em sua ‘arqueologia dos assentamentos’ Kossinna buscava associar grupos tribais conhecidos com culturas arqueológicas particulares em um período histórico arcaico, argumentando que este procedimento possibilitaria aos arqueólogos rastrear os deslocamentos realizados por determinados grupos étnicos ao longo dos séculos (TRIGGER, 2004:160). Os ideais etnocêntricos e racistas de Kossinna levaram-no a acreditar que as ‘culturas mais avançadas’ eram uma expressão de superioridade biológica de certos grupos étnicos (em especial dos alemães). Deste modo, a propagação destes avanços de uma região para outra só poderia ocorrer através de migrações dos grupos ‘superiores’, que gradativamente iam suplantando os grupos ‘inferiores’; havendo, porém, alguns casos de regressão quando os grupos inferiores conseguiram se impor belicamente (DI BACO, 2009:210). Portanto, para Kossinna a propagação de certos avanços tecnológicos e traços culturais, que poderiam ser identificados a partir do registro arqueológico, não teria se dado apenas através da mera difusão de ideias e técnicas. Em sua visão, este cenário requeria a movimentação física de grupos de pessoas, que ao migrarem levavam para novos lugares uma ‘cultura mais avançada’.”

relações sociais. E, seus significados são culturalmente específicos, podendo os mesmos artefatos ter diferentes significados em diferentes contextos.

Iniciamos nossas reflexões sobre o contato, a partir da definição que adotaremos de cultura e cultura material, pois entendemos que os mesmos estão diretamente vinculados às discussões sobre o contato na arqueologia. Agora, nos dedicaremos à discussão sobre contato, tanto na antropologia quanto na arqueologia, iniciando pelo debate antropológico.

Lesser (1985), afirma que nenhuma sociedade, em nenhum lugar e/ou tempo, ficou totalmente em situação de isolamento¹⁰², e o que caracteriza uma sociedade é a interação entre indivíduos e grupos. Embasado nas críticas de Lesser sobre o isolamento cultural, Cusick (2015:03) destaca que o contato entre grupos culturalmente distintos pode contribuir para a criação e/ou desenvolvimento de identidades sociais.

Toda a pesquisa neste volume (referindo ao livro: *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change and Archaeology*) é construída com base na premissa de que nenhuma sociedade humana já existiu, por qualquer período significativo de tempo, isoladamente das outras. Por esta razão, o passado e o presente sempre foram produtos parciais da comunicação, interação e conflito interculturais. O significado do contato com a cultura pode ser visto como duplo. Por um lado, os contatos entre grupos culturalmente distintos são fenômenos de grande profundidade temporal na história humana e têm contribuído para a disseminação da informação e a criação ou desenvolvimento de identidades sociais. A este respeito, é difícil compreender a história humana sem reconhecer o papel do contato cultural (CUSICK, 2015:03).

Schortman (1989:102) ressalta que o contato cultural se refere a qualquer caso de intercâmbios diretos e prolongados entre membros de unidades sociais que não compartilham a mesma identidade¹⁰³. Neste sentido, Linton (1940) e Spicer (1961), diferenciam dois tipos de contato, a saber: **Contato direto**, com interações entre membros de duas sociedades diferentes com o controle de um grupo sobre o outro, originado pela

¹⁰²Lesser (1961) critica o "isolamento cultural", afirmando que tal noção de "isolamento" fez com que, durante muito tempo, e em certa medida, ainda em estudos arqueológicos atuais, as culturas fossem vistas principalmente em suas particularidades, em sua "pureza" original cristalizada em uma determinada forma, em um determinado tempo e espaço. Uma noção que é ilusória e limitada, visto que ignora, ou menospreza, a dinâmica sociocultural.

¹⁰³Wallerstein (1974) defende uma visão interligada e transregional da interação humana que abrange um espaço geográfico substancial, onde o mundo moderno consiste em um sistema econômico interconectado e interdependente no qual unidades culturais específicas são ou produzidas pelo sistema ou totalmente transformadas por sua incorporação ao sistema. Assim, o conceito tradicional de contato com a cultura só pareceria ter significado, se for o caso, durante a formação e disseminação inicial de um Sistema mundial, da expansão do sistema capitalista colonial europeu. Mudanças culturais e ajustes dentro do sistema não poderiam ser definidos como contato cultural. Em vez disso, a interação dentro da sociedade mundial seria semelhante à competição entre classes sociais dentro de uma sociedade e não seria interação entre diferentes unidades culturais independentes e delimitadas (SCHUYLER, 2015:67/68).

resistência à mudança por uma das partes; e o **Contato indireto**, com interações entre diferentes sociedades, sem o controle efetivo por parte de uma delas, estando relacionado a processos de difusão de inovações, incorporação e sincretismo.

De fato, o contato sempre ocorreu, seja por meio da interação social pacífica ou por imposição, gerada por diversos motivos. Mas como defende Cuche (1999) um grupo pode ser dominado socialmente por outro grupo mais forte, porém, o grupo dominado socialmente é provido de cultura própria, e tem a capacidade de reinterpretar a cultura forasteira, pois, sofrer uma dominação (contato direto) não significa necessariamente aceitá-la, é neste sentido que Karl Marx (1965) e Weber (1965) ressaltam que nem sempre a cultura da classe dominante é a cultura dominante. Porém de uma forma ou de outra, em maior ou menor escala, provavelmente, o contato, forja algum tipo de mudança na cultura material e no universo simbólico dos grupos envolvidos.

Neste sentido, Rogge (2004) considera o contato como um dos fatores responsáveis pela formação e desenvolvimento das culturas, sendo que os reflexos do contato podem ser perceptíveis na cultura material, a partir da análise e interpretação arqueológica.

Todavia, as pesquisas iniciais sobre o contato foram desenvolvidas sob a égide das discussões internacionais sobre a aculturação. O que levou ao crescimento gradual do interesse antropológico em analisar e compreender os processos desencadeados em decorrência dos contatos inter-culturais, especificamente na integração de grupos indígenas nativos e populações imigrantes no recém-formado estado nacional norte-americano, a partir da segunda metade do século XIX. Neste contexto os pesquisadores buscavam analisar o resultado deste contato (CUSICK, 1998), através do prisma da aculturação.

O termo aculturação, criado em 1880 por J. W. Powell para designar aproximação de culturas, foi gradativamente adquirindo um sentido negativo associado com a perda irreparável da cultura¹⁰⁴. Somente a partir do final da década de 20 do século XX, os antropólogos definiram um conceito mais rigoroso de aculturação.

Posteriormente, Herskovits¹⁰⁵ desenvolveu uma perspectiva antropológica que privilegiasse os processos de contato cultural, e não só os resultados, o que denominou como “teoria da aculturação”. Em 1936, este pesquisador, conjuntamente com Robert

¹⁰⁴ Estes estudos possibilitaram uma renovação do conceito de cultura, mas também foram responsáveis pelo anúncio da "morte da cultura" e pelo surgimento de um "pessimismo sentimental" (SAHLINS, 1997).

¹⁰⁵ O americano Melville J. Herskovits, que iniciou seus estudos sobre a “aculturação” dos afrodescendentes dos EUA em 1928, foi o primeiro a reconhecer a validade científica dos fatos da aculturação e a preocupar-se com os fenômenos de “sincretismo cultural” (HERSKOVITS, 1938).

Redfield e Ralph Linton, lança o “Memorandum for the Study of Acculturation”, onde propõe que a aculturação seja definida como:

O conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos (patterns) culturais de um ou de ambos os grupos (HERSKOVITS, REDFIELD, LINTON, 1936 apud CUCHE, 1999:115).

Segundo esses autores, a aculturação não deve ser entendida apenas como mudança cultural, que também pode ser promovida por motivos internos, este é apenas um aspecto da aculturação¹⁰⁶. Já a assimilação, que pressupõe o desaparecimento de uma das culturas em consequência do contato, seria a fase final do processo de aculturação.

De certo modo, os esforços de teorização da antropologia americana permitiram determinar que as mudanças culturais ligadas a aculturação não se fazem ao acaso. Segundo os estudiosos do processo da aculturação, os elementos não simbólicos de uma cultura (técnicos e materiais) são mais facilmente transferíveis do que os elementos simbólicos (religiosos, ideológicos, etc.).

Segundo Schuyler (2015:67/68) a antropologia analisava o contato cultural a partir de níveis de complexidade das culturas envolvidas, assim poderia haver ou equidade ou desigualdade no nível de complexidade. Mas, a influência era geralmente vista como unidirecional, do mais para o menos complexo; porém, se houvesse igualdade no nível de complexidade, então a interação era bilateral, ou seja, transculturação, com gradações ao longo da escala de complexidade. Unidades mais complexas foram vistas como transformando, perturbando, encapsulando ou destruindo unidades menos complexas¹⁰⁷. Deste modo, o contato cultural levaria a extinção da cultura denominada “menos complexa” ou “menos evoluída”. Cusick afirma que alguns modelos de aculturação,

[...] tendem a ver as situações de contato como uma mudança de canalização de sociedades complexas para sociedades simples. A mudança era vista como

¹⁰⁶ Entre várias abordagens ou modelos aplicados a análise da mudança cultural, Cusick (2015) observa que os modelos aculturativos de mudança tenderam a definir a mudança cultural em termos da transferência de “traços de cultura” entre as sociedades, procurando explicar como e por que novos traços apareceram durante o contato com a cultura. Os primeiros estudos voltados para a mudança cultural visavam discutir difusão e migração. Com o passar dos anos, segundo Schortman (2015) os arqueólogos começaram a integrar processos de contato intersociais em modelos de mudança cultural, eles inicialmente se apropriaram de estruturas estabelecidas que enfatizavam as desigualdades de poder, os aspectos econômicos e o prestígio cultural entre os parceiros de interação, estes modelos são adequados para a compreensão de uma gama relativamente estreita de situações de contato.

¹⁰⁷ Dentro dos preceitos da aculturação, as pesquisas focaram mais na divisão dos grupos em: os grupos receptores da nova cultura e os grupos doadores, o contato não era analisado a partir de um processo mútuo, ou seja, somente uma das possíveis consequências da aculturação era considerada.

algo que não podia ser frustrado, mas apenas exibido ou canalizado. Assim, numa avaliação precoce do campo, Lindgren (1938:606) caracterizou os estudos de contato com a cultura, por um lado, com os povos não-europeus, não-cristãos, economicamente simples e pré-letrados, que eram não-brancos e politicamente subordinados e, por outro lado, europeus, cristãos, economicamente avançados, alfabetizados, brancos e politicamente dominantes. Ou, como observou mais simplesmente Malinowski (1945:15), o contato cultural envolvia "o impacto de uma cultura mais elevada e ativa sobre uma mais simples e mais passiva" (CUSICK, 2015:132).

Por sua vez, Foster (1960) afirma que os grupos receptores não eram necessariamente passivos, visto que aceitavam ou não a nova cultura segundo seus próprios critérios. Assim, o grupo receptor estruturava para si, uma nova ordem cultural na forma de uma cultura sincrética, fruto de um processo de transculturação (ROGGE, 2004:27). Já Spicer (1971), defende que os aspectos culturais principais que identificam o grupo resistem à mudança (voluntária ou imposta), ou seja, o grupo receptor da nova cultura mantinha alguns pilares centrais de sua etnicidade; o que obrigaria os pesquisadores a voltar a refletir sobre caráter mútuo das relações estabelecidas no contato (ROGGE, 2004:26).

Nos primórdios da pesquisa sobre o contato, no Brasil, os antropólogos e arqueólogos também estavam embebecidos por todas estas discussões, e de modo geral, o conceito de aculturação também foi utilizado a partir de duas significações diferentes: mudança cultural parcial ou perda total de cultura. Sendo esta última perspectiva predominante nos estudos da década de 1960 voltados para análise da situação indígena no Brasil (SCHADEN, 1969).

Um dos primeiros trabalhos, no âmbito da antropologia, sobre a aculturação indígena no Brasil foi apresentado por Galvão na primeira reunião Brasileira de Antropologia. Galvão aponta as mudanças ocorridas com a introdução de elementos europeus (TRAJANO & RIBEIRO, 2004). Posteriormente, Schaden (1969) realiza um estudo da "mudança" na sociedade e cultura indígena provocada em decorrência do contato com o "mundo branco"¹⁰⁸. Seu intuito era analisar a dinâmica cultural com vistas a entender os processos de mudança em curso no cenário histórico cultural brasileiro¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Essas análises permeiam-se por uma perspectiva sociológica buscando captar o social e as mudanças em curso a partir das minorias, terminando por enfatizar a política populacional das sociedades em contato, e o efeito que esse contato implicava (NOVAES, 1993).

¹⁰⁹ De forma geral, ao escrever sobre a aculturação, os etnógrafos e antropólogos que abordaram o cenário brasileiro viam a sociedade como partes interdependentes de um todo com diferentes graus de importância, assumindo o papel preponderante a resistência religiosa, que permanece por mais tempo imune as transformações. Sendo que a mudança não se dá numa forma simples de substituição de elementos, mas sim através de recriações sincréticas (NOVAES, 1993).

Esses autores, ao enfatizarem a "descaracterização cultural" propagavam uma "visão catastrófica" das sociedades indígenas no Brasil, irremediavelmente destinadas à decadência e desintegração cultural. Apropriando-nos das palavras de Marshall Sahlins (1997) podemos dizer que vigorava neste período um "pessimismo sentimental" que apontava um destino dramático para várias sociedades indígenas¹¹⁰. Nestas análises a cultura aparece enquanto um produto acabado assim como o biológico, mas sem as garantias do mesmo. O contato provocaria a substituição das culturas indígenas pelos costumes da sociedade dominante, ou fomentaria o aparecimento de uma combinação sincrética que levaria a decadência indígena (NOVAES, 1993).

No Brasil, os estudos sobre a aculturação, levaram pesquisadores de diversas áreas das ciências sociais a tentarem definir e/ou delimitar os grupos étnicos que surgiram com a colonização. E é no bojo destas discussões que o controverso termo "neo-brasileiro" ganha visibilidade.

O termo neo-brasileiro foi descrito pelo etnólogo Curt Nimuendajú (1883/1945), visando marcar a posição intrusiva dos habitantes de origem europeia diante dos indígenas do país (VIVEIROS DE CASTRO, 1987). A pessoa neo-brasileira, segundo Nimuendajú (1936) seria qualquer pessoa nascida no país que não era indígena, pois para o pesquisador somente os índios eram os verdadeiros brasileiros. Em especial o termo se prestava a designar grupos gerados pela miscigenação promovida pela empresa colonizadora; englobando num espectro generalizador os diferentes grupos étnicos envolvidos nesse processo, como aludido por Darcy Ribeiro¹¹¹ (1995).

Ainda discutindo sobre a formulação do termo neo-brasileiro Darcy Ribeiro (1995:127) ressalta que

[...] o gentílico se implanta quando se torna necessário denominar diferencialmente os primeiros núcleos neo-brasileiros, formados, sobretudo, de brasilíndios e afro-brasileiros, quando começou a plasmarse a configuração histórico-cultural nova, que envolveu seus componentes em um mundo não apenas diferente, mas oposto ao do índio, ao do português e ao do negro (RIBEIRO, 1995:127).

¹¹⁰ Esta perspectiva fica evidente nas palavras de Darcy Ribeiro (1995:49) é notório esta concepção: "Frente à invasão europeia, os índios defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver. Sobretudo depois de perderem as ilusões dos primeiros contatos pacíficos, quando perceberam que a submissão ao invasor representava sua desumanização como bestas de carga".

¹¹¹ "[...] o surgimento de uma etnia brasileira, inclusiva, que possa envolver e acolher a gente variada que aqui se juntou, passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus, como pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem, como os mulatos (negros com brancos), caboclos (brancos com índios), ou curibocas (negros com índios)" (RIBEIRO, 1995:133).

Portanto, na literatura o termo neo-brasileiro passa a designar a população miscigenada que se forma no Brasil em decorrência dos contatos inter-étnicos promovidos com formação dos primeiros núcleos coloniais¹¹². De modo geral, como sera discutido no próximo tópico, este também é o sentido que o termo assume nas publicações arqueológicas que visam analisar e descrever as características técnicas e morfológicas dos artefatos produzidos a partir da influência de diferentes sistemas tecno-culturais.

4.3 O CONTATO CULTURAL E AS CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS NAS PESQUISAS BRASILEIRAS

Todas as mudanças ocorrem segundo a lei do enlace da causa e do efeito
(KANT, 2003).

Após analisarmos, brevemente, os conceitos de transmissão cultural e contato intercultural fica ainda mais evidente que a arqueologia tem como objeto principal de estudo a própria “cultura”, ou, de acordo com Boas e seus discípulos as “culturas”. Assim, ao delimitar os aportes teóricos que subsidiarão uma determinada pesquisa arqueológica, o conceito de cultura já está imbuído seja de forma implícita ou explícita.

Neste contexto, um tema de extrema importância para o desenvolvimento da nossa pesquisa é a discussão sobre a mudança cultural, mais especificamente aquelas gestadas no cenário do contato intercultural. Como veremos a seguir, diversos arqueólogos investigaram, em âmbito nacional, as relações estabelecidas entre os grupos autóctones, os colonizadores europeus, os africanos escravizados e seus descendentes. Destacando como este contato cultural ocorreu tanto por interação social “pacífica¹¹³” (grupos indígenas aliados) quanto por imposição (grupos indígenas e africanos submetidos).

¹¹² Sobre os primeiros núcleos neo-brasileiros Darcy Ribeiro (1995:127) afirma, “Por longo tempo, contudo, a população básica desses núcleos coloniais neo-brasileiros exibiria uma aparência muito mais indígena que negra e europeia, pelo modo como moravam, pelo que comiam, por sua visão do mundo e pelo idioma que falavam. Tal indianidade era, sem dúvida, mais aparente que real, porque o apelo às formas indígenas de adaptação à natureza, a sobrevivência das antigas tradições, o próprio uso da língua indígena, estavam postos, agora, a serviço de uma entidade nova, muito mais capaz de crescer e expandir-se”.

¹¹³ Com o uso deste termo não estamos negando ou menosprezando a violência à qual todas as nações indígenas foram expostas durante o processo de colonização do Novo Mundo, algo que já foi amplamente discutido pela bibliografia especializada (GAMBINI, 2000; ALMEIDA, 2000; CARNEIRO DA CUNHA, 1992; MONTEIRO, 1994, 2001; PUNTONI, 2002), apenas estamos reafirmando, como também é analisado pela bibliografia supracitada, que as relações entre indígenas e colonizadores não estiveram pautadas exclusivamente na lógica da violência e da dominação; alianças, negociações, assim como atos de

Tendo em vista a interação social, seja pacífica ou imposta, veremos que, de certo modo, para além do seio da antropologia, os conceitos de aculturação, crioulização e transculturação também foram problematizados por diversos arqueólogos que investigaram, as relações estabelecidas entre os grupos indígenas e a sociedade envolvente (seja ela de origem europeia e/ou africana).

Como discutido por Symanski (2009), no cenário nacional, as pesquisas arqueológicas sobre contato cultural priorizaram, especialmente, dois eixos temáticos. As análises sobre contextos da escravidão negra, inicialmente gestadas no âmbito da aculturação e atualmente vinculadas a modelos alternativos, pautados nas noções complementares de crioulização¹¹⁴, e os estudos sobre o processo de trocas culturais ocorridos entre os indígenas e europeus, bem como a caracterização da “tradição arqueológica” advinda deste processo.

Sob o prisma da aculturação, os estudos iniciais voltados para a experiência dos africanos no Novo Mundo buscaram estabelecer correlações diretas entre práticas culturais e cultura material entre as populações afrodescendentes das Américas e as populações africanas, cunhando o termo “africanismo” para referir-se à manutenção de tais costumes e práticas (SINGLETON, 1998:174). Devido à insatisfação dos arqueólogos norte-americanos com os estudos de aculturação, que focalizavam somente o processo gradual de substituição dos traços culturais africanos por aqueles europeus, este modelo começou a ser substituído, nos anos 90 do século XX, pela perspectiva da crioulização, que é baseada em uma análise mais fluída (SYMANSKI, 2009).

Atinentes a essa nova postura, no cenário nacional, podemos citar as pesquisas realizadas no Quilombo dos Palmares por Allen (1998, 2000) e Funari (1999). Allen (2000) inicia sua análise criticando o modelo de mosaico cultural, que tradicionalmente foi empregado na elaboração de narrativas que enfatizam o caráter afrocêntrico e estático

resistência e resiliência, também estavam em jogo e moldavam, ainda que momentaneamente, o cenário do contato intercultural.

¹¹⁴ Segundo Symanski (2014:173) o modelo de crioulização consiste em um processo que envolve interações e trocas multiculturais que levaram a novas formas culturais, buscando, desse modo, incluir o efeito da experiência do Novo Mundo sobre os grupos populacionais, inclusive os euro-americanos. Na arqueologia afro-americana, tem sido reconhecido como um processo simultaneamente cognitivo e material, que leva à criação de identidades sociais crioulas entre europeus e africanos, ao mesmo tempo em que ocorre a adaptação às condições econômicas, sociais e ecológicas do novo contexto. O processo de crioulização é muitas vezes abordado considerando os modos através dos quais os escravos podem ter reapropriado-se da cultura material europeia ou euro-americana com base em regras subjacentes, relacionadas a uma gramática que permaneceu essencialmente africana (SYMANSKI, 2009). Sendo assim, africanismos raramente são puras transferências da cultura africana para a americana, mas uma mistura com outras culturas para produzir a cultura original americana (BRIAN, 2003).

da sociedade palmarina. Em seu lugar o autor propõe “um modelo de etnogênese que facilita o estudo da emergência do povo palmarino” (ALLEN, 2000:246). Com base neste conceito, o autor sugere que o “processo etnogenético palmarino” foi forjado em um cenário histórico que envolvia africanos e indígenas, como uma resposta às interações desses grupos (especialmente escravos africanos e afrodescendentes fugidos) com a sociedade colonial envolvente (ALLEN, 2000:262/263).

Funari (1999), por sua vez, também faz uma crítica aos modelos dominantes que, na arqueologia sul-americana, tem tratado a identidade étnica como uma dimensão estática, que pode ser diretamente correlacionada com a cultura material. Assim, atinente as propostas de Sian Jones (1997), Funari advoga que a etnicidade seja pensada como um fenômeno multidimensional, constituído de diferentes maneiras em diferentes domínios. Dessa forma, ao discutir o caso do Quilombo dos Palmares, Funari observa que indicadores estáticos de etnicidade, como os nomes africanos e topônimos indígenas, apontados pelos cronistas da época como caracterizando o complexo palmarino e algumas facetas de sua organização social, não podem servir para explicar a identidade de Palmares, dado que essa era uma sociedade resultante de contatos entre povos e tradições diversas.

Discussões sobre identidade, etnicidade ou etnogênese nem sempre estiveram em voga nas análises nacionais sobre os meandros do contato entre os grupos nativos e os europeus. Tradicionalmente o contato entre indígenas e colonizadores foi um tema recorrente na produção historiográfica brasileira, sendo abordado a partir de uma perspectiva econômica, política ou social. Do mesmo modo, já nas primeiras pesquisas arqueológicas promovidas pelo Pronapa no Brasil, em 1959, o tema vem à tona com a identificação de sítios arqueológicos que apresentariam as consequências deste contato nos modos de produção do material cerâmico (ABREU E SOUZA & LOPES, 2014). Assim, a partir da década de 60 as discussões sobre o contato e a cultura material, ainda que menos populares que as análises sobre os pontos de origem, caracterização e cronologias das “tradições” arqueológicas, ganham a atenção de diversos arqueólogos brasileiros (DIAS JR., 1964; BROCHADO, 1974; CHMYZ, 1976).

Nesses primeiros estudos, em consonância com os objetivos e metodologias do Pronapa, os pesquisadores buscavam definir, delimitar e caracterizar o material arqueológico associado e/ou produzido a partir do contato promovido com o advento da colonização. Partia-se do pressuposto histórico-culturalista que a cultura material poderia

ser utilizada como “fóssil guia” tanto para a identificação dos grupos étnicos ou culturais, quanto para a análise da influência ou imposição dos padrões de um grupo sobre outro¹¹⁵.

Neste sentido, os primeiros estudos correlacionados ao contato na arqueologia brasileira estavam em sintonia com as análises sobre aculturação promovidas por arqueólogos norte-americanos do mesmo período (CHEEK, 1974), sendo este um importante aporte teórico e temático, para os trabalhos que continuaram a ser desenvolvidos nos Estados Unidos¹¹⁶ e no Brasil ainda nas décadas de 80 e 90¹¹⁷ (WHEATON & GARROW 1985; STASKI 1996).

Além destes conceitos, temas como resistência indígena, interação social, transmissão cultural e mudança cultural foram abordados através da análise de artefatos associados aos sítios de contato. Especialmente a cerâmica encontrada nestes contextos atraiu a atenção dos arqueólogos brasileiros, que se esforçaram para estabelecer parâmetros teórico-metodológicos para caracterizar e analisar esses artefatos, com vistas

¹¹⁵ Na arqueologia, a busca por etnias e identificação étnica, pode nos conduzir ao erro, ao delimitar grupos culturais fechados, estáticos, emoldurados e engessados. Contudo, é possível, nas pesquisas arqueológicas estudar e perceber a etnicidade, que segundo Shennan (1994) é um processo subjetivo pelo qual indivíduos e grupos se identificam dentro de situações específicas e para propósitos específicos, ou seja, é algo subjetivo e maleável pela qual, onde podem manipular simbolicamente as semelhanças preexistentes com o intuito de moldar uma identidade e uma comunidade. Temos esta concepção nos estudos de Hodder (1979) que entende que a etnicidade pode surgir em determinadas circunstâncias, como em situação de conflito, percebendo que nestas situações o grupo ao manter a coesão étnica tem uma maior expressão social. No sul do Brasil, nos contextos missionários, Tocchetto (1991) adota o conceito de identidade como uma construção coletiva, percebendo que a adoção de comportamentos tradicionais e não tradicionais pode ser entendida como uma maneira pela qual, as identidades são reformuladas.

¹¹⁶ A partir da década de 1930, a análise do material cerâmico localizado em senzalas das *plantations* norte-americanos levou os arqueólogos a cunharem o termo *colonoware*. Dentre as principais características deste tipo de cerâmica os autores destacam: cerâmica não vidrada, de produção artesanal (manual) e “grosseira”, as peças são jarros e tigelas pequenas, e algumas formas que imitam objetos europeus, como por exemplo escudela e penico (MATTHEW HILL, 1987; FERGUSON, 1989). Deetz (1977) defende que tal cerâmica está associada a influências africanas. Wheaton e Garrow (1985) e Weik (1997) ao estudarem *plantations*, senzalas e quilombos, concluem que nos sítios analisados, a cerâmica *colonoware* era de produção local ou regional produzida por africanos e afro-americanos. Já Hill (1987) defende que as vasilhas *colonoware* podem ter sido fabricadas tanto por africanos quanto por ameríndios. Ferguson (1989) também observou que tal cerâmica era produzida tanto nas *plantations* coloniais como também em aldeias indígenas. Nas últimas décadas a cerâmica *colonoware* tem sido abordada através de outros enfoques e perspectivas, dando maior atenção ao seu uso social do que à sua caracterização técnica. Orser (1992), por exemplo, estuda a cerâmica *colonoware* sob o foco da interação social, concluindo que a mesma pode ter sido utilizada e/ou fabricada por afro-americanos e nativos americanos representando uma forma de resistência ao colonialismo europeu. Já Singleton e Bograd (1995) defendem que a cerâmica *colonoware* deve ser estudada como um artefato intercultural, imbuído de significados e usos permutáveis (SYMANSKI, 2014:181).

¹¹⁷ Symanski (2009) alerta que o uso do modelo de aculturação em arqueologia tem sido severamente criticado nas últimas décadas devido à sua concepção de cultura material como um indicador passivo de etnicidade. Este modelo é baseado no pressuposto de que a adoção, por parte de um grupo étnico, de itens materiais de outro grupo, envolve também a adoção dos traços culturais, acarretando na gradual perda da identidade étnica original do grupo que está adotando a cultura material forasteira. Como vimos anteriormente, trata-se, assim, de um modelo unidirecional, que considera somente a perspectiva do grupo politicamente dominante (CUSICK 1998; SINGLETON 1998).

a compreender as interações socioculturais dos quais eles eram fruto. Deste modo, foram cunhados diferentes termos e conceitos (cerâmica de contato, cerâmica regional/local, cerâmica neobrasileira, cerâmica missionária, cerâmica cabocla), que deveriam exprimir as especificidades da produção oleira surgida no Brasil em decorrência dos contatos promovidos pela colonização.

No contexto da Arqueologia Histórica Brasileira, uma das primeiras referências sobre a tentativa de nomear, caracterizar e categorizar a cerâmica produzida a partir do contato, ocorreu em 1964, quando Ondemar Dias Jr. ao estudar a cerâmica do “Vale do Elefante” no Rio de Janeiro, percebeu que o material cerâmico tinha características tecnológicas de mais de um “grupo étnico”. Assim, Dias Jr. (1964:10) concluiu que aquele tipo de cerâmica era fruto de “uma imitação executada pelo caboclo, partindo de um modelo, mais evoluído, colonial”. Deste modo, denominou-a então de “cerâmica cabocla”, inferindo que sua confecção teria sido realizada por grupos de pessoas mestiças (europeus e indígenas).

Posteriormente, Ondemar Dias Jr. argumenta que, com o início da colonização, europeus e africanos escravizados trouxeram novos elementos e técnicas que foram transmitidos para os grupos indígenas e fundidos aos modos autóctones de produção da cerâmica. Este processo de contato intercultural teria dado origem a novos padrões de produção, forma e decoração dos artefatos cerâmicos; surgindo então uma cerâmica híbrida que o autor nomeou de neobrasileira. Este termo também foi empregado para designar a tradição arqueológica que englobaria a cultura material resultante da adaptação das comunidades dominadas à vida colonial (DIAS JR., 1987:161).

Entretanto, é no bojo dos trabalhos desenvolvidos pelo Pronapa, que o termo ganha força e popularidade. Assim, em publicações a partir de 1968, os arqueólogos passam a definir como Neobrasileira¹¹⁸ o material cerâmico que apresentava características tecnológicas de mais de um “grupo étnico” (DIAS, JR., 1988). Neste período, também emerge a necessidade e interesse de estabelecer as características gerais desta “nova tradição arqueológica”, e compreender suas variedades crono-espaciais (fases). Como podemos observar no “Relatório Preliminar Sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas”:

¹¹⁸ O termo Neobrasileiro foi sugerido por Mário F. Simões (1914/1985) durante a reunião ocorrida no Museu de Paranaguá, PA, em 1964, que deu início ao Pronapa.

Em meados do século XVI, uma tradição ceramista, combinando técnicas indígenas de manufatura e decoração com elementos de forma europeus, desenvolveu-se no litoral brasileiro. A fase Monjolo, no Rio Grande do Sul; a fase Lavrinha, no Paraná; e a fase Calundu, no Rio de Janeiro, pertencem a esta tradição NeoBrasileira, além de ter sido também informada na Bahia. O escovado é comum, ocorrendo também o corrugado, embora a pintura seja ausente. As técnicas típicas decorativas incluem digitado sobre frizos aplicados ou sobre o lábio, ponteados zonados e incisões profundas nas superfícies alisadas ou através de grossos roletes não obliterados. Asas curvadas nos ombros, bases planas e em pedestal são elementos característicos de origem europeia (Publicações Avulsas. Belém: (s.n.), n. 12. 1969:23).

O pressuposto de que o contato promoveria o aparecimento de um novo tipo de cerâmica (ou tradição arqueológica), continua vigente nas pesquisas e discussões promovidas pelo Pronapa das décadas seguintes. Deste modo, em 1976, na segunda edição da “Terminologia Arqueológica Brasileira para Cerâmica”, Igor Chmyz redefiniu a Tradição Neobrasileira, acrescentando outras características, mas reafirmando sua origem miscigenada:

É uma tradição cultural caracterizada pela cerâmica confeccionada por grupos familiares, neo-brasileiros ou caboclos, para uso doméstico, com técnicas indígenas e de outras procedências, onde são diagnósticas as decorações: corrugada, escovada, incisa, aplicada, digitada, roletada, bem como asas, alças, bases planas em pedestal, cachimbos angulares, discos perfurados de cerâmica e pederneiras (CHMYZ, 1976:145).

É notório que, no que tange aos atributos tecnotipológicos e morfológico, as duas definições são muito abrangentes. E, de modo geral, nas definições da Tradição Neobrasileira gestadas no seio do Pronapa, os acabamentos de superfície e as técnicas de manufatura são empregados para identificação das “técnicas indígenas”, enquanto elementos morfológicos representariam atributos de “origem europeia”. De certo modo, esta dualidade é premente nos trabalhos realizados nas décadas seguintes.

Por exemplo, em um artigo publicado em 1998, Ondermar Dias Jr. resume as principais características da cerâmica neobrasileira¹¹⁹, tentando demonstrar a ambivalência tecnotipológica recorrente da influência indígena, europeia e africana.

¹¹⁹ **Manufatura:** Predomina o anelado ou de roletes em espiral. Algumas peças pequenas podem ser modeladas livremente, o torno nunca é empregado, mas a presença de material torneado no sítio é mais um elemento que caracteriza a tradição Neobrasileira. **Pasta:** As argilas empregadas são finas e os temperos encontrados são quase sempre finos, embora variem de tipo. O quartzo predomina, seja quebrado ou moído, e algumas vezes provenientes das areias utilizadas como antiplástico. Neste caso os grãos apresentam-se rolados, esféricos ou elípticos, na dependência da origem das mesmas. Entre os temperos são comuns os grãos de feldspato e hematita. Podem ocorrer carvão e cerâmica amazônica, feita nos mesmos moldes, possui tempero de ossos moídos, fragmentos de casco de quelônios, cariapé e carvão. O **tratamento das superfícies** mais comum é o alisado, sem diferenciação entre o tratamento da face externa e interna, exceto

Do mesmo modo, em suas pesquisas sobre as sesmarias, fazendas e vilas de Jundiá/SP nos séculos XVII e XVIII, Morales (1998, 2001) ao analisar a coleção cerâmica desta área identificou características técnicas e decorativas similares à cerâmica Tupiguarani pré-colonial (a saber, o antiplástico de caco moído, manufatura roletada, e acabamento de superfície corrugado, escovado e engobo vermelho). Além disso, Morales afirma que os artefatos também apresentavam características técnicas e decorativas similares às empregadas pelos europeus e africanos, como por exemplo, elementos apêndices e apliques (pegadores, alças, asas, pedestais e gargalos) que inexistiam na produção indígena. Deste modo, o autor conclui que as relações estabelecidas entre indígenas e europeus, fomentaram a produção de artefatos cerâmicos que incorporaram elementos tecno-morfológicos destas duas matrizes culturais, sendo, portanto, um exemplo da cerâmica neobrasileira.

Entretanto, mesmo que a caracterização da cerâmica neobrasileira tenha seguido um tema relevante na bibliografia produzida, a preocupação com a abordagem e compreensão dos contextos regionais, gradativamente, geram novas perspectivas e aplicações para o termo, e ampliam as possibilidades de estudo do contato através dos artefatos cerâmicos. Como podemos perceber em obras dos mesmos autores citados anteriormente.

Neste sentido, em 1988 Ondemar Dias Jr., ressalta que a cerâmica Neobrasileira é fruto de uma produção familiar voltada ao uso no âmbito doméstico. Portanto, esta seria uma cerâmica de confecção regional, ou seja, cada grupo ou família produziria a sua cerâmica no local onde vive a partir de preceitos e parâmetros próprios. Assim, segundo

quanto à decoração, exclusiva da face externa. São raros os banhos, os engobos e o vidrado. Na **decoração** é encontrado influências indígenas: o corrugado (de pequenas dimensões), o unglado e, muito comumente, o escovado e o polido estriado. A pintura é rara. O inciso é considerado como um elemento exótico (africano?). A decoração é, pois, predominantemente plástica e aplicada às faces externas. Pode-se considerar o inciso, o elemento característico da cerâmica Neobrasileira no litoral do país. Na Amazônia são comuns os roletes aplicados e digitados, especialmente na borda ou região sub-labial. Nas **formas** predominam o corpo redondo, com pequeno estreitamento na área do pescoço, bordas: retas, extrovertidas e inclinadas interna e externamente. Vasos cônicos são mais raros. Pratos e tigelas abertas são também comuns e uma forma de tigela de fundo plano e paredes inclinadas para o exterior (tipo alguidar). Também ocorrem tampas, estas como pratos invertidos com alças verdadeiras. Os fundos são, genericamente, suavemente arredondados ou planos. Raramente ocorre pés. **Tamanho das peças** são medianas, embora variem. As dimensões comuns giram em torno dos 30 cm de diâmetro de boca, as peças pequenas, com a média de 10 cm de diâmetro e as grandes “talhas” de dimensões maiores, geralmente são feitas no torno (coloniais), mas já foram encontradas algumas de fatura Neobrasileira. **Apêndices:** Asas vasadas, ou alças verticais e asas verticais do tipo “orelha de xícara” ocorrem raramente, predomina as asas horizontais, presas por pressão na face externa das peças. Esta é uma das mais interessantes características da cerâmica Neobrasileira, as asas múltiplas em uma única peça (DIAS JR., 1998).

o autor, é preciso reconhecer e identificar as similaridades e especificidades produzidas regionalmente.

Do mesmo modo, Morales (1998:178) advoga que a cerâmica produzida a partir da conquista portuguesa nas terras brasileiras, tem ampla diversidade tecnotipológica por causa das variações do contexto histórico regional e, inclusive, microrregional que cada situação propiciou, refletindo as influências dos segmentos sociais que formaram a base da sociedade colonial brasileira.

Ainda segundo Morales (1998:179) ao analisar este material deve se ter em mente as particularidades dos períodos cronológicos, das áreas (local/região), dos contextos históricos, dos contextos socioeconômicos e dos contextos culturais, fazendo um estudo detalhado das características morfológicas, técnicas e estilísticas que nos possibilitem ter a percepção tanto das semelhanças quanto das diferenças, para que assim, seja possível desvelar os desdobramentos sociais que o trabalho arqueológico busca detalhar.

Refletindo sobre as particularidades apresentadas por Morales (1998) sobre a cerâmica produzida a partir do contato com os colonizadores, nos remete a Souza (2008) que alerta que de modo geral, o conceito de tradição neobrasileira homogeneizou toda a cerâmica produzida depois do contato com os colonizadores, desconsiderando a diversidade cultural que este material expressa; e ao inserir na pesquisa deste tipo de cerâmica os contextos histórico e contextos, os pesquisadores brasileiros buscam analisar este material de forma mais abrangente, possibilitando ampliar as discussões sobre temáticas envolvendo cultura, identidade, resistência e transmissão cultural.

Una crítica inevitable es que esa suposición a priori resulta excluyente en relación con las luchas sociales que involucraron indígenas, esclavos y esclavos libres, enmascarando las posibles expresiones de alteridad o conflicto a través de esos artefactos. Es viable considerar, por ejemplo, que al contrario de expresar síntesis, los diferentes grupos cerámicos pueden haber estado relacionados con las preferencias de segmentos sociales específicos, manifestando no sólo diferencias étnicas y culturales, sino también de género, estatus socioeconómico, entre otros (SOUZA, 2008:145).

Assim, cada vez mais, os arqueólogos (AGOSTINI, 1998; GUERRA, 2009) têm defendido que o estudo da cerâmica neobrasileira deve ser realizado, sempre, considerando as particularidades de cada região do território nacional. Nesta perspectiva, Zanettini (2005) ao pesquisar as casas Bandeirantistas, sede das fazendas construídas ao redor da vila Piratininga dos séculos XVII e XVIII, com o objetivo de destacar a

variabilidade e especificidade das coleções de diferentes sítios, adota o termo “cerâmica de produção local/regional” para se referir a cerâmica neobrasileira.

Estes apontamentos sobre a produção local da cerâmica neobrasileira levou alguns pesquisadores a problematizarem se a produção deste tipo de cerâmica estaria limitada a um contexto familiar para consumo interno ou se existiu uma produção supra-local destinada ao comércio. Neste mister, Jacobus (1996) em suas pesquisas no sul do país, aventa a possibilidade de que a cerâmica neobrasileira encontrada nos sítios, por ele, analisados não tenham sido produzidas localmente, mas sim adquirida em outras áreas através de relações comerciais. Segundo Ondemar Dias Jr. (1998:04) uma das características desta cerâmica neobrasileira destinada ao mercado era o emprego do torno no processo de fabricação; enquanto o acordelado predominava nas peças de produção local para uso familiar.

Rego (2013) ao iniciar suas pesquisas sobre o material cerâmico do Engenho Monjope (1600-1940), localizado no município de Igarassu/PE, município este que faz parte da antiga área da Sesmaria Jaguaribe, percebe nas fontes históricas a intensa produção e comercialização das panelas de barro no século XIX e XX; e aprofundando seus estudos em polos oleiros atuais, nos relatórios técnicos de pesquisas arqueológica realizados em Pernambuco e na análise do material cerâmico do engenho Monjope percebe que estes objetos mantem alguns padrões. Focando no uso do material cerâmico, o pesquisador conclui que este material manteve o padrão sem mudanças significativas desde o século XIX, devido os hábitos alimentares pernambucanos, defendendo a possibilidade do material cerâmico utilizado do engenho Monjope ser procedência regional/local e/ou de produção comercial.

Já Morales (2001:182) conclui que, nas sesmarias coloniais de Jundiáí, a existência de uma produção oleira destinada ao mercado comercial, não implicou o abandono ou substituição da cerâmica fabricada localmente por grupos familiares. Ambas coexistiriam e podem ser encontradas dentro do mesmo sítio arqueológico. Além disso, o autor adverte que nos aldeamentos missionários, destinados a reduzir os grupos indígenas naquela¹²⁰ região de São Paulo, há a produção de um tipo diferente de cerâmica, cuja fabricação e uso estaria associado exclusivamente aos residentes do aldeamento (MORALES, 2001:182).

¹²⁰ Como discutido por Monteiro (1994) e Almeida (2000), os aldeamentos coloniais incorporavam e abrigavam, as vezes simultaneamente, comunidades indígenas descidas de diferentes áreas.

Os aldeamentos, reduções e vilas dos índios têm sido amplamente abordados pela historiografia nacional como palco privilegiado para análise e compreensão das relações estabelecidas entre indígenas e europeus. Demonstrando que o contato inter-cultural gestado nestes locais, promoveram marcas indelévels tanto no universo simbólico quanto na cultura material de ambos os grupos.

No sul do país os arqueólogos têm voltado sua atenção para as reduções, destacando a importância destes espaços como palco de ação de diferentes atores sociais (jesuítas espanhóis, bandeirantes portugueses e paulistas, indígenas Guarani). Para além dos estudos a respeito dos modelos espaciais e arquitetônicos implementados pela atuação jesuítica no sul do país, diferentes arqueólogos¹²¹ (LA SALVIA & BROCHADO, 1989; KERN, 1998) dedicaram-se a perquirir as especificidades da produção oleira associada a este contexto. Destarte, a cerâmica produzida nas reduções jesuíticas ficou conhecida como “cerâmica missioneira¹²²” e/ou “cerâmica de contato”; sendo considerada expressão material da interação entre europeus e indígenas (ZUSE, 2009).

Entre as abordagens primordiais deste tema, temos o trabalho de Brochado, Lazzarotto e Steinmetz (1969) que analisaram os sítios missioneiros do Rio Grande do Sul do Brasil, centrando suas pesquisas nas Missões de São Miguel, São Lourenço e São João Batista, sítios que fazem parte dos Sete Povos das Missões. Tendo como premissa teórica os preceitos da aculturação, esses autores buscaram compreender o processo gradual de adoção das técnicas da tradição europeia pelos indígenas Guarani nos séculos XVII e XVIII. De acordo com suas conclusões, a incorporação dessas técnicas teria persistido até o final do século XVIII quando os missionários foram expulsos pelo governo colonial e os Guarani retomaram suas técnicas de manufatura tradicionais (SYMANSKI, 2009).

Em um trabalho posterior, Brochado (1974) amplia o recorte crono-espacial de suas análises, e busca compreender o desenvolvimento dos processos de aculturação fomentados pelo contato entre indígenas e europeus no leste da América do Sul entre os séculos XVI a XX. Para tanto, Brochado analisou artefatos de diversos sítios, especialmente as reduções religiosas e os sítios militares, que representariam “diferentes intensidades de contato” entre os dois grupos. Assim, a variabilidade artefactual foi

¹²¹ Foi no final de 1970 que Fernando La Salvia e Arno Kern começaram efetivamente as pesquisas nas Missões, dando início à arqueologia missioneira.

¹²² Segundo Ribeiro (1988:78), na cerâmica missioneira, predomina o escovado e o engobo vermelho; ocorrendo pratos e tigelas com seção, ou totalmente, em cone invertido; bem como lábios decorados plasticamente.

considerada como reflexo dos diferentes níveis de contato cultural. Deste modo, o autor conclui que as relações gestadas nos espaços coloniais promoveram uma reformulação na cultura das sociedades indígenas, que sincretizaram as diversas tradições ceramistas pré-coloniais com a tradição europeia, resultando na formulação da tradição Neobrasileira (SYMANSKI, 2009).

De certo modo, o interesse pela identificação e caracterização destes novos tipos de cerâmica que surgiram no sul do país, levou a formulação de um sistema de classificação atinente ao modelo pronapiano de tradição e fase. Assim, os materiais cerâmicos associados ao contanto entre indígenas e os agentes coloniais foram categorizados como pertencentes a: Fase Reduções, Fase Missões e Tradição Neobrasileira.

A Fase Reduções estaria associada a sítios que correspondem aos primórdios da implantação das Reduções Jesuítico-Guarani¹²³, e representaria a transição entre a tradição Tupiguarani e a neobrasileira. De acordo com Zuse (2009:27), o material cerâmico desta fase poderia ser descrito como “híbrido” e/ou “aculturado”, visto que a influência europeia teria promovido alterações nas formas e decorações típicas da cerâmica Tupiguarani. Como sintetizado por Zuse (2009:28):

A fase Reduções apresenta praticamente os mesmos tipos de decoração plástica da tradição tupiguarani, porém com um antiplástico diferenciado. As novidades são a vermelha polida e uma cerâmica preta, confeccionadas com o método de manufatura acordelado, e alguns casos de torneado. Apresenta antiplástico fino, regularmente distribuído na pasta, de textura compacta, apesar de ter bolhas de ar e raramente fendas entre os roletes. A queima é mediana, e em alguns casos é completa ou quase completa, provavelmente em atmosfera redutora. As aberturas dos vasos variam entre 11 e 33 cm de boca. As bases são arredondadas, levemente cônicas ou planas, sendo que as bases em pedestal e anelares estão ausentes em Jesus Maria (Ribeiro et al, 1976; Ribeiro, 1981). Portanto, as diferenciações entre as fases são feitas a partir da diferença no antiplástico (ZUSE, 2009:28).

A Fase Missões foi definida a partir de estudos dos sítios (Missão de São Miguel, Missão São Lourenço e Missão São João Batista e outros quatro sítios localizados nas proximidades do antigo povo de Santo Antônio Custódio) pertencentes aos Sete Povos das Missões¹²⁴ (BROCHADO et al, 1969), estando associada ao período de consolidação

¹²³ Segundo Ribeiro (1981) e Zuse (2009), a Fase Reduções refere-se tanto a cerâmica da transição entre a tradição Tupiguarani e a Neobrasileira, quando a primeiras reduções que eram construídas de barro ou pau-a-pique e não apresentam remanescentes arquitetônicos.

¹²⁴ Em 1682 foram fundados: “os Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai pelos missionários jesuítas no noroeste do estado. Eram grandes núcleos, constituídos de casas comunais com muitos compartimentos, dispostas segundo um plano urbanístico convencional, tendo ao centro uma igreja, casa canônica, colégio, cabildo, hospital, oficinas, e outros edifícios administrativos. Subsistiam pela agricultura e pecuária, efetuadas em “estâncias” distantes e pela exportação de couro e erva mate (Brochado, Lazzarotto e

da presença jesuítica no Rio Grande do Sul, e edificação de complexos arquitetônicos de alvenaria. A Fase Missões seria marcada por uma maior influência europeia, especificamente dos religiosos espanhóis, sobre o modo de vida e cultura material dos índios Guarani (RIBEIRO, 1981). Segundo Zuse (2009:27) na Fase Missões observou-se decoração vermelha e preta polida, bases planas, em pedestal e anulares, agarradeiras modeladas, asas e alças, pratos rasos, tigelas, alguidares, bilhas, bordas dobradas ou filetadas, lábios planos e indentados) além das telhas (em meia-cana ou goiva), tijolos e ladrilhos (RIBEIRO, 1981:103).

Arqueologicamente essa influência poderia ser observada nos artefatos cerâmicos que foram agrupados em duas séries, a Série Ijuí e a Série Missões. Sendo que, enquanto a Série Ijuí manteria maior ligação com a cerâmica indígena; na Série Missões a presença de elementos tecnopológicos e morfológicos europeus seria mais abundante¹²⁵. Isso indicaria que, concomitante à produção mecanizada que acontecia nas oficinas e fábricas dos aldeamentos missionários (Série Missões), continuava a existir uma produção doméstica da cerâmica (Série Ijuí) que aplicava muitas das técnicas indígenas tradicionais. Assim, na série Missões é observado o emprego do torno e uma maior padronização da cerâmica, com a repetição de apenas quatro tipos de dimensões menores (principalmente tigelas e pratos) que indicam o uso para o consumo de alimentos. Já para o preparo seriam mais apropriados os jarros, alguidares e panelas escovadas ou corrugadas da série Ijuí (ZUSE, 2009:32/33).

Quanto a cerâmica da **Tradição Neobrasileira** proveniente das reduções e sítios de missioneiros do sul do país, temos uma caracterização muito semelhante àquela empregada no restante do Brasil. Segundo Brochado e colaboradores (1969) esta cerâmica teria sido confeccionada por grupos familiares neobrasileiros ou caboclos, com

Steinmetz, 1969). Estes perduraram, em meio aos acordos e lutas territoriais entre Portugal e Espanha, até a expulsão dos Jesuítas do Brasil por ordem do Marquês de Pombal, em 1768, e as missões foram lentamente abandonadas” (ZUSE, 2009:20).

¹²⁵ De acordo com Zuse (2009:32/33) na Série Ijuí prevalece uma forte influência da tradição indígena local no modo de produção da cerâmica, o que pode ser observado pelo emprego do método de sobreposição de roletes, pelos tipos de antiplástico, queima, técnicas de acabamentos de superfície e nas formas das vasilhas. Já na Série Missões, a técnica de manufatura utilizada foi o torneamento, e as formas e os tipos de acabamento estariam vinculados a olaria europeia da época (engobo vermelho, branco ou preto polido, acabamentos plásticos do tipo inciso e escovado), assim como a recorrência de bases planas, em pedestal ou anelares. Entretanto, as vasilhas do tipo escovado da Série Missões seriam muito semelhantes às da Tradição Tupiguarani, mudando apenas o tipo de base que passou a ser plano ao invés de arredondado. Outra correlação com a Tradição Tupiguarani seria a frequente acabamento da borda pela técnica do pinçado, ponteadado e unglado; do lábio com o digitungulado nas vasilhas com tratamento simples; e faixas de unglado ocorrem nas vasilhas com engobo vermelho. Por sua vez, enquanto na cerâmica pintada Tupiguarani há o predomínio de motivos pretos e vermelhos sobre o engobo branco, na Fase Missões os vasilhames são apenas engobados (predominantemente de vermelho).

técnicas indígenas e de outras procedências, com decorações corrugada, escovada, aplicada, digitada, roletada, e com inserção de elementos como asas, alças, bases planas em pedestal, cachimbos angulares, discos perfurados de cerâmica e pederneiras de origem europeia. Assim durante logo período, o contato ocorrido entre os séculos XVII e XX, os elementos europeus teriam se sobrepujado aos indígenas (BROCHADO et al, 1969).

Por fim, vale destacar, como a análise das relações de contato através do estudo cerâmico se deu no contexto pernambucano. Para tanto, focaremos nossa abordagem nos trabalhos de Albuquerque (1970, 1982, 1992, 1993, 1999), devido à longevidade de suas pesquisas e correlação com a área da Sesmaria Jaguaribe. Merecendo destaque a pesquisa desenvolvida por Albuquerque na área da Feitoria de Cristovão Jaques, um sítio de contato euro-indígena localizado em Itamaracá/PE, situado aproximadamente a 19km de distância da área da antiga Sesmaria Jaguaribe.

Neste sítio foi identificado grande quantidade de material cerâmico que, segundo o autor, estaria associado a dois grupos distintos, ou seja, aos colonizadores europeus (portugueses) e aos indígenas locais. Entre os artefatos atribuídos aos colonizadores Albuquerque (1982:109) destaca a presença de cerâmica utilitária e vitrificada dos tipos Santa Cruz e Beeme, louça, faiança, cachimbos, tijolos e telhas moldados. Já o material cerâmico indígena foi associado à Tradição Tupiguarani, especificamente, a Sub-tradição Pintada, tendo sido identificadas cinco formas de vasilhames¹²⁶.

¹²⁶ As formas identificadas foram: Forma de meia calota com base arredondada, com diâmetro de boca que varia de 23 cm a 24 cm, bordas diretas e lábios redondos; Forma de assadores com base plana ou ligeiramente arredondada, borda direta e lábio arredondado; Forma com tendência quadrangulóides, com bordas reforçadas externamente, lábio apontado com tendência arredondado e base semi-plana; Forma com 16 cm de diâmetro de boca, com lábios arredondados, bordas reforçadas externamente e base ligeiramente arredondada; e, Forma com 18 cm de diâmetro de boca, com lábios arredondados, bordas extrovertidas, ocorrendo algumas ligeiramente expandidas e base arredondada (ALBUQUERQUE, 1982:109).

Além de apontar as diferenças entre os conjuntos cerâmicos do sítio, o que possibilitou a definição de três Tipos: Itamaracá¹²⁷, Itapissuma¹²⁸ e Igarassu¹²⁹, Albuquerque (1984) busca compreender as mudanças ocorridas na cerâmica indígena em decorrência do convívio com os europeus e das novas necessidades socioeconômica oriundas do contato. Nesse mister, pautado na caracterização tecnotipológica dos artefatos e na análise de distribuição da sequência seriada da coleção cerâmica da Feitoria

¹²⁷ O **Tipo Itamaracá** encontrado neste sítio apresentada as seguintes características: “Manufatura: Acordelado; Antiplástico: Pequenos fragmentos de cerâmica triturada (cacos moídos), distribuído em toda a pasta, não demonstrando tendência especial de fatura. Textura: A maior parte dos fragmentos deste tipo se apresenta compacta, com a presença de poucas bolhas de ar. Queima: Boa, em atmosfera oxidante. Nota-se em alguns fragmentos manchas escuras resultantes de uma oxidação incompleta. Núcleo: Apresenta uma oxidação incompleta, de coloração preta, que torna-se mais clara no sentido das superfícies. Na superfície: Cor: Predomina o marrom avermelhado claro. Tratamento: o alisamento foi o tratamento predominante em ambas as superfícies. Entretanto alguns fragmentos receberam um engobamento sobre o qual foram realizadas pinturas. As superfícies destes vasilhames não apresentam sinais de erosão. Dureza: Variação entre 3 e 4,5 na escala de Mohs. Forma: Semi-globulares, quadranguloides, com base arredondada. Borda: Simples e reforçadas externamente. Espessura: Variação em torno de 10 mm a 12 mm, na altura do bojo. Decoração: A decoração pintada possui maior popularidade que a plástica. Ocorre o vermelho sobre o branco, o vermelho e preto sobre branco, preto sobre branco e o engobo branco, este último, foi considerado estatisticamente como uma categoria, apesar de efetivamente não se tratar de uma decoração específica. Pois deverá ter servido como base para uma pintura. Entretanto este procedimento possibilita a inclusão destes fragmentos na categoria pintada sem, contudo, filia-los a nenhuma pintura. As decorações plásticas são representadas pelo unglado, que ocorre apenas neste tipo, pelo acanalado que embora ocorra em outros tipos tem sua maior popularidade neste, e pela borda talhada” (ALBUQUERQUE, 1984: 63/64).

¹²⁸ O **Tipo Itapissuma** encontrado neste sítio apresentada as seguintes características: “Manufatura: Acordelado, Antiplástico: Pequenos fragmentos de cerâmica triturada (cacos moídos) associados a areia quartzosa. Textura: A maior parte dos fragmentos deste tipo se apresenta compacta. O antiplástico se apresenta uniformemente distribuído, com poucos espaços vazios. Não foi observada tendência especial de fratura. Queima: Em atmosfera oxidante, com a presença de núcleo escuro fruto da oxidação incompleta. A superfície apresenta-se relativamente bem queimada embora ocorram manchas escuras resultantes de uma oxidação incompleta. Núcleo: De coloração escura resultante da oxidação incompleta tendendo a uma coloração mais clara no sentido das superfícies, especialmente da externa. Superfície: Cor: Predomina o marrom avermelhado claro. Tratamento: Em sua maioria os cacos são alisados, alguns dos quais receberam engobamento e pintura e outros foram decorados plasticamente. Dureza: Variação entre 3 e 4,5 na escala de Mohs. Forma: Semi-globulares, quadranguloides com base arredondada. Borda: Simples e reforçadas externamente. Espessura: Variação entre 11 mm e 23 mm, na altura do bojo. Decoração: A decoração pintada ocorre em maior percentual que a decoração plástica. O preto sobre branco possui neste Tipo sua maior popularidade. Ocorre ainda o vermelho sobre branco. O vermelho e preto sobre branco e o engobo branco. A decoração plástica e representada pelo acanalado e pela borda talhada” (ALBUQUERQUE, 1984: 64/65).

¹²⁹ O **Tipo Igarassu** encontrado neste sítio apresentada as seguintes características: “Manufatura: Acordelado, Antiplástico: Grãos de areia quartzosa. Textura: Ocorrem vários casos de fragmentos que se apresentam friáveis. Embora não exclua a ocorrência de vasilhames compactos. O antiplástico se distribui uniformemente na pasta. Aflorando algumas vezes na superfície. Não foi observada nenhuma tendência especial de fratura. Queima: Incompleta em atmosfera oxidante. Este tipo apresenta uma queima mais homogênea que os anteriores. Núcleo: De coloração ligeiramente escura denotando uma queima quase completa. Superfície: Cor: Predomina o vermelho alaranjado. Tratamento: Em sua grande maioria os deste Tipo são alisados. Dureza: Variação entre 3 e 4.5 na escala de Mohs. Forma: Semi-globulares com base arredondada. Borda: Predominam as bordas simples e diretas embora ocorram algumas reforçadas externamente. Espessura: Variação entre 10 mm a 22 mm na altura do bojo. Decoração: Predominam os tipos simples (sem decoração) embora apareça o engobo branco, o preto sobre branco e o vermelho sobre branco na categoria de decoração pintada e o escovado, acanalado e a borda talhada na categoria de decoração plástica” (ALBUQUERQUE, 1984: 65/66).

de Cristovão Jaques, Albuquerque identifica quatro etapas do contato euro-indígena (1982:110/111):

- **Primeira etapa**, período de chegada dos portugueses, acredita-se que os mesmos dispunham de poucos recursos materiais, o que levou ao uso mais intenso da cerâmica indígena;
- **Segunda etapa**, período de fixação dos colonos portugueses, com a chegada dos barcos trazendo utensílios da Europa houve o aumento na utilização da cerâmica portuguesa;
- **Terceira etapa**, período de consolidação da presença colonizadora, marcado pela introdução da porcelana e do material construtivo português, e desaparecimento da cerâmica indígena;
- **Quarta etapa**, a última fase desta ocupação portuguesa na área, havendo somente a ocorrência de material construtivo, e em seguida o sítio é abandonado.

Segundo Albuquerque, durante esses quatro períodos/etapas de ocupação a cerâmica indígena acabou se modificando em decorrência da demanda gerada pelos colonizadores. Havendo, principalmente, uma queda na qualidade e na frequência dos acabamentos adicionais de superfície¹³⁰. Tais modificações teriam ocorrido, pois, os portugueses necessitavam com urgência dos vasilhames cerâmicos, seja para o preparo dos alimentos ou para embalar produtos como a farinha de mandioca, assim, os indígenas começaram a prezar mais pela quantidade e agilidade no momento da sua produção (1982:111).

Com relação a cerâmica portuguesa, o autor percebe uma tendência diferente da observada para o material indígena. Durante as relações de contato estabelecidas na Feitoria de Cristovão Jaques os portugueses mantiveram praticamente inalterados os padrões de sua cerâmica. Entretanto, durante as várias etapas do contato, foram introduzidos diferentes tipos cerâmicos (ALBUQUERQUE, 1982:111).

¹³⁰ A cerâmica Itamaracá era a cerâmica mais bem elaborada e caracterizava o período I, mas perde consideravelmente a sua importância nos períodos seguintes, para as cerâmicas Itapissuma e Igaracu que são mais rústicas, refletindo a falta de esmero na sua fabricação. A cerâmica decorada, característica do período I tem seu grau de popularidade sensivelmente balado nos períodos seguintes, onde começa a predominar a cerâmica simples. O nível de elaboração no período I não era mais conseguido nos períodos seguintes, refletindo a problemática da desagregação dos padrões indígenas (ALBUQUERQUE, 1982:110).

Assim, Albuquerque concluiu que, de modo geral, o contato promoveu uma circulação de bens materiais entre os dois grupos. Todavia, a cultura material indígena foi mais afetada por essa situação, seja através da inserção de novos objetos ou da pressão para suprir a demanda dos colonizadores. Além disso, segundo o autor, há uma alteração na lógica da produção da cerâmica indígena, que tradicionalmente era voltada para o consumo próprio e/ou familiar, e após o contato passa a ser direcionada as relações de escambo e comércio. Contudo, este cenário não teria promovido alterações tecnopológicas significativas no modo indígena de produzir cerâmica; nem os teria levado a incorporar as técnicas empregadas na olaria portuguesa (1982:111).

Albuquerque (1982) destaca que os processos de contato são distintos, variaram não apenas em função dos grupos envolvidos e do nível de complexidade das culturas, mas em relação ao tempo, à medida que se firmava o sistema colonial e se alteravam as políticas em relação aos indígenas. Assim, o autor adverte que apesar de grande parte dos estudos voltados aos processos de aculturação, relativos aos contatos interétnicos nas Américas, centrarem suas atenções nos efeitos produzidos pelo impacto da cultura europeia sobre os grupos indígenas, é preciso que os arqueólogos também reconheçam e deem atenção aos efeitos produzidos pelo impacto da cultura indígena sobre os europeus. Ou seja, se faz necessário no estudo do contato que as trocas e influências ocorrem entre todos os grupos envolvidos, não havendo um grupo que é apenas receptor e outro que é somente doador (ALBUQUERQUE, 1999:56).

4.4 RESISTÊNCIA CULTURAL: UMA RESPOSTA AO CONTATO

É desde cedo que os indivíduos se habitam a ver e a desenhar padrões convencionais, a produzir artefatos peculiares a cada tribo, familiarizando-se com essas imagens que passam a ser a forma de exprimirem seu modo de ser, sua personalidade cultural. Nesse sentido, a arte, tal como a língua, as crenças, as narrativas míticas e outros elementos da cultura vem a ser um mecanismo ideológico que reforça a etnicidade e, em consequência, a resistência à dissolução da etnia (RIBEIRO, B., 1989:33).

A resistência à colonização e suas imposições ocorreu tanto por parte dos indígenas quanto por parte dos africanos e seus descendentes escravizados, se manifestando de várias formas e sobre vários aspectos. Neste sentido, Little (2014:140) afirma que “a resistência pode ser evidente e violenta ou escondida nos atos do cotidiano”. Para Cusick (2015:128) resistir é um ato de oposição a situação de contato forçado, onde as relações estabelecidas são relações de poder e dominação, fundadas em ações baseadas na

desigualdade, desrespeito e desvalorização do outro. Este tipo de contato impõe novas formas de estruturar a organização social, familiar, espacial¹³¹, trabalho, religião¹³² (cosmologia, cerimonial e simbolismo), e ao mesmo tempo, os grupos oprimidos elaboram estratégias para conviver, moldar e se opor a essas mudanças. Estando esses elementos refletidos na cultura material e/ou imaterial produzida por esses povos.

Schwartz (1987:219) relata que o período colonial que “tinha como base o trabalho forçado de índios e africanos via-se continuamente ameaçado por várias formas de resistência à instituição fundamental da escravidão”, e como discutido no Capítulo 1, o sucesso da empresa colonial, em certa medida, dependia da crescente demanda por trabalhadores, não por acaso, o controle da mão de obra escrava e/ou aldeada foi uma preocupação constante para o governo, senhores de engenhos, sesmeiros e religiosos. Siering (2008) destaca que a implantação de aparelhos administrativos e legais nas colônias do Novo Mundo buscou viabilizar as relações dos colonizadores com os indígenas. Porém estas iniciativas fomentaram,

[...] formas de resistências e negociações-conflitivas¹³³, que, ao longo dos anos [...], relativizam as interpretações sobre a dominação e exemplificam jogos de poder e disputas muito complexas (SIERING, 2008:57).

¹³¹ Hauser e Hicks (2007) nos atentam que até a “paisagens coloniais” foram configuradas com o objetivo de manter condições de desigualdade, assim, a organização espacial das colônias, dos engenhos, das fazendas e das missões em si já é omissora. No caso dos engenhos, por exemplo, as senzalas ficam normalmente junto da casa grande que simbolizava o poder econômico e perto da igreja que simbolizava o poder religioso; nas missões a configuração, levando em considerações as devidas diferenças, também coloca o poder religioso no centro da área missionária. Contudo, a paisagem incluindo suas características geoambientais e geomorfológicas de algumas regiões foram utilizadas pelos povos que resistiam a colonização, como por exemplo, as fugas dos indígenas para o sertão nordestino (SIERING, 2008) e as fugas dos escravos para os quilombos, alguns destes inseridos em áreas de difícil acesso.

¹³² Agostini (2011) descreve que alguns objetos (cabos fálcos, pratos, moedas, chaves) em certos contextos também podem ser objetos simbólicos, associados as práticas religiosas. Alguns artefatos arqueológicos indicam que feitiços eram realizados pelos escravos contra os senhores (SYMANSKI, 2007); por outro lado, o receio dos senhores das “mandingas” feitas pelos dos escravos poderia ter levado os escravocratas a buscar proteção em práticas e objetos das religiões africanas e afro-brasileiras (AGOSTINI, 2011). Seja a favor ou contra os colonizadores, tais rituais religiosos foram considerados por estes autores como manifestação de resistência à autoridade senhorial. No contexto indígena, Parellada (2014:52) observa que ao instalar suas missões no sul do país, os jesuítas focam sua atuação na imposição da religião católica com intuito de desestruturar a organização social dos índios Guarani, pois “a religião é a base da resistência cultural Guarani e para explicar que ela permaneça mesmo com a destruição de grande parte dos laços de solidariedade grupal, mesmo sendo coletiva na grande parte de suas manifestações, ela tem um caráter familiar e mesmo individual que permite a sua sobrevivência, até mesmo depois dos jesuítas realizarem grandes esforços evangelizadores”.

¹³³ De forma geral, tanto os indígenas, quando os africanos e seus descendentes escravizados manifestavam a resistência com ações como o trabalho mal feito que era considerado como preguiça e sabotagem (AGOSTINI, 1998), e fugas para os quilombos ou para os sertões (ORSER & FUNARI, 2004).

Os aldeamentos e reduções, por exemplo, foram um dos aparelhos administrativos e legais implementados para impor aos indígenas de forma direta o convívio com diferentes aspectos da sociedade colonial¹³⁴. Entretanto, como observado por Zuse (2013:162):

A tentativa de implantação deste novo modo de vida e nova religião não ocorreu sem resistências, conflitos e contradições: trata-se de um processo dinâmico onde atuam diversos atores históricos, sendo as reduções resultado de uma mescla de aspectos das organizações sociais dos grupos indígenas e dos modos hispânicos dos espanhóis, que não só não conseguiram padronizar e dogmatizar as sociedades, como também obrigaram-se a reavaliar e modificar seus próprios dogmas (ZUSE, 2013:162).

Do mesmo modo, Siering (2008:17) afirma que a convivência administrada, forçada e imposta pelo sistema colonial levou os grupos oprimidos (especialmente indígenas e africanos e seus descendentes) a elaborarem um conjunto de estratégias para camuflar a sua luta e resistência, dando aos administradores a falsa ideia de que essas pessoas estavam efetivamente englobadas pelo mundo colonial. Todavia, como ressaltado pelo autor, o que se constata é que essas pessoas, apesar de oprimidas e administradas, transformaram os aldeamentos, as senzalas e os demais lugares coloniais em novos espaços de vivência nos quais a resistência podia aflorar.

Neste mister, apesar do intento colônia de criar uma relativa homogeneidade sociocultural, ao se agrupar nas senzalas e aldeamentos africanos escravizados e/ou indígenas de várias etnias com distintos modos de vida e idiomas, também se engendrava uma série de situações que possibilitariam a formulação de estratégias de adaptação e resistências.

Esse contato entre padrões culturais, étnicos e condições sociais e/ou jurídicas diversas presenciou ações de dominação, resistência e assimilação diferenciadas, que acabaram por gerar articulações e soluções novas para lidar com as necessidades impostas (SLENES, 1991-1992).

Nada mais natural, já que as pessoas, quer individualmente ou em grupos, são agentes ativos na elaboração da ordem social e não apenas reprodutores dessa situação (MORALES, 2001:170).

¹³⁴ “[...] as reduções buscam a ocidentalização e cristianização dos indígenas, através da modificação do espaço, das crenças e da sociedade como um todo: busca-se mudar o espaço social da dança, da festa, das bebedeiras habituais, que foram proibidas; o centro da aldeia é representado pela igreja; os enterramentos deveriam ser feitos em covas rasas e não mais em urnas funerárias; a produção de alimentos em grande escala com a preocupação do armazenamento deveria substituir a produção para a subsistência; seguida da modificação na cultura material” (ZUSE, 2013:162).

No caso das missões, e espaços coloniais moldados pela presença indígena, podemos observar que mesmo “num sistema interétnico caracterizado pela construção entre modo de vida e projetos sociais antagônicos de parcialidades étnicas diferentes, a indígena procura reagir e desenvolver estratégias de resistência” (BRANDÃO, 1996:98).

Obviamente, o contato forçado promovido pela empresa colonial assumiu várias formas e em diversos contextos. Do mesmo modo, as estratégias de oposição e resistência a esta situação possuíam múltiplas facetas, contudo, não é possível elencar nestas limitadas laudas todas as situações e formas de resistências. Apesar disso, e para além dos exemplos que foram expostos nos capítulos anteriores, vale frisar “que não houve nenhuma tentativa de dominação que não fosse contrastada” (ORSER & FUNARI, 2004:13).

Assim, em consonância com as análises antropológicas e históricas, a arqueologia vem desenvolvendo estudos sobre a resistência a partir da cultura material e organização espacial. Deste modo, nas últimas décadas, tem ganhado visibilidade no cenário nacional pesquisas no âmbito da diáspora africana (GUIMARÃES et al, 1990; LIMA, 1993; AGOSTINI, 1998; ORSER & FUNARI, 2004; ALMEIDA, 2012) e dos contextos missionários, focados em discussões teóricas sobre o estudo da identificação cultural enquanto forma de resistência¹³⁵ (TOCCHETTO, 1991; ZUSE, 2013).

Nesta perspectiva, a cultura material deixa de ser investigada e interpretada como algo passivo, e passa a ser compreendida como “instrumentalmente utilizada por diferentes grupos sociais com uma série de propósitos: imposição de ideologias, resistência a sistemas opressivos, e construção, afirmação e reprodução de identidades diferenciadas, incluindo classe, gênero, grupos etários e etnicidade” (SYMANSKI, 2013:294). Portanto, objetos e espaços nos trazem indícios da conformidade, ou não, de determinado grupo social ao contexto sócio-político e/ou ideológico no qual está inserido.

Todavia, as ações de resistência manifestadas na cultura material às vezes podem ser tão sutis e pontuais que mesmo o grupo dominante, no nosso caso, o colonizador, não percebe a incorporação da resistência nos artefatos¹³⁶. Como discutido por Little (2014),

¹³⁵ Além disso, é preciso mencionar os trabalhos de “Arqueologia da repressão e resistência”, que na América latina centram suas análises nos contextos associados aos governos ditatoriais (FUNARARI et al, 2008). Entretanto, devido ao direcionamento de nossa pesquisa, privilegiaremos essencialmente os estudos voltados à análise das experiências indígenas de resistência as pressões colonizadoras.

¹³⁶ Bauman (1998) considera a cultura como um sistema, compreendendo-a, como uma entidade ou processo estabelecedor de ordem e de normas, assim sendo, se a cultura é um sistema, [...] somente podem pertencer ao sistema as normas e artefatos culturais que sejam indispensáveis à auto-reprodução do sistema (BAUMAN, 1998:164).

a resistência a uma ideologia dominante “não necessita da retaliação completa da mesma, porém requer o entendimento do que está exigido e a realização ou rejeição de suas demandas” (LITTLE, 2014:126).

Em consonância com essas perspectivas, Zuse (2013) foca suas pesquisas no material cerâmico produzido pelos Guarani inseridos na Redução Jesuítica-Guarani localizada na região central do Rio Grande do Sul. A autora buscou compreender os processos de permanências e mudanças na tecnologia, analisando as etapas aquisição da argila, tratamento da pasta, técnicas de confecção, forma do artefato, acabamento de superfície e queima, ocorridas pós-contato. Objetivando observar se ocorreram alterações nas escolhas tecnológicas das artesãs Guarani ocasionadas pela aquisição de novos conhecimentos. Zuse defende que os Guarani escolheram quais características técnicas europeias iriam adotar, e ao mesmo tempo, optaram por manter as suas técnicas tradicionais:

A análise dos dados, centradas na compreensão do universo material e tecnológico, permitiu perceber que o conhecimento técnico tradicional Guarani, transmitido ao longo das gerações por pelo menos dois mil anos de história, permaneceu sendo utilizado na confecção dos artefatos cerâmicos, com a incorporação de novos conceitos relacionados à forma e tratamento de superfície em algumas vasilhas, transmitidos pelos padres, possivelmente relacionados a funções específicas e novos modos de consumir os alimentos. Dentro das possibilidades de mudanças, os Guarani optaram por adotar algumas características técnicas novas e rejeitar outras, de acordo com a experiência que traziam em séculos de história, expansão e contatos culturais com outros povos (ZUSE, 2013:170).

Zuse (2013:235) conclui que na Redução Jesuítico-Guarani a tentativa de implantar os valores socio-religiosos resultaram no surgimento de valores e práticas que foram ao mesmo tempo tradicionais e dinâmicos.

Antes do contato com o europeu, a artesã (agente) segue os moldes tradicionais, os gestos e ações aprendidas e transmitidas pela tradição do grupo ao longo do tempo, mas também cria dentro da margem aceita e compreendida pela sociedade. Quando inserida na Redução, essa artesã reinventou técnicas, mantendo algumas, incorporando outras, não simplesmente aceitando de forma passiva os novos conhecimentos técnicos (ZUSE, 2013:234).

Por sua vez, Tocchetto (1991, 1998) problematizou como os indígenas Guarani submetidos às missões jesuíticas no Rio Grande do Sul, resistiram as pressões dos colonizadores e preservaram um senso de identidade étnica. Ao analisar a cerâmica do povoado de São Lourenço Mártir, Tocchetto (1991:06) realiza um estudo comparativo

entre os elementos técnicos e morfológicos da cerâmica europeia (espanhola e portuguesa) e da cerâmica tradicional Guarani. A autora busca investigar quais os “elementos Guarani” continuaram a ser empregados na cerâmica utilizada e produzida pelos índios aldeados, problematizando, ainda, se estes elementos teriam significados simbólicos, isto é, se eram marcadores da identidade étnica.

Segundo Tocchetto (1991:70), mesmo havendo a introdução de novas técnicas de produção de cerâmica e de novos tipos de objetos advindos da cultura europeia, os indígenas aldeados cotidianamente mantiveram algumas manifestações tradicionais do modo de fazer e usar os objetos. Para a autora, ao preservar alguns elementos técnicos da produção da cerâmica, os Guarani reafirmavam sua identidade étnica e resistiam aos padrões impostos pelos colonizadores.

De acordo com Tocchetto (1991:161) A “resistência” Guarani isso pode ser percebida na manutenção das técnicas tradicionais de produção e decoração da cerâmica produzida pelos indígenas aldeados, visto que esses objetos representavam e incorporavam uma gama de valores e conhecimentos próprios dissociados do universo missionário e do ideal imposto pelo colonizador, e que reafirma a identidade étnica do grupo. Nas palavras da autora:

A base na qual a identidade étnica se define está na afirmação do “nós” diante dos “outros” e, mesmo que os elementos socioculturais e econômicos transformem-se no sistema interétnico, a identidade não é afetada, é irreduzível às variações. Entretanto, o sentimento de ser e permanecer índio é construído através de traços culturais que realçam e preservam tal identidade. Os Guarani garantiam sua sobrevivência étnica-cultural nos povoados missionários sua singularidade e continuidade como grupo étnico, seja através de fenômenos não materiais, como também materiais. [...] Mesmo em contato contínuo com uma nova tradição tecnológica e o que está representava, os artesãos guarani, mulheres e homens, persistiram em vários elementos dos modos de fazer e usar os artefatos. Os objetos cerâmicos e implementos confeccionados em pedra, com suas evidências originais e da cultura material guarani anterior ao contato com o colonizador, representam a resistência dos indígenas em sujeitar-se totalmente ao modelo de vida introduzidos pelos jesuítas (TOCCHETTO, 1991:261).

Discutir etnicidade e identidade cultural é algo extremamente complexo; e a complexidade se intensifica ainda mais quando nos propomos a abordar o tema somente a partir dos materiais arqueológicos delegados por grupos com os quais não podemos estabelecer um diálogo. Todavia, acreditamos que a cultura material, seu modo de produção e uso, esta ontologicamente associada ao sentimento de pertencimento e identidade forjados pelos grupos étnicos e sociais. E mesmo os objetos forjados no calor

do contato interétnico e em contextos de opressão, manifestam escolhas próprias e conscientes, que sobressaem a qualquer tipo de imposição oriunda da ação colonizadora.

Como discutido por Berta Ribeiro (1986:285), a preservação da “identidade étnica exige o cultivo do artesanato ancestral como símbolo visível de etnicidade e de singularidade tribal. Isto porque, codificado em representações gráficas, ele ajuda a guardar a memória da herança cultural e transmiti-la as novas gerações”. Portanto, defendemos que mesmo oprimidos, tais grupos, como é o caso dos grupos que produzem e/ou utilizam cerâmica indígena na Sesmaria Jaguaribe, podem (re)formular uma identidade cultural própria. Que certamente é influenciada pelas contingências socioculturais e históricas às quais esses grupos estão submetidos, mas que ao mesmo tempo se manifesta como uma resistência aos padrões exógenos.

5 ESTADO DA ARTE DA CERÂMICA ARQUEOLÓGICA: CERÂMICA TUPIGUARANI E CERÂMICA PORTUGUESA

Temos como pressuposto teórico o postulado de cultura visto como um todo, resultado de um arranjo único e de uma inter-relação das suas partes. Isto significa que a cultura material dela faz parte e reflete os subsistemas, permitindo que através do seu estudo possamos hipoteticamente alcançar maiores conhecimentos (OLIVEIRA, 2000:97).

Como vimos nos capítulos anteriores, as fontes historiográficas relatam que, nos últimos séculos, a Fazenda São Bento e seu entorno foi ocupada e habitada tanto pelos colonizadores quanto pelos povos indígenas. Certamente, estes grupos chegaram a compartilhar não apenas o espaço, mas também objetos, materiais e elementos simbólicos; todavia, é plausível reconhecer que cada um destes grupos desenvolveu formas próprias para fabricação de determinados artefatos, conferindo traços singulares a sua cultura material.

Isto posto, o presente capítulo, que contém aportes teóricos e conceituais, é dedicado a análise e apresentação destas “singularidades”, tendo como foco especificamente os apontamentos da bibliografia especializada sobre as características técnicas e morfológicas da cerâmica associada aos grupos indígenas e aos colonizadores. Sendo assim, este capítulo será composto por três subtópicos, todos dedicados a expor os atributos técnicos e morfológicos da cerâmica associada pela literatura arqueológica a esses “dois grupos”. No caso da cerâmica indígena nos ateremos aos estudos referentes ao litoral Norte de Pernambuco, em especial aos trabalhos dedicados aos ceramistas Tupiguarani. Quanto a cerâmica portuguesa, privilegiamos a produção oleira em Portugal, bem como na utilização e na replicação destas técnicas e objetos nas colônias.

Estamos cientes que este tipo de categorização generalista corre o risco de camuflar a diversidade interna existente em cada um destes grupos, bem como escamotear sua dinamicidade. Todavia, esta abordagem se faz necessária como meio para estabelecermos parâmetros de classificação e comparação dos artefatos produzidos e utilizados pelas pessoas que habitaram a área da Sesmaria Jaguaribe. Deste modo, nosso objetivo é identificar as principais características tecnotipológicas e morfológicas atribuídas ao sistema técnico cerâmico de cada um destes grupos.

Além disso, esta breve explanação terá caráter metodológico e conceitual, trazendo subsídios que nos auxiliarão, posteriormente, a discutir e compreender se e como as interações interculturais ocorridas nas terras da Sesmaria Jaguaribe, especificamente, da

Fazenda São Bento e seu entorno, influenciaram o modo de produção dos artefatos cerâmicos.

5.1 SISTEMA TÉCNICO E PERFIL TÉCNICO

[...] diferentes técnicas que foram utilizadas e como elas estão organizadas, o que caracteriza as escolhas, a composição das técnicas e forma de apresentação (o qual faz parte do sistema de apresentação). No sistema de produção obtemos informações das escolhas feitas pelos grupos (OLIVEIRA, 2000:110).

Antes de expor a breve discussão sobre o material cerâmico, se faz necessário apresentar dois conceitos que subsidiaram esta pesquisa, sendo eles: Perfil Técnico e Sistema Técnico. Analisar os procedimentos técnicos associados a produção de objetos foi, e é, um tema recorrente entre arqueólogos e cientistas sociais com diferentes perspectivas teórico-metodológicas; engendrando, deste modo, a formulação de amplo arcabouço conceitual e um profuso debate sobre este assunto.

Neste sentido, Leroi-Gourhan (1985), ao enveredar-se pela Antropologia das Técnicas seguindo as trilhas abertas por Marcel Mauss (1974) amplia o conceito de técnica¹³⁷, aprofundando essas discussões a partir de uma perspectiva arqueológica, propõe o conceito de “cadeia operatória¹³⁸”; enfatizando a necessidade de análise e identificação das etapas, procedimentos e gestos adotados na produção do material arqueológico, com o objetivo de compreender o sistema tecnológico da sociedade que o produziu.

Embasado nas considerações de Leroi-Gourhan (1985), Lemonnier (1992) define “cadeia operatória¹³⁹”, reafirmando que é preciso compreender todos aspectos do sistema técnico de uma sociedade, pois o processo de produção de qualquer objeto tem em si vários significados. Por isso, ao estudar a cultura material de uma sociedade, o universo tecnológico da mesma deve ser compreendido e interpretado dentro de uma noção

¹³⁷ Marcel Mauss (1974) entende a tecnologia como um fato social total e compreende a técnica como um ato tradicional e efetivo.

¹³⁸ Segundo Leroi-Gourhan (1945:357) cadeia operatória é um conjunto de operações técnicas e gestos comportamentais, ou seja, é o encadeamento de atos, gestos e instrumentos constituintes de um processo técnico (de etapas técnicas), organizado em fases sucessivas e pré-determinada.

¹³⁹ Por cadeia operatória entende-se a “série de operações envolvidas em qualquer transformação da matéria (incluindo o nosso próprio corpo) pelos seres humanos” (LEMONNIER, 1992). Assim, a análise das cadeias operatórias possibilitaria a compreensão da organização tecnológica, já que disponibilizaria condições empíricas para o exame e interpretação das sequências operacionais, ou etapas de fabricação, uso e descarte dos artefatos.

sistêmica, embasada em três premissas: 1 – das técnicas em si¹⁴⁰; 2 – do conjunto de técnicas¹⁴¹; 3 – do sistema técnico em comparação com os demais sistemas culturais; conjugadas em cinco elementos: matéria, energia, objetos, gestos e conhecimento.

Para Lemonnier (1992) a tecnologia é uma expressão material das atividades culturais de uma sociedade, o veículo que permite que os seres humanos ajam sobre a matéria com o intuito de atender suas necessidades econômicas, físicas, sociais, políticas e simbólicas. Nesse sentido, a análise dos sistemas tecnológicos teria a capacidade de colaborar com as tentativas de compreensão da dinâmica e do comportamento sociocultural de um determinado grupo. O sistema técnico tem valores, símbolos e significado das atividades sociais que devem ser considerados nas pesquisas sobre sistema técnico (LEMONNIER 1983, 1992; DOBRES & HOFFIMAN, 1994).

Em consonância com essas perspectivas, Oliveira (2000), sugere a adoção de um método analítico do tipo sistêmico, com o objetivo de identificar os processos técnicos empregados na produção dos artefatos cerâmicos. Assim, Oliveira (2000:111), defende que o sistema técnico é “uma estrutura organizada por diversos perfis técnicos, que por sua vez representa o conjunto das técnicas desenvolvidas por um grupo e, portanto, formam o seu sistema técnico”. A autora ainda destaca que o conceito de sistema técnico abrange também as “inter-relações com outros componentes de um sistema social humano: a economia, as relações familiares e sociais e domínio simbólico” (PERLES, 1986 apud OLIVEIRA, 2000:99).

Especificamente sobre o perfil técnico cerâmico Oliveira (2000:101) destaca que o mesmo é composto por “elementos técnicos, elementos morfológicos, elementos funcionais e elementos decorativos”. Esses elementos são reflexos das escolhas tecnológicas realizadas pelas oleiras, e estão ontologicamente associadas as estratégias ou mecanismos desenvolvidos por cada grupo social na tentativa de organizar e reproduzir o seu universo técnico-cultural (SCHIFFER & SKIBO, 1997).

Sendo assim, a cerâmica produzida por uma artesã indígena ou portuguesa, tende a possuir características próprias e singulares, que determinam o seu perfil técnico, e são frutos de diferentes escolhas técnicas que indicam o modo como aquela sociedade define como os utensílios cerâmicos devem ser feitos e utilizados. Deste modo, a variabilidade

¹⁴⁰ “Pode-se entender técnica como sendo uma ação humana efetiva, levada a cabo a partir da inter-relação de elementos como matéria, gestos, energia, objetos e conhecimento” (SILVA, 2002:122).

¹⁴¹ “Um conjunto técnico constitui-se da inter-relação das técnicas que compartilham dos mesmos comportamentos e modos de ação sobre a matéria e que estão subordinadas aos mesmos princípios mecânicos, físicos ou químicos” (SILVA, 2002:122).

e similaridade, intra e inter sítios, dos artefatos arqueológicos indicariam a adoção, ou não, das mesmas escolhas técnicas, permitindo ao arqueólogo determinar a existência de um ou mais perfis técnicos, e analisar a possibilidade de estarmos diante grupos sociais que compartilham, ou não, o mesmo modo de produzir os objetos cerâmicos (OLIVEIRA, 2000:110).

Isto posto, exporemos a seguir, as características técnicas e morfológicas do material cerâmico, tendo em mente seus fabricantes e/ou as influências deles, ou seja, dos grupos que atuaram na área da Fazenda São Bento do Jaguaribe.

5.2 CERÂMICA INDÍGENA DO LITORAL NORTE PERNAMBUCANO: TUPIGUARANI

Trata-se de tomar o artefato enquanto objeto de análise, uma vez que, como todo comportamento cultural, a produção cerâmica é estruturada em padrões e sequências, que não podem ser obtidas por dados isolados (sejam os fragmentos cerâmicos, sejam os atributos classificatórios), mas sim pela maneira como as informações se estruturam entre si, ou se padronizam numa forma de vasilha (FACCIO, 1992:81).

Como dito anteriormente, as informações etno-históricas apresentam de forma enfática a presença indígena no litoral nordestino durante o período da colonização; os povos que ocupavam esta área eram falantes de línguas do tronco Tupi, especificamente os povos Potiguara, Tabajara e Caeté. Neste cenário, o papel protagonizado pelos indígenas no processo de ocupação e colonização do litoral pernambucano se deu tanto através das alianças¹⁴², quanto da guerra¹⁴³ demonstrando a resistência à colonização portuguesa.

Os Caeté, Potiguara e Tabajara¹⁴⁴ que habitavam as Capitânicas do Norte participaram das políticas indigenistas coloniais, em especial, nos descimentos, missões

¹⁴² No século XVI, os Potiguara eram contrários a colonização portuguesa e se aliaram aos franceses em um acordo de escambo e apoio militar. Ao perceberem a eminente derrota, os Potiguara fizeram acordos e alianças, ressignificando seu papel no processo colonial. Os Caeté, também, são descritos pelos cronistas como um grupo que se dividiram entre aliados e contrários à presença portuguesa.

¹⁴³ Para Siering (2008) alianças e guerras foram dois lados da mesma moeda, sendo maneiras opostas de manifestar o interesse de resistir o processo colonial e suas consequências. As relações sociais estabelecidas pelos europeu com os indígenas, na concepção desta autora constituía um elemento essencial para o processo de (re)elaboração e na invenção da identidade indígena (2008:120). Para os que se encontravam em situação de submissão e dominação a guerra foi o meio mais violento para reivindicar a autonomia, liberdade e suas terras; para Siering (2008:17) na tentativa de manter seu território, os grupos indígenas se envolveram na forma mais drástica e dramática de resistência era através da declaração do estado de guerra.

¹⁴⁴ Durante o contato e a colonização o termo Tabajara passou a designar “nação Tabajara” que representava grupos indígenas aliados, os “cunhados”, dos colonos portugueses. Ao se aliarem aos colonos, assumindo assim, a identidade dos “do outro lado” diante dos indígenas contrários ao projeto colonial.

e aldeamentos que tinham como objetivo, catequisar os grupos indígenas, transformando-os em trabalhadores e aliados. Além de possibilitar a ocupação das terras indígenas pelos colonizadores, propiciavam mão de obra para os colonizadores senhores de engenhos e fazendas (SILVA, 2004:27) e aos mesmo tempo “transformavam”, “educavam” e “adaptavam” os indígenas a viverem uma nova realidade social, econômica, religiosa e cultural.

Com o passar dos séculos, o desenvolvimento econômico se intensificou através da produção açucareira, e nas áreas propícias a este cultivo, instalaram os primeiros núcleos portugueses de povoamento; e como destacado por Koster (2002), em 1812, ou seja, pleno século XIX, a mão de obra indígena foi relevante para a manutenção da indústria açucareira em Pernambuco, bem como da Sesmaria Jaguaribe. Pois, até o século XVIII, os aldeamentos, sejam religiosos ou não, propiciavam a utilização da mão de obra indígena, como ressalta Cunha (2012:02/03):

O trabalho do nativo foi peça chave para o sucesso da colônia, principalmente nos primeiros passos do contato. Ao longo da implantação do sistema colonial, cada vez mais se buscou a mão de obra do indígena para o serviço nas sesmarias, fazendas e engenhos, todavia esse trabalho na grande lavoura não se ajustava aos padrões culturais dos incólas, iam de encontro aos aspectos fundamentais da sua vida (CUNHA, 2012:02/03).

Além das informações fornecidas pelas fontes etno-históricas, nos últimos anos, a arqueologia vem desvelando outros dados sobre a presença e atuação dos grupos indígenas no período colonial. Com início da atuação do PRONAPA, intensificaram-se os estudos sobre a cerâmica indígena em todo o território nacional. No litoral brasileiro foram evidenciados vários sítios com indícios da presença indígena, e tais pesquisas apontavam que estes sítios estariam associados a grupos pertencentes a família linguística Tupi-Guarani, e integrariam à chamada tradição arqueológica Tupiguarani (OLIVEIRA, 2009:132).

Neste mister, em consonância com o cenário desvelado em todo o Nordeste, na região litorânea e nas zonas da mata de Pernambuco, foram e são registrados a presença da cerâmica Tupiguarani em diferentes contextos (ALBUQUERQUE, 1983-1984, 1991, 2008; OLIVEIRA, 2005, 2007, 2011). A diversidade de sítios e material cerâmico Tupiguarani encontrados em todos os estados brasileiros foi tamanha que os

pesquisadores passaram a definir subtradições e fases¹⁴⁵, para melhor delimitar as especificidades regionais e temporais. Contudo, não nos ateremos as estas questões. Nesta pesquisa, focaremos nas características tecnotipológicas da cerâmica Tupiguarani mais comumente encontrada no litoral norte de Pernambuco, mas antes, narraremos brevemente alguns resultados das pesquisas sobre a cerâmica Tupiguarani.

Num primeiro momento, a cerâmica arqueológica Tupiguarani foi definida, de modo geral, como uma “cerâmica policrômica (vermelha ou preta sobre engobo branco ou vermelho), corrugada e escovada”, associada a enterramentos secundários - urnas, machados de pedra polida e tembetás (CHMYZ, 1969:8).

Com o avançar das pesquisas em todas as regiões do Brasil, observou-se que o material cerâmico Tupiguarani apresentava algumas diferenças em seus atributos, como por exemplo, no acabamento de superfície¹⁴⁶ e no antiplástico¹⁴⁷. Contudo, algumas características são recorrentes, como por exemplo, a técnica de manufatura que é predominantemente acordelada, utilizando a sobreposição de roletes ou cordões de argila em espiral desde a base, que pode ser modelada¹⁴⁸ (RIBEIRO, 2008:179); a adição de antiplástico, o predomínio da queima incompleta, o que indicaria uma queima realizada em fogueiras abertas que não atingiam temperaturas muito elevadas.

No que tange a funcionalidade da olaria Tupiguarani, os estudos (SCHMITZ, 2010; PROUS, 1992; CORRÊA, 2014) indicam que ela pode ser considerada como predominantemente doméstica e utilitária, estando a função associada a diversidade morfológica e aos hábitos alimentares (BROCHADO, 1980, 1989; LA SALVIA E BROCHADO, 1989; CORRÊA, 2014). De modo geral, as formas são esféricas,

¹⁴⁵ Toda a apresentação das fases estabelecidas pelos autores que abordamos, foi exposta como intuito a demonstrar alterações ocorridas durante o contato; contudo em nossa pesquisa não trabalharemos com fase.

¹⁴⁶Os acabamentos de superfície encontrados corriqueiramente são, alisado, engobo, banho, decoração em traços policrômicos, corrugado e suas variações. Além de várias alterações plásticas de superfície como por exemplo: roletado, ungulado, pinçado ou beliscado, serrungulado, acanalado, ponteadado, inciso, impresso e escovado (SCHMITZ, 2010:7-8, PROUS, 1992:391).

¹⁴⁷ É adicionado na argila algum tipo de tempero ou antiplástico, como por exemplo, cacos moídos de cerâmica, areia. Contudo há uma variação regional no emprego do antiplástico, sendo utilizado, também, o carvão vegetal (Paraná e São Paulo), conchas moídas (litoral carioca), cariapé e cauxi (Norte), bolos de argila (Nordeste) (PROUS, 1992:390).

¹⁴⁸ Além do acordelado, a cerâmica Tupiguarani também era confeccionada, em menor frequência, com a técnica modelada, sendo este tipo de manufatura evidenciado em sítios de todas as regiões do país (PROUS, 1992:396). Amaral (2015:67-68) destaca que, na cerâmica Tupiguarani o emprego desta técnica pode ser dividido em duas categorias: modelagens figurativas e modelagens utilitárias ou instrumentais. As modelagens figurativas englobam representações antropomorfas e zoomorfas, que podem tanto terem sido utilizadas como apêndices ou detalhe dos vasilhames; darem formas aos cachimbos; ou indicarem a existência de uma estatuária temático-figurativa entre os Tupiguarani (PANACHUK e CARVALHO, 2010:65-70). Já sob a alcunha de modelagem utilitária estão englobados tanto as partes de vasilhas, como alças, asas, bases, quanto os instrumentos independentes como funções próprias, tais como fuso, colheres, suportes de panela, trempes, cachimbos e adornos corporais (PANACHUK e CARVALHO, 2010:71-83).

piriformes, ovais e quadrangulares, já as peças são potes, tigelas, panelas e grandes vasos com ombro e pescoço, cujos tamanhos variam desde os pequenos potes que comportariam menos de 1 litro, até grandes vasos que aceitariam mais de 100 litros (SCHMITZ, 2010:7/8). Prous (1992:395) constata que é comum vasilhames “esferóides de bordas extrovertidas de 8 a 20 cm de diâmetro, cuja altura chega a dois terços da largura”; e peças em “calota de esfera, cuja altura não ultrapassa um terço da largura”, que apresentam um fundo arredondado ou cônico e boca circular.

Em todas as unidades fisiográficas do Nordeste (faixa litorânea, zonas da mata, agreste e sertão) foi identificada a presença da cerâmica Tupiguarani. Deste modo, os diversos estudos realizados ao longo dos últimos anos têm demonstrado que nenhum ambiente foi restritivo à ocupação dos ceramistas Tupiguarani (ALBUQUERQUE, 1983-1984, 1985, 1991, 2008; ALBUQUERQUE & LUCENA, 1991a, 1991b; MARANCA e MEGGERS, 1980; NASCIMENTO, 1990; OLIVEIRA, 2006, 2007, 2009; MARTIN, 2013; AMARAL, 2015). Como discutido por Amaral (2015:69-70):

Essas pesquisas proporcionaram a sistematização de uma extensa gama de informações sobre os sítios Tupiguarani no Nordeste, bem como revelaram as nuances da materialidade Tupiguarani produzida em terras nordestinas. Demonstrando, por exemplo, a grande popularidade que as formas abertas de boca quadrangular ou elíptica, e elaborada pintura policrômica, alcançaram entre os ceramistas locais (ALBUQUERQUE, 2008:77); e a pouca atenção dedicada à elaboração de vasilhames com acabamento plástico (MARTIN, 2008:193).

Especificamente no litoral norte pernambucano, região que abarca oito municípios¹⁴⁹, as pesquisas arqueológicas têm demonstrado a intensa presença dos grupos ceramistas Tupiguarani, e até o momento, foram localizados sítios arqueológicos nos municípios de Goiana, Itapissuma, Abreu e Lima, Igarassu e Paulista. Como apresentaremos a seguir, os resultados das análises realizadas demonstram a significativa dispersão Tupiguarani nesta área, bem como revelam tanto diferenças quanto similaridades no material cerâmico encontrado.

No município de Goiana/PE, as pesquisas desenvolvidas por Marcos Albuquerque possibilitaram a localização de sítios¹⁵⁰ a céu aberto com a presença de artefatos em

¹⁴⁹ São eles: Araçoiaba, Goiana, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Itaquitinga, Abreu e Lima, Igarassu e Paulista. Sendo que as três últimas cidades compunham a área da antiga Sesmaria de Jaguaribe.

¹⁵⁰ Em goiana foram identificados 12 sítios, sendo eles: PE 399 LA/UFPE, PE 400 LA/UFPE, PE 401 LA/UFPE, PE 405 LA/UFPE, PE 408 LA/UFPE, PE 416 LA/UFPE, PE 417 LA/UFPE, PE 419 LA/UFPE, PE 428 LA/UFPE, PE 536 LA/UFPE, PE 546 LA/UFPE e PE 547 LA/UFPE.

superfície e subsuperfície. A cerâmica foi identificada como Tupiguarani, e, apesar da maioria dos fragmentos serem alisados, alguns exemplares possuíam pintura vermelha ou acabamento plástico (ALBUQUERQUE et al, 2014). Quanto ao quadro cronológico disponível para o município, o sítio PE 0786 está inserido no recorde temporal entre 1552 e 1658 e o sítio PE 0787 está inserido no recorde temporal entre 1649 e 1739, ou seja, em ambos foram datadas amostras de cerâmica, e os resultados auferidos indicam que a ocupação dos dois sítios ocorreu durante o período colonial (ALBUQUERQUE et al, 2014:35-37).

Em Igarassu/PE, Marcos Albuquerque e sua equipe localizaram cinco sítios¹⁵¹ com material cerâmico Tupiguarani. Entre eles merece destaque o sítio PE-13-LN, um sítio considerado de contato entre indígenas e europeus, que seria o local onde Cristóvão Jaques teria instalado sua Feitoria em 1516. Segundo Albuquerque (1969), a cerâmica Tupiguarani encontrada nesta área apresenta as seguintes características técnicas e morfológicas: manufatura acordelada, emprego de caco moído e grãos de areia como antiplásticos, queima em atmosfera oxidante, mas com presença de peças com oxidação incompleta. Os vasilhames teriam tonalidades¹⁵² que variam entre o cinza claro e escuro, marrom avermelhado claro e vermelho alaranjado. Já as formas seriam semi-globulares e ovais, apresentando base arredondada, bordas reforçadas externamente, talhadas e simples. Dentre os tratamentos de superfície identifica-se o emprego do alisado, engobado (branco e vermelho), pintura policroma (vermelho sobre branco, vermelho e preto sobre branco, preto sobre branco), ungulado, escovado e acanalado.

Já as pesquisas desenvolvidas por Cláudia Alves de Oliveira vêm contribuindo para a delimitação das áreas de ocupação indígena nos municípios de Goiana, Itapissuma, Igarassu, Abreu e Lima e Paulista. Tendo sido gerado um vasto acervo com cerâmica Tupiguarani. De modo geral, foram identificados sítios a céu aberto, situados em topos de colinas, áreas planas e semi-planas, com artefatos dispersos em superfície e subsuperfície.

No município de Itapissuma, a arqueóloga registrou dois sítios multicomponenciais (Sítio Terra Norte I e Terra Norte II), com a presença de artefatos litocerâmicos associados a tradição Tupiguarani dispersos por um raio de 700m. De acordo com

¹⁵¹ Sítios: PE 420 LA/UFPE, PE 424 LA/UFPE, PE 452 LA/UFPE, PE 457 LA/UFPE e PE 459 LA/UFPE.

¹⁵² Com relação a tonalidade do material cerâmico, vale frisar que optamos por manter as descrições e informações dos autores, como eles apresentam, por isso, em alguns casos é utilizado o sistema de cores Munsell e em outros não.

Oliveira (2016), os artefatos cerâmicos caracterizam-se, de modo geral, pela manufatura acordelada; pasta com o uso de areia, bolo de argila e caco moído como antiplástico; tratamento de superfície empregado são: alisado, polido, brunido, engobo branco, vermelho sob engobo branco, pintado de vermelho; sendo mais comuns vasilhames com bojo simples, borda direta, reforçada externamente e expandida e lábio arredondado.

Em Igarassu foram localizados quatro sítios com presença de material Tupiguarani, sendo eles os sítios São José, Açú, Pepino e Alto da Serpente. De modo geral, a coleção cerâmica destes sítios apresenta diversas características tecnotipológicas em comum, merecendo destaque a utilização de areia e bolo de argila para controle da plasticidade da pasta; recorrência de vasilhames com morfologia simples; base plana ou côncava; borda direta, cambada, expandida, extrovertida, reforçada externamente e reforçada internamente; lábio arredondado, plano e apontado; tratamento de superfície alisado e pintado em vermelho e linhas longitudinais e verticais, alternadas entre preto, vermelho claro e escuro, sobre engodo branco (OLIVEIRA, 2007, 2011, 2016).

Segundo Oliveira (2007, 2009), características técnicas muito semelhantes as descritas acima também foram observadas no acervo cerâmico dos sítios Mereré I e Mereré II, Arataca I, Arataca II¹⁵³ e Vila da Foice¹⁵⁴, localizados no município de Goiana.

Na área da Sesmaria Jaguaribe, os trabalhos desenvolvidos por Oliveira (2005, 2007, 2009, 2011) possibilitaram a identificação de três sítios com presença de material Tupiguarani no município de Paulista. São eles os sítios do Campo (multicomponencial, a céu aberto), Campo do Oriente I (unicomponencial, a céu aberto) e sítio Campo do Oriente II (multicomponencial, a céu aberto). Segundo a autora, de modo geral, o acervo cerâmico destes sítios caracteriza-se pelo predomínio de manufatura acordelada; queima incompleta; pasta com antiplásticos composto por areia, bolo de argila e caco moído; bordas reforçada externamente, extrovertida, entrovertida, direta e expandida; lábios apontado, arredondado, plano, apontado e ungulado; bojos simples e carenado; bases plana, semi-plana e arredondada; tratamento de superfície alisado, engobado (vermelho e

¹⁵³ Nos sítios Mereré I e Mereré II, Arataca I, Arataca II, as características tecnotipológicas são: manufatura acordelada, na pasta identificou-se antiplástico do tipo bolo de argila e areia; morfologia: borda reforçada externamente, reforçada internamente, direta, expandida e talhada, lábio apontado, arredondado, plano e ungulado, bojo simples e carenado, base plana e semi-plana, tratamento de superfície: alisado e pintado de branco, vermelho e preto. Motivos: linhas, pontinhos e faixas pintadas, linhas longitudinais e verticais, alternadas entre preto, vermelho claro e escuro, sobre engobo branco (OLIVEIRA, 2009:136).

¹⁵⁴ No sítio Vila da Foice, as características tecnotipológicas são: antiplástico: areia, bolo de argila e caco moído; morfologia: bojo simples, borda reforçada externamente, entrovertida e direta, lábio plano, e borda com decoração talhada no lábio, tratamento de superfície: alisado e pintado de branco, preto, vermelho, vermelho e branco, branco e preto, vermelho, preto e branco (OLIVEIRA, 2007:99).

branco), pintura policromica com motivos de pontos, faixas, linhas longitudinais e verticais, alternadas entre preto, vermelho claro e escuro, sobre engobo branco. Vale destacar a existência de uma data por radiocarbono (C14) que indica que o sítio do Campo, seria anterior ao advento da colonização, tendo sido ocupado pelos ceramistas Tupiguarani à aproximadamente 1123±43 AP (OLIVEIRA, 2005:38-42).

Por fim, no município de Abreu e Lima, além dos sítios que integram a presente pesquisa de doutoramento, foram localizados onze sítios com a presença de cerâmica Tupiguarani¹⁵⁵. São eles os sítios unicomponenciais Jatobá e Alto da Belenga; e os sítios multicomponenciais Alto Córrego do Ouro, Arco Iris I, Arco Iris II, Arco Iris III, Arco Iris IV, Arco Iris V e Arco Iris VI. Apesar das idiossincrasias de cada sítio, as análises tecnotipológicas realizadas por Oliveira (2005:35-37; 2011:38-57), indicam a existência de características comuns recorrentes nos diferentes acervos cerâmicos. Dentre essas destaca-se o predomínio da manufatura acordelada; queima incompleta; antiplásticos: areia e bolo de argila; bojo simples; base semi-plana, plana e convexa; borda direta, reforçada externamente, extrovertida e expandida; lábio arredondado, apontado e plano; tratamento de superfície alisado, pintado de vermelho, vermelho e branco, branco e preto.

Em certa medida, as informações e resultados dos estudos arqueológicos no litoral norte pernambucano que acabamos de descrever, nos fornecem um importante arcabouço para análise e identificação dos principais elementos técnicos, tipológicos e morfológicos recorrentes na cerâmica Tupiguarani desta área. Nesse sentido, esses dados são de grande valia em nossa tentativa de estabelecer parâmetros para análise e interpretação dos possíveis efeitos do contato sobre a produção oleira dos indígenas que viveram na Fazenda São Bento e seu entorno.

5.3 CERÂMICA PORTUGUESA

Os circuitos comerciais intercontinentais alimentados pelo ensaio e cultivo de novos produtos de exportação do açúcar capitalizam a entrada e o fluxo de apetrechos que constituem a civilização material europeia (SOUSA, 2011:172).

Este tópico tem o intuito de apresentar as características técnicas das cerâmicas portuguesas, tendo como foco o material cerâmico localizado nos sítios arqueológicos de

¹⁵⁵ Estes sítios não foram inseridos em nossa pesquisa por estarem muito distante da área da Fazenda São Bento e de seu entorno.

Portugal e do Brasil. Tendo como base a bibliografia consultada, podemos subdividir a cerâmica portuguesa em três categorias: cerâmica açucareira, cerâmica pedrada e cerâmica comum (cerâmica fina, cerâmica preta e cerâmica vermelha). Esta subdivisão foi adotada tendo em vista sua capacidade de representar tanto os elementos técnicos e morfológicos empregados na fabricação das cerâmicas portuguesas, quanto os diferentes aspectos e contextos culturais e socioeconômicos aos quais os objetos cerâmicos estavam associados.

Todavia, antes de adentrarmos na apresentação destas três categorias, vale frisar, que todas compartilham certas características que, apesar de não serem exclusivas da olaria portuguesa, em nosso trabalho são importantes para identificação do material cerâmico produzido em Portugal ou de objetos produzidos para as colônias seguindo os mesmos parâmetros técnicos de Portugal. Tratam-se, portanto, de vasilhames fabricados com o emprego do torno e queimados em fornos fechados¹⁵⁶.

5.3.1 Formas de açúcar

A cerâmica açucareira ou cerâmica do açúcar engloba diversos utensílios cerâmicos utilizados na produção, no transporte¹⁵⁷ e comercialização do açúcar, como exemplo, alguidares, bacias, jarros de Castela¹⁵⁸ e as formas de açúcar (MORGADO, 2009:07). As

¹⁵⁶ Além disso, é importante destacar que outra categoria de cerâmica abordada pela literatura consultada sobre o contexto português, e relevante para as nossas análises sobre a Sesmaria Jaguaribe, seria os artefatos associado aos africanos escravizados. Entretanto, apesar de terem sido encontrados, e possivelmente fabricados, em territórios portugueses, na Europa e no além-mar, esses objetos se diferenciam nas técnicas de fabricação (acordelado, modelado) e queima (em fogueiras), normalmente empregadas na olaria portuguesa.

¹⁵⁷ O açúcar era transportado em caixas de madeira de cedro e de til, cuidadosamente vedada evitando a entrada de umidade. Mas também é conjecturado a possibilidade de o açúcar ter sido comercializado, também, em recipientes de barro (SOUSA, 2011).

¹⁵⁸ **Jarro de Castela** (porrão) é um recipiente de cerâmica colocado debaixo da forma de pão-de-açúcar para recolher o mel resultante da purga. O custo da importação do material cerâmico era alto, então, em várias regiões, inclusive no Brasil, adotou-se, também, o sistema de *corrente de furo das formas*, ou seja, tábuas com buracos redondos onde colocavam as formas de pão-de-açúcar para purgar, o mel escorria pelos canais de madeira inclinados (corrente de pão) para o tanque de mel (NUNES, 2006:67).

formas de açúcar eram divididas em três tipos tendo em vista sua capacidade volumétrica e dimensão: forma de pão-de-açúcar¹⁵⁹, sino¹⁶⁰ e forminha¹⁶¹.

Apesar da cerâmica do açúcar ser diversificada, nesta pesquisa focaremos nossa análise somente nas formas de açúcar, tendo em vista sua funcionalidade e características únicas, o que facilita sua identificação nos acervos cerâmicos analisados. Deste modo, com o intuito de apresentar as principais características das formas produzidas em Portugal, para posteriormente, comparar com as formas de açúcar encontradas na área da Fazenda São Bento e seu entorno, sintetizaremos os resultados de pesquisas realizadas nas regiões Machico, Barreiro e Aveiro. Áreas conhecidas historicamente por serem grandes polos oleiros entre os séculos XV e XIX.

Em Machico, os estudos arqueológicos sobre material cerâmico dos séculos XV e XVII, revelaram a recorrência de quatro tipos de formas de açúcar: o tipo 1 são formas grandes (Sinos), com diâmetros entre 42 e 55 cm, com borda reforçada externamente. O tipo 2 são formas médias (Forma de pão-de-açúcar), com diâmetros entre 30 e 39 cm, com borda reforçada externamente. O tipo 3 são formas pequenas (possíveis forminhas), com diâmetros entre 20 e 28 cm, com lábio arredondado. O tipo 4 está associado ao século XV, e são formas de açúcar com dimensões menores (possíveis forminhas) com diâmetros de 16 cm, com borda reforçada externamente e lábio apontado. As pastas são geralmente compactas, de cor alaranjada, contendo grãos de quartzosos e micáceos. De modo geral, as formas de açúcar de Machico apresentam pasta mais ou menos compacta, com cor alaranjada e avermelhada e furos nas bases oscilando entre 1,2 e 1,6 cm de diâmetro (SOUSA, 2011).

Em Barreiro foi identificada a presença de três tipos de formas de açúcar. “Formas Menores” (possivelmente forminhas), com 20 cm de abertura de boca e capacidade volumétrica para conter 2,5kg de açúcar. “Formas Médias” (possíveis formas de pão-de-

¹⁵⁹ **Forma de pão-de-açúcar** é um recipiente com molde cônico com um furo no vértice, usado para purgar o açúcar, fazendo os pães de açúcar. Tais formas teriam tamanho médio e eram utilizadas em açúcar refinado, ou seja, com mais de um cozimento. No Brasil foi registrado o seu uso no século XVI durante o auge da produção açucareira (ANTONIL, 1955:72); bem como em Pernambuco (CARDIM, 1925).

¹⁶⁰ O **Sino** é um recipiente com as mesmas características da forma de pão-de-açúcar, o que diferencia é o tamanho, pois estes têm grandes dimensões. São utilizados para cristalizar e purgar grandes quantidades de açúcar que fora preparado em um único cozimento. Antonil (1955:75) faz referência da utilização de sinos no Brasil: “altas três palmos e meio, e proporcionadamente largas, com maior circunferência na boca, e mais apertadas no fim, aonde são furadas. [...] Vendiam-se por quatro vinténs, salvo se a falta delas e o descuido de as procurar a seu tempo lhes acrescentasse o valor”. E em antigos engenhos de Pernambuco, usava-se o sino para produzir o açúcar de sino, um tipo de açúcar branco, cristalizado (NUNES, 2006:66).

¹⁶¹ **Forminha**: Nunes (2006:67) relata: “a existência de três modelos distintos de contentores cerâmicos (sinos, formas e forminhas), respectivamente as formas grandes, as formas médias e as formas pequenas, usadas na cristalização e purga do açúcar. A Forminha seria a com menores dimensões.

açúcar), com 20 cm de abertura de boca, 40 cm de altura, paredes grossas, lábio arredondado e base perfurada, capacidade volumétrica para conter 4 a 5 kg, e algumas apresentam marcas¹⁶² nas bordas (TORRES, 1991:160). “Formas Maiores” (possivelmente, sinos) são peças com dimensões superiores, possuem boca ampla (36cm de diâmetro), paredes grossas, borda extrovertida e arredondada, com capacidade volumétrica superior a 5kg (MORGADO, 2009).

De modo geral, as formas de açúcar de Aveiro apresentam lábio arredondado, e diâmetro de abertura de boca entre 18 a 26 cm, com dimensão entre 39 a 47 cm. Na maioria das vezes a cerâmica de Aveiro é produzida com a “Argilas de Aveiro”¹⁶³ (GOMES E GOMES, 1989; MORGADO, 2009; MORGADO et al, 2011). Cabe frisar que, as pesquisas arqueológicas realizadas no Museu de Aveiro, antigo Convento de Jesus, indicam que as formas de açúcar foram usadas na dispensa e/ou cozinha do Convento. Contudo, este não é o único caso em que as formas eram usadas em outras funções. Na cidade de Aveiro é possível identificar vários locais onde este tipo de cerâmica, às vezes formas inteiras foram utilizadas para a construção de muros ou paredes (MORGADO, 2009:07).

Trazendo as discussões para o contexto arqueológico no nordeste brasileiro, Bezerra (2009:72) em sua dissertação, adotou alguns estudos realizados em Portugal como parâmetro comparativo para estabelecer os tipos de formas de açúcar localizados Engenho Monjope, questionando se houve e quais eram as mudanças tecnológicas. O pesquisador identificou no material cerâmico da área estudada dois tipos. No Tipo 1 o diâmetro de abertura de boca oscila entre 44 e 48 cm, e a espessura da mesma alterna entre 1,9 e 2,5 cm, com tonalidade de pasta avermelhada. No Tipo 2 o diâmetro de

¹⁶² A forma de açúcar além de ter uma função produtiva, também estabelecia medidas de produção e de venda. Levando em consideração estas funcionalidades, no século XV, o Rei D. Afonso V estabelece um padrão para as formas de açúcar, regularizando seu tamanho, assim, sete ou oito formas de açúcar deveria corresponder a uma arroba (MORGADO, 2009:07). Com isto, adotou-se as Marcas (que simbolizavam às assinaturas nas peças) de oleiro registradas nas bordas das formas de açúcar, sinalizando o cumprimento da ordem real. As olarias da Mata da Machada, Barreiro, registaram cinco marcas de oleiro distintas nas ligadas à produção açucareira: símbolos em forma de “Y”, em representação isolada ou em conjunto “YY” e “X” ou “XX”, com contorno inciso (SOUSA, 2011:457). Contudo, até onde pudemos avançar com nossa pesquisa de doutorado, não encontramos nenhum registro que vinculasse diretamente a cerâmica de Barreiro, em especial as formas de pão-de-açúcar com o material cerâmico encontrado nos sítios arqueológicos do Brasil.

¹⁶³ A maioria do material cerâmico desta região é produzido com a “Argila de Aveiro”, que contém propriedades químicas e mineralógicas adequadas para a produção de cerâmica. Esta pasta tem características que são perceptíveis até mesmo em análises macroscópicas. A pasta tem grãos finos e médios de quartzosos e micáceos, distribuídos regularmente na pasta. Sua tonalidade varia entre avermelhada, acastanhada e alaranjada (SOUSA, 2011; MORGADO, et al, 2011).

abertura de boca oscila entre 52 e 60 cm e sua espessura alterna entre 2,2 a 2,5 cm, com tonalidade de pasta acastanhada.

O autor concluiu que no Engenho Monjope era utilizado somente a forma do tipo Sino, e que estes se diferenciam das formas portuguesas, principalmente pelo tamanho da abertura da boca, como pela presença de caneluras grandes a partir da borda, chegando muitas vezes ao meio da peça. Além das análises macroscópicas, foram realizadas análises físico-químicas em cinco amostras, sendo constatado que apenas um dos fragmentos apresentava semelhança com os componentes mineralógicos da argila coletada na área. Assim, o autor sugere que o Engenho Monjope não era autossuficiente na produção de cerâmica do açúcar; não sendo, contudo, possível terminar o local de procedência das formas utilizadas no Engenho Monjope (BEZERRA, 2009).

De modo geral, as formas de açúcar (Fig. 9), ou seja, os pães-de-açúcar, os sinos e forminhas podem apresentar tamanhos, capacidade volumétrica, características morfológicas (tipos de lábios, bordas e bojós), características técnicas (tipos de pastas) e tonalidades variadas, contudo, todas apresentam a mesma forma cônica e o furo na base.

Figura 9- Prancha de imagens de fragmentos de formas de pão de açúcar	
Forma de Açúcar de Aveiro, Portugal	Forma pão de açúcar de Machico, Portugal
	
Fonte: (MORGADO, 2011:541)	Fonte: (SOUSA, 2011:203)
Forma de pão de açúcar, Sítio Engenho de Itacimirim, Porto Seguro, Brasil	Base com furo de forma de pão de açúcar de Funchal, Portugal

	
<p>Fonte: (ETCHEVARNE, 2011:10)</p>	<p>Fonte: (SOUSA, 2011:105)</p>

5.3.2 Cerâmica Comum: Cerâmica Vermelha e Cerâmica Preta

De modo geral, os arqueólogos que se dedicaram à análise da cerâmica comum encontrada nos sítios portugueses a dividem em duas categorias, que tem como fator determinante a coloração da pasta. São elas a cerâmica vermelha¹⁶⁴ (Fig. 10) e cerâmica preta (MANGUCCI, 2007; FERNANDES, 1999).

Figura 10- Prancha com fragmentos de cerâmica com tonalidades avermelhadas	
Fragmento de cântaro com engobo, pasta vermelha, de Aveiro	Peça com pasta castanho avermelhada
	
Prato com pasta alaranjada, da região de Aveiro	Os fragmentos de cerâmica com pasta vermelha, do século XVII de Machico

¹⁶⁴ Contudo, para a pesquisadora Vieira (2011:662) a cerâmica comum comporta ainda o conjunto de pastas castanhas e claras (bege e rosada). A priori, observamos que o que difere a cerâmica vermelha e preta da cerâmica castanhas e claras (bege e rosada) é somente a tonalidade, ou seja, as técnicas, a morfologia, a funcionalidade, os contextos arqueológicos e o recorde temporal são basicamente os mesmos, sendo assim focaremos nossa apresentação na cerâmica vermelha e preta, e quando necessário, abordaremos as demais.

	
Fragmentos com pasta avermelhada, de Madeira	Pasta castanho avermelhado de Madeira
	
Fonte: (SOUSA, 2011)	

Para além destas diferenças, observa-se que, quanto a morfologia e funcionalidade, a cerâmica comum era empregada na produção de uma grade gama de objetos¹⁶⁵. Sendo, contudo, mais recorrente nos sítios arqueológicos a descoberta de quartas¹⁶⁶, alguidares, panelas, púcaros¹⁶⁷, tigelas, frigideiras e cântaros¹⁶⁸ (MANGUCCI, 2007; FERNANDES, 1999).

Nos sítios dos séculos XV e XVI, em Madeira e Açores, pesquisados por Sousa (2011), as panelas de cerâmica comum, incluindo a cerâmica preta e a cerâmica vermelha

¹⁶⁵ Isabel Fernandes (1999) mostra os termos utilizados para designar as peças de cerâmica preta e vermelha, entre os séculos XIV e XIX: açucareiro (séc. XIV), alguidar (séc. XIV), assador (séc. XVI) ou assadeira de castanhas (séc. XVIII), bacio servidor (séc. XVIII; privado e servidor, séc. XVII; vaso de águas (séc. XVIII; bacio ou penico, séc. XIX), barril (séc. XVII), bilha (séc. XVIII), cabaça (séc. XVI); candeeiro (séc. XIV), cântaro (séc. XIV), enfusa (ou infusa, séc. XIV), fogareiro (séc. XVI), frigideira (séc. XVI), garrafa (séc. XVIII), jarra (séc. XVIII), malga (séc. XVI), mealheiro (séc. XVIII), panela (séc. XIV), porão (séc. XVI), pote (séc. XIV), prato (séc. XVI), pingadeira (séc. XVIII ou assadeira), púcara (séc. XIV), púcaro (séc. XIV), sertã (séc. XIV), tacho (séc. XVI), talha (séc. XVI), tigela (séc. XIV).

¹⁶⁶ Quarta ou quartinha: Recipiente de vários tamanhos e formas, com pescoço e bojo globular, base plana, em pedestal ou anelar, pode ter ou não alças, geralmente é acompanhada de tampa, são utilizadas para armazenar água.

¹⁶⁷ O púcaro e pucarinho exibem formas globulares, de tamanhos distintos, pode ser vidrado e ou cerâmica fina, com asas verticais. Utilizado para servir e conter líquidos (SOUSA, 2011:363).

¹⁶⁸ Os cântaros eram usados para transportar e conter água na cozinha. São vasos de médio e grande porte, com dimensões superiores às bilhas, morfologicamente se distinguem das bilhas por terem duas asas verticais, colo alto e corpo globular e ovóide (SOUSA, 2011:340).

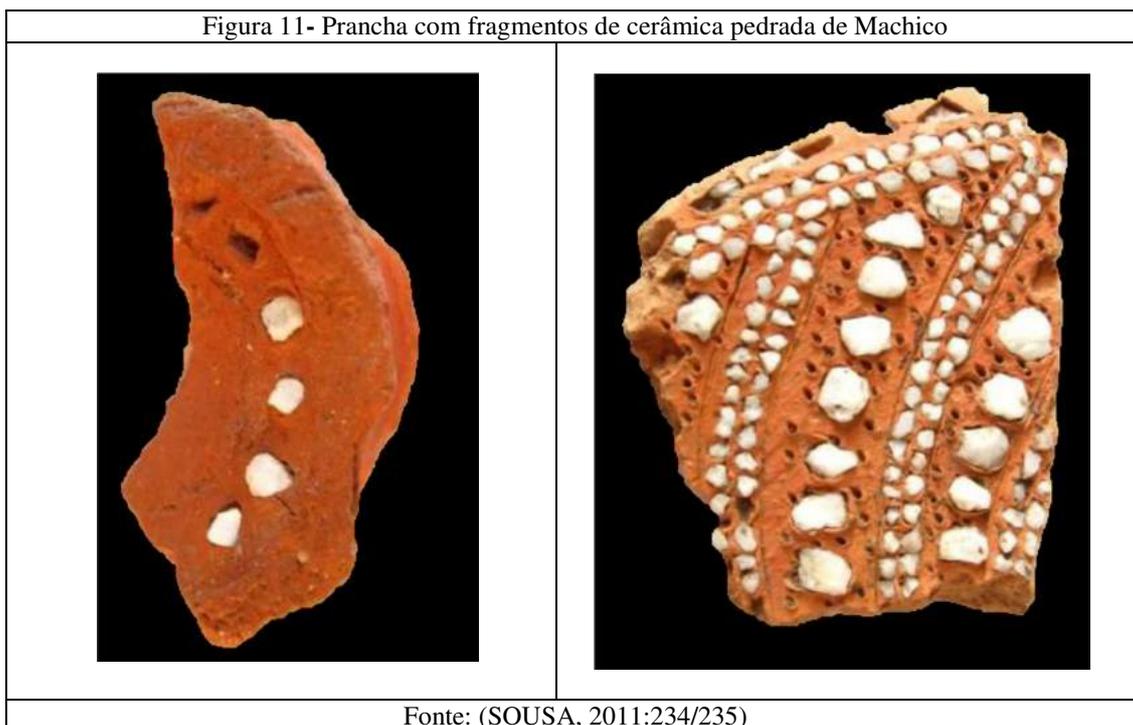
são de vários tamanhos, apresentam bordas extrovertidas, lábios apontados, paredes finas (2 mm), os acabamentos de superfície mais utilizados são alisados e brunidos; e as pastas são compactas. Já Mangucci (2007), ao estudar alguns sítios do século XVIII, em Lisboa, relata que a cerâmica vermelha era utilizada para armazenamento, conservação e preparo de alimentos, serviço de mesa, iluminação, apoio médico e higiene íntima.

No contexto nacional, podemos citar as pesquisas de Etchevarne (2006) que ao estudar a área da Sé e do Pátio dos Estudos Gerais, em Salvador na Bahia, identificou fragmentos de cerâmica vermelha, “empregados na preparação de alimentos no fogo e na conservação de líquidos” (ETCHEVARNE, 2006:64). Na coleção cerâmica portuguesa formada em decorrência destas pesquisas “há exemplares de pote, talha, púcaro, bacia, gamelas e panela. As panelas são de diversos tamanhos, de formas globulares, com bordas abertas ou ligeiramente introvertidas” (ETCHEVARNE, 2006:65). “Os potes e talhas, são recipientes com grande diâmetro de boca e com inclinação das paredes, os púcaros têm paredes finas, modeladas com decoração barroca” (ETCHEVARNE, 2006:66).

5.3.3 Cerâmica Pedrada

Cerâmicas Pedradas¹⁶⁹ ou empedradas (Fig. 11) são cerâmicas decoradas com pequenos fragmentos de quartzo branco e leitoso incrustadas na superfície externa da peça. De modo geral, a dimensão das pedras de quartzo varia entre 1 mm e 4 mm. Este tipo de decoração geralmente ocorre em peças com pastas de tonalidade castanha avermelhada (2,5YR6/6, Munsell), avermelhada (2,5YR 5/6, Munsell, 2,5YR 6/6, Munsell), rosa e suas variações, acastanhada, alaranjada, vermelho alaranjado claro e vermelha escura (TRINDADE, 2012; SOUSA, 2011; SARDINHA, 1990/1992).

¹⁶⁹ Acredita-se que este tipo de técnica de decoração surgiu entre os séculos XV e XVI; sua confecção original é atribuída à olaria portuguesa e sua produção é associada aos centros oleiros de Estremoz e Nisa (região de Alentejo). Existem documentos históricos do século XVI que relatam que a técnica do empedrado nas regiões de Estremoz e de Montemor-o-Novo, cidade do distrito de Évora, região de Alentejo (SARDINHA, 1990/1992; SOUSA, 2011).



A decoração pedrada também pode estar associada a outros tipos acabamento de superfície, como por exemplo, engobos e incisões com empedramentos. Identificaram-se os seguintes objetos cerâmicos pedrados: botijas com duas asas, tampas, testos, tachos, púcaros, tigelas, infusa, palmatória e tacinha (TRINDADE, 2012; SOUSA, 2011; SARDINHA, 1990/1992).

No contexto nacional, ao analisar o material cerâmico do século XVII encontrado no centro histórico de Salvador, Carlos Etchevarne (2006:66) evidenciou, na área próxima à Santa Casa de Misericórdia, fragmentos cerâmicos com pasta vermelha e com decoração incisa associada a pequenos fragmentos de quartzo branco. O autor defende que este material era utilizado nas residências e instituições importantes da cidade; o que também é observado pelos pesquisadores portugueses consultados, que relatam a presença deste tipo de material em hospitais e conventos (TRINDADE, 2012; SOUSA, 2011; SARDINHA, 1990/1992).

5.3.4 Cerâmica Fina

A “loiça fina não vidrada”, ou simplesmente cerâmica fina, passou a ser produzida em Portugal entre os séculos XVI e XVII, pautando-se nas características de cerâmicas importadas de outras regiões da Europa e das Índias Orientais. Deste modo, a produção e consumo da cerâmica fina remete às relações socioeconômicas internacionais,

fomentadas pelo mercantilismo; sendo, a priori, sua posse normalmente restrita às famílias aristocráticas e aos grupos religiosos locais mais abastados (SOUSA, 2011; TRINDADE, 2012). Sua popularidade foi tamanha que muitos oleiros regionais de Portugal, começaram a produzir, ou melhor, a reproduzir as cerâmicas finas, e tiveram como resultado uma cerâmica igualmente fina¹⁷⁰, mas, com qualidades técnicas, um pouco, inferiores (SOUSA, 2011).

A cerâmica fina tinha qualidade técnica e estética mais acurada, apresentando espessura mais fina que as demais cerâmicas, pasta compacta e homogênea com tonalidade, rosa claro, vermelha alaranjada e avermelhada. A técnica de confecção empregada é o modelado e os tratamentos de superfícies mais comuns são o acetinado (polido), pintado, brunido e engobo com tonalidades intensas, acompanhados de incisões e pinturas (branco). A decoração é composta por apontamentos com reticulados oblíquos, linhas quebradas em ziguezague e onduladas, caneluras, ônfalos (pequenas concavidades). Raramente ocorre a decoração pedrada na cerâmica fina. Os objetos normalmente eram utilizados para conter e servir/consumir líquidos, sendo comuns os púcaros e pucarinhos (MANGUCCI, 2007; SOUSA, 2011; TRINDADE, 2012). De modo geral, a espessura da cerâmica fina pode alternar entre 0,2 e 0,4 cm (SOUSA, 2011:328).

¹⁷⁰ Amorim (1995:411) relata que por volta de 1775 surgiu a louça fina de Aveiro, no contexto industrializador de Pombal, ocorrendo no mesmo período a produção da cerâmica fina em Viana do Castelo, Porto e Coimbra. Contudo, apesar da crescente popularidade, a cerâmica fina não substituiu a cerâmica vermelha, como pode ser verificado em Coimbra que tinha, nesta época, 11 olarias/fábricas com forte tradição na produção da cerâmica vermelha.

6 APORTES METODOLÓGICOS APLICADOS AO ESTUDO DO MATERIAL CERÂMICO: ANÁLISES DOS ELEMENTOS DO PERFIL TÉCNICO E ARQUEOMÉTRICAS

A característica distintiva do método é a de ajudar a compreender, no sentido mais amplo, não os resultados da investigação científica, mas o próprio processo de investigação (GRAWITZ, 1979).

A pesquisa arqueológica é essencialmente uma atividade interdisciplinar, visto que, através de métodos, técnicas e de arcabouço teórico compartilhado com outras disciplinas o trabalho de análise e compreensão dos dados e contextos arqueológicos é otimizado. Possibilitando a construção de interpretações e narrativas mais fidedignas sobre o passado.

Nesse mister, foi sob alicerces multidisciplinares que estruturamos vários procedimentos metodológicos utilizados tanto para coletar os dados quanto para tratar as informações que subsidiam a presente pesquisa. Assim, neste capítulo, discutiremos os parâmetros e variáveis adotados na análise tecnotipológica dos fragmentos cerâmicos, cálculo do índice de porosidade, teste de similaridade e reconstituição hipotética das formas; além de apresentar os processos adotados para a caracterização físico-química dos artefatos (fluorescência de raios X) e datação (TL e LOE).

6.1 PARÂMETROS PARA CARACTERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DO PERFIL TÉCNICO DO MATERIAL CERÂMICO

É claro que não é só a tecnologia quem determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo (CASTELLS, 2000:24).

Antes de adentrar nas apresentações dos parâmetros para a caracterização dos elementos técnicos e morfológicos da coleção cerâmica da Fazenda São Bento e seu entorno, vale frisar que focaremos somente no material cerâmico, outros tipos de artefatos não farão parte desta pesquisa. É necessário, ainda esclarecer que como estamos

estudando as mudanças e continuidades na cerâmica, as louças (cerâmica: grés¹⁷¹, porcelana¹⁷², vidrada, vitrificada¹⁷³, faiança¹⁷⁴ e faiança fina¹⁷⁵), que são exemplo das tecnologias estrangeiras não serão incluídas nesta pesquisa. Sendo assim, nosso objeto de estudo será a cerâmica utilitária comum, seja aquelas que apresentam o perfil técnico colonial (incluindo a cerâmica açucareira) ou indígena.

A coleção cerâmica foi analisada visando identificar os processos técnicos empregados na produção dos artefatos. Deste modo, os elementos produtivos, morfológicos, funcionais e decorativos, quando analisados em conjunto nos possibilitam reconhecer e caracterizar o perfil técnico cerâmico (OLIVEIRA, 2000).

Em termos práticos, para identificar o perfil técnico (ou os perfis técnicos) da coleção cerâmica, privilegamos a averiguação das características passíveis de observação macroscópica¹⁷⁶. Para o registro das informações auferidas, utilizamos um protocolo alfanumérico, destinado ao registro dos atributos (tipos de pasta, modo de produção, tipo de queima, morfologia, espessura e acabamentos de superfície) dos artefatos analisados. Optamos por empregar a nomenclatura proposta por Chmyz (1966) e La Salvia e Brochado (1989).

A seleção dos fragmentos cerâmicos que foram analisados foi orientada por dois critérios: primeiro, deveria ser passível de reconhecimento no mínimo a morfologia e dois elementos tecnotipológicos; segundo, as peças selecionadas deveriam possuir dimensões superiores a 2 cm (com exceção de fragmentos de bordas, lábios e com acabamento

¹⁷¹ São objetos cerâmicos que “apresentam uma composição de contextura muito forte, densa, impermeável, de grão fino, cozidos a altas temperaturas e levados a vitrificação total” (PILEGGI, 1958 apud ZANETTINI, 1986:121).

¹⁷² “É uma louça branca, vitrificada e translúcida, cuja alta temperatura de queima, entre 1300°C e 1450°C elimina o limite entre a pasta e o esmalte” (WORTHY, 1982, apud SYMANSKI, 1997:156).

¹⁷³ Na própria superfície da cerâmica vitrificada é formado o vidro, ou seja, durante a fabricação desta cerâmica, ocorre o processo de vitrificação, quando minerais silicatos e óxidos são aquecidos (durante a cocção em altas temperaturas) o suficiente para que se fundam, formando um líquido viscoso (RYE 1981:108).

¹⁷⁴ A faiança é feita com “argila de grande plasticidade, cozidos à temperatura reduzida, porosos e resistentes. Estes são cobertos de esmalte opaco à base de compostos de chumbo e estanho tornando-se mais duro e sonoros. Tal esmalte destaca-se da base como se fosse uma pele” (PILEGGI, 1958 apud ZANETTINI, 1986:122).

¹⁷⁵ A faiança fina “apresenta pasta dura e opaca branca, infusível ao fogo de porcelana e com um vidrado de chumbo. Sua pasta é produto e vários ingredientes, conforme a fábrica que os aplica; é compacta e de forma geral esbranquiçada dispensando o engobo. Existe um sem-número de variedades como pó-de-pedra, granito, etc.” Segundo Pileggi, a faiança fina trata-se de uma categoria intermediária entre a faiança e a porcelana (ZANETTINI, 1986:123)

¹⁷⁶ A análise macroscópica realmente nos fornece subsídios para identificação e caracterização das técnicas de manufatura, contudo, reconhecemos que o emprego da microscopia óptica (ZUSE, 2013:167) ou do Raio X poderiam fornecer informações mais precisas (CALZA, et al, 2013).

plástico ou pintura na superfície externa e/ou interna). Desta forma, foram considerados residuais todos os fragmentos que não atenderam os critérios supracitados.

6.1.1 Técnicas de Manufaturas: Modelado, Moldado, Acordelado ou Roletado e Torneado

Todo o objeto deve ser estudado: 1° em si mesmo; 2° em relação às pessoas que se servem dele; 3° em relação à totalidade do sistema observado (MAUSS, 1993:47).

Quando úmida, a argila é um material maleável e de fácil manuseio, e, não por acaso, essa matéria prima tem sido utilizada por diferentes grupos humanos ao longo dos últimos milênios para fabricação de objetos. Assim, foram desenvolvidas diversas maneiras para a construção de distintos artefatos. No Brasil, especialmente para a fabricação de vasilhames ou peças associadas ao preparo, consumo e armazenamento de alimentos, as técnicas de manufatura mais recorrentes são o modelado, moldado, acordelado (ou roletado) e torneado.

Cada uma destas técnicas, deixa nos artefatos cerâmicos marcas que indicam seu processo de produção. Assim, até mesmo nos fragmentos é possível identificar, principalmente nas fraturas, as diferenças que caracterizam cada tipo de técnica de manufatura¹⁷⁷. Todavia, é preciso ter em mente que para a fabricação de um único objeto podem ter sido empregadas simultaneamente mais de uma técnica de manufatura (OLIVEIRA, 1991:73). Além disso, não podemos deixar de reconhecer que uma das maiores dificuldades para identificação das técnicas de manufatura, com certeza é o tratamento dado ao acabamento de superfície, que oblitera as marcas dos processos de produção e prejudica sua identificação (SHEPPARD, 1985:185).

Vale salientar que a coleção arqueológica que subsidia esta pesquisa é composta majoritariamente por material cerâmico fragmentado, e, deste modo, a identificação do tipo de manufatura destes fragmentos não corresponde necessariamente a técnica empregada na confecção de toda a peça. Sendo assim, os dados referentes ao tipo de manufatura serão analisados tanto por um viés quantitativo como qualitativo, levando em consideração os contextos intra e inter sítios.

¹⁷⁷ Oliveira (1991:73) destaca que é possível identificar até os instrumentos utilizados no processo de produção da cerâmica arqueológica, contudo, nesta pesquisa não realizaremos este tipo de análise.

Modelado: A técnica de manufatura modelada consiste em, literalmente, modelar a argila com as mãos criando a forma do objeto desejando. Assim o oleiro vai pressionando a argila com os dedos, alargando, abrindo, fechando, aumentando ou reduzindo a peça; modelando então o objeto na forma e tamanho almejados (LA SALVIA e BROCHADO, 1989:11; RICE 1987:125; SHEPPARD, 1985:55).

Como destacado por Shepard (1985:55), Rice (1987:124) e La Salvia e Brochado (1989:11), são comuns vasilhames cuja fabricação inicia-se com a modelagem da base e é complementada com a aplicação dos roletes; já em algumas peças torneadas são aplicados apêndices (alças, asas, etc.) modelados.

Moldado: A técnica de manufatura moldada consiste na produção de objetos cerâmicos com a utilização de formas ou moldes, que podem ser de diferentes tipos (moldes convexos, moldes côncavos, moldes de duas partes) e matérias primas (metal, madeira, cerâmica, entre outros) (SHEPARD, 1985:64; RICE, 1987:125). A argila é colocada dentro dos moldes e prensada para que ocupe os espaços negativos, reproduzindo a forma do molde; após um período a argila começa a secar e é possível retirar a peça do molde. Depois de desenformados todos os artefatos confeccionados no mesmo molde terão a mesma forma e dimensão.

Segundo Oliveira (1991:73), quando se usam moldes duplos, “a técnica de manufatura moldada é identificável através de traços encontrados na superfície externa dos objetos, deixados pela junção das duas partes do molde”. Rice (1987:126) destaca que para a identificação desta técnica, além de observar as marcas deixadas pelas bordas ou junções dos moldes, é importante observarmos as diferenças na textura do artefato, que tende a ser mais suave e lisa no interior do molde e áspera e rugosa na parte externa.

Hodiernamente, a técnica de manufatura moldada é muito utilizada para a fabricação em grande escala, principalmente, para a fabricação de objetos decorativos.

Acordelado ou Roletado: A técnica de manufatura acordelada consiste na confecção de vasilhames através da sobreposição de roletes ou cordões de argila, podendo os mesmos serem adicionados em espiral ou como uma sucessão de anéis. Posteriormente, realiza-se a junção dos roletes e os mesmos podem ter sua espessura diminuída durante o processo de finalização, por fim, o vasilhame pode receber diferentes acabamentos de superfície que podem promover a junção e obliteração dos roletes (SHEPARD, 1985:57; LA SALVIA e BROCHADO, 1989:11; RICE, 1987:127).

Em uma análise macroscópica, podemos identificar esta técnica de manufatura através dos pontos de fratura, pois quando os roletes não estão unidos adequadamente,

ocorre um ponto de fraqueza, onde é mais provável que ocorra uma fratura que revela as junções entre os roletes. Linhas ou sulcos podem marcar a junção dos roletes e ondulações suaves podem ser formadas por seus perfis (SHEPPARD, 1985:58). Se a fratura ocorre horizontalmente a visualização dos pontos de junção entre os roletes pode ser identificada pelos sulcos formados pelas junções e pela textura menos áspera; já na fratura é vertical a sobreposição dos roletes fica evidente no perfil dos fragmentos. Além disso, são recorrentes padrões de quebra em forma circular, principalmente em bases formadas a partir de aspirais (RICE, 1987:128), e em alguns casos o acabamento de superfície não consegue dirimir completamente os roletes, ficam visíveis na superfície dos artefatos.

Destacamos novamente que, um único objeto cerâmico pode ter sido confeccionado com mais de uma técnica de manufatura; no caso a manufatura acordelada, é comumente aplicada sobre bases modeladas.

Torneado: No Brasil, e nas Américas de modo geral, a produção de objetos cerâmicos manufaturados com o auxílio do torno¹⁷⁸ está associada ao advento da colonização; deste modo, apenas a partir do período colonial é que temos informações sobre o uso do torno por comunidades indígenas que viviam nas reduções e aldeamentos (CHMYZ, 1969:145; LA SALVIA e BROCHADO, 1989:11).

Do ponto de vista técnico, a argila usada para fabricação de objetos no torno ou roda tem que ser um pouco mais úmida e ter a textura mais fina do que a empregada nos outros métodos de fabricação. Pois, a umidade possibilita a elevação das paredes da peça, que se erguem com o movimento centrífugo do aparelho, que exige uma argila menos abrasivo para não causar ferimentos na mão do oleiro. O torno permite produzir peças rapidamente e com paredes relativamente finas e com regularidade em sua espessura, facilitando e acelerando a secagem e a cozedura, mantendo a qualidade da produção (RICE, 1987:128).

O emprego do torno também pode ser identificado em uma análise macroscópica dos artefatos ou fragmentos, sendo reconhecível através das estrias horizontais e concêntricas deixadas no bojo e na base dos vasilhames (RICE, 1987:129). Nas bases, além das estrias de rotação, causadas pela remoção do vaso enquanto a roda ainda está

¹⁷⁸ O Torno foi inventado no Mediterrâneo por volta do ano 2.000 AC, a roda de madeira movida por um pedal permitia fazer vasos com espessura uniforme e com superfícies lisas (COSTA, 2000).

girando, também são comumente visualizadas marcas causadas pelos instrumentos utilizados para retirar a peça do torno¹⁷⁹.

6.1.2 Pasta

Como sabemos, a preparação da pasta é uma etapa importante para a confecção dos objetos cerâmicos, tendo sempre suscitado o interesse dos arqueólogos (SHEPARD, 1985:50; LA SALVIA e BROCHADO, 1989:12; RICE, 1987:60). Em nossa análise para identificar as pastas do material cerâmico dos sítios da Sesmaria Jaguaribe, levamos em consideração o tipo e a quantidade de antiplástico¹⁸⁰ (ou tempero).

O antiplástico pode ser definido como todo material não solúvel e estável adicionado à argila para controle de sua plasticidade natural (SHEPARD, 1985:24-25). O antiplástico é acrescentado na pasta para fornecer o ponto de maleabilidade, e com isto reforçar as propriedades geotécnicas da argila, diminuindo possíveis choques térmicos e, por consequência, as rachaduras e quebras decorrentes do processo de secagem e queima dos vasilhames (PEREZ et al, 2009:72). Na cerâmica arqueológica brasileira os tipos de antiplásticos recorrentes são cacos moídos, conchas moídas, ossos moídos, quartzo, cauxi e cariapé (CHMYZ, 1969), além do bolo de argila.

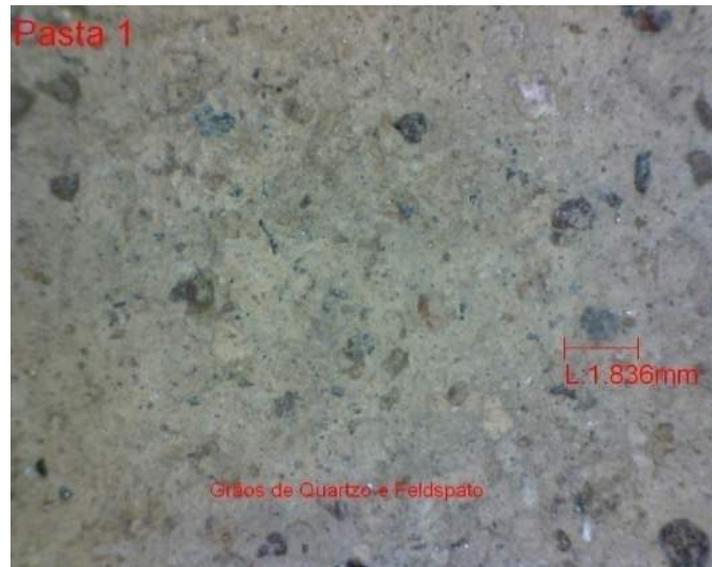
Em termos pragmáticos, para a caracterizar os tipos de pasta da coleção cerâmica analisada, adotamos de forma similar os critérios estabelecidos por Oliveira (2000), e empregados por Amaral (2015), sendo considerado o tamanho e a proporção do antiplástico. Deste modo, foram definidos quatro tipos de pasta:

A **pasta 1** (Fig. 12) apresenta antiplástico composto por grãos de quartzo e feldspato com diâmetros granulométricos pequenos (menores de 2 mm); sendo que sua proporção não atinge 10%, o que confere à pasta uma textura fina, sendo a mesma bem amassada, e sem a presença de bolhas de ar.

¹⁷⁹ Quando o objeto produzido no torno, após ser finalizado, pode ser utilizado um fio para remove-lo, o fio separa a base da peça do torno, com isto, pode ocorrer na superfície externa da base, estrias concêntricas características e marcas deixadas pelo fio.

¹⁸⁰ Como adverte Albuquerque (1984), nem sempre é possível distinguir os elementos incluídos intencionalmente daqueles já presentes na composição da argila, com exceção do bolo de argila e do caco moído, contudo, é viável levantar a hipótese que pode ter ocorrido uma intencionalidade de manter os grãos de quartzo e feldspato, principalmente se levarmos em consideração a quantidade e as dimensões dos mesmos.

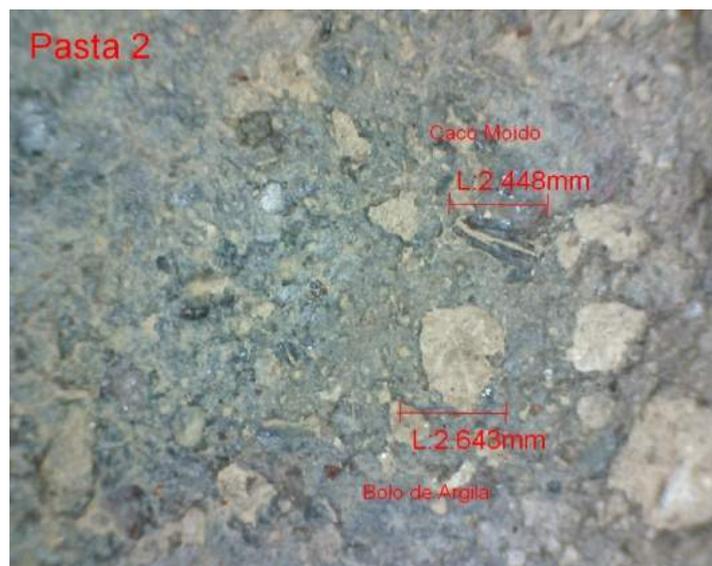
Figura 12- Imagem aumentada 30 vezes com microscópio digital ISM-PRO. Possível identificar os grãos de quartzo e feldspato



Fonte: Amaral (2015:106)

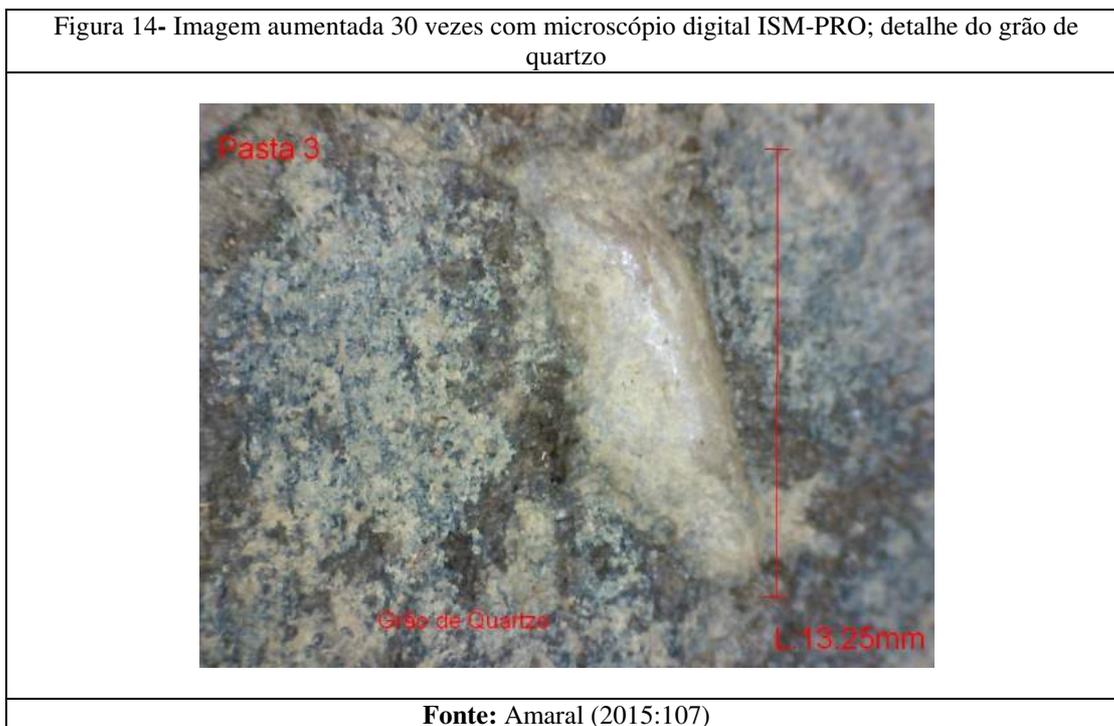
A **pasta 2** (Fig. 13) apresenta antiplástico de grãos pequenos de quartzo e feldspato com diâmetros granulométricos (menores de 2 mm) e bolos de argila e/ou cerâmica moída com diâmetros entre 2 a 5 mm, sendo que sua proporção atinge no máximo 25%, o que confere à pasta uma textura fina, sendo, contudo, menos compacta do que a pasta 1.

Figura 13- Imagem aumentada 30 vezes com microscópio digital ISM-PRO; detalhe dos grãos de bolo de argila e caco moído



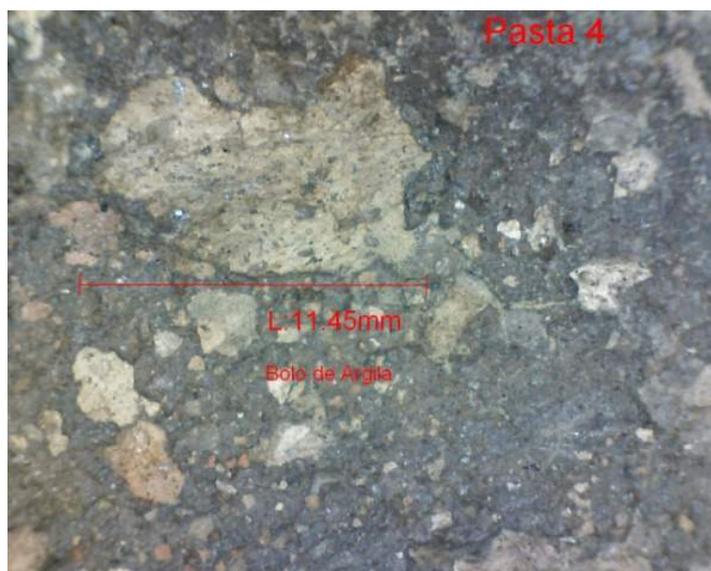
Fonte: Amaral (2015:107)

A **pasta 3** (Fig. 14), “apresenta antiplástico composto por grãos angulosos e sub-angulosos do quartzo e feldspato com diâmetros granulométricos maiores (9 a 19 mm); a proporção do antiplástico aproxima-se de 50%, e, em alguns casos, aflora na superfície externa e interna dos fragmentos, conferindo a pasta uma textura grossa” (AMARAL, 2015:107).



A **pasta 4** (Fig. 15 e 16), apresenta antiplástico de grãos de quartzo e feldspato angulosos e sub-angulosos, com diâmetros granulométricos maiores (9 a 19 mm); a proporção do antiplástico pode atingir ou superar os 50%, sendo comum na superfície externa e interna dos fragmentos a presença maior de grãos de quartzo, o que confere a pasta uma textura grossa podendo ocorrer bolos de argila e/ou cerâmica moída.

Figura 15- Imagem aumentada 30 vezes com microscópio digital ISM-PRO; detalhe do bolo de argila



Fonte: Amaral (2015:108)

Figura 16- Imagem aumentada 30 vezes com microscópio digital ISM-PRO; detalhe do caco moído



Fonte: Amaral (2015:108)

6.1.3 Queima

Continuando a falar da pasta, mas a partir de outro foco, nos ateremos agora na queima. Após o objeto de argila ser submetido a temperaturas superiores a 500° Celsius mudanças estruturais irreversíveis são desencadeadas (SINOPOLI, 1991:30), esta transição da argila para cerâmica provocada pelo processo da queima ocasiona algumas

alterações nas características físico-químicas na cor¹⁸¹, dureza, porosidade e textura da cerâmica (RICE, 1987:81).

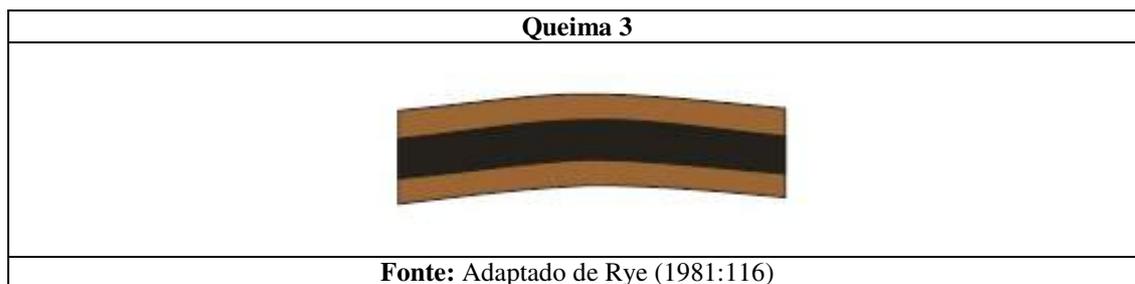
Dentre as ações promovidas pela ação do fogo, a alteração na cor tem sido tradicionalmente utilizada por arqueólogos para identificar as técnicas e as atmosferas de queima (OLIVEIRA et al, 2016; RICE, 1987; ROBRAHN, 1989; RYE, 1981; SINOPOLI, 1991; SHEPARD, 1985). Deste modo, pastas com matizes claros e uniformes estariam associadas a uma queima completa em atmosfera oxidante, onde há grande circulação de oxigênio; já peças completamente enegrecidas ou com colorações escuras seriam indicativos de uma queima completa em atmosfera redutora, quando a circulação de oxigênio é limitada e ocorre o acúmulo de dióxido ou monóxido de carbono; por fim, vasilhames, ou fragmentos, com queima incompleta, tendem a apresentar variações na coloração da pasta, sendo comum a presença no núcleo, ou em uma das superfícies do fragmento, de tons que variam entre o cinza e o preto.

Deste modo, em nossa análise, partimos dos indícios macroscópicos para classificar os diferentes tipos de queima (Fig. 17). Tendo sido identificados cinco diferentes padrões de coloração da pasta, que foram associados a três tipos de queima: **Queima 1:** queima completa oxidante; **Queima 2:** queima completa redutora ou não oxidante¹⁸²; **Queima 3:** queima incompleta.

Figura 17- Tonalidade da pasta	
Queima 1	Queima 2
	
Queima 3	Queima 3
	

¹⁸¹ Definir o tipo de queima do material cerâmico através da tonalidade podem indicar as condições de queima, ventilação e temperatura, nesta perspectiva, as variações entre os tons de laranja e amarelo indicam que cerâmica teve queima completa, as variações entre os tons de cinza indicam que a cerâmica teve queima incompleta realizada em baixa temperatura, com isto, o tempo da queima não foi suficiente para expelir a matéria carbonária da argila (FACCIO, 1998).

¹⁸² “Since, in the majority of cases, it is difficult to prove that firing atmosphere was reducing, it is advisable to describe gray ware as unoxidized rather than as fired in reducing atmosphere” (SHEPARD, 1985:221).



O controle da atmosfera de queima é algo extremamente complexo, sendo facilitado com o uso de fornos, onde a entrada de oxigênio pode ser controlada. Por sua vez, o uso de fogueiras não permite o controle sobre a circulação do oxigênio, e deste modo, a mesma peça, ou peças posicionadas em áreas diferentes da fogueira, podem ser expostas a diferentes temperaturas e atmosferas de queima. Como apresentado pela bibliografia consultada, no Brasil, os grupos indígenas pré-ritóricos que produziam cerâmica não utilizavam fornos, sendo este um implemento associado à atuação colonizadora (LA SALVIA e BROCHADO, 1989; ALVES et al, 1991; PROUS, 1992; FACCIO 1998).

Deste modo, averiguar os tipos de queima poderiam nos auxiliar a compreender se na coleção analisada existe diferenças entre os artefatos associados ao perfil técnico colonial, e aqueles vinculados ao perfil técnico indígena. Pois, hipoteticamente, no perfil técnico colonial haveria um controle maior das variáveis da queima (atmosfera, temperatura, tempo de cozimento) proporcionada pelo uso de fornos (estruturas de alvenaria fechadas).

6.1.4 Acabamento de Superfície

No cenário nacional o acabamento de superfície vem sendo pesquisado por diversos autores com o intuito de estabelecer padrões que possam indicar tradições e sub-tradições (CHMYZ, 1969; PROUS, 1992; SCATAMACHIA, 1981, 1990; LA SALVIA e BROCHADO, 1989, BROCHADO 1984, OLIVEIRA, 2000); sendo inclusive apontado (no caso do escovado) como um indicativo das alterações, ou inovações, advindas do contato entre grupos indígenas e europeus (BROCHADO 1984; SCATAMACHIA, 1981, 1990; WÜST, 1990).

Em nossa análise verificamos tanto a face interna quanto a externa dos fragmentos, e sempre que necessário distinguimos a diferença existente entre elas. Optamos por empregar a nomenclatura comumente utilizada na literatura nacional (ALBUQUERQUE, 1982; CHMYZ, 1969; DIAS JUNIOR, 1988; PROUS, 1992; LA SALVIA e

BROCHADO, 1989; OLIVEIRA, 2000; SCATAMACHIA, 1981, 1990; SCHMITZ, 2010; ZANETTINE, 2005); identificando assim a ocorrência de alisado, polido, brunido, acabamentos plásticos (corrugado, unglado, inciso, escovado, etc.) e de técnicas de pintura (banho, engobo e pintura policrômica).

6.1.5 Morfologia dos fragmentos

A análise morfológica dos fragmentos buscou identificar as partes constituintes dos vasilhames, quantificando e caracterizando os tipos de base, bojo, borda, lábio e apêndices¹⁸³ (asas e alças). Na prática adotamos a terminologia proposta por La Salvia e Brochado (1989) e Chmyz (1966, 1969), sendo os fragmentos categorizados como:

Base: os autores supracitados mencionam a existência de 10 tipos de bases: plana, côncava, plano-côncava, convexa, em pedestal, anelar, cônica, tripoda, tetrápoda e polipoda.

Bojo: segundo La Salvia e Brochado (1989) e Chmyz (1966, 1969) existem cinco tipos de bojoes mais comuns nas coleções brasileiras: carenado, escalonado, piriforme, globular (arredondado) e bojo duplo ou geminado.

Borda: entre os tipos de bordas os autores sugerem a existência de 13 variações: direta, expandida, entovetida, reforçada internamente, reforçada externamente, dobrada, contraída, vasada, intovetida, vertical, inclinada internamente e inclinada externamente.

Lábio: Segundo estes autores existem cinco tipos de lábios: dentado ou serrilhado (ou com incisão), plano, arredondado, apontado e biselado.

Apêndices: podem ser divididos em asas, alças, cabos, bicos, flanges, pé.

6.1.6 Espessura

Entre as variáveis quantitativas observadas na análise dos artefatos cerâmicos, a espessura nos fornecerá um parâmetro complementar para a caracterização dos sistemas

¹⁸³ Asas, alças e cabos são elementos que podem indicar contato dos grupos indígenas tanto com os africanos (TIBIRIÇÁ, 1936) quanto com os colonizadores europeus (JACOBUS, 1996; ZUSE, 2009; BROCHADO, LAZZAROTTO e STEINMETZ, 1969), em especial nos contextos missionários. Dois outros objetos que também podem ser inseridos nesta discussão, são os pratos e as tampas (ZUSE, 2009; TOCCHETTO, 1991). Evidenciar estes tipos de apêndice e objetos em sítios com tecnologia indígena sugere, segundo Scatamacchia (1990) e Prous (1992) interação social e pode ser elementos indicadores de mudança cultural, nos resta saber, se no caso dos sítios da área da Sesmaria Jaguaribe, estes apêndices e objetos têm atributos de quais perfis tecnológicos.

técnicos. Para muitos autores a espessura está diretamente associada ao tamanho e a funcionalidade dos vasilhames cerâmicos (EERKENS, 2000; LA SALVIA e BROCHADO, 1989; RICE, 1987; SHEPARD, 1985; SIMMS et al, 1997), visto que influencia na performance dos objetos (resistência mecânica e térmica).

Todavia, publicações recentes (COSTA, 2000; CRUZ, 2007), sugerem que a espessura dos fragmentos pode ser um indicativo do tipo de manufatura. Afirmando que os vasilhames cerâmicos fabricados no torno tendem a ser mais finos e regulares do que aqueles confeccionados com a técnica de manufatura acordelada e/ou modelada.

Assim, ao auferirmos a espessura dos fragmentos que compõe a coleção cerâmica dos sítios da Sesmaria Jaguaribe, poderemos discutir se neste contexto também existe uma correlação positiva entre o uso do torno e a diminuição da espessura. Além de conseguirmos identificar os intervalos mais comuns tanto para a cerâmica fabricada a partir do perfil técnico indígena quanto do perfil técnico colonial.

Para o levantamento dos dados, efetuamos a medição distinguindo a morfologia dos fragmentos, ou seja, registramos separadamente a espessura dos bojos, das bordas e das bases. Posteriormente, criamos uma classificação com base na média entre os valores máximo e mínimo, para assim estabelecer os limites dos intervalos que orientariam nossa classificação. Isto posto, as espessuras dos fragmentos formam as seguintes categorias:

- **Espessura Fina:** entre $0,2 \text{ cm} \leq 1 \text{ cm}$,
- **Espessura Média:** entre $1,1 \text{ cm} \leq 2 \text{ cm}$ e
- **Espessura Grossa:** entre $2,1 \text{ cm} \leq 3,5 \text{ cm}$.

6.2 RECONSTITUIÇÃO HIPOTÉTICA DOS VASILHAMES CERÂMICOS: AS FORMAS

Conduzir ordenadamente os pensamentos, principiando com os objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, em seguida, pouco a pouco, até o conhecimento dos objetos que não se disponham, de forma natural, em sequencias de complexidade crescente (HEGENBERG, 1976:117-8)

Acreditamos que a reconstituição hipotética dos vasilhames cerâmicos também pode ser uma ferramenta que nos auxilie a perceber as similaridade e diferenças entre o material cerâmico associado ao perfil técnico indígena e o perfil técnico colonial. Pois, a reconstituição hipotética nos permite adquirir informações sobre a forma, o tamanho ou/e capacidade volumétrica dos vasilhames.

Para o processo de reconstituição foram selecionados apenas fragmentos de borda cujo ângulo de inclinação fosse reconhecível, o cálculo de diâmetro de boca viável, e que possuíssem uma parte do bojo capaz de indicar o formato do vasilhame. Além disso, os fragmentos de bordas que se colavam ou apresentavam as mesmas características tecnotipológicas eram considerados como pertencentes ao mesmo objeto e, portanto, foram contabilizados e reconstituídos apenas uma vez¹⁸⁴.

Após a identificação do ângulo de inclinação e do diâmetro de boca, usou-se os procedimentos tradicionalmente aplicados no desenho arqueológico (ARCELIN e RIGOIT, 1979; GREEN, 1983; RICE, 1987; LIMA, L. 2007; COLLETT, 2008); para se confeccionar a reprodução manual em 2D do vasilhame. Em seguida, este desenho foi digitalizado, e com o auxílio do Software AutoCad foi vetorizado, sendo produzida, inicialmente, uma versão digital da forma 2D, e posteriormente, a projeção em 3D da forma do vasilhame reconstituído. O software também permite o cálculo da capacidade volumétrica das formas reconstituídas, e assim sendo, determinamos o volume de todos os vasilhames hipoteticamente reconstituídos.

6.3 TESTE DE SIMILARIDADE

Método é o caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado (HEGENBERG, 1976:115).

Os resultados dos dados adquiridos através das análises dos elementos técnicos e morfológicos, foram tratados estatisticamente com a análise multivariada focada na identificação dos coeficientes de similaridades e/ou dissimilaridades recorrentes na coleção cerâmica estudada. O teste de similaridade foi aplicado com o intuito de perquirir as semelhanças e diferenças entre o acervo cerâmico analisado, e fornecer dados que nos permitam não apenas caracterizar os perfis técnicos cerâmicos (indígena e colonial) encontrados nos sítios da Sesmaria Jaguaribe, como também problematizar as permanências e/ou mudanças no modo de produção dos objetos cerâmicos.

Segundo Drennan (2009), os coeficientes de similaridades podem ser compreendidos como a distância entre duas amostras tendo em vista o que está sendo

¹⁸⁴ Segundo Amaral (2015), esta metodologia promove uma redução no número total de fragmentos, contudo, fornece parâmetros mais confiáveis e realistas sobre a quantidade e características técnicas e morfológicas dos “vasilhames” que foram produzidos.

comparado¹⁸⁵. Sendo assim, a partir dos atributos: tipos de borda, de pasta, de queima, de manufatura e tratamento de superfície, há uma possibilidade de classificar e organizar a tecnologia cerâmica de diferentes sítios em uma série de conjuntos (clusters), concluindo que, os conjuntos mais semelhantes possuem coeficientes mais próximos, enquanto a distância é maior entre os conjuntos diferentes.

Optamos por realizar testes pautados nos “coeficientes de similaridades de Jaccard”, pois este método tem a capacidade de mensurar semelhanças com base na relação existente entre o número de objetos comuns e o número total de objetos encontrados quando se comparam as amostras. Objetivamente, os índices de similaridade entre as amostras são expressos em valores entre 0 e 1. Assim, os resultados próximos de 0 indicam baixa similaridade; e, por sua vez, índices próximos a 1 representam o aumento do número de objetos compartilhado pelas amostras, isto é, alta similaridade. Vale ainda destacar que, o cálculo pode ser utilizado, satisfatoriamente, para a maioria dos casos, sendo ainda sensível a ausência e presença de variáveis¹⁸⁶ (DRENNAN, 2009).

Em termos práticos, foram elaboradas planilhas digitais contendo informações sobre a tecnologia cerâmica de cada sítio, posteriormente estes dados foram processados com o auxílio do software *Past* que, baseado na distância euclidiana, determina os coeficientes de similaridade ou dissimilaridade, e define os clusters.

6.4 ÍNDICE DE POROSIDADE

[...] do ponto de vista da lógica seriam necessários apenas quatro preceitos: Não aceitar jamais alguma coisa como verdadeira que “eu” não conhecesse evidentemente como tal; Dividir cada uma das dificuldades que “eu” examinasse em tantas parcelas possíveis e que fossem necessárias para melhor resolvê-las; Conduzir por ordem os pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer até o conhecimento dos mais compostos; e por fim, fazer em toda parte enumerações tão completas, e revisões tão gerais, até ter certeza de nada omitir (DESCARTES, 2004:54).

¹⁸⁵ “Several approaches to multivariate analysis begin by assessing the similarities of each case in a dataset to each other case in the dataset, basing the measure of similarity on the values of the set of variables that have been recorded for each case. Such measures of similarity are called similarity coefficients. The notion of similarity between cases in this instance is exactly what common sense implies. Two cases are quite similar if they have similar values for each of the variables measured and less similar if they have rather different values for each of the variables” (DRENNAN, 2009:271).

¹⁸⁶ “Jaccard’s Coefficient was designed with this observation in mind. It is the number of present–present matches divided by the number of present–present matches plus the number of mismatches... Jaccard’s Coefficient thus completely ignores absent–absent matches as uninteresting... Jaccard’s Coefficient is a sensible choice where presence/absence variables deal with rarely occurring categories” (DRENNAN, 2009:278/279).

De modo geral, a porosidade pode ser definida como a capacidade de absorção de água de um objeto cerâmico, estando associada a capacidade da argila se tornar mais impermeável (não-porosa) após a queima (SILVA, 2008). Shepard (1985:126-130) e Rice (1987:230-231) ressaltam que o volume de espaço de poros, o tamanho e a forma dos poros afetam a densidade, a força, a permeabilidade, o grau de resistência para a erosão e abrasão do objeto cerâmico. Assim a porosidade do objeto cerâmico é definida como a proporção do volume do espaço dos poros para o volume total da peça, esta propriedade está intimamente relacionada a permeabilidade, ou seja, a condição que permite que gases e líquidos passem por um corpo poroso.

Segundo Angelus Silva (2008), todo método de fabricação de materiais cerâmicos caracteriza-se por produzir estruturas contendo poros¹⁸⁷. Sendo que a quantidade de poros (índice de porosidade) que permanece após a sinterização provocada pela queima, influencia não apenas na permeabilidade (capacidade de absorver líquidos) de um objeto cerâmico, mas também em sua resistência mecânica. Deste modo, quanto maior a porosidade maior a permeabilidade e menor a resistência mecânica; e quanto menor a porosidade menor a permeabilidade e maior a resistência mecânica; enfim, um produto com maior resistência mecânica tende a ser mais impermeável e possuir um índice de porosidade baixo (SILVA, 2005).

Shepard (1985:130), estabelece três níveis de percentagens de porosidade da cerâmica arqueológica, definindo que, na amostra por ela analisada, em artefatos com a porosidade baixa a percentagem não ultrapassa de 5%; para porosidade média a percentagem é acima de 5% até 15%; e para porosidade alta a percentagem é acima de 15%. Esses mesmos parâmetros serão utilizados para classificar os índices de porosidade da cerâmica dos sítios da Sesmaria Jaguaribe.

Assim, nos propomos a verificar se os tipos de pastas (ou melhor, tipos de antiplástico: caco moído, bolo de argila e grãos de quartzo e grãos de feldspato) e queimas interferem na porosidade, e por consequência permeabilidade, dos objetos cerâmicos encontrados em nossa área de pesquisa. Se estas proposições estiverem corretas é de se esperar que, na coleção analisada, os artefatos produzidos com tecnologias diferentes tenham índices de porosidade diferentes.

¹⁸⁷ Um objeto cerâmico tem que necessariamente ter poros abertos, pois os poros estiverem todos fechados podem gerar tensões internas no objeto, resultando no surgimento de trincas e, conseqüentemente, diminui a resistência mecânica do corpo cerâmico e podem gerar ainda, alterações dimensionais (SILVA, 2005).

Existe um procedimento simples para se aferir o índice de porosidade através do exame da capacidade de absorção de água de um objeto cerâmico. De modo geral, quando o objeto cerâmico entra em contato com a água (por 12 horas em condição ambiente, ou 2 horas em água fervente) esta inunda os poros abertos. A capacidade de absorção de água é definida como o ganho percentual de massa que a amostra tem após ficar em imersão, sendo determinado a partir da comparação do peso da amostra seca e o peso da mesma amostra úmida (SILVA, 2008).

Assim, o índice de porosidade de um fragmento cerâmico pode ser calculado com o seguinte procedimento (SHEPARD, 1985:127):

1. Pesa-se a amostra (fragmento seco).
2. Deixa-se a amostra num recipiente com água na temperatura ambiente durante 12 horas, ou em água fervente durante 2 horas.
3. Tira-se a amostra do recipiente e deixa-se escorrer apenas o suficiente para retirar o excesso de água acumulado na superfície da amostra.
4. Volta-se a pesar a amostra.
5. Calcula-se o índice de porosidade, ou percentagem de absorção, através da seguinte fórmula:

$$\text{Porosidade} = \frac{\text{peso úmido} - \text{peso seco} \times 100}{\text{Peso seco}}$$

Nesta pesquisa, seguimos os procedimentos supracitados, optando pela técnica de imersão dos fragmentos cerâmicos em um recipiente com água na temperatura ambiente durante 12 horas (Fig. 18).

Figura 18- Prancha com as imagens do procedimento do teste índice de porosidade
Fragmentos cerâmicos imersos em água para teste de índice de porosidade



Autoria: Rosemary Cardoso

Fragmento cerâmico: peso seco



Fragmento cerâmico: peso úmido



Fragmento cerâmico: peso seco



Fragmento cerâmico: peso úmido



Autoria: Aliane Pereira de Oliveira

Devido às normas de conservação estabelecidas pelo Laboratório de Estudos Arqueológicos (LEA/UFPE), nem todos os fragmentos puderam ser submetidos aos procedimentos para a definição do índice de porosidade. Portanto, foi realizada uma amostragem na coleção de cada sítio, selecionamos amostras variadas, com exemplares de todos os tipos (técnicos e morfológicos) de cerâmica encontradas nos sítios pesquisados, sendo, contudo, selecionados para o teste todos os fragmentos que não apresentassem rachaduras; que não estivessem colados; e que não fossem friáveis ou com a pintura soltando. Deste modo, conseguimos amostras de todos os 10 sítios pesquisados; tendo sido testados 3.210 fragmentos (Tabela 1). Ao longo do processo, buscamos diferenciar os fragmentos associados ao perfil técnico indígena daqueles do perfil técnico colonial; para deste modo obter dados que nos permitam caracterizar cada perfil técnico, e analisar se os artefatos indígenas possuem maior índice de porosidade como sugerido pela bibliografia (SHEPARD, 1985:127-130; SINOPOLI, 1991:28).

Tabela 1- Índice de Porosidade: quantificação dos fragmentos cerâmicos analisados

Nome do Sítio	Total de fragmentos
Sítio Engenho Jaguaribe	224
Sítio São Bento	1734
Sítio São Bento II	180
Sítio São Bento III	05
Sítio São Bento IV	12
Sítio Tamanduá	281
Sítio Alto dos Macacos I	74
Sítio Alto dos Macacos II	524
Sítio Alto dos Macacos III	44
Sítio Alto dos Macacos IV	132

6.5 MÉTODOS DE DATAÇÃO LUMINESCENTE: LUMINESCÊNCIA TERMICAMENTE ESTIMULADA (TL) E LUMINESCÊNCIA OPTICAMENTE ESTIMULADA (LOE)

Método é o conjunto coerente de procedimentos racionais ou prático-racionais que oriente o pensamento para serem alcançados conhecimentos válidos (NÉRCI, 1978:15).

A luminescência é o fenômeno de emissão de luz por certos materiais que foram previamente expostos à radiação ionizante e posteriormente submetidos a um agente excitante, podendo ser utilizada para aferir a idade de artefatos não orgânicos. Existem dois tipos de agentes que podem causar esse fenômeno: o calor e a luz. Assim, se uma

amostra for estimulada termicamente o método é denominado Luminescência Termicamente Estimulada ou Termoluminescência¹⁸⁸ - TL; e se a amostra for estimulada com a luz o método é denominado Luminescência Ópticamente Estimulada - LOE¹⁸⁹ (GUEDES et al, 2011; TATUMI, 2003).

Ambos os métodos de datação são aplicados em materiais com estrutura cristalina (como os minerais presentes na cerâmica), que acumulam energia proveniente da radiação ionizante existente no ambiente. Quando estimulados (por luz ou por calor), esses materiais com estrutura cristalina liberam a energia acumulada em forma de luz; e esta luz emitida é chamada de curva de emissão de luz e, os picos que se observam estão relacionados com a dose de radiação acumulada ao longo do tempo (SULLASI, 2008; GUEDES et al, 2011; TATUMI, 2003).

Em 2014 e 2016 foram realizadas as coletas das amostras para datação. Para isso, efetuamos a abertura de sondagens de 1m² e sondagens com 20 cm de diâmetro com profundidade máxima de 1 metro, em níveis artificiais. Ao serem localizados os fragmentos cerâmicos eram imediatamente envolvidos em papel alumínio, o que evita a exposição à luz solar, sendo também coletado sedimento ao redor da cerâmica para estimativa da taxa de dose anual. Todas amostras retiradas foram identificadas com etiquetas numeradas que registravam nome do sítio, tipo de material, no caso cerâmica e sedimento, profundidade da amostra. No total foram enviadas para o laboratório: “Datação, Comércio e Prestação de Serviços LTDA” 15 amostras, coletadas entre 10 e 50 cm de profundidade, de 8 sítios. E sempre que possível a mesma amostra foi testada tanto pelo método da LOE quanto pela TL, permitindo assim a comparação dos resultados (Tabela 2).

¹⁸⁸ Durante o processo de queima para a fabricação dos objetos cerâmicos, os elétrons aprisionados no material cristalino, provenientes de radiação acumulada do ambiente são liberados totalmente, zerando o seu marcador de elétrons. Contudo, depois do processo de queima dos objetos cerâmicos, a radiação volta a se acumular. Como em qualquer objeto cerâmico, nos artefatos cerâmicos arqueológicos, a datação por TL é viável, pois a dose de radiação acumulada pelos cristais de quartzo e feldspato presentes nestes objetos é proporcional ao seu tempo de fabricação; tendo em vista que, o processo de queima zera a radiação acumulada anteriormente, então, o total de radiação acumulada presente nesses artefatos está vinculado ao momento de sua confecção (SULLASI, 2008:05).

¹⁸⁹ A datação por LOE é mais rápida na aquisição e análise de dados. Para a LOE, a dose acumulada pode ser medida pela estimulação, com luz de um determinado comprimento de onda, de um mineral específico da amostra e pelo monitoramento da luminescência resultante, em outro comprimento de onda. Entretanto, a intensidade de luz emitida, para uma dose fixa de radiação, varia entre grãos de uma mesma amostra. Essa diferença de sensibilidade entre grãos é determinada por variações no tipo e quantidade dos defeitos cristalinos, os quais estão ligados à origem e história deposicional do mineral. Desse modo, não existe uma curva de calibração fixa e genérica entre intensidade de luminescência e dose de radiação recebida. Uma curva de calibração, ou curva dose-resposta, precisa ser construída para cada amostra (GUEDES, et al, 2011).

Tabela 2- Relação de amostras e sítios submetidos a datação por LOE e TL

Sítio	Número da amostra	Profundidade da coleta	Datação: TL	Datação: LOE
São Bento II	Amostra 01	12 cm	X	X
São Bento II	Amostra 02	13 cm	X	X
São Bento III	Amostra 01	14 cm	- - -	X
São Bento IV	Amostra 01	40 cm	X	- - -
São Bento IV	Amostra 02	20 cm	X	- - -
Tamanduá	Amostra 01	18 cm	X	X
Tamanduá	Amostra 02	18 cm	X	X
Alto dos Macacos I	Amostra 01	13 cm	X	X
Alto dos Macacos I	Amostra 02	12 cm	X	X
Alto dos Macacos I	Amostra 03	50 cm	X	- - -
Alto dos Macacos II	Amostra 01	17 cm	X	X
Alto dos Macacos III	Amostra 01	12 cm	X	- - -
Alto dos Macacos IV	Amostra 01	13 cm	X	X
Alto dos Macacos IV	Amostra 02	14 cm	X	X

6.6 PROCEDIMENTOS ARQUEOMÉTRICOS: FLUORESCÊNCIA DE RAIOS X

Método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado (JOLIVET, 1979:71).

Com o intuito definir se os fragmentos cerâmicos, tanto os com características da tecnologia indígena quanto os com características da tecnologia colonial foram produzidos a partir da mesma argila, utilizamos métodos arqueométricos capazes de determinar os elementos ao nível traço, ou seja, a análise por Fluorescência de raios X. Quando esta técnica¹⁹⁰ é utilizada nas análises de objetos cerâmicos permite a identificação da composição elementar da argila utilizada.

A Fluorescência de raios X é uma técnica analítica multielementar usada na coleta de informações qualitativas e quantitativas sobre a composição elementar das amostras. Assim, é possível obter uma caracterização físico-química dos artefatos através da análise dos raios X característicos que são emitidos pelos elementos constituintes da amostra quando irradiada¹⁹¹ com elétrons, prótons, raios x ou gama com energias apropriadas (SILVA, 2002:13).

¹⁹⁰ A fluorescência de raios X é um método/técnica apreciada por arqueólogos, pois além dos resultados que é possível obter, é um método/técnica não destrutiva, é um método de análise simples e rápido, pois a preparação consiste em lavar a amostra com água deionizada e limpar com escovas de cerdas finas.

¹⁹¹ Como resumido por Amaral (2015): quando um feixe de elétrons incide sobre uma amostra, os elétrons mais externos dos átomos e os íons constituintes da amostra são excitados, mudando de níveis energéticos. Ao retornarem para sua posição inicial, liberam a energia adquirida a qual é emitida em comprimento de onda no espectro de raios X. Um detector instalado mede a energia associada a esse elétron. Como os

Os dados obtidos com o uso desta técnica permitem ao arqueólogo estabelecer diferenças ou similaridades entre grupos de artefatos, e fazer comparações intra sítios, com o intuito de investigar a procedência da matéria prima. Neste mister, quando os resultados da análise por Fluorescência de raios X demonstram que a composição química de diferentes fragmentos analisados, seja de todos ou de alguns, é semelhante entre si (especialmente nos elementos traço); há uma grande possibilidade destes artefatos terem sido produzidos a partir de uma argila específica, pois apresentam uma composição química semelhante entre si, diferindo em relação a outros que sejam produzidos a partir de uma argila diferente (CALZA, 2010; MUNITA, 2003).

Objetivando estabelecer diferenças ou similaridades entre grupos de artefatos, fazendo comparações intra sítios com o intuito de caracterizar sua procedência, os materiais cerâmicos dos sítios da Sesmaria Jaguaribe, ou melhor, da Fazenda São Bento e seu entorno foram analisados no laboratório do Grupo de Metrologia Arqueológica e Patrimonial da UFPE, sob a coordenação do professor Dr. Henry Lavalle.

Do ponto de vista prático, para os testes de FRX foi feita uma amostragem na coleção cerâmica dos sítios da Sesmaria Jaguaribe. Entre os critérios observados para definição da amostra, optou-se pela seleção de exemplares de todos os tipos técnico e morfológicos identificados nas análises anteriores; tendo-se o cuidado para que cada fragmento selecionado representasse um objeto diferente. As análises foram feitas ou nos núcleos ou nas superfícies não pintadas dos fragmentos¹⁹². No total, 164 fragmentos foram submetidos à análise por Fluorescência de raios X (Tabela 3).

Tabela 3- Relação de fragmentos submetidos à Fluorescência de Raios X

Nome do Sítio	Total de Fragmentos
Engenho Jaguaribe	16
São Bento	43
São Bento II	16
São Bento III	03
São Bento IV	05
Tamanduá	22
Alto dos Macacos I	07
Alto dos Macacos II	36
Alto dos Macacos III	06
Alto dos Macacos IV	10

elétrons de um determinado átomo possuem energias distintas, é possível, determinar quais os elementos químicos estão presentes naquele local e assim identificar os elementos da amostra. O resultado observado na tela do microcomputador é um gráfico denominado “espectro de FRX”, que apresenta picos em determinados valores de energia. Através da consulta a uma tabela de energias, é possível, então, identificar os elementos químicos presentes na amostra (CALZA, 2010).

¹⁹² Como nosso objetivo era identificar os elementos que compunham as diferentes pastas, as análises das superfícies pintadas não seriam adequadas, visto que indicariam apenas os elementos associados ao pigmento usado no acabamento de superfície.

7 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA ÁREA DE ESTUDO E SEU ACERVO CERÂMICO

Se ninguém sabe do que o passado é feito, uma inquietante incerteza transforma tudo em vestígio, indício do possível, suspeita de história com a qual contaminamos a inocência das coisas (NORA PIERRE, 1993:20).

Este capítulo terá três partes, na primeira parte, apresentaremos uma breve descrição do contexto histórico contemporâneo da área, com o intuito de demonstrar as transformações que estão ocorrendo nos sítios arqueológicos e seus entornos. Na segunda parte abordaremos os sítios arqueológicos e a análise do material arqueológico cerâmico que farão parte esta pesquisa. Por fim, na terceira parte abordaremos os dados auferidos com a análise do material cerâmico indicando as características dos perfis técnicos.

Cabe destacar que, como trabalhamos com dados e informações adquiridas em campanhas arqueológicas ocorridas nos últimos 17 anos¹⁹³, optamos por expor a metodologia (procedimentos, métodos, técnicas) das atividades de campo que foram adotadas em cada campanha, juntamente com a apresentação dos sítios arqueológicos.

7.1 ÁREA DA SESMARIA JAGUARIBE: UMA HISTÓRIA EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO

Os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA PIERRE, 1993:22).

Múltiplos fatores atuaram na história, na construção da paisagem e nos processos pós-deposicionais dos sítios arqueológicos inseridos na área da Sesmaria Jaguaribe. A urbanização, com a implementação de infraestrutura viária e habitacional, e a agricultura familiar são uns dos fatores que mais contribuem para a constante transformação.

Nos capítulos anteriores narramos a história da Sesmaria Jaguaribe tendo como foco os séculos XVI a XIX, no entanto, o contexto de ocupação e construção da paisagem desta área não se limita a esse recorte cronológico. Nos séculos seguintes, a área

¹⁹³ As primeiras pesquisas arqueológicas na área da Sesmaria Jaguaribe tiveram início em 2001, com o projeto: “Prospecção de Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe”, coordenado pela Dr^a Cláudia Alves Oliveira. A partir desta data, várias campanhas deram continuidade à pesquisa. Prospecções e intervenções arqueológicas realizadas desde então, possibilitaram a identificação das áreas de produção de açúcar (os engenhos), produção de cal (fornos), Fazenda São Bento (casa dos beneditinos, igreja e senzalas) e das áreas com presença de material indígena (OLIVEIRA, 2005, 2007, 2011, 2016).

continuou a receber novos moradores e abrigar novas perspectivas. Assim, na década de 1970, a administração pública do município Abreu e Lima/PE realizou o loteamento da área do antigo Engenho Jaguaribe e da Fazenda São Bento, abrindo acessos e implementando infraestrutura básica para instalação de moradias. Deste modo, a ocupação da área, que até então ocorria de forma lenta e irregular, foi legalizada atraindo uma nova gama de moradores para o local, fomentando, assim, que estas terras fossem gradativamente ocupadas e apropriadas por seus novos senhores.

O passado e o presente passam a ocupar o mesmo espaço, e as terras do Engenho Jaguaribe e da Fazenda São Bento são habitadas por famílias que utilizam a área basicamente como moradia, lazer e para a agricultura de subsistência. Esta ocupação promove marcas indeléveis a área, visto que, o simples ato de plantar e construir uma casa causam impactos aos vestígios arqueológicos.

Um ponto muito delicado é a utilização da área para agricultura familiar, ou seja, a preparação do solo para o plantio de hortaliças, tubérculos (mandioca e inhame), grãos (milho e feijão) e árvores frutíferas (coqueiros, mangueiras, goiabeiras, etc.). A supressão vegetal realizada para iniciar o plantio pode até auxiliar a identificação de novos sítios arqueológicos, entretanto, as técnicas de cultivo, principalmente de tubérculos e grãos, utilizadas na região, tem um impacto significativo no contexto estratigráfico. Visto que essa ação exige o revolvimento periódico do sedimento que compõe os primeiros horizontes estratigráficos (compostos por sedimentos arenosos e areno-argilosos com baixa compactação).

Explicando melhor, para a preparação da terra para o plantio se usa o sistema de coivara com a queima das madeiras mais grossas. Segundo informações de moradores locais o costume é concentrar a matéria orgânica em um ponto onde a queima é feita. Quando o terreno está limpo são preparadas “leiras”, onde se acumula o sedimento não consolidado, sendo as mudas plantadas em pequenas covas nestas leiras (Fig. 19).



As leiras estão dispostas diagonalmente em relação aos lotes. Essas leiras têm altura aproximada de 30 a 50 cm, e largura de 80 cm, e a distância média entre elas é de 1 metro. Segundo informações do Sr. Edvaldo José de Oliveira (agricultor e proprietário do lote onde se localiza parte do sítio Tamanduá), o procedimento adotado a cada novo plantio é que as leiras sejam desmontadas, e o sedimento que compunha a leira é dividido em duas partes, metade da leira é jogada para a área livre a esquerda, e a outra metade para a direita, assim, uma nova leira é formada por parte do sedimento que anteriormente estava em duas leiras; e os locais onde estão as leiras atuais serão transformados em área de passagem e vice-versa.

Esta técnica de cultivo é empregada em praticamente toda a área da Sesmaria Jaguaribe, e certamente promove perturbação na distribuição espacial e vertical dos vestígios arqueológicos. Acreditamos que as alterações promovidas numa perspectiva horizontal possam até ser mais significativas do que aquelas constatadas por Araújo (2002) com o uso do arado. Entretanto, as intervenções em sub-superfície indicaram que, numa perspectiva vertical, o impacto maior ocorre nos artefatos inseridos em superfície ou em uma profundidade média de 20 cm.

Como exemplo dos impactos gerados pelo crescimento urbano, podemos citar os sítios São Bento II, São Bento III, Alto dos Macacos I, Tamanduá e a moita do sítio Engenho Jaguaribe. Nestes sítios, foram erguidas, nas últimas décadas, habitações sobre os artefatos e estruturas dos séculos XVI a XVIII. Já no sítio São Bento, que comporta o complexo arquitetônico da antiga Fazenda Beneditina, o descaso dos órgãos públicos vai além da falta de conservação das estruturas ainda existentes, tendo sido instalada uma via

de acesso em cima do sítio arqueológico. Dilacerando ao meio as ruínas da antiga casa de vivenda dos religiosos. A estrada, construída com o aval da prefeitura municipal, é delimitada por algumas colunas da casa dos monges, numa demonstração clara dos efeitos nefastos da falta do planejamento urbano sobre os bens arqueológicos (Fig. 20).

Figura 20- Prancha com imagens dos impactos gerados pelo crescimento urbano na área pesquisada	
Vista do acesso aberto entre as ruínas da casa dos beneditinos no sítio São Bento	Casa construída no sítio Alto dos Macacos I
	
Autoria: Cláudia Alves Oliveira	Autoria: Rosemary Cardoso

Por outro lado, as ruínas arquitetônicas, tanto do engenho Jaguaribe quanto da Fazenda São Bento (a igreja) exemplificam como as estruturas e contextos arqueológicos passam não apenas por modificações físicas, mas sendo também reapropriados e reconfigurados simbólica e afetivamente pelas pessoas que ali se instalaram, criando e recriando novos significados e narrativas sobre eles. Deste modo, para além do valor enquanto patrimônio arqueológico, aquele local e suas estruturas também ganham relevância por sua ontológica ligação com a memória e a história de vida das famílias que habitam nesta área nos últimos setenta anos (CARDOSO et al, 2018:102). Atualmente a igreja de São Bento, ou melhor, a área da igreja, está sendo reapropriada pelos fies da igreja católica da região que desde de 2016 celebram missas no local (Fig. 21).



É o que ocorreu, também, com a família do Sr. Antônio Maurício da Costa, que em 1941 chegou na área do Engenho Jaguaribe. Nesta época seu pai comprou parte das terras do Engenho Jaguaribe, cerca de 30 hectares, onde passou a cultivar gêneros alimentícios para subsistência da família e venda do excedente. Havia nestas terras uma casa (a casa do antigo engenho) com problemas de conservação, mas bem estruturada, com partes construídas em taipa e partes construídas em alvenaria (com tijolos maciços) e foi nesta casa que a família do Sr. Antônio Maurício (atualmente com 81 anos) habitaram durante anos. Em uma entrevista realizada em 2015 o Sr. Antônio Maurício (Fig. 22) compartilhou conosco suas lembranças, que foram importantes para compreendermos as recentes modificações construtivas¹⁹⁴ fruto da atual ocupação do Engenho Jaguaribe (CARDOSO et al, 2018:105).

Assim, a história do Engenho Jaguaribe se une à história de seus novos proprietários, que tem consciência da importância histórica da área, ao ponto de o Sr. Maurício expressar a seguinte opinião: “Um inglês¹⁹⁵ passou uma noite nesta casa e entrou pra história, meu pai e a minha família passou a vida, então também fazemos parte da história do engenho Jaguaribe, né? Então também preciso contar um pouco da história deste lugar a partir do meu ponto de vista e das minhas lembranças” (CARDOSO et al, 2018:108).

¹⁹⁴ Ao longo das últimas décadas ocorreram intervenções no complexo arquitetônico do Engenho Jaguaribe, contudo foi na década de 1980 que ocorreu a última grande intervenção na casa antes de ruir ainda nesta mesma década. Neste período, Sr. Maurício decidiu reformar a casa, pois a ação do tempo estava deteriorando rapidamente o telhado, ele realizou a troca de toda a madeira do teto que estava com cupim e podre, e também substituiu as telhas. Ele afirma que as antigas e grossas madeiras, bem como as telhas antigas, eram muito pesadas para a estrutura da casa, por isso, ele colocou um novo telhado, rebocou e pintou as paredes, e por fim, como ele mesmo faz questão de destacar, também fez intervenções construtivas na divisão espacial da casa, criando um banheiro, que até então não existia (CARDOSO et al, 2018:107).

¹⁹⁵ Se referindo a Henry Koster que no século XIX arrendou e morou neste engenho por volta de um ano.

Figura 22- Prancha com imagens da Casa Grande do Engenho Jaguaribe	
Sr. Antônio Maurício explicando a reforma na Casa Grande do Engenho Jaguaribe	Sr. Antônio Maurício em frente ao quartinho construído por ele anexado á casa do engenho
	
Autoria: Cláudia Alves de Oliveira	Autoria: Rosemary Cardoso
Vista panorâmica das ruínas da Casa Grande do Engenho Jaguaribe	Fachada atual do quartinho do Sr. Antônio Maurício e parte do oratório da Casa do engenho
	
Autoria: Rosemary Cardoso	Autoria: Rosemary Cardoso

7.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E ANÁLISES DO MATERIAL CERÂMICO

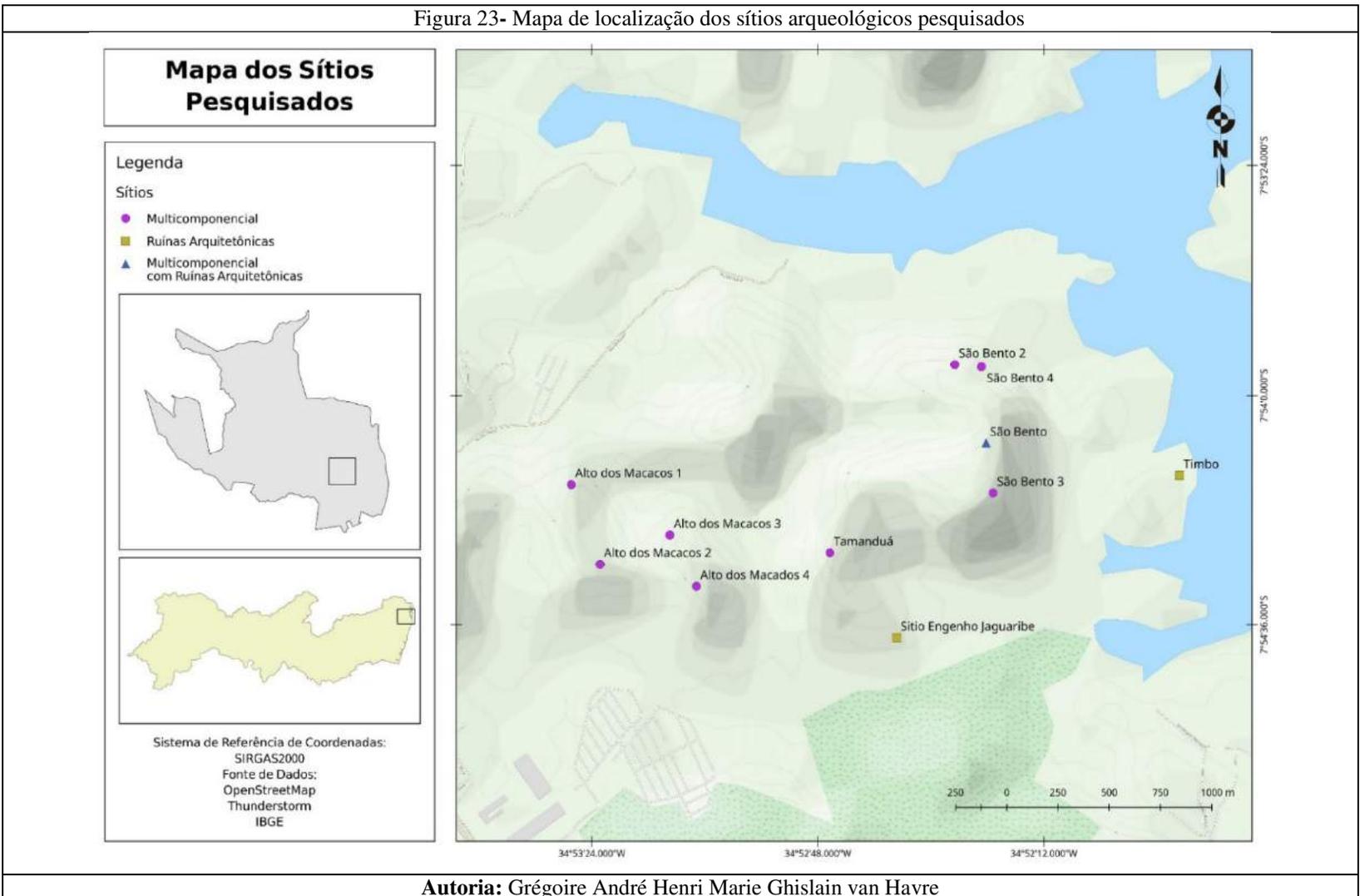
Tudo tem começo e meio. O fim só existe para quem não percebe o recomeço (LUIZ GASPARETTO).

Nossa pesquisa terá como foco a tecnologia de produção da cerâmica e com esta finalidade foram selecionados 10 sítios arqueológicos¹⁹⁶, sendo eles: Sítio Engenho Jaguaribe, São Bento, São Bento II, São Bento III, São Bento IV, Tamanduá, Alto dos Macacos I, Alto dos Macacos II, Alto dos Macacos III e Alto dos Macacos IV.

¹⁹⁶ Até o momento, foram localizados, na área da Sesmaria Jaguaribe (nos Municípios de Abreu e Lima, Paulista e Igarassu) 80 sítios arqueológicos, consultar a relação dos sítios arqueológicos no Apêndice A.

Os dois primeiros sítios são os locais onde ocorreram, efetivamente, as atividades produtivas/econômicas e que possibilitaram o contato contínuo da instituição colonizadora com a população indígena. Contudo para exemplificar a diversidade das atividades econômicas desenvolvidas na área da Sesmaria Jaguaribe durante o período colonial, também inserimos o Sítio Timbó (Forno de Cal) na documentação cartográfica gerada (Fig. 23), pois, como discutido anteriormente, a produção da cal foi uma das atividades produtivas mais rentáveis para os monges beneditinos.

Figura 23- Mapa de localização dos sítios arqueológicos pesquisados



Autoria: Grégoire André Henri Marie Ghislain van Havre

7.2.1 Sítio Engenho Jaguaribe

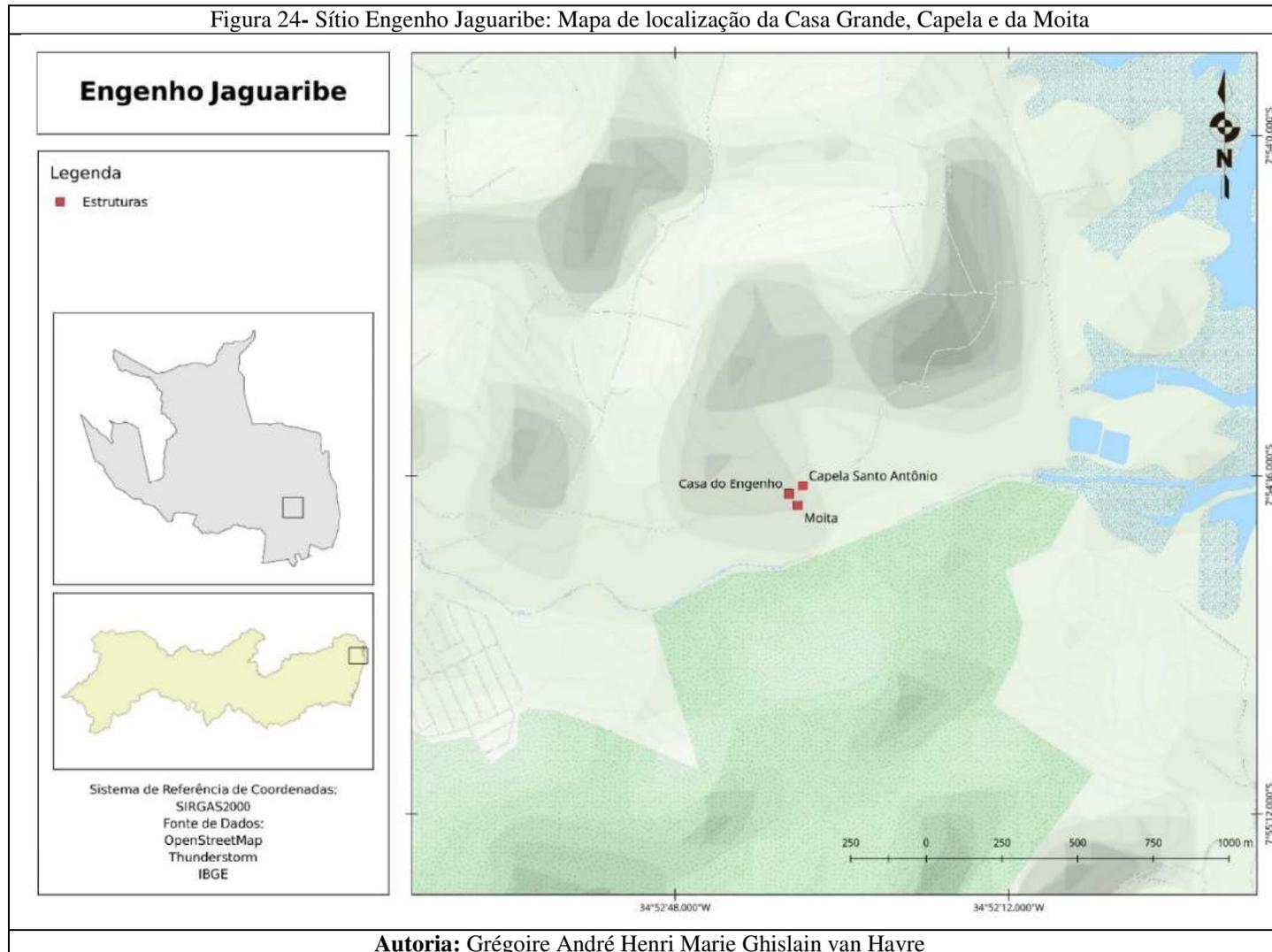
A área do sítio Engenho Jaguaribe a décadas tem seu valor histórico reconhecido graças à sua vinculação com a antiga Sesmaria Jaguaribe, e por consequência, com sua vinculação à produção açucareira, todavia, apenas a partir do início da década de 2000 a área passou a ser alvo de pesquisas arqueológicas sistemáticas, em decorrência das ações desenvolvidas no âmbito do projeto “Prospecção de Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe”, responsável pela identificação de diversos locais de interesse arqueológico (OLIVIERA, 2005).

O sítio Engenho Jaguaribe encontra-se implantado nas várzeas do Rio Timbó, em uma área que originalmente apresentava uma flora diversificada, e com ecossistemas (mangues, restinga e mata atlântica). Atualmente apresenta uma vegetação herbácea e arbórea, com alguns remanescentes da mata atlântica e muitas árvores frutíferas (especialmente mangueiras).

O sítio abriga as ruínas da casa grande, da capela e da moita (Fig. 24) que formavam o complexo arquitetônico desta propriedade açucareira que funcionou entre os séculos XVI a XVIII. Acreditamos que, se considerarmos a área de dispersão do material e os espaços associados às atividades do Engenho, a dimensão total do sítio pode chegar a 5000m².

A localização do Engenho Jaguaribe nos remete a uma configuração espacial onde é possível correlacioná-lo com todos os outros sítios pesquisados, podemos até inferir que a proximidade entre sítios indicaria uma organização espacial voltada para os interesses socioeconômicos. Assim sendo, o Engenho Jaguaribe está a aproximadamente 1.500 metros do sítio Timbó, a 1000 metros do sítio São Bento, a 1300 metros do sítio São Bento II, a 800 metros do sítio São Bento III, a 900 metros do sítio São Bento IV, a 500 metros do sítio Tamanduá, a 1700 metros Alto dos Macacos I, a 1100 do sítio Alto dos Macacos II, a 1400 metros do sítio Alto dos Macacos III e a 900 metros do sítio Alto dos Macacos IV.

Figura 24- Sítio Engenho Jaguaribe: Mapa de localização da Casa Grande, Capela e da Moita



Autoria: Grégoire André Henri Marie Ghislain van Havre

Com a crescente urbanização desta área, a atual via de acesso divide ao meio o antigo complexo arquitetônico do engenho, assim, de um lado da estrada estão as ruínas da casa grande e da capela, e do outro lado a área da moita. Cabe destacar que, com a abertura da via, e as constantes ações de nivelamento para sua manutenção, ficaram expostos no centro da estrada alguns blocos de calcário, provavelmente alicerces ou fundações de setores da antiga fábrica de açúcar. Além disso, essas ações também contribuíram para a formação de pequenos taludes nas extremidades da via, onde é possível visualizar fragmentos de tralha doméstica e material construtivo (Fig. 25).

Figura 25- Prancha com imagens do Engenho Jaguaribe	
Dentro da casa grande era possível visualizar a moita	Lado direito da estrada está área da casa grande e no lado esquerdo está a moita
	
Talude com presença de material arqueológico	Estrutura evidenciada na estrada
	
Autoria: Rosemary Cardoso	

Atualmente a casa do engenho é composta por uma parede de taipa, por paredes de alvenaria que remetem aos séculos passados e associado a esta estrutura existem algumas paredes fruto de reformas recentes (em 1980) realizadas pelo Sr. Antônio Maurício, como é o caso do pequeno “quartinho” que até hoje é ocupado por ele. Um oratório também faz

parte da estrutura arquitetônica da casa, e apesar do mesmo não ter mais o teto e uma de suas paredes, o altar de alvenaria ainda resiste ao tempo. Na área que contorna as paredes que ainda estão erguidas, é possível visualizar em superfície vestígios da fundação e do piso, que também remetem aos séculos passados. A área da casa contando com as novas reformas e com o que foi possível visualizar da fundação tem aproximadamente 12 metros de comprimento e 5 metros de largura.

No entorno da área da casa estão as telhas originais da casa, que o Sr. Antônio Mauricio teve que trocar, pois as madeiras do telhado estavam apodrecendo, durante a reforma o proprietário optou por telhas novas e mais leves para não abalar a estrutura da casa. Na área externa da casa foram evidenciados vários fragmentos de materiais construtivos e de tralha doméstica. Por fim vale ressaltar, que próximo a casa existe um grande tronco de árvore com grossas correntes (atualmente o tronco está caído), o que nos remete ao castigo dado a um índio por Henry Koster (2002:407). Os moradores locais relatam que ouviam dos mais “velhos” que as correntes eram para prender e castigar os escravos. Hipóteses existem, contudo, ainda, se faz necessário investigar a veracidade da correlação entre as corretes e estes fatos (Fig. 26).

Figura 26- Prancha com imagens do tronco de árvore com correntes ao lado da casa do engenho	
Troco de árvore com correntes ao lado da casa do engenho	Detalhe do tronco de árvore com correntes
	
Autoria: Rosemary Cardoso	

Sobre a moita (Fig. 27), a priori, temos poucas informações, pois até o momento, o proprietário do lote restringia o acesso ao local. Nas poucas vezes que tivemos acesso, foi possível, somente fazer alguns registros fotográficos. Na ocasião observamos que a casa do proprietário está situada na parte mais alto do lote, justamente, em cima de partes de

remanescentes construtivos. Há vestígios de materiais construtivos e tralha doméstica em uma área de aproximadamente 20m².

A estrutura arquitetônica da capela Santo Antônio está completamente desmoronada. Com o desmoronamento as paredes e as colunas formaram um monte de entulho que com o passar do tempo foi coberto pela vegetação. Com as escavações observou-se que a capela tem aproximadamente 16m de largura e 40m de comprimento (Fig. 27). Vale destacar que, no decorrer dos anos, os moradores da comunidade informaram que materiais construtivos (tijolos e telhas) foram retirados do local para serem reutilizados nas construções de moradias da região, com isto, o próprio entulho formado pelo desmoronamento pode ter sido revolvido em algum momento.

Figura 27- Prancha com imagens do Engenho Jaguaribe	
Vista panorâmica da área da moita do Engenho Jaguaribe	Vista panorâmica da área da capela Santo Antônio do Engenho Jaguaribe
	
Autoria: Rosemary Cardoso	Fonte: (OLIVEIRA, 2016:94)
Área da casa grande do Engenho Jaguaribe	Oratório da casa grande do Engenho Jaguaribe
	
Autoria: Rosemary Cardoso	Autoria: Rosemary Cardoso

Também é preciso destacar que em 2015 foi realizada a primeira campanha de escavação arqueológica do sítio Engenho Jaguaribe, tendo as intervenções sido realizadas na área das ruínas da capela, com o intuito de evidenciar as estruturas da construção, compreender seu processo construtivo e de colapso, e analisar a dispersão espacial dos artefatos arqueológicos (OLIVEIRA, 2016). E no segundo semestre de 2017 foi realizado a segunda campanha arqueológica na área do sítio Engenho Jaguaribe, limitando-se a área da casa e seu entorno, e ampliando a pesquisa na área da capela, tais atividades revelaram novas informações, principalmente sobre a organização espacial e sobre os processos construtivos que o engenho sofreu ao longo dos séculos. Nesta campanha foi localizada uma fundação que a priori está associada a senzala do engenho, mas por enquanto é só uma hipótese.

Na primeira campanha, observamos grande dispersão e fragmentação dos artefatos, tanto da tralha doméstica quanto do material construtivo associado às ruínas da casa grande, da capela e demais construções existentes na área. E os artefatos arqueológicos analisado nesta pesquisa foram todos evidenciados e coletados durante a primeira campanha. Cabe destacar que a coleta de superfície foi realizada tanto na área da capela (onde foi feita a escavação), quanto no entorno da casa grande. Optou-se por realizar uma coleta sistemática de superfície para assim preservar os artefatos sujeitos às intempéries e para possibilitar a compreensão de sua dispersão espacial do sítio.

Como dito anteriormente, o desmoronamento da capela gerou um monte de entulho (com aproximadamente 1m de altura) que com o passar do tempo foi coberto pela vegetação, neste cenário, observamos que o material cerâmico coletado estava descontextualizado em meio ao entulho. Mas de modo geral, os fragmentos de cerâmica encontram-se distribuídos desde a superfície até 1m de profundidade, estando a maioria localizada desde a superfície até a profundidade de 30 cm. Mas vale frisar que foram encontrados ao redor da capela fragmentos de forma de açúcar, e em profundidade foram encontrados sobre o piso do interior da capela fragmentos cerâmicos (Fig. 28).

Figura 28- Prancha com imagens de fragmentos cerâmicos coloniais do Engenho Jaguaribe	
Cerâmica (forma de açúcar), localizada em superfície	Vasilha fragmentada localizada no piso interior da capela
	
Autoria: Rosemary Cardoso	

O acervo arqueológico deste sítio é composto por fragmentos de material construtivo, cerâmica utilitária comum (Fig. 29), fuso, cachimbo, louças (grés, faiança, faiança fina, porcelana, cerâmica vitrificada), material malacológico, lítico, metálico e vítreo (OLIVEIRA, 2016:116).

Figura 29- Prancha com fragmentos cerâmicos coloniais localizado em superfície no Engenho Jaguaribe	
Cerâmica localizado em superfície	Cerâmica localizado na área da capela
	
Autoria: Rosemary Cardoso	

7.2.1.1 Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio Engenho Jaguaribe

Como mencionado anteriormente, a coleção analisada¹⁹⁷ na presente pesquisa foi formada a partir das coletas de superfície e escavações realizadas no Engenho Jaguaribe em 2015, contando com 1.926 artefatos, sendo que somente 231 fragmentos são de cerâmica utilitária comum (Fig. 30). Vale frisar que, neste primeiro momento, nos ateremos apenas a apresentar uma caracterização quantitativa geral dos aspectos técnicos e morfológicos referentes ao material cerâmico. O cruzamento das diferentes variáveis, e sua possível correlação com alteração dos perfis técnicos identificados será discutida no próximo capítulo.

Figura 30- Prancha com fragmentos associados a tecnologia colonial do sítio Engenho Jaguaribe	
Fragmento de base com furo de forma de açúcar	Fragmento de lábio/borda/bojo de forma de açúcar
	
Vasilhame torneado de lábio/borda/bojo	Fragmento de cabo

¹⁹⁷ Antes de adentrar na apresentação dos sítios e do material arqueológico que será abordado nos próximos tópicos, vale frisar que os vestígios cerâmicos aqui analisados são frutos de diversas campanhas arqueológicas (com diversos objetivos e metodologias) ocorridas nos últimos 17 anos, sendo coletados em superfície e em profundidade. Contudo, o material cerâmico do sítio Engenho Jaguaribe e do sítio São Bento coletado em profundidade estava em meio ao entulho do desmoronamento das estruturas arquitetônicas destes sítios e/ou em áreas revolvidas pela comunidade atual, o que fomentou sua descontextualização estratigráfica. De modo geral, os fragmentos selecionados para esta pesquisa (cerca de 85%) foram evidenciados desde a superfície até a segunda decapagem (cerca e 20 cm aproximadamente). No caso dos Sítios: São Bento (II, III e IV), Alto dos Macacos (I, II, III e IV) e Tamanduá a maioria do material cerâmico analisado foram coletados em superfície, e os que estavam em profundidade estavam no máximo à 16 cm de profundidade. Como vimos, as leiras utilizadas nos plantios atuais têm 30 a 50 cm de altura, com isto queremos dizer que este material provavelmente também estava descontextualizado estratigráficamente. Outro fato que merece destaque é que os poucos fragmentos evidenciados em profundidade (16 cm) apresentavam dimensões extremamente reduzidas, por isto, a maioria deles não entraram em nossa análise. Enfim, são estas as razões que nos levaram a não abordar o material cerâmico por níveis estratigráficos. Contudo, apesar de não trabalharmos com o contexto estratigráfico, o resultado da datação, nos permite visualizar um cenário onde a produção cerâmica com elementos técnicos indígenas é contemporânea com a ocupação colonial e com a produção cerâmica com elementos técnicos coloniais.



Autoria: Natalia Julia Felipe da Silva

De modo geral, é observável certa recorrência e correlação das técnicas de preparação da pasta, da manufatura e da queima (Tabela 4). Os artefatos apresentaram apenas antiplásticos minerais, havendo um grande predomínio da pasta 1, que possui uma textura mais fina e adequada ao manuseio no torno, sendo este empregado na manufatura na maioria dos artefatos analisados. Do mesmo modo, quantitativamente, há prevalência de fragmentos com queima 1 e queima 2, ou seja, queimas completas com o controle da atmosfera, comumente associadas aos fornos.

Tabela 4- Modo de Produção da cerâmica do Sítio Engenho Jaguaribe

Queima:	Queima 1:	Queima 2:	Queima 3:	
	112	51	68	
Pasta:	Pasta 1:	Pasta 2:	Pasta 3:	Pasta 4:
	169	00	62	00
Manufatura:	Torneada:	Acordelado:	Modelado:	
	202	04	25	

Quanto ao tratamento de superfície (Tabela 5), o alisado é o mais aplicado tanto interna quanto externamente, sendo seguido pelas técnicas de pintura em diferentes matizes e pela aplicação do brunimento.

Tabela 5- Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio Engenho Jaguaribe

Acabamento de superfície	Acabamento Externo	Acabamento Interno
Alisado	180	190
Brunido	10	08
Banho vermelho	20	09
Engobo vermelho	14	05
Inciso	01	00
Faixa vermelha	01	00
Não identificado	05	19

Sobre a diversidade morfológica, destacam-se as bordas reforçadas externamente e diretas e raros exemplares de bordas entrovertidas e introvertidas majoritariamente finas e médias. A diversidade de lábios também é reduzida, tendo sido identificados principalmente lábios planos, seguidos pelos arredondados e alguns apontados, também neste caso houve prevalência da espessura fina e média. A identificação dos bojos sugere a hegemonia de formas simples e globulares, sendo que a maior parte dos fragmentos possui espessura inferior a 2 cm. E as bases possuem espessura fina e média e formato convexa ou plano (Tabela 6 e Tabela 7).

Tabela 6- Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio Engenho Jaguaribe

Borda:	Direta: 32	Entrovertida: 05	Reforçada Ext.: 54	Introvertida: 01
Lábio:	Plano: 48	Arredondado: 34	Apontado: 10	
Base:	Convexa: 14	Plana: 05		
Bojo:	Globular: 115			
Apêndice	Alça: 04	Asa: 01		

Tabela 7- Espessuras das partes morfológicas da cerâmica do Sítio Engenho Jaguaribe

Morfologia	Espessura Fina	Espessura Média	Espessura Grossa
Lábio	44	32	16
Borda	40	29	23
Bojo	98	08	09
Base	12	07	00
Apêndice	05	00	00

7.2.2 Sítio São Bento

A área do sítio São Bento (ou sítio São Bento I), também conhecido como Fazenda São Bento a décadas tem seu valor histórico reconhecido graças à sua vinculação com a antiga fazenda beneditina, como abordado no primeiro capítulo. O sítio São Bento está situado no topo do morro, em uma área plana, sendo classificado como um sítio multicomponencial a céu aberto e tendo aproximadamente 380m². É composto pelo conjunto arquitetônico, formado pelas ruínas da Igreja São Bento, casa dos religiosos beneditinos e duas senzalas (Fig. 31).

Figura 31- Prancha com imagens da Igreja São Bento	
Fachada da Igreja São Bento	Parte lateral da Igreja São Bento
	
Autoria: Rosemary Cardoso	Autoria: Claudia Oliveira
Vista panorâmica do Sítio São Bento	Vista do Sítio São Bento a partir do rio Timbó
	
Autoria: Alencar Miranda Amaral	Autoria: Rosemary Cardoso
Casa dos beneditinos, fotografada em 2005	Casa dos beneditinos, fotografada em 2017
	
Autoria: Cláudia Alves de Oliveira	Autoria: Rosemary Cardoso

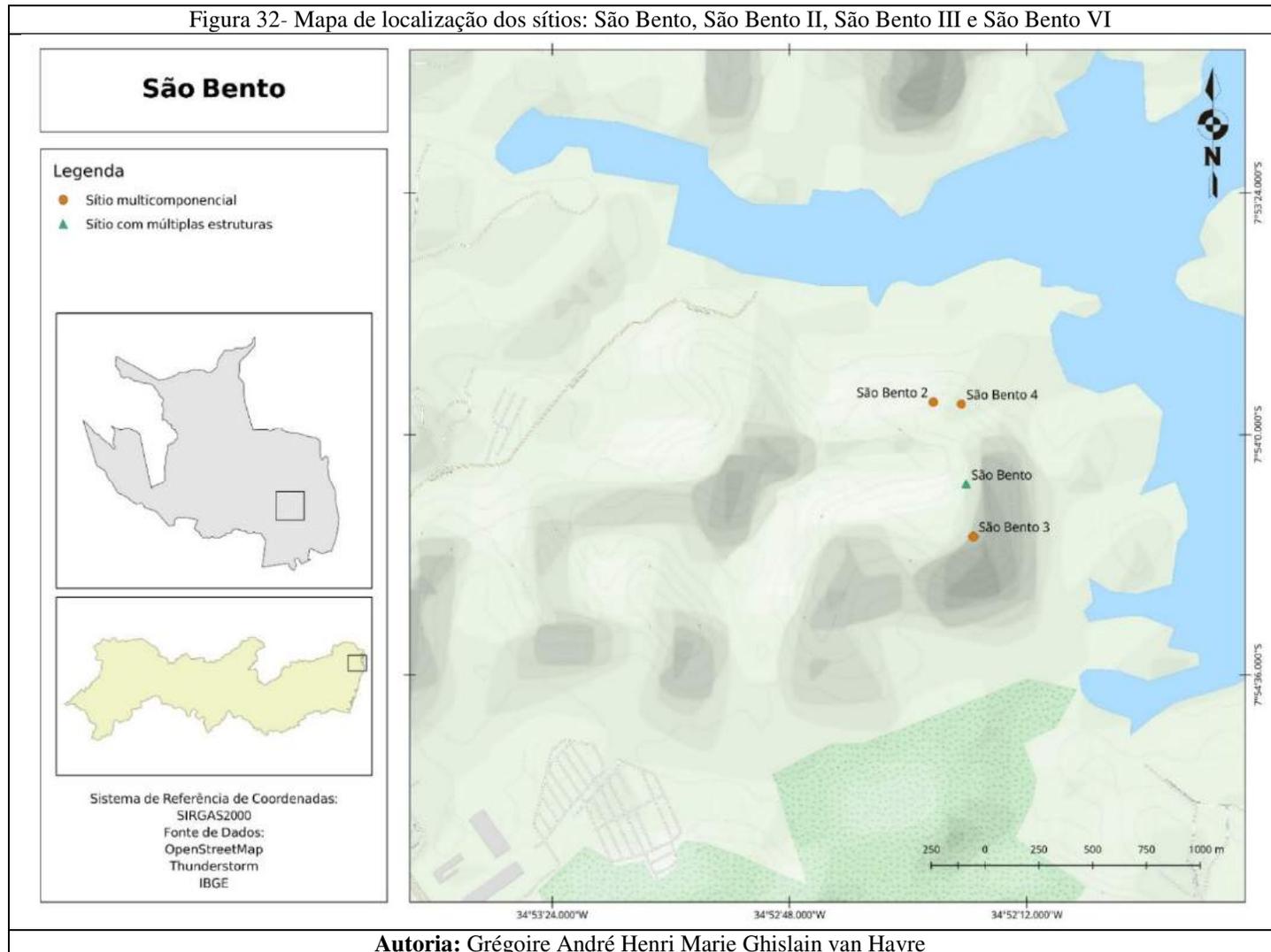
Além do conjunto arquitetônico que compõe o sítio São Bento, vale destacar que próximo a essa área foram localizados três sítios associados à presença indígena. Sendo eles: sítio São Bento II que está a 400 metros de distância do sítio São Bento, sítio São

Bento III que está a 270 metros de distância do sítio São Bento e o sítio São Bento IV que está a 250 metros de distância do sítio São Bento. Ademais, no entorno do sítio São Bento estão implantados os outros sítios que compõe nossa pesquisa, sendo aproximadamente a 1000 metros do sítio Engenho Jaguaribe, a 900 metros do sítio Timbó, a 860 metros do sítio Tamanduá, a 2000 metros do sítio Alto dos Macacos I, a 1570 metros do sítio Alto dos Macacos II, a 1900 metros do sítio Alto dos Macacos III e a 1470 metros do sítio Alto dos Macacos IV (Fig. 32).

A existência de sítios com vestígios de material cerâmico indígena próximo a Fazenda São Bento é um fato muito interessante, pois sugere que o local escolhido para a instalação Fazenda, não foi definido aleatoriamente, como já exposto por Oliveira (2007) a localização da fazenda privilegia a segurança da mesma, possibilitando uma boa visualização de todo o entorno, e também, privilegia o contato direto com os indígenas que estão muito próximos da área.

A localização da Fazenda de São Bento de Jaguaribe é estratégica, primeiro por estar num topo de morro, com altitude de 69 metros acima do nível do mar, da qual se pode perceber qualquer aproximação marítima a partir do litoral e também por terra. E segundo por propiciar um ambiente arejado. [...] Estes fatores contribuíram para a localização das construções principais que constituíam esta propriedade. Os beneditinos souberam tirar partido desta situação, distribuindo as edificações dentro de uma organização espacial, levando em consideração a posição privilegiada de suas terras (OLIVEIRA, 2007:28).

Figura 32- Mapa de localização dos sítios: São Bento, São Bento II, São Bento III e São Bento VI



Entre os anos de 2005 e 2006 foram realizadas diversas campanhas¹⁹⁸ de prospecção e escavação no sítio São Bento. A escavação focou nas três áreas da fazenda, casa dos religiosos, na igreja e nas senzalas. Com relação a casa dos religiosos, a escavação revelou a divisão interna da casa¹⁹⁹ e as fases construtivas da mesma (ANDRADE, 2006:124).

A senzala estava localizada a noroeste da igreja São Bento, sendo do tipo pavilhão²⁰⁰, e medindo aproximadamente 9,20m x 28,20m. A área interna do prédio tinha quatorze cômodos, divididos em sete conjuntos de dois cubículos²⁰¹, com dimensões diferentes. Constatou-se, também, que com o passar dos anos, a senzala passou por múltiplas etapas construtivas (SILVA, 2006; OLIVEIRA, 2007).

Foram encontrados alicerces e prováveis divisões em alvenarias de uma suposta senzala. Após as escavações levantou-se a hipótese (SILVA, 2006; ANDRADE, 2006; OLIVEIRA, 2005, 2007) que estas estruturas estariam associadas à segunda senzala mencionada por Rocha (1948) e por Anunciação (1940). Contudo, acreditamos que é necessário ampliar as escavações nesta área, para otimizar a compreensão da correlação desta estrutura com os demais espaços da fazenda beneditina, e assim criar subsídios para confirmar se estamos diante ou não da segunda senzala.

Assim, apesar de não estar ainda bem definido qual a funcionalidade dessa estrutura, abordaremos a mesma, pois os vestígios arqueológicos coletados nesta área são de extrema importância para refletirmos sobre a relação estabelecida entre os grupos, como veremos no próximo capítulo.

Explanando de forma resumida, a escavação da igreja²⁰² de São Bento foi realizada tanto na parte interna quanto externa, sendo evidenciado o piso na parte interna e um

¹⁹⁸ Para maiores informações sobre o sítio São Bento, a escavação e o acervo, consultar os relatórios apresentados ao IPHAN Regional de Pernambuco (OLIVEIRA, 2005, 2007, 2011, 2016) e as dissertações de mestrado de MEDEIROS (2005) Andrade (2006); Silva (2006), Santos (2009) e Silva (2017).

¹⁹⁹ As escavações revelaram que a casa tinha um formato em L, era constituída por sete ambientes distribuídos numa área total de 380m². Foi evidenciado que a casa continha um grande salão (130,80m²) formado a partir de oito colunas, com resquícios do piso em tijoleira de barro retangular; o mesmo material foi encontrado no piso de dois outros cômodos com área de 50,77m². Foram estabelecidos os limites de uma sala de 10,94m²; um corredor; e dois cômodos, com uma área de 7m², cada (ANDRADE, 2006).

²⁰⁰ Segundo Silva (2006:56): “O modelo de senzala pavilhão é térreo alongado, de forma retangular, separados internamente em uma série de cubículos contíguos de 2.7 a 3.4 metros de largura, cada qual com uma saída individual. [...] A senzala pavilhão condiz com as senzalas referenciadas no século XIX, as quais sobreviveram à abolição da escravatura, sendo reproduzidas como depósitos e residências de homens livres em Fazendas e em conjuntos habitacionais de operários das modernas usinas (AZEVEDO, 1990; GOMES, 1998).”

²⁰¹ Segundo Rocha (1948) havia várias cozinhas dentro da Senzala, com isto, então, possivelmente, esta divisão dos aposentos permitiria a privacidade das famílias dos cativos (OLIVEIRA, 2007), tendo em vista que os religiosos incentivavam o casamento.

²⁰² De modo geral, as escavações realizadas nas diferentes áreas do sítio São Bento revelaram que o nível topográfico da estrutura da casa dos monges e da estrutura da igreja é o mesmo; a técnica construtiva e o uso do piso de tijoleira são similares. O alinhamento da fachada principal da casa coincide com a linha

calçamento de pedra na parte externa que se estendia pela entrada do templo. Dentro da igreja, abaixo do piso, foram localizados sepultamentos. E na lateral direita foi evidenciada a existência de um corredor lateral paralelo às paredes da igreja, e possivelmente construído num momento posterior (OLIVEIRA, 2005 e 2007).

De modo geral, os tipos de vestígios arqueológicos (Apêndice B) coletados nestas diferentes áreas do Sítio São Bento são muito similares tanto nos tipos de objetos, quanto nas características tecnotipológicas; já nas intervenções realizadas na parte posterior da igreja evidenciou-se uma lâmina de pedra polida (machado) a 61 cm de profundidade próximo de uma estrutura de pedra (Fig. 33). Oliveira (2005) constatou que para a instalação da fazenda foi realizado o nivelamento do terreno, com a evidência deste machado, a pesquisadora levantou a hipótese que no local poderia, anteriormente à chegada dos beneditinos, ter sido uma área ocupada pelos indígenas.

Figura 33- Prancha com imagens do material arqueológico do sítio São Bento	
Detalhe do machado de granito	Cerâmicas e louça na área da casa dos religiosos
	
Fonte: (MEDEIROS, 2005:58)	Fonte: (ANDRADE 2006:105)

Dentro dos limites do sítio São Bento foi notificado pela população local uma possível casa de farinha, o que é relatado também por Rocha (1948) e por Anunciação (1940). Durante as atividades de campo identificou-se três estruturas, mas os dados alcançados ainda são insuficientes para afirmar qual seria a funcionalidade destas estruturas (MEDEIROS, 2005; ANDRADE, 2006; SILVA, 2006; OLIVEIRA, 2005, 2007). Porém, os vestígios arqueológicos, como por exemplo, amostras de cerâmica utilitária comum coletado próximo à estas estruturas, são mais um dos indícios sobre a

lateral da igreja. Todo o piso do adro da igreja faz parte também da frente da casa, integrando as duas unidades funcionais (OLIVEIRA, 2005, 2007).

relação estabelecida entre os religiosos e os grupos que utilizavam e/ou produziam cerâmica com a tecnologia indígena. Defendemos, também, que estas estruturas podem ter sido utilizadas para outros fins produtivos²⁰³, contudo nos embasando nos dados arqueológicos, históricos e relatos, doravante, iremos denominar a área como “Área da suposta casa de farinha”.

7.2.2.1 Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio São Bento: Casa dos religiosos, Igreja, Senzala, suposta senzala e suposta casa de farinha

No sítio São Bento, em 2005 e 2006 ocorreram duas campanhas interventivas, quando foram escavados simultaneamente as áreas da igreja, senzalas e casa dos monges. Nos anos consecutivos foram realizadas outras campanhas interventivas, contudo estas campanhas foram pontuais, com aberturas de poucas sondagens e de curta duração, tais atividades de campo geraram um acervo que está em fase de higienização e numeração. Mas, tendo em vista que as escavações de 2005 e 2006 geraram um acervo que pode ser considerado uma amostragem relevante do material arqueológico de todo o complexo arquitetônico, nossa análise focou somente o material arqueológico proveniente destas duas campanhas.

Nossa pesquisa focará nos fragmentos de cerâmica utilitária comum, que somam o total de aproximadamente 6000 fragmentos. Para selecionar o material que fará parte desta pesquisa, adotamos como critério a identificação de no mínimo dois destes três elementos técnicos e morfológicos, a saber, morfológica, manufatura e acabamento de superfície, sendo excluído também os fragmentos residuais (fragmentos menores de 2 cm), com isto, nossa amostra se reduz a 2510 fragmentos cerâmicos (Tabela 8).

²⁰³ “As informações encontradas nos relatórios do Estado sobre a Fazenda São Bento de Jaguaribe comprovam a grandeza dessa propriedade. Além dos campos de agricultura, onde cultivavam mandioca, milho, feijão, arroz, café e legumes, havia a produção da cal, as salinas, o engenho de farinha e a olaria. Dentro do conjunto de suas edificações há referências sobre a capela, a casa de vivenda, duas senzalas, mencionando também a cozinha da senzala e a existência de mais um lance na mesma, a casa de farinha, a estrebaria, um armazém para guardar a cal, uma casa, perto das salinas, para recolher o sal; na olaria fabricavam louças, telhas e tijolos. A Fazenda possuía uma canoa, carro, animais de condução, bois, etc. Os documentos mencionam a construção de uma cacimba e a existência de um açude” (MEDEIROS, 2005:54, apud, Rocha 1948).

Tabela 8- Relação de Total e localização no Sítio São Bento

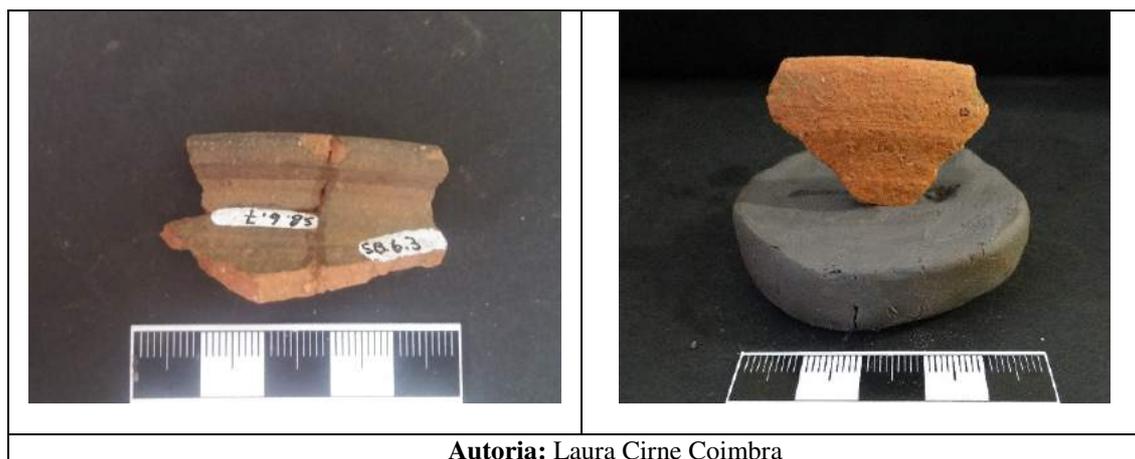
LOCALIZAÇÃO	TOTAL DE FRAGMENTOS
Área da Igreja São Bento	61
Área da Casa dos religiosos	355
Área da Senzala	1781
Área da Suposta senzala	305
Área da Suposta casa de Farinha	08

Vale destacar que apresentaremos a caracterização quantitativa geral dos aspectos técnicos e morfológicos segundo suas respectivas áreas de ocorrências, ou seja, área da igreja, casa dos religiosos, suposta senzala, senzala e da área da suposta casa de farinha.

7.2.2.2 Caracterização dos elementos técnicos do material cerâmico do Sítio São Bento – Área da Igreja

Da área da igreja, foram analisados 61 fragmentos cerâmicos (Fig. 34) observamos certa recorrência, e correlação, das técnicas de preparação da pasta, da manufatura e da queima (Tabela 9). Os artefatos apresentaram apenas antiplásticos minerais, havendo um grande predomínio da pasta 1, que possui uma textura mais fina e adequada ao manuseio no torno, sendo este empregado na manufatura de mais de 89% dos artefatos analisados. Do mesmo modo, quantitativamente, há prevalência de fragmentos com queima 1 e queima 2, ou seja, queimas completas com o controle da atmosfera, comumente associadas aos fornos.





Autoria: Laura Cirne Coimbra

Tabela 9- Modo de Produção da cerâmica do Sítio São Bento: Área da igreja

Queima:	Queima 1:	Queima 2:	Queima 3:	
	49	06	06	
Pasta:	Pasta 1:	Pasta 2:	Pasta 3:	Pasta 4:
	60	00	01	00
Manufatura:	Torneada:	Acordelado:	Modelado:	Não Ident.:
	56	01	03	01

Quanto ao tratamento de superfície (Tabela 10), o alisado é o mais aplicado tanto interna quanto externamente, seguido pelas técnicas de pintura em diferentes matizes, e acabamento plástico.

Tabela 10- Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio São Bento: Área da igreja

Acabamento de superfície	Acabamento Externo	Acabamento Interno
Alisado	53	57
Plástico	02	00
Banho vermelho	01	00
Engobo vermelho	01	00
Aplique	02	00
Não identificado	02	04

A análise morfológica revelou a diversidade de bordas: diretas, reforçadas externamente e internamente, introvertidas, expandidas, cambadas, e raros exemplares de bordas entrovertidas e introvertidas; todas majoritariamente finas. Os lábios são arredondados, seguidos pelos planos e apontados; prevalecendo a espessura fina e média. A identificação dos bojos sugere a hegemonia de formas simples e globulares, sendo que a maior parte dos fragmentos possui espessura inferior a 2 cm. As bases possuem espessura fina e média e formato convexa e plano (Tabela 11 e Tabela 12).

Tabela 11- Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio São Bento: Área da igreja

BORDA:	Direta: 08	Reforçada Ext.: 05	Expandida: 04	Introvertida: 01
BORDA:	Cambada: 02	Reforçada Int.: 02	Não Ident.: 03	
LÁBIO:	Plano: 05	Arredondado: 13	Apontado: 03	Não Ident.: 04
BASE:	Convexa: 03	Plana: 07		
BOJO:	Globular: 23			
APÊNDICE:	Alça geminada: 01	Asa: 02		

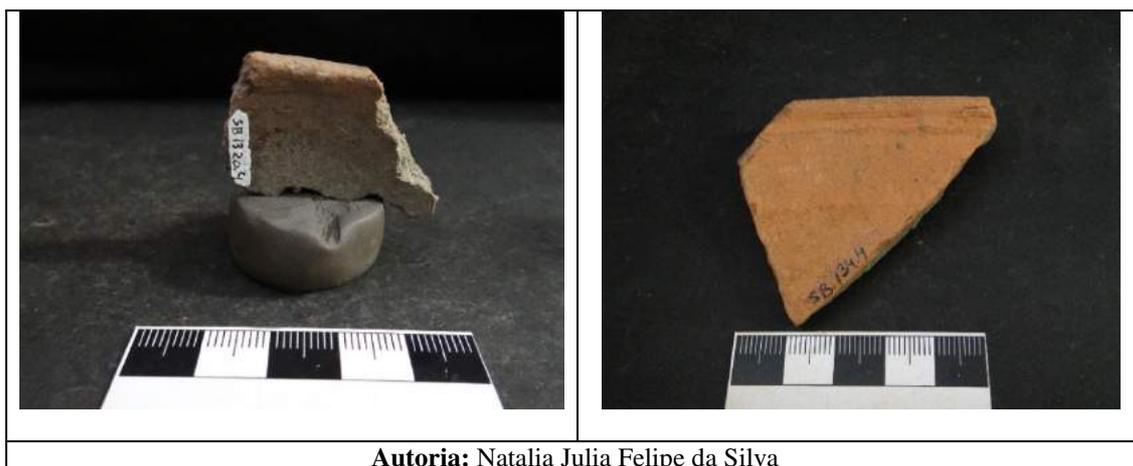
Tabela 12- Espessuras das partes morfológicas da cerâmica do Sítio São Bento: Área da igreja

Morfologia	Espessura Fina	Espessura Média	Espessura Grossa
Lábio	17	06	02
Borda	19	05	01
Bojo	18	05	00
Base	07	03	00
Apêndice	01	01	01

7.2.2.3 Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio São Bento – Casa dos religiosos

Na área da casa dos religiosos, foram analisados 355 fragmentos de cerâmica utilitária comum (Fig. 35), e observamos certa recorrência e correlação, das técnicas de preparação da pasta, da manufatura e da queima.





Autoria: Natalia Julia Felipe da Silva

Os artefatos foram confeccionados com a pasta 1 e pasta 2, contudo há o predomínio da pasta 1, que possui uma textura mais fina e adequada ao manuseio no torno; sendo este empregado na manufatura de mais de 90% dos artefatos analisados. Quantitativamente, há prevalência de fragmentos com queima 1 e queima 2, ou seja, queimas completas com o controle da atmosfera, comumente associadas aos fornos (Tabela 13).

Tabela 13- Modo de Produção da cerâmica do Sítio São Bento: Área da casa dos religiosos

QUEIMA:	Queima 1: 230	Queima 2: 64	Queima 3: 61	
PASTA:	Pasta 1: 303	Pasta 2: 00	Pasta 3: 52	Pasta 4: 00
MANUFATURA:	Torneada: 321	Acordelado: 01	Modelado: 30	Não Ident.: 03

Quanto ao tratamento de superfície (Tabela 14), o alisado é o mais aplicado tanto interna quanto externamente; sendo seguido pelas técnicas de pintura em diferentes matizes, além de brunido, inciso e acabamento plástico.

Tabela 14- Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio São Bento: Área da casa dos religiosos

Acabamento de superfície	Acabamento Externo	Acabamento Interno
Alisado	315	321
Plástico	01	00
Brunido	05	04
Pintado de Branco	02	01
Banho vermelho	02	03
Pintado de Vermelha	07	10
Inciso	04	00
Aplique	03	00
Engobo vermelho	01	00
Não identificado	15	16

Sobre a diversidade morfológica, destacam-se as bordas diretas, reforçadas externamente e internamente, expandidas, cambadas, entrovertidas, inclinadas externamente, dobrada e contraída, majoritariamente finas e médias; e a presença de raros exemplares de bordas entrovertidas e introvertidas. Foram identificados os seguintes tipos de lábios: planos, seguidos pelos arredondados e alguns apontados; nas espessuras fina e média. A identificação dos bojos sugere a hegemonia de formas globulares, sendo que a maior parte dos fragmentos possui espessura inferior a 2 cm. As bases possuem espessura fina e média e alguns exemplares na espessura grossa; e formato convexa, plano e anelar (Tabela 15 e Tabela 16).

Tabela 15- Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio São Bento: Área da casa dos religiosos

Borda:	Direta: 30	Inclinada Ext.: 04	Ref. Ext.: 25	Expandida: 20	Ref. Int.: 11
Borda:	Dobrada: 02	Entrovertida: 11	Cambada: 24	Contraída: 02	
Lábio:	Plano: 62	Arredondado: 56	Apontado: 11		
Base:	Convexa: 16	Plana: 16	Anelar: 01		
Bojo:	Globular: 178	Não Ident.: 06			
Apêndice:	Alças: 08	Aplique: 1 antropomorfo			

Tabela 16- Espessuras das partes morfológicas da cerâmica do sítio São Bento: Área da casa dos religiosos

Morfologia	Espessura Fina	Espessura Média	Espessura Grossa
Lábio	117	12	00
Borda	118	11	00
Bojo	172	12	00
Base	21	10	02
Apêndice	00	05	04

É perceptível que a cerâmica encontrada no sítio São Bento, especificamente na área da casa dos religiosos apresenta diversidade técnica e morfológica. Contudo é recorrente os objetos torneados, com queima completa em atmosfera controlada, acabamento alisado, seguido pelas técnicas de pintura em diferentes matizes, além de brunido, inciso e acabamento plástico. Apresentando formas simples com pouca diversidade morfológica.

7.2.2.4 Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio São Bento – Área da Senzala

Como mencionado anteriormente, a coleção analisada na presente pesquisa foi formada a partir das coletas de superfície e escavações realizadas no sítio São Bento, e neste momento, abordaremos especificamente o acervo coletado na área (tanto interna, quanto no entorno da área externa) da senzala I, que conta com 1.781 fragmentos de cerâmica utilitária comum (Fig. 36).

Figura 36- Prancha com imagens do material cerâmico do sítio São Bento: Área das senzalas	
Fragmento associado ao perfil técnico indígena	Fragmento associado ao perfil técnico colonial: Labio/borda/bojo
	
Fragmento associados ao perfil técnico colonial: bojo	Fragmento associado ao perfil técnico colonial: com incisão
	
Fragmento associados ao perfil técnico colonial: Base plana com marcas do torno	Fragmento associados ao perfil técnico colonial: lábio/borda/bojo/asa

	
<p>Fragmento associado ao perfil técnico colonial: Lábio arredondo e borda reforçada externamente</p>	<p>Fragmento associado ao perfil técnico colonial: lábio/borda/bojo</p>
	
<p>Fragmento associado ao perfil técnico colonial: Cerâmica perfurada depois da queima</p>	<p>Fragmento associado ao perfil técnico colonial: com inciso</p>
	
<p>Autoria: Laura Cirne Coimbra</p>	

De modo geral, podemos observar certa recorrência, e correlação, das técnicas de preparação da pasta, da manufatura e da queima (Tabela 17). Foram evidenciados dois tipos de pasta, havendo predomínio da pasta 1, que possui uma textura mais fina e adequada ao manuseio no torno; sendo este empregado na manufatura de mais de 90% dos artefatos analisados. Do mesmo modo, quantitativamente, há prevalência de fragmentos com queima 1 e queima 2, ou seja, queimas completas com o controle da atmosfera, comumente associadas aos fornos.

Tabela 17- Modo de Produção da cerâmica do Sítio São Bento: Área da Senzala

Queima:	Queima 1: 994	Queima 2: 634	Queima 3: 153	
Pasta:	Pasta 1: 1627	Pasta 2: 00	Pasta 3: 154	Pasta 4: 00
Manufatura:	Torneada: 1614	Acordelado: 15	Modelado: 131	Não ident.: 21

Quanto ao tratamento de superfície (Tabela 18), o alisado é o mais aplicado tanto interna quanto externamente; sendo seguido pelas técnicas de pintura em diferentes matizes, e pela aplicação acabamento plástico e de brunimento.

Tabela 18- Acabamento de superfície da cerâmica do Sítio São Bento: Área da Senzala

Acabamento de superfície	Acabamento Externo	Acabamento Interno
Alisado	1583	1615
Polida	02	02
Brunido	02	03
Plástico	12	00
Ungulado	01	00
Corrugado	01	00
Banho vermelho	07	13
Engobo branco	01	02
Engobo vermelho	25	25
Pintado de Vermelho	69	68
Impressão	00	01
Inciso	19	00
Aplique	9	00
Não identificado	50	52

Sobre a diversidade morfológica, destacam-se as bordas diretas e reforçadas externamente, seguidas das bordas expandidas, introvertida, cambada, reforçada internamente, contraída dobra e inclinada internamente, majoritariamente finas e médias. Quanto aos lábios foram identificados principalmente lábios planos, seguidos pelos arredondados e alguns apontados; também neste caso, houve prevalência da espessura fina. A identificação dos bojos sugere a hegemonia de formas simples e globulares, sendo que a maior parte dos fragmentos possui espessura inferior a 2 cm. As bases possuem espessura fina e média e formato convexa ou plano (Tabela 19 e Tabela 20).

Tabela 19- Espessuras das partes morfológicas da cerâmica do Sítio São Bento: Área da Senzala

Morfologia	Espessura Fina	Espessura Média	Espessura Grossa
Lábio	506	71	05
Borda	477	83	22
Bojo	988	39	01
Base	55	29	00
Apêndice e Gargalo	48	37	02

Tabela 20- Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio São Bento: Área da Senzala

Borda:	Inclinada Int.: 01	Expandida: 79	Ref. Ext.: 135	Introvertida: 56	Dobrada: 10
Borda:	Cambada: 42	Direta: 220	Ref. Int.: 36	Contraída: 03	
Lábio:	Arredondado: 251	Biselado: 04	Apontado: 120	Plano: 204	Não Ident.: 03
Base:	Convexa: 30	Plana: 53	Não Ident.: 01		
Bojo:	Globular: 1017	Carenado: 01	Não Ident.: 10		
Apêndice:	Alça: 67	Asa: 18			
Gargalo:	02				

7.2.2.5 Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio São Bento – Área da Suposta Senzala

A coleção referente a área da suposta senzala é formada por 305 artefatos (Fig. 37), de modo geral, podemos observar certa recorrência, e correlação, das técnicas de preparação da pasta, da manufatura e da queima (Tabela 21). Foram evidenciados dois tipos de pasta, havendo um grande predomínio da pasta 1, que possui uma textura mais fina e adequada ao manuseio no torno; sendo este empregado na manufatura de mais de 88% dos artefatos analisados. Do mesmo modo, quantitativamente, há prevalência de fragmentos com queima 1 e queima 2, ou seja, queimas completas com o controle da atmosfera, comumente associadas aos fornos.

Figura 37- Prancha com imagens de cerâmica associada ao perfil técnico colonial do Sítio São Bento: Suposta senzala

Fragmentos de lábio/borda/bojo



Autoria: Natalia Julia Felipe da Silva

Tabela 21- Modo de Produção da cerâmica do Sítio São Bento: Área da suposta Senzala

Queima:	Queima 1: 193	Queima 2: 60	Queima 3: 52	
Pasta:	Pasta 1: 235	Pasta 2: 00	Pasta 3: 70	Pasta 4: 00
Manufatura:	Torneada: 278	Acordelado: 01	Modelado: 21	Não ident.: 05

Quanto ao tratamento de superfície (Tabela 22), o alisado é o mais aplicado tanto interna quanto externamente; sendo seguido pelas técnicas de pintura em diferentes matizes, apresentado também, acabamento plástico, inciso, polido e brunido.

Tabela 22- Acabamento de superfície da cerâmica do Sítio São Bento: Área da suposta Senzala

Acabamento de superfície	Acabamento Externo	Acabamento Interno
Alisado	271	280
Plástico	06	00
Brunido	01	00
Polido	01	00
Pintado de Branco	01	01
Corrugado	01	00
Pintado de Vermelha	06	08
Engobo vermelho	06	06
Inciso	02	00
Aplique	05	00
Não identificado	05	10

Sobre a diversidade morfológica, destacam-se as bordas diretas, seguidas das bordas expandidas, reforçadas externamente, introvertidas, cambadas, reforçadas internamente, dobradas e vertical, sendo majoritariamente finas. Foram identificados lábios planos, seguidos pelos arredondados e apontados; prevalecendo a espessura fina. A identificação dos bojos sugere a hegemonia de formas simples e globulares, sendo que a maior parte dos fragmentos possui espessura inferior a 2 cm. As bases possuem espessura fina e formato convexa e plano (Tabela 23 e Tabela 24).

Tabela 23- Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio São Bento: Área da suposta Senzala

Borda:	Direta: 40	Expandida: 25	Reforçada Ext.: 22	Introvertida: 13
Borda:	Dobrada: 02	Cambada: 08	Vertical: 01	Reforçada Int.: 03
Lábio:	Plano: 53	Arredondado: 38	Apontado: 20	Não Ident.: 03
Base:	Convexa: 09	Plana: 07		
Bojo:	Globular: 162	Não Ident.: 03		
Apêndice:	Alça: 08	Asa: 02		

Tabela 24- Espessuras das partes morfológicas das cerâmicas do São Bento: Área da suposta senzala

Morfologia	Espessura Fina	Espessura Média	Espessura Grossa
Lábio	108	06	00
Borda	107	07	00
Bojo	159	05	01
Base	13	03	00
Apêndice	00	09	01

7.2.2.6 Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio Bento – Área da Suposta casa de farinha

Como dito anteriormente, na área da possível casa de farinha ainda não ocorreu intervenções arqueológicas, somente realizaram uma breve prospecção na área para tentar delimitá-la e foram coletados alguns fragmentos cerâmicos (Fig. 38). É sabido que com o avançar das pesquisas no sítio São Bento, este local será estudo, porém, a amostra de fragmentos cerâmicos evidenciados na área, já possibilita algumas reflexões, por este motivo, optamos por abordá-los neste momento.



A coleção referente a área da suposta casa de farinha é formada por oito artefatos, foram evidenciados três tipos de pasta, havendo o predomínio da pasta 3 (cinco fragmentos), além de dois fragmentos com pasta 1 e um fragmento com pasta 4. A técnica de manufatura é acordelada (seis fragmentos) e torneada (dois fragmentos). Observou-se três fragmentos com queima 1, dois fragmentos com queima 2 e três fragmentos com queima 3.

Quanto ao tratamento de superfície, nesta coleção há quatro fragmentos alisados, dois fragmentos com resíduos de pintura vermelha, porém não foi possível definir se seria

banho ou engobo e dois fragmentos que não foram possíveis identificar o acabamento de superfície.

Sobre a diversidade morfológica, destacam-se dois lábios apontados (com espessura fina), uma borda cambada (com espessura fina), cinco fragmentos de bojo globular ou simples (com espessura fina, média e grossa).

7.2.3 Sítio São Bento II

O sítio São Bento II está alocado no topo de um morro de onde é possível visualizar o estuário do rio Timbó (Fig. 39). O sítio²⁰⁴ São Bento II é classificado como um sítio multicomponencial a céu aberto; estando os fragmentos arqueológicos, evidenciados em superfície, dispersos por uma área de aproximadamente 120 x 110m, que engloba o topo e a vertente do morro.

Figura 39- Prancha de imagens do Sítio São Bento II	
Vista anorâmica do sítio São Bento II	sítio São Bento II, com vista para o rio Timbó
	
Autoria: Cláudia Alves de Oliveira	Autoria: Rosemary Cardoso
Sítio São Bento II, nos fundos residência	Sítio São Bento II, leiras na área com maior concentração de vestígios arqueológicos
	
Autoria: Cláudia Alves de Oliveira	Autoria: Cláudia Alves de Oliveira

²⁰⁴ Na área do sítio foi construída uma residência, o proprietário também cultivava uma pequena plantação de feijão, mandioca e milho, usando o sistema das leiras. Existem também algumas árvores frutíferas (coqueiros e mangueiras), e no entorno há resquícios de vegetação secundária ou terciária e da mata atlântica com árvores de porte médio e grande.

Até o momento, os trabalhos de campo focaram na delimitação do sítio e coleta sistemática de superfície com a plotagem da distribuição dos vestígios. Também foi realizada a abertura de três sondagens e três tradagens, com o objetivo de entender o contexto estratigráfico do sítio e coletar de amostras para a datação.

As sondagens e as tradagens alcançaram profundidade máxima de 1m, com esta atividade, foi possível confirmar que o contexto estratigráfico apresenta as seguintes características edáficas: da superfície até 35 cm de profundidade o sedimento é areno-argiloso apresentando tonalidade escura (marrom acinzentada), devido a decomposição de matéria orgânica. A partir de 40 cm, aproximadamente, o sedimento apresenta a transição na tonalidade (escura para amarelada) e na textura (areno-argiloso para argiloso), a partir de 60 cm alcançamos a Formação Barreira, e não são mais encontrados artefatos arqueológicos.

Durante essas atividades, foram evidenciados os seguintes vestígios arqueológicos: fragmentos de material construtivo, material vítreo, material malacológico, material lítico, louças, cerâmica vitrificada e cerâmica comum utilitária (Fig. 40).





Autoria: Cláudia Alves de Oliveira

Com relação a distribuição estratigráfica do material arqueológico, pode-se destacar que em superfície foi localizada maior quantidade de vestígios arqueológicos, havendo considerável diminuição de artefatos a partir dos 16 cm de profundidade. Apesar disso, foi possível coletar duas amostras de cerâmica indígena e sedimento para datação em condições estratigráficas mais preservadas. As duas amostras, coletadas em sondagens diferentes, foram datadas por TL e por LOE, obtendo assim 4 datas; sendo duas datas para a **Amostra 1** coletada a 12 cm de profundidade: 220 ± 26 na técnica TL e 200 ± 23 na técnica LOE; e duas datas para a **Amostra 2** coletada a 13 cm de profundidade: 180 ± 23 na técnica TL e 155 ± 20 na técnica LOE.

Deste modo, as datas auferidas sugerem que esta área era habitada por grupos que utilizavam e/ou produziam cerâmica com a tecnologia indígena entre o final do século XVIII e meados do século XIX; sendo uma ocupação contemporânea ao funcionamento do Engenho Jaguaribe e da Fazenda São Bento; algo que também é confirmado pelas fontes históricas (KOSTER, 2002:365-416). Portanto, há uma grande probabilidade do sítio São Bento II ter sido ocupado por trabalhadores indígenas, cooptados durante o período colonial para servirem de mão de obra na indústria açucareira ou inseridos nas atividades laicas e religiosas desenvolvidas na Fazenda São Bento.

7.2.3.1 Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio São Bento II

O acervo do sítio São Bento II é formado por 212 fragmentos, entre eles: material cerâmico, cerâmica vitrificada. Nossa pesquisa focará em 180 fragmentos que correspondem à cerâmica comum utilitária (Fig. 41).

Figura 41- Fragmentos cerâmicos do Sítio São Bento II	
Fragmentos associados ao perfil técnico indígena	
	
Fragmento associado ao perfil técnico indígena: engobo vermelho	Fragmento associado ao perfil técnico indígena: Alça perfurada (ou vasada)
	
Fragmento ao perfil técnico colonial: Fogareiro	Fragmento ao perfil técnico colonial: lábio/borda/bojo
	
Fragmento ao perfil técnico colonial: lábio arredondado	Fragmento ao perfil técnico colonial: bojo com asa



De modo geral, podemos observar certa recorrência, e correlação, das técnicas de preparação da pasta, da manufatura e da queima (Tabela 25). Foram evidenciados os quatro tipos de pasta, havendo, contudo, o grande predomínio da pasta 1. Do mesmo modo, quantitativamente, há prevalência de fragmentos com queima 1 e queima 2, o que indica um certo controle da atmosfera.

Tabela 25- Modo de Produção da cerâmica do Sítio São Bento II

Queima:	Queima 1: 84	Queima 2: 73	Queima 3: 23	
Pasta:	Pasta 1: 132	Pasta 2: 09	Pasta 3: 38	Pasta 4: 01
Manufatura:	Torneada: 67	Acordelado: 100	Modelado: 08	Não ident.: 05

Quanto ao tratamento de superfície (Tabela 26), o alisado é o mais aplicado tanto interna quanto externamente; sendo seguido pelas técnicas de pintura em diferentes matizes, apresentado também, acabamento plástico, inciso, polido e brunido.

Tabela 26- Acabamento de superfície da cerâmica do Sítio São Bento II

Acabamento de superfície	Acabamento Externo	Acabamento Interno
Alisado	138	147
Polido	01	02
Pintado de Branco	01	00
Pintado de Vermelha	11	17
Engobo Vermelho	02	02
Inciso	04	00
Aplique	01	00
Não identificado	22	12

Sobre a diversidade morfológica, destacam-se as bordas reforçadas externamente, seguidas das bordas direta, expandida, entortada, dobrada e cambada; sendo majoritariamente finas. Identificou-se lábios planos, arredondados e apontados; também

neste caso houve prevalência da espessura fina e média. A identificação dos bojos sugere a hegemonia de formas simples e globulares, sendo que a maior parte dos fragmentos possui espessura superior a 2 cm. Característica que também é observada nas bases, que possuem espessura fina e média; e formato convexa e plano (Tabela 27 e Tabela 28).

Tabela 27- Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio São Bento II

Borda:	Direta: 06	Reforçada Ext.: 34	Expandida: 05	Dobrada: 01
Borda:	Cambada: 04	Entrovertida: 02	Não Ident.: 09	
Lábio:	Plano: 24	Arredondado: 25	Apontado: 12	
Base:	Plana: 06	Convexa: 10		
Bojo:	Globular: 97	Carenado: 01	Escalonado: 01	
Apêndice:	Alça: 03	Alça vasada: 01		

Tabela 28- Espessuras das partes morfológicas da cerâmica do Sítio São Bento II

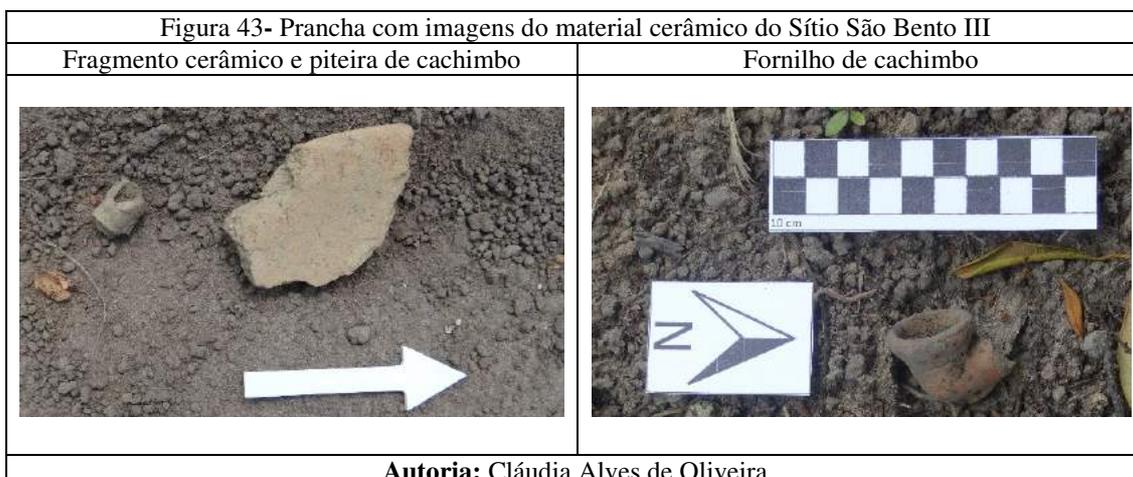
Morfologia	Espessura Fina	Espessura Média	Espessura Grossa
Lábio	48	09	04
Borda	35	23	03
Bojo	10	84	05
Base	09	06	01
Apêndice	00	04	00

7.2.4 Sítio São Bento III

O sítio São Bento III (Fig. 42) é um sítio multicomponencial a céu aberto implantado no topo de uma elevação da planície costeira. Neste sítio, a dispersão do material arqueológico abrange aproximadamente 120m², nesta área foram identificados diversos pontos com concentração de vestígios, como material construtivo, proveniente da ruínas do Complexo arquitetônico do sítio São Bento, fragmentos de cerâmica comum utilitária, cachimbos e louças. Estes artefatos foram encontrados em uma via de acesso, numa área de plantação da mandioca, e em um local com resíduo de mata com a vegetação alta.



É preciso mencionar que uma parte do sítio foi aplainada para a construção de uma residência, interferindo assim na distribuição horizontal e vertical dos artefatos (Fig. 43). Além disso, ao lado da casa os proprietários cultivam uma pequena horta e algumas árvores frutíferas. Até o momento, os trabalhos de campo realizados no sítio São Bento III tiveram com objetivo a delimitação da área de dispersão dos artefatos, a coleta de material disposto em superfície e coleta de amostras para a datação.



Para a coleta de material para a datação, foram abertas duas sondagens de 1m² que alcançaram profundidade máxima de 1m, que além das amostras forneceram importantes informações sobre o contexto estratigráfico do sítio. De modo geral, foi possível perceber que da superfície até 40 cm de profundidade o sedimento é areno-argiloso apresentando tonalidade escura (marrom acinzentada), devido a decomposição de matéria orgânica. A partir de 45 cm, aproximadamente, o sedimento apresenta a transição na tonalidade (escura para amarelada) e na textura (areno-argiloso para argilosa), características da Formação Barreira, a partir de 60 cm observamos o início da Formação Barreira, que é estéril do ponto de vista arqueológico.

A abertura das sondagens evidenciou parca presença de artefatos na subsuperfície dos locais escavados, todavia, foi possível coletar duas amostras de material cerâmico com tecnologia indígena e sedimento para datação. As duas amostras, coletadas em sondagens diferentes, foram datadas por TL e por LOE, obtendo-se assim três datas: 255 ± 36 , para o teste por LOE da **Amostra 1**, coletada a 14 cm de profundidade; e 165 ± 21 com o uso da técnica TL, e 190 ± 24 com o emprego da LOE, na **Amostra 2**, coletada a 15 cm de profundidade.

Um fato que merece ser destacado, é o fato que a Amostra 1 datado por LOE, cujo o resultado é 255 ± 36 , tem características de cerâmica colonial, sendo assim, há presença da cerâmica com características indígenas no século XVIII e a outra cerâmica no século XIX. Contudo, se consideramos os quatro séculos de ocupação da área, a distância temporal entre as duas amostras, testadas por LOE, é relativamente curta; não ultrapassando 65 anos.

E, se dermos credibilidade ao resultado das datações destas cerâmicas, podemos perceber uma proximidade temporal entre as ocupações nos sítios São Bento II e São Bento III. Ou seja, diferentes espaços próximos à sede da Fazenda São Bento estavam sendo ocupados por grupos que produziam e/ou utilizavam cerâmica com elementos da tecnologia indígena que, provavelmente, estavam vinculadas as ações econômicas e religiosas promovidas pelos monges beneditinos naquela região.

7.2.4.1 Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio São Bento III

Como dito anteriormente, o Sítio São Bento III ainda não foi alvo de pesquisas arqueológicas sistemáticas, quando o mesmo foi localizado, foram coletados apenas

alguns fragmentos cerâmicos em superfície; e na campanha de 2016 foram coletados somente material para a datação, com isto a coleção tem um número reduzido de exemplares, o que não reflete a realidade do sítio. A coleção é composta por fragmentos de material cerâmico e material construtivo, contudo, nesta pesquisa, focaremos nossa análise somente nos 23 fragmentos de cerâmica comum utilitária (Fig. 44).



Os fragmentos cerâmicos apresentaram os quatro tipos de pasta, prevalecendo a pasta 1 e pasta 3. Nesta coleção há predomínio de fragmentos acordelados, seguido de torneados, e poucos fragmentos modelados. Prevalece a queima 2 e queima 1, ou seja, queimas completas, o que sugere o controle da atmosfera, comumente associadas aos fornos (Tabela 29).

Tabela 29- Modo de Produção da cerâmica do Sítio São Bento III

Queima:	Queima 1: 07	Queima 2: 12	Queima 3: 04	
Pasta:	Pasta 1: 08	Pasta 2: 03	Pasta 3: 07	Pasta 4: 05
Manufatura:	Torneada: 07	Acordelado: 12	Modelado: 03	Não Ident.: 01

Quanto ao tratamento de superfície (Tabela 30), o alisado é o mais aplicado tanto interna quanto externamente; ocorre a presença de fragmentos com resíduo de pintura vermelha (banho e engobo), vermelho sobre branco, polido, incisão, brunido e acabamento plástico.

Tabela 30- Acabamento de superfície da cerâmica do Sítio São Bento III

Acabamento de superfície	Acabamento Externo	Acabamento Interno
Alisado	14	15
Polido	01	01
Plástico	01	00
Banho Vermelha	01	01
Engobo vermelho	01	01
Brunido	01	00
Incisão	02	00
Vermelho sobre branco	00	01
Não identificado	02	04

Sobre a morfologia, destacam-se as bordas diretas e expandidas, seguidas de cambada, entrovertida e reforçada externamente com espessuras fina e média. Os lábios são arredondados, planos e apontados, com espessuras fina e média. A identificação dos bojos sugere a hegemonia de formas simples e globulares, com espessuras fina e média, havendo somente um fragmento com grossa (Tabela 31 e Tabela 32).

Tabela 31- Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio São Bento III

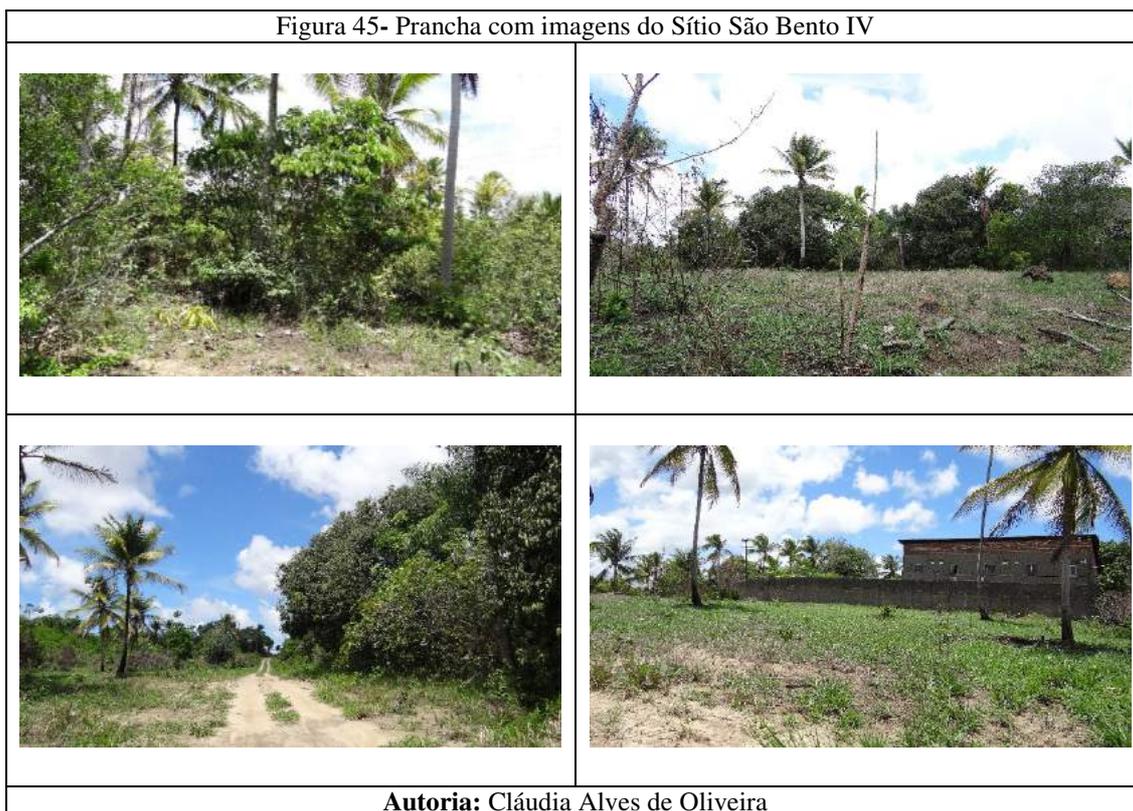
Borda:	Direta: 04	Expandida: 02	Cambada: 01	Entrovertida: 01	Ref. Ext.: 01
Lábio:	Plano: 03	Arredondado: 04	Apontado: 02		
Bojo:	Globular: 14				

Tabela 32- Espessuras das partes morfológicas das cerâmicas do Sítio São Bento III

Morfologia	Espessura Fina	Espessura Média	Espessura Grossa
Lábio	04	05	00
Borda	06	03	00
Bojo	8	6	00

7.2.5 Sítio São Bento IV

O sítio São Bento IV (Fig. 45) está situado em um topo de colina aplainado com declividade suave, estando situado a aproximadamente 250 metros da parte posterior ruínas da igreja do Sítio São Bento. Este também é um sítio multicomponencial a céu aberto, cuja área de dispersão do material é de aproximadamente 100m².



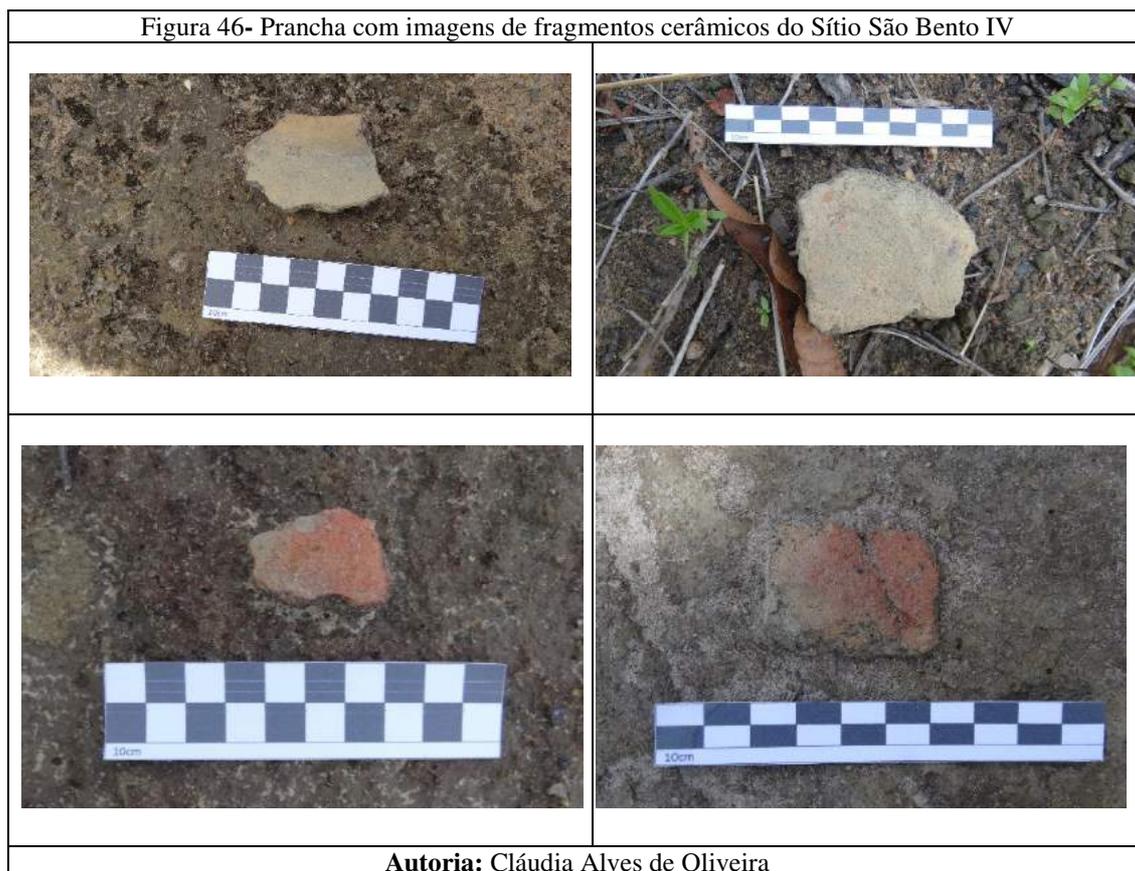
De modo geral, a área do sítio²⁰⁵ está coberta por gramíneas e vegetação arbórea. Como nos demais sítios, no seu entorno é possível observar resquícios de vegetação secundária ou terciária da mata atlântica com árvores de porte médio e grande; e algumas espécies frutíferas exógenas; havendo predomínio de coqueiros e mangueiras.

Até o momento, os trabalhos de campo realizados no sítio São Bento IV priorizaram a delimitação da área de dispersão dos artefatos arqueológicos, coleta de material localizado em superfície e a coleta de amostras de cerâmica e sedimento para a datação.

Para a coleta das amostras para datação foram abertas três tradagens que alcançaram profundidade máxima de 60 cm. Nesta atividade foi possível perceber que o contexto estratigráfico deste sítio não difere dos outros existentes na proximidade. Ou seja, da superfície até 35 cm de profundidade o sedimento é areno-argiloso apresentando tonalidade escura (marrom acinzentada), devido a decomposição de matéria orgânica. A partir de 40 cm, aproximadamente, o sedimento apresenta a transição na tonalidade (escura para amarelada) e na textura (areno-argiloso para argiloso), e a partir de 60 cm alcançamos a Formação Barreira, que é a camada estéril do ponto de vista arqueológico.

²⁰⁵ Na área é possível perceber o impacto da ação urbana, tendo sido encontrados no perímetro do sítio um reservatório de água construído em concreto, algumas fundações em concreto abandonadas, uma grande residência murada, além de uma estrada de acesso, vale destacar que esta estrada é a mesma que passa nas ruínas das duas colunas da antiga casa dos beneditinos do Sítio São Bento.

As tradagens também possibilitaram algumas ilações iniciais a respeito da distribuição dos artefatos em subsuperfície. De modo geral, a maior parte do material arqueológico evidenciado e coletado (louças, cerâmica comum utilitária, material lítico, construtivo e malacológico) estava em superfície (Fig. 46); todavia, mesmo em menor quantidade, é possível perceber a existência de artefatos arqueológicos até, aproximadamente, 40 cm de profundidade.



Deste modo, foi possível coletar duas amostras de cerâmica indígena e sedimento para datação em condições estratigráficas mais preservadas. As amostras, coletadas em locais diferentes do sítio, foram datadas por TL, obtendo assim duas datas. Para a **Amostra 1**, coletada a 40 cm de profundidade, os testes apontaram uma data 55 ± 10 ; e para a **Amostra 2**, coletada a 20 cm de profundidade, os resultados foram de 340 ± 35 .

A credibilidade dos resultados auferidos com a Amostra 1 é questionável, visto as fontes históricas e das demais datas obtidas para os outros sítios; sendo possivelmente derivada de problemas ocorridos durante a realização do teste ou na própria amostra. Por outro lado, a data obtida com a análise da Amostra 2, apesar de ser mais antiga do que

aquelas obtidas nos sítios São Bento II e São Bento III, apresenta maior coerência com as fontes históricas.

Deste modo, a ocupação do sítio São Bento IV é contemporânea à chegada dos beneditinos nas terras da Sesmaria Jaguaribe. Provavelmente, esses grupos já ocupavam essa área antes da instalação da Fazenda São Bento, podendo inclusive terem sido empregados como mão de obra na construção do conjunto arquitetônico da fazenda e na abertura das lavouras. Assim, a presença destes indivíduos pode ter sido um fator relevante para a escolha do local onde foi construída a sede da fazenda, visto que os beneditinos estariam próximos aos que “necessitavam” de uma orientação espiritual, e que ao mesmo tempo poderiam contribuir com sua força de trabalho para o sustento da obra de Deus. Como apresentado no primeiro capítulo, este é um cenário muito coerente com a atuação missionária e catequizadora durante o período colonial. Outro panorama viável, seria que este grupo que viverá no sítio São Bento IV foram atraídos, ou descidos, para essa área justamente em decorrência da instalação da Fazenda São Bento.

7.2.5.1 Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio São Bento IV

O acervo do sítio São Bento IV é formado por 29 fragmentos, entre eles: material cerâmico e material construtivo. Nossa pesquisa focará em 28 fragmentos que corresponde a cerâmica comum utilitária (Fig. 47).

Figura 47- Prancha com fragmentos cerâmicos do Sítio São Bento IV	
Borda associada ao perfil técnico colonial	Borda associada ao perfil técnico indígena
	
Fragmento associado ao perfil técnico indígena	Fragmento associado ao perfil técnico indígena



De modo geral, observa-se ocorrência da pasta 1, 2 e 3; mas com predomínio da pasta 1, havendo queima 1, queima 2 e queima 3, apesar de o percentual serem muito próximo, ainda há prevalência das queimas 1 e queima 2, o que indica o controle da atmosfera durante o processo de cozimento das peças. E a técnica de manufatura mais empregada é a acordelada (Tabela 33).

Tabela 33- Modo de Produção da cerâmica do Sítio São Bento IV

Queima:	Queima 1:	Queima 2:	Queima 3:	
	05	11	12	
Pasta:	Pasta 1:	Pasta 2:	Pasta 3:	Pasta 4:
	20	07	01	00
Manufatura:	Torneada:	Acordelado:	Modelado:	Não Ident.:
	02	21	01	04

Quanto ao tratamento de superfície (Tabela 34), o alisado é o mais aplicado tanto interna quanto externamente; sendo identificado também, alguns fragmentos com resíduo de pintura vermelha, não sendo possível identificar se era banho ou engobo.

Tabela 34- Acabamento de superfície da cerâmica do Sítio São Bento IV

Acabamento de superfície	Acabamento Externo	Acabamento Interno
Alisado	19	20
Pintado de Vermelha	04	04
Não identificado	05	04

Sobre a diversidade morfológica, destacam-se as bordas reforçada externamente e direta, com espessura fina. Os lábios são planos, com espessura fina. A identificação dos bojos sugere a hegemonia de formas simples e globulares, sendo que a maior parte dos fragmentos possui espessura inferior a 2 cm. Característica que também é observada nas bases, que possuem espessura fina e formato plano (Tabela 35 e Tabela 36).

Tabela 35- Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio São Bento IV

Borda:	Direta: 01	Reforçada externamente: 01
Lábio:	Plano: 02	
Base:	Plana: 05	
Bojo:	Globular: 19	
Apêndice:	Alça: 02	

Tabela 36- Espessuras das partes morfológicas das cerâmicas do Sítio São Bento IV

Morfologia	Espessura Fina	Espessura Média	Espessura Grossa
Lábio	02	00	00
Borda	02	00	00
Bojo	11	07	01
Base	05	00	00
Apêndice	00	02	00

7.2.6 Sítio Tamanduá

O sítio Tamanduá (Fig. 48) está implantado em um topo de colina aplainado com declividade suave²⁰⁶. É um sítio multicomponencial a céu aberto e possui aproximadamente 850m² de área com material arqueológico disperso em superfície, parte da área é loteada (com residências e hortas de agricultura de subsistência) e na outra parte é possível observar resquícios da mata atlântica com árvores de porte médio e grande.

Figura 48- Prancha com imagens da área do sítio Tamanduá

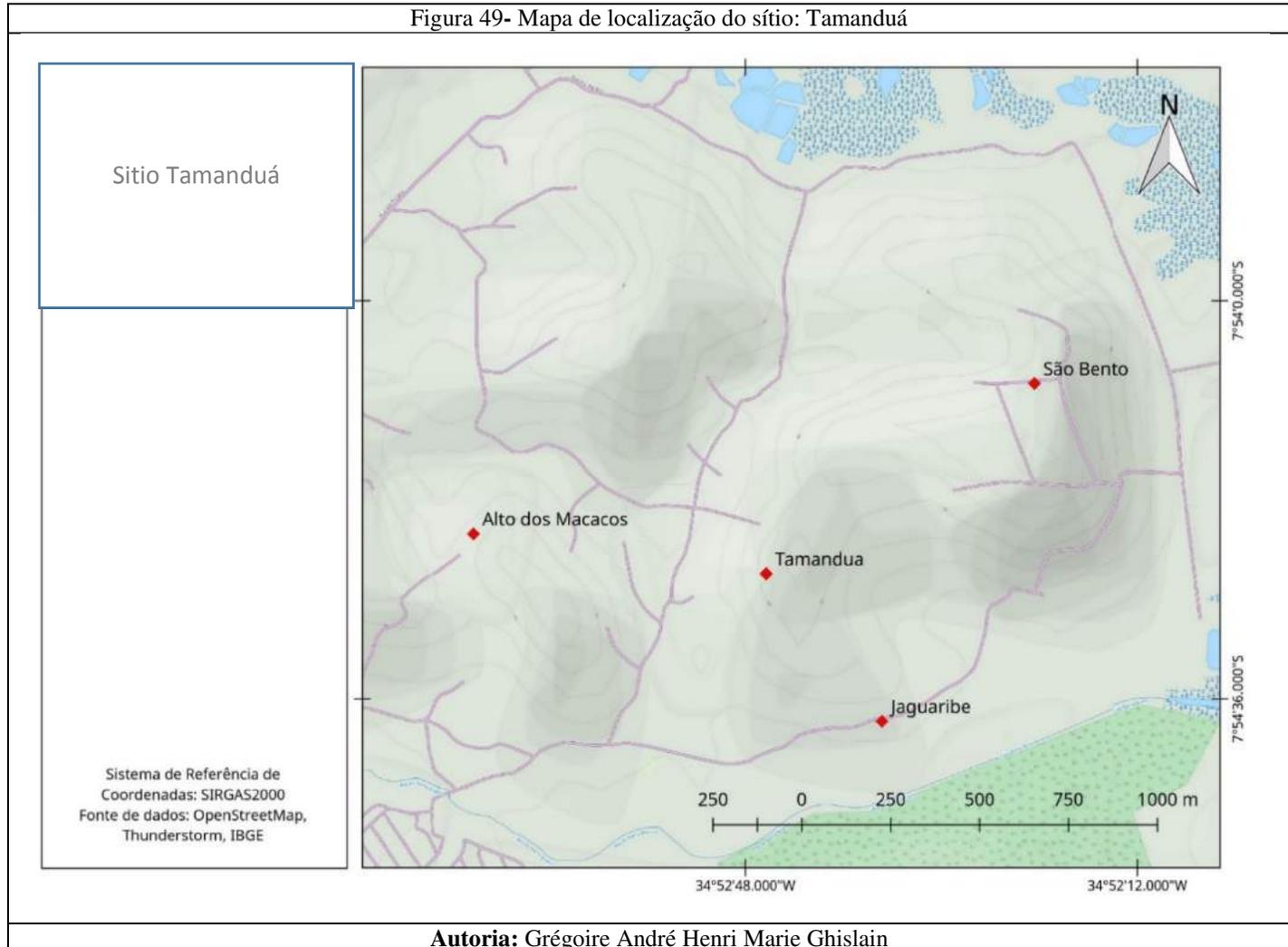


²⁰⁶ Tendo a área central do sítio como referência, temos o centro urbano de Paulista a sudoeste, de Abreu e Lima a noroeste, de Igarassu a norte e a sudeste é possível avistar a orla da praia de Pau Amarelo.



Este sítio encontra-se aproximadamente a 800 metros das ruínas do sítio São Bento, a 1100 metros do sítio São Bento II, a 810 metros do sítio São Bento III, a 800 metros do sítio São Bento IV, a 960 metros do sítio Engenho Jaguaribe, a 1.700 metros do sítio Timbó, a 1300 metros do sítio Alto Dos Macacos I, a 800 metros do sítio Alto Dos Macacos II, a 1100 metros do sítio Alto Dos Macacos III, a 600 metros do sítio Alto Dos Macacos VI. No mapa (Fig. 49) é possível visualizar a localização do Morro de São Bento, do Morro do Alto dos Macacos e a várzea onde está situado o Engenho Jaguaribe.

Figura 49- Mapa de localização do sítio: Tamanduá



Autoria: Grégoire André Henri Marie Ghislain

Apesar da grande dimensão do sítio Tamanduá e de ter material disperso em toda esta área, há um ponto com maior concentração de material arqueológico em superfície (Fig. 50).

Figura 50- Prancha com imagens do sítio Tamanduá: Área com maior concentração de material cerâmico

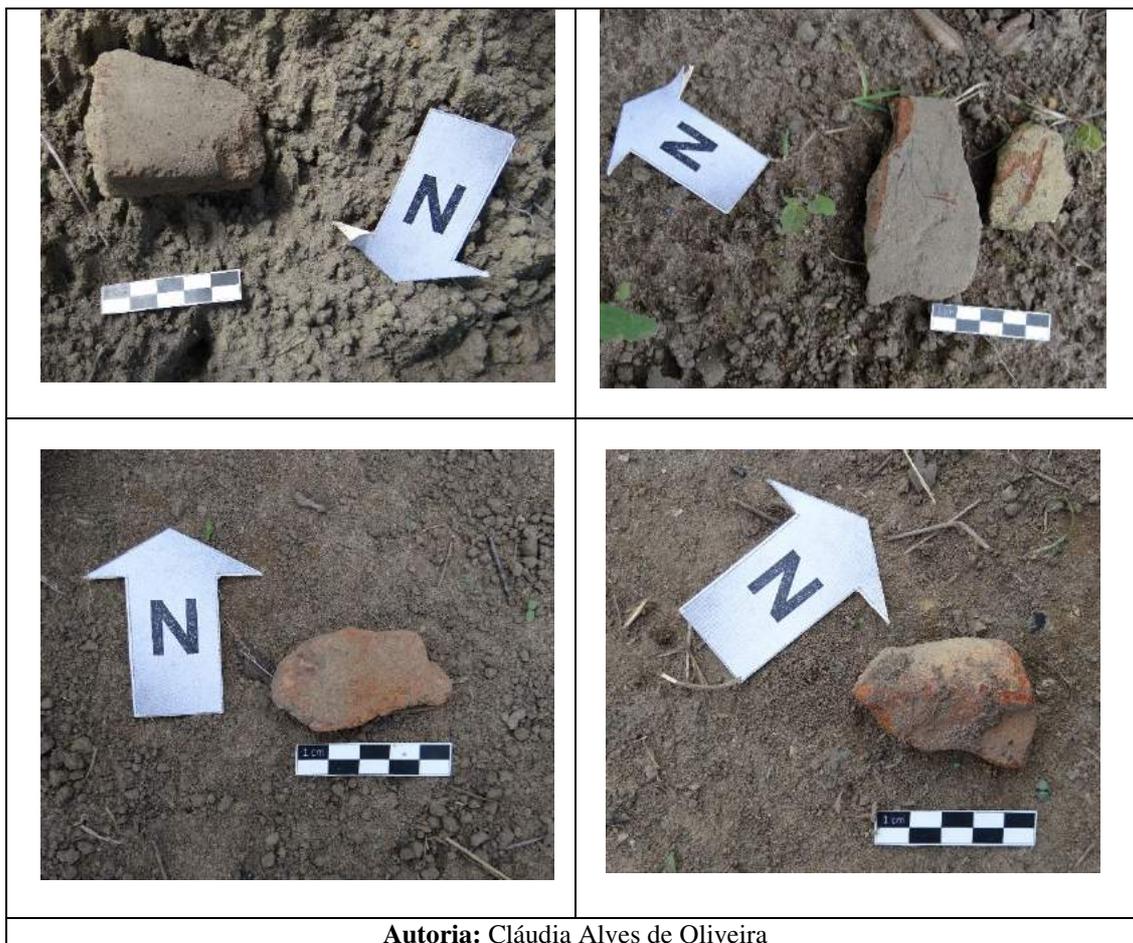


Autoria: Cláudia Alves de Oliveira

Durante as atividades de prospecção verificou-se a presença de vestígios arqueológicos dispersos, sendo eles: material lítico, fragmentos de faiança, material vítreo, cerâmica vitrificada e cerâmica utilitária comum (Fig. 51).

Figura 51- Prancha com imagens dos fragmentos cerâmicos do sítio Tamanduá





Já a escavação foi realizada em uma área de cultivos (Fig. 52), neste lugar (Setores 25, 29 e 30) era possível visualizar além das antigas leiras²⁰⁷ do último roçado, uma área com sedimento mais escuro (mancha), e alguns artefatos em superfície. Assim, a escavação²⁰⁸ destes setores possibilitou entender a configuração estratigráfica, a dispersão vertical dos artefatos e compreender os processos pós-deposicionais que ocasionaram a formação da mancha²⁰⁹.

²⁰⁷ Essas leiras tinham altura aproximada de 30 a 40 cm, e largura de 80 cm, sendo a distância média entre elas de 1m. Certamente, a movimentação de sedimento necessária para a formação destas leiras promoveu uma intensa movimentação, horizontal e vertical, dos vestígios arqueológicos.

²⁰⁸ A escavação das quadrículas se deu por níveis artificiais de 10 cm, sendo que o sedimento acumulado devido a formação das leiras foi inicialmente removido e peneirado. Deste modo, a primeira decapagem só era iniciada quando o sedimento das leiras era totalmente removido. De modo geral, as quadrículas foram escavadas até 50 cm de profundidade (limite da transição para a Formação Barreira), com exceção da quadrícula H25 (situada no centro da mancha), que foi escavada até 80 cm de profundidade, com o intuito de documentar o perfil estratigráfico da área.

²⁰⁹ Sobre a mancha (setores 25, 29 e 30), concluiu-se que: “Os cortes e os perfis não apresentaram indícios de que a mancha visualizada se trata de um piso de ocupação; sendo provável que as alterações edáficas tenham sido causadas pela técnica de coivara empregada na área. Entretanto, é curiosa as formas bem definidas das manchas e a sua ausência em outras áreas com o plantio. A presença de fragmentos cerâmicos e a proximidade da área de grande concentração de cerâmica nos leva a crer que as áreas escavadas também podem ter sido utilizadas pelos grupos indígenas que habitaram o local, sendo a degradação dos indícios arqueológicos promovida pela constante preparação do terreno para o plantio” (OLIVEIRA, 2016:80).



Fazendo um breve resumo da estratigrafia desvelada, podemos destacar que, de maneira geral, há o predomínio de sedimento areno-argiloso pouco compactado e com coloração marrom acinzentada, ocorrendo da superfície até 35 ou 40 cm de profundidade, esta tonalidade provavelmente é decorrente da decomposição de matéria orgânica, sendo comum a presença de carvão, proveniente de queimas recentes associadas ao preparo da terra para o plantio (coivara), na superfície e nos 10 cm iniciais. A partir de 40 cm a compactação aumenta, e o sedimento apresenta uma tonalidade mais clara e torna-se argiloso, demarcando o limite para a transição para a Formação Barreira, que foi evidenciada a partir de 60 cm de profundidade aproximadamente.

Enquanto as demais quadrículas estavam sendo escavadas até 40 a 50 cm de profundidade, pois não surgiram vestígios arqueológicos abaixo de 20 cm, e as características estratigráficas não demonstravam alterações.

Com relação ao material arqueológico, pode-se destacar que em superfície foi localizada uma quantidade maior de cerâmica indígena; que tende a diminuir com o avanço da escavação. Assim, até 20 cm profundidade a presença de artefatos era mais constante, escasseando consideravelmente em cotas mais profundas (Fig. 53). Acreditamos que os fragmentos localizados em profundidade, nos setores 25, 29 e 30, podem estar descontextualizados devido às atividades de plantio (das leiras) e por outros fatores antrópicos contemporâneos. Outro aspecto observado é que o material cerâmico dos setores escavados estava mais fragmentado do que os setores da área próxima à casa do Sr. Edvaldo (Setores: 09, 10, 11, 12, 14, 15 e 16).

Figura 53- Prancha com imagens de material cerâmico evidenciado durante a escavação	
Fragmento de forninho, evidenciado na 1º decapagem no Setor 25, na quadrícula Q1	Fragmento cerâmico indígena, evidenciado na 2º decapagem no Setor 25, na quadrícula Q1
	
Autoria: Cláudia Alves de Oliveira	

Devido a utilização desta área que abrange destes setores para agricultura, poucos fragmentos foram encontrados em profundidade (no máximo a 10 cm) e os mesmos estão muito fragmentados. Assim, para coletar amostras para datação foi necessário escavar uma outra área (setores 22, 23, 24 e 27) estão um pouco mais preservados, pois o plantio com o uso das leiras é menos recorrente, visto que a área abriga várias árvores frutíferas.

Nos setores 22, 23, 24 e 27, observamos poucos fragmentos cerâmicos tanto em superfície quanto em profundidade. Contudo, nesta área foi possível coletar, em condições estratigráficas menos perturbadas, quatro amostras de cerâmica indígena e sedimento para datação. Destas, duas foram datadas por TL e por LOE. Obtendo-se para

a **Amostra 1** (coletada a 18 cm de profundidade no Setor 23), a data 250 ± 31 pela técnica TL e 280 ± 34 com o emprego da LOE. Já para a **Amostra 2** (coletada a 18 cm de profundidade no setor 27) os resultados auferidos foram 190 ± 26 pela TL e 180 ± 24 pela LOE.

Novamente, levando em consideração as probabilidades de erro, as datações estão em sintonia com as informações históricas e sugerem a presença de grupos que utilizavam e/ou produziam cerâmica indígena na área durante o período de funcionamento da Fazenda São Bento e do Engenho Jaguaribe. Provavelmente, estes grupos que habitaram o sítio Tamanduá estiveram, de algum modo, envolvidos nas atividades produtivas realizadas nessas propriedades e/ou mantinham relações (troca, prestação de serviços, participação em festas ou missas) com os seus moradores.

Outro aspecto que chama atenção com as datas obtidas é o lapso temporal de cerca de 100 anos entre as duas amostras, sugerindo uma continuidade na presença de grupos que utilizavam e/ou produziam cerâmica indígena nesta área. Assim, mesmo com o avanço das frentes colonizadoras e das pressões exercidas pela expansão da lavoura açucareira e da atuação beneditina, os grupos, que produziam e/ou utilizavam cerâmica com elementos da tecnologia indígena, que viveram no sítio Tamanduá tenderam a permanecer no local. Comportamento este que, como discutido por Almeida (2000), era muito comum entre as comunidades indígenas no período colonial; que buscavam através da proximidade com os missionários e permanência nos aldeamentos e vilas dos índios (durante o período pombalino) garantir o seu direito à terra e a liberdade.

7.2.6.1 Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio Tamanduá

Como mencionado anteriormente, a coleção analisada foi formada a partir das coletas de superfície e escavações em 2104, contando com 354 artefatos. De modo geral, o acervo é composto por cerâmica utilitária, cachimbo, material vítreo, faiança, cerâmica vitrificada, lítico, contudo, nesta pesquisa, focaremos nossa análise em 281 fragmentos que corresponde a cerâmica comum utilitária (Fig. 54).

Figura 54- Prancha com fragmentos cerâmicos do Sítio Tamanduá	
Fragmento associado ao perfil técnico indígena: engobo vermelho	Fragmento associado ao perfil técnico indígena: lábio/borda
	
Fragmento associado ao perfil técnico colonial: alça	Fragmento associado ao perfil técnico colonial: asa
	
Fragmento associado ao perfil técnico colonial: lábio/borda/bojo	Fragmento associado ao perfil técnico colonial: decoração pedrada
	
Autoria: Laura Cirne Coimbra	

De modo geral, podemos observar certa recorrência, e correlação, das técnicas de preparação da pasta, da manufatura e da queima (Tabela 37). Os artefatos apresentaram os quatro tipos de pasta, havendo um grande predomínio da pasta 1, representando mais

de 57% da coleção. Do mesmo modo, apresenta os três tipos de queima. Quanto a manufatura observou-se predominância da acordelada, representando 89% da coleção.

Tabela 37- Modo de Produção da cerâmica do Sítio Tamanduá

Queima:	Queima 1: 123	Queima 2: 68	Queima 3: 90	
Pasta:	Pasta 1: 161	Pasta 2: 53	Pasta 3: 50	Pasta 4: 17
Manufatura:	Torneada: 18	Acordelado: 251	Modelado: 10	Não Ident.: 02

Quanto ao tratamento de superfície (Tabela 38) o alisado é o mais aplicado tanto interna quanto externamente; sendo seguido por polido, brunido, incisões, impressões, engobo, banho, motivos, além de um exemplar de cerâmica com decoração pedrada.

Tabela 38- Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio Engenho Tamanduá

Acabamento de superfície	Acabamento Externo	Acabamento Interno
Alisado	190	180
Brunido	03	02
Polido	02	01
Pintado de Branco	09	10
Pintado de Vermelha	38	61
Engobo vermelho	00	01
Banho vermelho	01	01
Branco e vermelho	01	01
Engobo branco	01	00
Inciso	05	00
Decoração pedrada	01	00
Impressão	01	0
Não identificado	29	24

Sobre a diversidade morfológica, destacam-se as bordas reforçadas internamente e externamente, diretas, seguidas de entovetida, expandida, reforçada internamente, dobrada, cambada e contraída, com espessura fina, média e grossa. Foram identificados lábios planos, arredondados, apontados e biselado; também neste caso houve prevalência da espessura fina. A identificação dos bojos sugere a hegemonia de formas globulares e um exemplar de bojo carenado, sendo que a maior parte dos fragmentos possui espessura fina e média. Característica que também é observada nas bases, que possuem espessura fina, média e grossa e formato convexa e plana (Tabela 39 e Tabela 40).

Tabela 39- Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio Tamanduá

Borda:	Ref. Ext.: 36	Ref. Int.: 04	Expandida: 03	Entrovertida: 06	Direta: 40
Borda:	Dodrada: 01	Cambada: 01	Contraída: 04		
Lábio:	Biselado: 03	Apontado: 25	Plano: 37	Arredondado: 25	Não Ident.: 05
Base:	Convexa: 15	Plana: 14			
Bojo:	Globular: 150	Carenado: 01			
Apêndice:	Alça: 05				
Gargalo:	Gargalo: 01				

Tabela 40- Espessura das partes morfológicas das cerâmicas do Sítio Tamanduá

Morfologia	Espessura Fina	Espessura Média	Espessura Grossa
Lábio	64	27	04
Borda	23	51	21
Bojo	43	91	17
Base	15	10	04
Apêndice e gargalo	04	01	01

7.2.7 Sítio Alto dos Macacos I

Antes de adentrar na apresentação dos sítios Alto dos Macacos I, II, III e IV, cabe frisar que os mesmos estão inseridos no “Morro Alto dos Macacos” (Fig. 55), denominação popular. O Morro Alto dos Macacos está a aproximadamente 1800 metros do Morro São Bento.

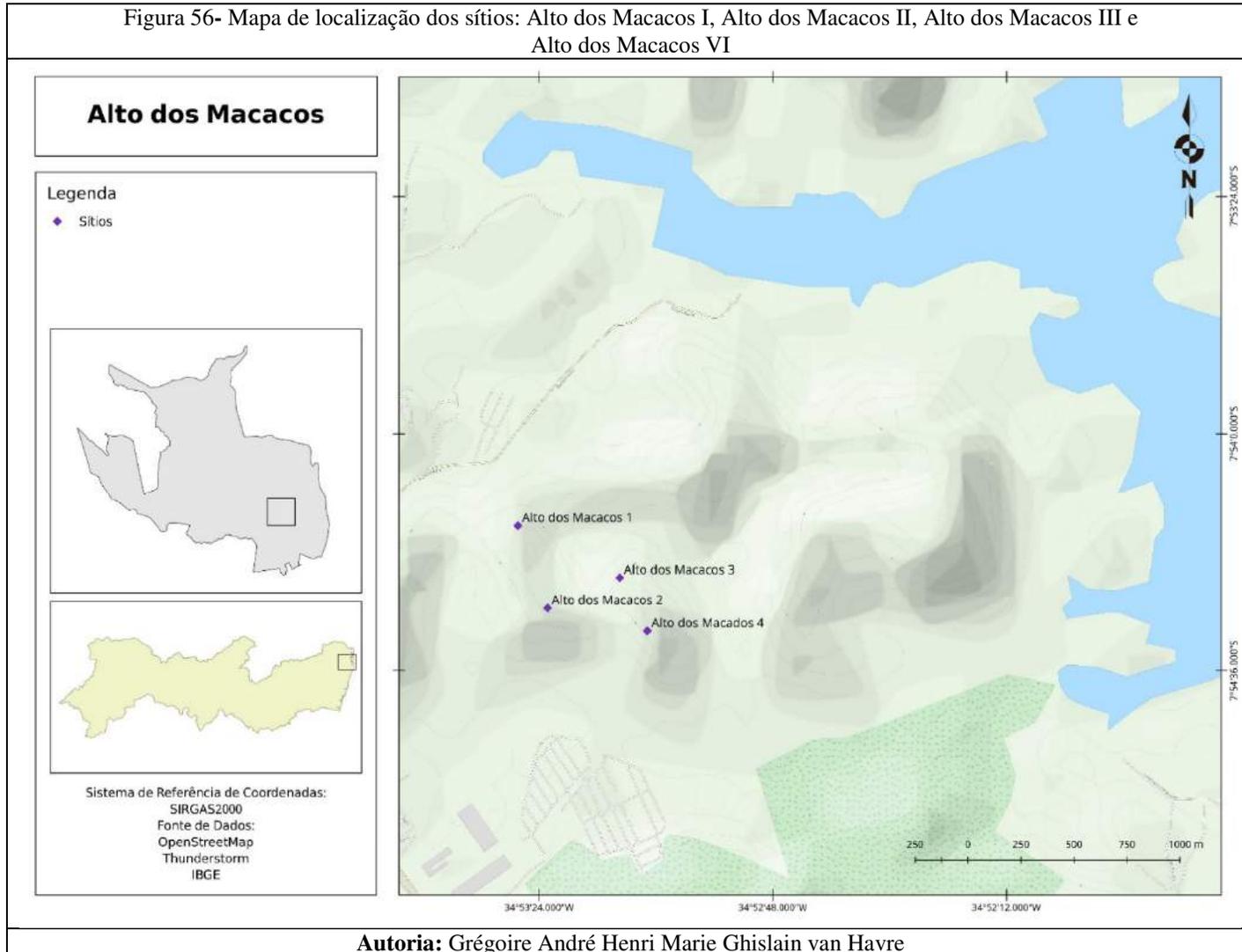
Figura 55- Prancha com imagens do Sítio Alto dos Macacos I





O sítio Alto dos Macacos I (Fig. 56) está situado em um topo de colina com declividade acentuada, que é conhecido popularmente como Morro Alto dos Macacos. Na ocasião em que foi localizado, Alto dos Macacos I foi descrito como um sítio multicomponencial a céu aberto, com aproximadamente 100m² de área com dispersão do material. Apesar da área do sítio existem várias propriedades particulares com residências em alvenaria e agricultura familiar nos quintais, parte do sítio está em uma área com vegetação arbórea, o que possibilita uma maior preservação dos artefatos arqueológicos; e no seu entorno ainda é possível observar uma vegetação secundária ou terciária, resquícios da mata atlântica.

Figura 56- Mapa de localização dos sítios: Alto dos Macacos I, Alto dos Macacos II, Alto dos Macacos III e Alto dos Macacos VI



Este sítio encontra-se a 600 metros de distância do Alto dos Macacos II, a 350 metros de distância do Sítio Alto dos Macacos III e a 800 metros de distância do Sítio Alto dos Macaco IV. Com relação aos demais sítios, o sítio está aproximadamente a 3000 metros do sítio Timbó, a 1780 metros do sítio Engenho Jaguaribe, a 2000 metros do sítio São Bento, a 2000 metros do sítio São Bento II, a 2100 metros do sítio São Bento III, a 1400 metros do sítio São Bento IV e a 800 metros do sítio Tamanduá. Tais distâncias demonstram uma possível correlação entre os sítios Alto dos Macacos (I, II, III e IV) e como os grupos que habitavam estes sítios tinha acesso rápido e fácil aos demais sítios, principalmente ao São Bento e ao Engenho Jaguaribe.

Até o momento, os trabalhos de campo limitaram-se a prospecções voltadas para a delimitação da área do sítio, coleta do material disperso em superfície e coleta de amostra para a datação. Durante essas atividades foram evidenciados fragmentos de louças, material lítico, material malacológico e cerâmica comum utilitária (Fig. 57).



Para a coleta das amostras para datação foram abertas dez tradagens que alcançaram profundidade máxima de 1m. Com esta atividade, foi possível perceber que o contexto estratigráfico deste sítio não difere dos outros, ou seja, da superfície até 35 cm de

profundidade o sedimento é areno-argiloso apresentando tonalidade escura (marrom acinzentada), devido a decomposição de matéria orgânica. A partir de 40 cm, aproximadamente, o sedimento apresenta mudança na compactação e com tonalidade (escura para amarelada) e textura (areno-argiloso para argiloso) e a partir de 60 cm, aproximadamente, alcançamos a Formação Barreira.

Com relação ao comportamento vertical do material arqueológico, pode-se destacar que em superfície foi localizada uma quantidade maior de cerâmica com tecnologia indígena, cerâmica com tecnologia colonial e louças. Já em cotas mais profundas houve gradativa diminuição, sendo evidenciados poucos fragmentos cerâmicos até a profundidade 20 cm; e abaixo desta marca foram raros os exemplares encontrados.

Apesar disto, foi possível coletar, em locais diferentes, três amostras de material cerâmico indígena e sedimento para datação. As três amostras coletadas em sondagens diferentes, foram datadas por TL e por LOE, obtendo para a **Amostra 1** coletada a 13 cm de profundidade: 210 ± 23 na técnica TL e 260 ± 30 na técnica LOE e para a **Amostra 2** coletada a 12 cm de profundidade: 120 ± 18 na técnica TL e 120 ± 18 na técnica LOE. **Amostra 3** coletada a 50 cm de profundidade: 190 ± 25 na técnica TL.

O primeiro aspecto que chama a atenção é que a amostra coletada em maior profundidade não é a mais antiga, o que pode indicar algum evento de inversão ou perturbação estratigráfica que não foi percebido durante a realização das tradagens. De modo geral, observamos que os resultados obtidos para as Amostras 1 e 3 são mais coerentes com a documentação histórica e com o conjunto de datações disponíveis para os outros sítios. Todavia, com isto não estamos desqualificando a data associada a Amostra 2, até porque nas duas técnicas empregadas os resultados foram os mesmos, o que fornecer maior credibilidade aos resultados.

Como mencionado anteriormente, vários autores destacam (ALMEIDA, 2000; OLIVEIRA, J. P., 1998, 1999), que as comunidades indígenas tenderam, ao longo do processo de colonização, a se manterem nos locais dos antigos aldeamentos e vilas dos índios mesmo após a sua decadência ou dissolução oficial. Sendo este um aspecto importante, e ontologicamente associado, aos movimentos de emergência étnica vivenciados pelas comunidades indígenas no Nordeste a partir do século XX (ARRUTI, 1999; OLIVEIRA, J. P., 1998, 1999).

Assim é factível que, mesmo após a Fazenda São Bento ter entrado em decadência, em decorrência da abolição da escravatura e o engenho Jaguaribe ter encerrado suas atividades, alguns grupos que produziam e/ou utilizavam cerâmica com elementos da

tecnologia indígena continuaram a viver nas proximidades. Engrossando o número de trabalhadores pobres que ocupavam a área, sem, contudo, abandonar todas as suas idiosincrasias culturais, como nos revelam os artefatos cerâmicos encontrados no sítio Alto dos Macacos 1.

7.2.7.1 Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio Alto dos Macacos I

O acervo do Alto dos Macacos I conta com 110 artefatos, entre eles: material cerâmico, material construtivo e louça. Também, soma-se neste total os fragmentos considerados residuais. Nossa pesquisa focará em 86 fragmentos, que corresponde a cerâmica comum utilitária (Fig. 58).

Figura 58- Prancha com imagens dos vestígios cerâmicos do sítio Alto dos Macacos I	
Fragmento associado ao perfil técnico indígena: Engobo vermelho	Fragmento associado ao perfil técnico indígena: cabo
	
Fragmento associado ao perfil técnico indígena	Fragmento associado ao perfil técnico colonial: borda arredondada
	



De modo geral, podemos observar certa recorrência, e correlação, das técnicas de preparação da pasta, da manufatura e da queima (Tabela 41). Os artefatos apresentaram pasta 1 e pasta 3, prevalecendo a com queima 1 e queima 2, ou seja, queimas completas com o controle da atmosfera, comumente associadas aos fornos.

Tabela 41- Modo de Produção da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos I

Queima:	Queima 1: 62	Queima 2: 10	Queima 3: 14	
Pasta:	Pasta 1: 35	Pasta 2: 12	Pasta 3: 34	Pasta 4: 05
Manufatura:	Torneada: 63	Acordelado: 17	Modelado: 06	

Quanto ao tratamento de superfície (Tabela 42), o alisado é o mais aplicado tanto interna quanto externamente; havendo engobo, motivos, inciso e brunido. Sendo identificado um fragmento com acabamento plástico.

Tabela 42- Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos I

Acabamento de superfície	Acabamento Externo	Acabamento Interno
Alisado	56	56
Plástico	01	00
Pintado de Branco	00	01
Pintado de Vermelha	08	09
Brunido	01	00
Engobo vermelho	01	02
Listas vermelhas	01	00
Lista preta	01	00
Inciso	02	00
Aplique	01	00
Não identificado	14	18

Sobre a diversidade morfológica, destacam-se as bordas reforçadas externamente e diretas, majoritariamente fina e média; e a presença de raros exemplares de bordas expandida, entrovertida, contraída e dobrada. Foram identificados lábios planos e arredondados, seguidos pelos apontados e um exemplar de biselado; também neste caso houve prevalência da espessura fina e média. A identificação dos bojos sugere a hegemonia de formas simples e globulares, sendo que a maior parte dos fragmentos possui espessura inferior a 2 cm. Característica que também é observada nas bases, que possuem espessura fina e média e formato convexa e plano; vale destacar a presença de alça e asa (Tabela 43 e Tabela 44).

Tabela 43- Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio Alto dos Macacos I

Borda:	Direta: 09	Reforçada Ext.: 30	Expandida: 01	Contraída: 01
Borda:	Dobrada: 01	Entrovertida: 01		
Lábio:	Plano: 20	Arredondado: 13	Apontado: 09	Biselado: 01
Base:	Plana: 08	Convexa: 12		
Bojo:	Globular: 18			
Apêndice:	Alça: 03	Asa: 01	Cabo: 01	

Tabela 44- Espessuras das partes morfológicas das cerâmicas do Sítio Alto dos Macacos I

Morfologia	Espessura Fina	Espessura Média	Espessura Grossa
Lábio	30	13	00
Borda	14	23	06
Bojo	12	04	02
Base	15	01	04
Apêndice	02	03	00

7.2.8 Sítio Alto dos Macacos II

O Sítio Alto dos Macacos II (Fig. 59) encontra-se implantado na parte plana no topo de um morro com morfologia de tabuleiro; é um sítio cerâmico multicomponencial a céu aberto, no qual foram registrados a presença de fragmentos de faiança, material lítico e cerâmica comum utilitária. Estando os artefatos arqueológicos dispersos em uma área de aproximadamente 110 x 40m.

Figura 59- Prancha com imagens do Sítio Alto dos Macacos II e do Material cerâmico



Fragmentos cerâmico localizados em superfície





Autoria: Cláudia Alves de Oliveira

Durante os trabalhos de campo realizaram uma escavação em uma área que foi terraplanada pelos proprietários. As quadrículas de 1m² foram escavadas em decapadas por níveis artificiais de 10 cm. De modo geral, a área escavada apresentou estratigrafia composta por três camadas. A primeira corresponde aos primeiros 20 cm, e possui tonalidade mais escura (matéria orgânica), com sedimento areno-argiloso de textura fina e pouco compactado; a segunda camada corresponde a transição da camada com matéria orgânica para a Formação Barreira, evidenciada entre 20 a 30 cm, com sedimento areno-argiloso de textura fina e pouco compactado, apresentando a tonalidade mais clara; já a terceira camada, evidenciada entre os 30 a 40 cm, possui tonalidade mais clara (alaranjada), textura grossa, sedimento argiloso e compactado, característico da Formação Barreira (Fig. 60).

Figura 60- Prancha com imagens do perfil estratigráfico Sítio Alto dos Macacos II e do Material cerâmico	
Perfil estratigráfico da Quadrícula C4 do Setor II, do Sítio Alto dos Macacos II	Cerâmica evidenciada em superfície, no Sítio Alto dos Macacos II
Autoria: Cláudia Alves de Oliveira	

Durante a escavação foram recuperados poucos artefatos arqueológicos (média de dois fragmentos por quadricula) associados exclusivamente a primeira camada. Deste modo, acreditamos que a maior parte dos artefatos arqueológicos estavam depositados entre 5 à 30 cm de profundidade, sendo, portanto, removidos durante a terraplanagem.

Constatado que o impacto da terraplanagem nesta parcela do sítio inviabilizaria a coleta de amostras para datação na área escavada, por isso, foi organizada outra campanha, com o objetivo de coletar amostras para a datação em outra parte do sítio (Fig. 61), onde foram abertas 6 tradagens e duas sondagens de 1m².



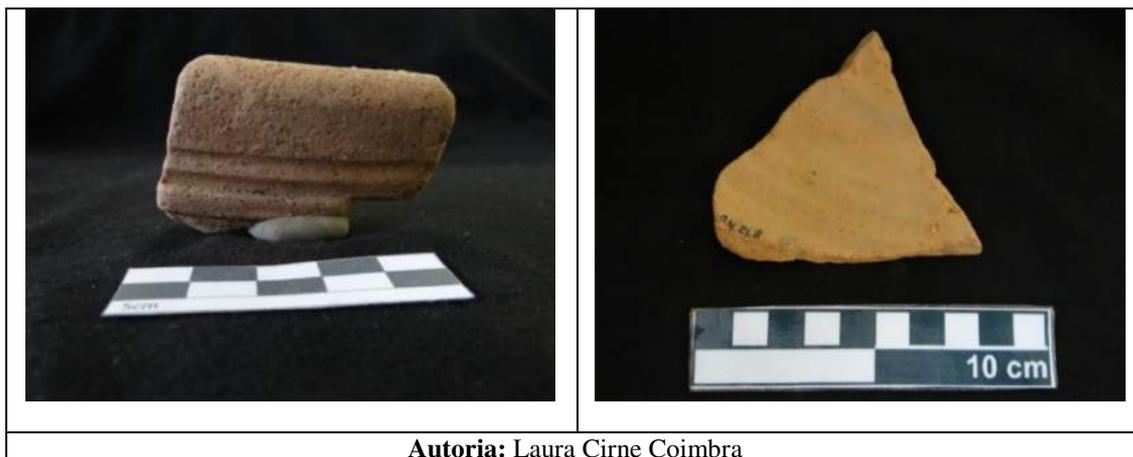
E apesar de pontuais, essas ações possibilitaram a coleta de uma amostra de cerâmica apresentando elementos técnicos indígena e sedimento para datação a 17 cm de profundidade. Esta amostra foi testada pelas técnicas de TL e LOE, obtendo-se com o emprego da TL o resultado 170 ± 28 , e com a LOE a data de 130 ± 22 . Portanto, é plausível sugerir a contemporaneidade entre as ocupações dos sítios Alto dos Macacos 1 e Alto dos Macacos 2. Corroborando assim para o acúmulo de mais dados que indicam a continuidade da presença de grupos que fabricavam e/ou utilizavam a tecnologia indígena na área mesmo durante o período de arrefecimento da economia açucareira, e queda da importância produtiva da Fazenda São Bento.

7.2.8.1 Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio Alto dos Macacos II

O acervo do Alto dos Macacos II conta com 735 artefatos, entre eles: cerâmica comum utilitária, material malacológico, material construtivo (telha e tijolo), grés, faianças²¹⁰, cerâmica vitrificada, material lítico, fragmentos de fusos e fragmento de cachimbo colonial, também, soma-se neste total os fragmentos considerados residuais. Sendo assim, nossa pesquisa focará em 538 fragmentos (Fig. 62).

Figura 62- Prancha do material cerâmico do Sítio Alto dos Macacos II	
Fragmento associado ao perfil técnico indígena: ungulado	Fragmento associado ao perfil técnico indígena
	
Fragmento associado ao perfil técnico colonial: borda	Fragmento associado ao perfil técnico colonial: borda dobrada
	
Fragmento associado ao perfil técnico colonial	Fragmento associado ao perfil técnico colonial: com marcas do torno

²¹⁰ São faiança com decoração pintada a mão livre em azul com variações entre listras, duplas faixas com período de produção entre século XVI-XVIII e faianças com semi-círculo concêntrico com período de produção de 1551 a 1625.



Autoria: Laura Cirne Coimbra

De modo geral, podemos observar os quatro tipos de pasta, com maior recorrência da pasta 1 e pasta 3. Houve o predomínio da manufatura acordelada e da queima 1 e queima 2, ou seja, queimas completas com o controle da atmosfera, comumente associadas aos fornos, contudo a queima 3 quantitativamente bem representada (Tabela 45). Não foi observado uma hegemonia na correlação entre pasta, queima e manufatura o que deverá ser problematizada no próximo capítulo.

Tabela 45- Modo de Produção da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos II

Queima:	Queima 1: 231	Queima 2: 172	Queima 3: 135	
Pasta:	Pasta 1: 263	Pasta 2: 109	Pasta 3: 154	Pasta 4: 12
Manufatura:	Torneada: 103	Acordelado: 404	Modelado: 24	Não Ident.: 07

Quanto ao tratamento de superfície (Tabela 46), apesar de predominar o alisado tanto na parte interna quanto na parte externa, ocorreram em menor quantidade: banho, engobo, motivos (com técnicas de pintura em diferentes matizes), incisões, aplicação do brunimento e polimento, acabamentos plásticos de superfície: escovado, unglado e plástico.

Tabela 46- Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos II

Acabamento de superfície	Acabamento Externo	Acabamento Interno
Alisado	288	299
Escovado	01	00
Polido	01	00
Ungulado	05	00
Plástico	01	00
Brunido	05	09
Pintado de cinza	00	01
Pintado de bege	00	01
Banho vermelho	03	02
Engobo vermelho	08	12
Engobo branco	00	01

Pintado de vermelho e branco	01	02
Branco com faixa vermelha	01	01
Branco e preto	00	01
Branco e cinza	01	01
Branco com faixa preta	00	01
Branco com listas vermelha	01	01
Vermelha com faixa vermelha	01	01
Vermelho sob branco	01	01
Banho Branco	00	14
Pintado de Branco	17	00
Pintado de Vermelha	115	160
Incisão	10	00
Aplique	01	00
Não identificado	77	30

Sobre a diversidade morfológica, destacam-se as bordas reforçadas externamente, seguidas de bordas diretas, expandida, entrovertida, contraída, reforçada internamente, cambada, inclinada internamente e dobrada, havendo prevalência de espessura média, seguida de fina e grossa. Quanto aos lábios observou-se os tipos planos, arredondado, apontados, seguido de biselado e ungulado, também neste caso houve prevalência da espessura fina e média. A identificação dos bojos sugere a hegemonia de formas simples e globulares, sendo que a maior parte dos fragmentos possui espessura média. Característica que também é observada nas bases, que possuem espessura fina, média e grossa; e formato convexa, plano plano-côncava (Tabela 47 e Tabela 48).

Tabela 47- Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio Alto dos Macacos II

Borda:	Direta: 38	Ref. Ext.: 104	Expandida: 02	Entrovertida: 01	Dobrada: 03
Borda:	Cambada: 05	Inclinada Ext.: 02	Contraída: 10	Ref. Int.: 11	
Lábio:	Plano: 76	Arredondado: 35	Apontado: 56	Biselado: 04	Ungulado: 05
Base:	Plana: 44	Plano-Côncava: 01	Convexa: 01		
Bojo:	Globular: 296	Não Ident.: 04			
Apêndice:	Alça: 10	Asa: 06			

Tabela 48- Espessuras das partes morfológicas das cerâmicas do Sítio Alto dos Macacos II

Morfologia	Espessura Fina	Espessura Média	Espessura Grossa
Lábio	89	76	11
Borda	29	102	45
Bojo	95	173	32
Base	11	23	12
Apêndice	01	11	04

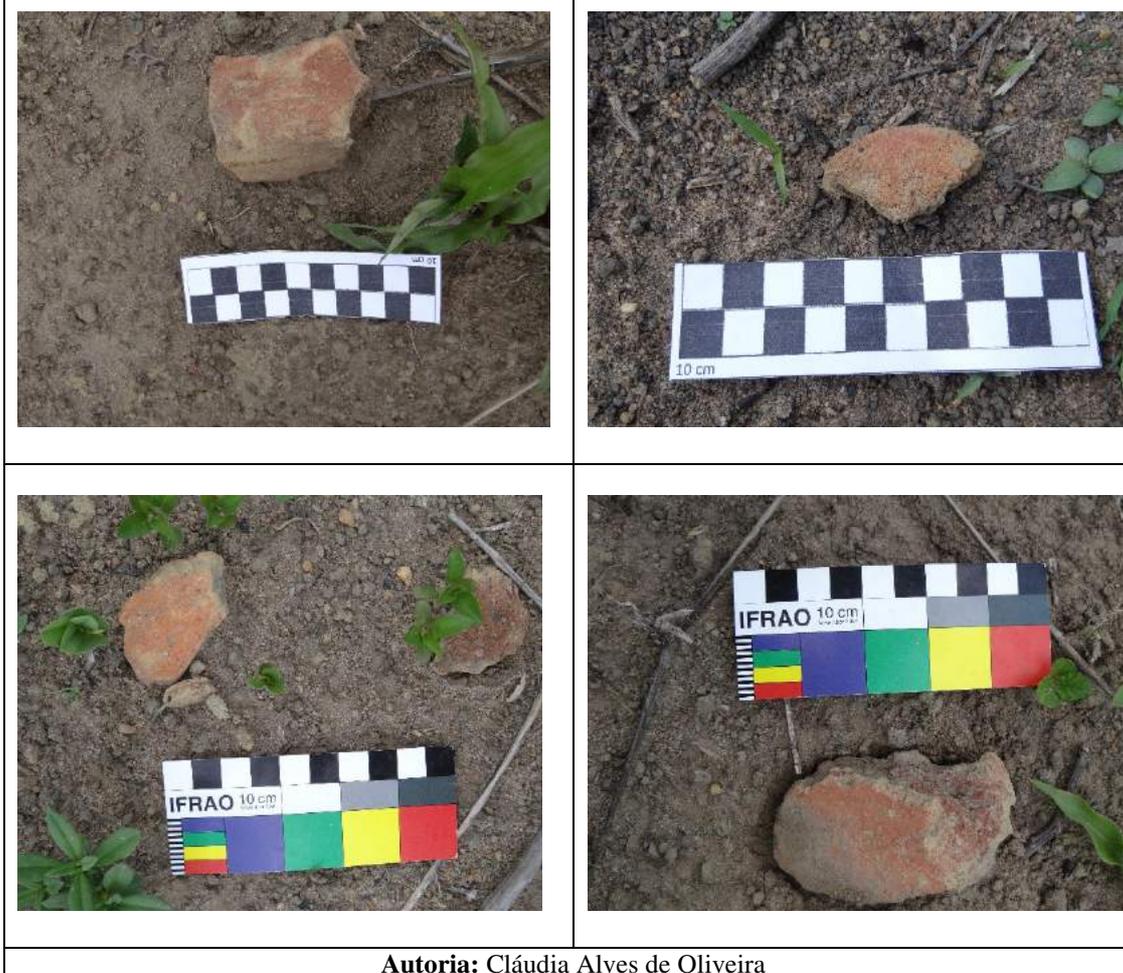
7.2.9 Sítio Alto dos Macacos III

O Alto dos Macacos III (Fig. 63) encontra-se ubicado em um topo do morro com declividade suave. É um sítio multicomponencial a céu aberto. Inicialmente foi registrada a dispersão de material cerâmico por uma área de aproximadamente 60m², todavia, acreditamos que o perímetro do sítio possa ser maior, visto que, boa parte da área encontra-se coberta por vegetação arbórea e vegetação rasteira que dificulta a visualização da presença de artefatos em superfície.



Neste sítio foram realizadas campanhas prospectivas interventivas e não interventivas. Em superfície foi evidenciado a maior concentração de material cerâmico, já em profundidade uma quantidade menor de fragmentos, nestas campanhas foi realizado a coleta não sistemática de superfície, com o intuito de resgatar os artefatos (Fig. 64) que estavam em eminente estado de deterioração.

Figura 64- Prancha de imagem do material cerâmico do sítio Alto dos Macacos III



Autoria: Cláudia Alves de Oliveira

Com o objetivo de coletar amostras de cerâmica para datação foram abertas cinco tradagens que alcançaram profundidade máxima de 1m. Esta atividade revelou a baixa incidência de artefatos na área intervinda, possibilitando, contudo, a coleta da amostra, e sugerindo que a maior parte dos artefatos se encontra em cotas de até 15 cm de profundidade.

Além disso, a abertura das tradagens permitiu uma caracterização preliminar do contexto estratigráfico da área. Assim, pudemos perceber que, de modo geral, o sítio apresenta sedimento areno-argiloso pouco compactado e com tonalidade escura (marrom acinzentada), devido a decomposição de matéria orgânica, da superfície até 35 cm de profundidade. A partir de 40 cm, aproximadamente, o sedimento apresenta a transição na tonalidade (escura para amarelada) e na textura (areno-argiloso para argilosa), tornando-se menos friável. A partir de 60 cm, atingimos a Formação Barreira, o sedimento torna-se argiloso com matizes alaranjados e alta compactação.

Deste sítio foi possível encaminhar apenas uma amostra (coletada 12 cm de profundidade) para datação, tendo sido realizada a análise com a técnica da termoluminescência. O resultado obtido sugere uma antiguidade de 175 ± 30 . Portanto, provavelmente, o sítio Alto dos Macacos III estaria inserido na mesma faixa cronológica que os sítios Alto dos Macacos I e Alto dos Macacos II, sendo contemporâneo a presença beneditina nas terras da Sesmaria Jaguaribe.

Assim, mais uma vez temos indícios que sugerem que grupos que produziam e/ou utilizavam cerâmica com elementos da tecnologia indígena, continuaram a viver nesta área mesmo após a expansão da lavoura de cana, e consolidação da Fazenda São Bento. No caso dos sítios instalados no morro Alto dos Macacos, que estão fora dos limites da Fazenda São Bento e das terras do Engenho Jaguaribe, o mais provável é que seus moradores prestassem serviços ou mantivessem relações de natureza social e econômica com os monges beneditinos, senhores de engenho e demais pessoas que habitavam aquelas paragens. Apesar disto, é premente que algum elemento de distinção com o grosso da população envolvente continuou a existir, ou até mesmo os laços de solidariedade e parentesco entre destes grupos permaneceram relevantes durante algum tempo, visto que, para além da manutenção da fabricação e utilização dos vasilhames cerâmicos, temos a ocupação simultânea de áreas muito próximas entre si.

7.2.9.1 Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio Alto dos Macacos III

Como dito anteriormente, no sítio Alto dos Macacos III foram realizadas somente prospecções para delimitação do mesmo e cinco tradagens para coleta de material para datação. Com isto, o acervo do Alto dos Macacos III conta com 127 fragmentos de material cerâmico, também, soma-se neste total os fragmentos considerados residuais, porém, nesta pesquisa, focaremos nossa análise em 113 fragmentos que corresponde a cerâmica comum utilitária (Fig. 65).

Figura 65- Prancha com material cerâmico do sítio Alto dos Macacos III	
Fragmento associado ao perfil técnico indígena	Fragmento associado ao perfil técnico indígena
	
Fragmento associado ao perfil técnico indígena	Fragmento associado ao perfil técnico indígena: Engobo vermelho
	
Fragmento associado ao perfil técnico colonial	Fragmento associado ao perfil técnico colonial
	
Autoria: Natalia Julia Felipe da Silva	

De modo geral, observamos a presença dos quatro tipos de pasta, com maior recorrência da pasta 1. Houve o predomínio da manufatura acordelada, com relação a queima, prevaleceu a queima 1 e queima 2, ou seja, queimas completas com o controle da atmosfera, comumente associadas aos fornos, contudo a queima 3 está

quantitativamente bem representada (Tabela 49). Não foi observado uma hegemonia na correlação entre pasta, queima e manufatura o que deve ser problematizada no próximo capítulo.

Tabela 49- Modo de Produção da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos III

Queima:	Queima 1: 42	Queima 2: 23	Queima 3: 48	
Pasta:	Pasta 1: 64	Pasta 2: 26	Pasta 3: 19	Pasta 4: 04
Manufatura:	Torneada: 29	Acordelado: 77	Modelado: 03	Não Ident.: 04

Quanto ao tratamento de superfície (Tabela 50), apesar de predominar o alisado tanto na parte interna quanto na parte externa. Neste sítio, também, ocorreu em menor quantidade: engobo, banho e incisões.

Tabela 50- Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos III

Acabamento de superfície	Acabamento Externo	Acabamento Interno
Alisado	83	91
Banho Branco	01	01
Banho Vermelha	09	06
Engobo Vermelho	02	01
Incisão	03	00
Não identificado	15	14

Sobre a diversidade morfológica, destacam-se as bordas reforçadas externamente, e diretas, seguidas da borda cambada, havendo prevalência de espessura média e fina. Quanto aos lábios observou-se tipos planos, arredondado e apontado, também neste caso houve prevalência da espessura fina e média. A identificação dos bojos sugere a hegemonia de formas simples e globulares. Característica que também é observada nas bases em formato plano e um exemplar de anelar, que possuem espessura fina e média (Tabela 51 e Tabela 52).

Tabela 51- Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio Alto dos Macacos III

Borda:	Direta: 10	Reforçada Ext.: 15	Cambada: 01	Não Ident.: 01
Lábio:	Plano: 12	Arredondado: 07	Apontado: 07	Não Ident.: 01
Base:	Plana: 12	Anelar: 01		
Bojo:	Globular: 72			
Apêndice:	Alça: 01			

Tabela 52- Espessuras das partes morfológicas das cerâmicas do Sítio Alto dos Macacos III

Morfologia	Espessura Fina	Espessura Média	Espessura Grossa
Lábio	18	08	01
Borda	08	15	04
Bojo	27	45	00
Base	04	07	02
Apêndice	00	01	00

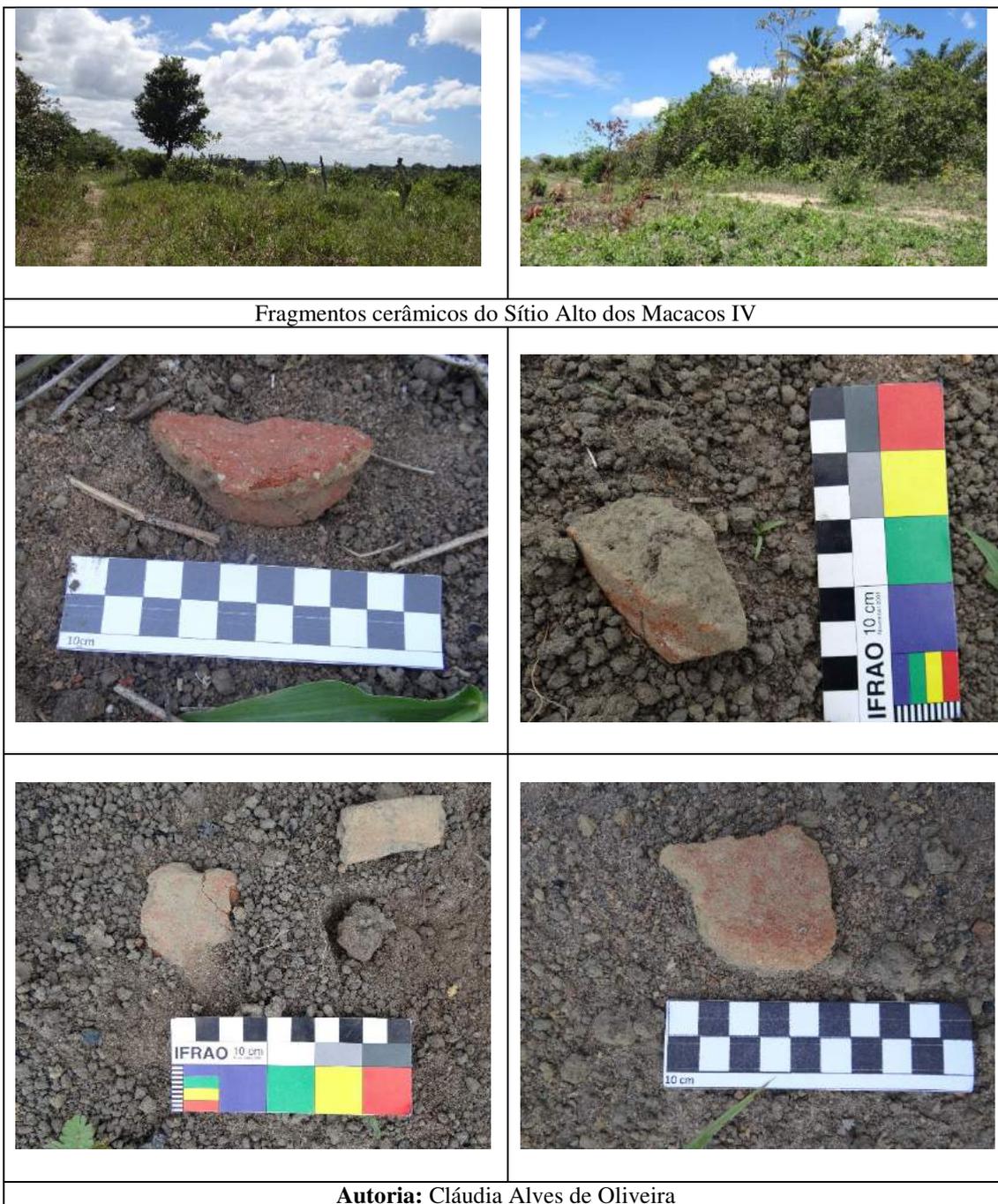
De modo geral, podemos perceber que, a cerâmica encontrada no sítio Alto dos Macacos III, apresenta características técnicas de dois sistemas técnicos. Sendo mais comuns objetos acordelados, com queima completa, apresentando uma diversidade de acabamento de superfície. Deste modo, grande parte dos artefatos parece estar associada ao perfil técnico indígena, todavia, essas ilações serão melhor exploradas no próximo capítulo.

7.2.10 Sítio Alto dos Macacos IV

O Alto dos Macacos IV está localizado em um topo do morro com declividade acentuada e é como sítio multicomponencial a céu aberto; tendo sido encontrados fragmentos de cerâmica comum utilitária, louças, material lítico e construtivo, dispersos por uma área de aproximadamente 100m² (Fig. 66), contudo, acreditamos que o perímetro do sítio possa ser ainda maior, pois durante as prospecções uma da parte área estava coberta por uma densa vegetação rasteira e arbórea o que impossibilita uma boa visualização da presença de artefatos em superfície.

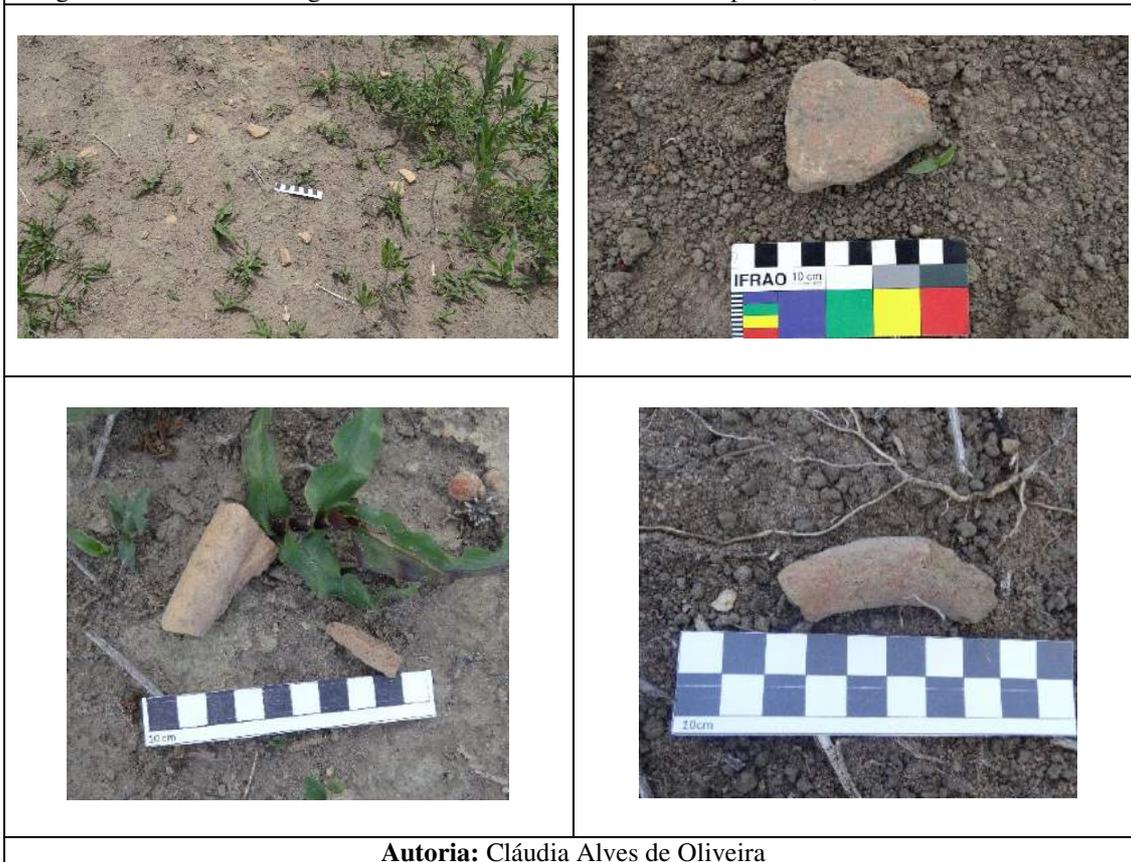
Figura 66- Prancha de imagens do Sítio Alto dos Macacos IV e material arqueológico evidenciado em superfície





O material arqueológico está disperso em áreas de agricultura de subsistência, na estrada de acesso e em área com vegetação secundária de Mata Atlântica. As atividades interventivas e não interventivas realizadas no sítio visaram a coleta de material evidenciado em superfície (Fig. 67), a coleta de amostras de cerâmica para datação e resgatar um vasilhame (peça evidenciada praticamente inteira em um talude).

Figura 67- Prancha de fragmentos cerâmicos evidenciados em superfície, Sítio Alto dos Macacos IV



Autoria: Cláudia Alves de Oliveira

Cabe destacar que durante a campanha de 2017 foi identificado um vasilhame (associado ao perfil técnico indígena) quase inteiro no perfil de um talude da estrada; provavelmente o vasilhame foi revelado e danificado, em decorrência das melhorias e ampliações que haviam sido recentemente realizadas na estrada. Apesar de fragmentada, era possível perceber que a maior parte do vasilhame ainda estava soterrada, assim, com o intuito de evitar que a peça sofresse novas avarias decidiram realizar uma sondagem²¹¹ para a retirada do vasilhame (Fig. 68).

²¹¹ Para o resgate desta peça foi demarcada uma sondagem de 50 cm², decapada em níveis artificiais de 10 cm, até se atingir a profundidade necessária para a retirada do vasilhame, no caso, 55 cm de profundidade. Durante a realização das decapagens não foi possível identificar alterações edáficas associadas ao processo de remoção de sedimento, ou abertura de uma cavidade, para a deposição do vasilhame no seu interior. Por fim, vale destacar que foram coletadas diversas amostras de sedimento (na parte superior e inferior do vasilhame), e o vasilhame foi encaminhado para o LEA-UFPE ainda com o sedimento depositado em seu interior.

Figura 68- Prancha de imagens da vasilha evidenciada no perfil do talude, Sítio Alto dos Macacos IV	
Vasilha evidenciada no perfil do talude	Localização da vasilha
	
Vasilha evidenciada	Vasilha evidenciada
	
Autoria: Cláudia Alves de Oliveira	

Quanto as intervenções para a coleta de amostras para datação, optou-se pela realização de 4 tradagens que alcançaram profundidade máxima de 1m. Com esta atividade, foi possível confirmar que o contexto estratigráfico deste sítio não difere dos outros inseridos na área, ou seja, da superfície até 35 cm de profundidade o sedimento é areno-argiloso, apresentando baixa compactação e tonalidade escura (marrom acinzentada), devido a decomposição de matéria orgânica. A partir de 40 cm, aproximadamente, observamos a transição da camada com matéria orgânica para a Formação Barreira, sendo formada por sedimento areno-argiloso de textura fina e pouco compactado, apresentando a tonalidade mais clara. A partir de 60 cm alcançamos a Formação Barreira, que apresenta sedimento argiloso e compactado, com tonalidade mais clara (alaranjada).

Foram coletadas, em sondagens diferentes, duas amostras encaminhadas para datação por TL e LOE. Para a **Amostra 1** (coletada a 13 cm de profundidade) obtivemos as seguintes datas: 150 ± 17 por TL, e 165 ± 20 com o uso da LOE. Já os resultados da datação da **Amostra 2** (coletada a 14 cm de profundidade) foram: 190 ± 25 através da técnica TL; e 190 ± 25 com o emprego da LOE.

Novamente os resultados auferidos estão em sintonia com as fontes históricas que indicam a presença de grupos que produziam e/ou utilizavam material cerâmica indígena na Sesmaria Jaguaribe durante o século XIX; além disso, sugerem a coerência do quadro cronológico obtido para os demais sítios. Neste mister, acreditamos que as datas apresentadas possuem alto índice de confiabilidade, fornecendo-nos parâmetros relevantes para problematização de questões que não são abordadas pela documentação histórica.

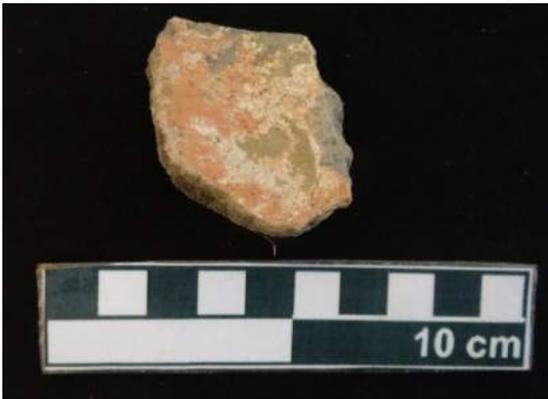
Deste modo, é importante ressaltar que apesar da maior parte das fontes não mencionarem a presença indígena na Fazenda São Bento e no seu entorno, ou indicarem a atuação dos beneditinos entre os indígenas da área, os dados arqueológicos têm revelado que populações que dominação e/ou adotavam a tecnologia indígena estavam vivendo naquela área no mesmo período em que os monges de São Bento. Portanto, é factível sugerir que os grupos, que produziam e/ou utilizavam cerâmica com elementos da tecnologia indígena, que ocuparam os sítios analisados nesta pesquisa, estabeleceram relações de troca e/ou prestação de serviços com os moradores da Fazenda São Bento e/ou do Engenho Jaguaribe, todavia, isso não levou a um imediato abandono da produção de objetos cerâmicos.

Outro elemento interessante é a constatação da existência, durante o período colonial, de diferentes espaços ocupados por destes grupos no entorno da Fazenda São Bento. É possível que, assim como em outras áreas do Nordeste, a proximidade com os religiosos tenha sido motivada pela tentativa destes grupos de garantir seu direito à liberdade e a terra. Deste modo, provavelmente, estes grupos foram sendo cooptados ao longo dos anos como mão de obra para as atividades desenvolvidas na área, entretanto, as redes internas de solidariedade e transmissão de conhecimento da produção cerâmica, ou seja, transmissão cultural, parecem ter sido mantidas. Visto que as técnicas para a confecção dos artefatos cerâmicos continuaram a ser utilizadas, e as áreas ocupadas por estes grupos tediavam a serem próximas, como revelam as distâncias entre os sítios.

7.2.10.1 Caracterização dos elementos técnicos da cerâmica comum utilitária do Sítio Alto dos Macacos IV

Como dito anteriormente, no sítio Alto dos Macacos IV foram realizadas prospecções, uma sondagem para a retirada do vasilhame inteiro e quatro tradagens para coleta de material para datação. Com isto, o acervo do Alto dos Macacos IV conta com

496 artefatos, entre eles: material construtivo (telha) e material cerâmico (fragmentos de cerâmica comum utilitária e de fuso), contudo, nesta pesquisa, focaremos nossa análise em 412 fragmentos que corresponde a cerâmica comum utilitária (Fig. 69).

Figura 69- Prancha de fragmentos cerâmicos do Sítio Alto dos Macacos IV	
Fragmento associado ao perfil técnico indígena	Fragmento associados ao perfil técnico indígena
	
Fragmento associado ao perfil técnico indígena: resíduo de pinturas	Fragmento associado ao perfil técnico colonial
	
Fragmento associado ao perfil técnico colonial	Fragmento associado ao perfil técnico colonial: alça
	

Autoria: Laura Cirne Coimbra

De modo geral, observamos a presença dos quatro tipos de pasta, com maior recorrência da pasta 1. Houve o predomínio da manufatura acordelada, com relação a queima, prevaleceu a queima 1 e queima 2, ou seja, queimas completas com o controle da atmosfera, comumente associadas aos fornos, contudo a queima 3 está quantitativamente bem representada (Tabela 53). Não foi observado uma hegemonia na correlação entre pasta, queima e manufatura o que será problematizada no próximo capítulo.

Tabela 53- Modo de Produção da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos IV

QUEIMA:	Queima 1: 109	Queima 2: 154	Queima 3: 149	
PASTA:	Pasta 1: 200	Pasta 2: 96	Pasta 3: 103	Pasta 4: 13
MANUFATURA:	Torneada: 07	Acordelado: 384	Modelado: 03	Não Ident.: 18

Quanto ao tratamento de superfície (Tabela 54), apesar de predominar o alisado tanto na parte interna quanto na parte externa. Neste sítio, também, ocorreu em menor quantidade: banho, engobo, incisões, além, do polimento.

Tabela 54- Acabamento de Superfície da cerâmica do Sítio Alto dos Macacos IV

Acabamento de superfície	Acabamento Externo	Acabamento Interno
Alisado	311	320
Polido	05	08
Banho Branco	11	12
Banho Vermelho	19	27
Engobo vermelho	12	09
Inciso	01	00
Não identificado	53	36

Sobre a diversidade morfológica, destacam-se as bordas reforçadas externamente e diretas, seguidas da borda reforçada internamente, expandida, cambada e entrovertida havendo prevalência de espessura média e fina. Quanto aos lábios observou-se tipos planos, arredondado, apontados, com espessuras fina e média. A identificação dos bojos sugere a hegemonia de formas simples e globulares, sendo que a maior parte dos fragmentos possui espessura média. Característica que também é observada nas bases em formato plano com havendo prevalência de espessura média (Tabela 55 e Tabela 56).

Tabela 55- Tipos Morfológicos do material cerâmico do Sítio Alto dos Macacos IV

Borda:	Direta: 22	Reforçada Ext.: 30	Expandida: 02
Borda:	Cambada: 01	Reforçada Int.: 04	Entrovertida: 01
Lábio:	Plano: 27	Arredondado: 17	Apontado: 16
Base:	Plana: 22		
Bojo:	Globular: 329		
Apêndice:	Alça: 01		

Tabela 56- Espessuras das partes morfológicas das cerâmicas do Sítio Alto dos Macacos IV

Morfologia	Espessura Fina	Espessura Média	Espessura Grossa
Lábio	37	23	00
Borda	12	35	13
Bojo	65	227	37
Base	01	18	03
Apêndice	00	01	00

7.3 PERFIL TÉCNICO CERÂMICO DOS SÍTIOS DA SESMARIA JAGUARIBE E AS SEMELHANÇAS COM AS CERÂMICAS PORTUGUESAS E CERÂMICA TUPIGUARANI

A categoria não tem outro escopo que o conhecimento das coisas na sua aplicação aos objetivos da experiência. [...] Não podemos pensar um objeto sem as categorias, não podemos conhecer um objeto pensado sem as intuições correspondentes a esses conceitos. Mas todas as nossas intuições são sensíveis, e o conhecimento, enquanto o objeto está dado, é empírico. (KANT, 2003:107/118)

Os dados auferidos com a análise do material cerâmico dos sítios anteriormente apresentados indicam a existência de, no mínimo, dois perfis técnicos cerâmicos distintos. Os que denominamos de “perfil técnico colonial” e “perfil técnico indígena”.

As principais características do perfil técnico colonial da cerâmica presente na Sesmaria Jaguaribe são: o predomínio da manufatura torneada, e emprego da técnica modelada para confecção de apêndices e apliques; utilização de grãos de quartzo e feldspato para controle da plasticidade da argila, tendo a pasta majoritariamente uma textura fina (pasta 1) e adequada ao uso do torno; aparente controle da atmosfera de queima (queimas 1 e queima 2), indicando um provável uso de fornos; acabamento de superfície majoritariamente alisado e popularidade de peças pintadas de vermelho, também ocorre em menor escala o uso do brunido, polido, inciso e decoração pedrada; grande diversidade nos tipos de formas, com nítida especialização de vasilhames

destinados a função de servir, acondicionar e preparar os alimentos; a maior parte dos objetos possuía espessura fina ou média, sendo mais comuns as bordas reforçadas externamente e diretas (além da presença de bordas, expandidas, entovertidas, introvertidas e cambadas); lábios planos, arredondados e apontados, bojos globulares simples e bases planas, convexas e anelares.

Por sua vez, o perfil técnico indígena pode ser definido pelo predomínio da manufatura acordelada para fabricação do corpo dos vasilhames, e uso do modelado para confecção de apêndices, fusos ou das bases. Apesar da maior popularidade da pasta que contém apenas grãos de quartzo e feldspato como antiplástico (pasta 1 e pasta 3), é recorrente o emprego de bolos de argila e cerâmica moída para desempenhar essa função (pasta 2 e pasta 4). Há uma grande variabilidade nos tipos de queima, e um número significativo de objetos com queima incompleta (queima 3), o que normalmente ocorre com o uso de fogueiras abertas que inviabilizam o controle da atmosfera de queima. Apesar de prevalecer o acabamento alisado, é constante o uso da pintura nas superfícies internas e/ou externa, seja na forma de banhos e engobos vermelhos ou brancos, seja na forma de pinturas policrômicas (faixas e linhas vermelhas, pretas e cinzas sobre branco e vermelho); além disso, há o emprego de acabamentos plásticos (ungulado, inciso, impresso). Os vasilhames possuem, majoritariamente espessura média, e entre as formas reconstituídas observa-se tanto objetos multifuncionais quanto vasilhames que, provavelmente, tinham funcionalidades específicas. Predominam as bordas reforçadas externamente e diretas, com alguns exemplares de bordas reforçadas internamente, expandidas, entovertidas, contraídas e cambadas; já os lábios são em sua maior parte apontados ou arredondados, com alguns exemplares unguados. Os bojos mais comuns são globulares, mas também ocorrem os carenados; e as bases são planas ou convexas.

Podemos observar que os elementos elencados como constituintes de cada um dos perfis estão, de modo geral, em consonância com as características técnicas morfológicas, decorativas e funcionais da cerâmica associada pela bibliografia especializada, aos grupos indígenas e aos colonizadores portugueses (Vide capítulo 4). Isto posto, buscaremos ao longo desta parte do texto apresentar as semelhanças constatadas entre os acervos dos sítios da área da Sesmaria Jaguaribe e as cerâmicas “portuguesa e tupiguarani”. Nosso intuito não é simplesmente enquadrar os artefatos em alguma destas categorias, mas sim demonstrar que elas estão, de certo modo, vinculadas aos perfis técnicos identificados na área e podem contribuir para formulação de novas leituras ou questionamentos sobre as relações sociais ali estabelecidas.

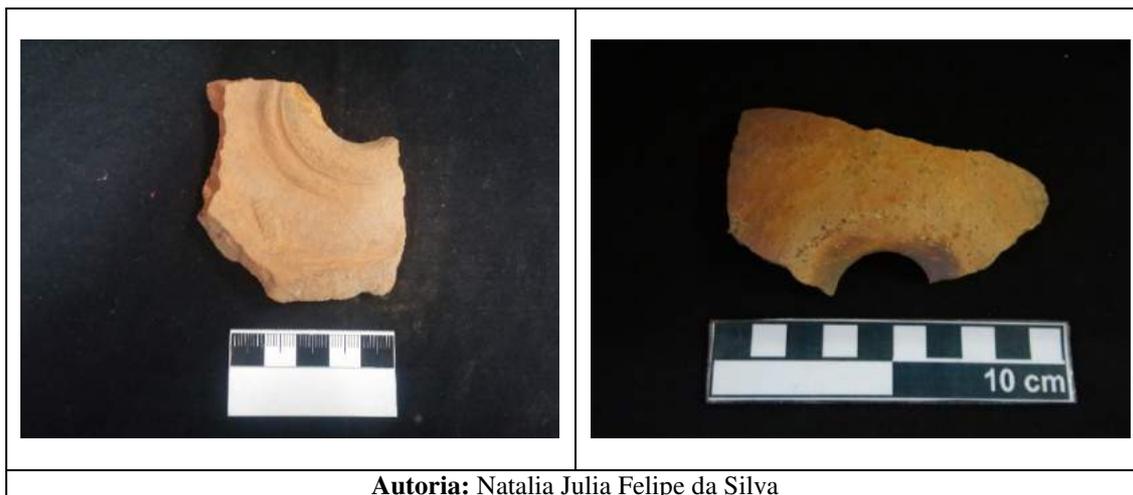
7.3.1 Perfil Técnico cerâmico dos sítios da Sesmaria Jaguaribe e as semelhanças com as cerâmicas portuguesas

De modo geral, embasado na bibliografia consultada, podemos subdividir a cerâmica portuguesa em três categorias: cerâmica açucareira, cerâmica pedrada e cerâmica comum (cerâmica fina, cerâmica preta e cerâmica vermelha), e nos sítios pesquisados nesta tese evidenciou-se algumas peças com características (técnicas, morfológicas, decorativas e funcionais) semelhantes àquelas descritas na literatura especializada.

7.3.1.1 Formas de Açúcar

Nos sítios São Bento e Engenho Jaguaribe foram evidenciados artefatos cerâmicos que podem ser classificados como “cerâmica do açúcar”. São fragmentos de bases (com furo), bordas e bojos que certamente eram partes de formas de açúcar (Fig. 70). Alguns fragmentos apresentaram condições necessárias para a reconstituição hipotética e isso, como apresentaremos posteriormente (verificar tópico 7.2), nos permitiu identificar a existência de objetos com grandes dimensões e capacidade volumétrica, provavelmente exemplares de sinos e pães de açúcar. Vale destacar que, segundo os parâmetros adotados pelos pesquisadores portugueses (SOUSA, 2011; MORGADO, 2011) estes materiais também se enquadram no que eles denominam como cerâmica vermelha.

Figura 70- Prancha com imagens de fragmentos de forma de açúcar dos sítios da Sesmaria Jaguaribe	
Fragmento de forma de açúcar do sítio Engenho Jaguaribe	Fragmento de forma de açúcar do sítio Engenho Jaguaribe
	
Fragmento de forma de açúcar (base com furo) do sítio São Bento, na área da casa	Fragmento de forma de açúcar (base com furo) do sítio Engenho Jaguaribe



7.3.1.2 Cerâmica Comum: Cerâmica Vermelha e Cerâmica Preta

Como vimos anteriormente, uma das categorias adotada pelos pesquisadores portugueses é definida através da tonalidade da pasta. Assim, toda cerâmica utilitária comum, independentemente de sua morfologia e/ou funcionalidade, poderia ser classificada em decorrência da tonalidade da pasta (VIEIRA, 2011; MANGUCCI, 2007; FERNANDES, 1999). Nos sítios arqueológicos portugueses, as cores encontradas com mais frequência são os matizes vermelho e preto.

Na área da Sesmaria Jaguaribe os sítios Engenho Jaguaribe, São Bento, São Bento II, Tamanduá, Alto dos Macacos I, Alto dos Macacos II e Alto dos Macacos III, apresentaram fragmentos que se adequam à caracterização da cerâmica utilitária comum de Portugal; podendo ser observado variações da tonalidade vermelha e preta (Fig. 71). É importante frisar que, a princípio, não estamos afirmando que estes objetos tenham sido fabricados em Portugal, mas sim que os mesmos possuem um modo de fabricação e características muito semelhantes às empregadas na cerâmica utilitária comum portuguesa. Demonstrando assim que os “padrões” da olaria portuguesa, além de objetos produzidos na metrópole, tiveram grande aceitação na Sesmaria Jaguaribe, assim como em outras áreas da colônia.

Figura 71- Prancha com imagens de fragmentos cerâmicos com tonalidades vermelha e preta do sítio São Bento



Autoria: Laura Cirne Coimbra

7.3.1.3 Cerâmica Pedrada

As Cerâmicas Pedradas são cerâmicas decoradas com pequenos fragmentos de quartzo branco e leitoso incrustadas na superfície externa da peça. Este tipo de material está associado a nobreza e é encontrado em residências e instituições, como hospitais e conventos (TRINDADE, 2012; SOUSA, 2011; SARDINHA, 1990/1992). No entanto, na área da Sesmaria Jaguaribe foi encontrado um único fragmento de cerâmica pedrada (Fig. 72) no sítio Tamanduá. Uma provável aldeia indígena que apresenta maior concentração de material cerâmico indígena do que colonial, e está a aproximadamente 800 metros do sítio São Bento e a 960 metros do sítio Engenho Jaguaribe.

Assim como os demais artefatos com características tecnológicas “não indígenas” ou coloniais encontrados no sítio Tamanduá, esse fragmento de cerâmica pedrada indica que objetos fabricados a partir dos parâmetros técnicos portugueses (ou colonial) estavam inseridos nos espaços ocupados por grupos que adotaram a tecnologia de produção de cerâmica indígena. Demonstrando uma circulação de bens que pode ter ocorrido pelas

vias do comércio ou troca; ter sido oferecido como um presente na busca por alianças; ou ainda, ser fruto de um ato (roubo) que visava lesar o colonizador e demonstrar o descontentamento com sua presença colonial. Todos esses cenários são factíveis, entretanto, o contexto arqueológico do sítio nos permitem apenas confirmar a circulação dos objetos.

Figura 72- Fragmento de cerâmica pedrada do sítio Tamanduá



Autoria: Natalia Julia Felipe da Silva

7.3.1.4 Cerâmica Fina

A cerâmica fina tem as mesmas características técnicas, morfológicas, decorativas e funcionais que as outras cerâmicas, sua principal diferença é a espessura que pode variar entre 0,2 e 0,4 cm (SOUSA, 2011; TRINDADE, 2012). Em diversos sítios (Engenho Jaguaribe, São Bento, Alto dos Macaco I, Alto dos Macacos II, Tamanduá) da área da Sesmaria Jaguaribe foram evidenciados fragmentos com espessuras finas associadas à fabricação no torno (Fig. 73). Não é nossa pretensão vincular as cerâmicas com espessuras finas à categoria “cerâmica fina” portuguesa, porém é notória a aplicação dos mesmos parâmetros técnicos. Os oleiros que fabricaram e/ou as pessoas que adquiriram esses objetos, certamente almejavam confeccionar e/ou utilizar vasilhames com espessuras mais finas e delicadas.

Além disso, mais uma vez, vale destacar a presença destes objetos tanto em espaços “coloniais” (Engenho Jaguaribe e São Bento) quanto nos outros espaços (Alto dos Macaco I, Alto dos Macacos II, Tamanduá). Sugerindo a circulação de bens entre os

grupos sociais que ocupavam esses locais, ou então indicando que ambos tinham acesso a vasilhames com as mesmas características.



7.3.2 Perfil Técnico cerâmico dos sítios da Sesmaria Jaguaribe e as semelhanças com as cerâmicas Tupiguarani

[...] a diversidade das culturas é de fato no presente, e também de direito no passado, muito maior e mais rica que tudo o que estamos destinados a dela conhecer (LÉVI-STRAUSS, 1980:49)

Como discutido anteriormente, as fontes históricas revelam uma significativa atuação indígena na área da Sesmaria Jaguaribe até o início do século XIX (vide Capítulo 1). Por sua vez, as pesquisas arqueológicas demonstram uma expressiva presença dos ceramistas Tupiguarani no litoral norte de Pernambuco²¹² (Vide sub-capítulo 4.2). Deste modo, não é absurdo sugerir que oleiras que conheciam e empregavam o “modo Tupiguarani” de fazer cerâmica ocuparam os sítios da Sesmaria Jaguaribe²¹³ ou tinham

²¹² A bibliografia consultada, revela a existência de sítios arqueológicos com material cerâmico associado a tradição Tupiguarani nos municípios de Goiana, Itapissuma, Abreu e Lima, Igarassu e Paulista, sendo os três últimos o território da antiga da Sesmaria Jaguaribe.

²¹³ Vale mencionar que, Henry Koster (2012) relata que em 1812 tentou contratar mão de obra indígena na Vila de Alhandra (atual município de Goiana – PE), para trabalhar em seu engenho, porque os indígenas da área da Sesmaria Jaguaribe já estavam comprometidos. Atualmente, pesquisas arqueológicas em Goiana (ALBUQUERQUE et al, 2014; OLIVEIRA, 2007, 2009) tem indicado a existência de sítios arqueológicos com material cerâmico associado aos Tupiguarani. Datações realizadas no material cerâmico revelam uma ocupação Tupiguarani em Goiana entre 1649 e 1739, recorde temporal equivalente ao período de atuação indígena na área da Sesmaria Jaguaribe. Relembrando ainda, que o período de presença indígena na Sesmaria Jaguaribe é confirmado não só por fontes históricas, mas também pelas datações do material cerâmico indígena, que confirmam uma longa ocupação, do século XVII até o século XIX, período em que a fazenda São Bento foi desativa.

contato com os grupos que estavam na Sesmaria Jaguaribe neste período, e que os vasilhames encontrados nesta área podem conter semelhanças com a “cerâmica Tupiguarani”.

Neste sentido, durante a análise do material cerâmico indígena dos sítios que integram nossa pesquisa pudemos registrar algumas características técnicas, morfológicas e decorativas similares as associadas à tradição Tupiguarani. Entre elas chama a atenção uso do caco moído e do bolo de argila como antiplástico, algo que é recorrente na cerâmica Tupiguarani no Nordeste (ALBUQUERQUE, 1969, 1991; OLIVEIRA, 2000; AMARAL, 2015) acabamento de superfície em pintura policrômica, com motivos de faixas e linhas; formas carenadas e multiangulares.

Deste modo, mesmo que nosso intuito não seja enquadrar o material pesquisado a uma “tradição arqueológica”, nem associar os grupos (que utilizavam ou fabricavam esta cerâmica) que ocuparam a Sesmaria Jaguaribe aos falantes da língua Tupi, é necessário reconhecer que um conjunto de técnicas específicas para fabricação da cerâmica foi compartilhado e/ou transmitido entre os habitantes de todo o litoral norte de Pernambuco, incluído os moradores da área estudada. Assim, é interessante perceber que para além das distâncias espaciais e cronológicas apontadas pelas fontes históricas e arqueológicas, o acervo cerâmico de alguns sítios do litoral norte de Pernambuco apresenta semelhanças.

Com isso não estamos negando as particularidades de cada coleção, nem apregoando a homogeneidade, mas sim reconhecendo que é plausível que as comunidades que ocuparam o litoral norte pernambucano durante o período colonial possam ter compartilhado conhecimentos sobre a produção da cerâmica indígena. Além disso, considerámo ser crível admitir que algumas das técnicas compartilhadas, assim como as redes de solidariedade que viabilizam sua transmissão, são anteriores ao advento da colonização, e continuam a serem empregadas durante o julgo colonial.

Portanto, mais do que indicar que a cerâmica indígena (Fig. 74) dos sítios da Sesmaria Jaguaribe talvez possa ser classificada como Tupiguarani, o intuito das comparações realizadas é apontar que as semelhanças encontradas revelam uma gama de conhecimentos próprios e distinto dos colonizadores, bem como a possível atuação de mecanismos de transmissão cultural que possibilita que esse conhecimento seja compartilhado entre os grupos da área ao longo do tempo.

Figura 74- Prancha com imagens de fragmentos cerâmicos associados ao perfil técnico indígena da Sesmaria Jaguaribe	
Cerâmica indígena policrômica (branco sob vermelho) do sítio Alto do Macacos II	Cerâmica indígena com faixas vermelhas do sítio Tamanduá
	
Fragmento de cerâmica indígena do sítio Tamanduá	Fragmento de cerâmica com engobo vermelho do sítio Alto dos Macacos II
	
Fragmento cerâmico com antiplástico: caco moído do sítio São Bento II	Cerâmica com lábio unglado do sítio Alto dos Macacos II
	
Autoria: Laura Cirne Coimbra	

8 ANÁLISES DO ACERVO CERÂMICO DA SESMARIA JAGUARIBE: TESTE DE SIMILARIDADE, RECONSTITUIÇÃO, POROSIDADE E FLUORESCÊNCIA DE RAIOS X

A exigência da objetividade científica torna inevitável que todo enunciado científico permaneça provisório para sempre. Ele, com efeito, pode ser corroborado, mas todas as corroborações são relativas a outros enunciados que, novamente, são provisórios (POPPER, 1984:215).

Neste derradeiro capítulo apresentaremos e abordaremos os resultados das análises estatísticas e físico-química do acervo cerâmico dos sítios, para tanto empregaremos o teste de similaridade, a reconstituição hipotética das formas, o índice de porosidade e a fluorescência de raios X, expondo assim, os principais atributos que compõem os perfis técnicos encontrados na área para em seguida problematizarmos como, e se, a interação social ocorrida nas terras da Sesmaria Jaguaribe contribuiu para a definição das diferentes características dos objetos cerâmicos fabricados e/ou usados na área.

8.1 TESTE DE SIMILARIDADE: ANÁLISE DE CLUSTER

A lógica geral abstrai, como já dissemos, toda a matéria do conhecimento e espera que lhe sejam dadas representações de outra parte, de onde quer que seja, para convertê-las em conceitos mediante a análise (KANT, 2003:77).

Com o intuito de angariar subsídios que nos auxiliassem a fortalecer, ou refutar, os resultados apontados pela análise tecnotipológica do acervo cerâmico, que indicavam a existência de dois perfis técnicos distintos nos sítios pesquisados, lançamos mão do tratamento estatístico de nossos dados. Parte-se do pressuposto que, independentemente dos sítios aos quais estejam associados, os artefatos pertencentes a um mesmo perfil técnico possuem maior similaridade entre si, formando agrupamentos (*clusters*). Para estabelecer os índices de similaridade e os *clusters* foi considerada a frequência das características compartilhadas (tipos de pasta, manufatura, queima, acabamento de superfície e morfologia – borda e lábio) pelo acervo analisado.

Inicialmente foram identificados, separados e quantificados, em cada sítio, os artefatos associados ao perfil técnico indígena, e aqueles pertencentes ao perfil técnico colonial. Na prática, isso nos permitiu reorganizar nossas tabelas de análises, criando novas planilhas que reunissem os resultados da análise tecnotipológica apenas dos artefatos que pertencesse ao mesmo perfil técnico. Deste modo, para cada sítio, foi criada

uma planilha para os artefatos do perfil técnico indígena (ex: São Bento indígena, SB-ind) e outra para os do perfil técnico colonial (ex: São Bento colonial, SB-col).

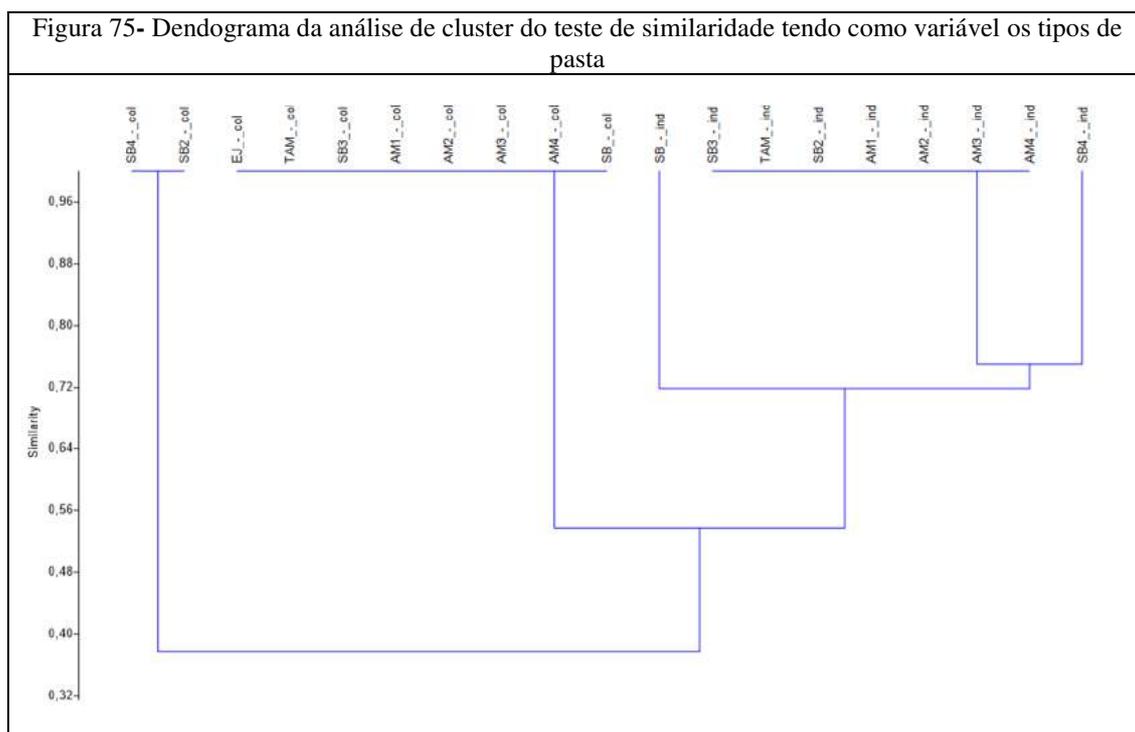
O passo seguinte foi testar se esta separação/classificação era plausível do ponto de vista estatístico. Para tanto, com o *software* gratuito *Past*, realizamos os testes de similaridade e confeccionamos gráficos dos *clusters* tendo como parâmetro os coeficientes de Jaccard. De modo geral, duas amostras serão consideradas semelhantes e reunidas em agrupamentos quando possuírem coeficientes de similaridade parecidos, que no caso do método escolhido (coeficientes de Jaccard) é representado por valores iguais ou próximos ao número 1 (DRENNAN, 2009).

Assim, objetivando verificar se o acervo cerâmico dos sítios da Sesmaria Jaguaribe foi confeccionado a partir de perfis técnicos diferentes, optamos por abordar simultaneamente as coleções de todos os sítios. As variáveis selecionadas para análise foram os tipos de pasta, de queima, de acabamentos de superfície (interno e externo) e os tipos morfológicos (numa combinação entre tipos de borda e tipos de lábio). Como discutido por Amaral (2015:240), essas variáveis, além de possibilitarem a caracterização do perfil técnico, são compostas, majoritariamente, por “dados factuais” que garantem maior confiabilidade aos resultados.

Neste mister, ao analisarmos os índices de similaridades auferidos tendo como variável os tipos de pasta (Apêndice C) podemos observar uma nítida separação entre os acervos dos sítios. E o interessante é que esta separação não foi causada pela distribuição espacial dos sítios, mas sim pelas diferenças inerentes ao modo de fabricação da cerâmica. Ou seja, independente dos sítios aos quais estejam associados, quando consideramos os tipos de pasta, os artefatos associados a perfil indígena tendem a ser mais similares entre si do que com a cerâmica do perfil técnico colonial, ou vice-versa. Assim, há maior similaridade entre objetos que possuem o mesmo perfil técnico, mas que foram encontrados em sítios diferentes, do que entre artefatos do mesmo sítio que foram classificados como possuindo perfis técnicos distintos.

Este cenário pode ser vislumbrado com mais clareza na figura 75, que representa os resultados da análise de *cluster*. Se optarmos por uma interpretação que não jogue apenas nas relações binárias diretas para a formação dos conjuntos, podemos identificar a existência de três conjuntos. O primeiro, representado pelos artefatos com perfil técnico colonial dos sítios São Bento IV (SB4-col) e São Bento II (SB2-col); o segundo com a coleção cerâmica com perfil técnico colonial dos sítios Engenho Jaguaribe (EJ-col), Tamanduá (TAM-col), São Bento III (SB3-col), Alto dos Macacos I (AM1-col), Alto dos

Macacos II (AM2-col), Alto dos Macacos III (AM3-col), Alto dos Macacos IV (AM4-col) e São Bento (SB-col); e por fim, o último conjunto é formado pelo material com perfil técnico indígena encontrado nos sítios São Bento III (SB3-ind), Tamanduá (TAM-ind), São Bento II (SB2-ind), Alto dos Macacos I (AM1-ind), Alto dos Macacos II (AM2-ind), Alto dos Macacos III (AM3-ind) e Alto dos Macacos IV (AM4-ind), que se conectam de modo secundário (representando, portanto, menor similaridade) com o São Bento IV (SB4-ind) e São Bento (SB-ind).

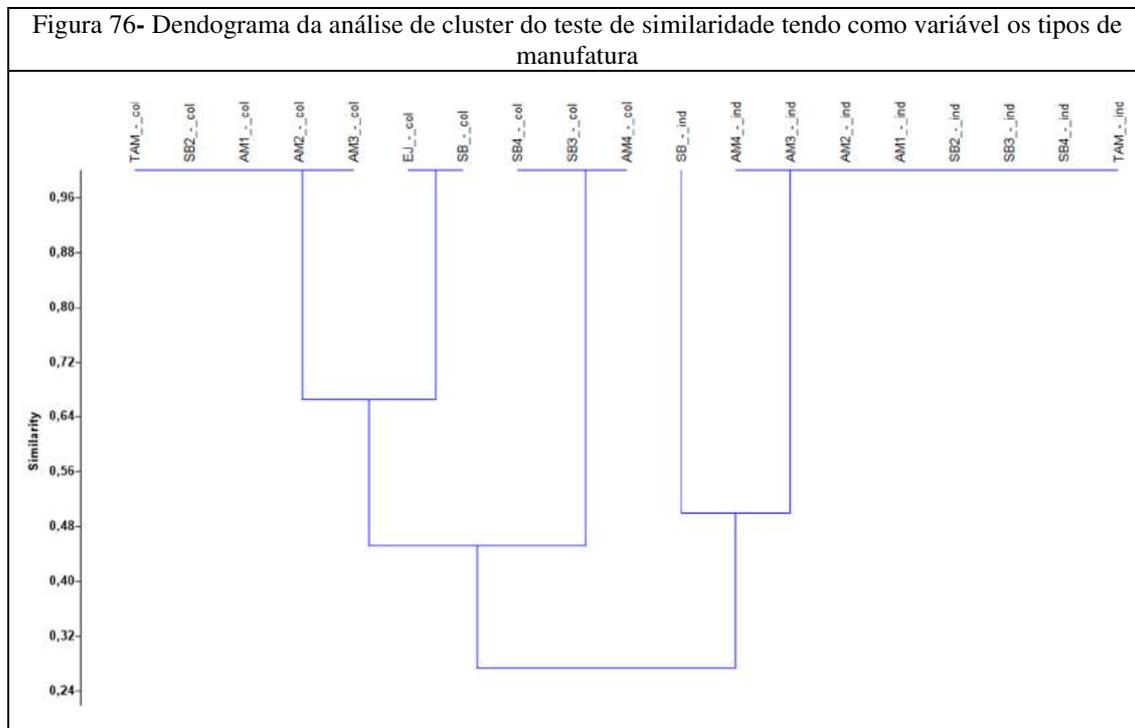


Portanto, os testes estatísticos sugerem que, nos diferentes sítios, os artefatos classificados como pertencentes ao mesmo perfil técnico tendem a ter maior similaridade no modo de preparação da pasta e controle da plasticidade. Em decorrência disto, há uma nítida separação entre a coleção com perfil técnico indígena e o acervo com perfil técnico colonial. Algo que fica mais evidente quando observamos que o uso do bolo de argila e caco moído como antiplástico (pasta 2 e pasta 4) foi identificado exclusivamente em artefatos produzidos em consonância com o perfil técnico indígena.

Um cenário parecido é desvelado pelos resultados dos testes de similaridade que usam os tipos de manufatura como variável principal (Apêndice D). De modo geral, observa-se que os acervos mais semelhantes entre si são aqueles que reúnem artefatos classificados como pertencentes ao mesmo perfil técnico. Assim, novamente, há uma

tendência de as coleções serem agrupadas em decorrência do compartilhamento de escolhas técnicas, e não por terem sido localizadas em um mesmo local.

Neste mister, a análise de *cluster* aponta a existência de dois grandes agrupamentos que, como pode ser visto na figura 76, se subdivide em quatro agrupamentos secundários. O primeiro grande grupo é formado pelas coleções associadas ao perfil técnico colonial, e se subdivide em três outros grupos: o primeiro reúne os artefatos com perfil técnico colonial dos sítios Tamanduá (TAM-col), São Bento II (SB2-col), Alto dos Macacos I (AM1-col), Alto dos Macacos II (AM2-col) e Alto dos Macacos III (AM3-col); o segundo é formado pela coleção cerâmica com perfil técnico colonial dos sítios Engenho Jaguaribe (EJ-col) e São Bento (SB-col); e o terceiro agrupa o material com perfil técnico colonial dos sítios São Bento IV (SB4-col), São Bento III (SB3-col) e Alto dos Macacos IV (AM4-col). Por fim, o outro grande grupo é formado somente pelo material com perfil técnico indígena encontrado nos sítios Alto dos Macacos IV (AM4-ind), Alto dos Macacos III (AM3-ind), Alto dos Macacos II (AM2-ind), Alto dos Macacos I (AM1-ind), São Bento II (SB2-ind), São Bento III (SB3-ind), São Bento IV (SB4-ind) e Tamanduá (TAM-ind), que se conectam de modo secundário com o sítio São Bento²¹⁴ (SB-ind).



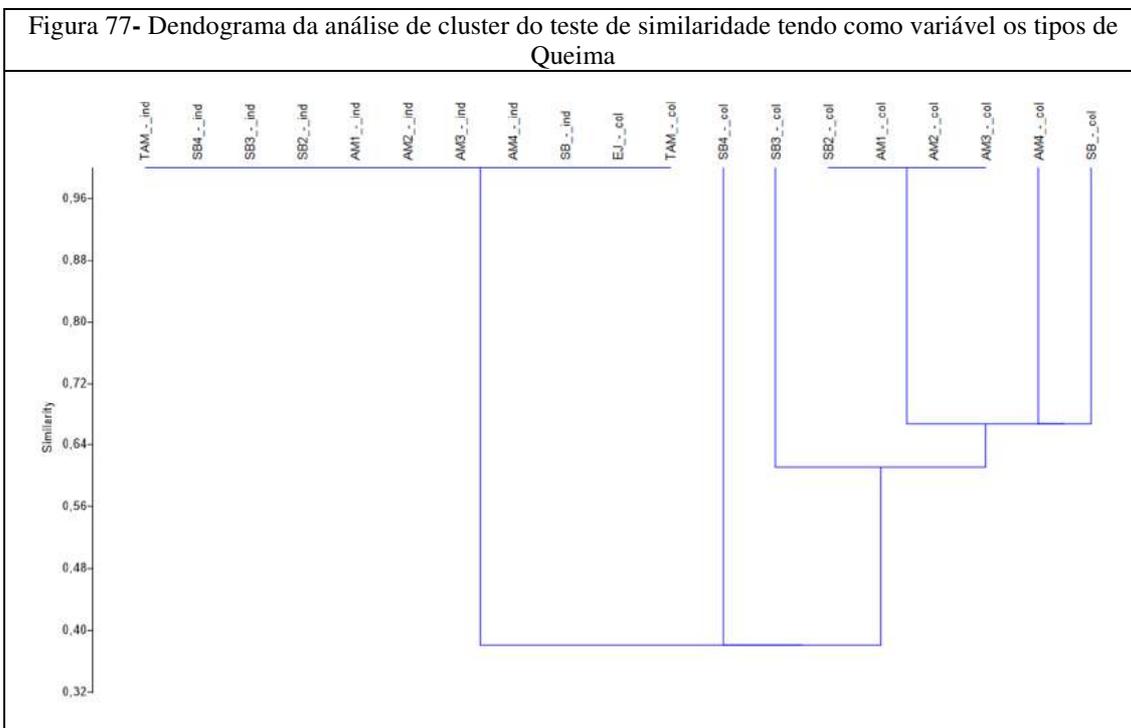
²¹⁴ A provável explicação para essa conexão secundária do São Bento (Sb-ind), é que este foi o único sítio cuja coleção associada ao perfil técnico indígena não possuía nenhum artefato modelado.

Portanto, quando consideramos as técnicas de manufatura, o tratamento estatístico dos dados sugere uma nítida separação (representada pelos baixos índices de similaridade) entre o acervo cerâmico dos sítios da Sesmaria Jaguaribe, indicando a existência de dois perfis técnicos distintos. De modo geral, essa proposição ganha maior credibilidade quando recordamos que o emprego do torneado foi identificado exclusivamente em artefatos associados ao perfil técnico colonial. Por outro lado, a divisão das coleções com perfil colonial em três subgrupos pode ser compreendida pois, apesar de todas possuírem artefatos torneados, apenas no acervo dos sítios Engenho Jaguaribe (EJ-col) e São Bento (SB-col) foram encontrados artefatos acordelados associados ao com perfil colonial. Do mesmo modo que, somente entre o material com perfil técnico colonial dos sítios São Bento IV (SB4-col), São Bento III (SB3-col) e Alto dos Macacos IV (AM4-col) não foi identificado o uso da manufatura modelada. Todavia, mesmo esta variabilidade não foi suficiente, do ponto de vista estatístico, para fomentar a conexão entre coleções com perfis técnicos distintos.

Certa variabilidade também foi observada na análise das demais variáveis analisadas (queima, acabamento de superfície e morfologia), entretanto, o que mais chama atenção nos resultados que apresentaremos a seguir é a correlação, ainda que minoritária, entre acervos com perfis técnicos distintos. Ou seja, apesar da separação entre os acervos com perfis técnicos ainda ser evidente, existem alguns casos em que os agrupamentos contam com a presença de coleções com perfis técnicos diferentes.

Esta situação foi verificada na análise de cluster tendo como variável os tipos de queima (Apêndice E). Como representado pela figura 77, podemos observar a formação de dois grandes conjuntos e um *outlier*. E é justamente no primeiro conjunto que podemos notar a correlação entre acervos com perfis técnicos diferentes, visto que o mesmo é formado por todas as coleções com material associado ao perfil técnico indígena (TAM-ind, SB4-ind, SB3-ind, SB2-ind, AM1-ind, AM2-ind, AM3-ind, AM4-ind e SB-ind) mais o acervo com perfil colonial dos sítios Engenho Jaguaribe (EJ-col) e Tamanduá (TAM-col). Por sua vez, o outro agrupamento é constituído apenas por coleções associadas ao perfil técnico colonial, podendo ser dividido em dois subconjuntos: um formado pelos artefatos dos sítios São Bento II (SB2-col), Alto dos Macacos I (AM1-col), Alto dos Macacos II (AM2-col) e Alto dos Macacos III (AM3-col); e o outro formado pelos sítios Alto dos Macacos IV (AM4-col) e São Bento (SB-col). Estando ambos os subconjuntos ligados secundariamente ao sítio São Bento III (SB3-col). A pequena representatividade

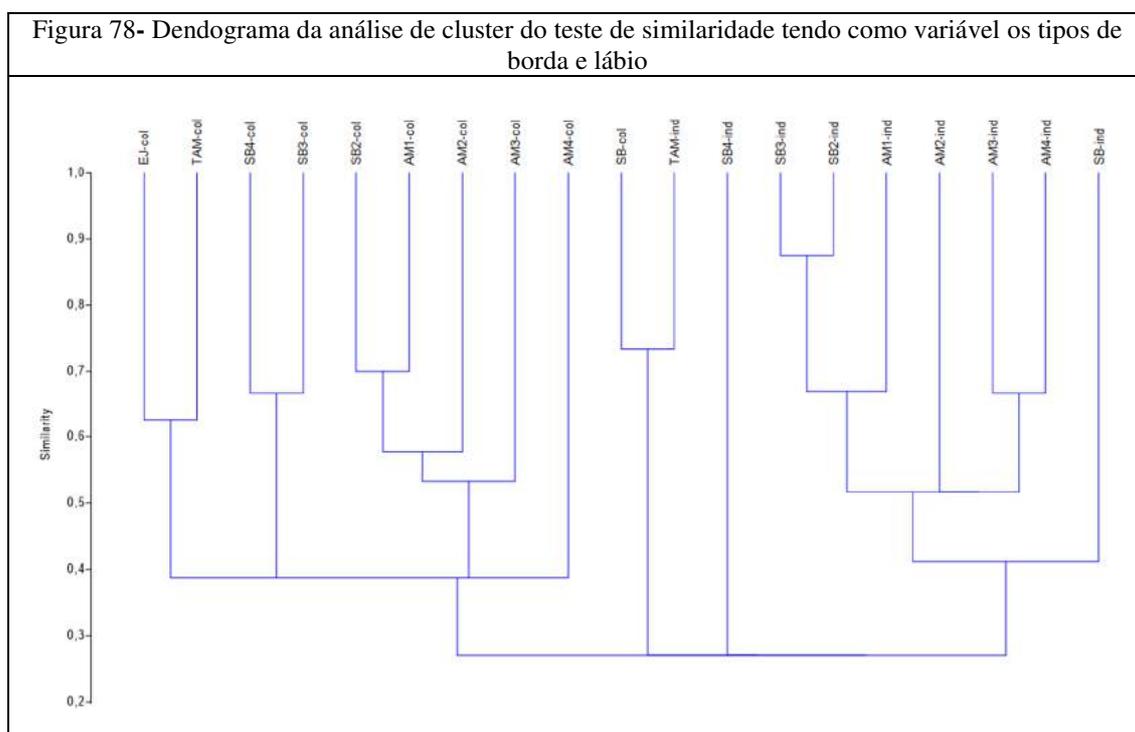
da amostra de artefatos com perfil técnico colonial no sítio São Bento IV (SB4-col) pode ter levado o mesmo a ser considerado um *outlier*.



De modo geral, acreditamos que esse resultado por si só não refuta a existência de dois perfis técnicos distintos. É notória a tendência geral das coleções com o mesmo perfil técnico comporem o mesmo agrupamento. Ou seja, nos sítios da Sesmária Jaguaribe há maior similaridade das técnicas e dos ambientes de queimas entre artefatos associados ao mesmo perfil técnico. Por sua vez, a associação observada entre as coleções com perfil técnico colonial dos sítios Engenho Jaguaribe (EJ-col) e Tamanduá (TAM-col) com o material indígena dos demais sítios, mais do que demonstrar uma alteração nas técnicas de queima da cerâmica colonial revelam a diversidade dos tipos de queima encontrados nestes sítios. Assim, essa associação com o material indígena pode ter sido causada, pois essas duas coleções (EJ-col e TAM-col) apresentam um percentual um pouco maior de queima incompleta (queima 3) do que aquela que foi verificada nos artefatos associados ao perfil técnico colonial dos demais sítios. Entretanto, vale destacar que quando abordamos apenas o número total de fragmentos, o acervo com perfil técnico colonial dos sítios Engenho Jaguaribe (EJ-col) e Tamanduá (TAM-col), assim com as demais coleções com esse mesmo perfil, é composto majoritariamente por exemplares com queima completa (queima 1 e queima 2).

A diversidade morfológica, representada pelos tipos de borda e lábio, foi outra variável considerada para aferir os índices de similaridade entre as coleções com perfil técnico indígena e perfil técnico colonial. A escolha desta variável visa complementar, ou ampliar, os dados sobre as características morfológicas dos vasilhames, uma vez que o número de reconstituições foi reduzido. Assim, apesar de não podermos estabelecer o contorno geométrico ou capacidade volumétrica dos vasilhames, o tratamento estatístico dos dados nos permitem perceber outros elementos associados a forma final dos objetos cerâmicos. E, deste modo, identificar se os vasilhames produzidos a partir do perfil técnico indígena apresentam escolhas de *design* similares aos objetos com perfil técnico colonial.

De modo geral, os resultados indicam certa variabilidade entre as coleções analisadas. Todavia, prevalece a tendência geral de acervos com o mesmo perfil técnico serem mais similares entre si (Apêndice F); assim, a análise de *cluster* revela que a maioria dos agrupamentos identificados é constituída por coleções com o mesmo perfil técnico (Fig. 78).



De modo geral, além da presença de um caso outlier (Sb4-ind), as demais amostras podem ser reunidas em três grandes grupos. O primeiro é formado apenas por coleções com perfil técnico colonial, e pode ser dividida nos seguintes subconjuntos: EJ-col e

TAM-col; SB3-col e SB4-col; e SB2-col e AM1-col, que se associam secundariamente a AM3-col e AM4-col. O segundo grupo é formado pelo material com perfil técnico colonial do sítio São Bento (SB-col) e a coleção com perfil técnico indígena do sítio Tamanduá (TAM-ind). Por fim, o último grupo conta somente com representantes do perfil técnico indígena, e se subdivide em dois conjuntos: SB3-ind e SB2-ind, vinculados secundariamente à AM1-ind; AM3-ind e AM4-ind; ambos subconjuntos estão associados de modo secundário, e, portanto, tem menor similaridade com AM2-ind e SB-ind.

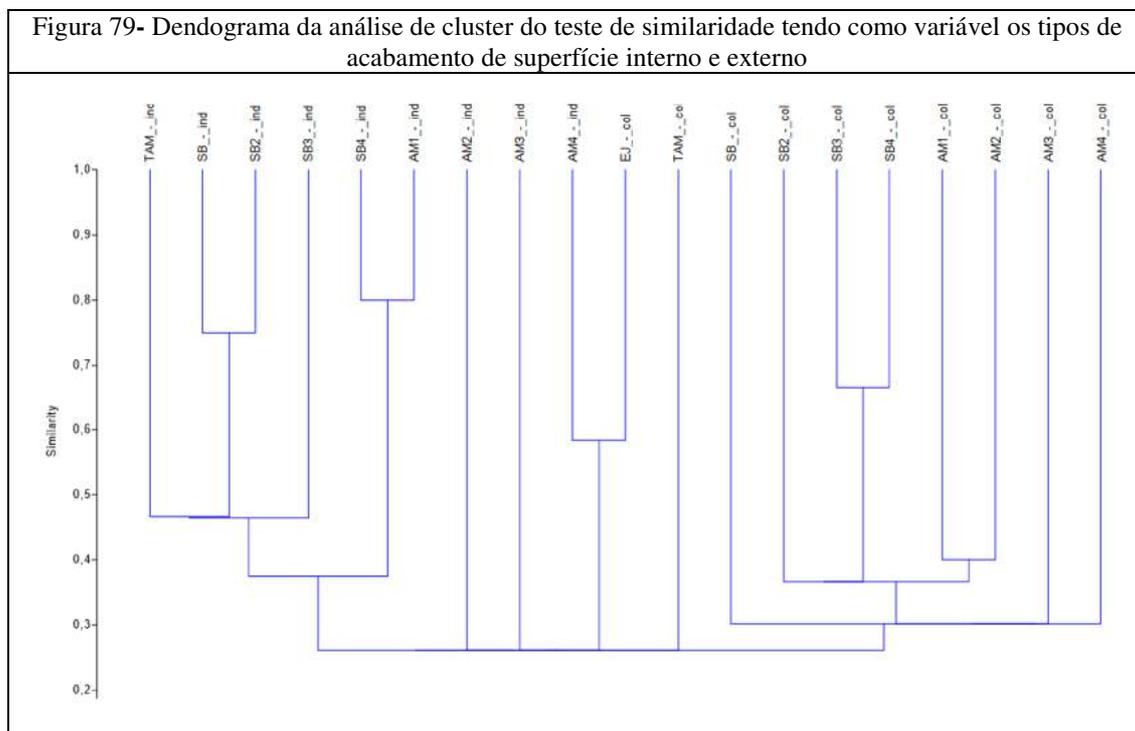
Portanto, é possível perceber que a maior parte dos conjuntos (e subconjuntos) é formada por coleções que compartilham o mesmo perfil técnico. Assim, apesar de alguns tipos de borda e lábio serem empregados num mesmo sítio tanto na cerâmica colonial quanto na cerâmica indígena²¹⁵, o tratamento estatístico dos dados indicam que os mesmos não são usados de modo similar em ambos os perfis técnicos. Por sua vez, coleções de diferentes sítios classificadas como pertencentes a um mesmo perfil técnico apresentam maior similaridade na frequência e emprego dos tipos de borda e lábio. A única exceção revelada foi a associação entre o material com perfil técnico colonial do sítio São Bento (SB-col) e a coleção com perfil técnico indígena do sítio Tamanduá (TAM-ind). Entretanto, consideramos que esse caso não indique a inviabilidade dos argumentos anteriormente apresentados, mas apenas demonstre a variabilidade interna entre as amostras, cujas causas precisam ser melhor explicadas.

Por fim, a última variável analisada foram os tipos de acabamento interno e externo de superfície. Inicialmente é preciso destacar que, apesar do alisado ser a técnica mais popular (tanto no acabamento interno quanto externo), na maioria dos sítios, foi verificada uma grande diversidade de tipos de acabamento associada a ambos os perfis técnicos. Assim, apesar de alguns tipos serem comuns a vários sítios e a distintos perfis técnicos (Ex: banho vermelho superfície interna: TAM-ind, SB3-ind, AM4-ind, EJ-col, SB-col, AM3-col), outros parecem estar associados exclusivamente a um único perfil, sendo encontrados em poucos sítios (Ex: pintura policrômica: TAM-ind, SB3-ind, AM2-ind, e pedrada: TAM-col).

Esta situação se reflete nos resultados dos testes estatísticos, onde podemos observar que os índices de similaridade tendem a ser um pouco mais baixo que o verificado nas variáveis anteriores (Apêndice G), e o número de amostras que não formam conjuntos (*outlier*) é maior (AM2-ind, AM3-ind e SB-col). Todavia, a separação entre as

²¹⁵ Ex: bordas direta e reforçada externamente, lábios plano e arredondado.

amostras com perfis técnicos diferentes continua sendo a tônica das análises de cluster (Fig. 79).



De modo geral, podemos observar a formação de cinco agrupamentos, o primeiro contém apenas as coleções associadas ao perfil técnico indígena dos sítios São Bento (SB-ind) e São Bento II (SB2-ind), que se conectam de maneira secundária (menor similaridade) aos sítios Tamanduá (TAM-ind) e São Bento III (SB3-ind). O segundo conjunto é formado pelos materiais com perfil técnico indígena dos sítios São Bento IV (SB4-ind) e Alto dos Macacos I (AM1-ind). O terceiro agrupamento congrega o acervo com perfil colonial dos sítios Engenho Jaguaribe (EJ-col) e a coleção com perfil técnico indígena do sítio Alto dos Macacos IV (AM4-ind). Já os últimos conjuntos reúnem apenas coleções com perfil técnico colonial, sendo o quarto agrupamento constituído pelos sítios São Bento III (SB3-col) e São Bento IV (SB4-col); e o quinto pelos sítios Alto dos Macacos I (AM1-col) e Alto dos Macacos II (AM2-col). Estes dois últimos conjuntos estão ligados secundariamente aos sítios São Bento II (SB2-col), Alto dos Macacos III (AM3-col) e Alto dos Macacos IV (AM4-col).

Como dito anteriormente, chama atenção o elevado número de conjuntos e a baixa similaridade entre algumas coleções. Entretanto, não acreditamos que esse cenário revele a existência de outros perfis técnicos diferentes daqueles identificados durante a análise

tecnopológica (perfil indígena e perfil colonial). O que esses resultados indicam é a variabilidade interna do perfil técnico indígena e do perfil técnico colonial. Apontando que dentro de um mesmo *modus operandi* pode haver diferenças, algo recorrente nos processos de transmissão, aprendizado e reprodução das técnicas.

Todavia, permanece a dúvida se, principalmente na cerâmica indígena, os acabamentos de superfície funcionaram como marcadores étnicos ou símbolos de uma identidade grupal. Apesar de relevantes, esses questionamentos extrapolam os limites da presente pesquisa, e, além disso, as informações levantadas até o momento não nos possibilitam abordar de maneira adequada esse problema. Entretanto, é possível afirmar, como indicam os testes estatísticos, que quando comparamos as técnicas de acabamento de superfície, as coleções com cerâmica indígena são mais similares entre si do que com os acervos com cerâmica colonial, e vice-versa.

Neste mister, apesar das especificidades inerentes a cada uma das variáveis analisadas, os testes estatísticos demonstram, peremptoriamente, a existência de dois perfis técnicos distintos. Cabe ressaltar que, os resultados dos testes de similaridade e das análises de cluster são relevantes não por revelarem a existência de dois perfis técnicos (algo que pode ser facilmente realizado com a simples observação dos artefatos na bancada do laboratório), mas sim por indicarem uma baixa associação entre eles.

Se dermos credibilidade a esses dados podemos sugerir que as pressões advindas da colonização da Sesmaria Jaguaribe, provavelmente, não tiveram impacto direto e imediato no modo indígena de produção da cerâmica. Do mesmo modo, a fabricação dos objetos cerâmicos associados aos colonizadores parece não ter sido alterada, ou incorporado elementos técnicos ou morfológicos indígenas.

Assim, apesar de estarem convivendo no mesmo espaço, de ter acesso e, provavelmente, usar os objetos produzidos nos padrões dos colonizadores, os grupos que ocuparam as terras da Sesmaria Jaguaribe durante o período colonial continuaram a empregar (e/ou adotar) parâmetros próprios, e distintos dos usados pelos colonizadores, para a confecção de seus vasilhames cerâmicos. Portanto, a priori, os dados sugerem que o perfil técnico cerâmico indígena, dos sítios analisados, não foi significativamente modificado em decorrência da presença do colonizador.

Estamos cientes das limitações desta proposição, especialmente porque a mesma está pautada nas características gerais da cerâmica indígena encontrada no litoral Norte de Pernambuco (apresentada no capítulo 4). Assim, como os dados cronológicos disponíveis indicam que todos os sítios da Sesmaria Jaguaribe são posteriores a 1500

A.D., fica impossível, a priori, estabelecer parâmetros para definir se e como a cerâmica indígena encontrada nesta área se modificou ao longo do tempo. Entretanto, o que podemos concluir com certa plausibilidade é que, de modo geral, a cerâmica indígena produzida e/ou utilizada na Sesmaria Jaguaribe não incorpora elementos técnicos e morfológicos similares aos que predominam na cerâmica com perfil técnico colonial encontrada nesta mesma área.

Essa conclusão não refuta a possibilidade de novos elementos²¹⁶ (especialmente aos acabamentos de superfície os tipos morfológicos) terem sido incorporados ao modo de produção indígena. Mas, sugere que, caso essa incorporação tenha ocorrido, ela não foi suficiente para criar uma homogeneidade nas técnicas de fabricação da cerâmica, nem foi responsável pelo aparecimento de um “perfil técnico híbrido”, que incorporasse simultaneamente características dos perfis técnicos indígena e colonial, e ao mesmo tempo se diferenciava de ambos.

8.2 DIVERSIDADE MORFOLÓGICA DA CERÂMICA ARQUEOLÓGICA DA SESMARIA JAGUARIBE

Existe uma coisa que uma longa existência me ensinou: toda a nossa ciência, comparada à realidade, é primitiva e inocente; e, portanto, é o que temos de mais valioso. (ALBERT EINSTEIN)

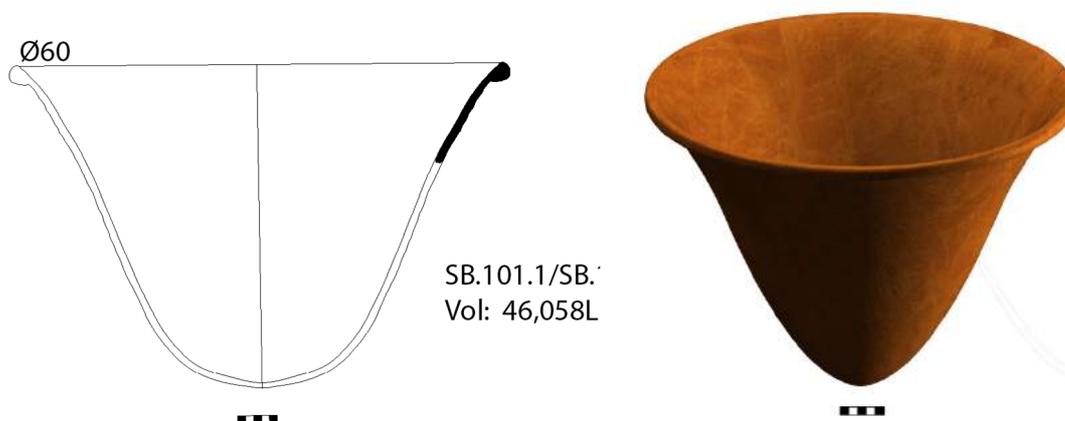
Como mencionado anteriormente, apesar da grande fragmentação da amostra, a metodologia empregada buscou viabilizar a reconstituição hipotética do maior número possível de objetos. Nosso objetivo foi desvelar a diversidade morfológica da cerâmica encontrada nos sítios analisados, todavia, estamos cientes que o número de formas obtidas não exaure o universo total de vasilhames que outrora foram produzidos e utilizados nos sítios da Sesmaria Jaguaribe²¹⁷.

²¹⁶ Por fim, é importante reconhecer que apesar de acreditarmos na credibilidade desta proposta, não fomos capazes de compreender satisfatoriamente a variabilidade interna das coleções. Além disso, problemas amostrais, e/ou nossas escolhas teóricas metodológicas que foram definidas com o intuito de atender os objetivos propostos, não nos possibilitaram desvelar a participação de oleiros escravos (africanos ou afrodescendentes) nesse processo, nem a identificação de elementos ou de um perfil técnico próprio destes sujeitos.

²¹⁷ Como já foi discutido, a análise tecnopológica dos artefatos cerâmicos revelou a presença de diversos apêndices (alças, asas, pedestais, etc) e de bojos carenados e reforçados (o que indica uma produção de formas multiflexionadas e multiangulares) que não estão representados nas reconstituições que realizamos.

Deste modo, os dados apresentados abaixo ilustram somente o número de formas auferidas a partir de reconstituições hipotéticas confiáveis, tendo sido possível identificar 28 tipos²¹⁸ com distintos contornos geométricos, capacidade volumétrica e diâmetro de boca. Como veremos a seguir:

Forma 1: Vasilhame com forma cônica aberta simples; boca circular com borda direta ou reforçada externamente; capacidade volumétrica superior a 10 litros e diâmetro de boca acima de 30 cm.

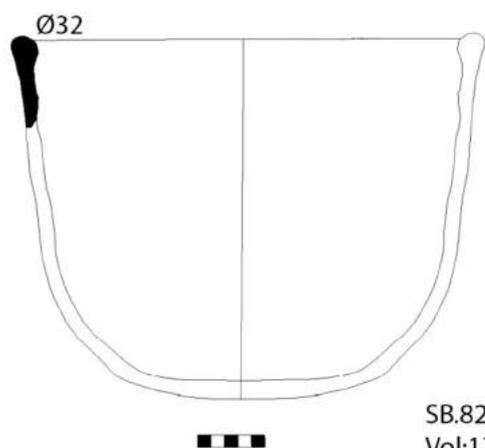


Forma 2: Vasilhame com forma cônica aberta simples ou fechada simples; boca circular com borda direta ou reforçada externamente; capacidade volumétrica entre 5 e 10 litros e diâmetro de boca entre 15 e 30 cm.



²¹⁸ E embora esses tipos sejam fruto de reconstituições hipotéticas, cabe destacar que as formas desveladas se aproximam daquelas tradicionalmente associadas pela bibliografia especializada aos grupos indígenas que habitavam a costa do Nordeste (ALBUQUERQUE, 2008; BROCHADO, 1977, 1984; BROCHADO e MONTICELLI, 1994; BROCHADO et al, 1990; LA SALVIA e BROCHADO, 1989; SCATAMACCHIA, 1981, 1991, 2004); a cerâmica portuguesa e a cerâmica do açúcar (SOUSA, 2011; MORGADO, 2011).

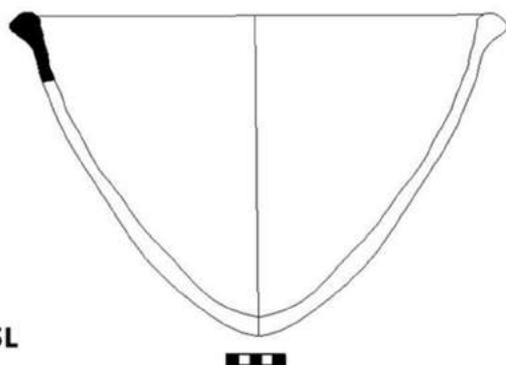
Forma 3: Vasilhame com forma cilíndrica aberta simples; boca circular com borda direta, reforçada internamente e reforçada externamente; capacidade volumétrica superior a 10 litro e diâmetro de boca acima de 15 cm.



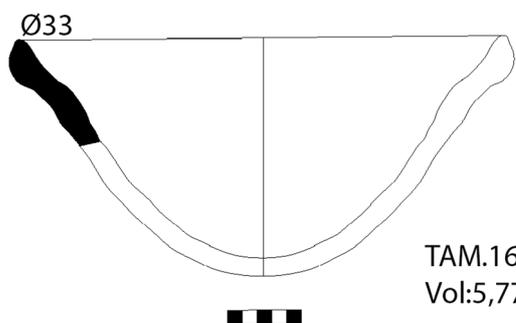
SB.823.5
Vol:17,062L



Forma 4: Vasilhame com forma cônica aberta simples; boca circular com borda direta e reforçada externamente; capacidade volumétrica superior a 5 litros e diâmetro de boca superior a 15 cm.



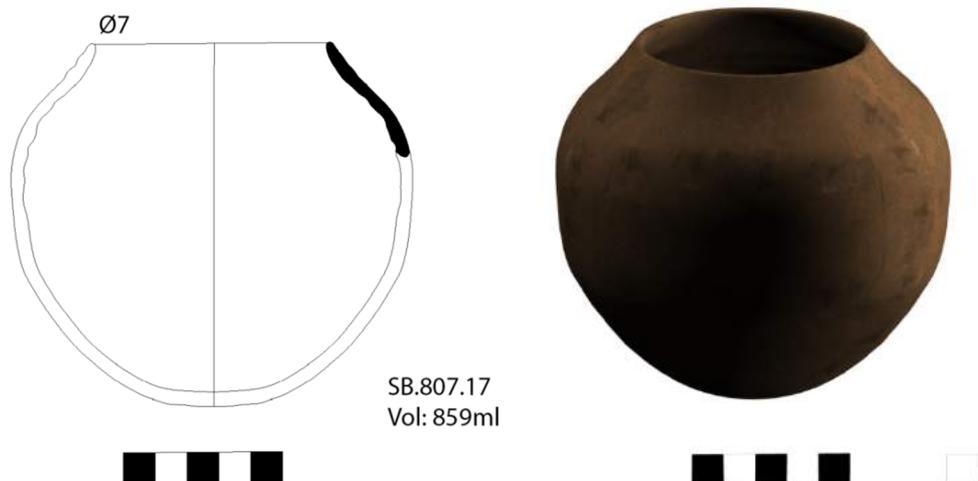
EJ.550.14
Vol: 20,15L



TAM.164
Vol:5,770L



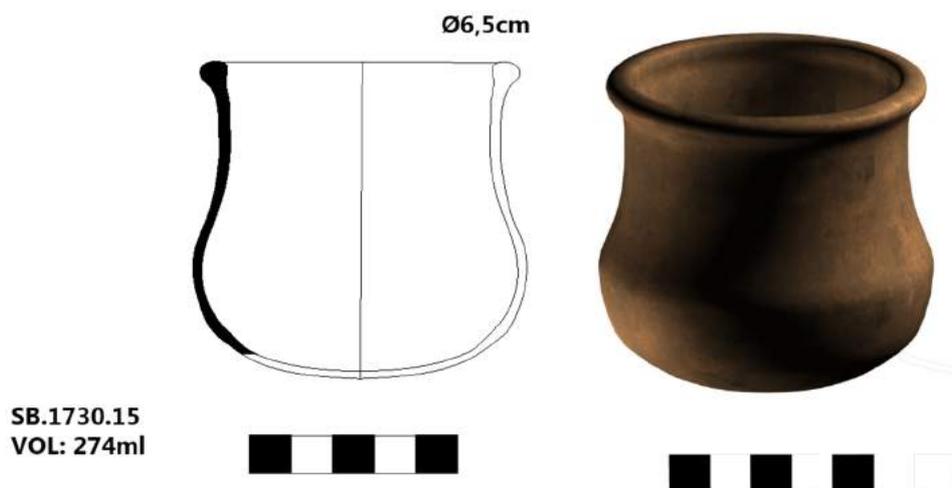
Forma 5: Vasilhame com forma esférica fechada simples; boca circular com borda direta; capacidade volumétrica igual ou menor a 900ml e diâmetro de boca inferior a 10 cm.



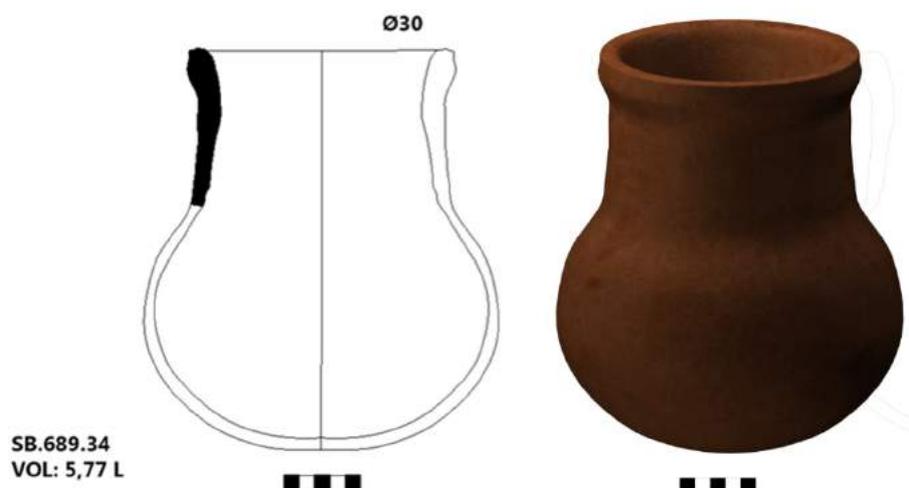
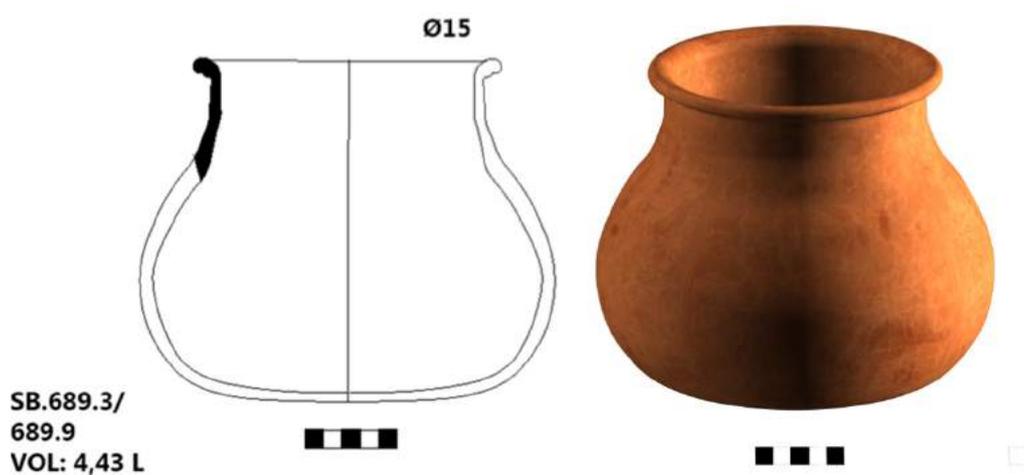
Forma 6: Vasilhame com forma elipsoide aberta simples; boca circular com borda direta; capacidade volumétrica igual ou menor que 900ml e diâmetro de boca inferior a 10 cm.



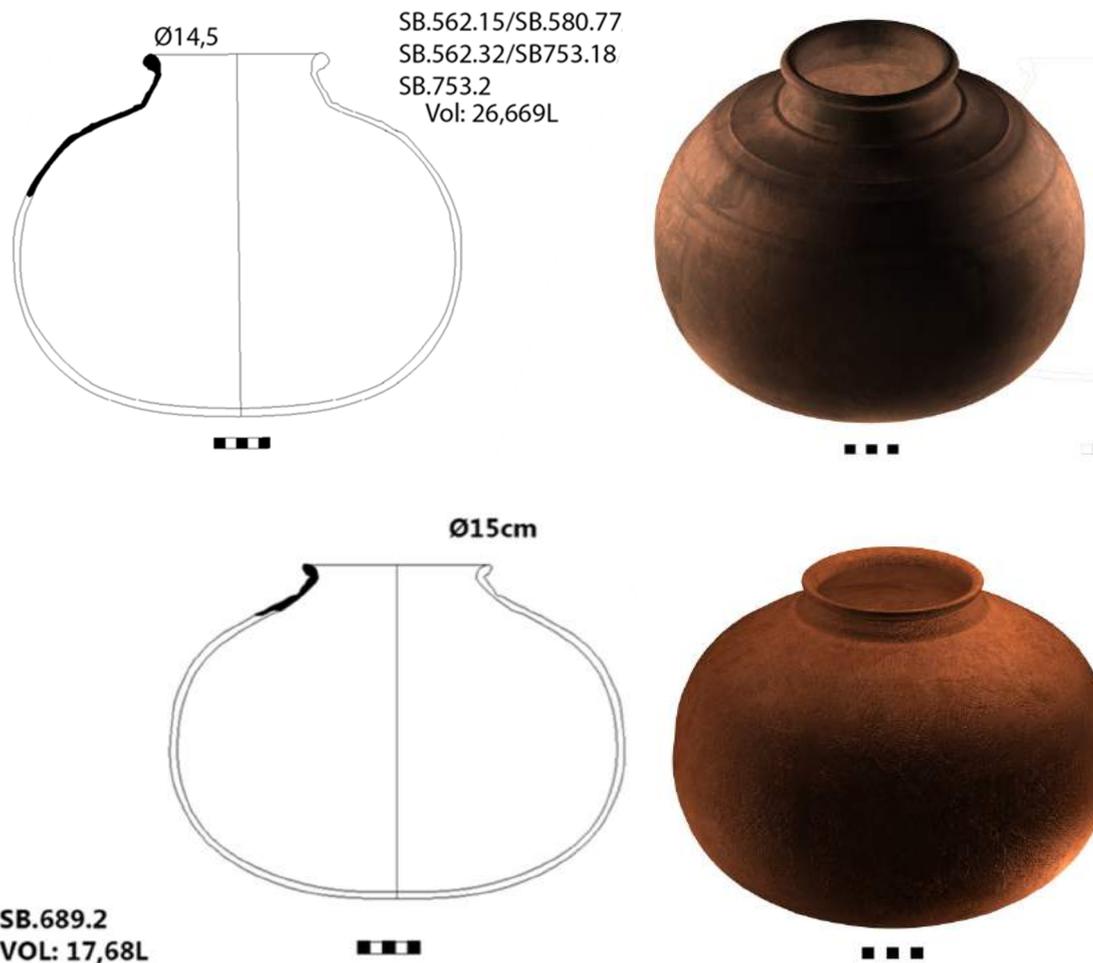
Forma 7: Vasilhame com forma hiperboloide aberta simples; boca circular com borda simples ou reforçada externamente; capacidade volumétrica igual ou menor que 900ml e diâmetro de boca inferior a 10 cm.



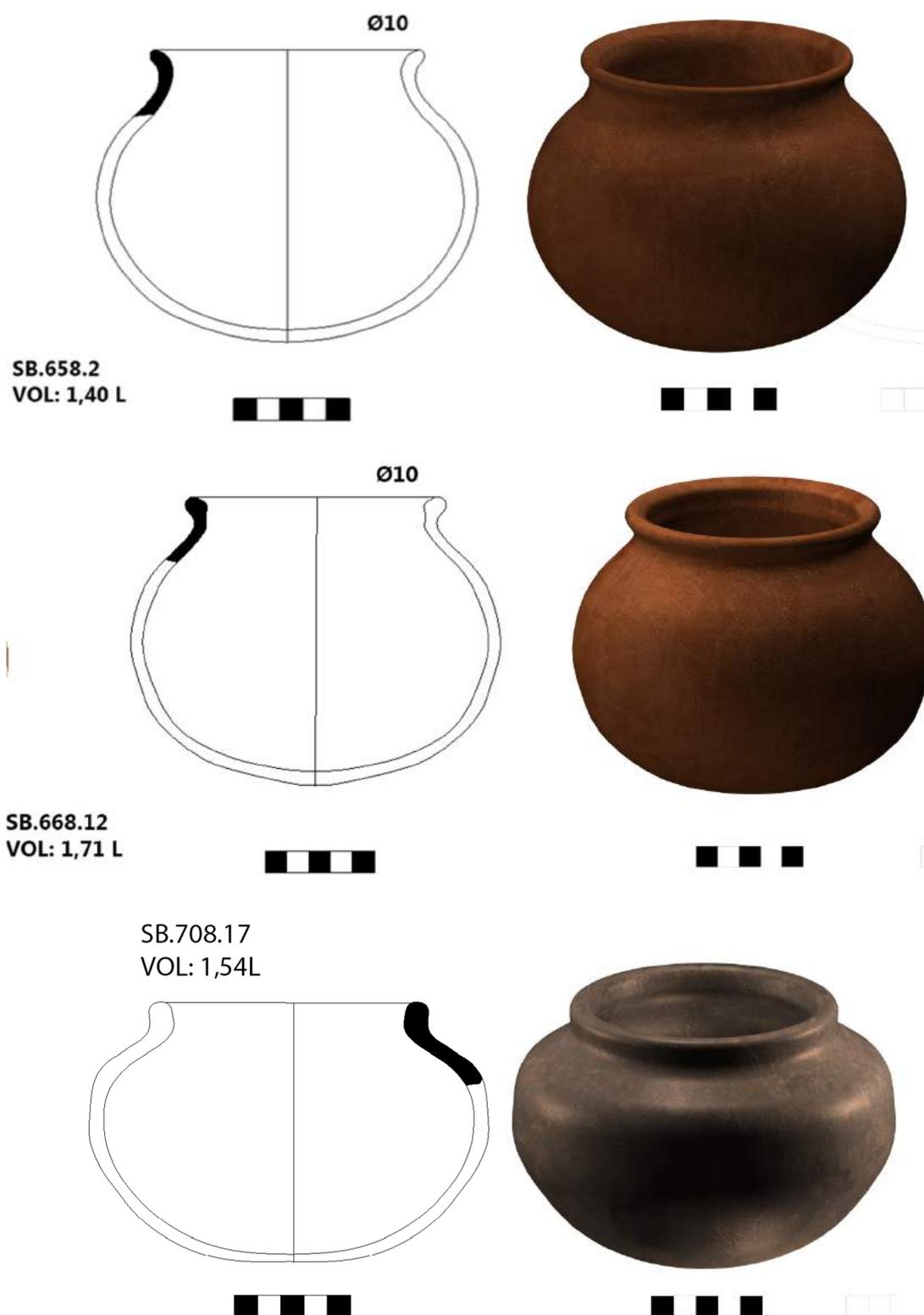
Forma 8: Vasilhame com forma hiperbolóide fechada inflexionada; boca circular com borda direta, entrovertida e reforçada externamente; capacidade volumétrica superior a 1 litro e diâmetro de boca igual ou superior a 10 cm.



Forma 9: Vasilhame com forma elipsoide horizontal fechada inflexionada; boca circular com borda entrovertida; capacidade volumétrica superior a 10 litros e diâmetro igual ou maior que 10 cm.



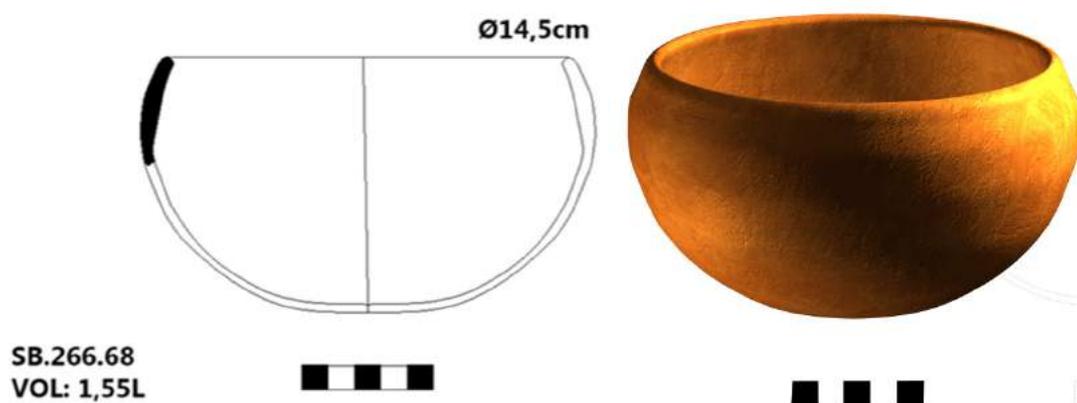
Forma 10: Vasilhame com forma esférica ou elipsoide horizontal fechada inflexionada; boca circular com borda entrovertida e reforçada internamente; capacidade volumétrica superior a 1 litro e diâmetro de boca maior ou igual a 9 cm.



Forma 11: Vasilhame com forma esférica aberta simples; boca circular com borda direta e apêndice (asa ou alça); capacidade volumétrica superior a 1 litro e diâmetro de boca acima de 10 cm.



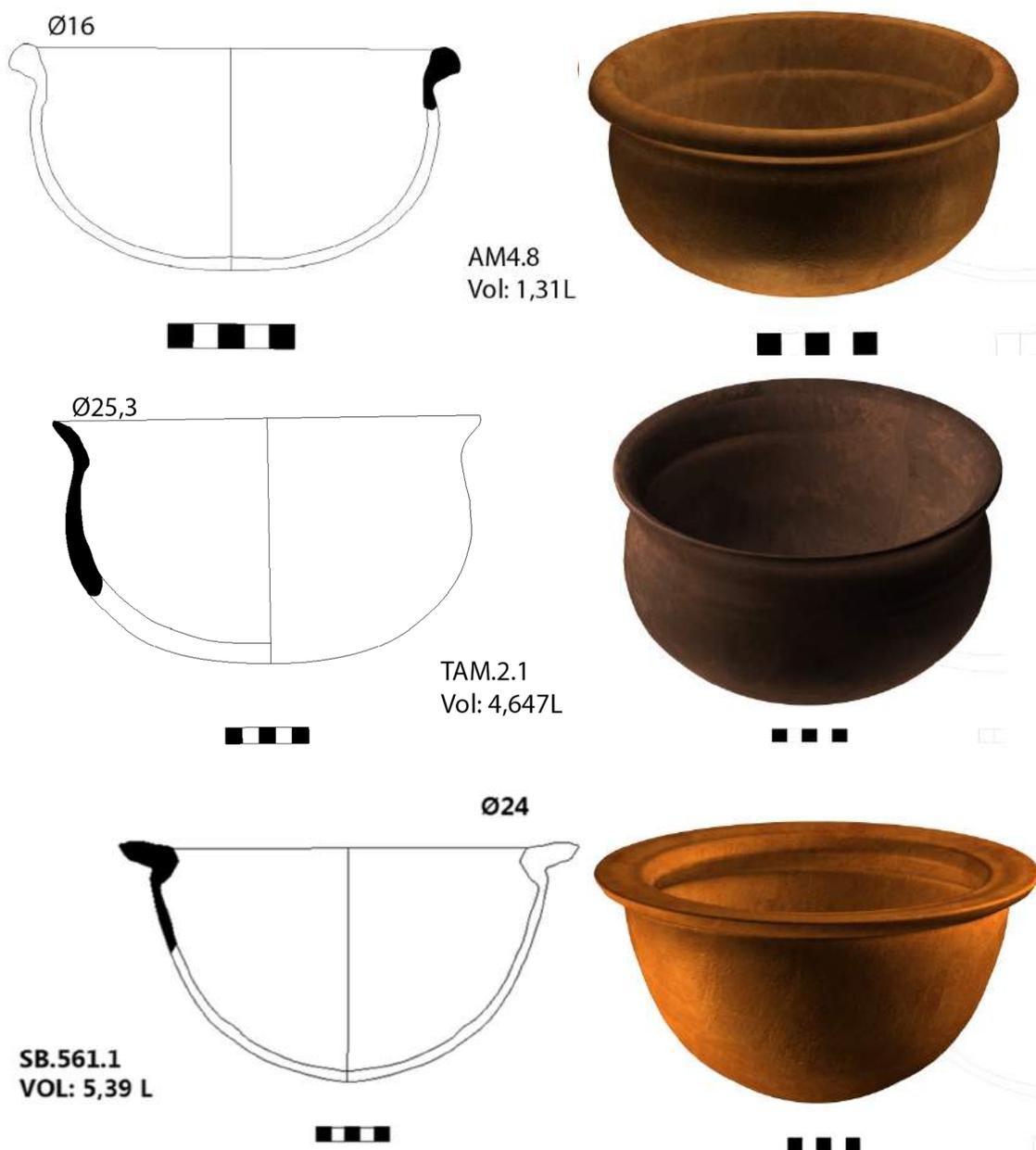
Forma 12: Vasilhame com forma esférica e/ou semi esférica fechada simples; boca circular com borda direta e reforçada externamente; capacidade volumétrica superior a 1 litro e diâmetro de boca maior ou igual a 10 cm.



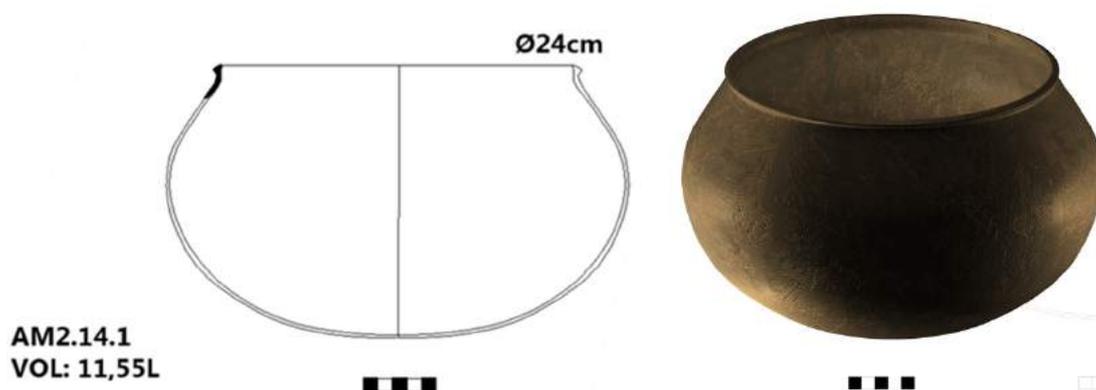
AM.44.3
VOL: 2,57L



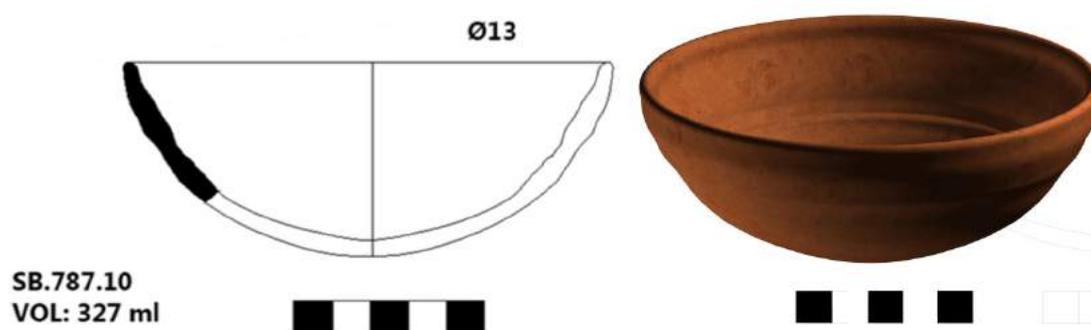
Forma 13: Vasilhame com forma esférica, cônica ou elipsoide horizontal aberta inflexionada; boca circular com borda entovetida, dobrada, reforçada externamente e reforçada internamente; capacidade volumétrica superior a 1 litro e diâmetro de boca igual ou maior que 15 cm.



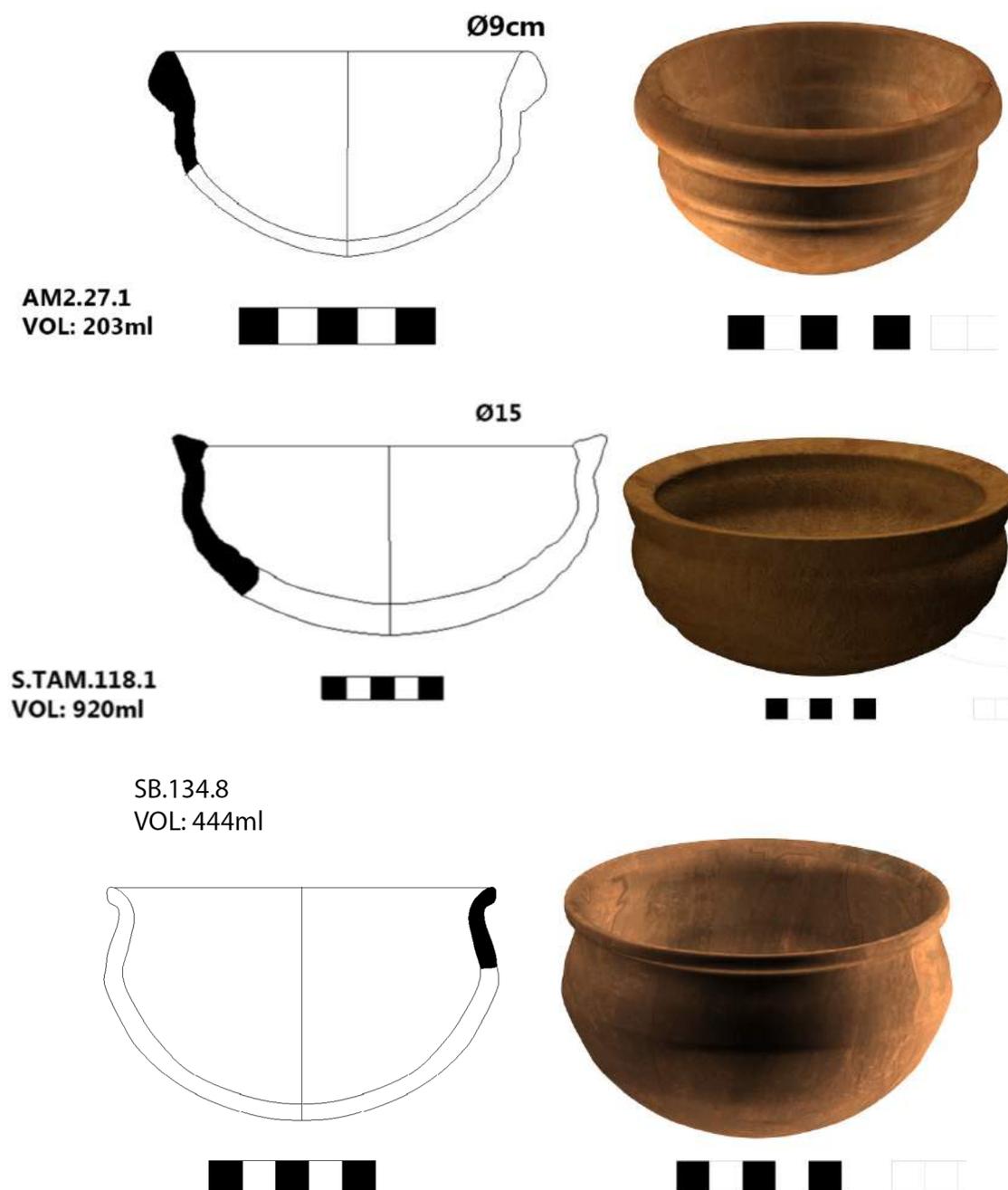
Forma 14: Vasilhame com forma elipsoide horizontal fechada simples; boca circular com borda direta, contraída e reforçada externamente; capacidade volumétrica superior a 1 litro e diâmetro de boca maior ou igual a 10 cm.



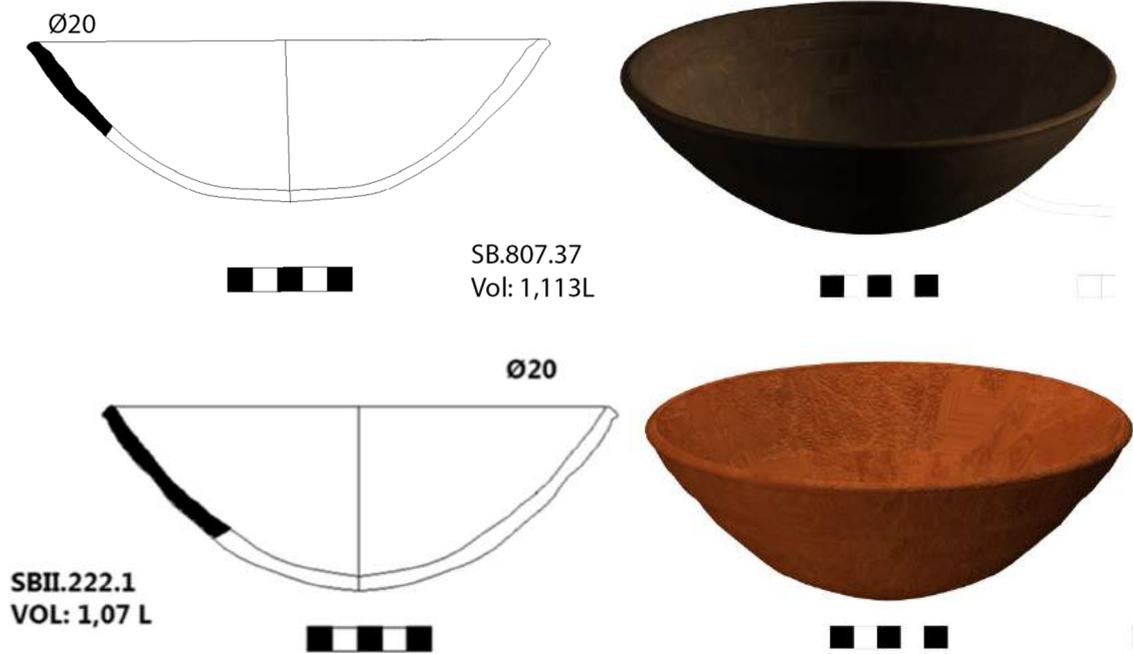
Forma 15: Vasilhame com forma semi esférica ou cônica aberta simples; boca circular com borda direta e reforçada externamente; capacidade volumétrica inferior a 1 litro e diâmetro de boca com no máximo 15 cm.



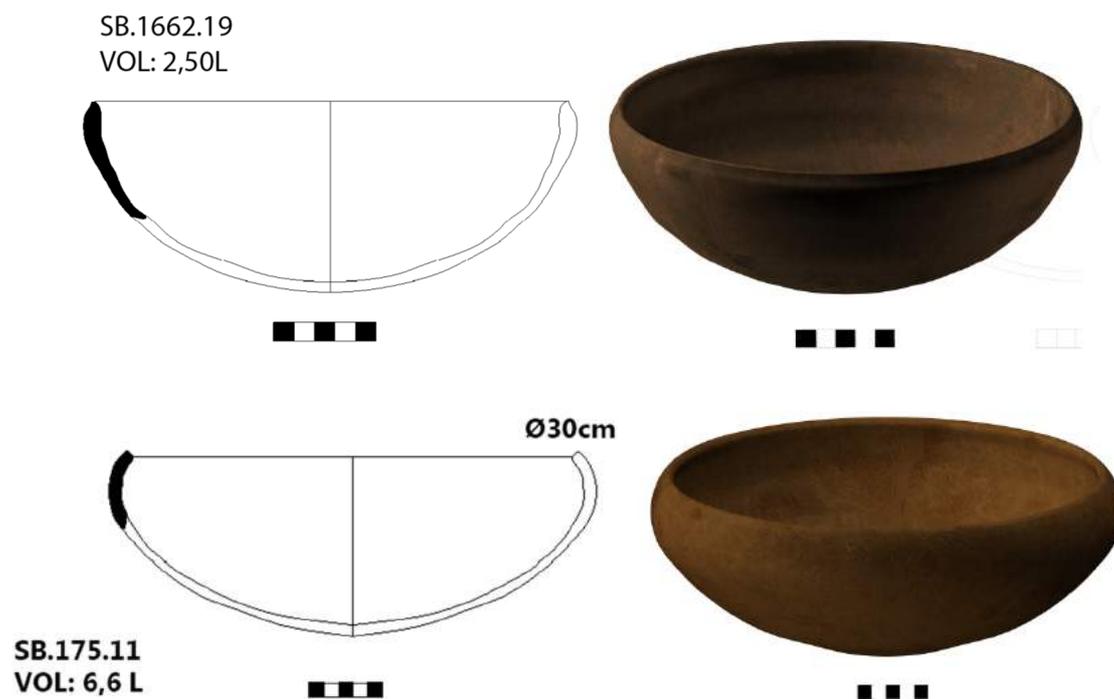
Forma 16: Vasilhame com forma semi esférica aberta inflexionada; boca circular com borda entrovertida, dobrada, e reforçada externamente; capacidade volumétrica inferior a 1 litro e diâmetro de no máximo 15 cm.



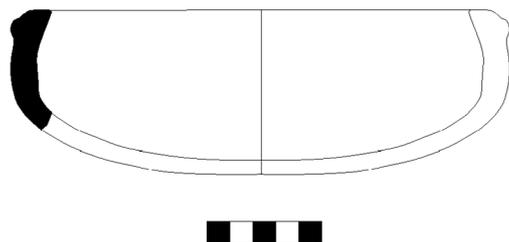
Forma 17: Vasilhame com forma semi esférica ou cônica aberta simples; boca circular com borda direta e reforçada externamente; capacidade volumétrica superior a 1 litro e diâmetro de boca acima de 15 cm.



Forma 18: Vasilhame com forma elipsoide horizontal ou esférica fechada simples; boca circular com borda direta e reforçada externamente; capacidade volumétrica superior a 1,5 litros e diâmetro de boca superior a 15 cm.

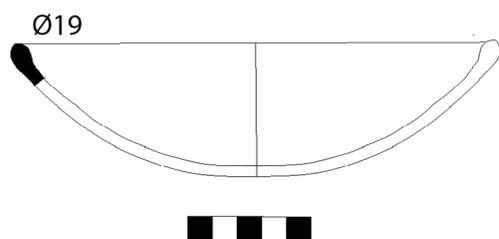
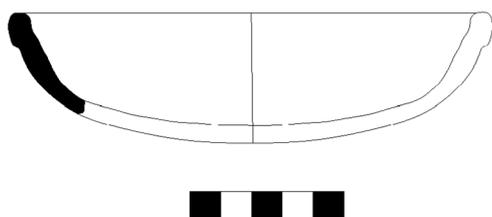


SB.384.79
VOL: 1,69L



Forma 19: Vasilhame com forma elipsoide horizontal aberta simples; boca circular com borda direta e reforçada externamente; capacidade volumétrica inferior a 2 litros e diâmetro de boca maior que 15 cm.

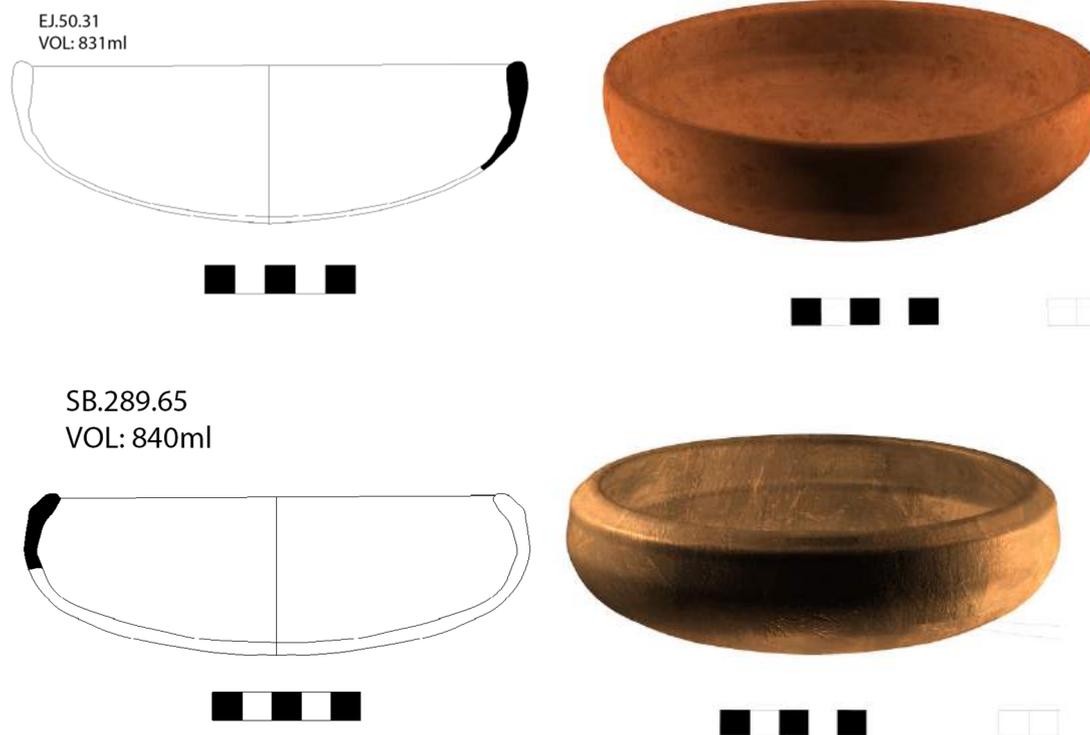
SB.130.60
VOL: 431ml



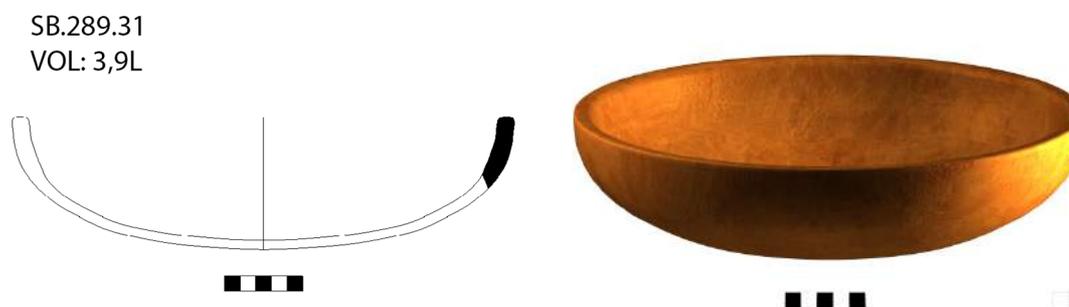
EJ.448.24
Vol: 846ml



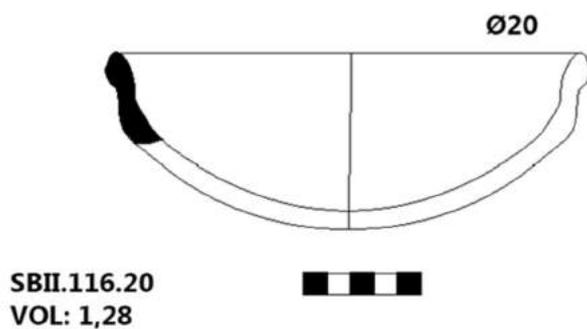
Forma 20: Vasilhame com forma elipsoide horizontal fechada simples; boca circular com borda direta e reforçada externamente; capacidade volumétrica inferior ou igual a 1,5 litros e diâmetro de boca acima de 10 cm.



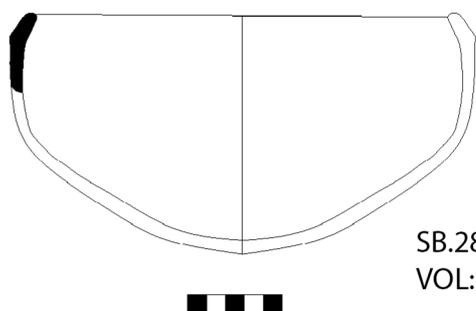
Forma 21: Vasilhame com forma elipsoide horizontal aberta simples; boca circular com borda direta e reforçada externamente; capacidade volumétrica superior a 2 litros e diâmetro de boca superior a 15 cm.



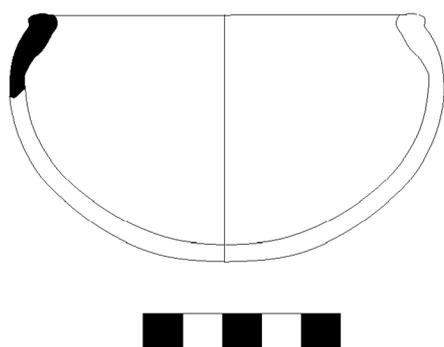
Forma 22: Vasilhame com forma semi esférica ou elipsoide horizontal fechada inflexionada; boca circular com borda entrovertida, dobrada, reforçada internamente, e reforçada externamente; capacidade volumétrica superior a 1 litro e diâmetro de boca maior que 15 cm.

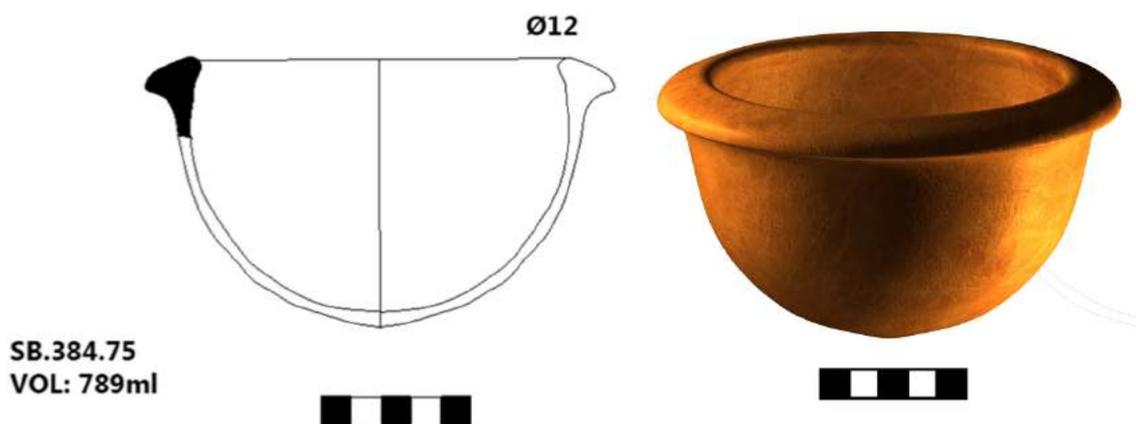


Forma 23: Vasilhame com forma esférica ou semi esférica fechada simples; boca circular com borda direta e reforçada externamente; capacidade volumétrica inferior a 1 litro e diâmetro igual ou maior que 10 cm.

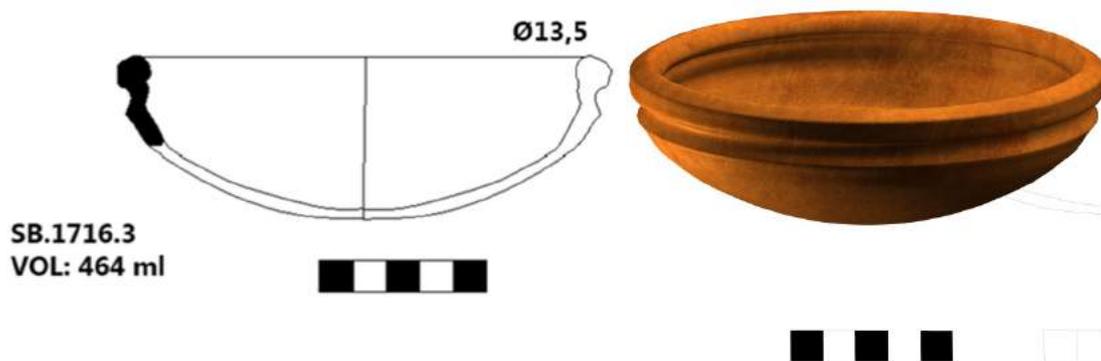


SB.375.19
VOL: 353ml

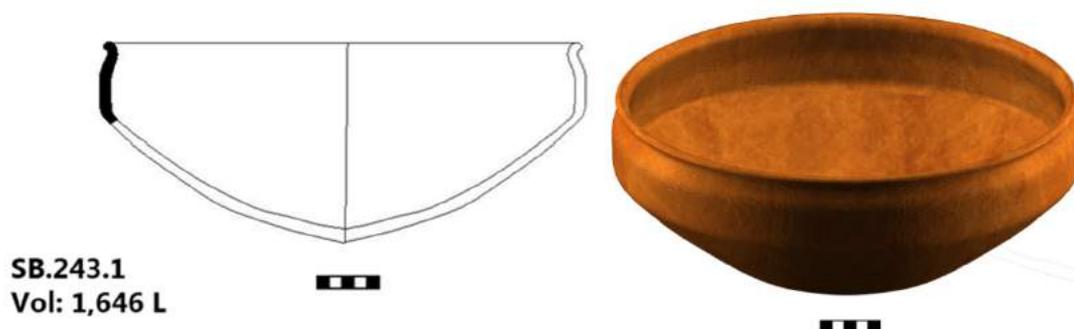




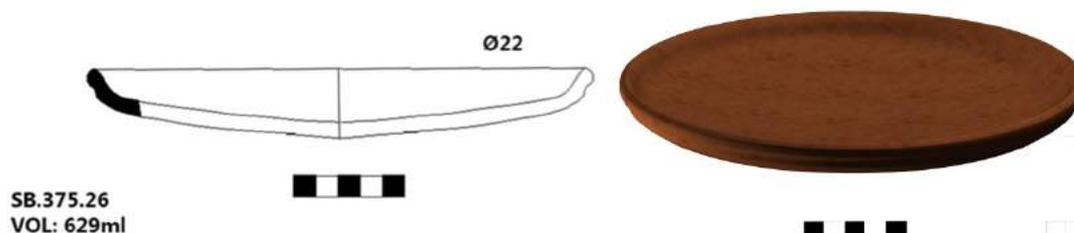
Forma 24: Vasilhame com forma esférica ou semi esférica fechada angular; boca circular com borda direta e reforçada externamente; capacidade volumétrica inferior a 1 litro e diâmetro de boca igual ou maior que 10 cm.



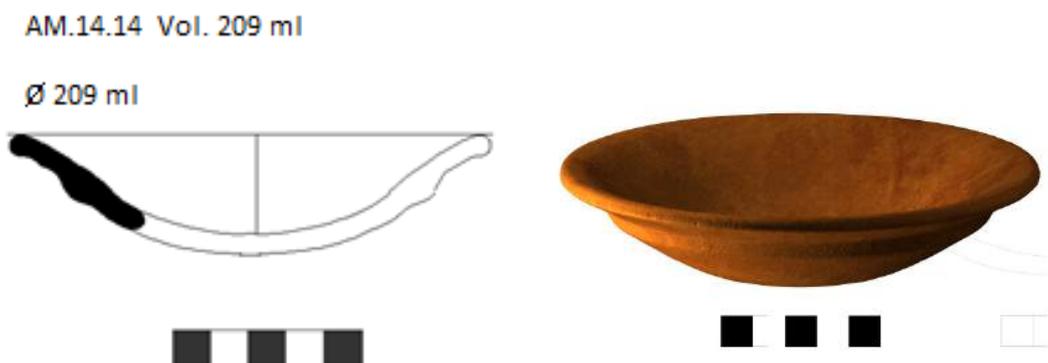
Forma 25: Vasilhame com forma esférica, cônica ou elipsoide horizontal fechada inflexionada; boca circular com borda entrovertida, dobrada, reforçada internamente, e reforçada externamente; capacidade volumétrica superior a 1 litro e diâmetro de boca acima de 15 cm.



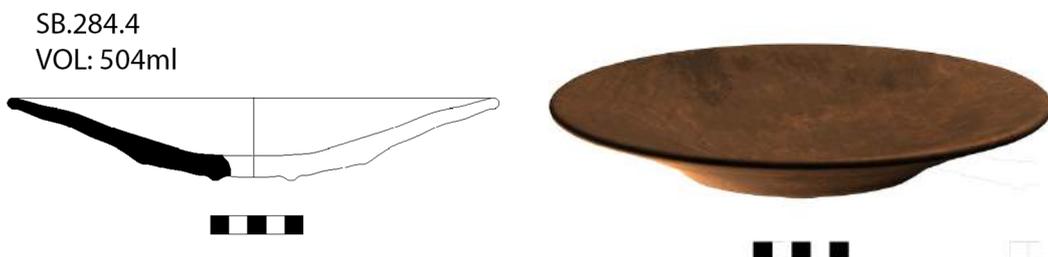
Forma 26: Vasilhame com forma elipsoide horizontal aberta simples; boca circular com borda direta e reforçada externamente; capacidade volumétrica inferior a 1 litro e diâmetro de boca maior que 10 cm.



Forma 27: Vasilhame com forma elipsoide horizontal aberta simples; boca circular com borda direta e reforçada externamente; capacidade volumétrica inferior a 1 litro e diâmetro de superior a 10 cm.



Forma 28: Vasilhame com forma cônica aberta simples; boca circular com borda direta ou reforçada externamente e base anelar; capacidade volumétrica inferior a 1 litro e diâmetro maior que 10 cm.



Estabelecidos os tipos buscamos identificar sua distribuição e recorrência nos sítios analisados, entretanto, o alto índice de fragmentação gerou um pequeno número de

objetos por sítio, e inviabilizou o processo de reconstituição hipotética nos sítios Alto dos Macacos III, São Bento III e São Bento IV.

Deste modo, entre as 43 bordas presentes na coleção do sítio Alto dos Macacos I, apenas 3 apresentaram as condições necessárias para a reconstituição hipotética dos dados morfológicos, sendo constatada certa variedade visto que foram identificados 2 tipos diferentes de formas. Assim, entre os objetos reconstituídos podemos observar a existência de vasilhames com as formas 15 e 17; havendo, portanto, exemplares de objetos aptos a função de cozinhar e servir os alimentos.

Já no sítio Alto dos Macacos II, das 177 bordas existentes apenas 6 estavam aptas ao processo de reconstituição, tendo sido identificados 6 tipos diferentes de formas. Dentre os objetos reconstituídos temos vasilhames com as formas 4, 10, 12, 14, 16 e 27; havendo, portanto, exemplares de objetos aptos a função de cozinhar e armazenar os alimentos.

No sítio Alto dos Macacos IV, das 60 bordas existentes apenas 1 mostrou-se adequada ao processo de reconstituição, tendo sido classificado como um vasilhame de forma 13, adequado à cocção de alimentos.

Quanto aos resultados do sítio Tamanduá, entre as 95 bordas existentes no acervo, apenas 8 demonstraram os parâmetros exigidos para o processo de reconstituição; sendo constatada certa recorrência visto que foram identificados 4 tipos de formas. Assim, entre os objetos reconstituídos temos 3 vasilhames com a forma 4, 2 vasilhames com a forma 13, 2 vasilhames com a forma 18, e 1 exemplar da forma 16. Portanto, temos objetos capazes de armazenar, servir e cozinhar os alimentos.

No Engenho Jaguaribe, entre as 82 bordas presentes na coleção apenas 5 apresentaram as condições necessárias para a reconstituição hipotética dos dados morfológicos, sendo constatada a presença de 4 tipos diferentes de formas. Assim, entre os objetos reconstituídos podemos observar a existência de 2 vasilhames com a forma 4, e os outros com as formas 17, 19 e 20; havendo, portanto, exemplares de objetos aptos a função de cozinhar, armazenar e servir os alimentos.

A coleção do sítio São Bento foi a que apresentou a maior quantidade de artefatos adequados ao processo de reconstituição, assim, das 776 bordas existentes 123 possibilitaram a identificação das formas. Em decorrência destas cifras, o sítio apresentou a maior diversidade de tipos morfológicos, sendo reconhecidas 25 formas diferentes. Dentre as mais recorrentes temos a forma 18, com 25 vasilhames reconstituídos; a forma 10, com 18; a forma 23, com 12; a forma 15, com 9; a forma 19, com 8; a forma 12, com

7; a forma 17, com 6; a forma 14 com 5; a forma 9, com 4; a forma 13, com 4; a forma 20, com 4; a forma 8, com 3; a forma 16, com 3; a forma 26, com 3; a forma 21, com 2; já para as formas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 11, 24, 25 e 28 foi reconstituído apenas 1 exemplar de cada tipo.

Por fim, entre as 61 bordas do sítio São Bento II, 7 demonstraram-se aptas ao processo de reconstituição, tendo sido identificados 5 tipos diferentes de formas. Assim, entre os objetos reconstituídos podemos observar a existência de 3 vasilhames com a forma 17, e os outros com as formas 10, 18, 19 e 22; havendo, portanto, exemplares de objetos aptos a função de cozinhar e servir os alimentos.

De modo geral, podemos observar que a diferença entre as amostras dificulta uma análise detalhada ou uma comparação precisa dos dados, todavia, algumas ilações são factíveis. Inicialmente, vale a pena destacar que apenas as formas 4, 22 e 27 não foram encontradas no sítio São Bento; o que sugere uma grande diversidade morfológica. Este cenário talvez pudesse ser recorrente também nos demais sítios, entretanto, a grande fragmentação da amostra limita uma delimitação mais acurada da real diversidade morfológica destes sítios. Assim, apesar de algumas formas terem sido encontradas exclusivamente no sítio São Bento, acreditamos que algumas delas também estivessem presentes em outros sítios.

Neste sentido, podemos observar que a forma 17 foi encontrada não só no sítio São Bento, mas também nos sítios Alto dos Macacos I, Engenho Jaguaribe e São Bento II. Do mesmo modo, a forma 10 foi identificada nos sítios São Bento, São Bento II e Alto dos Macacos II; a forma 13 está presente nos sítios São Bento, Alto dos Macacos IV e Tamanduá; a forma 18 aparece nos sítios São Bento, São Bento II e Tamanduá; a forma 16 que foi achada nos sítios São Bento, Tamanduá e Alto dos Macacos II; e por fim, a forma 19 está presente nos sítios São Bento, São Bento II e Engenho Jaguaribe.

Ou seja, é possível perceber que na maioria dos sítios da Sesmaria Jaguaribe há a recorrência de vasilhames com formas “gerais”, facilmente encontrados em outras áreas e em distintos períodos cronológicos. Isto porque, as características morfológicas destes vasilhames se adequam a cumprir funções muito similares (e universais), quais sejam, armazenar, servir e cozinhar os alimentos.

Todavia, também é possível observar que apesar de voltados para essas funções gerais, alguns objetos possuem características muito particulares. Como é o caso das formas 5, 6 e 7, provavelmente utilizadas para servir líquidos, que remetem aos púcaros e pucarinhos portugueses; ou da forma 28, utilizado para servir os alimentos, um típico

prato de base anelar, que é trazido para o Brasil com o advento da colonização, sendo comum nas mesas do país até os dias atuais.

Além disso, é factível reconhecer que algumas das formas reconstituídas adequam-se à categoria da “cerâmica do açúcar”; este provavelmente seria o caso das formas 1 e 2, muito semelhantes aos sinos e pães de açúcar²¹⁹. É interessante observar que esse tipo de artefato (“cerâmica do açúcar”) foi encontrada exclusivamente nos sítios Engenho Jaguaribe e São Bento²²⁰, locais que, como discutimos anteriormente, estão intrinsecamente associados a expansão da indústria açucareira no litoral norte de Pernambuco.

Por outro lado, apesar de termos conseguido uma reconstituição viável da forma 11 apenas no sítio São Bento, acreditamos, que este tipo de objeto também estava presente em outros sítios. Isto porque fragmentos de alças e asas também foram encontrados nos sítios São Bento II, São Bento IV, Engenho Jaguaribe, Alto dos Macacos I, Alto dos Macacos II, Alto dos Macacos III e Tamanduá; mas infelizmente não foi possível fazer a reconstituição das formas. Um aspecto interessante desta situação é que, se coadunarmos com a proposta dos autores que afirmam que o emprego deste tipo de apêndice na cerâmica indígena é fruto de uma influência colonial (CHMYZ, 1976; RIBEIRO, 1981; ZUSE, 2009), poderíamos sugerir que os grupos que ocuparam os sítios Alto dos Macacos I, Alto dos Macacos II, Alto dos Macacos III e Tamanduá optaram em incorporar ou utilizar peças com este elemento exógeno ao modo tradicional de fabricação da cerâmica. Ou seja, houve a adição de um novo elemento morfológico (alças e asas) e a manutenção das técnicas de manufatura, preparação da pasta, acabamento de superfície, etc.

Uma situação parecida pode ser observada na coleção do sítio São Bento. Ao analisarmos as características técnicas do fragmento SB.1716.3, que dá origem a reconstituição da forma 24, temos uma evidente semelhança com o perfil técnico colonial. Qual seja, manufatura torneada, pasta 1, queima completa em ambiente oxidante, espessura de 0,9 cm, e porosidade de 1,45%. Entretanto, o contorno morfológico do vasilhame (forma esférica ou semi esférica fechada angular), não é comumente associado a cerâmica portuguesa, sendo, por outro lado, recorrente no acervo de sítios com ocupação indígena no Brasil.

²¹⁹ Vale destacar que bordas com furos, típicas deste tipo de objetos, foram encontradas nos sítios São Bento e Engenho Jaguaribe.

²²⁰ A presença de formas de açúcar em conventos e mosteiros não é algo incomum (MORGADO, 2009:07), pois além de estarem, em alguns casos, diretamente vinculados a produção do açúcar, os religiosos costumavam receber ou adquirir o açúcar ainda nas formas para o consumo.

A impossibilidade de definir se esse objeto foi produzido localmente, ou seja, nas terras da Sesmaria Jaguaribe, ou importado de alguma olaria da colônia ou da metrópole limita a credibilidade de inferirmos que neste caso houve a tentativa de reproduzir padrões indígenas a partir de técnicas não indígena – algo que já foi identificado em outros contextos arqueológicos no país (ZUSE, 2009, 2013; PARELLADA, 2014). Entretanto, esta situação lança questionamentos relevantes para o aprofundamento e continuidade de pesquisas futuras, que deverão refinar tanto o arcabouço teórico metodológico quanto ampliar a coleção a ser analisada a fim de comprovar, ou não, a existência de objetos com padrões morfológicos ou decorativos “tipicamente” indígenas confeccionados a partir de técnicas introduzidas pelos colonizadores.

8.3 ÍNDICE DE POROSIDADE

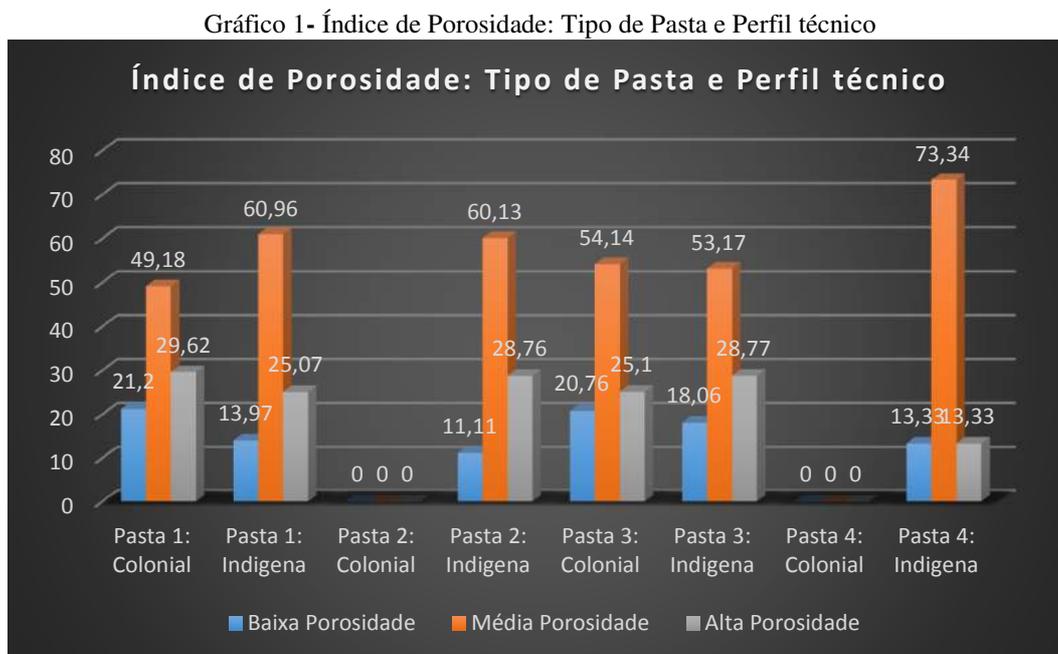
Existem muitas hipóteses em ciência que estão erradas. Isso é perfeitamente aceitável, eles são a abertura para achar as que estão certas (C. SAGAN)

Como vimos anteriormente, todo objeto cerâmico contém em sua estrutura poros que permitem que gases e líquidos passem, impedindo tensões internas no objeto, o que resultaria no surgimento de trincas, diminuindo a resistência mecânica do objeto. Segundo a bibliografia consultada (SILVA, 2005; A. SILVA, 2008), a queima do objeto de argila provoca a sinterização do mesmo, influenciando a impermeabilidade, ou seja, a quantidade de poros abertos, sendo a composição físico-química da pasta outro fator que também influencia na porosidade.

Pois bem, nos propomos a verificar se os tipos pastas (ou melhor, tipos e concentração de antiplástico: caco moído, bolo de argila e grãos de quartzo e feldspato) e queimas, identificadas na coleção cerâmica dos sítios analisados interferiram na porosidade, e por consequência na impermeabilidade, dos objetos cerâmicos. Se estas proposições estiverem corretas é de se esperar que, na coleção analisada, os artefatos produzidos com perfis técnicos diferentes tenham índices de impermeabilidade/porosidade diferentes²²¹.

²²¹ Vale lembrar que adotamos os três níveis de percentagens de porosidade sugeridos por Shepard (1985): a saber Porosidade **Baixa**, a percentagem é igual ou inferior a 5%; Porosidade **Média** a percentagem varia entre 6% até 15%; e Porosidade **Alta** a percentagem é superior a 15%.

Para contrastar esta proposição, o teste de porosidade foi realizado em 3.210 fragmentos cerâmicos, sendo 2313 fragmentos de cerâmica²²² do perfil técnico colonial e 897 fragmentos cerâmicos do perfil técnico indígena. Sintetizamos os dados na Gráfico 1, onde expomos os resultados, em percentagem, dos índices de porosidade auferidos para cada tipo de pasta.



De modo geral, podemos observar que, independentemente do tipo de pasta, há um predomínio absoluto, tanto entre os artefatos associados ao perfil técnico indígena quanto ao perfil técnico colonial, de fragmentos cerâmicos com porosidade média e alta. Assim, a maior parte dos objetos cerâmicos encontrados nos sítios analisados tem baixa impermeabilidade, ou seja, tendem a absorver uma percentagem importante dos líquidos neles depositados.

Portanto, os resultados indicam que o tipo, o tamanho e a proporção dos elementos não solúveis (antiplásticos) introduzidos para controlar a plasticidade da argila, neste caso, não engendraram variação entre os índices de porosidade da amostra analisada. Assim, objetos confeccionados com uma pasta de textura fina na qual foi inserido até 10% de antiplástico composto por grãos de quartzo e feldspato menores de 2 mm (pasta 1), tendem a ter índices de porosidade muito próximos aos encontrados em artefatos com pasta de textura grossa, com antiplástico de bolos de argila e/ou cerâmica moída mais

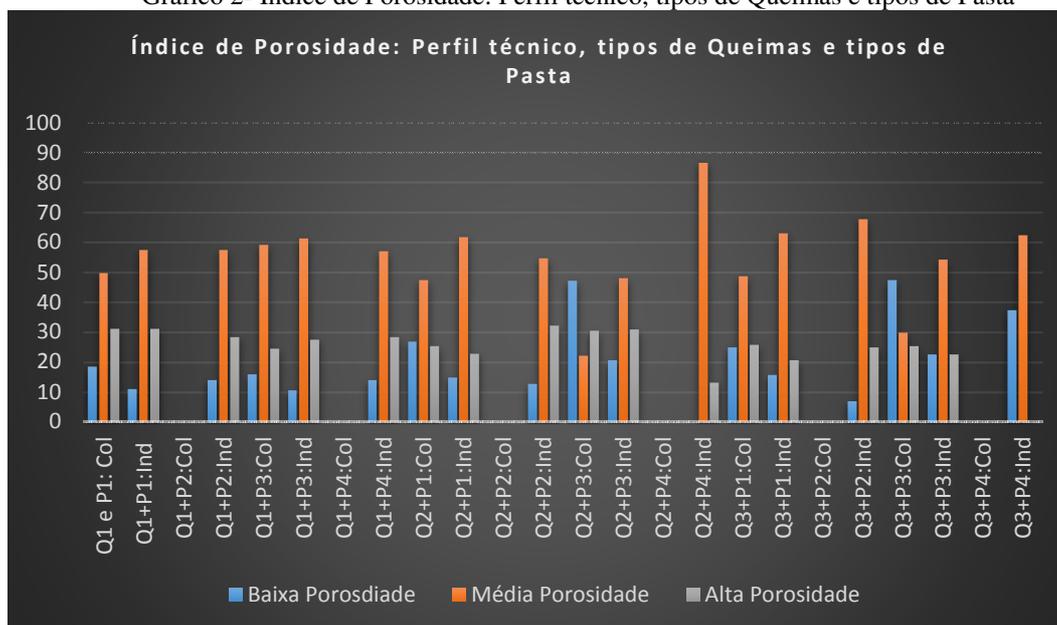
²²² Vale frisar, que nosso objeto de estudo é a cerâmica comum utilitária, por isso, não inserimos a cerâmica vidrada em nossa análise.

grãos de quartzo e feldspato angulosos e sub-angulosos, com tamanho de 9 a 19 mm, que pode atingir uma proporção igual ou superior a 50% (pasta 4).

Apesar disto, é interessante observar que, o percentual do material cerâmico do perfil técnico indígena com baixa porosidade tende a ser um pouco menor do que aquele auferido no material cerâmico do perfil técnico colonial, mesmo quando os objetos possuem o mesmo tipo de pasta (pasta 1 e pasta 3). Assim, na amostra analisada, observa-se que em objetos com a mesma proporção e tipo de antiplástico há uma maior quantidade de artefatos com maior impermeabilidade associados ao perfil técnico colonial.

Caso essa diferença não tenha sido causada por problemas amostrais, resta verificar se o tipo de queima pode ter interferido nestes índices. Para tanto, buscamos selecionar em nossa amostra os artefatos que apresentavam os mesmos tipos de pasta e queima, e assim determinar seus índices de porosidade (Gráfico 2). Deste modo conseguiremos perceber como e se os tratamentos térmicos diferentes interferiram na impermeabilidade dos artefatos cerâmicos dos sítios pesquisados.

Gráfico 2- Índice de Porosidade: Perfil técnico, tipos de Queimas e tipos de Pasta



De modo geral, mais uma vez, em todos os cenários simulados, os resultados demonstram que há, tanto entre os artefatos associados ao perfil técnico indígena quanto ao perfil técnico colonial, o predomínio de fragmentos cerâmicos com porosidade média e alta. Os dados demonstram que os quatro tipos de pastas identificados em nossa amostra tendem a manter índices de porosidade muito similares mesmo quando expostos a ambientes de queima diferentes. Algo que também é revelado através do cálculo da média

aritmética dos índices de porosidade alcançados pelos diferentes tipos de pasta quanto submetidos a um mesmo tipo de queima.

Deste modo, os valores médios auferidos para a queima 1 foram, porosidade baixa 10,67%, porosidade média 42,89%, porosidade alta 21,53%; para a queima 2 foram, porosidade baixa 15,38%, porosidade média 40,14%, porosidade alta 19,48%; e para a queima 3, porosidade baixa 19,52%, porosidade média 40,83%, porosidade alta 14,65%. Assim, apesar da variação que pode ocorrer quando analisamos dados isolados²²³, podemos observar que entre os diferentes tipos de queima a média da percentagem de fragmentos com os mesmos índices de porosidade é bastante similar.

Portanto, na maior parte da amostra analisada, os artefatos cerâmicos queimados em ambientes com grande circulação de oxigênio (queima 1), tendem a ter índices de porosidade muito parecidos com aqueles encontrados em fragmentos cuja a queima se deu em ambiente com acúmulo de dióxido ou monóxido de carbono (queima 2), ou ainda com objetos cuja queima foi incompleta (queima 3). Assim, os resultados sugerem que a variação entre os tipos de queima teve pouca influência nos índices de porosidade alcançados pela amostra analisada.

Todavia, vale destacar a existência de dados discrepantes, referentes ao material cerâmico do perfil colonial²²⁴ e do perfil indígena²²⁵. Caso essa situação não tenha sido gerada por falhas amostrais, em ambos os casos observamos um alto percentual de fragmentos com baixa porosidade, o que destoa dos dados e resultados anteriormente apresentados. Apesar disto, não acreditamos que esses dados refutem nossas colocações sobre a baixa relevância dos tipos de queima e dos tipos, proporção e tamanho dos antiplásticos, para a definição dos índices de porosidade do acervo cerâmico dos sítios analisados. Neste caso, sugerimos, como cenário hipotético para futuras investigações, que os índices de porosidade do acervo analisado estejam associados às características físico-químicas e a composição mineralógica da argila utilizada para a confecção dos artefatos, e não aos tipos de antiplástico e queima como demonstramos.

Portanto, se dermos credibilidade aos resultados apresentados, podemos sugerir que, de modo geral, a cerâmica associada ao perfil técnico colonial não apresenta nenhuma vantagem ou melhoria significativa na capacidade de retenção de líquidos

²²³ Por exemplo, as percentagens da porosidade baixa na cerâmica colonial com pasta 3 e queima 3.

²²⁴ Mais especificamente os índices de baixa porosidade referentes à Pasta 3 associada a Queima 3 (47,50%), e Pasta 3 associada a Queima 2 (47,22%).

²²⁵ Mais especificamente os índices de baixa porosidade referentes à Pasta 4 associada a Queima 3 (37,50%).

(impermeabilidade) quando comparada à cerâmica com perfil técnico indígena, ou vice-versa. Ambas tendem a ser pouco impermeáveis, independente dos processos de queima ou dos tipos de pasta empregados.

Deste modo, a adoção de procedimentos característicos do perfil técnico colonial (para cerâmica não vidrada) não levaria uma oleira que dominasse a tecnologia indígena a fabricar uma cerâmica menos porosa do que aquela tradicionalmente confeccionada em consonância com o perfil técnico indígena. Assim sendo, acreditamos que os grupos que habitaram a Sesmaria Jaguaribe conseguiram, com uso de técnicas próprias, fabricar objetos cerâmicos com índices de porosidade adequados às expectativas e/ou necessidades de armazenar, servir ou cozinhar; algo que também pode estar correlacionado à baixa representatividade da cerâmica vitrificada encontrada nos sítios onde não temos estruturas ligadas ao sistema colonial. Por outro lado, especialmente no acervo do sítio São Bento e do Engenho Jaguaribe, podemos observar que a tralha doméstica dos colonizadores apresenta categorias específicas de objetos cujos procedimentos técnicos de produção estão voltados para garantir sua impermeabilização, como é o caso da louça, porcelana, vidro e cerâmica vitrificada. Outra interpretação a ser considerada é caso a cerâmica indígena tenha sido adquirida e não fabricada pelos grupos que habitavam a Sesmaria Jaguaribe, é que mesmo percebendo que ambos os perfis são pouco impermeáveis, mas mesmo assim, estes grupos optaram por utilizar a cerâmica indígena.

8.4 FLUORESCÊNCIA DE RAIOS X

A ciência nunca resolve um problema sem criar pelo menos outros dez (G. B. SHAW).

A análise por fluorescência de raios X foi realizada em 164 fragmentos cerâmico, as amostras (tanto do perfil técnico indígena quanto do perfil técnico colonial) foram escolhidas com o intuito de estabelecer diferenças ou similaridades entre grupos de artefatos, fazendo comparações intra sítios com o intuito de caracterizar sua procedência, buscamos então, identificar a composição elementar da argila utilizada, para tal, optamos em realizar as análises nos núcleos e nas partes internas ou externas que não apresentasse pintura para que a análise focasse somente na pasta.

No sítio Engenho Jaguaribe a análise por fluorescência de raios X foi realizado em 16 fragmentos cerâmico do perfil técnico colonial, sendo possível determinar a

concentração de 19 elementos (Si: silício, Al: alumínio, Fe: ferro, Ti: titânio, K: potássio, Ca: cálcio, Ba: bário, Sn: estanho, Zr: zircônio, Mn: manganês, Rb: rubídio, Sr: estrôncio, Zn: zinco, Pb: chumbo, Cr: cromo, Ni: níquel, Sb: antimônio, Cd: cádmio e Cu: cobre), entre elementos traços e matriz.

Notamos que a estatística descritiva para os elementos majoritários (valores > 500ppm) indica a variabilidade dos valores à volta da média, e um desvio padrão alto (Apêndice H), havendo maior concentração de Si, Al, Fe, Ti, K e Ca.

Neste sítio, entre a maior parte dos elementos não há correlação linear (resultado próximo de 1), mas, observamos uma correlação positiva entre Fe e Ti; K e Fe; Ca e Fe. Ou seja, a medida que aumentada a concentração de Fe aumenta a de Ti (ou vice-versa), sendo o mesmo cenário para Ti e K; Fe e Ca. Todavia, observamos uma correlação negativa entre Ti e K, ou seja, a medida que aumentada a concentração de Ti diminui a de K (ou vice-versa) (Apêndice I).

Através do método de análise de componentes principais²²⁶ (PCA) foi determinada a variância entre os componentes majoritários, cuja curva de interesse foi representada pelo método gráfico *Scree plot*²²⁷. De modo geral, ao analisarmos os valores obtidos para cada componente (Apêndice J), notamos que os componentes 1, 2 e 3 (Si, Al e Fe) explicam aproximadamente 93% da variabilidade total dos dados, havendo uma diminuição na variação (tendência a estabilização) a partir do quarto componente.

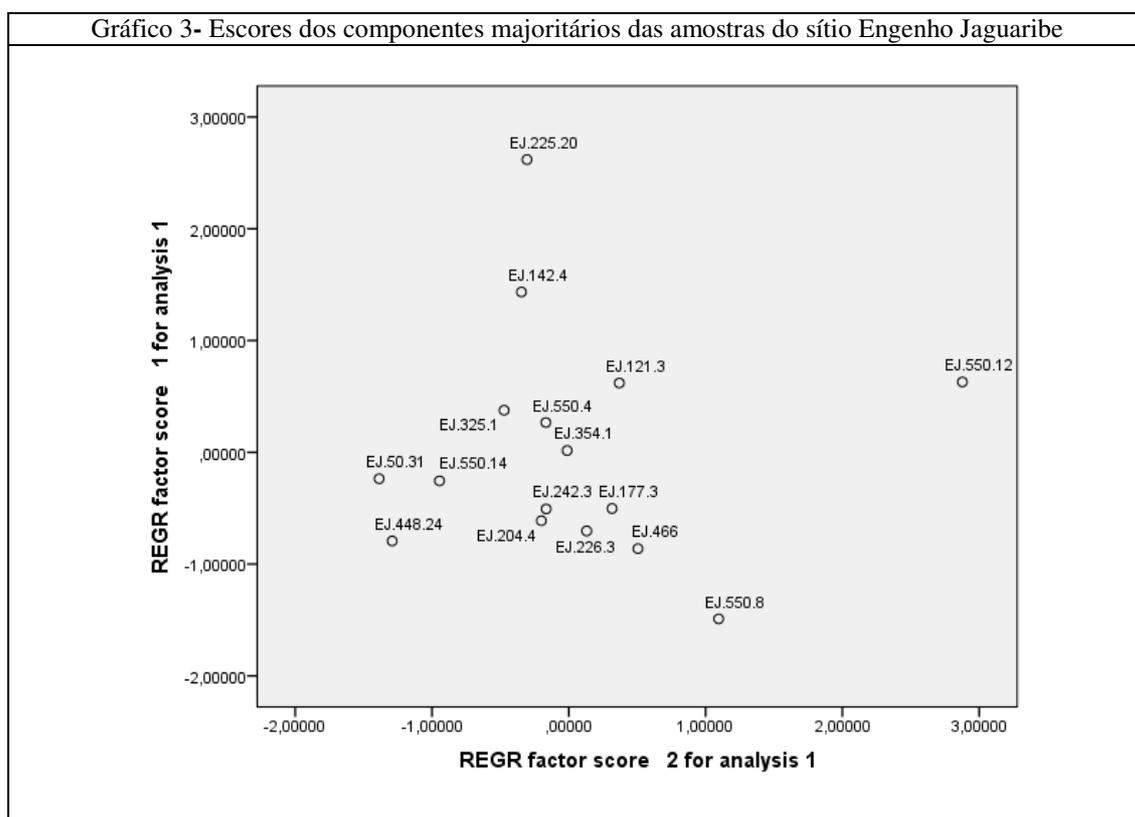
O gráfico dos escores²²⁸ nos auxilia a visualizar as tendências de agrupamento das amostras analisadas, além de revelar as amostras que, por ventura, apresentem características diferentes do restante do conjunto. Assim, poderemos definir se os fragmentos de cerâmica com o perfil técnico indígena estão associados aos com perfil técnico colonial.

²²⁶ Segundo Curado (2012:42), “a análise de componentes principais, chamada de PCA, é um método de análise estatística multivariada e tem como objetivo determinar em um conjunto de variáveis a existência de subconjuntos coerentes relativamente independentes uns dos outros. De maneira resumida, é uma técnica de classificação que determina as relações existentes entre os diversos casos a serem estudados e suas variáveis. Essa técnica utiliza um inter-relacionamento entre as variáveis de modo que estas possam ser escritas em termos de um grupo de menores elementos denominados fatores. Os fatores explicam a variância das variáveis através das correlações entre as variáveis utilizadas em determinado estudo”.

²²⁷ Segundo Curado (2012:43), “o método gráfico *Scree plot* representa a porcentagem de variação relacionando a componente na ordenada e os autovalores (*Eigenvalue*), em ordem decrescente na abscissa. Se a curva se estabilizar com relação aos autovalores, podemos restringir a análise somente nos componentes principais com autovalores superiores à estabilização”.

²²⁸ Vale frisar que nos gráficos de escores a seguir, foi adotado a abreviatura “SB1” para referenciar o sítio São Bento, bem como foi adotado a abreviatura “HIST” para referenciar os fragmentos cerâmicos do perfil técnico colonial.

No sítio Engenho Jaguaribe, todos os fragmentos analisados (Gráfico 3) estão associados ao perfil técnico colonial, mas, apesar da tendência de agrupamento, existem algumas amostras que se distinguem do restante do conjunto (EJ.225.20, EJ.142.4, EJ.550.12 e EJ.550.8). Caso essa diferença não tenha sido causada por distorções das análises, talvez o cenário desvelado possa indicar que os artefatos cerâmicos presentes no Engenho Jaguaribe provavelmente tenham sido confeccionados a partir de mais de uma fonte de argila. Ou ainda, provenham de centros produtores diversos (algo compatível com o contexto histórico da área – ver Rego, 2013).

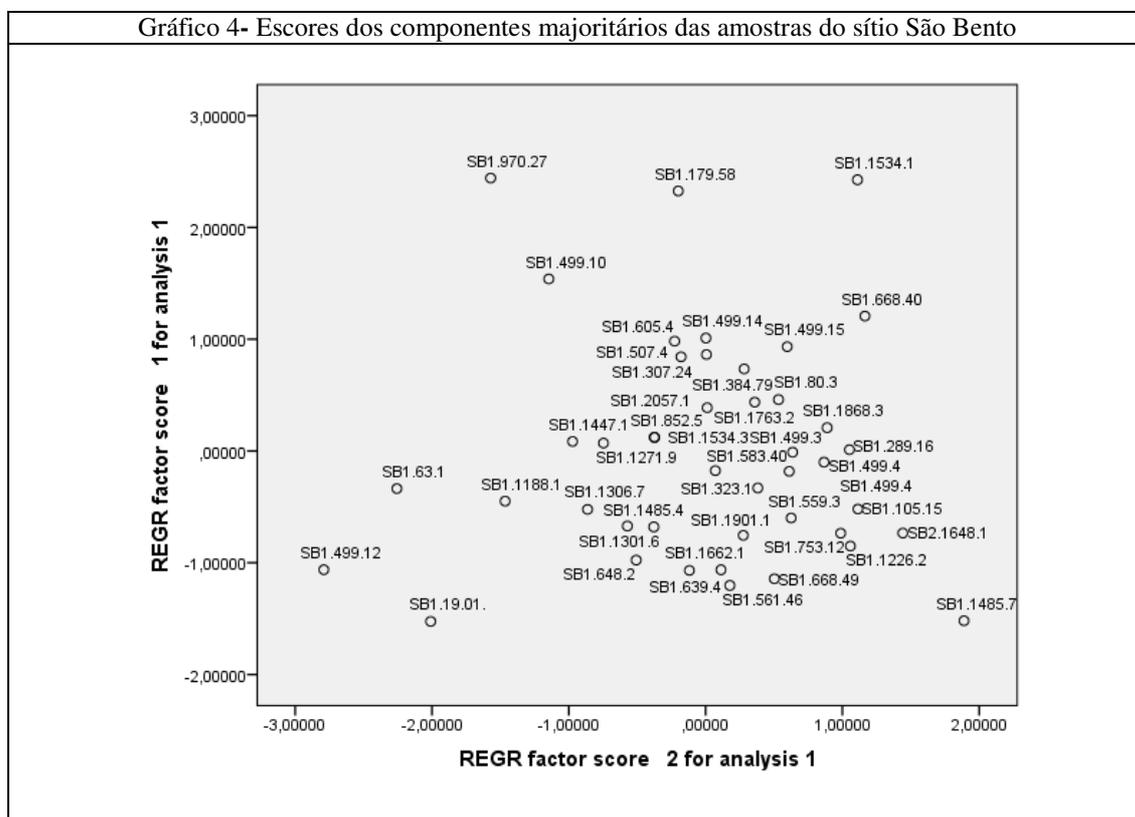


No sítio São Bento a análise por fluorescência de raios X foi realizada em 43 fragmentos cerâmico, seis fragmentos do perfil técnico indígena (SB1.80.3, SB1.499.3, SB1.499.4, SB1.499.10, SB1.499.14 e SB1.499.15) e sendo 37 fragmentos do perfil técnico colonial. Foi possível determinar a concentração de 18 elementos (Si, Al, Fe, Ti, K, Ca, Ba, Sn, Zr, Mn, Rb, Sr, Zn, Pb, Cr, Ni, Sb, Se, As, Cu e Cd), entre elementos traços e matriz. Observamos que a estatística descritiva para os elementos majoritários (valores > 500ppm) indica a variabilidade dos valores à volta da média, e um desvio padrão alto (Apêndice H), houve maior concentração dos seguintes elementos: Si, Al, Fe, Ti, K e Ca.

No sítio São Bento, entre a maioria dos elementos não há correlação linear (resultado próximo de 1) mas, observamos uma correlação negativa entre, Fe e Si. Ou seja, a medida que aumentada a concentração de Fe diminui a de Si (ou vice-versa) (Apêndice I).

De modo geral, ao analisarmos os valores obtidos para cada componente (Apêndice J), notamos que os componentes 1, 2 e 3 (Si, Al e Fe) explicam aproximadamente 95% da variabilidade total dos dados, havendo uma diminuição na variação (tendência a estabilização) a partir do quarto componente.

A análise dos escores do sítio São Bento (Gráfico 4) demonstram que apesar das amostras não se agruparem de uma forma coesa, há uma tendência dos conjuntos reunirem tanto fragmentos com o perfil técnico indígena quanto com perfil técnico colonial. Além disso, é interessante observar que tanto fragmentos com o perfil técnico indígena (SB1.499.10 e SB1.499.12), quanto com perfil técnico colonial (SB1.970.27, SB1.179.58, SB1.1534.1, SB1.63.1 e SB1.19.01) existem exemplares que se distinguem do restante do conjunto. Se dermos credibilidade a esses resultados, podemos sugerir que, provavelmente, múltiplas fontes de matéria prima foram empregadas para a confecção dos artefatos cerâmicos encontrados no sítio São Bento.

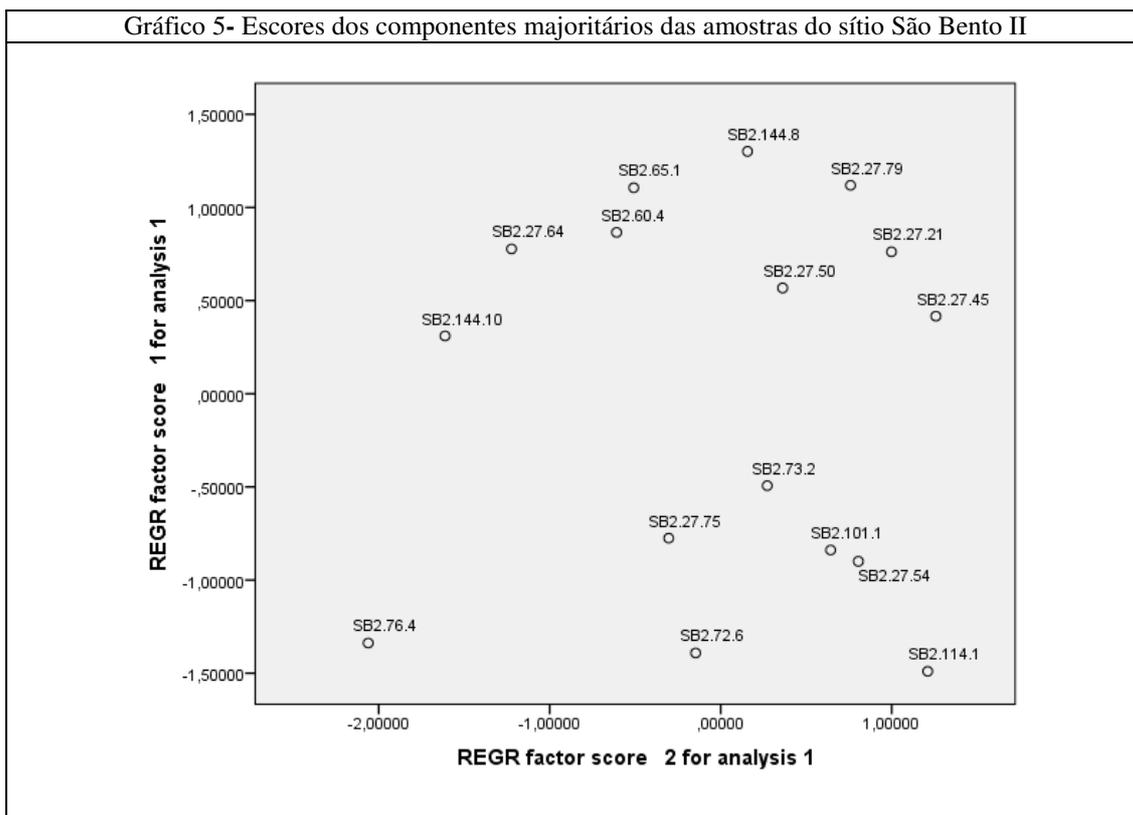


No sítio São Bento II a análise por fluorescência de raios X foi realizado em 16 fragmentos cerâmico, sendo cinco fragmentos do perfil técnico colonial (SB2.60.4; SB2.72.6, SB2.27.21, SB2.27.54 e SB2.27.79) e 11 fragmentos do perfil técnico indígena. Foi possível determinar a concentração de 19 elementos (Si, Al, Fe, Ti, K, Ca, Ba, Sn, Zr, Mn, Rb, Sr, Zn, Pb, Cr, Ni, Sb, Co e Cd), entre elementos traços e matriz. Observamos que a estatística descritiva para os elementos majoritários (valores > 500ppm) indica a variabilidade dos valores à volta da média, e um desvio padrão alto (Apêndice H), havendo maior concentração de Si, Al, Fe, Ti, K e Ca.

Neste sítio, entre a maior parte dos elementos não há correlação linear (resultado próximo de 1), todavia, notamos uma correlação negativa entre Ca e Al. Ou seja, a medida que aumentada a concentração de Ca diminui a de Al (ou vice-versa) (Apêndice I).

De modo geral, ao analisarmos os valores obtidos para cada componente (Apêndice J), observamos que os componentes 1, 2 e 3 (Si, Al e Fe) explicam aproximadamente 96% da variabilidade total dos dados, havendo uma diminuição na variação (tendência a estabilização) a partir do quarto componente.

De modo geral, os escores das amostras do sítio São Bento II (Gráfico 5) demonstram que apesar das amostras não se agruparem de uma forma coesa, há a formação de dois conjuntos. Nos quais se observa a presença tanto fragmentos com o perfil técnico indígena quanto com perfil técnico colonial. Assim, os resultados indicam que provavelmente os artefatos analisados foram confeccionados a partir de no mínimo duas fontes de matéria prima diferentes. Além disso, a análise dos elementos químicos majoritários sugere que as mesmas fontes de matéria prima podem ter sido empregadas tanto para a fabricação de vasilhames associados o perfil técnico indígena quanto com perfil técnico colonial.



No sítio São Bento III a análise por fluorescência de raios X foi realizado em três fragmentos cerâmico do perfil técnico indígena (SB3.61.1, SB3.57.3 e SB3.57.4). Foi possível determinar a concentração de 17 elementos (Si, Al, Fe, Ti, K, Ca, Ba, Sn, Zr, Mn, Rb, Sr, Zn, Pb, Cr, Ni e Sb), entre elementos traços e matriz. Observamos que a estatística descritiva para os elementos majoritários (valores > 500ppm) indica a variabilidade dos valores à volta da média, e um desvio padrão alto (Apêndice H), havendo maior concentração de Si, Al, Fe, Ti, K e Ca.

Neste sítio, entre a maior parte dos elementos não há correlação linear (resultado próximo de 1) mas, observamos uma correlação positiva entre Ti e Al; Ca e K. Ou seja, a medida que aumentada a concentração de Ti aumenta a de Al (ou vice-versa), sendo o mesmo cenário para Ca e K. Todavia, observamos uma correlação negativa entre Ti e K, Al e Si. Ou seja, a medida que aumentada a concentração de Ti diminui a de K (ou vice-versa), sendo o mesmo cenário para Al e Si (Apêndice I).

De modo geral, ao analisarmos os valores obtidos para cada componente (Apêndice J), notamos que os componentes 1, 2 e 3 (Si, Al e Fe) explicam aproximadamente 93% da variabilidade total dos dados, havendo uma diminuição na variação (tendência a estabilização) a partir do quarto componente.

O pequeno número de amostras analisadas no sítio São Bento III, inviabiliza a elaboração do gráfico de escore e inviabiliza a formulação de interpretações plausíveis sobre as prováveis fontes de matéria prima empregadas na confecção dos artefatos.

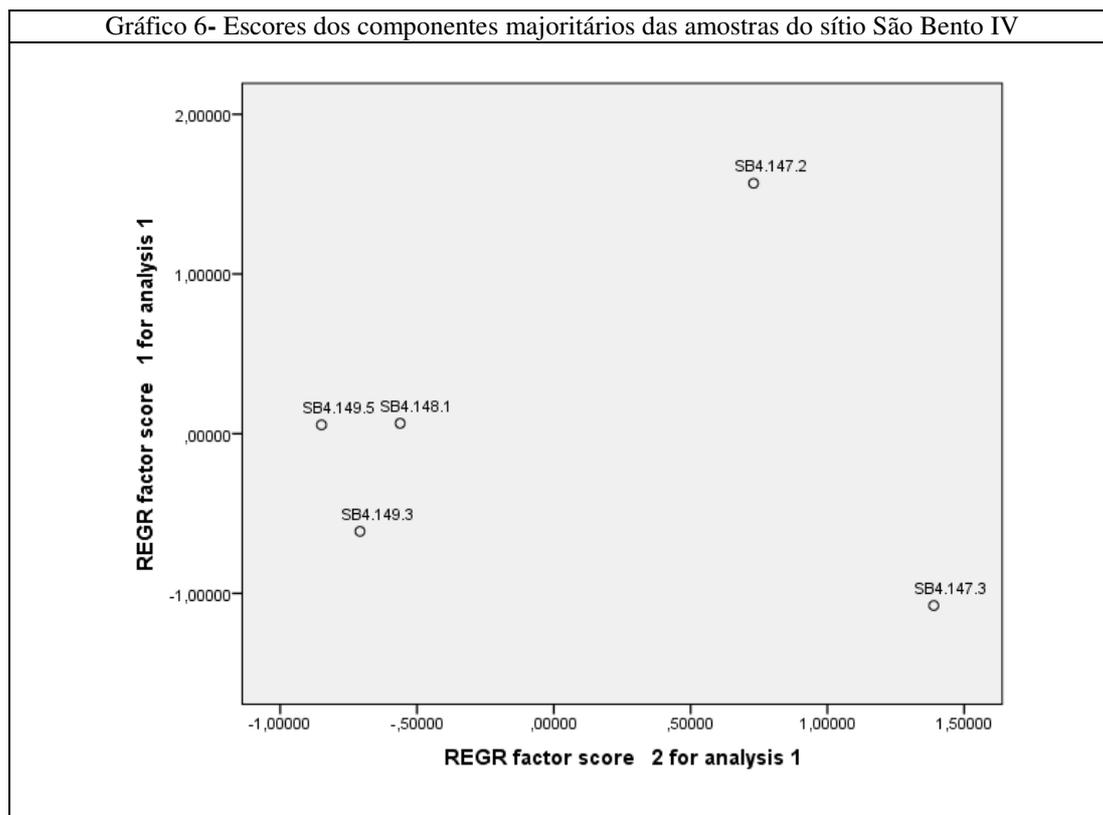
No sítio São Bento IV a análise por fluorescência de raios X foi realizado em cinco fragmentos cerâmico do perfil técnico indígena (SB4.147.2, SB4.147.3, SB4.148.1 SB4.149.3 e SB4.149.5), sendo foi possível determinar a concentração de 17 elementos (Si, Al, Fe, Ti, K, Ca, Ba, Sn, Zr, Mn, Rb, Sr, Zn, Pb, Cr, Ni e Sb), entre elementos traços e matriz.

Observamos que a estatística descritiva para os elementos majoritários (valores > 500ppm) indica a variabilidade dos valores à volta da média, e um desvio padrão alto (Apêndice H), havendo maior concentração de Si, Al, Fe, Ti, K e Ca.

Neste sítio, entre a maior parte dos elementos não há correlação linear (resultado próximo de 1) mas, observamos uma correlação positiva entre Fe e K; Fe e Ca. Ou seja, a medida que aumentada a concentração de Fe aumenta a de K (ou vice-versa), sendo o mesmo cenário para Fe e Ca. Todavia, observamos uma correlação negativa entre Fe e Si; Si e K; Al e Ca. Ou seja, a medida que aumentada a concentração de Fe diminui a de Si (ou vice-versa), sendo o mesmo cenário para Si e K; Al e Ca (Apêndice I).

De modo geral, ao analisarmos os valores obtidos para cada componente (Apêndice J), notamos que os componentes 1 e 2 (Si e Al) explicam aproximadamente 99% da variabilidade total dos dados, havendo uma diminuição na variação (tendência a estabilização) a partir do terceiro componente.

O pequeno número de amostras analisadas no sítio São Bento IV (Gráfico 6), inviabiliza a formulação de interpretações plausíveis sobre as prováveis fontes de matéria prima empregadas na confecção dos artefatos. Além disso, como demonstrado no gráfico a seguir, as amostras analisadas não revelaram uma tendência de agrupamento.



No sítio Tamanduá a análise por fluorescência de raios X foi realizado em 22 fragmentos cerâmico, sendo três fragmentos do perfil técnico colonial (TAM.54.7 TAM.56.6 e TAM.62.3) e 19 fragmentos do perfil técnico indígena. Foi possível determinar a concentração de 18 elementos (Si, Al, Fe, Ti, K, Ca, Ba, Sn, Zr, Mn, Rb, Sr, Zn, Pb, Cr, Ni, Sb e Cd), entre elementos traços e matriz.

Observamos que a estatística descritiva para os elementos majoritários (valores > 500ppm) indica a variabilidade dos valores à volta da média, e um desvio padrão alto (Apêndice H), havendo maior concentração de Si, Al, Fe, Ti, K e Ca.

Neste sítio, entre a maior arte dos elementos não há correlação linear (resultado próximo de 1). Todavia, observamos uma correlação negativa entre, Al e Si; Fe e Si. Ou seja, a medida que aumentada a concentração de Al diminui a de Si (ou vice-versa), sendo o mesmo cenário para Fe e Si (Apêndice I).

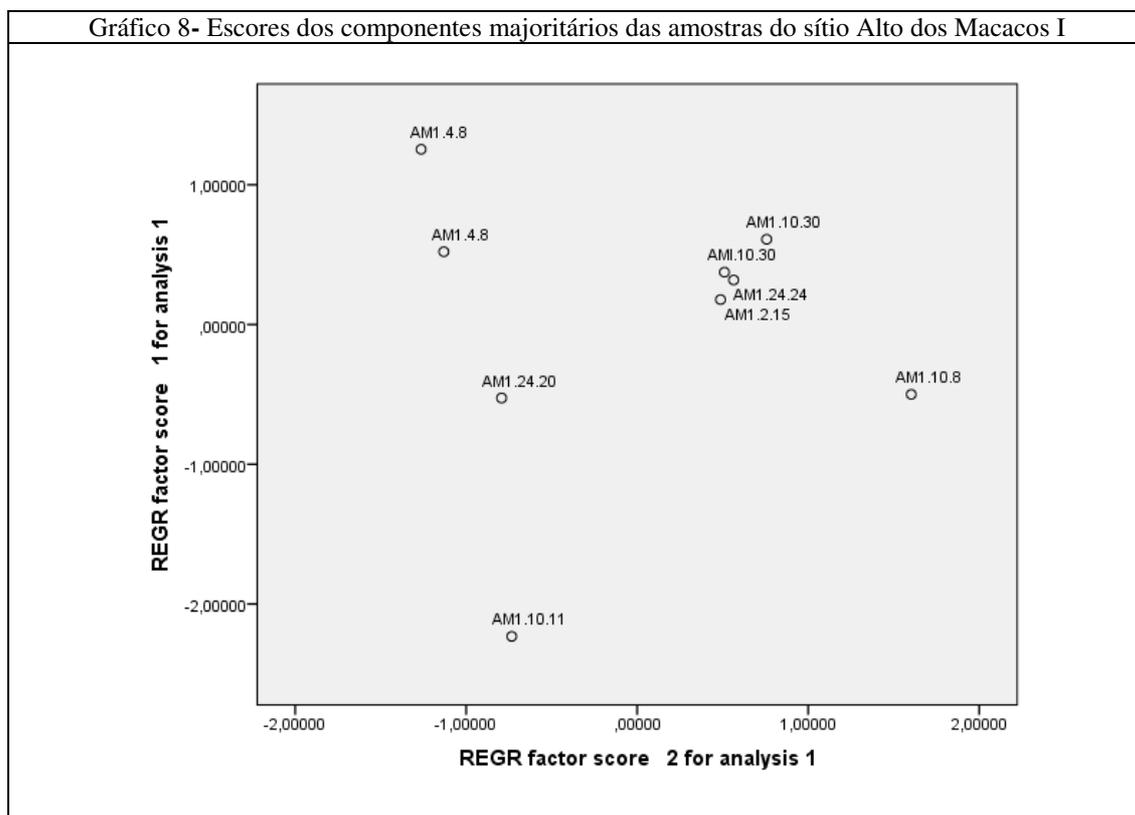
De modo geral, ao analisarmos os valores obtidos para cada componente (Apêndice J), podemos observar que os componentes 1, 2 e 3 (Si, Al e Fe) explicam aproximadamente 98% da variabilidade total dos dados, havendo uma diminuição na variação (tendência a estabilização) a partir do quarto componente.

De modo geral, os escores das amostras do sítio Tamanduá (Gráfico 7) demonstram que apesar das amostras não se agruparem de uma forma coesa, há uma tendência dos

medida que aumentada a concentração de Fe também aumenta a de Ti (ou vice-versa) (Apêndice I).

De modo geral, ao analisarmos os valores obtidos para cada componente (Apêndice J), notamos que os componentes 1, 2 e 3 (Si, Al e Fe) explicam aproximadamente 98% da variabilidade total dos dados, havendo uma diminuição na variação (tendência a estabilização) a partir do quarto componente.

De modo geral, os escores das amostras do sítio Alto dos Macacos I (Gráfico 8) demonstram que apesar das amostras não se agruparem de uma forma coesa, há uma tendência dos conjuntos reunirem tanto fragmentos com o perfil técnico indígena (AMI.24.24) quanto com perfil técnico colonial (AMI.10.30 e AMI.2.15). Todavia, é interessante observar que a maioria das amostras se distinguem do restante do conjunto estão associadas ao perfil técnico colonial (AMI.4.8, AMI.10.8 e AMI.10.11) além de uma amostra que está associada ao perfil técnico indígena (AMI.24.20), indicando que provavelmente fontes diferentes de argilas foram exploradas por oleiros que empregavam técnicas distintas para produção dos artefatos cerâmicos.



No sítio Alto dos Macacos II a análise por fluorescência de raios X foi realizado em 36 fragmentos cerâmico, sendo 10 fragmentos do perfil técnico colonial (AM2.277,

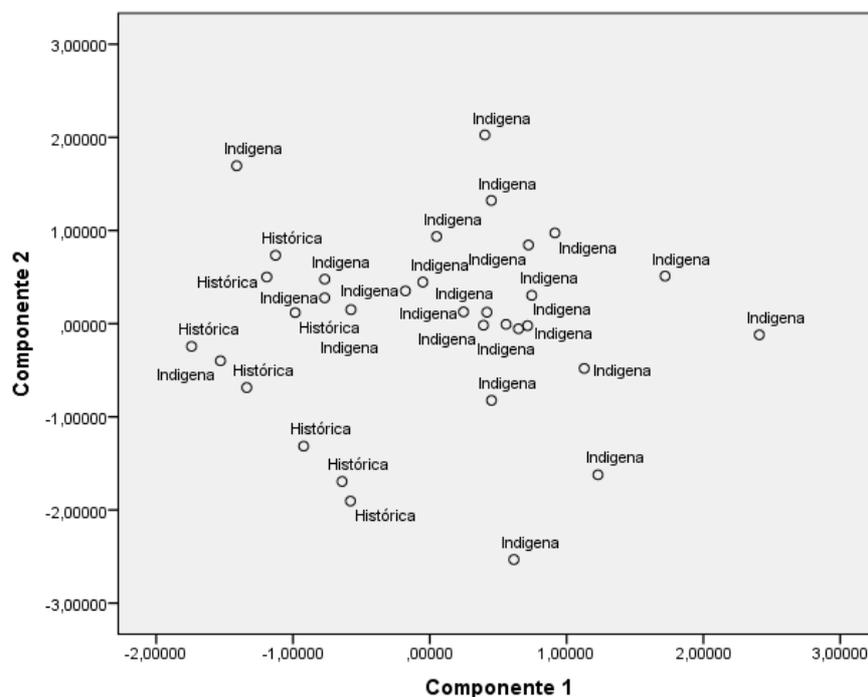
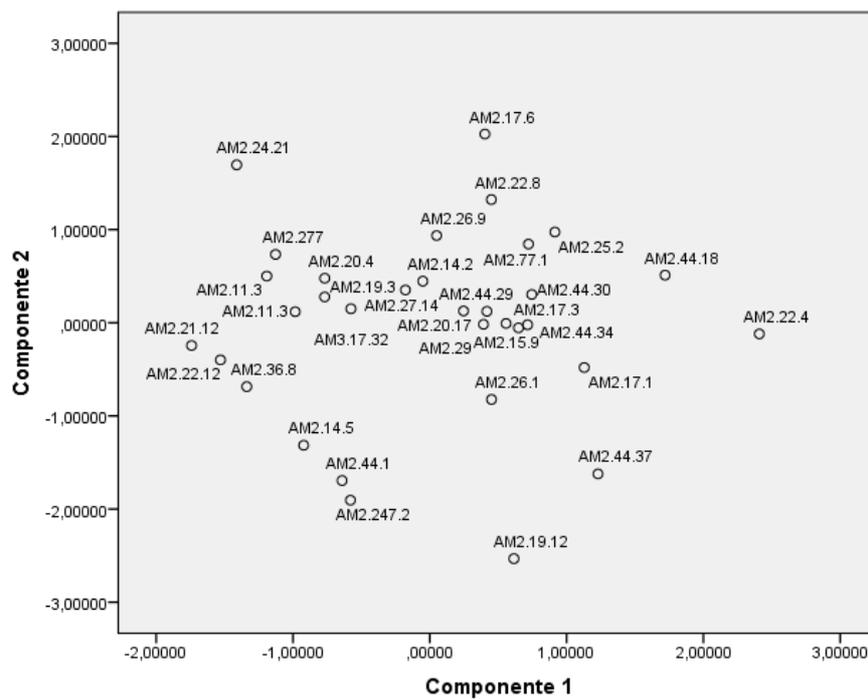
AM2..27.9, AM2.6.5, AM2.11.3, AM2.36.8, AM2.247.2, AM2.14.5, AM2.44.1, AM2.21.12) e 26 fragmentos do perfil técnico indígena, possibilitando determinar a concentração de 19 elementos (Si, Al, Fe, Ti, K, Ca, Ba, Sn, Zr, Mn, Rb, Sr, Zn, Pb, Cr, Ni, Sb, Cd e Co), entre elementos traços e matriz. Observamos que a estatística descritiva para os elementos majoritários (valores > 500ppm) indica a variabilidade dos valores à volta da média, e um desvio padrão alto (Apêndice H), havendo maior concentração de Si, Al, Fe, Ti, K e Ca.

Neste sítio, entre a maior arte dos elementos não há correlação linear (resultado próximo de 1). De modo geral, a maior parte dos elementos não apresentam correlação linear, com exceção os elementos Fe e Al que mantêm correlação positiva, ou seja, a medida que aumentada a concentração de Fe aumenta a concentração de Al (ou vice-versa) (Apêndice I).

De modo geral, ao analisarmos os valores obtidos para cada componente (Apêndice J), notamos que os componentes 1, 2 e 3 (Si, Al e Fe) explicam aproximadamente 93% da variabilidade total dos dados, havendo uma diminuição na variação (tendência a estabilização) a partir do quarto componente.

Uma análise preliminar dos scores do sítio Alto dos Macacos II (Gráfico 9) sugere que apesar das amostras não se agruparem de uma forma coesa, há uma tendência dos conjuntos reunirem tanto fragmentos com o perfil técnico indígena quanto com perfil técnico colonial. Todavia, ao analisarmos a variação dos componentes principais observamos que as amostras associadas ao perfil técnico indígena tendem a apresentar uma maior concentração de Tântalo, Cloro e Ferro; enquanto as amostras com perfil técnico colonial apresentam maior proporção de Potássio e alumínio. Deste modo, é provável que a matéria prima empregada na produção da cerâmica indígena não tenha sido a mesma utilizada para fabricação dos objetos com perfil técnico colonial.

Gráfico 9- Escores dos componentes majoritários das amostras do sítio Alto dos Macacos II



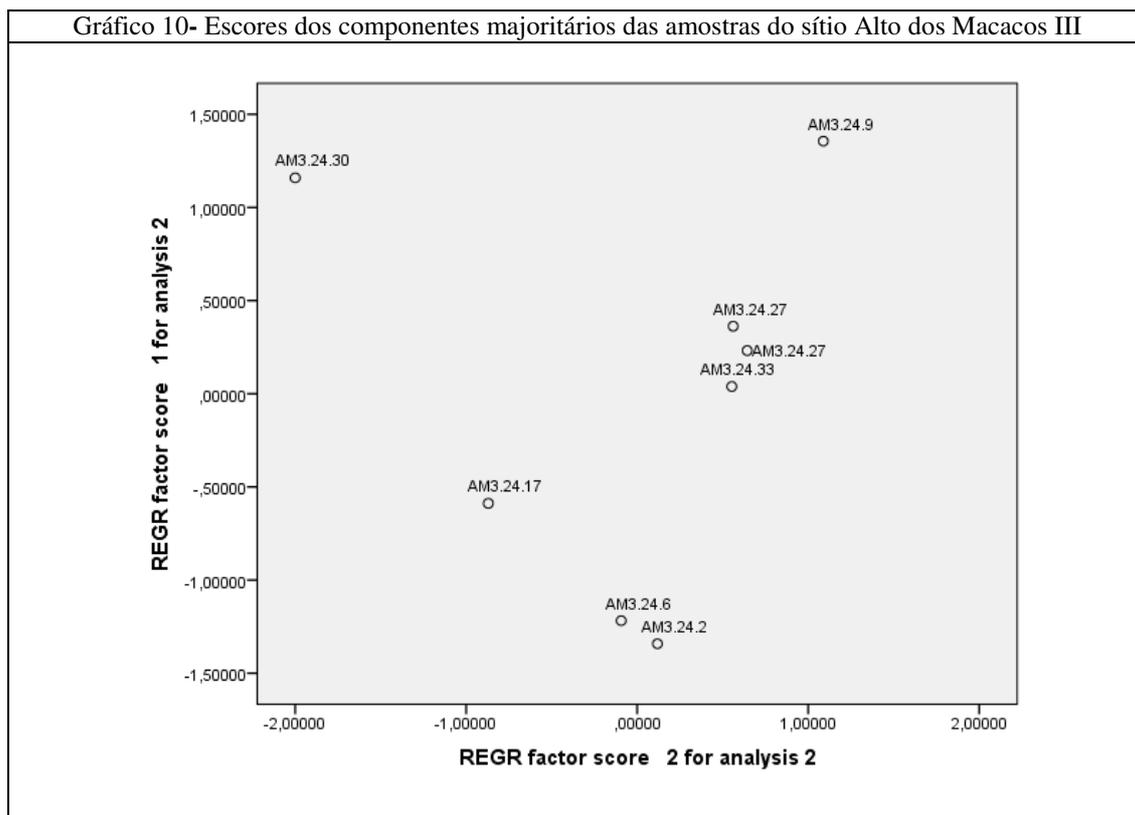
No sítio Alto dos Macacos III a análise por fluorescência de raios X foi realizado em seis fragmentos cerâmico do perfil técnico colonial, sendo foi possível determinar a concentração de 18 elementos (Si, Al, Fe, Ti, K, Ca, Ba, Sn, Zr, Mn, Rb, Sr, Zn, Pb, Cr, Ni, Sb e Co), entre elementos traços e matriz. Observamos que a estatística descritiva

para os elementos majoritários (valores > 500ppm) indica a variabilidade dos valores à volta da média, e um desvio padrão alto (Apêndice H), havendo maior concentração de Si, Al, Fe, Ti, K e Ca.

Neste sítio, entre a maior parte dos elementos não há correlação linear (resultado próximo de 1) mas, observamos uma correlação positiva entre Ti e Al; Fe e Ti; Fe e Ca, ou seja, a medida que aumentada a concentração de Fe aumenta a de Ti (ou vice-versa), sendo o mesmo cenário para Ti e Al; Fe e Ti; Fe e Ca. Todavia, observamos uma correlação negativa entre, Al e Si; Fe e Si; Ti e Si, ou seja, a medida que aumentada a concentração de Fe diminui a de Si (ou vice-versa), sendo o mesmo cenário para Al e Si; Ti e Si (Apêndice I).

De modo geral, ao analisarmos os valores obtidos para cada componente (Apêndice J), notamos que os componentes 1, 2 e 3 (Si, Al e Fe) explicam aproximadamente 99% da variabilidade total dos dados, havendo uma diminuição na variação (tendência a estabilização) a partir do quarto componente.

O pequeno número de amostras analisadas no sítio Alto dos Macacos III (Gráfico 10), dificulta a formulação de interpretações plausíveis sobre as prováveis fontes de matéria prima empregadas na confecção dos artefatos. Entretanto, é possível observar a formação de dois conjuntos, formados apenas por fragmentos com perfil técnico colonial. Além disso, existem duas amostras que se distinguem destes conjuntos, estando uma associada ao perfil técnico indígena (AM3.24.9) e outra ao perfil técnico colonial (AM3.24.30), indicando que provavelmente fontes diferentes de argilas foram exploradas por oleiros que empregavam técnicas distintas para produção dos artefatos cerâmicos.



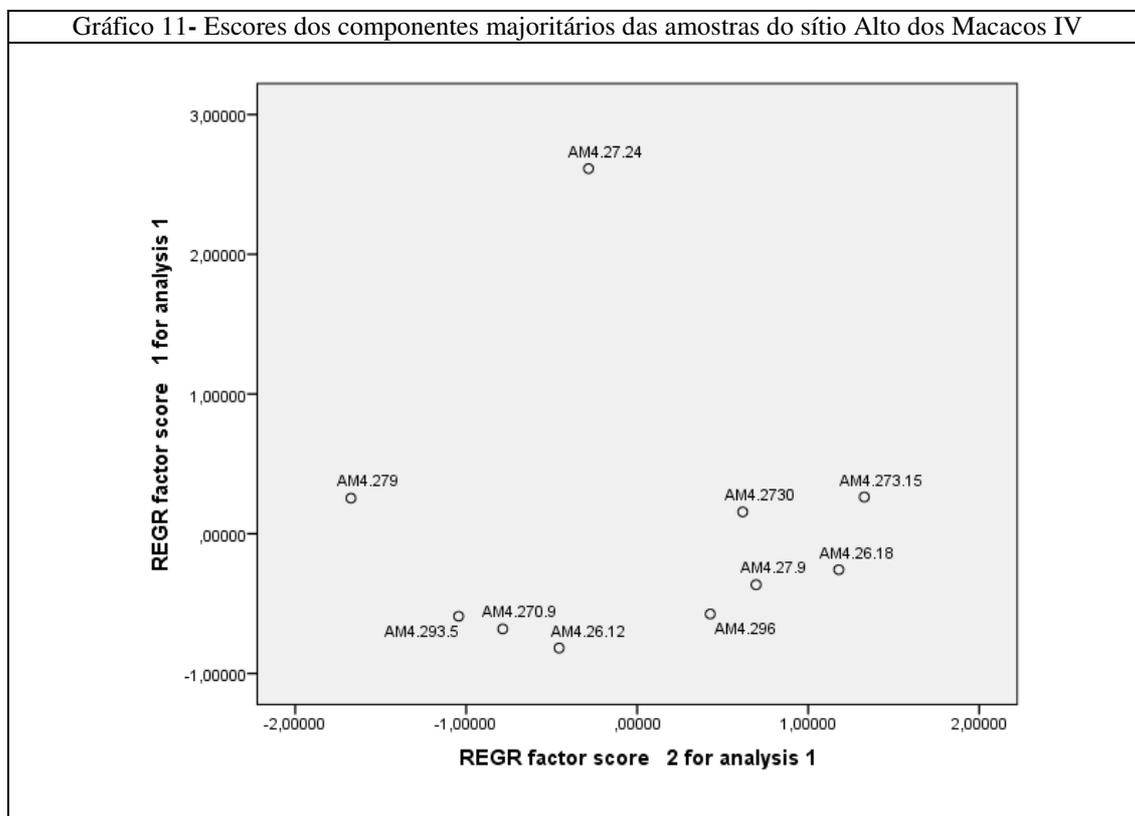
No sítio Alto dos Macacos IV a análise por fluorescência de raios X foi realizado em 10 fragmentos cerâmico do perfil técnico indígena, sendo possível determinar a concentração de 20 elementos (Si, Al, Fe, Ti, K, Ca, Ba, Sn, Zr, Mn, Rb, Sr, Zn, Pb, Cr, Ni, Sb, Cd, Co e Hg), entre elementos traços e matriz. Observamos que a estatística descritiva para os elementos majoritários (valores > 500ppm) indica a variabilidade dos valores à volta da média, e um desvio padrão alto (Apêndice H), havendo maior concentração de Si, Al, Fe, Ti, K e Ca.

Neste sítio, entre a maior arte dos elementos não há correlação linear (resultado próximo de 1). Todavia, podemos observar uma correlação positiva entre, Si e Al; Al e K. Ou seja, a medida que aumentada a concentração de Si também aumenta a de Al (ou vice-versa), sendo o mesmo cenário para Al e K (Apêndice I).

De modo geral, ao analisarmos os valores obtidos para cada componente (Apêndice J), notamos que os componentes 1, 2 e 3 (Si, Al e Fe) explicam aproximadamente 93% da variabilidade total dos dados, havendo uma diminuição na variação (tendência a estabilização) a partir do quarto componente.

No sítio Alto dos Macacos IV (Gráfico 11) todos os fragmentos analisados estão associados ao perfil técnico indígena, mas, apesar da tendência de agrupamento, existe uma amostra que se distinguem do restante do conjunto (AM4.27.24). Caso essa diferença

não tenha sido causada por distorções das análises, talvez isso possa ser um indicativo que os oleiros que produziram as cerâmicas indígenas encontradas no sítio Alto dos Macacos IV possivelmente utilizaram mais de uma fonte de argila para produção de seus objetos cerâmicos.



Portanto, a partir de todos os dados acima apresentados neste epílogo do texto podemos concluir que, tendo em consideração a análise descritiva dos elementos químicos majoritários (concentrações > 500ppm), em todos os sítios tanto as amostras de fragmentos do perfil técnico indígena quanto a cerâmica com perfil técnico colonial apresentam em sua composição teores mais altos de Si (silício), Al (alumínio) e Fe (Ferro), apesar na variação dos valores totais e nas médias.

De certo modo, essa homogeneidade nos resultados pode estar associada às características gerais das matérias primas utilizadas na produção oleira. Os altos índices de Si provavelmente estão correlacionados aos grãos de quartzo (SiO_2) naturalmente presentes na argila ou adicionados como antiplástico. Por sua vez, a presença de Fe e Al pode ser associada a argilo-minerais recorrente na maioria das fontes de matéria prima - caulinita $\text{Al}_2\text{Si}_2\text{O}_5(\text{OH})_4$ e a hematita - Fe_2O_3 .

Entretanto, certa variabilidade pode ser observada quando examinamos que a correlação entre esses elementos não tem um comportamento padronizado nas amostras de todos os sítios. E, além disso, apesar da tendência das amostras de cada sítio formarem conjuntos coerentes, é preciso destacar a recorrência de casos *outlier* que destoam dos agrupamentos, e podem estar associados a exploração de múltiplas fontes de matéria prima.

Assim, com as análises realizadas, até o presente momento, é difícil certificar se as mesmas fontes de argila foram ou não usadas simultaneamente para fabricação da cerâmica com perfil técnico indígena e com o perfil técnico colonial. Por enquanto, através da análise dos componentes principais, este tipo de conclusão só poderia ser feita, ainda que de forma hipotética, para o sítio Alto dos Macacos II. No qual, os dados sugerem que provavelmente os oleiros que fabricavam as cerâmicas indígena recorriam a uma fonte de argila distinta da explorada pelos artífices que produziam a cerâmica colonial. Deste modo acreditamos que futuros testes que considerem a presença dos elementos minoritários (concentrações <500ppm), ou ainda o uso de técnicas mais sensíveis (AAN – Análise por ativação de nêutrons) para definição da composição elementar da cerâmica possam nos auxiliar para uma melhor compreensão deste cenário.

9 CONCLUSÃO

Como forma de resistência política: Quando Cabral aqui chegou e semeou sua semente naturalmente começou a lapidação do ambiente. Roubaram o ouro, roubaram o pau, prá ficar legal, ainda tiraram o couro do povo desta terra original. E só deixaram a má semente, presente de grego, que logo se proliferou, e originou a nossa gente. ... A terra é boa, mas o povo continua escravizado, os direitos são os mesmos desde os séculos passados ... (**É ladrão que não acaba mais**, eternizado na voz de Bezerra da Silva, 1998).

Para desenvolver a presente pesquisa versamos sobre temas importantes associados à arqueologia, história e antropologia, buscando assim alcançar os objetivos propostos e contribuir para a ampliação de nossos conhecimentos sobre os meandros do contato entre colonizadores e indígenas na Sesmaria Jaguaribe. Além disso, exploramos as possibilidades de se abordar a cerâmica arqueológica como meio para a análise de fenômenos como transmissão cultural e resistência.

Nesse mister, embasados em fontes históricas, no primeiro capítulo discutimos os motivos e interesses socioeconômicos da Coroa Portuguesa na conquista de novos territórios. Em especial, analisamos a ocupação da área da Sesmaria Jaguaribe, narrando a relevância do extrativismo e da produção açucareira em Pernambuco, e as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que se desenvolveram na área com a implantação do sistema colonial. Nosso intuito foi contextualizar o cenário no qual foram estabelecidas as relações entre indígenas e colonizadores (senhores de engenhos e religiosos), apresentando o papel (ou papéis) dos indígenas frente ao advento do projeto colonial. Vimos que o posicionamento dos grupos indígenas foi construído através de alianças e oposições, conflitos e guerras a favor e/ou contra a colonização, manifestando assim, seus interesses, e principalmente, seu descontentamento, ratificado através de estratégias de resistência ao jugo colonial.

No segundo capítulo, abordamos a importância dos recursos naturais da área da Sesmaria Jaguaribe para a ocupação humana e instalação da empresa colonial. Como descrito por Barléu (1940:333), Pernambuco era um cenário perfeito para a exploração dos recursos naturais; e na Sesmaria Jaguaribe, como em todo território do litoral e da zona da mata pernambucano, a fertilidade dos solos, os recursos hídricos, o clima e a flora diversificada propiciavam as condições ambientais necessárias para a subsistência dos grupos autóctones que ali habitaram, para as lavouras que produziam alimentos para o mosteiro de São Bento em Olinda e para a instalação do sistema açucareiro.

As informações e análises reunidas nestes dois capítulos foram relevantes, pois, nos auxiliam a compreender como o avanço das frentes colonizadoras, exemplificadas pela instalação do engenho Jaguaribe e da Fazenda São Bento, forçou os grupos autóctones a conviverem e se adaptarem, a uma nova realidade embasada em princípios distintos dos que conheciam até aquele momento. Vimos ainda, que a ocupação do novo território foi conflituosa, enquanto alguns grupos indígenas demonstram sua insatisfação ao modelo colonial resistindo de forma mais ríspida e enfática, fugindo e/ou lutando, outros decidiram se aliar, trabalhando e “cooperando” com os colonizadores.

Contudo, essa “cooperação” não significava uma simples aceitação, ou melhor, subordinação, ao modelo colonial em todos os seus aspectos. Como buscamos problematizar ao longo do trabalho, a manutenção das técnicas próprias para a fabricação da cerâmica é um exemplo desta situação. Todavia, é inegável que a implantação do sistema colonial forçou os grupos indígenas a conhecer e viver em um novo cenário social, político, religioso, tecnológico e cultural.

Identificar como diferentes autores têm abordado múltiplos aspectos desse “novo cenário”, foi um dos motes do terceiro capítulo; no qual buscamos nos apropriar de discussões antropológicas, históricas e arqueológicas para construir os aportes teóricos de nossa pesquisa. Deste modo, foi necessário abordar, ainda que tangencialmente, temas como cultura, contato, interação social, transmissão cultural, resistência, cultura material. Dando especial atenção às associações destes temas e conceitos com os estudos da cerâmica arqueológica, para assim subsidiar nossas reflexões sobre a produção e/ou utilização da cerâmica em nossa área pesquisada e os fenômenos sociais intrínsecos a esse processo.

Pudemos perceber que em certos casos, os grupos indígenas submetidos ao contato, passaram a produzir uma cerâmica híbrida, que recebeu diversas denominações (cabloca, neobrasileira, regional ou local), ao adicionar em sua confecção novas técnicas, objetos e morfologias como por exemplos, bases planas, apêndices²²⁹ e formas. Vimos que alguns grupos indígenas mantiveram ao mesmo tempo o seu modo de produção tradicional enquanto produziam a cerâmica híbrida e utilizavam a cerâmica associada à tecnologia colonial. Por fim, observamos que este fenômeno é estudado focando temas como

²²⁹ Nos sítios por nós pesquisados foram evidenciados vários tipos de apêndices (asas, alças e cabos) associados aos dois grandes perfis técnicos, além de cachimbos e fusos associados aos dois grandes perfis técnicos (vide apêndice K e L).

mudança, continuidade, variabilidade, contato, aculturação transmissão cultural e resistência.

Cientes da polifonia das abordagens e possibilidades analíticas, no quarto e quinto capítulo explicitamos os direcionamentos teóricos-metodológicos que embasam nossa pesquisa. Assim, apresentamos nossa opção pelo uso do perfil técnico, buscando esclarecer sua adequação ao processo de análise do acervo cerâmico e fecundidade na geração de dados e informações. Paralelamente, apoiados em estudos internacionais e nacionais, também tentamos identificar, mesmo que do ponto de vista geral, as características técnicas e morfológicas da cerâmica portuguesa e indígena. Reunindo assim subsídios para elaboração de um quadro comparativo que auxiliou na análise e classificação das coleções cerâmicas dos sítios estudados; e contribuindo para a discussão dos processos de produção dos artefatos cerâmicos e sua correlação com fenômenos de contato e resistência.

Antes de adentrarmos nestes temas, foi necessária uma breve explanação sobre o contexto arqueológico de nossa área de pesquisa. Assim, no sexto capítulo expusemos algumas informações crono-espaciais sobre os sítios arqueológicos, bem como alguns resultados das análises tecnicotipológicas do acervo cerâmico. Quanto a distribuição dos sítios chama a atenção que todos os locais onde há indícios da presença indígena estão localizados nos topos dos morros, ou seja, na parte alta da Sesmaria Jaguaribe, e no entorno da sede da Fazenda São Bento. Talvez esta situação seja um indício de uma estratégia indígena de buscar apoio ou proteção junto aos beneditinos, ou ainda um reflexo das políticas indigenistas coloniais que, como vimos no primeiro capítulo, previam a presença de religiosos próximos aos grupos indígenas para estimular sua conversão ao cristianismo e inserção no mundo colonial. Assim, se liberava as várzeas, onde estava instalado o Engenho Jaguaribe, para o plantio do açúcar, e ao mesmo tempo se fixava estes grupos, possíveis trabalhadores, nas proximidades.

Estas ilações estão em consonância com o quadro cronológico construído em decorrência de nosso trabalho. Como apresentado no sexto capítulo, os resultados das datações confirmam na área da Sesmaria Jaguaribe, entre os séculos XVI a XIX, era utilizado cerâmica indígena, este material nos permitem supor a presença indígena na área. Demonstrando não apenas a longa duração da ocupação destes grupos na área, mas também confirmando que a mesma é contemporânea à atuação beneditina e ao funcionamento do Engenho Jaguaribe. Assim, é factível conjecturar que os sítios abordados em nossa pesquisa eram ocupados por trabalhadores indígenas que

provavelmente atuaram na indústria açucareira ou participaram das atividades laicas e religiosas promovidas na Fazenda São Bento.

Portanto, apesar de poucas fontes históricas mencionarem a presença indígena na Fazenda São Bento e no seu entorno, e de modo geral, não haver muitos relatos sobre a atuação dos religiosos beneditinos juntos aos indígenas no período colonial, os dados arqueológicos têm revelado que, no caso da área pesquisada na Sesmaria Jaguaribe, ambos estavam vivendo e convivendo na mesma área durante o mesmo período. Todavia, isso não levou a um imediato abandono do material cerâmico indígena por parte dos grupos que habitavam a área.

Como indicado pelos resultados das análises tecnotipológicas das coleções cerâmicas de cada sítio, de modo geral, podemos identificar, no mínimo, a existência de dois perfis técnicos cerâmicos distintos. O primeiro, denominado de indígena, caracteriza-se pelo emprego predominante da manufatura acordelada, mas com o uso do modelado; queima incompleta; uso de caco moído e bolo de argila como antiplástico, acabamento de superfície alisado, pintado e plástico; borda reforçada externamente, direta, seguida de poucos exemplares de borda expandida, contraída, cambada, reforçada internamente, entovetida e dobrada; lábio plano, arredondado, seguido de poucos exemplares de lábio biselado e ungulado, fazem parte deste perfil as formas 4, 10, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 22 e 27.

Por sua vez, o segundo perfil técnico, denominado de colonial, apresenta predomínio de vasilhames torneados e modelado que ocorre predominantemente na confecção dos apêndices; pasta exclusivamente com antiplástico mineral; acabamento de superfície alisado e pintado, borda direta, reforçada externamente, expandida, entovetida, cambada, reforçada internamente, seguida de borda dobrada, contraída, inclinada externamente, introvertida e inclinada internamente; lábio arredondado, plano, apontado, seguido de raros exemplares de biselado; neste perfil foi evidenciado todas as 28 formas reveladas pela reconstituição hipotética. Em ambos os casos são evidentes as semelhanças, com a cerâmica indígena o litoral norte de Pernambuco e a cerâmica portuguesa respectivamente, entretanto, não é nosso intuito enquadrar as coleções analisadas as categorias apresentadas no capítulo 4; mas apenas identificar as similaridades e dissimilaridades entre os perfis técnicos existentes.

Uma informação importante advinda com o uso desta classificação bipartide, e revelada no sexto capítulo, foi a localização de fragmentos de cerâmica indígena próximo as áreas coloniais destinadas a habitação e trabalho de pessoas escravizadas (na área da

senzala e na possível área da casa de farinha). O que pode indicar o contato entre diferentes grupos (escravos, indígenas e trabalhadores livres) e ainda, sugerir que objetos produzidos com a tecnologia indígena e utilizada pelas comunidades que viviam no entorno da Fazenda São Bento estavam sendo adquiridos (por troca?) e utilizados pelos escravos do beneditinos, mas isto são apenas especulações que merecem serem investigadas.

Por outro lado, a recorrência de louças e cerâmicas com características do perfil técnico colonial nos espaços indígenas, ou seja, nos sítios que nós associamos aos indígenas, demonstram não só a rede de obtenção e circulação de mercadorias, que talvez esteja associada a inserção da mão de obra indígena nas atividades econômicas desenvolvidas na Sesmaria Jaguaribe; como também, o fato de que, apesar da possibilidade de conseguirem vasilhames com a população envolvente, os grupos continuaram a produzir e/ou utilizar objetos cerâmicos empregando parâmetros próprios.

Construir subsídios que demonstrassem a plausibilidade da última sugestão apresentada acima, foi um dos propósitos do sétimo capítulo. E como apresentado, os resultados das análises indicam que mesmo expostos ao modelo socioeconômico e técnico colonial, o mesmo não engendrou um impacto direto, imediato e definitivo no modo indígena de produção da cerâmica. Os resultados dos testes de similaridade e das análises de cluster indicaram uma baixa associação entre a cerâmica indígena e a cerâmica colonial; e apesar de alguns novos elementos (especialmente os apêndices²³⁰ e os tipos morfológicos²³¹) terem sido incorporados na olaria indígena, isso não foi suficiente para

²³⁰ Fragmentos de apêndice (asas, alças e cabos) confeccionados a partir do perfil técnico colonial foram evidenciados nos sítios São Bento, São Bento II, Engenho Jaguaribe, Tamanduá, Alto dos Macacos I, Alto dos Macacos II, Alto dos Macacos III e Alto dos Macacos IV. Apêndice (asas, alças e cabos) confeccionados a partir do perfil técnico indígena, também foram evidenciados nos sítios Alto dos Macacos I, Alto dos Macacos II, Alto dos Macacos III, Tamanduá e São Bento II, o que claramente indica a possibilidade de terem sido fabricadas, tanto com o perfil colonial quanto com o indígena, peças como a forma 11. E a fabricação do apêndice a partir do perfil técnico indígena seria fruto de uma influência colonial.

²³¹ Vale frisar algumas informações sobre as formas e os contextos em que elas aparecem: todas as formas foram evidenciadas no perfil técnico colonial; peças com forma (5, 6 e 7) que remetem aos púcaros e prato de base anelar (forma 28), utilizado para servir os alimentos, são exemplos de objetos que foram trazidos para o Brasil com o advento da colonização, e tais peças foram localizados nos sítios com tecnologia indígena. A reconstituição permitiu confirmar a presença, nos sítios Engenho Jaguaribe e São Bento, das formas 1 e 2 que são muito semelhantes aos sinos e pães de açúcar. A reconstituição hipotética demonstrou uma certa recorrência de formas na maioria dos sítios. De modo geral, no perfil técnico indígena foi possível reconstituir as formas 4, 10, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 22 e 27; todas destinadas a funções gerais para armazenamento, servir e cozinhar. Observamos, também, que nos sítios com maior presença de material cerâmico do perfil técnico indígena foram constatados fragmentos de peças do perfil técnico colonial, cujo a reconstituição revelou as formas 10, 13, 14, 15, 17 e 18; todas destinadas a funções gerais para armazenamento, servir e cozinhar. Levando em consideração a bibliografia consultada, que ressalta que as formas (4, 10, 12, 3, 16, 17, 18, 19, 22 e 27) são comumente encontradas no material cerâmico indígena,

criar uma homogeneidade nas técnicas de fabricação da cerâmica ou para fomentar o surgimento de um perfil técnico híbrido que fosse plena e efetivamente adotado pelos indígenas que ocuparam a Sesmaria Jaguaribe.

Um panorama similar foi sugerido com a problematização dos índices de porosidade. A partir dos resultados aferidos podemos observar que a cerâmica fabricada com o perfil técnico indígena alcançava índices de porosidade adequados às necessidades de armazenar, servir ou cozinhar. E que a cerâmica associada ao perfil técnico colonial não apresenta nenhuma vantagem ou melhoria significativa na capacidade de retenção de líquidos (impermeabilidade) quando comparada à cerâmica com perfil técnico indígena, ou vice-versa. Podemos supor que as oleiras que fabricavam cerâmica com o perfil técnico indígena notaram que não havia vantagem significativa na capacidade de retenção de líquidos na cerâmica do perfil técnico colonial, assim sendo, levando em consideração este motivo, não havia necessidade técnica de mudanças no modo de produzir os vasilhames cerâmicos.

Por sua vez, os resultados dos testes de fluorescência, realizados tanto em amostras de fragmentos do perfil técnico indígena quanto do perfil técnico colonial, nos permitiu conhecer a composição elementar de nosso acervo e sugerir prováveis cenários sobre a origem e processo de aquisição de matéria prima. De modo geral, pudemos observar certa homogeneidade nas características gerais das matérias primas utilizadas para a fabricação dos objetos cerâmicos encontrados na Sesmaria Jaguaribe. Contudo, foi observado, também, uma variabilidade, pois a correlação entre os elementos não tem um comportamento padronizado nas amostras de todos os sítios. De modo geral, notamos que, apesar da tendência das amostras de cada sítio formarem conjuntos coerentes, é preciso destacar a recorrência de casos *outlier* que destoam dos agrupamentos, podendo estar associados a exploração de múltiplas fontes de matéria prima.

Assim, é factível supor que alguns vasilhames cerâmicos, associados tanto ao perfil técnico indígena quanto ao perfil técnico colonial, tenham sido produzidos localmente utilizando as mesmas fontes de matéria prima, que provavelmente se encontram no

seria muito frágil de nossa parte propor influências de um perfil técnico sobre o outro para justificar a utilização das mesmas formas, contudo, podemos supor que os grupos que mantiveram a confecção da cerâmica do perfil técnico indígena tinham interesse em privilegiar o uso de peças do perfil técnico colonial com formas semelhantes à produzidas a partir do perfil técnico indígena, com exceção da forma 24 que apresenta características do perfil técnico colonial, mas não é comumente associado a cerâmica portuguesa, sendo, por outro lado, recorrente no acervo de sítios com ocupação indígena no Brasil. Contudo, nos falta subsídios para inferirmos se neste caso houve a tentativa de reproduzir padrões indígenas a partir de técnicas não indígenas.

entorno dos sítios. Todavia, também há indícios de variabilidade entre as amostras, o que pode sugerir a exploração de múltiplas fontes de argila inseridas nos limites da Sesmaria Jaguaribe, ou até mesmo, a captação de matérias primas ou a aquisição de objetos provenientes de outras áreas.

Portanto, acreditamos que os resultados das diferentes análises expostas no sétimo capítulo, corroboram com nossa hipótese, ao demonstrar que ao longo dos séculos XVII e XIX a cerâmica indígena permaneceu sensivelmente distinta dos vasilhames cerâmicos produzidos em conformidade com os padrões tecno-morfológicos recorrentes nos objetos utilizados e fabricados pelos colonizadores. É notório que a cerâmica indígena produzida e/ou utilizada na Sesmaria Jaguaribe não incorpora quase nenhum dos elementos técnicos e morfológicos que caracterizam o perfil técnico colonial. E mesmo quando podemos identificar possíveis influências coloniais sobre a cerâmica indígena (como seria o caso das alças e asas), observamos que esses elementos são quantitativamente reduzidos e pouco empregados, não indicando, portanto, o “surgimento” de outro perfil técnico que combinasse elementos da olaria indígena e colonial.

Como dito anteriormente, compactuamos com a ideia de que o perfil técnico é formado pelas diferentes escolhas que expressam não apenas a forma de produção dos objetos, mas também nos fornecem pistas sobre o contexto sociocultural e simbólico compartilhados pelos grupos pretéritos (OLIVEIRA, 2000:35-36). Assim sendo, defendemos que os elementos que compõem o perfil técnico indígena dos acervos cerâmicos dos sítios da Sesmaria Jaguaribe são reflexos das escolhas realizadas pelas oleiras.

Como revelam os dados históricos abordados em nossa pesquisa, estas escolhas ocorrem em meio à implantação de um novo cenário socioeconômico, político e religioso que tendia a ser opressor e impositivo, desconsiderando as especificidades e o protagonismo das comunidades indígenas. Todavia, como salientado por Sartre (1978:07) as próprias escolhas reafirmam o valor do que se escolhe, e são inerentes ao homem independentemente da situação que ele está inserido. Assim sendo, apesar das mudanças e mazelas impostas pelo jugo colonial, os indígenas que viveram na área da Sesmaria Jaguaribe buscaram meios não apenas de promover suas escolhas, mas também estruturar o seu modo de vida através de critérios próprios, como sugere o acervo cerâmico dos sítios analisados.

Portanto, parafraseando Schiffer e Skibo (1997), acreditamos que as escolhas técnicas estão ontologicamente associadas as estratégias ou mecanismos desenvolvidos

por cada grupo social na tentativa de organizar e reproduzir o seu universo técnico-cultural. Neste mister, na área da Sesmaria Jaguaribe, a manutenção da produção de objetos cerâmicos através de parâmetros tecnomorfológicos próprios durante séculos, revelam uma tentativa dos grupos que habitaram esta área durante o período colonial de manterem e transmitirem não somente os seus próprios padrões e conhecimentos técnicos, mas também seu universo sociocultural e, quiçá, sua identidade.

Ao pensar os artefatos cerâmicos como manifestação das escolhas técnicas de um determinado grupo, entendemos, inspirados nas propostas de Hodder (1994), que esses objetos e/ou seus fragmentos são como textos, que nas mãos habilidosas das antigas oleiras foram confeccionados com o intuito de expressar seus conhecimentos e refletir aspectos do contexto sociocultural vivenciado. No caso, dos grupos indígenas da Sesmaria Jaguaribe, a manutenção do modo produção cerâmico ou a simples escolha de utilização da cerâmica indígena pode ser encarada como uma manifestação singela, sutil e silenciosa de demonstrar que, apesar de estarem sendo obrigados a conviver com universo cultural diferente do seu e aceitar a utilização de objetos e adoção de alguns costumes dos colonizadores, os grupos locais não abriram mão de realizar suas próprias escolhas. E estas, de certo modo, revelam sua resistência cultural em abandonar os seus próprios parâmetros socioculturais e aceitar passivamente o modo de vida colonial.

Com isso não estamos afirmando que as oleiras e os grupos que optaram em continuar usando a cerâmica indígena se mantiveram ao longo dos séculos em um estado de estagnação técnica e criativa, nutrido pelo anseio de se isolar das mudanças causadas pela colonização. O que estamos sugerindo é que estes grupos optaram, escolheram, e, por algum tempo, continuaram a confeccionar objetos cerâmicos seguindo seus próprios padrões de produção tradicional. Isto não os impediu de usarem os objetos fabricados nos moldes dos colonizadores, todavia, demonstrava que outras escolhas também podiam ser feitas. Essas escolhas, mesmo que singelas e incapazes de livrar esses grupos, esses indígenas das mazelas advindas do contato promovido pela empresa colonial, ainda hoje nos permitem reconhecer, graças as “mensagens” escritas na cerâmica, que o protagonismo e agência dessas pessoas não foi simplesmente apagado ou substituído.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ABREU, L. Um parecer da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares nas vésperas do decreto de 30 de maio de 1834. In: **Estudos em Homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

ABREU E SOUZA, R; LOPES, M. Cerâmicas de produção local/regional no contexto colonial espanhol de Santiago de Xerez, século XVII. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, vol. 1, n. 2, jul-dez. ISSN: 2318-5503. 2014.

AGOSTINI, C. Resistência Cultural e Reconstrução de Identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. **Revista de História Regional**, Vol. 3(2), pp.115-137, Inverno. 1998.

_____. Padrões de decoração em vasilhames cerâmicos no Rio de Janeiro do século XIX. **Revista de Arqueologia**, vol.11, pp. 1-14, 1998a.

_____. **Mundo Atlântico e Clandestinidade** Dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no Sudeste, século XIX. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense – UFF - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Niterói, 2011.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M. A cerâmica da Citânia de Briteiros: um sítio arqueológico de contacto lusitano-romano. **Revista de Guimarães**, Guimarães, v. 80 n. 1/2, p. 105-126, jan./jun., 1970.

_____. Reflexões em torno da utilização do antiplástico como elemento classificatório da cerâmica pré-histórica. **CLIO**, Revista do Mestrado em História da UFPE, Recife. n° 6, p.109-112, 1984.

_____. Subsídios ao estudo arqueológico dos primeiros contatos entre os portugueses e os indígenas da tradição Tupiguarani no Nordeste do Brasil. **CLIO** - Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, Recife, n. 5, p. 105-116, 1982.

_____. **Contato Euro-Indígena no Nordeste do Brasil: Um Estudo Arqueológico**. Dissertação (Mestrado) 1984. Universidade Federal de Pernambuco Recife/PE. 1984.

_____. Perspectiva da Arqueologia Histórica no Brasil. In: **REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA - SAB**, 6. Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro: SAB/CNPq, v.2. p. 508-515. 1992.

_____. O processo interétnico em uma feitoria quinhentista no Brasil. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 7, p. 99-123. ISSN: 0102-0402. 1993.

_____. Contatos. **Caderno de Criação**, Porto Velho, ano VI, n.17, p. 47-66, ISSN: 0104-9389. 1999.

_____. O sítio Arqueológico PE 13-LN; um sítio de contato interétnico: nota prévia. In: Terceiro Simpósio de Arqueologia da área do Prata. São Leopoldo. RS. **Anais do Terceiro simpósio de arqueologia da área do Prata**. São Leopoldo v.1, p.79-90, 1969.

_____. Horticultores pré-históricos do Nordeste. **Arquivos do Museu de História Natural**. Belo Horizonte, v. 8/9, p. 131-134, 1983/1984.

_____. Agricultura pré-histórica no Nordeste. **Agreste**, Recife, nº.7, p.25, out./nov. 1985.

_____. Ocupação Tupiguarani no Estado de Pernambuco. **CLIO – Série Arqueológica** (Número extraordinário dedicado aos Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro). Recife, nº.4, p.115-116, 1991.

_____. Recipientes cerâmicos de grupos Tupi, no Nordeste brasileiro. In: PROUS, A.; LIMA, T.A. (org.). **Os ceramistas Tupiguarani: sínteses regionais**. Belo Horizonte: Sigma, 2008.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V. Caçadores-coletores no agreste pernambucano: ocupação e ambiente holocênico. **CLIO – Série Arqueológica** (Número extraordinário dedicado aos Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro). Recife, nº. 4, p. 73-74, 1991a.

_____. Agricultura tropical pré-histórica (um sistema de floresta úmida ou que integra o semiárido). **Revista Ciência e Trópico**, Recife, v.19, nº.1, p. 7-33, 1991b.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V.; MACIEL, D. **Programa de Prospecção arqueológica em área de implantação da Companhia Brasileira de Vidro Planos - CBVP no município de Goiana, Pernambuco**. Processo no IPHAN N^o 01498.001515/2012-97, 2014.

ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEGRE, M. S. P. Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste no final do século XVIII: Aspectos demográficos da "cultura de contato." **GT História Indígena e do Indigenismo XVI Encontro Anual da ANPOCS** 20 a 23 de outubro de 1992, Caxambu, Minas Gerais, 1992. www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/16-encontro-anual...aldeias/file

ALLEN, S. J. Identidades em Jogo: negros, índios e a arqueologia da Serra da Barriga. In: L. de Almeida, M. Galindo e J. Elias (eds.) **Índios do Nordeste: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, Vol. 2, pp.245-275; 2000.

_____. A 'cultural mosaic' at Palmares? Grappling with historical archaeology of a -Seventeenth-Century brazilian quilombo. In: FUNARI, Pedro P. (org.), **Cultura Material e Arqueologia Histórica**, Campinas, Unicamp, pp. 141-178. 1998.

_____. As vozes do passado e do presente: arqueologia, política cultural e o público na Serra da Barriga. **Clio – Série Arqueológica**, Vol. 20, n.1, pp. 81-101. 2006.

ALLEN, S. J.; MOURA, Herbert. Projeto Arqueológico Monjope, escavações 2011. **CLIO Série Arqueológica**, V.26, n.2. 2012.

ALLEN, S. J.; NETO. W. M. L. Estudos Arqueológicos na Serrana dos Quilombos, Alagoas. Relatório. **Clio – Série Arqueológica**, Vol. 20, n.1, pp. 01-18. 2012.

ALVES, C., et al., **A cerâmica pré-histórica brasileira: novas perspectivas analíticas**. Revista Clio Arqueologica. 1991.

ALVES, I. M. **O vocabulário da cana-de-açúcar nas obras de José Lins do Rego**. Alfa, São Paulo, 25:5-14, 1981.

ALMEIDA, M. R. C. Política de aldeamento e colonização. In: ALMEIDA, M. R. C. **Os índios no História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p.71-106, 2000.

ALMEIDA, G. F. **Terra de Quilombo: Arqueologia da Resistência e Etnoarqueologia no território Mandira, município de Cananéia/SP**. (Mestrado em Arqueologia) – Departamento de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. 2012.

AMARAL, M. A. **“Andanças” Tupiguarani na Chapada do Araripe: análises das correlações entre mobilidade humana, tecnologia cerâmica e recursos ambientais**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Departamento de Pós-graduação em Arqueologia – UFPE, Recife/PE. 2015.

AMORIM, I. A cerâmica de Aveiro no século XVIII: das olarias à Fábrica de “Louça Fina”, Comunicação apresentada ao **I Encontro de História Empresarial**, Évora, 1995.

ANDRADE, A. P. G. **A casa de vivenda do Sítio São Bento de Jaguaribe: uma reconstituição arqueológica**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco Recife/PE, 2006.

ANUNCIÇÃO, Fr. M. A. **Cronica do Mosteiro de S. Bento de Olinda Até 1763**. Oficinas gráficas da Imprensa oficial, 1940.

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. 2^o edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.

_____. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Salvador: Progresso, 1955.

ARAÚJO, A. G. M. **Destruído pelo arado? Arqueologia de superfície e as armadilhas do senso comum**. Revista de Arqueologia, 14/15:7-28. 2002.

ARRUTI, J. M. A árvore Pankararú: Fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In OLIVEIRA, J.P. (Org.), **A Viajem da Volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, p.229-278, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: **informação e documentação – referências – elaboração**. São Paulo: ABNT, 2000.

AYRES DE CAZAL, M. **Corografia Brasílica, ou relação histórico geográfica do reino do Brasil composta e dedicada a Sua Magestade de fidelíssima por hum presbiterosecula**. Tomo I, Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1818. Disponível em: www.archive.org/download/corografiabrazilica

_____. **Corografia Brasílica, ou relação histórico geográfica do reino do Brasil composta e dedicada a Sua Magestade de fidelíssima por hum presbiterosecula**. Tomo II, Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1818. Disponível em: www.archive.org/download/corografiabrazilica

AZEVEDO, E. B. **Arquitetura do Açúcar**. Editora Nobel, SP, 1990.

_____. **Arquitetura do Açúcar. Engenhos do Recôncavo Baiano no Período Colonial**. São Paulo: Nobel, 1990.

BACHELARD, G. **A Água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. 2. Ed. São PAULO: Martins Fontes, 1998.

BARDI, P. M.; PENIDO, D. B.; FONSECA, E. N.; GONSALVES DE MELLO, J. A.; MENEZES, J. L. M. **Benedítnos em Olinda – 400 anos**. São Paulo: Editora SANBRA, 1986.

BARLÉU, G. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau**. 1638. Rio de Janeiro, Gráfica do Ministério da educação, 1940. Disponível em: www.brasiliana.usp.br

BARBOSA, B. F. **Paranambuco: herança e poder indígena Nordeste séculos XVI-XVII**. Recife: Editora Universitária da UFPE. 2007.

BARBOSA, J. A. **Evolução da Bacia Paraíba Durante o Maastrichitano - Paleoceno - Formações Gramame e Maria Farinha, Nordeste do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geociências). Recife: UFPE/ CTG, 2004.

BARRÊTO, J. P. Engenho Monjope. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**. N.63. Recife. jan-jul, pp. 13-32. 2009.

BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Tradução: Mauro Gama & Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BELLUZZO, A. M. M. A lógica das imagens e os habitantes do Novo mundo. In: GRUPIONE L. D. B. **Índios do Brasil**. São Paulo: Global; Brasília: MEC, pp. 47-58, 1998.

BENATTI, J. H. **Direito de Propriedade e Proteção Ambiental no Brasil: apropriação e o uso dos recursos naturais no imóvel rural**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2003.

BERCOVICI, G. **Constituição Econômica e Desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988**/ Gilberto Bercovici. São Paulo: Malheiros. 2005.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global: esboço metodológico**. Ra'e Ga, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004.

BETTENCOURT, D. E. A restauração dos mosteiros beneditinos do Brasil em fins do século XIX. In: ALMEIDA, D. Emanuel. (org.). **Coletânea, Tomo II: 400 anos, Mosteiro de São Bento, Rio de Janeiro, Homenagem**. Rio de Janeiro. Edições “Lumen Christi”. 1991.

BETTENCOURT, L. Cartas Brasileiras: Visão e Revisão dos índios. In: GRUPIONE L. D. B. **Índios do Brasil**. São Paulo: Global; Brasília: MEC, pp. 39-46, 1998.

BEZERRA, A. C. **Da olaria para a fábrica. Cerâmica e produção açucareira no engenho Monjope, Igarassu, Pernambuco**. Dissertação (em Arqueologia), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE. 2009.

BINFORD, L. Archaeological systematics and the study of culture process. **American Antiquity**, vol. 31, p. 203-210. 1965.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e Etnia – Construção da Pessoa e Resistência Cultural**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1996.

BROCHADO, J. P. A expansão dos Tupi e da tradição cerâmica Amazônica. **Dédalo**, São Paulo, nº27, p.65-82, 1989.

_____. Contatos entre europeus e indígenas: um estudo de aculturação através das mudanças na cultura material. **Revista do IFCH**, 2:11-47, 1974.

_____. A tradição cerâmica Tupiguarani na América do Sul. **Clio**, Recife, v.3, p.47-60, 1980.

_____. **An ecological model of the pread of pottery and agriculture into Eastern South America**. Tese (Doutorado em Arqueologia) - University of Illinois, Urbana, 1984.

BROCHADO, J. P.; LAZZAROTO, D.; STEINMETZ, R. **A cerâmica das Missões Orientais do Uruguai: Um estudo de aculturação indígena através da mudança na cerâmica**. **Pesquisas, Antropologia**, nº 20. Anais do III Simpósio de Arqueologia da área do Prata, São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, p. 169-210, 1969.

BUCCAILLE, R.; PESEZ, JM. Cultura Material. **In: ROMANO**, Ruggiero (dir.). Homo/Domesticação-Cultura Material, Enciclopédia Einaudi, v. 16. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

CABRAL DE MELLO, E. **O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês**. 1a ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

CALADO, Fr. M. O Valoroso Lucideno - 1648. In: FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia – história da guerra brasílica, 1675**. São Paulo: Beca Editora, 2004.

CALZA, C.; LIMA, T. A.; GODOY, J.; ANJOS, M. J.; LOPES, R. T.; BRANCAGLION, A. Jr.; SOUZA, S. M. F. **Aplicações da fluorescência de Raios X no estudo de materiais arqueológicos**, 2013. www.forumpatrimonio.com.br. Acessado em 25/10/2017.

CALZA, C. **Fluorescência de raios x aplicada à análise de bens culturais**. Boletim Eletrônico da ABRACOR, nº 1, 2010.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1942.

CHAUI, Marilena. **Convite á Filosofia**. Editora Ática, 1995.

CASTELLS, M, **A sociedade em rede**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARDIM, F. **Tratados da terra e gente do Brasil**. 1577. Rio de Janeiro, J. Leite & Cia., 1925. Disponível em: www.brasiliana.usp.br

CARDOSO, R.; AMARAL, A.; OLIVEIRA, C., Engenhos Que Caem e Casas Que Se Erguem: Estudo de Caso do Engenho Jaguaribe, Abreu e Lima, PE. In: OLIVEIRA, C.; GUETT N. C.; ALLEN, S. (Org.). **Arqueologia de engenhos: arqueologia e conservação do patrimônio cultural de Pernambuco**. Editora UFPE, Recife, volume 3, pp. 101-122, 2018.

Carta de Duarte Coelho ao Rei em 20.12.1546. In: SOUZA, Bernardino José de. **O pau-brasil na história nacional**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1939, p. 137-139

CARVALHO, C. T. **A presença dos monges Beneditinos na São Paulo Colonial (1598 – 1792)**. 2007. Disponível em: www.revistas.pucsp.br. Acessado em 12//04/2017.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura; Fapesp, 1992.

CHEEK, A. **The Evidence for Acculturation in Artifacts: Indians and Non-Indians at San Xavier del Bac**, Arizona. PHD dissertation, University of Arizona. University Microfilms, Ann Arbor. 1974.

CHMYZ, I. **Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. Manuais de Arqueologia I**. Curitiba: CEPA/UFPR, 1966.

_____. **Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. Manuais de Arqueologia, 2**. Curitiba: CEPA/UFPR, 1969.

_____. Terminologia Arqueológica Brasileira para Cerâmica. 2ª Ed. revista e ampliada. **Cadernos de Arqueologia do Museu de Arq. e Arte Pop. de Paranaguá**, 1976.

COCHRANE, E. E. **Explaining cultural diversity in ancient Fij: the transmission of ceramic variability**. Tese de doutorado. Honolulu: University of Hawai, 2004.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Abreu e Lima, estado de Pernambuco. Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Manoel Júlio da Trindade G. Galvão, Simeones Neri Pereira, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

CPRH - Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos, 2003. Disponível em: www.cprh.pe.gov.br. Acessado em 02/05/2017.

CPRH - Diagnóstico socioambiental – Litoral Norte - O meio físico da área 2 - Recursos hídricos superficiais. Disponível em: www.cprh.pe.gov.br. Acessado em 22/06/2017.

CRIADO BOADO, F. **Limites y posibilidades de Arqueologia del Paisaje**, SPAL, 2, Sevilha, Universidade de Sevilha, p. 9-55, 1993.

CRIADO BOADO, F; VILLOCH VÁSQUEZ. V. **La monumentalización dei paisaje: percepción y sentido original en el megalitismo de la Sisra de Barbanza (Galicia)**, Trabajos de Prehistoria, 55, n." 1, Madrid, p. 63-80. 1998.

CORRÊA, A. A. **Pindorama de Mboia e Îakaré. Continuidade e Mudança na Trajetória das Populações Tupi**. Tese de doutorado (em Arqueologia). São Paulo: MAE-USP, 2014.

COSTA PORTO. **Estudo sobre o sistema sesmarial**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

COSTA, D. M. **Algumas abordagens teóricas na arqueologia histórica brasileira**. Arqueologia/Artigos, 2013.

COSTA, L. V. **25 séculos de cerâmica**. Lisboa: Estampa, ISBN 9723315882. Número de Chamada: 738 C837v. 2000.

COUTO, Dom D. L. **Desagravos do Brasil e Gloria de Pernambuco (1759)**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

CRUZ, M. D. **Normas de Inventário – Arqueologia: cerâmica utilitária**. INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO. Org. Maria das Dores Cruz, Paulo Ferreira da Costa. Lisboa: Cromotipo, 2007.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: Ed EDUSC, 1999.

CUNHA, E. M. C. A direção dos índios em Pernambuco: Construindo “novos” trabalhadores para a sociedade colonial. **Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial**, Belém, 2012.

CURADO, J. F. **Estudo e Caracterização Física de Cerâmicas Indígenas Brasileiras**. Tese (doutorado em Ciências). Instituto de Física da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CUSICK, J. G. Historiography of acculturation: an evaluation of concepts and their application in archaeology. In **Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology**. ed. by James Cusick. Center for Archaeological Investigations, Occasional Paper, n. 25:126-145. 1998.

_____. Introduction. In: CUSICK, J. G. **Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change and Archaeology**. Carbondale: Southern Illinois University Press, p. 1 - 20. 2015.

_____. Historiography of Acculturation: An Evaluation of Concepts and Their Application in Archaeology. In: CUSICK, J. G. **Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change and Archaeology**. Carbondale: Southern Illinois University Press, pp. 126 – 145, 2015.

DEAGAN, K. Aventure of inquiry in historical archaeology. **In: Images of the Recent Past**. Ed. ORSER, C. E. London: AltaMira Press, Walnut Creek, pp: 16-41, 1996.

DEAGAN, K. Transculturation and Spanish-American Ethnogenesis: The Archaeological Legacy of the Quincentenary. In: **Studies in Culture Contact – Interaction, Culture Change, and Archaeology**, ed. J. Cusick, Carbondale: Center for Archaeological Investigations, pp.23-43. 1998.

DEAGAN, K. Lineas de Investigacion en arqueologia histórica. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica: VESTÍGIOS**, v.2, n.1, janeiro-junho, ISSN 1981-5875, 2008.

DEETZ, J. The archaeology of early american life. **In: Small Things Forgotten**. New York: Achor Press/Doubleday, 1977.

DESCARTES R. **Discurso do Método**. 4.^a ed. Tradutor: Gomes P. Guimarães Editores, Ltda. Lisboa, 2004.

DIAS JR., O. F. **Pré-história e arqueologia da região sudeste do Brasil**. In **A pesquisa do passado: arqueologia no Brasil**, editado por E.Carvalho, pp. 155-162. Instituto de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro. 1987.

DIAS JR., O. F. Cerâmica Cabocla do Vale do Elefante. **Boletim do IAB nº 3**. 1964.

DIAS JR., O. F. **Textos avulsos 01**. A Cerâmica Neo-brasileira. Instituto de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro, 1988.

DRENNAN, R. D. **Statistics for archaeologists: A Common Sense Approach**. New York: Springer, 2009.

DOBRES, M. A., and C. R. HOFFMAN. Social Agency and the Dynamics of Prehistoric echnology. **Journal of Archaeological Method and Theory**, 1:2II-258. 1994.

DUSSEN, A. V. D. **Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses, 1639: suas condições econômicas e sociais**. Tradução, introdução e notas por José Antonio Gonçalves de Mello, Neto. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947.

EERKENS, J. W. **The Origins of Pottery among Late Prehistoric Hunter-Gatherers in California and the Western Great Basin**. Tese (Doctor of Philosophy in Anthropology) -University of California, Santa Barbara, 2000.

EERKENS, J. W. & LIPO, C. P. **Cultural Transmission Theory and the Archaeological Record: Providing Context to Understanding Variation and Temporal Changes in Material Culture**. 2007.

ENDRES, D. J. **A Ordem de São Bento no Brasil quando Província – 1582/ 1827**. Salvador: Editora Beneditina, 1980.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Brasília: Embrapa Serviço de Produção de Informação, 1999.

_____. Sistemas de produção de mandioca. Disponível em: www.embrapa.br
Acesso em: 19 março. 2017.

ETCHEVARNE, C. A. Aspectos da cerâmica colonial do século XVII em Salvador – Bahia. Recife, UFPE, **CLIO**, n.20, vol. 01, 2006.

ETCHEVARNE, C. A. Patrimônio Arqueológico na Bahia. Breves considerações sobre o estado atual da questão. In: ETCHEVARNE, C. & PIMENTAL, R. (Orgs.), **Patrimônio Arqueológico da Bahia**. Publicações SEI, Salvador, 2011.

FACCIO, N. B. **Arqueologia dos Cenários das Ocupações Horticultoras da Capivara, Baixo Paranapanema – SP**. São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

FACCIO, N. B. **Estudo do Sítio Arqueológico Alvim no Contexto do Projeto Paranapanema**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

FAORO, R. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. Vol. 1. Ed. 10. São Paulo: Globo; Publifolha, (Grandes nomes do Pensamento Brasileiro), 2000.

FERNANDES, I. M. Do uso das peças: diversa utilização da loiça de barro, **Actas do IV Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos**, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, pp. 12-39, 1999.

FERNANDES, Millôr. **Millôr Definitivo: A Bíblia do Caos**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

FERRAZ, S. **Sesmarias do açúcar. Sítios históricos.** Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 26-2, 2008.

FERGUSON, L. "The Cross Is a Magic Sign": Marks on 18th Century Bowls from South Carolina. **Paper presented at the conference "Digging the Afro-American Past,"** 17-20 May 1989, University of Mississippi, Oxford. 1989.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala.** 30^o ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A.; Reis, José Alberioni (orgs). **Arqueologia da Repressão e da Resistência na América Latina na Era das Ditaduras (Década de 1960-1980).** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

FUNARI, P. P. A. Etnicidad, identidad y cultura material: un estudio del cimarrón Palmares, Brasil, siglo XVII. In: ZARANKIN, A. e ACUTO, F. (eds.) **Sed non Satiata - Teoria Social en la Arqueologia Latinoamericana Contemporánea,** Buenos Aires, Ediciones Del Tridente, p. 77-96. 1999.

GALVÃO, B. F. R. **Aponctamentos Históricos sobre a Ordem Benedictina em Geral e em particular sobre o Mosteiro de N. S. do Monserrate da Ordem do Patriarcha S. Bento d'esta cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro. Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1879.

GAMBINI, R. **Espelho Índios: A formação da alma brasileira** – São Paulo, Axs Mundi/Terceiro Nome, 2000.

GOMES, M. V. e GOMES, R. V. **Intervenção Arqueológica, Escavações nas Casas de João Esmeraldo – Cristóvão Colombo (1.ª Fase),** Funchal, Câmara Municipal do Funchal, pp. 27-48. 1989.

GOMES, G. **Engenho & Arquitetura.** Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.

GRAWITZ, M.. *Methodes des sciences sociales.* Paris: Dalloz, 1979

GUEDES, C. C. F. et al.,. *Datação por Luminescência Opticamente Estimulada: Princípios e aplicabilidade nos depósitos sedimentares brasileiros.* **XIII Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário ABEQUA III Encontro do Quaternário Sulamericano XIII ABEQUA Congress - The South American Quaternary: Challenges and Perspectives.** 2011. Disponível em: www.abequa.org.br. Acessado em 02/07/2017.

GUERRA, T. P. **O sítio Moju 1: Aspectos da cerâmica neobrasileira no município de Moju, Pará.** <http://www.scientiaconsultoria.com.br/site2009/pdf>. Acessado em 20/07/2017.

GUIMARÃES, M. B. C. **A ocupação pré-colonial da Região dos Lagos, RJ: Sistema de assentamento e relações intersociais entre grupos sambaquianos grupos ceramistas Tupinambá e da Tradição Una.** Tese de doutorado (em arqueologia),

Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 2007.

GUIMARÃES, C. M. et al., O Quilombo do Ambrósio: lenda, documentos e arqueologia. In: **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, XVI (1, 2): 161-174, 1990.

GUIMARÃES, Pe. A. J. F. C. **Catálogo de Pesos e medidas**. 1999. www.csarmento.uminho.pt/docs . Acessado em 17/03/2017.

HAUSER, M.; HICKS, D. Colonialism and Landscape: power, materiality and scales of analysis in Caribbean Historical Archaeology. In: Dan Hicks & Laura McAtackney (Ed.) **Envisioning the Landscape: situations and standpoints in archaeology and heritage**. California: Left Coast Press, 2007.

HEGENBERG, L. **Etapas da investigação científica**. São Paulo: EDUSP, 1976.

HERSKOVITS, M. **Acculturation: The Study of Culture Contact**. New York: J. E. Augustin, 1938.

HILL, M. Ethnicity Lost? Ethnicity Gained? Information Functions of African Ceramics in West Africa and North America, in R. Auger, M. Glass, S. McEachern e P. McCartney (orgs.), **Ethnicity and Culture: Proceedings of the Eighteenth Annual Chacmool Conference** (Calgary: University of Calgary), p. 135-139, 1987.

HOORNAERT, E. (coor.). **História Geral da Igreja na América Latina: História da Igreja no Brasil**. v.1. Petrópolis: Vozes, 1979.

HODDER, I. Economic and social stress and material culture patterning. In: **American Antiquity**. Vol.44, (3), 1979.

_____. **Reading the Past. Current approaches to Archaeology**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

JACOBUS, A. L. **Resgate arqueológico e histórico do Registro de Viamao (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha/RS)**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do IFCH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Taquara. 1996.

_____. Louças e cerâmicas no sul do Brasil no século XVIII: o registro de Viamão como estudo de caso. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul. 1996.

JOHNSON, M. H. **An Archaeology of Capitalism**. London: Blackwell Publishers, 1996.

_____. Towards a world historical archaeology. **Antiquity**, 71: 220-222, 1997.

JOLIVET, R. **Curso de Filosofia**. 13 ed. Rio de Janeiro, Agir: 1979.

JONES, S. **The Archaeology of Ethnicity. Constructing Identities in the Past and Present**. London: Routledge, p.180. 1997.

KNAPP, A. B.; ASHMORE, W. Archaeological landscapes: constructed, conceptualized, ideational. In: ASHMORE, W.; KNAPP, A. B. (eds.). **Archaeologies of landscape. Contemporary perspectives**. Oxford, Blackwell, p.1-30. 1990.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

KERN, A. A. **Arqueologia Histórica Missioneira**. Porto Alegre: Edipucrs. 1998.

KOSTER, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 11ª edição. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2v, 2002.

LA SALVIA, F.; BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura. 1989.

LAMBERG-KARLOVSKY, C. C. The longue durée of the ancient Near East. In: HUOT, J-L; YON, M.; CAVET, Y. (Eds.). **De l'Indus aux Balkans Recueil Jean Deshayes**. Paris: Editions recherche sur les civilisations. p. 55-72. 1985.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro, Zahar. 1986.

LE COUTEUR, P.; BURRESON, J. **Os botões de Napoleão: as 17 moléculas que mudaram a história**. Trad. M.L.X.A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LEMONNIER, P. Elements for Anthropology of Technology. Michigan: **Museum of Anthropological Research** (88), University of Michigan, 1992.

_____. L'étude des systèmes techniques, une urgence en technologie culturelle. **Techniques et culture**, n.1, p.11-34, jan./juin, 1983.

LEROI-GOURHAN. A. **Evolução e técnica. 1 – O homem e a matéria**. Lisboa: Edições 70, 1985.

LESSER, A. The right not to assimilate: the case of the american indian. In: **History, Evolution and the Concept of Culture: Selected Papers by Alexander Lesser**, (S. W. Mintz, Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, Occasional Paper N° 3, p.108-115, 1985.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Tradução de Rosa Freire de Aguar. São Paulo: MARTINS Fontes, 1979.

_____. **A noção de estrutura em etnologia; Raça e história; Totemismo hoje**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultura, 1980.

LIVRO DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE OLINDA. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife: Imprensa Oficial, RIAHGP, vol. XLI, 1948.

LIMA, T. A. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). São Paulo: **Anais do Museu Paulista**, 1993.

_____. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero-Americanos**. 2:7-23. 2002.

LIMA, T. A. et al. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, séc. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. In: **Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material**. São Paulo: USP, Nova Série, nº. 1, 1993.

LIMA, T. A., BRUNO, M.; FONSECA, M. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, século XIX: a Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. **Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material**, Nova série, 1, p.170-206. 1993.

LINTON, R. **Acculturation in Seven American Indum Tribes**. D. Appleton-Century, New York. Locke, Alain, and Bernhard J. Stem (editors) 1940.

LITTLE, B. J. People with history: An update on historical archaeology. **In: the United States. In Images of the Recent Past**. Ed. ORSER, C. E. London: Altamira, pp: 42-78, 1996.

LITTLE, B. **Povos com História: Uma revisão da Arqueologia Histórica nos Estados Unidos**. VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica Vol. 8. N. 2. Julho/Dezembro, ISSN 1981-5875, 2014.

LYMAN, R. L.; M. J. O'BRIEN. Cultural Traits: Units of Analysis in Early Twentieth-Century Anthropology. **Journal of Anthropological Research**59:225-250. 2003.

LUNA, D. Joaquim G. de. **Os Monges Beneditinos no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições "LUMEN CHRISTI", 1947.

MABESONE, J. M., **Relief of northeastern Brazil and its correlated sediments**. Zeitser. Geomorph., NF 10:419-453, 1996.

MAGESTE, L. E. C. **Cronologia e Variabilidade: Os ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata Mineira e Complexo de Araruama**. Tese (doutorado em Arqueologia). São Paulo: MAE-USP, 2017.

MARX, K. e ENGELS. F. Manifesto del Partido Comunista. Sem indicação de tradutor, Pekín, Ediciones em Lenguas Etranjeras, 1965.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, p.36-184, 1974.

MAUSS. M. **Manual de Etnografia**. Lisboa: Editorial Pórtico, 1968.

MANGUCCI, C. Da louça Ordinária e não tão ordinária: que se fazia em Lisboa, no ano de 1767. **Cenáculo. Boletim on-line do museu de Évora**. 1, pp-1-8. 2007.

MATTHEW, H. Ethnicity Lost? Ethnicity Gained? Information Functions of African Ceramics in West Africa and North America. In R. Auger, M. Glass, S. McEachern e P. McCartney (orgs.), **Ethnicity and Culture: Proceedings of the Eighteenth Annual Chacmool Conference** Calgary: University of Calgary, p. 135-9, 1987.

MEDEIROS, M. C. **Reconstituição de uma Fazenda Colonial: Estudo de Caso da Fazenda de São Bento de Jaguaribe.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia). 2005. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco Recife/PE. 2005.

MEDEIROS, R. P. **Memória indígena, arqueologia e patrimônio cultural: reflexões sobre a presença indígena nas narrativas sobre a fundação de Olinda.** CLIO. Série Arqueológica (UFPE), Recife, v. 18, 2005.

MELLO, J. A. G.; ALBUQUERQUE, C. X. **Cartas de Duarte Coelho a El Rey.** Recife: Editora Massangana, 1997.

MENOR, E. A.; AMARAL, A. J. R. A Transição Santoniano-Maastrichtiana da Bacia Pernambuco-Paraíba: Revisão Estratigráfica. XVII Simp. De Geol. Nordeste, Fortaleza/CE, 1997.

MESQUITA, V. L. M. **Do açúcar à “divina” cachaça no engenho Monjope em Pernambuco.** Dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em arqueologia da UFPE. Recife, 2005.

MEYER, A. S. **Comparação de coeficientes de similaridade usados em análise de agrupamento com dados de marcadores moleculares dominantes.** Dissertação (Mestrado em Estatística e Experimentação Agronômica) – Escola Superior de Agricultura – USP, Piracicaba, 2002.

MÉDICI, A. "Martins na Inglaterra, pensando em São Caetano." in **Raízes.** nº 10, 1994.

MONTEIRO, J. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo.** 2001. Tese apresentada para o concurso de Livre docência, área de Etnologia, Unicamp, Campinas, 2001.

_____. O Escravo índio, esse Desconhecido. In: GRUPIONE, L. D. B. **Índios do Brasil.** São Paulo: Global; Brasília: MEC, pp. 105-120, 1998.

MORAIS, J. L. **Arqueologia da Paisagem como instrumento de gestão no Licenciamento ambiental de atividades portuárias.** eGesta, v. 3, n. 4, p.97-115, 2007.

MORALES, W.; MOI, F. **Um modelo de uso e circulação humana na região da serra de Santana, Rio Grande do Norte: um exercício de Arqueologia da Paisagem.** Mneme – Revista de Humanidade. v. 08. n. 21, p. 81-98, 2006. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme.

MORALES, W. F. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia,** São Paulo, 77: 165-187, 2001.

_____. Apontamentos para o estudo da administração indígena em Jundiá: séculos XVII e XVIII. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 11: 131-134, 1998.

MORGADO, P. J.; SILVA, R. C.; FILIPE, S. J. A cerâmica do açúcar de Aveiro: recentes achados na área do antigo bairro das Olarias, **In: Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna**, Lisboa. 2011.

MORGADO, P. J. **A Cerâmica do Açúcar em Aveiro na Época Moderna**. 2009. www.researchgate.net/publication. Acessado em 05/06/2017.

MUNITA, C. S. **Contribuição da análise por ativação aos estudos de fontes de matéria-prima de cerâmicas arqueológicas**. CLIO Arqueológica, n° 16. Recife: EDUFPE, p.79 – 85, 2003.

NASCIMENTO, C. W. A. **Acidez potencial estimada pelo pH SMP em solos do Estado de Pernambuco**. R. Bras. Ci. Solo, 24:679-682, 2000.

NASCIMENTO, L. V. **Variação diurna da biomassa fitoplanctônica do Estuário do Rio Timbó (Paulista, Pernambuco, Brasil)**. FUNESO - UNESF - Núcleo de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão Especialização em Ciências Ambientais. Olinda, 2009.

NÉRCI, I. G. **Introdução à lógica**. 5 ed. São Paulo: Nobel, 1978.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. 7-28, 1993.

NOVAES, S. C. A Antropologia contemporânea e os estudos sobre mudança social e identidade In: **Jogos de espelhos: imagens da representação de si através dos outros**. São Paulo: EDUSP, 1993.

NUNES, N. **A Terminologia da Cerâmica do Açúcar de Cana**. 2006. www.researchgate.net. Acessado em 14/06/2017.

OLIVEIRA, C. A. **Relatório Final: Prospecção de Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe-PE**. 2005.

_____. **Relatório Final: Prospecção de Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe-PE**. 2007.

_____. **Relatório Final: Os primeiros engenhos coloniais Sesmaria Jaguaribe-PE**. 2011.

_____. **Relatório Final: Os primeiros engenhos coloniais Sesmaria Jaguaribe-PE**. 2016.

_____. **Estilos tecnológicos da cerâmica pré-histórica do sudeste do Piauí – Brasil**. Tese (Doutorado em Arqueologia) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

_____. **Pesquisas sobre a Cerâmica pré-histórica no Brasil.** Revista Clio. Recife, v.1, nº7, p.11-88, 1991.

_____. As fronteiras tecnológicas de grupos pré-históricos ceramistas do Nordeste. In: LOURES OLIVEIRA (Org.) **Estado da arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, p. 131-150, 2009.

_____. **Relatório Final:** Os grupos pré-históricos ceramistas da Chapada do Araripe. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

OLIVEIRA, et al., Os grupos pré-históricos ceramistas da Chapada do Araripe: prospecções arqueológicas no município de Araripina-PE. **Clio.** Recife, v.2. nº.21, p.333-350, 2006.

OLIVEIRA, L. T. **Aspectos hidrogeológicos da região costeira Norte de Pernambuco – Paulista a Goiana.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geociências do Centro de Tecnologia e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

OLIVEIRA, J. P. **Uma Etnologia dos “índios misturados”?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. MANA, Rio de Janeiro, v.4 nº1, 1998. P. 47-77.

_____. (Org.), **A Viagem da Volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

ORSER, C. **Introdução à Arqueologia Histórica.** Tradução e apresentação de Pedro Paulo Funari, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

_____. **Historical archaeology for the world.** World Archaeological Bulletin, 1996.

_____. **Race, Material Culture, and the Archaeology of Identity.** University of Utah Press, Salt Lake City, 2000.

_____. Beneath the Material Surface of Things: Commodities, Artifacts, and Slave Plantations, **Historical Archaeology**, v.26, n.3, 1992.

ORSER JR, C. E.; FUNARI, P. P. Arqueologia da Resistência Escrava. **Cadernos do LEPAARQ** – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio – v. 1, n. 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul./dez. 2004.

OTTO, J. **Cannon’s Point Plantation, 1794-1860: Living Conditions and Status Patterns in the Old South.** Orlando/San Diego/San Francisco/New York: Academic Press, 1984.

PACHECO, P. H. S. **Moral e disciplina: monges e escravos no espaço monástico beneditino na corte imperial.** Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2010.

PARELLADA, C. I. **A herança de um tesouro. Arqueologia da cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632),** Fenix, Paraná, 2014.

PESAVENTO, S. J. **História & Historia Cultura**. Autentica. Belo Horizonte. 2003
PERNAMBUCO. Governo do Estado. Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH). **Diagnóstico sócio-ambiental e mapeamento das potencialidades e restrições** Recife, 1991.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH). **Relatório de uso: Área Piloto da RBMA – Complexo de Igarassu, Itapissuma e Itamaracá**. Recife, 1998.

PEREIRA, B. A. **Agroindústria Canavieira: Uma análise sobre o uso da água na produção sucroalcooleira**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2009.

PEREIRA, J. R. **A rede da indústria do açúcar: A construção do território de Igarassu-PE**. 2012. Disponível em: www.portal.iphan.gov.br. Acessado em 08/04/2017.

PEREIRA, I. C. **Breve histórico do Instituto da Sesmaria e a evolução das principais áreas da cidade do Salvador**. n.128, Fev./2011. Disponível em: www.revistas.unifacs.br. Acessado em 01/04/2017.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos**. Arquivo Público Estadual, Diretoria de assuntos culturais. Recife, vol. I, 1983.

PERLES, C. Interpretation comparee du materiel lithique et ceramique sur un site néolithique (d'apres l'exemple de FRANCHTHI, Grèce). **A propos des interpretations archeologiques de la poterie: questions ouvertes**. Textes réunis par M. Th.BARRELET et J. - C. GARDIN. Paris, p. 95-105, 1986.

PEREZ, M, et al., **Estudo petrográfico da tecnologia cerâmica guarani no extremo sul de sua distribuição: rio Paraná inferior e estuário do rio da Prata, Argentina**. Revista de Arqueologia, v.22, n°.1, p.65 - 82, 2009.

PREVIATELLI, M. **Evangelização e Propriedade fundiária: Os Monges Beneditinos na cidade de Salvador**. 2005. Disponível em: www.anais.anpuh.org. Acessado em 23/03/2017.

POMPA, M. C. **Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. 2001.

POPPER, K. A lógica da pesquisa científica. In: CHAUI, Marilena (org.). Primeira filosofia. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PRONAPA. **Arqueologia Brasileira em 1968. Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Publicações Avulsas**. Belém: (s.n.), n. 12. 1969.

PUNTONI, P. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP/FAPESP. 2002.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1992.

REGIMENTO DO PAU-BRASIL, de 12.12.1605. In: MENDONÇA, M. C. de. In: **Raízes da formação administrativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Conselho Federal de Cultura, t. 1. 1972.

REGO, H. M. **As panelas de barro de Pernambuco – do século XIX ao XXI**. Dissertação (mestrado em arqueologia), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE. Recife, 2013.

RENFREW C.; BAHN P. **Archaeology: The Key Concepts**. Edited by Colin Renfrew and Paul Bahn. Routledge 2 Park Square, Milton Park, Abingdon, Oxon OX 14 4RN. 2005.

RICE, P. **Pottery Analysis: a source book**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

RIBEIRO, B. G. **Arte indígena, linguagem visual**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, pp.186, 1989.

_____. Desenhos semânticos e identidade étnica: o caso Kayabi. Darcy Ribeiro et al, ii (Eds.) **Suma Etnológica Brasileira. Arte índia**. Edição atualizada do Handbook of South American Indians, Vol. 3, Coord. Berta Ribeiro, Petrópolis, Vozes: 265-86, 1986.

RIBEIRO, DARCY. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. Companhia das Letras – São Paulo. 2^o ed. 1995.

RIBEIRO, P. A. M. **O Tupiguarani no Vale do Rio Pardo e a Redução Jesuítica de Jesus Maria**. In: Revista do CEPA. Santa Cruz do Sul: Associação Pró-ensino, faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/ departamento de Ciências Sociais/Centro de ensino e pesquisas arqueológicas: FISC, p. 1-172. 1981.

RIBEIRO, P. A. M.; MARTIN, HARDY, E. et al,. A Redução Jesuítica de Jesus-Maria, Candelária, Rio Grande do Sul – Nota Prévia. Associação Pró-ensino em Santa Cruz do Sul: **Revista do CEPA**, n. 4, 1976.

ROBRAHN, E. M. **Relatório de Impacto Ambiental**. Área: Arqueologia. Usina Hidrelétrica de Barra do Peixe. Relatório entregue ao IPHAN. 1989.

ROBRAHN GONZÁLEZ, E. M. **A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central**. Tese de Doutorado em Arqueologia - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ROCHA, Dom M. Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda. In: **Separata da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**, Volume 42. Recife: 1948.

ROCHA PITA, S. **História da América portuguesa – desse a anno de mil e quinhentos do feu defcobrimento, até o de mil e fetecentos e vinte e quatro**. Lisboa

Occidental. Na oficina de Joseph Antonio da Sylva. Impreffor da Academia Real. M.DCC.XXX.

ROCHA, T. Y. **Teoria geográfica da paisagem na análise de fragmentos de paisagens urbanas de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.** Revista Formação, n.15, volume 1, p.19-35, 2008.

ROGGE, J. H. **Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das Tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul.** (Tese de doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS - Centro de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo. 2004.

RYE, O. S. **Pottery function: principles and reconstruction.** Washington, 1981.

SALVADOR, F. V. **História do Brasil – 1500 a 1627.** São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento.** 5º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, M. H. **Uma política de preservação em defesa do patrimônio cultural: a antiga Sesmaria Jaguaribe - Abreu e Lima/PE.** Dissertação (mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco (CFCH). Recife. 2009.

SAHLINS, M. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). **Mana** v.3 n.1 Rio de Janeiro abr. 1997.

SARDINHA, O. Olarias pedradas portuguesas: contribuição para o seu estudo. **Revista: O Arqueólogo Português**, série IV, 8/10, pp. 487-512. 1990/1992.

SARTRE, J. P. O Ser e o nada. Ensaio de ontologia fenomenológica / Jean Paul Sartre; tradução de Paulo Perdigo – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. O existencialismo é um humanismo. Tradução: Vergílio Ferreira. São Paulo: Abril S. A., 1973.

SCATAMACHIA, M. C. M. **Tentativa de caracterização da tradição Tupiguarani.** 1981. (mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP, São Paulo, 1981.

_____. **A Tradição Polícroma no Leste da América do sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá: fontes arqueológicas e etno-históricas.** Tese de Doutorado. São Paulo: Editora da USP, 1990.

SCHADEN, E. **Aculturação Indígena.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

SCHIAVETTO, S. N. O. **Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena.** São Paulo, Annablume, FAPESP, 2003.

SCHIFFER, M. B.; SKIBO, M. The Explanation of Artifact Variability. **American Antiquity**, vol. 62, n. 1, p. 27-50, 1997.

SCHORTMAN, E. M. Interregional Interaction in Prehistory: The Need for a New Perspective. **American Antiquity**.1989.54:52-65.

SCHMITZ, P. I. A decoração plástica na cerâmica da Tupiguarani. In: PROUS, André; LIMA, T.A. (Ed.). **Os ceramistas Tupiguarani. Volume II – Elementos decorativos**. Belo Horizonte: Sigma, p.07-26, 2010.

SCHORTMAN, E. M.; URBAN, P. A. Culture Contact Structure and Process. In: CUSICK, J. G. **Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change and Archaeology**. Carbondale: Southern Illinois University Press, p. 102-125, 2015.

SCHUYLER, R. L. Culture Contact in Evolutionary Perspective. In: CUSICK, J. G. **Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change and Archaeology**. Carbondale: Southern Illinois University Press, p. 67 – 76. 2015.

SCHWARTZ, S. B. **Os Engenhos Beneditinos do Brasil Colonial**. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, v. LV, 1983.

_____. Mocambos, quilombos e palmares: a resistência escrava no Brasil Colonial. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 1987.

_____. O Brasil Colonial, c. 1580-1750: **As Grandes Lavouras e a Periferia** In: **História da América Latina Colonial**. Vol. II. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 2004.

SHENNAN, S. J. “Introduction: archaeological approaches to cultural identity”. pp.14-22. In: **Archaeological Approaches to Cultural Identity**. Shennan, S.J. (ed.). London and New York, Routledge, 1a.ed. 1994.

SHEPPARD, A. **Ceramics for the archaeologists**. Washington: Carnagie Institution, 1985.

SIERING, F. C. Conquista e dominação dos povos indígenas: resistência no sertão dos Maracás. (1650-1701). Dissertação de Mestrado (História Social). Universidade Federal da Bahia, 2008.

SILVA, A. **Abreu e Lima-PE: Calendário Histórico e o Pousos dos Tropeiros**. Revista de História Municipal, n.7. Fundação de desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco – FIAM. Centro de Estudos de História Municipal – CEHM. 1997.

SILVA, A. G. P. **Estrutura e Propriedades de Materiais Cerâmicos. Capítulo VII: Propriedades Físicas**. 2008. Disponível em: www.aulas.e-agsps.info/cmateriaispg/capitulo7.pdf. Acessado em 03/07/2017.

SILVA, F. A. J. **O cativo rural colonial: reconstituição arqueológica da senzala da fazenda de São Bento de Jaguaribe – Município de Abreu e Lima, Pernambuco**.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE. 2006.

SILVA, G. G. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

SILVA, G. K. A. **Índios e identidades: Formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716)**. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE (Dissertação de mestrado em História). Recife, 2004.

SILVA, J. R. R. **Caracterização físico-química de massas cerâmicas e suas influências nas propriedades finais dos revestimentos cerâmicos**. 2005. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Engenharia - PIPE. Defesa: Curitiba, 2005.

SILVA, K. V. P. **'Nas Solidões Vastas e Assustadoras'- Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII**. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE (Doutorado em História), Recife, 2003.

SILVA, R. M. C. **Utilização da técnica de fluorescência de raios X com microsonda (m-XRF) aplicada a amostras de interesse arqueológico**. Tese (Doutorado em Ciências) – Centro de Energia Nuclear na Agricultura – USP, Piracicaba, 2002.

SILVA, V. R. **A faiança fina e o comportamento de consumo na Fazenda São Bento e Engenho Jaguaribe nos séculos XVIII-XIX na Sesmaria Jaguaribe, Litoral Norte e Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, Recife/PE, 2017.

SILVA, F. A. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciênc. hum. vol.4, n. 1, Belém, jan./abr, 2009.

SLENES, R.W. Malungu, ngoma vem: África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP – Dossiê Quinhentos Anos de América**, 12: 48-67, 1991/1992.

SINGLETON, T. Cultural interaction and African American identity in plantation archaeology. In **Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology**, ed. by James Cusick. Center for Archaeological Investigations, Occasional Paper, n. 25:172-188. 1998.

SINGLETON, T. A., M. BOGRAD. **The Archaeology of the African Diaspora**. Columbian Quincentenary Series Guides to the Archaeological Literature of the Immigrant Experience in America N.2. Society for Historical Archaeology, Tucson, Arizona, 1995.

SINOPOLI, C. M.: **Approaches to Archaeological Ceramics**, Plenum Press, New York, 1991.

SIMMS, S. R et al., **Plain-Ware Ceramics and Residential Mobility: A Case Study From the Great Basin**. *Journal of Archaeological Science*, v. 24, p. 779–792. 1997.

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1969.

SOARES DE SOUZA, G. **Tratado descritivo do Brazil em 1587**. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 3ª Edição, 1938. Disponível em: www.brasiliana.usp.br

SOUZA, É. **Ilhas de Arqueologia. O cotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII)**. Tese (em História especialização em História Regional e Local). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

SOUZA, J. V. A. **Para além do claustro: uma história social da inserção beneditina na América portuguesa, c.1580-c.1690**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

SOUZA, M. A vida escrava portas adentro: Uma incursão às senzalas do Engenho de São Joaquim, Goiás, século XIX. **Maracanan**, v.7, p.83-109, 2011

SOUZA, M. A. T. Esencializando la cerámica: culturas nacionales y prácticas arqueológicas en América. In: Acuto, F. & A. Zarankin (Orgs.) **Sed non Satia II: acercamientos sociales en la arqueología Latinoamericana**. Encuentro Grupo Editor, Cordoba, pp. 141-155, 2008.

SPICER, E. Types of Contact and Processes of Change. In **Perspectives in American Indian Culture Change**, edited by Edward Spicer, pp. 517-544. University of Chicago Press, Chicago. 1961.

SYMANSKI, L. C. A arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: Problemáticas e modelos. **Revista Afro-Ásia**. Vol. 49, pp. 159-198. 2014.

_____. O Domínio da Tática: práticas religiosas de origem Africana nos Engenhos da Chapada dos Guimarães (MT). **Vestígios**. Belo Horizonte, Vol.1 (2), 2007.

_____. Arqueologia Histórica no Brasil: Uma revisão dos últimos vinte anos. In: **Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural**. Orgs. Walter Fagundes Morales e Flavia Padro Moi. Ed. Annablume/Acervo. pp. 279-310, 2009.

_____. **Grupos domésticos e comportamento de consumo em Porto Alegre no Século XIX: O Solar Lopo Gonçalves**. 1997. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Curso de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 1997.

SYMANSKI, L. C.; GOMES, F. Da cultura material da escravidão e do pós-emancipação: Perspectivas comparadas em Arqueologia e História. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, 7, pp.293-338, 2013.

STASKI, E. The overseas chinese in El Paso: changing goals, changing realities. In **Readings in Historical Archaeology**, ed. by Charles Orser, p.166-190, Walnut Creek, Altamira Press. 1996.

SUGUIO, K., et al., **Flutuações do nível relativo do mar durante o Quaternário Superior ao longo do litoral brasileiro e suas implicações na sedimentação costeira**. Rev. Bras. Geoc., 15: 273-286. 1985

SULLASI, H. L. et al., **Comparação dos métodos de dose aditiva e dose regenerativa no processo de datação por termoluminescência**. CLIO – Série Arqueológica. Recife, nº 23, vol. 1, p.1-17, 2008.

TATUMI, S. H. **A determinação do tempo geológico e arqueológico por 14C e luminescência**. Boletim Técnico da Faculdade de Tecnologia de São Paulo, FATEC-SP, v. BT/14, p. 5-7, 2003. Disponível em: www.fatecsp.br. Acessado em 02/07/2017.

TIBIRIÇÁ, R. **Arqueologia Brasileira**. Revista do Arquivo Municipal. Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultural da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo, v. XXX, p. 140-143, 1936:

TILLEY, C. **A phenomenology of landscape. Places, paths and monuments**. Oxford. 1994.

TOCCHETTO, F. B. **A cultura Material do Guarani Missioneiro como símbolo de identidade étnica**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

_____. A cerâmica do guarani missioneiro como símbolo de identidade étnica. **In: Arqueologia Histórica Missioneira**, ed. by Arno Kern, pp.151-176, Porto Alegre, Edipucrs, 1998.

TRAJANO, W. F. & RIBEIRO, G. L. **O campo da antropologia no Brasil**. Contra Capa Livraria – Associação Brasileira de Antropologia, 2004

TRIGGER, B. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

TORRES, C. A indústria do açúcar nos alvares da expansão atlântica portuguesa. In: **Segundo Seminário Internacional - La Caña de Azúcarenel Mediterráneo, Motril**, 1991.

TRINDADE, A. R. Cerâmica dos séculos XV a XVIII do Convento de Santana de Leiria: História e vivências em torno da cultura material. In: **Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna**. Edição: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores. Vol. 01. Impressão: Europress, ISBN: 978-989-8492-18-0; p. 527-539, 2012.

TYLOR, E. B. **La Civilisation primitive**. Paris: Reicinwald. 1876-1878. 2v.

VAINFAS, R. **A Heresia dos Índios: Catolicismo e Rebeldia no Brasil**. São Paulo: Editora Cia. das Letras, 1999.

VAN DER DUSSEN, A **Relatório sobre as capitanias conquistadas (1639)**. Suas condições econômicas e sociais. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947.

VARNHAGEN, F. A. **História Geral do Brasil**. Tomo 1. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

_____. **História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal.** 3ª Ed. Integral. São Paulo: Melhoramentos, s/d. 1999.

VIDAL, M. C.; MALCHER, M. A. **Sesmarias.** Belém: ITERPA, 120p.; il. 2009.

VIEGAS, C.; ARRUDA, A. M. A cerâmica de cozinha africana e as suas imitações em Monte Molião (Lagos, Portugal), **In: As produções cerâmicas de imitação na Hispania.** Editores Científicos, MORAIS, A. FERNÁNDEZ e M. J. SOUSA. Monografias Ex Officina Hispana II, Tomo I, 2014.

VIEIRA, A. I. Cerâmicas dos séculos XIV a XVI do Castelo de Sesimbra. **Revista O Arqueólogo Português.** Série V,1, pp. 657-687. 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, E. “Nimuendajú e os Guarani” **in: Niemuendajú Curt – As Lendas da criação e Destino do Mundo – como fundamentos da religião do Apáocuva – Guarani.** Hucitec/Edusp, São Paulo; cf. Schaden, E. 1976:49-59, Leituras de Etnologia Brasileira. Cia Ed. Nacional, São Paulo. 1987.

ZANETTINI, P. E. **Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista.** 2005. São Paulo – USP. Tese (Doutorado em Arqueologia). 2005.

_____. Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. **Revista do CEPA.** 15:117-130, 1986.

ZARANKIN, A.; FUNARI, P. Eternal Sunshine of the Spotless Mind: Archaeology and Construction of Memory of Military Repression in South America (1960-1980). **Archaeologies. World Archaeological Congress,** v. 5, p. 74-91, 2008.

ZARANKIN, A.; SENATORE, M. X. Perspectivas metodológicas em Arqueologia Histórica: Reflexiones sobre la utilización de la evidencia documental. Páginas sobre Hispano-América Colonial. **Sociedad y cultura,** n.º 3, Buenos Aires, 1996, p. 113-122.

ZUSE, S. **Permanências e mudanças técnicas na cerâmica de uma Redução Jesuítico-Guarani do início do século XVII na região central do Rio Grande do Sul/Brasil.** Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano - Series Especiales Nº1 (2). ISSN 2362-1958. AÑO 2013.

_____. **Os Guarani e a Redução Jesuítica: tradição e mudança técnica na cadeia operatória de confecção dos artefatos cerâmicos do sítio Pedra Grande e entorno.** São Paulo – USP. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). 2009.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World System I.** Academic Press, New York. 1974.

WAINER, A. H. **Legislação ambiental brasileira: Evolução histórica do direito ambiental.** REVISTA: R. Inf. Legisl. Brasília, n.118, abr./jun. 1993.

WEBER, Max. **L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme.** Paris: Plon, 1964.

WEIK, T. The Archaeology of Maroon Societies in the Americas: Resistance, Cultural Continuity, and Transformation in the African Diaspora. **Historical Archaeology**, Vol. 2, n° 31, p.81/92, 1997.

WHEATON, T.; GARROW, P. Acculturation and the archaeological record in the Carolina Low Country. In **The Archaeology of Plantation and Slave Life**, edited by Thereza Singleton, pp. 239-259. Academic Press, Orlando. 1985.

WUST. I. **Continuidade e Mudança: Para uma Interpretação dos Grupos Pré-Coloniais na Bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1990

YOSHINAGA, E. M. S. **As políticas de exploração da cana-de-açúcar no Brasil: da ocupação colonial à produção sucroalcooleira moderna**. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Comunicação e Administração), Universidade de São Marcos, São Paulo. 2006.

SIMONSEN, R. **Pesos e Medidas (Séculos XVIII e início do XIX)**. História Econômica do Brasil. 7ª ed. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, pp. 462-463, 1977. www.ifch.unicamp.br Acessado em 17/03/2017.

www.cartografiahistorica.usp.br

www.uep.cnps.embrapa.br/solos/pe/abreuelima

www.cprh.ep.gov.br/downloads/mp_geologico1

www.apac.pe.gov.br

www.sihe.pe.gov.r/attachments/articles/ss/gl1

**APÊNDICE A- RELAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EVIDENCIADOS
NA ÁREA DA SESMARIA JAGUARIBE**

NOME DO SÍTIO	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Sítio do Campo e Sítio do Frio Sítio	Indígena: Unicomponencial	Paulista
PE 28 – Ln, PE 35 – Ln, PE 36 – Ln, PE 37 – Ln, PE 38 – Ln, PE 39 – Ln, PE 40 – Ln, PE 41 – Ln, PE 42 – Ln, PE 43 – Ln, PE 44 – Ln, PE 45 – Ln, PE 46 – Ln , PE 47 – Ln, Igreja N. S. dos Prazeres, Forno Salinas e Maranguape	Sítio Histórico: Unicomponencial	Paulista
Alto da Belenga e Jatobá	Sítio Indígena: Unicomponencial	Abreu e Lima
São Bento, São Bento II, São Bento III, São Bento IV, Tamanduá, Alto Córrego do Ouro, Arco Iris I, Arco Iris II, Arco Iris III, Arco Iris IV, Arco Iris V, Arco Iris VI, Alto dos Macacos I, Alto dos Macacos II, Alto dos Macacos III, Alto dos Macacos IV,	Sítio multicomponencial	Abreu e Lima
Engenho Jaguaribe, Engenho Desterro e Timbó	Sítio Histórico: Unicomponencial	Abreu e Lima
PE 0411 LA/UFPE, PE 0425 LA/UFPE, PE 13 – Ln, PE 11 – Ln, PE 0467 LA/UFPE, Engenho Inhamã, Engenho Monjope, Engenho do Meio (Banguê), Igreja de N. S. de Boa Virgem, PE 0410 LA/UFPE, PE 0402 LA/UFPE, PE 0409 LA/UFPE, PE 0403 LA/UFPE, PE 0422 LA/UFPE, PE 0412 LA/UFPE, PE 0407 LA/UFPE, PE 0426 LA/UFPE, PE 0442 LA/UFPE, PE 0443 LA/UFPE, PE 0444 LA/UFPE, PE 0445 LA/UFPE, PE 0446 LA/UFPE, PE 0447 LA/UFPE, PE 0448 LA/UFPE, PE 0453 LA/UFPE, PE 0456 LA/UFPE, PE 0458 LA/UFPE e PE 0460 LA/UFPE	Sítio Histórico: Unicomponencial	Igarassu
PE 0459 LA/UFPE e Campo do Oriente I	Sítio Indígena: Unicomponencial	Igarassu
PE 0457 LA/UFPE, PE 0452 LA/UFPE, PE 0420 LA/UFPE, PE 0424 LA/UFPE, Alto da Serpente, Vila da Foice, Pepino, Açú, Campo do Oriente II, São José,	Sítio multicomponencial	Igarassu

APÊNDICE B- RELAÇÃO DE MATERIAL ARQUEOLÓGICO DO SÍTIO SÃO BENTO

LOCALIZAÇÃO	Tipo de material ²³²
Área da Casa dos religiosos	Material construtivo (tijolo, telha e argamassa)
Área da Casa dos religiosos	Cerâmica utilitária comum
Área da Casa dos religiosos	Cachimbo
Área da Casa dos religiosos	Louças ²³³ (faiança ²³⁴ e porcelana)
Área da Casa dos religiosos	Botões, Contas de colar e dedal
Área da Casa dos religiosos	Material vítreo ²³⁵
Área da Casa dos religiosos	Metais (garfo, colher, moeda, projétil, dobradiça, prego e chave)
Área da Casa dos religiosos	Material malacológico
Área da Igreja	Lâmina de pedra polida (machado)
Área da Igreja	Cerâmica utilitária comum
Área da Igreja	Material vítreo
Área da Igreja	Material metálico
Área da Igreja	Restos faunísticos e Sementes
Área da Igreja	Carvão
Área da Igreja	Material construtivo
Área da Suposta Senzala	Cerâmica utilitária comum
Área da Suposta Senzala	Material vítreo
Área da Suposta Senzala	Cachimbo
Área da Suposta Senzala	Contas de colar
Área da Suposta Senzala	Fuso
Área da Suposta Senzala	Louças (Grés e Faiança)
Área da Suposta Senzala	Restos faunísticos (ossos sem identificação da espécie)
Área da Suposta Senzala	Carvão
Área da Suposta Senzala	Resíduos vegetais
Área da Suposta Senzala	Metais (projétil, botões, moeda, cravo, lima, prego de metal,)
Área da Suposta Senzala	Material malacológico
Área da Suposta Senzala	Material construtivo
Área da Senzala	Material litológico (seixos)
Área da Senzala	Material vítreo
Área da Senzala	Material malacológico
Área da Senzala	Botões e Contas de colar
Área da Senzala	Restos faunísticos (espécie não identificada)
Área da Senzala	Cerâmica utilitária comum
Área da Senzala	Metais (Dobradiças, pregos, garfo e faca)
Área da Senzala	Louça (faiança e grés)
Área da Senzala	Moedas com furos (as datas impressão são 1753 e 1869)
Área da Senzala	Cachimbo
Área da Senzala	Ferro de passar roupas
Área da Senzala	Carvão
Área da Senzala	Material construtivo

²³² O acervo é formado por mais de 20.000 fragmentos adquiridos escavações, coletas de superfície e doações coletados de moradores locais que localizavam os vestígios (OLIVEIRA, 2005).

²³³ De modo geral a cerâmica vitrificada também localizada em todas as áreas do Sítio São Bento.

²³⁴ Foram coletados, durante as campanhas arqueológicas, aproximadamente 500 fragmentos de faiança, sendo faiança portuguesa tipo exportação, faiança portuguesa de uso interno (OLIVEIRA, 2005:21), além de 6618 fragmentos em faiança fina, sendo identificados fragmentos de malgas, sopeira, pires, xícaras, tigelas, pratos, pires, potes, urinol, jarras (SILVA, 2017:77).

²³⁵ Foram coletados 900 fragmentos de vidro de diferentes cores e espessuras, apesar do material estar muito quebrado, foi possível identificar as seguintes morfologias funcionais: garrafas para bebidas alcoólicas, frasco, fragmento de xícara, puxador de tampa de peça não identificada. O material vítreo foi associado aos séculos XIX e XX (OLIVEIRA, 2005:20).

APÊNDICE C- TABELA ÍNDICES DE SIMILARIDADE DA PASTA

0	TAM-ind	SB-ind	SB2-ind	SB3-ind	SB4-ind	AM1-ind	AM2-ind	AM3-ind	AM4-ind	EJ-col	TAM-col	SB-col	SB2-col	SB3-col	SB4-col	AM1-col	AM2-col	AM3-col	AM4-col
TAM-ind	1,00	0,75	1,00	1,00	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	0,50	0,50	0,50	0,25	0,50	0,25	0,50	0,50	0,50	0,50
SB-ind	0,75	1,00	0,75	0,75	0,50	0,75	0,75	0,75	0,75	0,67	0,67	0,67	0,33	0,67	0,33	0,67	0,67	0,67	0,67
SB2-ind	1,00	0,75	1,00	1,00	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	0,50	0,50	0,50	0,25	0,50	0,25	0,50	0,50	0,50	0,50
SB3-ind	1,00	0,75	1,00	1,00	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	0,50	0,50	0,50	0,25	0,50	0,25	0,50	0,50	0,50	0,50
SB4-ind	0,75	0,50	0,75	0,75	1,00	0,75	0,75	0,75	0,75	0,67	0,67	0,67	0,33	0,67	0,33	0,67	0,67	0,67	0,67
AM1-ind	1,00	0,75	1,00	1,00	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	0,50	0,50	0,50	0,25	0,50	0,25	0,50	0,50	0,50	0,50
AM2-ind	1,00	0,75	1,00	1,00	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	0,50	0,50	0,50	0,25	0,50	0,25	0,50	0,50	0,50	0,50
AM3-ind	1,00	0,75	1,00	1,00	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	0,50	0,50	0,50	0,25	0,50	0,25	0,50	0,50	0,50	0,50
AM4-ind	1,00	0,75	1,00	1,00	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	0,50	0,50	0,50	0,25	0,50	0,25	0,50	0,50	0,50	0,50
EJ-col	0,50	0,67	0,50	0,50	0,67	0,50	0,50	0,50	0,50	1,00	1,00	1,00	0,50	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00
TAM-col	0,50	0,67	0,50	0,50	0,67	0,50	0,50	0,50	0,50	1,00	1,00	1,00	0,50	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00
SB-col	0,50	0,67	0,50	0,50	0,67	0,50	0,50	0,50	0,50	1,00	1,00	1,00	0,50	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00
SB2-col	0,25	0,33	0,25	0,25	0,33	0,25	0,25	0,25	0,25	0,50	0,50	0,50	1,00	0,50	1,00	0,50	0,50	0,50	0,50
SB3-col	0,50	0,67	0,50	0,50	0,67	0,50	0,50	0,50	0,50	1,00	1,00	1,00	0,50	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00
SB4-col	0,25	0,33	0,25	0,25	0,33	0,25	0,25	0,25	0,25	0,50	0,50	0,50	1,00	0,50	1,00	0,50	0,50	0,50	0,50
AM1-col	0,50	0,67	0,50	0,50	0,67	0,50	0,50	0,50	0,50	1,00	1,00	1,00	0,50	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00
AM2-col	0,50	0,67	0,50	0,50	0,67	0,50	0,50	0,50	0,50	1,00	1,00	1,00	0,50	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00
AM3-col	0,50	0,67	0,50	0,50	0,67	0,50	0,50	0,50	0,50	1,00	1,00	1,00	0,50	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00
AM4-col	0,50	0,67	0,50	0,50	0,67	0,50	0,50	0,50	0,50	1,00	1,00	1,00	0,50	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00

APÊNDICE D- TABELA ÍNDICES DE SIMILARIDADE DA MANUFATURA

0	TAM-ind	SB-ind	SB2-ind	SB3-ind	SB4-ind	AM1-ind	AM2-ind	AM3-ind	AM4-ind	EJ-col	TAM-col	SB-col	SB2-col	SB3-col	SB4-col	AM1-col	AM2-col	AM3-col	AM4-col
TAM-ind	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	0,67	0,33	0,00	0,00	0,33	0,33	0,33	0,00
SB-ind	0,50	1,00	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,33	0,00	0,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SB2-ind	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	0,67	0,33	0,00	0,00	0,33	0,33	0,33	0,00
SB3-ind	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	0,67	0,33	0,00	0,00	0,33	0,33	0,33	0,00
SB4-ind	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	0,67	0,33	0,00	0,00	0,33	0,33	0,33	0,00
AM1-ind	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	0,67	0,33	0,00	0,00	0,33	0,33	0,33	0,00
AM2-ind	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	0,67	0,33	0,00	0,00	0,33	0,33	0,33	0,00
AM3-ind	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	0,67	0,33	0,00	0,00	0,33	0,33	0,33	0,00
AM4-ind	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	0,67	0,33	0,00	0,00	0,33	0,33	0,33	0,00
EJ-col	0,67	0,33	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	1,00	0,67	1,00	0,67	0,33	0,33	0,67	0,67	0,67	0,33
TAM-col	0,33	0,00	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,67	1,00	0,67	1,00	0,50	0,50	1,00	1,00	1,00	0,50
SB-col	0,67	0,33	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	1,00	0,67	1,00	0,67	0,33	0,33	0,67	0,67	0,67	0,33
SB2-col	0,33	0,00	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,67	1,00	0,67	1,00	0,50	0,50	1,00	1,00	1,00	0,50
SB3-col	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	0,50	0,33	0,50	1,00	1,00	0,50	0,50	0,50	1,00
SB4-col	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	0,50	0,33	0,50	1,00	1,00	0,50	0,50	0,50	1,00
AM1-col	0,33	0,00	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,67	1,00	0,67	1,00	0,50	0,50	1,00	1,00	1,00	0,50
AM2-col	0,33	0,00	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,67	1,00	0,67	1,00	0,50	0,50	1,00	1,00	1,00	0,50
AM3-col	0,33	0,00	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,67	1,00	0,67	1,00	0,50	0,50	1,00	1,00	1,00	0,50
AM4-col	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	0,50	0,33	0,50	1,00	1,00	0,50	0,50	0,50	1,00

APÊNDICE E- TABELA ÍNDICES DE SIMILARIDADE DA QUEIMA

0,00	TAM-ind	SB-ind	SB2-ind	SB3-ind	SB4-ind	AM1-ind	AM2-ind	AM3-ind	AM4-ind	EJ-col	TAM-col	SB-col	SB2-col	SB3-col	SB4-col	AM1-col	AM2-col	AM3-col	AM4-col
TAM-ind	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
SB-ind	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
SB2-ind	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
SB3-ind	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
SB4-ind	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
AM1-ind	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
AM2-ind	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
AM3-ind	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
AM4-ind	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
EJ-col	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
TAM-col	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
SB-col	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
SB2-col	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
SB3-col	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	1,00	0,50	0,67	0,67	0,67	0,33
SB4-col	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,33	0,50	1,00	0,33	0,33	0,33	0,50
AM1-col	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
AM2-col	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
AM3-col	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,67	0,33	1,00	1,00	1,00	0,67
AM4-col	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,33	0,50	0,67	0,67	0,67	1,00

APÊNDICE F- TABELA ÍNDICES DE SIMILARIDADE DA MORFOLOGIA (BORDA LÁBIO)

0	EJ-col	TAM-col	SB-col	SB2-col	SB3-col	SB4-col	AM1-col	AM2-col	AM3-col	AM4-col	TAM-ind	SB-ind	SB2-ind	SB3-ind	SB4-ind	AM1-ind	AM2-ind	AM3-ind	AM4-ind
EJ-col	1,00	0,63	0,54	0,67	0,43	0,29	0,60	0,58	0,71	0,29	0,46	0,43	0,56	0,67	0,29	0,50	0,33	0,63	0,60
TAM-col	0,63	1,00	0,46	0,56	0,50	0,33	0,67	0,38	0,83	0,33	0,50	0,50	0,63	0,56	0,33	0,57	0,46	0,71	0,50
SB-col	0,54	0,46	1,00	0,62	0,23	0,15	0,57	0,67	0,38	0,15	0,79	0,23	0,54	0,62	0,15	0,38	0,73	0,46	0,69
SB2-col	0,67	0,56	0,62	1,00	0,38	0,25	0,70	0,54	0,63	0,25	0,67	0,38	0,67	0,78	0,25	0,44	0,50	0,75	0,70
SB3-col	0,43	0,50	0,23	0,38	1,00	0,67	0,33	0,25	0,60	0,67	0,25	0,20	0,43	0,38	0,25	0,33	0,23	0,50	0,33
SB4-col	0,29	0,33	0,15	0,25	0,67	1,00	0,22	0,17	0,40	1,00	0,17	0,00	0,29	0,25	0,33	0,17	0,15	0,33	0,22
AM1-col	0,60	0,67	0,57	0,70	0,33	0,22	1,00	0,62	0,56	0,22	0,75	0,33	0,45	0,55	0,22	0,40	0,57	0,50	0,50
AM2-col	0,58	0,38	0,67	0,54	0,25	0,17	0,62	1,00	0,42	0,17	0,71	0,25	0,46	0,54	0,17	0,42	0,67	0,38	0,62
AM3-col	0,71	0,83	0,38	0,63	0,60	0,40	0,56	0,42	1,00	0,40	0,42	0,60	0,71	0,63	0,40	0,67	0,38	0,83	0,56
AM4-col	0,29	0,33	0,15	0,25	0,67	1,00	0,22	0,17	0,40	1,00	0,17	0,00	0,29	0,25	0,33	0,17	0,15	0,33	0,22
TAM-ind	0,46	0,50	0,79	0,67	0,25	0,17	0,75	0,71	0,42	0,17	1,00	0,25	0,58	0,67	0,17	0,42	0,79	0,50	0,75
SB-ind	0,43	0,50	0,23	0,38	0,20	0,00	0,33	0,25	0,60	0,00	0,25	1,00	0,43	0,38	0,25	0,60	0,23	0,50	0,33
SB2-ind	0,56	0,63	0,54	0,67	0,43	0,29	0,45	0,46	0,71	0,29	0,58	0,43	1,00	0,88	0,29	0,71	0,54	0,86	0,78
SB3-ind	0,67	0,56	0,62	0,78	0,38	0,25	0,55	0,54	0,63	0,25	0,67	0,38	0,88	1,00	0,25	0,63	0,50	0,75	0,89
SB4-ind	0,29	0,33	0,15	0,25	0,25	0,33	0,22	0,17	0,40	0,33	0,17	0,25	0,29	0,25	1,00	0,40	0,15	0,33	0,22
AM1-ind	0,50	0,57	0,38	0,44	0,33	0,17	0,40	0,42	0,67	0,17	0,42	0,60	0,71	0,63	0,40	1,00	0,38	0,57	0,56
AM2-ind	0,33	0,46	0,73	0,50	0,23	0,15	0,57	0,67	0,38	0,15	0,79	0,23	0,54	0,50	0,15	0,38	1,00	0,46	0,57
AM3-ind	0,63	0,71	0,46	0,75	0,50	0,33	0,50	0,38	0,83	0,33	0,50	0,50	0,86	0,75	0,33	0,57	0,46	1,00	0,67
AM4-ind	0,60	0,50	0,69	0,70	0,33	0,22	0,50	0,62	0,56	0,22	0,75	0,33	0,78	0,89	0,22	0,56	0,57	0,67	1,00

APÊNDICE G- TABELA ÍNDICES DE SIMILARIDADE DO ACABAMENTO DE SUPERFÍCIE

0,00	TAM-ind	SB-ind	SB2-ind	SB3-ind	SB4-ind	AM1-ind	AM2-ind	AM3-ind	AM4-ind	EJ-col	TAM-col	SB-col	SB2-col	SB3-col	SB4-col	AM1-col	AM2-col	AM3-col	AM4-col
TAM-ind	1,00	0,27	0,45	0,58	0,18	0,17	0,44	0,18	0,55	0,38	0,17	0,64	0,27	0,08	0,09	0,29	0,18	0,36	0,17
SB-ind	0,27	1,00	0,60	0,22	0,67	0,50	0,20	0,67	0,29	0,25	0,50	0,25	0,50	0,25	0,33	0,43	0,67	0,40	0,20
SB2-ind	0,45	0,60	1,00	0,44	0,40	0,33	0,25	0,40	0,57	0,20	0,33	0,42	0,33	0,17	0,20	0,33	0,40	0,29	0,33
SB3-ind	0,58	0,22	0,44	1,00	0,11	0,10	0,35	0,11	0,75	0,50	0,10	0,54	0,22	0,11	0,13	0,36	0,11	0,50	0,38
SB4-ind	0,18	0,67	0,40	0,11	1,00	0,67	0,13	1,00	0,14	0,13	0,67	0,17	0,67	0,33	0,50	0,29	1,00	0,20	0,25
AM1-ind	0,17	0,50	0,33	0,10	0,67	1,00	0,20	0,67	0,13	0,25	0,50	0,15	0,50	0,25	0,33	0,43	0,67	0,17	0,20
AM2-ind	0,44	0,20	0,25	0,35	0,13	0,20	1,00	0,13	0,24	0,38	0,13	0,50	0,20	0,13	0,07	0,47	0,13	0,19	0,13
AM3-ind	0,18	0,67	0,40	0,11	1,00	0,67	0,13	1,00	0,14	0,13	0,67	0,17	0,67	0,33	0,50	0,29	1,00	0,20	0,25
AM4-ind	0,55	0,29	0,57	0,75	0,14	0,13	0,24	0,14	1,00	0,44	0,13	0,50	0,29	0,14	0,17	0,30	0,14	0,67	0,29
EJ-col	0,38	0,25	0,20	0,50	0,13	0,25	0,38	0,13	0,44	1,00	0,11	0,46	0,25	0,13	0,14	0,56	0,13	0,57	0,25
TAM-col	0,17	0,50	0,33	0,10	0,67	0,50	0,13	0,67	0,13	0,11	1,00	0,15	0,50	0,25	0,33	0,25	0,67	0,17	0,20
SB-col	0,64	0,25	0,42	0,54	0,17	0,15	0,50	0,17	0,50	0,46	0,15	1,00	0,25	0,17	0,08	0,46	0,17	0,33	0,25
SB2-col	0,27	0,50	0,33	0,22	0,67	0,50	0,20	0,67	0,29	0,25	0,50	0,25	1,00	0,25	0,33	0,43	0,67	0,40	0,20
SB3-col	0,08	0,25	0,17	0,11	0,33	0,25	0,13	0,33	0,14	0,13	0,25	0,17	0,25	1,00	0,50	0,29	0,33	0,20	0,25
SB4-col	0,09	0,33	0,20	0,13	0,50	0,33	0,07	0,50	0,17	0,14	0,33	0,08	0,33	0,50	1,00	0,14	0,50	0,25	0,33
AM1-col	0,29	0,43	0,33	0,36	0,29	0,43	0,47	0,29	0,30	0,56	0,25	0,46	0,43	0,29	0,14	1,00	0,29	0,38	0,25
AM2-col	0,18	0,67	0,40	0,11	1,00	0,67	0,13	1,00	0,14	0,13	0,67	0,17	0,67	0,33	0,50	0,29	1,00	0,20	0,25
AM3-col	0,36	0,40	0,29	0,50	0,20	0,17	0,19	0,20	0,67	0,57	0,17	0,33	0,40	0,20	0,25	0,38	0,20	1,00	0,17
AM4-col	0,17	0,20	0,33	0,38	0,25	0,20	0,13	0,25	0,29	0,25	0,20	0,25	0,20	0,25	0,33	0,25	0,25	0,17	1,00

**APÊNDICE H- VALORES DA MÉDIA E DESVIO PADRÃO DA
CONCENTRAÇÃO DOS ELEMENTOS MAJORITÁRIOS DAS AMOSTRAS**

Sítio Engenho Jaguaribe

	Média	Desvio Padrão
Si	276370,125	19786,128
Al	126634,375	17078,33
Fe	68879,625	17067,72
Ti	9919,1875	4040,115
K	22948,75	9206,096
Ca	16949,3125	17747,56

Sítio São Bento

	Média	Desvio Padrão
Si	272217,814	25522,873
Al	130336,1395	19762,53
Fe	68451,97674	2747,76
Ti	8725,64651	1966,928
K	24576,11628	9672,503
Ca	18222,90698	18634,78

Sítio São Bento II

	Média	Desvio Padrão
Si	257533,4375	17749,918
Al	141340,5	16255,73
Fe	91267,3125	21198,77
Ti	9625,875	3815,854
K	21170,875	6432,774
Ca	3493,6875	2268,828

Sítio São Bento III

	Média	Desvio Padrão
Si	268560	21026,384
Al	132758	16818,25
Fe	83502	662,452
Ti	10303,66667	2217,735
K	26964,33333	10589,86
Ca	2096	267,3437

Sítio São Bento IV

	Média	Desvio Padrão
Si	266398,4	10660,269
Al	130682	6684,684
Fe	91065,8	14086,44
Ti	12117	1656,279
K	19467,2	3316,229
Ca	4557,6	2082,243

Sítio Tamanduá

	Média	Desvio Padrão
Si	264013,5909	26015,624
Al	145023,4545	18753,49
Fe	79297,2727	18831,19
Ti	12179,18182	3308,987
K	17686	8070,152
Ca	2565,227273	1591,521

Sítio Alto dos Macacos I

	Média	Desvio Padrão
Si	250359	17416,187
Al	165178,2857	15205,1
Fe	79307,85714	12096,3
Ti	11528,42857	2529,938
K	12593	913,571
Ca	2150,285714	419,0539

Sítio Alto dos Macacos II

	Média	Desvio Padrão
Si	258426,2353	17969,677
Al	147965,2647	15996,26
Fe	76528,76471	2023041
Ti	10144,91176	2428,525
K	25861,58824	9349,415
Ca	5276,205882	7599,397

Sítio Alto dos Macacos III

	Média	Desvio Padrão
Si	267523,1667	15912,984
Al	146588,6667	9936,621
Fe	67161,33333	14328,39
Ti	9658,5	2104,394
K	25250,83333	12184,46
Ca	3673,833333	2337,825

Sítio Alto dos Macacos IV

	Média	Desvio Padrão
Si	263767,5	16941,917
Al	143528,1	18451,28
Fe	78966,8	10516,6
Ti	14164,3	5013,778
K	16294	5892,261
Ca	4341,1	2624,19

**APÊNDICE I- MATRIZ DE CORRELAÇÃO DOS ELEMENTOS
MAJORITÁRIOS DAS AMOSTRAS**

Sítio Engenho Jaguaribe

Correlação	Si	Al	Fe	Ti	K	Ca
Si	1	-0,41041	-0,77883	-0,59576	0,000682	-0,23085
Al	-0,41041	1	0,002511	0,1858	-0,32166	-0,51023
Fe	-0,77883	0,002511	1	0,71077	0,082005	0,088571
Ti	-0,59576	0,1858	0,71077	1	-0,32915	-0,06316
K	0,000682	-0,32166	0,082005	-0,32915	1	-0,01635
Ca	-0,23085	-0,51023	0,088571	-0,06316	-0,01635	1

Sítio São Bento

Correlação	Si	Al	Fe	Ti	K	Ca
Si	1	-0,49163	-0,72903	-0,56525	0,26029	-0,34537
Al	-0,49163	1	-0,02633	0,022902	-0,403	-0,18648
Fe	-0,72903	-0,02633	1	0,63578	-0,11769	0,061832
Ti	-0,56525	0,022902	0,63578	1	-0,13146	0,12377
K	0,26029	-0,403	-0,11769	-0,13146	1	-0,20304
Ca	-0,34537	-0,18648	0,061832	0,12377	-0,20304	1

Sítio São Bento II

Correlação	Si	Al	Fe	Ti	K	Ca
Si	1	-0,66382	-0,57959	-0,35457	0,23665	-0,0533
Al	-0,66382	1	-0,19041	0,21149	-0,0462	-0,07869
Fe	-0,57959	-0,19041	1	0,13167	-0,4554	0,0028
Ti	-0,35457	0,21149	0,13167	1	-0,05022	0,48215
K	0,23665	-0,0462	-0,4554	-0,05022	1	-0,0301
Ca	-0,0533	-0,07869	0,0028	0,48215	-0,0301	1

Sítio Engenho São Bento III

Correlação	Si	Al	Fe	Ti	K	Ca
Si	1	-0,99998	-0,17481	-0,92605	-0,63758	-0,38483
Al	-0,99998	1	0,18041	0,92819	0,63318	0,63318
Fe	-0,17481	0,18041	1	0,53347	-0,64707	-0,8415
Ti	-0,92605	0,92819	0,53347	1	0,29969	0,008043
K	-0,63758	0,63318	-0,64707	0,29969	1	0,95642
Ca	-0,38483	0,63318	-0,8415	0,008043	0,95642	1

Sítio São Bento IV

Correlação	Si	Al	Fe	Ti	K	Ca
Si	1	0,20992	-0,92072	-0,27747	-0,96222	-0,65178
Al	0,20992	1	-0,55515	-0,68613	-0,38748	-0,87793
Fe	-0,92072	-0,55515	1	0,40757	0,94591	0,88364
Ti	-0,27747	-0,68613	0,40757	1	0,41455	0,64973
K	-0,96222	-0,38748	0,94591	0,41455	1	0,7701
Ca	-0,65178	-0,87793	0,88364	0,64973	0,7701	1

Sítio Tamanduá

Correlação	Si	Al	Fe	Ti	K	Ca
Si	1	-0,90448	-0,82475	-0,52289	0,10693	0,055209
Al	-0,90448	1	0,5472	0,44259	-0,156	-0,29288
Fe	-0,82475	0,5472	1	0,44724	-0,29329	0,24542
Ti	-0,52289	0,44259	0,44724	1	-0,40034	0,056642
K	0,10693	-0,156	-0,29329	-0,40034	1	-0,16215
Ca	0,055209	-0,29288	0,24542	0,056642	-0,16215	1

Sítio Alto dos Macacos I

Correlação	Si	Al	Fe	Ti	K	Ca
Si	1	0,58717	0,26934	0,33963	0,46011	0,21926
Al	0,58717	1	0,34196	0,36001	-0,05383	0,13348
Fe	0,26934	0,34196	1	0,8052	-0,21852	-0,03642
Ti	0,33963	0,36001	0,8052	1	-0,02042	-0,02042
K	0,46011	-0,05383	-0,21852	-0,02042	1	0,19417
Ca	0,21926	0,13348	-0,03642	-0,02042	0,19417	1

Sítio Alto dos Macacos II

Correlação	Si	Al	Fe	Ti	K	Ca
Si	1	0,32173	0,54265	0,59594	0,12367	0,016319
Al	0,32173	1	-0,00716	-0,00663	-0,02445	-0,0055
Fe	0,54265	-0,00716	1	0,69632	0,29231	0,14767
Ti	0,59594	-0,00663	0,69632	1	0,17582	-0,04152
K	0,12367	-0,02445	0,29231	0,17582	1	-0,29883
Ca	0,016319	-0,0055	0,14767	-0,04152	-0,29883	1

Sítio Alto dos Macacos III

Correlação	Si	Al	Fe	Ti	K	Ca
Si	1	-0,77385	-0,85001	-0,80783	0,30191	-0,57215
Al	-0,77385	1	0,45658	0,74264	-0,64574	0,43162
Fe	-0,85001	0,45658	1	0,70986	-0,32958	0,72926
Ti	-0,80783	0,74264	0,70986	1	-0,59251	0,70819
K	0,30191	-0,64574	-0,32958	-0,59251	1	-0,63276
Ca	-0,57215	0,43162	0,72926	0,70819	-0,63276	1

Sítio Alto dos Macacos IV

Correlação	Si	Al	Fe	Ti	K	Ca
Si	1	0,71016	0,66833	0,55377	0,52657	-0,02516
Al	0,71016	1	0,06274	0,55881	0,84885	0,031516
Fe	0,66833	0,06274	1	0,06044	-0,15939	0,11767
Ti	0,55377	0,55881	0,06044	1	0,58143	0,25908
K	0,52657	0,84885	-0,15939	0,58143	1	-0,26406
Ca	-0,02516	0,031516	0,11767	0,25908	-0,26406	1

**APÊNDICE J- VARIÂNCIA TOTAL ENTRE OS COMPONENTES
MAJORITÁRIOS DAS AMOSTRAS (MÉTODO DE EXTRAÇÃO: PCA)**

Sítio Engenho Jaguaribe

PCA	Autovalor	% variância
1 (Si)	697687000	47,039
2 (Al)	494521000	33,341
3 (Fe)	201463000	13,583
4 (Ti)	83281400	5,6149
5 (K)	6175850	0,41638
6 (Ca)	91588,1	0,006175

Sítio São Bento

PCA	Autovalor	% variância
1 (Si)	1304110000	56,725
2 (Al)	511427000	22,246
3 (Fe)	391326000	17,022
4 (Ti)	8595600	3,739
5 (K)	4628200	0,20131
6 (Ca)	1545590	0,067229

Sítio São Bento II

PCA	Autovalor	% variância
1 (Si)	673876000	57,971
2 (Al)	427096000	36,741
3 (Fe)	39838300	3,4271
4 (Ti)	16972000	1,46
5 (K)	495550	0,36953
6 (Ca)	359420	0,03092

Sítio São Bento III

PCA	Autovalor	% variância
1 (Si)	697687000	47,039
2 (Al)	494521000	33,341
3 (Fe)	201463000	13,583
4 (Ti)	83281400	5,6149
5 (K)	6175850	0,41638
6 (Ca)	91588,1	0,006175

Sítio São Bento IV

PCA	Autovalor	% variância
1 (Si)	405395000	86,523
2 (Al)	59103500	12,614
3 (Fe)	3519010	0,75106
4 (Ti)	520021	0,11099

Sítio Tamanduá

PCA	Autovalor	% variância
1 (Si)	130950000	83,55
2 (Al)	17558000	11,199
3 (Fe)	72038300	4,5963
4 (Ti)	8446710	0,53893
5 (K)	1791150	0,11428
6 (Ca)	14720,4	0,000939

Sítio Alto dos Macacos I

PCA	Autovalor	% variância
1 (Si)	6151820	61,831
2 (Al)	2305940	23,177
3 (Fe)	1391620	13,987
4 (Ti)	83459,2	0,83883
5 (K)	15831,7	0,15912
6 (Ca)	788,246	0,0079225

Sítio Alto dos Macacos II

PCA	Autovalor	% variância
1 (Si)	6732600	52,334
2 (Al)	3952050	30,72
3 (Fe)	1445780	11,238
4 (Ti)	497914	3,8704
5 (K)	185441	1,4415
6 (Ca)	50982,6	0,3963

Sítio Alto dos Macacos III

PCA	Autovalor	% variância
1 (Si)	58552000	71,194
2 (Al)	158707000	19,362
3 (Fe)	74487100	9,0875
4 (Ti)	2106540	0,257
5 (K)	813104	0,099199
6 (Ca)	3086,7	0,000377

Sítio Alto dos Macacos IV

PCA	Autovalor	% variância
1 (Si)	697687000	47,039
2 (Al)	494521000	33,341
3 (Fe)	201463000	13,583
4 (Ti)	83281400	5,6149
5 (K)	6175850	0,41638
6 (Ca)	91588,1	0,006175

**APÊNDICE K- PRANCHA COM IMAGENS DE FUSOS, CACHIMBOS, E
APÊNDICES DO PERFIL TÉCNICO INDÍGENA DOS SÍTIOS
ARQUEOLÓGICOS DA ÁREA DA SESMARIA JAGUARIBE**

Cabo do sítio Alto dos Macacos I	Cabo do sítio Alto dos Macacos II
	
Fuso do sítio Alto dos Macacos II	Fuso do sítio Alto dos Macacos II
	
Gargalo do sítio Alto dos Macacos II	Alça do sítio Alto dos Macacos II
	

Autoria: Laura Cirne Coimbra

Alça do sítio Alto dos Macacos I	Alça do sítio Alto dos Macacos II
	
Alça perfurada (ou Vasada) do sítio São Bento II	
	
Autoria: Laura Cirne Coimbra	

**APÊNDICE L- PRANCHA COM IMAGENS DE FUSOS, CACHIMBOS, E
APÊNDICES DO PERFIL TÉCNICO COLONIAL DOS SÍTIOS
ARQUEOLÓGICOS DA ÁREA DA SESMARIA JAGUARIBE**

Alça geminada do sítio São Bento (peça única, ângulo diferente)	Alça geminada do sítio São Bento (peça única, ângulo diferente)
	
Fragmento de fuso do sítio Alto dos Macacos IV	Fuso do sítio Alto dos Macacos II
	
Fuso do sítio Alto dos Macacos II	Cabo do sítio Engenho Jaguaribe
	
Autoria: Natalia Julia Felipe da Silva	

<p data-bbox="389 241 654 271">Cabo do sítio São Bento</p> 	<p data-bbox="943 241 1208 271">Cabo do sítio São Bento</p> 
<p data-bbox="395 725 647 754">Asa do sítio São Bento</p> 	<p data-bbox="951 725 1200 754">Asa do sítio São Bento</p> 
<p data-bbox="384 1209 659 1238">Asa do sítio São Bento II</p> 	<p data-bbox="938 1209 1212 1238">Asa do sítio São Bento II</p> 
<p data-bbox="628 1693 967 1727">Autoria: Laura Cirne Coimbra</p>	

<p>Alça do sítio São Bento</p> 	<p>Alça do sítio São Bento</p> 
<p>Alça do sítio São Bento</p> 	<p>Alça do sítio São Bento</p> 
<p>Alça do sítio Alto dos Macacos II</p> 	<p>Alça do sítio São Bento</p> 
<p>Autoria: Natalia Julia Felipe da Silva</p>	

<p>Alça do sítio São Bento</p> 	<p>Alça do sítio São Bento II</p> 
<p>Alça do sítio Engenho Jaguaribe</p> 	<p>Alça do sítio Alto dos Macacos IV</p> 
<p>Alça do sítio São Bento</p> 	<p>Alça do sítio São Bento</p> 
<p>Autoria: Laura Cirne Coimbra</p>	

<p>Alça do sítio São Bento</p> 	<p>Alça do sítio São Bento</p> 
<p>Tampa do sítio São Bento</p> 	<p>Tampa do sítio São Bento</p> 
<p>Tampa do sítio São Bento</p> 	<p>Tampa do sítio São Bento</p> 
<p>Autoria: Natalia Julia Felipe da Silva</p>	

<p>Tampa do sítio São Bento</p> 	<p>Tampa do sítio São Bento</p> 
<p>Cachimbo do sítio Alto dos Macacos</p> 	<p>Cachimbo do sítio Engenho Jaguaribe</p> 
<p>Cachimbo do sítio São Bento III</p> 	<p>Cachimbos do sítio Alto dos Macacos III</p> 
<p>Autoria: Laura Cirne Coimbra</p>	

Cachimbo do sítio São Bento	Cachimbo do sítio São Bento
	
Fonte: (ANDRADE, 2006:111)	Fonte: (ANDRADE, 2006:111)
Cachimbo do sítio São Bento	Cachimbo do sítio São Bento
	
Fonte: (MEDEIROS, 2005:88)	Fonte: (MEDEIROS, 2005:88)
Cachimbo do sítio São Bento	Cachimbo do sítio São Bento
	
Fonte: (MEDEIROS, 2005:88)	Fonte: (MEDEIROS, 2005:88)

Antropomorfo do sítio São Bento



Autoria: Natalia Julia Felipe da Silva